

DECRETOS

DO

GOVERNO PROVISORIO

DA

REPUBLICA

DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

---

PRIMEIRO FASCICULO  
DE 1 A 31 DE JANEIRO DE 1891

---



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL  
1891

# INDICE

DOS

## DECRETOS DO GOVERNO PROVISORIO

DE

### 1891

( PRIMEIRO FASCICULO )

---

	Pags.
N. 1232 G — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 2 de janeiro de 1891 — Crêa um Conselho de Instrução Superior na Capital Federal.....	1
N. 1232 H— INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 2 de janeiro de 1891 — Approva o regulamento das Instituições de Ensino Juridico, dependentes do Ministerio da Instrução Publica .....	5
N. 1233 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede a Frederico Merei e Augusto Candido Harache autorização para construir obras de melhoramento do porto de S. Salvador, Estado da Bahia.....	68
N. 1234 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891— Approva os estudos das variantes do traçado da Estrada de Ferro do Natal ao valle do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.....	73
N. 1235 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891— Autoriza Augusto Alves Portella Filho a transferir á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil a concessão de uma estrada de ferro entre Caruarú, no Estado de Pernambuco, e Crato, no do Ceará, feita por decreto n. 1060 de 22 de novembro ultimo.....	73
N. 1236 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas de Maroim, Jarapatuba e Capella, no Estado de Sergipe.....	74
N. 1237 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Crêa um commando superior de Guarda Nacional na comarca de S. José d'Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.....	75

	Pags.
N. 1238 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Honorio Lima para explorar kaolim e marmore no municipio de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.....	75
N. 1239 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Honorio Lima para explorar kaolim e marmore no municipio de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.....	77
N. 1240 — AGRICULTURA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Antonio Francisco Bandeira Junior para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Suburbana.....	78
N. 1241 — JUSTIÇA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Altera o art. 49 do regulamento que baixou com o decreto n. 720 de 5 de setembro de 1890.....	83
N. 1242 — JUSTIÇA — Decreto de 6 de janeiro de 1891 — Declara a entrada da comarca de Serra Negra, marca o veni- mento do respectivo promotor publico e cria o lugar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de S. Paulo.....	84
N. 1243 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1891 — Restabelece nos corpos de cavallaria e de artilharia de campanha de guarnição na Capital Federal o lugar de picador.....	84
N. 1244 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Considera de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados, os predios ns. 59, 61 e 63 da rua dos Invalidos.....	85
N. 1245 — AGRICULTURA — Decreto de 18 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao Dr. Antonio Felicio dos Santos e outro para explorarem minerios de cobre no Estado de Minas Geraes.....	85
N. 1246 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Torna extensiva a outros mineraes a concessão feita ao Visconde de S. Luiz do Maranhão e outro para a exploração de minas de cobre no municipio da Chapada, Estado do Maranhão.....	87
N. 1247 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Pierre Labourdénne Saint Julia para estabelecer uma rede telephonica entre a capital do Estado de S. Paulo e as cidades de S. Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Tatuhy, Tieté, Itapetininga, Faxeira e Botucatu.....	87
N. 1248 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Secco, Candido Matheus da Silva Pardal e Lourenço da Cruz Cardoso para introduzirem e explorarem um aparelho electrico destinado a transmittir noticias do movimento da Praça do Commercio.....	89
N. 1249 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade da Limeira a Antonio Maria da Silva Gor-	

	Pags.
dinho para estabelecer um centro telephonico na mesma cidade e concede-lhe autorização para construir linhas telephonicas para quaesquer pontos daquelle municipio.	89
N. 1250 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede ao Banco Emissor do Norte autorização para construir e explorar linhas telephonicas em Manãos.....	91
N. 1251 — JUSTIÇA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Crêa mais um lugar de amanuense na Secretaria da Policia do Estado do Rio Grande do Sul.....	92
N. 1252 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1891 — Concede á Baroneza de Villa Maria prorrogação, por mais dous annos, do prazo marcado no decreto n. 8780 de 25 de novembro de 1882.....	92
N. 1253 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao bacharel José Cesario de Faria Alvim para explorar minas de ferro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.....	93
N. 1254 — JUSTIÇA — Decreto de 9 de janeiro de 1891 — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na capital do Estado do Ceará.....	94
N. 1256 (*) — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891. — Altera o regulamento da Escola Naval mandando executar por decreto n. 10,201 de 9 de março de 1889.....	95
N. 1257 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Manda executar o regulamento para evitar abalroamentos no mar, conforme as deliberações da Conferencia Maritima Internacional de Washington.....	136
N. 1258 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Approva o regulamento da Escola de Minas.	149
N. 1259 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1890 — Declara a entrancia da comarca do Bom Successo, no Estado de Minas Geraes, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.....	174
N. 1260 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crêa um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas.....	175
N. 1261 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.....	175
N. 1262 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Crêa uma secção de batalhão do serviço de reserva da Guarda Nacional da comarca de Cururipe, no Estado das Alagoas.....	176
N. 1263 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede á Companhia Fabricação o Commercio de Asucar autorização para funcionar.....	176

(\*) O decreto n. 1255 não foi publicado no *Diario Official*.



	Pags.
N. 1264 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891— Approva os novos estudos da secção Mathilde, da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, e os da vertente entre as duas primeiras secções da mesma estrada.....	180
N. 1265 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Antonio de Souza Ribeiro para explorar minas no Estado de Minas Geraes.....	181
N. 1266 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891— Concede autorização a Jayme Gomes de Souza Lemos e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.....	182
N. 1267 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Autoriza o coronel Dionysio Cerqueira e outros a transferir á Companhia Estreito e S. Francisco ao Chopin a concessão da estrada de ferro entre o Estreito, no Estado de Santa Catharina, e o valle do Rio Iguaçu, a que se refere o decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890.	191
N. 1268 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Autoriza os cidadãos Dr. Carlos José da Costa Pimentel Junior e Augusto José Ferreira a transferir á Companhia da Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá a concessão de uma estrada de ferro ligando o Araxá á linha de Itabira a Jatobá.....	191
N. 1269 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Abre um credito especial de 179:174\$ às verbas — Escola Polytechnica — e — Secretaria e Gabinete da Escola Polytechnica — do Ministerio da Instrução Pu- blica, Correios e Telegraphos.....	192
N. 1270 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Reorganiza as Faculdades de Medicina dos Estados Unidos do Brazil.....	193
N. 1271 — MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Al- tera o art. 28 e seus paragraphos do decreto n. 267 A de 15 de março de 1890.....	228
N. 1272 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede autorização a Julio Antonio Barreiros e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense.....	229
N. 1273 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Ernesto Canac e outros para ex- plorarem herva mate no Estado de Santa Catharina...	233
N. 1274 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891— Concede á sociedade anonyma Padaria Luso-Brazileira autorização para funcionar.....	240
N. 1275 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Edwin Gracie Wiyatt para ex- plorar veios auríferos no municipio de S. Sept, Estado do Rio Grande do Sul.....	247
N. 1276 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891	

	Pags.
— Declara a caducidade da concessão feita a Boris Frères para explorarem ouro, prata, cobre e outros mineraes no Estado do Ceará.....	249
N. 1277 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Valentim dos Reis Carneiro para explorar ouro, prata e outros mineraes na Capital Federal.....	249
N. 1278 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Concede á Companhia Economia Publica autorização para reduzir o numero de suas-acções e para augmentar o valor das mesmas.....	251
N. 1279 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Altera a classificação da comarca de Itajubá, no Estado de Minas Geraes.....	251
N. 1280 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Créa um batalhão de reserva de Guardas Nacionaes na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.....	252
N. 1281 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Créa um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Pinheiro, no Estado do Maranhão.....	252
N. 1282 — JUSTIÇA — Decreto de 10 de janeiro de 1891 — Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção do batalhão da Guarda Nacional da comarca de Vigia, no Estado do Pará.....	253
N. 1282 A — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1891 — Fixa as importancias das ajudas de custo de ida e volta para os officiaes do Exercito que, não sendo generaes, forem nomeados commandantes das armas ou de districto militar no Estado de Matto Grosso.....	253
N. 1283 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de janeiro de 1891 — Concede autorização ao Dr. Henrique Sales para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica.....	254
N. 1284 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1891 — Eleva o numero de continuos da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.....	261
N. 1285 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita ao Visconde de Barbaeena para explorar carvão de pedra no Estado de Santa Catharina.....	261
N. 1286 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Transfere á Companhia Industrial e Agricola Sul-Mineira a concessão constante do decreto n. 651 de 9 de agosto de 1890.....	262
N. 1287 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede a Eugenio Lopes de Souza autorização para montar uma rede telephonica na cidade da Parahyba do Norte, ligando-a ao porto e cidade de Cabedello e a cidade do Recife.....	263
N. 1288 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao engenheiro Joaquim da	

	Pags.
Costa Chaves Faria para transferir a concessão constante do decreto n. 936 de 24 de outubro de 1891 á Empresa de Obras Publicas no Brazil.....	263
N. 1289 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao cidadão João Bernardo da Cruz Junior para estabelecer centros telephonicos nas cidades de Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemirim e Linhares, no Estado do Espirito Santo, ligando-as entre si.....	264
N. 1290 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade da Fortaleza ao cidadão Arnulpho Pamplona para o estabelecimento de linhas telephonicas no municipio daquela cidade.....	265
N. 1291 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Edmundo Perimon e José Ramos Pena para explorarem um systema destinado a pôr ao abrigo das intemperies quaesquer conductores electricos.....	265
N. 1292 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede a Benedicto Nichols permissão para correr fios de arame na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmittir noticias commerciaes.....	266
N. 1293 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos Contra Fogo.....	267
N. 1294 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa no Instituto Nacional dos Cegos a cadeira de geographia universal e especialmente do Brazil e chorographia do Brazil e a do curso primario..	273
N. 1295 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Proroga por seis mezes o prazo marcado no art. 62 do decreto n. 612 de 31 de julho de 1890, para organização do Banco Nacional Hypothecario e apresentação dos respectivos estatutos.....	273
N. 1296 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Altera a classificação da comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.....	274
N. 1297 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Altera a classificação da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia .....	274
N. 1298 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Cururupú, no Estado do Maranhão.....	275
N. 1299 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa mais um batalhão de Guarda Nacional na comarca de Guimarães, no Estado do Maranhão, e eleva á categoria de batalhão a 3ª secção da reserva da mesma Guarda da referida comarca.....	275
N. 1300 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cintra, no Estado do Pará.....	276

Pags.

N. 1301 — JUSTIÇA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais nas comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará.....	276
N. 1302 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Crêa uma Inspectoria Geral para fiscalização das linhas ferreas e fluviaes.....	277
N. 1303 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Abre um credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal e material necessarios ao melhoramento das obras do porto do Estado da Parahyba do Norte.....	291
N. 1304 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Altera a clausula 3ª annexa ao decreto n. 10.208 de 16 de março de 1889, que autorizou a celebração do novo contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor.....	292
N. 1305 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de Buquira, Estado de S. Paulo.....	293
N. 1306 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio do Patrocinio de Santa Isabel, Estado de S. Paulo.....	294
N. 1307 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Campos, Estado de S. Paulo.....	296
N. 1308 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Eleva o soldo dos aspirantes alumnos da Escola Naval..	297
N. 1309 — INSTRUÇÃO PÚBLICA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Manoel Augusto Pereira de Amorim para estabelecer centros telephonicos em Porto Novo do Cunha, Cantagallo e Leopoldina e nos centros populosos que estiverem do permeio, ligando-os entre si.....	298
N. 1310 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Estabelece as gratificações que devem perceber os officiaes da Armada e classes annexas.....	299
N. 1311 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede o prazo de um anno a Antonio Candido de Siqueira para encetar os trabalhos de pesca, salga e secça do peixe, a que se refere o decreto n. 9794 de 21 de outubro de 1887.....	325
N. 1312 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Proroga novamente o prazo concedido para inauguração das obras da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço.....	325
N. 1313 — INTERIOR — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Estabelece providencias para regularisar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal...	326

	Pags.
N. 1314 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Reorganiza o serviço do Laboratorio de Physiologia experimental, dando-lhe a denominação de Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura.....	328
N. 1315 — INTERIOR — Decreto de 17 de janeiro de 1891— Proroga por mais um anno o prazo para organização da companhia que tem de levar a effeito a abertura de uma avenida em substituição da rua do Senhor dos Passos..	331
N. 1318 (*) — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão ao engenheiro José Alloni e outros para explorarem ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.....	331
N. 1318 A — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Frederico Lopes Branco para explorar cobre e outros mineraes no Estado do Paraná.....	333
N. 1318 B — AGRICULTURA—Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Concede permissão a Raphael Descio para explorar ouro, chumbo e outros mineraes no Estado de S. Paulo.	334
N. 1318 C — AGRICULTURA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Renova a concessão feita ao bacharel Carlos Honório Benedicto Oltoni para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.....	336
N. 1318 D — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1891 — Regula as obrigações e favores dependentes do Ministerio da Fazenda na concessão feita pela Intendencia Municipal ao Dr. João Luiz dos Santos Titára e outros.	336
N. 1318 E — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1891 — Faz extensivo aos empregados civis do Ministerio da Guerra o monte-pio obrigatorio, creado por decreto n. 942 A de 31 de outubro do anno passado.....	338
N. 1319 — GUERRA — Decreto de 20 de janeiro de 1891 — Fixa os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar quando não exercerem outro emprego.....	340
N. 1320 — INTERIOR — Decreto de 24 de janeiro de 1891 — Institue honras e homenagens á memoria do eminente cidadão o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães.....	340
N. 1321 — MARINHA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Manda observar o desenho do distinctivo para os uniformes dos empregados civis dos Arsenaes de Marinha da Capital Federal e dos Estados.....	341
N. 1322 — JUSTIÇA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Proroga por mais trinta dias o prazo para os corretores de fundos publicos da praça do Districto Federal prestarem a fiança exigida pelo decreto n. 1026 de 14 de novembro ultimo.....	342
N. 1323 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros ao	

(\*) Os decretos ns. 1316 e 1317 não foram publicados no *Diário Official*.

	coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para estabelecimento de dous engenhos centraes no Estado de Sergipe.....	Pags. 342
N. 1324	— AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita por decreto n. 746 de 12 de setembro de 1890.....	343
N. 1325	— AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita por decretos ns. 10.433 de 9 de novembro de 1889 e 642 de 9 de agosto de 1890.....	343
N. 1326	— AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 692 de 28 de agosto de 1890.....	344
N. 1327	— AGRICULTURA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 215 de 22 de fevereiro de 1890.....	345
N. 1327 A	— INTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Manda vigorar no exercício de 1891 o orçamento municipal approved para o de 1890.....	345
N. 1327 B	— FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Promulga a convenção firmada em Bruxellas em 5 de julho de 1890 entre varios Estados, creando uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, e bem assim o respectivo regulamento de execução.....	345
N. 1327 C	— EXTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Designa os districtos dos actuaes Consulados nos Estados Unidos da America do Norte.....	346
N. 1327 D	— EXTERIOR — Decreto de 31 de janeiro de 1891 — Altera provisoriamente a tabella dos emolumentos consulares.....	347

# DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO

DA

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DECRETO N. 1232 G — DE 2 DE JANEIRO DE 1891

Crêa um Conselho de Instrução Superior na Capital Federal.

O Generallíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, resolve crear um Conselho de Instrução Superior, observando-se o regulamento que a este acompanha, assignado pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 2 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*

### Regulamento do Conselho de Instrução Superior

Art. 1.º Todas as instituições do ensino superior, dependentes do Ministerio da Instrução Publica, ficam sujeitas à direcção geral do mesmo Ministerio, que será assistido por um Conselho de Instrução Superior.

Art. 2.º O Conselho de Instrução Superior compõe-se :

De um reitor que será sempre o Ministro da Instrução Publica ;  
De um vice-reitor, nomeado pelo Governo dentre os membros do Conselho ;

Dos directores dos estabelecimentos federaes, sendo licito aos dos estabelecimentos situados fóra da Capital Federal enviar por escripto seus votos e pareceres ;

De um lente cathedratico, que dentre os seus membros elegerá cada uma das congregações dos lentes dos estabelecimentos federaes situados na Capital Federal ;

De um delegado que cada uma das congregações dos lentes dos estabelecimentos federaes situados nos Estados elegerá dentre os cidadãos que tenham exercido com distincção o magisterio superior por mais de sete annos em algum estabelecimento official, curso particular ou faculdade livre ;

De um doutor ou bacharel de cada um dos ramos do ensino superior, nomeados todos pelo Governo dentre os que tenham exercido com distincção o magisterio superior em algum estabelecimento official, curso particular ou faculdade livre por mais de sete annos ;

De um delegado eleito pelos estabelecimentos equiparados aos federaes.

Art. 3.º Na eleição dos membros do Conselho observar-se-hão as seguintes disposições :

1.ª Todas as eleições serão feitas por votação nominal, declarando o eleitor por escripto, e sob sua assignatura, o nome ou nomes dos seus candidatos ;

2.ª do resultado das eleições lavrar-se-hão, em cada estabelecimento, duas actas circunstanciadas, das quaes uma ficará na secretaria do estabelecimento e outra será remettida ao Ministerio da Instrucção Publica.

Art. 4.º Os membros do Conselho, eleitos ou nomeados, exercerão o seu mandato por quatro annos.

Art. 5.º Compete ao Conselho a approvação dos programmas de ensino, organizados pelos estabelecimentos federaes e os que forem a estes equiparados, fazendo as modificações necessarias para que esses programmas melhor preencham os seus fins e se contenham nos limites das respectivas cadeiras ; e publicando-os, depois de approvados, no *Diario Official*.

Art. 6.º Compete ao mesmo Conselho propôr ao Governo :

1.º Regulamentos relativos a exames, collação dos grãos, administração e disciplina escolares ;

2.º Regulamentos relativos á inspecção dos cursos particulares e faculdades livres ;

3.º Creação de novos estabelecimentos ;

4.º Creação, transformação ou suppressão de cadeiras ;

5.º Reconducção, gratificações, premios de obras, troca de cadeiras e reclamações dos lentes e professores dos estabelecimentos federaes.

Art. 7.º Incumbe ao mesmo Conselho julgar em ultima instancia os recursos interpostos dos actos e decisões das congregações dos lentes e nomear delegados nos Estados em que houver necessidade dessa providencia.

Art. 8.º Deverá tambem o Conselho emittir parecer sobre



quaesquer consultas do Ministerio da Instrucção Publica, relativas ao ensino superior.

Art. 9.º O Conselho reúne-se uma vez por mez sob a presidencia do Ministro da Instrucção Publica, que poderá convocalo extraordinariamente, quando entender necessario.

Art. 10. Sobre os assumptos de interesse commum a todos os estabelecimentos discutirão e votarão todos os membros do Conselho.

Art. 11. Na discussão e resolução dos assumptos especiaes de cada ramo do ensino superior só intervirão os membros do Conselho que fizerem parte da respectiva secção.

Art. 12. Comprehende o Conselho as seguintes secções :

Das Faculdades de Direito ;

Das Faculdades de Medicina ;

Das Escolas Polytechnica, de Minas em Ouro Preto e de engenheiro-geographo.

Art. 13. Ao vice-reitor compete :

§ 1.º Presidir as sessões do Conselho, na falta do Ministro da Instrucção Publica.

§ 2.º Executar as decisões do Conselho, requerendo para isso as necessarias providencias.

§ 3.º Visitar, ao menos uma vez por anno, os estabelecimentos sujeitos á direcção do Conselho ; para despezas das viagens ser-lhe-ha concedido o necessario subsidio.

§ 4.º Inspeccionar os trabalhos da Secretaria.

§ 5.º Propôr ao Governo a nomeação do secretario e nomear o amanuense, continuo e servente da Secretaria.

§ 6.º Distribuir os trabalhos pelas diferentes secções.

§ 7.º Nomear as commissões que julgar necessarias para melhor estudo das questões sujeitas á deliberação do Conselho e inspecção dos estabelecimentos federaes, cursos particulares e Faculdades livres. Para estas commissões poderão ser nomeados professores distinctos que não façam parte do Conselho, quando assim o exigirem as conveniencias do ensino. Haverá uma commissão especial para revisão dos programmas.

§ 8.º Apresentar annualmente ao Ministro da Instrucção Publica uma memoria historica, em que relate os factos occorridos e proponha as medidas e reformas que lhe pareçam convenientes.

§ 9.º Designar um dos membros do Conselho para servir de secretario interino, quando o effectivo se ache impedido.

Art. 14. Para servir nos impedimentos e falta do vice-reitor será, dentre os membros do Conselho, nomeado pelo Governo um supplente.

Art. 15. Ao secretario compete :

Assistir ás sessões do Conselho, de cujos trabalhos lavrará uma acta, que assignará juntamente com o presidente e mais membros do Conselho ;

Fazer todo o serviço de escripturação, de conformidade com as instrucções do vice-reitor ;

Organizar e sujeitar á approvação do Conselho o regimento interno do mesmo Conselho ;



## DECRETO N. 1232 H — DE 2 DE JANEIRO DE 1891

Approva o regulamento das Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministério da Instrução Publica.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve approvar, para as Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministerio da Instrução Publica, o regulamento que a este acompanha, assignado pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 2 de janeiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*

## Regulamento para as Instituições de Ensino Jurídico dependentes do Ministerio da Instrução Publica

Art. 1.<sup>o</sup> Para diffusão do ensino juridico manterá o Governo Federal as actuaes Faculdades de Direito e poderá fundar ou subvencionar outras que julgue necessarias.

### TITULO I

#### Das Faculdades federaes

#### CAPITULO I

#### DOS CURSOS

Art. 2.<sup>o</sup> Haverá em cada uma das Faculdades de Direito tres cursos: o de sciencias juridicas, o de sciencias sociaes, o de notariado.

Art. 3.<sup>o</sup> O curso de sciencias juridicas comprehenderá o ensino das seguintes materias:

- Philosophia e historia do direito;
- Direito publico e constitucional;
- Direito romano;
- ¶ Direito criminal, incluindo o direito militar;

Direito civil ;  
Direito commercial, incluindo o direito marítimo ;  
Medicina legal ;  
Processo criminal, civil e commercial ;  
Prática forense ;  
Historia do direito nacional ;  
Noções de economia politica e direito administrativo.

Art. 4.º As materias deste curso constituirão objecto de quatro series de exames :

1ª serie

1ª cadeira. Philosophia e historia do direito.  
2ª cadeira. Direito publico e constitucional.

2ª serie

1ª cadeira. Direito romano.  
2ª cadeira. Direito civil.  
3ª cadeira. Direito commercial.  
4ª cadeira. Direito criminal.

3ª serie

1ª cadeira. Medicina legal.  
2ª cadeira. Direito civil, continuação da 2ª cadeira da 2ª serie.  
3ª cadeira. Direito commercial, continuação da 3ª cadeira da 2ª serie.

4ª serie

1ª cadeira. Historia do direito nacional.  
2ª cadeira. Processo criminal, civil e commercial.  
3ª cadeira. Noções de economia politica e direito administrativo.  
4ª cadeira. Prática forense.

Art. 5.º O curso de sciencias sociaes constará das seguintes :

Philosophia e historia do direito ;  
Direito publico ;  
Direito constitucional ;  
Direito das gentes ;  
Diplomacia e historia dos tratados ;  
Sciencia da administração e direito administrativo ;  
Economia politica ;  
Sciencia das finanças e contabilidade do Estado ;  
Hygiene publica ;  
Legislação comparada sobre o direito privado (noções).

Art. 6.º Estas materias constituirão objecto de tres series de exames :

1ª serie

A mesma do curso de sciencias juridicas.

2ª serie

1ª cadeira. Direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados.

2ª cadeira. Economia politica.

3ª cadeira. Hygiene publica.

3ª serie

1ª cadeira. Sciencia da administração e direito administrativo.

2ª cadeira. Sciencia das finanças e contabilidade do Estado.

3ª cadeira. Legislação comparada sobre o direito privado (noções).

Art. 7.º As materias do curso do notariado constituirão objecto das duas seguintes series de exames:

1ª serie

1ª cadeira. Explicação succinta do direito patrio constitucional e administrativo.

2ª cadeira. Explicação succinta do direito patrio criminal, civil e commercial.

2ª serie

1ª cadeira. Explicação succinta do direito patrio processual.

2ª cadeira. A quarta cadeira da quarta serie do curso de sciencias juridicas.

Art. 8.º Para o ensino das materias que formam o programma dos tres cursos haverá as seguintes cadeiras :

Uma de philosophia e historia do direito;

Uma de direito publico e constitucional;

Uma de direito romano;

Uma de direito criminal;

Duas de direito civil;

Duas de direito commercial;

Uma de historia do direito nacional;

Uma de medicina legal;

Uma de processo criminal, civil e commercial;

Uma de pratica forense ;  
 Uma de direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados ;  
 Uma de sciencia da administração e direito administrativo ;  
 Uma de economia politica ;  
 Uma de sciencia das finanças e contabilidade do Estado ;  
 Uma de hygiene publica ;  
 Uma de legislação comparada sobre o direito privado (noções) ;  
 Uma de explicação succinta de direito patrio e civil, commercial e criminal ;  
 Uma de explicação succinta de direito patrio constitucional e administrativo ;  
 Uma de explicação succinta do direito patrio processual ;  
 Uma de noções de economia politica e direito administrativo.  
 O estudo das cadeiras de direito constitucional, criminal, civil, commercial e administrativo será sempre acompanhado da comparação da legislação do Brazil com a das outras nações cultas.

O ensino das materias que compoem os cursos das Faculdades será dividido entre os lentes e os substitutos, os quaes serão obrigados a fazer os cursos complementares de que trata o art. 12.

## CAPITULO II

### DAS SECÇÕES E DOS SUBSTITUTOS

Art. 9.<sup>o</sup> As cadeiras dos diferentes cursos serão distribuidas pelas secções seguintes, cada uma das quaes terá um substituto:

#### 1.<sup>a</sup> SECÇÃO

Philosophia e historia do direito ;  
 Direito publico e constitucional ;  
 Direito das gentes, diplomacia e historia dos tratados ;  
 Explicação succinta do direito patrio constitucional e administrativo.

#### 2.<sup>a</sup> SECÇÃO

Direito civil, duas cadeiras ;  
 Direito commercial, duas cadeiras ;  
 Explicação succinta do direito patrio civil, commercial e criminal.

#### 3.<sup>a</sup> SECÇÃO

Direito romano ;  
 Historia do direito nacional ;  
 Direito criminal ;  
 Noções de legislação comparada sobre o direito privado.

## 4ª SECÇÃO

Economia politica ;  
Sciencia das finanças e contabilidade do Estado ;  
Sciencia da administração e direito administrativo ;  
Noções de economia politica e direito administrativo.

## 5ª SECÇÃO

Processo criminal, civil e commercial ;  
Pratica forense ;  
Explicação succinta do direito patrio processual.

## 6ª SECÇÃO

Medicina legal ;  
Hygiene publica .

Art. 10. Haverá um preparador para as cadeiras de medicina legal e hygiene publica.

Art. 11. Na falta ou impedimento do substituto de alguma secção, o director convidará para reger a cadeira um dos cathedraticos ; si nenhum destes annuir ao convite, chamará um dos substitutos, e por ultimo um dos doutores ou bachareis que tiverem cursos particulares ou forem professores de Faculdades livres.

Essa regencia interina dará direito a uma gratificação igual a dous terços dos vencimentos do cathedratico substituido.

Quer na classe dos cathedraticos, quer na dos substitutos, deverão ser preferidos os lentes da secção em que se der o impedimento.

Nenhum substituto será obrigado a reger mais de uma cadeira.

Pela regencia da que lhe competir perceberá uma gratificação igual á do substituido.

Art. 12. Os substitutos, além da regencia das cadeiras a que são obrigados, no caso de falta ou impedimento dos lentes, farão cursos complementares sobre as materias que o director designar, ouvido o lente respectivo.

Os lentes substitutos não deixarão de fazer taes cursos, ainda quando estejam na regencia de cadeira.

Art. 13. Haverá um laboratorio para os exercicios practicos de medicina legal e hygiene publica.

Art. 14. O horario dos cursos de sciencias sociaes e juridicas será organizado de modo que se possa frequental-os simultaneamente.

Art. 15. Os lentes das cadeiras de direito civil e commercial deverão proseguir no curso até terminal-o.

Art. 16. Os lentes darão aula, em dias alternados, por espaço de uma hora e meia,

## CAPITULO III

## DIRECTORES

Art. 17. Os directores e vice-directores serão nomeados pelo Governo dentre os lentes cathedricos das respectivas faculdades. O lente que accumular as funcções de director, accumulará tambem os respectivos vencimentos.

No impedimento do vice-director, servirá provisoriamente o lente mais antigo que estiver em exercicio.

Art. 18. O vice-director, ou o lente que substituir o director, accumulará ao seu vencimento uma gratificação igual á do substituido, ou o vencimento do logar no caso de que o effectivo nada perceba.

Art. 19. O director é o presidente da congregação; regula e determina, de conformidade com os estatutos e ordens do Governo e do Conselho de Instrução Superior, tudo quanto pertence ao estabelecimento, e não estiver encarregado especialmente á congregação.

Devem-lhe ser dirigidos todos os requerimentos e representações, cuja decisão lhe pertença; e por seu intermedio levados ao conhecimento do Governo, do Conselho de Instrução Superior, da congregação e das comissões os que versarem sobre objecto da competencia dessas corporações.

Art. 20. Incumbe ao director, além das outras attribuições mencionadas no presente regulamento:

1º, convocar a congregação dos lentes, não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em que, ou por deliberação sua, ou requisição de qualquer lente fará por escripto e com declaração do objecto da convocação, o mesmo director a julgar necessaria, marcando a hora da reunião de fôrma que evite, sempre que for possivel, a interrupção das aulas, dos exames ou de quaesquer actos da Faculdade;

2º, transferir, em circumstancias graves, para outra occasião a reunião da congregação já convocada, ainda mesmo nos casos em que ella deve verificar-se em epochas certas; e suspender a sessão, quando se torne indispensavel esta medida, dando, em qualquer das hypotheses, immediatamente parte ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior, dos motivos do seu procedimento;

3º, dirigir as sessões da congregação, observando as disposições deste regulamento;

4º, nomear comissões, quando o objecto dellas for de simples solemnidade, ou pelo regulamento não esteja expressamente declarado que a nomeação pertence á congregação;

5º, assignar com os lentes presentes as actas das sessões da congregação; assignar tambem a correspondencia official, assim como todos os termos e despachos lavrados em nome ou por deliberação da congregação, ou em virtude deste regulamento ou por ordem do Governo ou do Conselho de Instrução Superior;



6º, executar e fazer executar as decisões da congregação, podendo porém suspender sua execução, si forem illegaes ou injustas, dando parte immediatamente ao Conselho de Instrução Superior, a quem compete neste caso a decisão definitiva ;

7º, organizar o orçamento annual e rubricar os pedidos mensaes das despesas da Faculdade, consultando a congregação quanto ás extraordinarias que convenha fazer-se, e levando ao conhecimento do Governo, para resolver qualquer embaraço que encontre no parecer da mesma congregação ;

8º, determinar, de conformidade com as leis e com as ordens do Governo, a realização das despesas que tenham sido autorizadas, inspecionando e fiscalizando o emprego das quantias para ellas decretadas ;

9º, informar e remetter ao Conselho de Instrução Superior os recursos interpostos dos actos e decisões da congregação e os pedidos de recondução, gratificações, premios de obras e trocas de cadeiras ;

10, determinar e regular o serviço da Secretaria e da bibliotheca, e providenciar sobre tudo quanto for necessario para as sessões da congregação, celebração dos actos e serviço das aulas ;

11, visitar as aulas e assistir, todas as vezes que lhe for possível, aos actos e exercicios escolares de qualquer natureza que sejam e inspecionar os cursos livres, admittidos no recinto das Faculdades ;

12, velar na observancia deste regulamento, propôr ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior tudo quanto for conducente ao aperfeiçoamento do ensino e ao regimen da Faculdade, não só na parte administrativa, que lhe é pertencente, como ainda na parte scientifica, devendo neste ultimo caso ouvir previamente a congregação ;

13, exercer a policia no recinto do edificio da Faculdade, procedendo pelo modo prescripto neste regulamento contra os que perturbarem a ordem, e empregando ao mesmo tempo a maior vigilancia na manutenção dos bons costumes ;

14, suspender por um a quinze dias, com privação dos vencimentos, os empregados de sua nomeação ;

15, nomear e demittir o porteiro, os amanuenses e os guardas, e admittir os serventes, de conformidade com os arts. 156, 157 e 158 ;

16, conceder aos lentes e empregados, dentro de um anno, até 15 dias de licença, sem prejuizo do respectivo ordenado.

Art. 21. O director, além das informações que deve dar opportunamente as Governo e ao Conselho de Instrução Superior sobre as occurencias mais importantes, remetterá no fim de cada anno lectivo ao Conselho de Instrução Superior um relatório circumstanciado sobre todos os trabalhos da Faculdade, occupando-se especialmente do adelantamento do ensino e apresentando uma lista com os nomes dos lentes cathedricos e substitutos e preparadores da Faculdade, e dos professores dos cursos livres, que mais se tiverem esforçado pelo progresso da

sciencia e do ensino; informará também sobre o procedimento civil e moral dos alumnos.

Art. 22. Os actos do director ficam debaixo da immediata inspecção do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução e do Conselho de Instrução Superior.

## CAPITULO IV

### DAS CONGREGAÇÕES

Art. 23. A congregação de cada uma das Faculdades compõe-se de todos os lentes cathedraes e substitutos.

Art. 24. Os professores particulares ou das Faculdades livres, quando encarregados do ensino de qualquer cadeira da Faculdade, tomam assento na congregação, sem terem porém voto nas deliberações concernentes ao provimento das cadeiras e suas substituições.

Art. 25. A congregação não pôde exercer as suas funções sem que se reuna mais de metade dos lentes que estiverem em serviço effectivo do magistrio, salvo o caso do art. 200.

Art. 26. A convocação dos lentes para as sessões da congregação será feita por officio do director, com antecedencia pelo menos de 24 horas, salvo os casos que não admittam demora. Neste officio se comunicará o fim principal da reunião, quando não houver inconveniente. Além disto, sempre que for possível o director declarará, antes de terminarem os trabalhos da congregação, o dia e hora em que deverá realizar-se a proxima sessão.

Art. 27. No dia e hora designados os lentes se apresentarão na sala destinada para as sessões. Si acontecer que, até meia hora depois da marcada, não se ache presente a maioria dos que estiverem em exercicio, o director mandará o secretario lavrar uma acta, que será assignada por elle e pelos lentes presentes, contendo os nomes dos que, tendo sido avisados, com justa causa ou sem ella deixaram de comparecer.

Art. 28. Os lentes que comparecerem depois de assignada a referida acta, não poderão fazer numero para a sessão e incorrerão em falta igual á que dariam si deixassem de comparecer.

Art. 29. Nas sessões servirá de secretario o das Faculdades.

Art. 30. Tomada a nota dos lentes que não tiverem comparecido, o director declarará aberta a sessão, e o secretario procederá á leitura da acta da ultima sessão, a qual, depois de discutida e approvada com emendas ou sem ellas, será assignada pelo director e pelos lentes presentes. O director exporá em resumo o objecto da reunião e, pondo-o em discussão, dará a palavra aos lentes, pela ordem em que a pedirem. No caso de contar o objecto partes distinctas, poderá qualquer dos lentes requerer que cada uma seja votada e discutida separadamente.

Art. 31. Durante a discussão nenhum lente poderá fallar mais de meia hora de uma vez, nem mais de duas vezes sobre cada materia, salvo si tiver por fim requerer que se mantenha a ordem dos trabalhos ou dar alguma explicação. No primeiro caso limitar-se-ha a reclamar em poucas palavras o cumprimento das disposições em vigor ou propôr e desenvolver alguma questão de ordem, sem discutir a principal; e no segundo, aos termos razoaveis de uma explicação.

Art. 32. Finda a discussão de cada objecto o director o sujeitará à votação, principiando pelo lente substituto mais moderno.

As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos lentes presentes e em votação nominal, salvo o caso de tratar-se de questões de interesse particular de algum dos lentes, em que se votará sempre por escrutinio secreto.

Art. 33. Quando professores particulares ou de Faculdades livres tomarem parte na votação, esta principiará por elles, regulando a antiguidade a ordem da sua designação para a regencia das cadeiras.

Art. 34. O director votará tambem e, em caso de empate, terá o voto de qualidade. O lente que assistir à sessão de congregação não pôde deixar de votar, e o que retirar-se antes de terminados os trabalhos sem justificação apreciada pelo director incorre em falta igual à que daria si deixasse de comparecer.

Art. 35. Nas votações por escrutinio secreto não ha voto de qualidade; prevalece a opinião mais favoravel.

Art. 36. Nas questões em que for particularmente interessado algum lente, poderá este assistir à discussão e nella tomar parte; abster-se-ha, porém, de votar e retirar-se-ha da sala nessa occasião.

Art. 37. Resolvendo a congregação que fique em segredo alguma de suas decisões, lavrar-se-ha della uma acta especial que será fechada e sellada com o sello da Faculdade. Sobre a capa o secretario lançará a declaração assignada por elle e pelo director, de que o objecto é secreto, e notará o dia em que assim se deliberou. Esta acta ficará sob a guarda e responsabilidade do mesmo secretario.

Art. 38. Antes porém de se fechar a acta de que trata o artigo antecedente, se extrahirá uma cópia para ser immediatamente levada ao conhecimento do Conselho de Instrução Superior, que poderá ordenar a sua publicidade por intermedio da congregação. A mesma congregação poderá igualmente, quando lhe parecer opportuno, ordenar a publicidade.

Art. 39. O lente, que em sessão afastar-se das conveniencias admittidas em taes reuniões, será chamado à ordem pelo director, que, si o não puder conter, o convidará a retirar-se da sala e em ultimo caso levantará a sessão, dando de tudo conta circumstanciada ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior.

Art. 40. Cada sessão poderá durar até duas horas, salvo si a congregação resolver prorogal-a.

Art. 41. Esgotado o objecto principal da sessão, os lentes terão o direito de propôr, si restar tempo, o que lhes parecer conveniente à boa execução dos estatutos e das ordens do Governo e do Conselho de Instrucção Superior, ao desempenho do serviço da Faculdade, ao progresso e aperfeiçoamento do ensino e à repressão de abusos introduzidos ou praticados por lentes, empregados ou estudantes.

Art. 42. Si alguma das questões propostas não puder ser decidida na mesma sessão por falta de tempo, ficará adiada, marcando nesse caso a congregação o dia em que a discussão deva continuar e avisando-se para isso os lentes que não estiverem presentes.

Art. 43. O secretario deverá lançar por extenso na acta de cada sessão as indicações propostas e o resultado das votações, e por extracto os requerimentos das partes e mais papeis submettidos ao conhecimento da congregação, assim como as deliberações tomadas por ella, as quaes serão além disto transcriptas em fôrma de despacho nos proprios requerimentos, para serem archivados ou restituídos às partes, conforme o seu objecto. Não obstante esta disposição, poderá a congregação mandar inserir por extenso os papeis, que por sua importancia entender que estão no caso de ficar assim registrados.

Art. 44. Compete à congregação, além de outras attribuições que por este regulamento lhe são conferidas :

1º, julgar os programmas das lições de cada cadeira ;

2º, julgar as tabellas de pontos, para os concursos e defesas de these para o grão de doutor ;

3º, propôr ao Ministro da Instrucção Publica, no caso de vaga, as pessoas que por sua moralidade e aptidão scientifica estejam em condições de exercer o magisterio interinamente ;

4º, exercer inspecção scientifica por si só ou por intermedio de commissões sobre os methodos de ensino ; e exercer, conjuntamente com o director, a precisa vigilancia para que os programmas das lições não sejam modificados ;

5º, propôr ao Ministro da Instrucção Publica e ao Conselho de Instrucção Superior todas as medidas que forem aconselhadas pela experiencia, quer para melhorar a organização scientifica da Faculdade, quer para aperfeiçoar os methodos de ensino ;

6º, informar ao Governo e ao Conselho de Instrucção Superior sobre o merito dos lentes contractados, quando tiverem elles de ser submettidos aos mesmos onus e vantagens dos outros membros do corpo docente ;

7º, informar ao Governo e ao Conselho de Instrucção Superior sobre a conveniencia e vantagens da troca de cadeiras entre lentes effectivos do mesmo curso ou entre lentes effectivos de cursos differentes, sempre que for isto reclamado pelas necessidades do ensino ;

8º, propôr ao Governo, quando ninguem se inscrever para o concurso ou não queira elle contractar, a pessoa que deva preencher a vaga annunciada ;

9º, indicar ao Governo, antes do annuncio da inscripção do concurso, o nome de algum cidadão brasileiro, de alta competencia, que esteja no caso de exercer o magisterio, independente de concurso, devendo tal indicação ser feita, pelo menos, por dous terços de votos presentes;

10, eleger todas as commissões que forem reclamadas pelas exigencias do ensino, necessidades dos concursos e defesas de theses de doutoramento;

11, eleger em sua primeira reunião, depois da abertura dos cursos, aquelle de seus membros que deva redigir a *Memoria historica* dos mais notaveis acontecimentos escolares de cada anno;

12, prestar todo o auxilio ao director para que se mantenha na Faculdade um excellente regimen disciplinar e para que a policia academica seja exercida com a maxima regularidade;

13, organizar todos os regulamentos especiaes e quaesquer programinas, que forem necessarios para boa intelligencia destes estatutos.

Art. 45. A congregação corresponder-se-ha com o Governo, por intermedio do director.

## CAPÍTULO V

### DOS LENTES

Art. 46. Os lentes distinguem-se em cathedraticos e substitutos e serão distribuidos por secções.

Art. 47. Os cathedraticos são obrigados a reger unicamente as cadeiras para que forem nomeados.

Art. 48. Aos substitutos cabem as obrigações mencionadas nos arts. 11, 12 e 13.

Art. 49. Os lentes cathedraticos e substitutos são tambem obrigados a tomar parte nos outros actos das respectivas Faculdades; conforme dispõe este regulamento.

Art. 50. Aos lentes cathedraticos e, não querendo estes, aos substitutos, poderá o Governo permittir que (sem prejuizo dos direitos dos actuaes substitutos ás cadeiras anteriores a este regulamento) accumulem interinamente uma cadeira da respectiva secção, mediante uma gratificação igual a dous terços dos vencimentos da cadeira.

Art. 51. Quando dous ou mais lentes pretendam a accumulção da mesma cadeira, escolherá o Governo, ouvindo o director da Faculdade, o candidato mais competente.

Art. 52. Poderá o Governo cassar a referida permissão aos lentes que não exerçam satisfactoriamente a cadeira accumulada, devendo para isso ouvir a respectiva congregação.

Art. 53. A antiguidade dos lentes cathedraticos e substitutos e preparadores será contada da data da posse, e, havendo mais de uma no mesmo dia, regulará a data do decreto e sendo esta a

mesma, a antiguidade nas funções publicas, ou o diploma de graduação, e por ultimo a idade.

Art. 54. Nos actos da Faculdade terão precedencia os cathedraticos aos substitutos e entre uns e outros os mais antigos na Faculdade, contada a antiguidade do dia em que começaram a fazer parte do corpo docente.

Art. 55. Os lentes cathedraticos e substitutos são vitalicios desde a data da posse e não poderão perder seus logares sinão na fórma das leis penaes.

Art. 56. Os lentes cathedraticos e substitutos contarão como tempo de serviço effectivo no magisterio para jubilação, recondução ou gratificações:

- 1.<sup>o</sup>, o tempo de serviço publico em commissões scientificas ;
- 2.<sup>o</sup>, o do exercicio de membro da representação da União ou de qualquer dos Estados, o de ministro de estado, missão diplomatica, presidente da União ou de qualquer dos Estados, ou o de cargos de magistratura ;
- 3.<sup>o</sup>, o numero de faltas por motivo de molestia, aão excedente a 20 por anno ou 60 em um triennio ;
- 4.<sup>o</sup>, todoo tempo de suspensão judicial, quando for o lente cathedratico, substituto ou professor julgado innocente ;
- 5.<sup>o</sup>, serviço gratuito e obrigatorio por lei ;
- 6.<sup>o</sup>, serviço de guerra.

Art. 57. O membro do magisterio considera-se jubilado aos 70 annos de idade.

§ 1.<sup>o</sup> Poderá sel-o a requerimento, apresentando motivo ponderoso, a juizo do Governo.

§ 2.<sup>o</sup> Sel-o-ha independentemente de seu assentimento, a juizo do Governo, por invalidez ou molestia grave provadas, que o impossibilitem para sempre de exercer o cargo, precedendo proposta da directoria, ouvida a congregação. Nestes casos a jubilação será dada com todos os vencimentos.

Art. 58. Os lentes cathedraticos e substitutos que contarem 25 annos de exercicio effectivo no magisterio ou 30 de serviços geraes, terão direito á jubilação com o ordenado por inteiro ; os que contarem 30 annos de exercicio effectivo ou 40 de serviços geraes, terão direito á jubilação com todos os vencimentos ; os que contarem mais de 35 annos de exercicio effectivo ou mais de 40 de serviços geraes, terão direito á jubilação com todos os vencimentos e mais 50 % do vencimento primitivo.

Paragrapho unico. Os lentes cathedraticos e substitutos que se jubilarem com menos de 25 annos, salvo os casos previstos no § 2.<sup>o</sup> do art. 57, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 59. E' lícito aos leutes trocarem entre si as cadeiras que regerem, comtanto que haja requerimento ao Governo e approvação da congregação e do Conselho de Instrução Superior, quanto á vantagem o conveniencia da permuta.

Art. 60. Os lentes cathedrauticos e substitutos usarão das suas insignias magistraes e doutoraes nas seguintes solemnidades:

- 1ª, nas visitas do Chefe de Estado, oficialmente annunciadas à Faculdade;
- 2ª, na collação de grãos;
- 3ª, na posse do director e dos lentes;
- 4ª, nos concursos;
- 5ª, nos actos de defesas de these.

Art. 61. Em caso algum os lentes perceberão as gratificações que lhes são ou forem concedidas, sem o exercicio das respectivas cadeiras, excepto quando estiverem comprehendidos no art. 56.

Art. 62. Terão, porém, direito ao ordenado quando faltarem por motivo justificado de molestia, não lhes sendo abonadas para este effeito, independentemente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

Art. 63. As faltas devem ser justificadas até ao ultimo dia do mez.

Art. 64. As faltas dos lentes às sessões de congregação, ou a quaesquer actos ou funcções a que forem obrigados na Faculdade, serão contadas como as que derem nas aulas.

Art. 65. Na secretaria do estabelecimento haverá um livro, em que o secretario lançará o dia de serviço de lições ou de exames, e notará as faltas dos lentes e os nomes dos que comparecerem.

Art. 66. O secretario, à vista deste livro e das notas que haja tomado sobre quaesquer actos escolares, organizará a lista das faltas dadas durante o mez e a apresentará ao director no primeiro dia do mez seguinte. O director abonará as que tiverem em seu favor condições justificativas.

Art. 67. A decisão do director, sendo desfavoravel, será immediatamente communicada pelo secretario ao interessado, e este dentro de 24 horas apresentará, querendo, a sua reclamação ao mesmo director, que a poderá satisfazer, reformando a decisão.

Art. 68. Si porém não for reformada, será admittido dentro de tres dias recurso suspensivo para a congregação e desta no effeito devolutivo para o Conselho de Instrução Superior no prazo de outros tres dias, contados da data daquelle em que a sessão se houver realizado.

Art. 69. Si não se apresentar reclamação ou não se interpuzer recurso segundo as hypotheses dos artigos antecedentes, o director mandará lançar as faltas em livro especial, para serem trazidas opportunamente ao conhecimento do Conselho de Instrução Superior.

Art. 70. Os lentes cathedrauticos e substitutos que deixarem de comparecer para exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes, sem que justifiquem as suas faltas, na conformidade deste regulamento, incorrerão nas penas marcadas peloCodigo Criminal.

Art. 71. Si a ausencia exceder de seis mezes, reputar-se-ha terem renunciado o magisterio, e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a congregação e o Conselho de Instrução Superior.

Art. 72. O lente nomeado, que dentro de seis mezes não comparecer para tomar posse sem communicar ao director a razão justificativa da demora, perderá a cadeira para a qual foi nomeado, sendo-lhe a pena imposta pelo Governo depois de ouvido o Conselho de Instrução Superior.

Art. 73. Expirado o prazo na hypothese do art. 70, o director convocará a congregação, a qual, tomando conhecimento do facto e de todas as suas circumstancias, decidirá promover ou não o processo, expondo minuciosamente os fundamentos da decisão que tomar.

Si for affirmativa, o director a remetterá por cópia extrahida da acta com tolos os documentos que lhe forem concernentes, ao promotor publico respectivo, para intentar a accusação judicial por crime de responsabilidade, e dará parte ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior, assim do que resolveu a congregação, como da marcha e resultado do processo quando este tiver logar.

Na hypothese do art. 71, o director dará parte ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior do occorrido, afim de proceder-se na conformidade do mesmo artigo.

Art. 74. Na hypothese do art. 72, verificada a demora da posse, e decidida pela congregação a procedencia ou improcedencia da justificação, si tiver havido, o director participará ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior o que occorrer para sua final decisão.

Art. 75. Os lentes se apresentarão nas respectivas aulas e actos escolares á hora marcada, e serão sempre os primeiros a dar o exemplo de pontualidade, cortezia e urbanidade, abstenendo-se absolutamente de propagar doutrinas subversivas ou perigosas.

Art. 76. Aquelles que se deslizarem destes preceitos serão advertidos camarariamente pela congregação, a quem o director é obrigado a communicar o facto reprehensivel.

Art. 77. Si não for bastante esta advertencia, o director, ouvindo a congregação, o communicará ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior, propondo que sejam applicadas as penas de suspensão de tres mezes a um anno com privação dos vencimentos, e observará o que a tal respeito for pelo mesmo Governo determinado com audiencia do Conselho de Instrução Superior.

Art. 78. Toda e qualquer divergencia que a respeito do serviço do estabelecimento houver entre o director e algum lente cathedatico e substituto, deve por aquelle ser presente á congregação.

Art. 79. Si algum lente nos actos da Faculdade faltar aos seus deveres, o director levará ao conhecimento da congregação o facto ou factos praticados.



Art. 80. Neste caso a congregação nomeará uma comissão para syndicar dos ditos factos e mandará que o accusado responda dentro de 15 dias.

Art. 81. Dentro do mesmo prazo, com a resposta do lente ou sem ella, deverá a comissão apresentar o seu parecer motivado.

Art. 82. A' vista do parecer da comissão e da resposta do accusado, a congregação deliberará si este deve ser advertido camarariamente, ou soffrer as penas do art. 77.

Art. 83. Qualquer membro do magisterio que escrever tratados, compendios e memorias sobre as doutrinas ensinadas na Faculdade, terá direito á impressão de seu trabalho por conta do Estado, si pela congregação da mesma Faculdade for considerado de utilidade ao ensino, e approved pelo Conselho de Instrução Superior. Neste caso terá tambem direito a um premio até á quantia de 4:000\$, conforme a importancia do trabalho.

Art. 84. Os lentes farão as prelecções sobre compendios de sua livre escolha, e poderão ensinar quaesquer doutrinas, uma vez que não offendam as leis e os bons costumes.

Art. 85. Nas prelecções farão os lentes todas as explicações que forem necessarias, tanto para mais facil comprehensão das materias de que tratarem, como para correcção de qualquer doutrina erronea ou menos conforme em seu entender aos progressos da sciencia e para o conhecimento das differentes escolas existentes sobre o assumpto.

Art. 86. Quando os alumnos não comprehenderem algum ponto poderão propôr ao lente, verbalmente ou por escripto, as duvidas que lhes occorrerem. O lente as resolverá no mesmo dia ou na seguinte lição.

## CAPITULO VI

### DO PROVIMENTO DOS LOGARES DO CORPO DOCENTE

#### SECÇÃO 1.<sup>a</sup>

##### DOS LENTES CATHEDRATICOS

Art. 87. As cadeiras serão divididas em secções, na fórma do art. 9.<sup>o</sup>

Art. 88. Vagando alguma cadeira, será para ella nomeado o substituto da respectiva secção.

Art. 89. Vagando uma cadeira em alguma secção, onde se ache tambem vago o lugar de substituto e não se tenha ainda aberto o respectivo concurso, poderá o Governo, depois de ouvir a congregação, prover directamente a referida cadeira, no-

meando ou contractando, sem concurso, pessoa que reuna os seguintes requisitos:

1º, haver se distinguido nos cursos da Faculdade que frequentou;

2º, ter exercido, com distincção e por mais de tres annos, o magisterio superior, ou ter feito sobre as materias da secção a que pertence a cadeira vaga, publicações importantes, ou ser indicado por dous terços dos membros da congregação ;

3º, possuir as habilitações mencionadas nos arts. 96 e 97.

## SECÇÃO 2ª

### DOS LENTES SUBSTITUTOS

Art. 90. As nomeações dos lentes substitutos se farão por meio de concurso.

Art. 91. Poderá o Governo, independente de concurso, mas ouvindo a congregação, nomear ou contractar para os logares de substitutos pessoas que reunam os requisitos mencionados nos ns. 1, 2 e 3 do art. 89.

### § 1º

### REGRAS GERAES DE PROVIMENTO POR CONCURSO

Art. 92. Tres dias depois da verificação da vaga, mandará o director annunciar o concurso, nas folhas officiaes da Capital Federal e do Estado em que estiver situada a Faculdade, marcando para inscripção do concurso o prazo de quatro mezes. A publicação do edital será renovada e pelo mesmo modo repetida em cada um dos ultimos oito dias do prazo da inscripção ; e si este expirar durante as ferias, conservar-se-ha aberta nos tres primeiros dias uteis que se seguirem ao termo dellas, procedendo-se ao encerramento no terceiro, ás 2 horas da tarde.

Art. 93. No caso de haver mais de uma vaga, a congregação resolverá qual a ordem em que devem ser postas a concurso.

O prazo de inscripção do segundo começará a correr dous mezes depois da abertura da inscripção do primeiro, e assim por diante, de sorte que haja um concurso especial para cada vaga.

Art. 94. A congregação proporá ao Governo o concurrente mais votado na qualificação por ordem de merecimento.

Si, porém, o Governo entender, ouvida a respectiva secção do Conselho de Instrucção Superior, que o concurso deve ser annullado por se terem nelle preterido formalidades essenciaes, o fará por meio de um decreto contendo os motivos dessa decisão, e mandará proceder a novo concurso.

Art. 95. As nomeações de lentes cathedrauticos e substitutos serão feitas por decreto.

## § 2º

## DAS HABILITAÇÕES PARA CONCURSO

Art. 96. Poderão ser admittidos a concurso os brasileiros que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e possuirem o grão de doutor ou bacharel em sciencias sociaes e juridicas pelas Faculdades federaes ou a estas equiparadas; ou que, tendo esses grãos por academias estrangeiras, se houverem habilitado perante alguma daquellas Faculdades.

Art. 97. Poderão tambem inscrever-se os estrangeiros que, possuindo alguns daquelles grãos, fallarem correctamente portuguez. No caso de serem graduados por academias estrangeiras ficam, porém, sujeitos á habilitação prévia, salvo si tiverem sido professores de Faculdades estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos.

Art. 98. Para provarem as condições exigidas, os candidatos deverão apresentar á Secretaria da Faculdade, no acto da inscripção, seus diplomas e titulos ou publicas-fôrmas destes, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes, e folha corrida. Aos estrangeiros, que forem nomeados lentes cathedrauticos ou substitutos, não se expedirá o titulo de nomeação sem que hajam previamente obtido carta de naturalização.

Art. 99. Si no exame dos documentos exigidos suscitar-se duvida sobre a validade ou importancia de qualquer delles, ouvido o interessado, o director convocará immediatamente a congregação, que decidirá no prazo de tres dias. A deliberação da congregação será sem demora transmittida pelo secretario a todos os candidatos e publicada pela imprensa.

Art. 100. Da decisão da congregação a respeito das habilitações poderá recorrer para o Conselho de Instrucção Superior qualquer dos candidatos que se achar prejudicado, não só em relação ao que for resolvido a seu respeito, como tambem em relação aos outros candidatos.

Art. 101. O candidato que quizer inscrever-se irá á Secretaria assignar o seu nome no livro destinado á inscripção dos concorrentes. Neste livro o secretario lavrará para cada concurso um termo de abertura e outro de encerramento, no tempo proprio, os quaes serão assignados pelo director.

Art. 102. Na mesma occasião da inscripção poderão os candidatos, além dos documentos especificados no art. 98, apresentar quaesquer outros, que julgarem convenientes, como titulos de habilitação, ou prova de serviços prestados á sciencia e ao Estado, passando-lhes o secretario um recibo, no qual declare o numero e natureza de taes documentos.

Art. 103. A inscripção se poderá fazer por procuração, si o candidato tiver justo impedimento.

Art. 104. No dia fixado para o encerramento da inscripção reunir-se-ha a congregação ás 2 horas da tarde, e lidos pelo secretario os nomes dos candidatos e os documentos respe-

etivos, será decidido, por maioria de votos, si existem todas as condições scientificas e moraes nos concurrentes, correndo a votação nominal sobre cada um. Nesta occasião lavrará o secretario o termo do encerramento, que será logo assignado pelo director.

Art. 105. O director fará extrahir pelo secretario tres listas dos candidatos habilitados pela congregação, uma das quaes mandará publicar e as outras remetterá ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior.

Art. 106. Findo o prazo da inscripção nenhum candidato será a ella admittido.

Art. 107. Si, terminado o prazo, ninguem se houver inscripto, a congregação deverá espaçal-o por igual tempo, e si, terminado o novo prazo, ninguem apresentar-se, o Governo poderá fazer, por proposta da Faculdade, a nomeação dentre as pessoas que reunam as condições mencionadas nos arts. 96 e 97.

Art. 108. Si não for possível para os actos do concurso reunir congregação, por falta de numero de lentes, o director o comunicará ao Governo, para ser autorizado a convidar os lentes jubilados que puderem comparecer; na falta destes, os doutores ou bachareis que regerem cursos particulares; e de tudo dará immediatamente parte ao Governo.

Art. 109. Si algum concurrente for acommettido de molestia, antes ou depois de tirar o ponto, de modo que fique inhabilitado para fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a congregação, que, si o julgar legitimo, espaçará o acto até oito dias.

Da decisão em contrario poderá haver recurso para o Conselho de Instrução Superior, interposto dentro de 24 horas.

Havendo um só candidato, o concurso será adiado pelo tempo que a congregação parecer sufficiente, até 30 dias.

No caso de já haver sido tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 110. As provas de arguição e prolecção serão tomadas por tachygraphos, cujas notas deverá a congregação verificar.

Art. 111. O candidato que, mesmo por motivo de molestia, retirar-se de qualquer das provas depois de começadas, ou não completar o tempo marcado para as provas oraes, ficará excluido do concurso.

Art. 112. Aos concurrentes bachareis que forem habilitados nas provas do concurso ou nomeados sem concurso, conferirá a congregação o grão de doutor.

### § 3º

#### DAS PROVAS E DA VOTAÇÃO NOS CONCURSOS

Art. 113. As provas de concurso são as seguintes:

1ª, theses e dissertação;

2ª, prova escripta;

- 3ª, prova oral ;
- 4ª, arguição sobre os assumptos das provas escripta e oral ;
- 5ª, prova pratica.

#### Das theses e dissertação

Art. 114. No dia seguinte ao do encerramento das inscripções, salvo si estiver pendente de decisão algum recurso, cada um dos candidatos apresentará na Secretaria da Faculdade 100 exemplares de um trabalho original impresso, comprehendendo tres proposições sobre cada uma das materias da secção onde se der a vaga e uma dissertação, tambem á escolha do candidato, sobre uma das mesmas materias.

Art. 115. No dia da entrega das theses o secretario lavrará um termo, que o director assignará, declarando quaes os candidatos que se apresentaram.

Art. 116. Serão excluidos do concurso os que não apresentarem as theses no dia marcado.

Art. 117. Logo depois de lavrado o termo a que se refere o art. 115 o secretario mandará entregar a todos os candidatos um exemplar das theses de seus competidores, e remetterá um exemplar a cada lente cathedratico e substituto.

Art. 118. O secretario officiará igualmente aos candidatos, participando, com antecedencia de 48 horas, o dia, logar e hora em que deve effectuar-se cada uma das provas do concurso.

Art. 119. Oito dias depois da apresentação das theses realizar-se-ha a defesa.

Art. 120. A defesa de theses será feita por arguição reciproca entre os candidatos ; e, no caso de haver um só concorrente, será elle arguido pelos lentes da secção a que pertencer a vaga em concurso.

Art. 121. No caso de arguição reciproca nas theses de concurso, ou de arguição feita pelos lentes, nenhuma arguição e a respectiva defesa poderão durar mais de uma hora.

Art. 122. Si o numero dos concorrentes exceder de dous, continuará a arguição nos dias seguintes.

Art. 123. As sessões de arguição e defesa das theses nunca poderão durar mais de tres horas, não se comprehendendo os periodos de descanso que a congregação julgar necessarios.

Art. 124. A arguição será sempre feita segundo a ordem da inscripção dos candidatos e em presença da congregação.

#### Da prova escripta

Art. 125. No segundo dia depois da defesa das theses, reunida a congregação, os lentes da secção onde se der a vaga formularão uma lista de 20 pontos sobre cada uma das materias da mesma secção.

Em seguida submeterão à congregação os pontos que houverem organizado; e, approvados ou substituidos por esta, serão pelo director numerados, escrevendo o secretario os numeros correspondentes em pequenas tiras de papel, iguaes em tamanho e fórma, as quaes, depois de dobradas, serão lançadas em uma urna.

Art. 126. Lançará em seguida em outra urna tiras de papel com os nomes dos lentes que se acharem presentes; dessa urna o lente mais antigo extrahirá oito tiras, escrevendo-se os nomes dos lentes à proporção que forem sorteados.

Art. 127. Serão logo depois admittidos os candidatos; o primeiro na ordem da inscripção tirará um numero da urna dos pontos, e lido pelo director em voz alta o ponto correspondente, o secretario dará uma cópia delle a cada candidato.

Art. 128. Os candidatos recolher-se-hão immediatamente a uma sala, onde terão o prazo de quatro horas para dissertar sobre o ponto sorteado, deixando em cada meia folha de papel uma pagina em branco.

Art. 129. A cada hora desse trabalho assistirão dous lentes dos oito orteados, na ordem em que estiverem os seus nomes, afim de observar-se o silencio necessario e evitar-se que qualquer dos concorrentes consulte livros ou papel (salvo os volumes de legislação) que lhe possa servir de adjectorio ou tenha communicação com quem quer que seja.

Art. 130. Terminado o prazo das quatro horas, serão todas as folhas da prova de cada um rubricadas no verso pelos dous lentes que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros candidatos.

Art. 131. Fechada e lacrada cada uma das provas e escripto no envoltorio o nome do seu autor, serão todas encerradas pelo secretario em uma urna de tres chaves, uma das quaes será guardada pelo director e as outras duas pelos dous lentes a que se refere o artigo antecedente.

Art. 132. A urna será tambem cerrada com o sello da Faculdade, impresso em lacre sobre uma tira de papel rubricada pelo director e pelos dous referidos lentes.

#### Da prova oral

Art. 133. No segundo dia depois da prova escripta reunir-se-ha a congregação e observar-se-ha, quanto a esta prova, o processo indicado no art. 127 menos quanto ao numero de pontos, que será de 30.

Art. 134. A prelecção se realizará em plena publicidade 24 horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazel-a, sempre na ordem da inscripção. Enquanto fallar um candidato, os que se lhe seguirem estarão recolhidos a uma sala donde não possam ouvir-o e onde ficarão incommunicaveis.

Art. 135. No caso de haver mais de tres candidatos, serão estes divididos em duas ou mais turmas, que tirarão pontos diversos.

Art. 136. A divisão das turmas se fará por sorte no dia em que a primeira deva tirar ponto.

Art. 137. A turma designada pela sorte para 2º lugar tirará ponto no dia da prelecção da 1ª, seguindo-se em tudo as mesmas disposições.

§ 4º

DA ARGUIÇÃO SOBRE OS ASSUMPTOS DAS PROVAS ORAL E ESCRIPTA

Art. 138. No dia seguinte ao da prova oral reunir-se-ha a congregação e perante ella serão os candidatos arguidos sobre os assumptos das provas oral e escripta pelos lentes das cadeiras, em que se achem comprehendidos aquelles assumptos. Cada um dos lentes arguirá por espaço de meia hora.

§ 5º

PROVA PRÁTICA

Art. 139. No dia seguinte ao da prova mencionada no artigo antecedente reunir-se-ha a congregação e os lentes de pratica forense, medicina legal e hygiene publica submetterão á sua approvação uma lista de 10 pontos sobre cada uma das referidas cadeiras para a prova pratica, cujo processo será organizado pelos mesmos lentes.

Do julgamento dos concursos

Art. 140. Concluida a ultima prova, reunir-se-ha a congregação no primeiro dia util, em sessão publica, e na sua presença abrir-se-ha a urna das provas escriptas, e, recebendo cada candidato a que lhe pertence, a lerá em voz alta, guardada a ordem da inscripção.

Art. 141. O candidato que nessa ordem se seguir ao que estiver lendo, velará sobre a fidelidade da leitura, fiscalizando o primeiro inscripto a do ultimo. Si houver um só candidato, a fiscalização caberá a um dos lentes que o director designar.

Art. 142. Finda a leitura retirar-se-hão os candidatos e espectadores, e se procederá á votação, em que tomarão parte todos os lentes.

Art. 143. Não poderão tomar parte na votação os lentes que tenham faltado a alguma das provas oraes, incluída a de defesa de theses, ou não tenham ouvido a leitura da prova escripta.

Art. 144. O julgamento se fará por votação nominal e versará primeiramente sobre a habilitação de cada candidato, ficando excluidos os que não obtiverem a maioria dos votos presentes.

Art. 145. Quando houver um só candidato, deverá este reunir dous terços dos votos presentes, para que seja considerado habilitado.

Art. 146. Julgará depois a congregação, igualmente por votação nominal, mas sem que seja precisa maioria absoluta de votos, qual dos candidatos habilitados deva ser proposto ao Governo.

Art. 147. No caso de empate de dous candidatos, por haver cada um obtido igual numero de votos, serão ambos submettidos a segunda votação e, verificado novo empate, o director terá voto de qualidade.

Art. 148. Finda a votação, o secretario lavrará em seguida uma acta, em que se achem referidas todas as circumstancias occorridas.

Art. 149. No dia seguinte reunir-se-ha a congregação para assignar o officio da proposta.

Art. 150. Este officio sera acompanhado da cópia authentica das actas do processo do concurso, das provas escriptas, e além disto de uma informação particular do director ou de quem fizer as suas vezes, sobre todas as circumstancias occorridas, com especial menção da maneira por que se houveram os concorrentes durante as provas, da sua reputação litteraria, de quaesquer titulos de habilitação que tenham apresentado e dos serviços que por ventura hajam prestado.

## CAPITULO VII

### EMPREGADOS

Art. 151. Haverá em cada uma das Faculdades os seguintes empregados:

- Um secretario,
- Um sub-secretario,
- Um bibliothecario,
- Um sub-bibliothecario,
- Um preparador,
- Amanuenses em numero de tres,
- Guardas em numero de oito,
- Um porteiro.

Art. 152. São funcionarios providos por decreto do Governo o secretario e sub-secretario, o bibliothecario e sub-bibliothecario.

Art. 153. Os secretarios e sub-secretarios, bibliothecario e sub-bibliothecario deverão ser doutores ou bachareis em sciencias sociaes ou juridicas por alguma das Faculdades federaes ou a estas equiparadas.

Art. 154. Na vaga dos logares de secretario e bibliothecario terão accesso os sub-secretarios e sub-bibliothecarios.

Art. 155. Serão nomeados pelo Governo, mediante proposta do director, o preparador, sub-secretario e sub-bibliothecario.

Art. 156. Ao director compete nomear e demittir todos os mais empregados mencionados no art. 151, determinando a collocação e o serviço de cada um delles.

Art. 157. Os empregados tem direito à aposentação com todos os vencimentos no fim de 30 annos de exercicio effectivos,



e antes deste prazo com os vencimentos, proporcionaes ao tempo de serviço, na fôrma da lei.

Art. 158. Para o serviço interno da Faculdade o director admitirá os serventes que forem precisos.

## CAPITULO VIII

### DA SECRETARIA

Art. 159. Haverá em cada Faculdade uma Secretaria que, com excepção dos domingos e dias feriados, estará aberta, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde, desde o dia da abertura até ao do encerramento dos trabalhos do anno lectivo ; podendo porém o director ou secretario prorogar as horas do serviço, pelo tempo que for necessario, caso haja assumpto urgente a resolver, ou não esteja em dia a respectiva escripturação.

Art. 160. A um dos lados da porta da Secretaria haverá uma caixa propria para receber todos os requerimentos, a qual será aberta duas vezes por dia, e cuja chave estará sempre em poder do secretario.

Art. 161. A Secretaria terá tudo que for necessario para o bom desempenho do respectivo serviço, como sejam : mesas, cadeiras, armarios, papel, pennas, tinta, etc., e mais os seguintes livros :

- 1º, para os termos de posse do director, lentes e empregados ;
- 2º, para o registro dos titulos do pessoal da Faculdade ;
- 3º, para a inscripção de matricula em cada uma das series e para a dos respectivos exames ;
- 4º, para os termos de exames ;
- 5º, para o registro dos diversos diplomas, cartas, titulos ou licenças expedidas pela Faculdade ;
- 6º, para os termos de defesa de theses ;
- 7º, para os concursos aos logares de lentes cathedricos e substitutos e professores ;
- 8º, para os termos de admoestação e outras penas impostas aos estudantes ;
- 9º, para os termos de admoestação e suspensão a empregados do estabelecimento ;
- 10, para apontamento das faltas dos lentes ;
- 11, para apontamento das faltas dos empregados ;
- 12, para inventario dos moveis do estabelecimento ;
- 13, para lançamento dos livros e papeis entregues pela Secretaria á bibliotheca ;
- 14, para lançamento do inventario do archivo ;
- 15, para registro das licenças concedidas pelo Governo ;
- 16, para registro de termos de posse e grãos.

Art. 162. Além dos livros especificados, poderá o director por si, por deliberação da congregação ou sobre proposta do secretario, crear os que julgar convenientes ao serviço da Faculdade.

Art. 163. A entrada da Secretaria não é facultada aos alumnos, nem a pessoas estranhas, sinão em caso de necessidade, com licença do respectivo chefe.

Art. 164. Quando algum estudante quizer retirar os originaes de quaesquer documentos essenciaes, existentes na Secretaria, podel-o-lha fazer, deixando certidão, pela qual pagará o sello marcado no respectivo regulamento.

Art. 165. O pessoal da Secretaria constará de um secretario e um sub-secretario. O director designará os amanuenses e guardas para os serviços da Secretaria.

Art. 166. Ao secretario compete fazer ou mandar fazer a escripturação propria da Secretaria, guardar, conservar e arrecadar convenientemente os moveis e objectos a ella pertencentes.

Art. 167. Compete-lhe além disso :

1º, mandar no fim de cada anno encadernar os avisos e ordens do Governo e do Conselho de Instrucção Superior, a minuta dos editaes e de portarias do director, dos officios por elle expedidos, quer ás diversas autoridades do paiz e aos lentes, e as actas das sessões da congregação ;

2º, copiar ou mandar copiar em livro proprio, com titulos distinctos, o inventario do material da Secretaria, das aulas, dos exames, e em geral de tudo que disser respeito ao serviço do estabelecimento, exceptuando sómente o que pertencer à bibliotheca ;

3º, exercer a policia não só dentro da Secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a boa ordem dos trabalhos, como em geral em todo o edificio da Faculdade, fiscalizando o serviço de todos os empregados, afim de dar circunstanciadas informações ao director ;

4º, redigir e fazer expedir a correspondencia do director, inclusive os officios de convocação para as sessões da congregação ;

5º, comparecer ás sessões da congregação, cujas actas lavrará e das quaes fará a leitura nas occasiões opportunas ;

6º, abrir e encerrar, assignando-os com o director, todos os termos referentes a concurso e inscrições para a matricula e exames dos alumnos ;

7º, lavrar e assignar com o director todos os termos não só de grãos, como de posse dos empregados ;

8º, lavrar os termos de posse do director e lentes da Faculdade ;

9º, lavrar todos os termos de exames ;

10, fazer a folha do vencimento do director, lentes e empregados, apresentando-a no ultimo dia de cada mez ou no primeiro do seguinte ;

11, organizar sob as ordens do director, até ao dia 25 de cada mez, o orçamento das despesas da Faculdade para o mez seguinte ;

12, providenciar sobre o asseio do edificio da Faculdade e inspecionar o serviço do porteiro, guardas, continuos e serventes,

tendo sempre em attenção a natureza e qualidade do objecto e a categoria do emprego de cada um ;

13, encarregar-se de toda a correspondencia da Faculdade que não for da exclusiva competencia do director ;

14, informar, por escripto, todas as petições que tiverem de ser submittidas a despacho do director ou da congregação ;

15, lançar e subscrever todos os despachos da congregação ;

16, prestar nas sessões da congregação as informações que quando julgar conveniente, não podendo entretanto discutir nem votar.

Art. 168. Os actos do secretario ficam sob a immediata inspecção do director da Faculdade, a quem explicará o motivo das suas faltas.

Art. 169. Ao sub-secretario compete auxiliar o secretario no desempenho das suas obrigações, seguindo a este respeito as prescripções que delle receber. Na falta e impedimento do secretario todas as suas funcções e encargos passarão para o sub-secretario.

Art. 170. Quando o sub-secretario houver substituido o secretario por tempo excedente de tres mezes, preparará para apresentar-lhe, quando terminar a substituição, um relatorio circumstanciado de todos os factos occorridos na Secretaria, na ausencia daquelle.

Art. 171. O secretario é o chefe da Secretaria e lhe são subordinados não só os empregados della como todos os mais empregados subalternos da Faculdade.

Art. 172. Na ausencia do director, ou de quem suas vezes fizer, nenhum dos empregados a que se refere o artigo antecedente poderá abandonar o serviço antes de terminar a hora, sem consentimento do secretario, ao qual dará os motivos por que precisa retirar-se, além de que este, quando comparecer o director, possa fazer-lhe a necessaria communicação.

Art. 173. As certidões passadas na Secretaria só conterão o que tiver sido requerido.

Art. 174. Além das obrigações especificadas neste capitulo, o secretario cumprirá quaesquer outras que lhe incumba este regulamento.

Art. 175. Compete ao porteiro : ter a seu cargo as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o ás horas ordenadas ; cuidar do asseio interno de toda a casa, empregando para esse fim os serventes que forem designados ; receber os officios, requerimentos e mais papeis dirigidos á Secretaria e entregal-os ás partes, quando assim for ordenado ; velar na guarda e conservação dos moveis e objectos que estiverem fóra da Secretaria e da bibliotheca ; entregar ao secretario uma relação delles para transmittir ao director, e cumprir quaesquer ordens, relativas ao serviço, que lhe forem dadas pelo director ou pelo secretario.

## CAPÍTULO IX

## DA BIBLIOTHECA

Art. 176. Haverá em cada Faculdade uma bibliotheca destinada especialmente ao uso dos lentes e alumnos; mas que será franqueada a todas as pessoas decentes que alli se apresentarem.

Art. 177. A bibliotheca será de preferencia formada de livros, mappas, memorias e quaesquer impressos ou manuscritos relativos ás sciencias professadas nas Faculdades.

Art. 178. Haverá na bibliotheca um livro em que se inscreverão os nomes de todas as pessoas que fizerem donativo de obras, com indicação do objecto sobre que versarem.

Art. 179. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 2 da tarde e das 6 ás 10 da noite.

Nos dias em que houver sessão de congregação a bibliotheca não será fechada sinão depois de terminados os trabalhos da sessão.

Art. 180. Haverá na bibliotheca quatro catalogos :

- das obras, pelas especialidades de que tratarem ;
- das obras, pelos nomes de seus autores ;
- dos dictionarios ;
- das publicações periodicas .

Art. 181. O catalogo pelos nomes dos autores será organizado de modo que em frente do nome pelo qual cada autor é mais conhecido se achem inscriptas todas as suas obras existentes na bibliotheca.

Art. 182. O catalogo dos dictionarios comprehenderá todos os glossarios, vocabularios e encyclopedias, distincção das especialidades, ainda que estejam incluídos em outros catalogos.

Art. 183. No catalogo das publicações periodicas se mencionarão as revistas, theses, bibliographias, memorias, relatorios e quaesquer impressos que tenham o character de periodicos.

Art. 184. Haverá na bibliotheca tantas estantes competentemente numeradas quantas forem necessarias para a boa guarda e conservação dos livros, folhetos, impressos e manuscritos.

Art. 185. Os livros da bibliotheca serão todos encadernados e terão, assim como os folhetos impressos e manuscritos, o carimbo da Faculdade.

Art. 186. Em hypothese alguma sahirão da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscritos.

Art. 187. Haverá na bibliotheca um livro de registro para se lançar o titulo de cada obra que for adquirida, com indicação da epocha da entrada e do numero dos volumes, afim de se conhecer o total dos volumes obtidos.

Art. 188. Na bibliotheca propriamente dita só é facultado o ingresso aos lentes e empregados da Faculdade; para os estudantes e pessoas que queiram consultar obras haverá uma sala contigua, onde se acharão apenas em logar apropriado os catalogos necessarios, e as mesas e cadeiras para accomodação dos leitores.

Art. 189. Um dos guardas da Faculdade deve permanecer na sala de leitura e será responsavel, si não avisar por todos os estragos que se derem nos livros e objectos alli existentes.

Art. 190. O pessoal da bibliotheca constará de um bibliothecario e de um sub-bibliothecario, um amanuense, um guarda e um servente.

Art. 191. Ao bibliothecario compete:

1º, conservar-se na bibliotheca, enquanto estiver aberta;

2º, velar sobre a conservação das obras;

3º, organizar os catalogos especificados neste regulamento segundo o systema que estiver em uso nas bibliothecas mais adelantadas, de accordo tambem com as instrucções que a congregação ou o director do estabelecimento lhe transmittir;

4º, observar e fazer observar este regulamento em tudo que lhe disser respeito;

5º, communicar diariamente ao director as occurrencias que se derem na bibliotheca;

6º, apresentar o orçamento mensal das despesas da bibliotheca;

7º, propôr ao director a compra de obras e a assignatura de jornaes, dando preferencia ás publicações periodicas que versarem sobre materias ensinadas na Faculdade e procurando sempre completar as obras ou colleções existentes;

8º, empregar o maior cuidado para que não haja duplicatas desnecessarias e se conserve a conveniente harmonia na encadernação dos tomos de uma mesma obra;

9º, providenciar para que as obras sejam immediatamente entregues ás pessoas que as pedirem;

10, fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, e recorrendo ao director quando não for attendido;

11, apresentar mensalmente ao director um mappa dos leitores da bibliotheca, das obras consultadas e das que deixarem de ser ministradas, por não existirem; outrossim uma relação das obras, que mensalmente entrarem para a bibliotheca, acompanhada de noticia, embora perfunctoria, da doutrina de cada uma dellas;

12, organizar e remetter annualmente ao director um relatório dos trabalhos da bibliotheca e do estado das obras e moveis, indicando as modificações que a pratica lhe tiver suggerido e julgar convenientes;

13, encerrar diariamente o ponto dos empregados da bibliotheca, notando a hora do comparecimento e da retirada dos que o fizerem antes do terminiar a hora do expediente;

14, dar noticia ao director da Faculdade de todas as novas publicações feitas na Europa e America, para o que se munirá dos catalogos das principaes livrarias.

Art. 192. Organizados os catalogos da bibliotheca, serão os livros collocados nas estantes por ordem numerica, tendo cada volume no dorso um rotulo ou cartão indicativo do numero que tem no respectivo catalogo.

Art. 193. O bibliothecario reorganizará de cinco em cinco annos os catalogos, afim de nelles contemplar as publicações accrescidas.

Art. 194. Sempre que concluir os catalogos, o bibliothecario os fará imprimir, com prévia autorização do director, para serem enviados ao Ministerio da Instrução Publica, ao Conselho de Instrução Superior e aos lentes e empregados graduados de ambas as Faculdades, ficando sempre archivado um exemplar na Secretaria.

Art. 195. Ao sub-bibliothecario compete não só transcrever, em livro para esse fim destinado, e na primeira columna de cada pagina, os pedidos de obras para consultas, ficando a outra columna em branco, para nella se mencionar a entrega do livro, a sua falta ou deterioração, mas tambem executar os trabalhos que pelo bibliothecario lhe forem designados.

Art. 196. Quando o sub-bibliothecario servir de bibliothecario, o director designará quem o substitua.

Art. 197. Aos empregados da bibliotheca são garantidas as mesmas vantagens concedidas aos da Secretaria e ficam sujeitos, no que lhes for applicavel, ás mesmas obrigações.

## CAPITULO X

### DA CORRESPONDENCIA E DA POSSE DO DIRECTOR, DOS LENTES E EMPREGADOS

Art. 198. A correspondencia entre o director e os lentes cathedrauticos e substitutos será feita por meio de officio; e daquelle com os empregados, por portaria.

Art. 199. O director tomará posse de seu cargo perante a congregação.

Para esse fim deverá enviar uma petição a quem estiver exercendo o cargo de director.

Este convocará a congregação para o primeiro dia util, e participará ao nomeado o dia e a hora em que deverá comparecer, para ser-lhe dada a posse.

No dia e hora indicados, recebido o novo director á porta do edificio pelo secretario e mais empregados, e á porta da sala das sessões da congregação pelo director em exercicio e lentes presentes, tomará assento á direita do presidente da congregação, e lido pelo secretario o acto de nomeação, tomará posse, do que se lavrará um termo que será assignado por elle e pelos ditos lentes.

Tomará logo depois o lugar que lhe compete, e dar-se-ha por terminado o acto de posse, que será communicado ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior.

Art. 200. As mesmas formalidades serão observadas em relação á posse do vice-director.

Art. 201. Os lentes tomarão posse dos seus cargos em sessão de congregação, que será convocada para este fim em dia e hora designados pelo mesmo director.

Art. 202. Si em qualquer dos casos dos artigos antecedentes não puder reunir-se a maioria da congregação, verificar-se-há o acto da posse com os lentes presentes, qualquer que seja o numero.

Disto se fará menção na acta e se dará parte ao Governo.

Art. 203. Os novos lentes serão recebidos á porta do edificio pelo porteiro, guardas e continuos, e na sala das sessões da congregação pelo secretario.

Lavrados os termos, que serão assignados pelo director e pelos nomeados, virão estes tomar assento nos logares que lhes competirem.

Art. 204. Si apesar do disposto no art. 202 não for possível reunir a congregação, tomarão posse os lentes perante a directoria da Faculdade.

Art. 205. Os empregados tomarão posse perante o director, do que se lavrará o competente termo.

Art. 206. No acto da posse farão os referidos funcionarios as promessas constantes da tabella annexa sob n. 3.

## CAPITULO XI

### DA REVISTA

Art. 207. Será creada em cada uma das Faculdades uma *Revista Academica*.

Esta *Revista* será redigida por uma commissão de cinco lentes, nomeada pela congregação na primeira sessão de cada anno.

Art. 208. A *Revista* se imprimirá em oitavo francez, com o numero de paginas sufficientes para formar no fim de cada anno um volume de 600 paginas pelo menos.

Art. 209. A impressão será feita na typographia em que se publicarem os actos officiaes ou na que offerecer maiores vantagens.

Art. 210. E' obrigatoria a acceptação do cargo de redactor.

Art. 211. Cada numero da *Revista* será publicado de dous em dous ou de tres em tres mezes, segundo o alvitre da commissão de redacção.

Art. 212. Dar-se-ha na *Revista* um summario das decisões da congregação que, a juizo do director, possam ser publicadas, e terão preferencia nas publicações as memorias originaes ácerca de assumptos concernentes ás materias ensinadas na Faculdade.

Art. 213. A comissão de redacção nomeará entre si o redactor principal.

Art. 214. A comissão de redacção se entenderá com o bibliothecario da Faculdade a fim de enviar a *Revista* às redacções dos periodicos da mesma natureza na Europa e nos Estados da America, a referencias scientificas mais importantes, e receber em troca as suas publicações.

Art. 215. O preço da assignatura para os alumnos será do metade da quantia que for estipulada pelo director da Faculdade, de accordo com a comissão.

Cada alumno não poderá tomar mais de uma assignatura.

Art. 216. Todo o exemplar destinado a um alumno da Faculdade, terá impresso o nome deste.

## CAPITULO XII

### DO ENSINO PARTICULAR NAS FACULDADES

Art. 217. Poderão abrir cursos livres no recinto das Faculdades federaes os individuos que tiverem approvação pelas mesmas Faculdades ou outras equivalentes nacionaes ou estrangeiras, nas materias que pretenderem leccionar; para isso deverão dirigir ao respectivo director um requerimento acompanhado do certificado de approvação, e de folha corrida, no qual designarão o programma que se propoem a seguir.

Art. 218. Os documentos acima referidos serão sujeitos á apreciação da congregação, que votará nominalmente sobre a petição do candidato.

Art. 219. No caso de ser attendido o candidato, o director designará a sala em que elle deva fazer o seu curso.

Art. 220. Todos os cursos livres ficarão sob a immediata inspecção do director, que os visitará sempre que lhe for possível.

Art. 221. Quando os cursos livres não preencherem os seus fins e alli forem desprezados os programmas, e professadas doutrinas contrarias á lei e á moral, ou derem-se disturbios e desordens, o director levará o facto ao conhecimento da congregação, que deverá cassar a licença concedida.

Art. 222. O professor particular que não sujeitar-se á deliberação tomada pela congregação, poderá recorrer ao Conselho de Instrução Superior, que exigirá desta as razões do seu acto e decidirá como for mais acertado.

Art. 223. As concessões para os cursos livres não deverão exceder de um anno, podendo entretanto ser renovadas, si assim convier ao ensino.

Nas petições para a continuação os candidatos só deverão apresentar o seu programma.

Art. 224. Para os actos sollemnes da Faculdade todos os professores particulares serão convidados, havendo para elles logar especial.



Art. 225. No relatório annual, remettido ao Governo o ao Conselho de Instrução Superior pelo director, se fará sempre menção dos professores particulares que mais tiverem contribuido para o adeantamento do ensino.

Art. 226. Os professores particulares poderão publicar em cartazes os programmas dos seus cursos com o horario respectivo, a localidade em que os farão, e outras explicações que julgarem convenientes, sendo esses cartazes affixados, depois de revistos pelo director, nos logares mais frequentados do edificio da Faculdade.

Art. 227. Os cursos dos professores particulares serão diurnos ou nocturnos, mas estes ultimos não poderão funcionar depois das nove horas.

Art. 228. Os professores particulares são responsaveis pelas despezas que occasionarem, assim como pelos damnos causados por si e por seus discipulos nos objectos da Faculdade e nos que forem postos a sua disposição para o ensino.

Art. 229. Os empregados subalternos da Faculdade são obrigados a prestar os seus serviços em taes cursos mediante remuneração previamente ajustada pelos professores particulares, com approvação do director.

Art. 230. Os lentes cathedrauticos e substitutos e preparadores não poderão abrir cursos retribuidos das materias professadas na Faculdade.

### CAPITULO XIII

#### DAS COMISSÕES E INVESTIGAÇÕES EM BENEFICIO DA SCIENCIA E DO ENSINO

Art. 231. De tres em tres annos cada Faculdade indicará ao Governo um lente cathedrautico ou substituto para ser encarregado de fazer investigações scientificas e observações praticas, ou para estudar nos paizes estrangeiros os melhores methodos do ensino e as materias das respectivas cadeiras, e examinar os estabelecimentos e instituições das nações mais adeantadas da Europa e da America.

Art. 232. A congregação dará por escripto ao nomeado instruções adequadas para o bom desempenho da commissão, designando a epoca e a duração das viagens e os logares que deverá visitar, e impondo-lhe a obrigação de informar a Faculdade de tudo que possa interessar ao ensino.

Art. 233. As Faculdades transmittirão uma a outra as instruções dadas aos commissionedos e as cópias dos relatorios por estes apresentados, dividindo entre si os objectos uteis que adquirirem, sempre que dos mesmos houver duplicata.

Art. 234. Os directores se corresponderão com os commissionedos acerca de todos os descobrimentos e melhoramentos importantes para a sciencia, e poderão incumbil-os da compra e remessa de objectos para uso das Faculdades.

Art. 235. No orçamento das Faculdades incluir-se-ha a quantia necessaria para esse fim.

Art. 236. Os directores volarão pelo cumprimento das instrucções, que forem dadas aos commissionados, levando ao conhecimento da congregação, do Conselho de Instrução Superior e do Governo o que occorrer durante a commissão, assim como o resultado final desta. O Governo, ouvida a congregação e o referido conselho, cassará a nomeação do commissionado que não cumprir suas obrigações, e o mandará regressar dentro do prazo determinado, findo o qual cessarão os supprimentos que lhe forem concedidos.

Art. 237. O alumno que tiver completado os estudos e for classificado pela congregação como o primeiro estudante entre os que com elle frequentaram o curso, terá direito ao premio de viagem á Europa ou America, afim de se applicar aos estudos por que tiver predilecção ou áquelles que forem designados pela Faculdade, arbitrando-lhe o Governo a quantia que julgar sufficiente para a sua manutenção.

Art. 238. A classificação a que se refere o artigo antecedente será feita por uma commissão nomeada pela congregação e composta de tres lentes, a qual, colligindo com a maior imparcialidade todos os titulos que puderem revelar a capacidade dos alumnos e attendendo ao seu procedimento moral, apresentará um relatorio que será em suas conclusões votado em sessão da congregação.

Art. 239. Não poderá ter esse premio o alumno a quem tenham sido infligidas penas escolares que desabonem sua reputação. O direito de estudar em paiz estrangeiro por conta do Estado passará para o segundo alumno classificado, e assim successivamente; o que tambem se observará no caso de recusa por parte do alumno designado.

Art. 240. Os alumnos que fizerem a viagem de instrucção continuarão a ser considerados como pertencendo á Faculdade e serão obrigados a remetter semestralmente um relatorio do que tiverem estudado, o qual será julgado por uma commissão da mesma Faculdade.

Art. 241. Si os relatorios não forem remettidos regularmente ou demonstrarem pouco aproveitamento da parte de seus autores, a congregação poderá reduzir os prazos concedidos e até dal-os por findos, participando sua resolução ao Governo afim de que este suspenda a respectiva pensão.

## CAPITULO XIV

### DA POLICIA ACADEMICA

Art. 242. Os alumnos deverão manter as leis da civilidade, já entre si e para com os lentes, já finalmente para com os empregados e visitantes.

Art. 243. O alumno que perturbar o silencio, causar desordem dentro da aula ou nella proceder mal, será reprehendido pelo lente.

Si não se contiver, o lente o fará immediatamente sair da sala e levará o facto ao conhecimento do director. Si o lente vir que a ordem não pôde ser restabelecida, suspenderá a lição, e dará parte do occorrido ao director.

Art. 244. O director, assim que tiver noticia do facto nas duas ultimas hypotheses do artigo precedente, fará vir á sua presença o culpado ou culpados, e depois de ler publicamente a parte dada pelo lente, e o termo lavrado pelo guarda, convocará immediatamente a congregação que imporá por votação nominal, depois de ouvido o delinquente, a pena de perda de um ou dous annos de estudos, conforme a gravidade do facto.

Art. 245. Si a desordem realizar-se dentro do edificio, porém fóra da aula, qualquer lente ou empregado que presente se achar procurará conter os autores. No caso de não serem attendidas as admoestações, ou si o successo for de natureza grave, o lente ou o empregado que o presenciar deverá immediatamente comunicar o facto ao director.

Art. 246. O director, logo que receber a participação ou *ex-officio* tiver noticia do occorrido, tomará de tudo conhecimento, fazendo comparecer perante si o alumno ou alumnos indigitados. O comparecimento será na Secretaria.

Art. 247. Si depois das indagações a que proceder, o director achar que o alumno merece maior correcção do que uma simples advertencia feita em particular, o reprehenderá publicamente.

Art. 248. A reprehensão será neste caso dada na Secretaria em presença de dous lentes, dous empregados e de quatro ou seis alumnos pelo menos, ou na aula a que o estudante pertencer, presentes o lente e os outros estudantes da mesma aula, que se conservarão nos respectivos logares.

A todos estes actos assistirá o secretario e de todos elles, bem como dos casos referidos no art. 247, se lavrará um termo que será presente na primeira sessão da congregação e transcripto nas informações dadas ao Governo e ao Conselho de Instrução Superior sobre o procedimento dos estudantes.

Art. 249. Si a perturbação do silencio e a falta de respeito ou a desordem for praticada em acto de exame ou em qualquer acto publico da Faculdade, se procederá pela maneira declarada nos citados artigos.

Art. 250. Si algum dos factos de que se trata no artigo antecedente e na primeira parte do art. 243 for praticado por estudante que já tenha feito a sua ultima serie de exames, o lente ou director deverá levar tudo ao conhecimento da congregação, a qual poderá substituir a pena de reprehensão publica pela do espaçamento da epoca para a collação do grão, ou pela retenção de diploma até um anno.

Art. 251. Si o director entender que o delicto declarado no art. 249 merece, pelas circumstancias que o acompanharam,

mais severa punição do que a do art. 250, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario com as razões que o estudante allegar a seu favor e com os depoimentos das testemunhas que souberem do facto, e o apresentará á congregação ; esta, depois de empregar os meios necessarios para conhecer a verdade, condemnará o delinquente á pena de perda de um a dous annos de estudos, conforme a gravidade do delicto.

Art. 252. O alumno que intencionalmente quebrar, estragar, inutilisar os instrumentos,apparelhos, modelos, mappas, livros ou moveis será obrigado a restituir o objecto por elle estragado ; e na reincidencia, além da restituição, será admoestado pelo director, á vista da participação do lente ou autoridade competente, ou sujeito á pena de perder um a tres annos de estudos, segundo a gravidade do delicto.

Art. 253. Sempre que se verificar qualquer desaparecimento de objectos, tanto da Secretaria, como das demais dependencias da Faculdade, o secretario, recebida a comunicação, participará por escripto ao director, o qual nomeará uma commissão para proceder a minuciosa syndicancia do facto.

O bibliothecario levará igualmente ao conhecimento do director quaesquer subtrações occorridas na bibliotheca, e a tal respeito se praticará o que fica acima determinado.

Art. 254. Descoberto o autor do delicto de que trata o artigo antecedente, será reprehendido pelo director e obrigado á restituição do objecto subtrahido e se promoverá o processo criminal, si no caso couber.

Art. 255. Os estudantes que arrancarem editaes dentro do edificio da Faculdade ou praticarem actos de injuria dentro do mesmo edificio por palavras, por escripto ou por qualquer outro modo contra o director ou contra os lentes, serão punidos com pena de perda de um até dous annos de estudos, conforme a gravidade do caso.

Art. 256. Si praticarem dentro do edificio da Faculdade actos offensivos da moral publica, ou por qualquer modo que seja dirigirem ameaças, tentarem aggressão ou vias de facto contra as pessoas indicadas no artigo antecedente, serão punidos com o dobro das penas alli declaradas.

Si effectuarem as ameaças ou realizarem as tentativas, serão punidos com a exclusão dos estudos em qualquer dos estabelecimentos de instrução superior federaes ou a estes equiparados.

As penas deste artigo e do antecedente não excluem aquellas em que incorrerem os delinquentes, segundo a legislação penal.

Art. 257. Si os delictos dos artigos antecedentes forem praticados por estudantes da ultima serie, serão estes punidos com a suspensão do exame ou, si este já tiver sido feito, com a demora da collação do grão, ou com a retenção do diploma, pelo tempo correspondente ao das penas marcadas nos mesmos artigos.

Art. 258. As penas de perda de anno de estudo, de suspensão do acto, demora de collação de grão, retenção de diploma, teem

recurso para o Conselho de Instrução Superior, sendo interposto dentro de oito dias contados da data da intimação.

O recurso será suspensivo nos casos de perda de anno de estudos ou de exclusão.

O Conselho de Instrução Superior a quem serão presentes todos os papeis que formarem o processo, resolverá confirmando, revogando ou modificando a decisão da congregação, depois de ouvida a secção respectiva.

Art. 259. O estudante que, chamado pelo director, não comparecer, será coagido a vir à sua presença, depois de lavrado o termo de desobediencia pelo empregado que o for chamar, requisitando o mesmo director auxilio da autoridade policial.

Art. 260. Os lentes exercerão a policia dentro das respectivas aulas e nos actos academicos que presidirem deverão auxiliar o director na manutenção da ordem e do respeito dentro do edificio da Faculdade.

Art. 261. Não estando presente o director, deverão substitui-lo na manutenção da ordem os lentes cathedraticos e substitutos por ordem de antiguidade, e na falta de todos elles o secretario, quando da continuação de qualquer falta possam resultar inconvenientes graves.

Art. 262. O porteiro e guardas velarão na manutenção da boa ordem e do asseio dentro do edificio da Faculdade, procurando advertir com toda urbanidade os que infringirem esta disposição.

Si as suas advertencias não bastarem, tomarão os nomes dos infractores e darão parte do occorrido immediatamente ao director, e em sua ausencia a qualquer lente ou ao secretario afim de providenciarem.

Art. 263. Si qualquer pessoa estranha à Faculdade praticar algum dos actos puniveis por este regulamento, será o facto levado ao conhecimento do director afim de que faça tomar por termo o occorrido e dê de tudo conhecimento à competente autoridade policial, para proceder na conformidade das leis. Poderá tambem o director prohibir ao autor daquelles actos a entrada no edificio da Faculdade.

## CAPITULO XV

### DA INSCRIÇÃO PARA MATRICULA

Art. 264. As matriculas para os cursos se farão de 1 a 15 de abril.

Art. 265. Para matricula nos cursos de sciencias sociaes e juridicas é necessario exhibir certificado de estudos secundarios ou titulo de bacharel, de accordo com os arts. 38 e 39 do decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890.

Art. 266. Para os cursos de notariado deverá o matriculando exhibir certidão de haver sido approvado em portuguez, ari-

thmetica, historia do Brazil e geographia em exames feitos no Gymnasio Nacional ou noutros estabelecimentos a este equiparados.

Art. 267. As matriculas serão annunciadas por editaes affixados nos logares mais frequentados do Estabelecimento e publicados pela imprensa oito dias antes das epochas determinadas neste regulamento.

Art. 268. Para a matricula em alguma ou em todas as cadeiras da 1ª serie dos mencionados cursos o estudante deverá provar, em requerimento ao director:

- 1º, achar-se habilitado, na forma dos arts. 265 ou 266;
- 2º, ter sido vaccinado com bom resultado;
- 3º, haver pago a taxa de 40\$000.

Art. 269. Para matricula em alguma ou em todas as cadeiras das series seguintes o alumno deverá apresentar :

- 1º, certidão de approvação nas materias da serie anterior;
- 2º, conhecimento de haver pago a referida taxa.

Art. 270. A inscripção de matricula poderá ser feita por procurador, si o alumno tiver justo impedimento, a juizo do director.

Art. 271. O secretario, logo que lhe for apresentado despacho do director mandando matricular algum estudante, abrirá termo de matricula no livro respectivo, fazendo menção de seu nome, filiação, naturalidade e idade, e o assignará com o matriculado ou seu procurador no caso do art. 270.

Art. 272. Os termos de inscripção de matricula serão lavrados seguidamente e sem que fiquem de permeio linhas em branco.

Art. 273. A inscripção será feita pela ordem em que forem recebidos os requerimentos, e si dous ou mais estudantes se apresentarem simultaneamente, com despacho do director, para se inscreverem na mesma cadeira ou na mesma serie, guardar-se-ha na inscripção a prececlencia determinada pela ordem alphabetica de seus nomes.

Art. 274. No dia determinado para se fecharem as matriculas escreverá o secretario em seguida ao ultimo termo o de encerramento e o assignará com o director.

Art. 275. Finda a inscripção da matricula, o secretario mandará organizar uma lista geral dos matriculados em cada uma das series com declaração da filiação e naturalidade, e a fará imprimir sem demora para ser distribuida pelos lentes e enviála ao Ministerio da Instrucção Publica.

Art. 276. A taxa de inscripção de matricula só dá direito a esta no anno lectivo em que houver sido paga.

Art. 277. É nulla a inscripção de matricula feita com documento falso, assim como nullos são todos os actos que a ella se seguirem, e aquelle que por esse meio a pretender ou obtiver, além da perda da importancia das taxas pagas, fica sujeito á pena do Código Criminal e inhabilitado, pelo tempo de dous annos, de se matricular ou prestar exame em qualquer dos estabelecimentos de instrucção superior federaes ou a elles equiparados.

Art. 278. Cada alumno que se houver matriculado receberá do secretario um cartão impresso, assignado pelo director, contendo o seu nome e a designação da serie ou cadeira em que se houver inscripto.

Art. 279. Somente serão considerados alumnos da Faculdade os individuos matriculados.

Art. 280. Aos alumnos é garantida, pela inscripção de matricula, a preferencia nos assentos das aulas, segundo a sua ordem numerica.

## CAPITULO XVI

### DA INSCRIÇÃO PARA EXAMES

Art. 281. As inscripções para exames se farão do dia 1 a 14 de novembro. Os exames começarão tres dias depois do encerramento das inscripções e terminarão depois de examinadas todas as pessoas inscriptas.

Art. 282. As pessoas que quizerem inscrever-se para exames dos cursos das Faculdades deverão dirigir um requerimento ao director, satisfazendo as seguintes condições :

1ª, apresentar certidão de habilitação, na forma dos arts. 265 e 266 ou de approvação nas materias que antecedem as dos exames requeridos, segundo a ordem do programma official ;

2ª, provar a identidade de pessoa ;

3ª, pagar a importancia da taxa, que será de 40\$ por materia, cadeira ou serie para os que tiverem pago a da matricula, de 80\$ para os que não se houverem matriculado ;

4ª, apresentar attestado de vaccina.

§ 1.º A prova da identidade far-se-ha por meio de attestation escripta de algum dos lentes da Faculdade ou de duas pessoas conceituadas do logar.

§ 2.º A falsidade da attestation de identidade sujeita aquelle que assignou, assim como o individuo que com ella se tiver apresentado a exame, ás penas do Código Criminal.

§ 3.º O candidato em nome de quem e com cujo consentimento algum outro individuo houver obtido inscripção ou feito exame, perderá esse e todos os exames prestados até aquella data. Para este effeito o director da respectiva Faculdade dará conhecimento do facto ao Governo e ao director da outra Faculdade.

§ 4.º As condições 1ª, 2ª e 4ª não serão exigidas dos alumnos da Faculdade, salvo na parte relativa a exhibições de certidões de approvação nas materias da serie anterior.

Art. 283. Ao director compete ordenar que o secretario faça as inscripções de exame dos estudantes cujos requerimentos estejam conforme ás disposições antecedentes.

Art. 284. As inscripções para exame serão lançadas, como as inscripções para matricula, em livros especiaes para cada cadeira ou serie, com termos de abertura e de encerramento la-

vrados pelo secretario e assignados pelo director ; far-se-ha separadamente a inscripção dos examinandos que não forem alumnos da Faculdade.

Os lançamentos serão feitos de modo que fique uma margem no livro respectivo em que se possa mencionar o resultado do exame de qualquer materia da serie em que o estudante tenha sido reprovado.

Art. 285. O examinando poderá requerer inscripção de exame para uma ou mais series ou para uma ou algumas cadeiras na hypothese do art. 335, mas não poderá passar pelo exame de qualquer materia de uma serie sem ter sido approvado em todas as materias da serie anterior, e assim successivamente até ao fim.

Art. 286. As pessoas que quizerem prestar exame das materias de uma ou mais series fóra da epoca a que se refere o art. 281 e se acharem nas condições legaes, farão para esse fim um requerimento ao director, juntando os necessarios documentos e certidão de haver pago a taxa de 80\$ de materia ou serie do materias.

Art. 287. Verificadas as condições legaes do peticionario, o director deverá admittil-o immediatamente a inscripção, e marcar para o respectivo exame hora em que não se prejudiquem as aulas e os outros trabalhos da Faculdade.

Art. 288. Por este serviço extraordinario cada um dos examinadores receberá do Thesouro, de exame, a gratificação de 15\$000 e o secretario a de 5\$000.

Art. 289. Os examinandos serão chamados pela ordem da respectiva inscripção, tendo precedencia os alumnos da Faculdade.

Art. 290. Os reprovados não poderão prestar novo exame da materia ou materias em que houverem sido inhabilitados, sinão depois do prazo marcado pela commissão examinadora.

Guardado, porém, esse intervallo, poderão repetil-o quantas vezes quizerem.

Art. 291. O pagamento da taxa para inscripção de exame só dá direito a este na epoca em que tiver sido requerida.

Art. 292. E' extensivo, no que for applicavel, á inscripção de exames o disposto nos artigos relativos as matriculas.

## CAPITULO XVII

### DO TEMPO DOS TRABALHOS E EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 293. Os trabalhos das Faculdades de Direito principiarão a 1 de abril e terminarão no dia que o director designar, depois de concluidos os exames do anno.

Art. 294. As aulas funcionarão de 15 de abril a 14 de novembro.

Art. 295. Não serão marcadas faltas aos alumnos, nem serão elles chamados á lição ; mas duas vezes por mez, em dias previa-



mente marcados pelo lente, haverá exercícios práticos e de argumentação sobre as matérias leccionadas.

Art. 296. Fora do prazo que decorrer do encerramento dos trabalhos até ao dia da sua abertura no anno seguinte serão somente feriados os dias de festa ou luto nacional, os de fallecimento ou enterramento do director ou de qualquer lente cathedrático ou substituto effectivo ou jubilado, os dias de carnaval e o dia 11 de agosto.

Art. 297. Quinze dias antes da abertura das aulas a congregação se reunirá para distribuir as horas das aulas, verificar a presença dos lentes, designar os substitutos e na falta destes os que devam reger as cadeiras cujos lentes se acharem impedidos. A distribuição das horas, que for approvada no principio do anno lectivo, só pôde ser alterada com approvação da congregação, si assim o exigirem as conveniências do ensino.

O director fará publicar por edital e pela imprensa o resultado desta sessão da congregação.

Art. 298. Quando a vaga ou impedimento occorrer no decurso do anno, qualquer que seja o motivo que a determine, cabe ao director fazer, em qualquer hypothese, a designação de quem deva reger as cadeiras.

Art. 299. Cada lente cathedrático ou quem o estiver substituindo será obrigado a apresentar á congregação, um mez antes de findar o anno lectivo, para ser por ella julgado, o programma do ensino de sua cadeira para o seguinte anno, dividindo-o em partes ou artigos distinctos, que servirão de base exclusiva para os exames da Faculdade.

Sem haver cumprido essa obrigação, nenhum lente continuará no exercicio da respectiva cadeira, cuja regencia será confiada ao competente substituto, que apresentará o referido programma.

Art. 300. Apresentados os programmas, o director nomeará uma commissão de tres membros para uniformisal-os de modo que exprimam o ensino completo das matérias professadas na Faculdade.

A commissão apresentará o seu parecer motivado em sessão da congregação que deverá effectuar-se 10 dias antes de findar-se o anno lectivo, e esse parecer será discutido e approved antes do encerramento dos trabalhos da respectiva Faculdade.

Art. 301. Os programmas depois de approveds pela congregação serão remettidos ao Conselho de Instrução Superior.

Art. 302. Os programmas, depois de adoptados pelo Conselho de Instrução Superior com modificações ou sem ellas, só poderão ser alterados para o seguinte anno lectivo na forma dos artigos antecedentes; e serão publicados pela imprensa. Os lentes deverão preencher os até ao dia do encerramento das aulas.

Art. 303. O lente, que sem causa justificada deixar de apresentar ou preencher o programma, fica sujeito á pena de suspensão, imposta pelo director, de tres mezes a um anno, com recurso para o Conselho de Instrução Superior.

Art. 304. O director providenciará para que os substitutos,

em cursos complementares, completem o preenchimento dos programmas das cadeiras, cujos lentes não possam fazel-o.

Art. 305. Os programmas approvados em um anno poderão servir para os annos seguintes, si a congregação, por si ou por proposta dos respectivos lentes, não julgar necessario alteral-os.

Em todo caso deverá o lente proceder á leitura do respectivo programma, afim de se observarem as disposições dos arts. 300, 301 e 302.

## CAPITULO XVIII

### DOS EXAMES

Art. 306. No dia seguinte ao do encerramento das aulas reunir-se-ha a congregação para designar os examinadores e a ordem em que devem ser feitos os exames.

Art. 307. As commissões julgadoras serão constituídas pelos lentes cathedrauticos da serie ou por quem os substituir na regencia das cadeiras.

Art. 308. Cada commissão será presidida pelo lente cathedrautico e, quando se compuzer sómente de cathedrauticos, pelo mais antigo dentre elles.

Art. 309. Tanto na prova escripta como na oral ou pratica, nenhum lente será obrigado a examinar mais de uma turma por dia, podendo porém fazel-o, si o quizer, a convite do director.

Para os impedimentos que occorrerem no decurso dos exames o director determinará a substituição.

Art. 310. Em falta de lentes, assim cathedrauticos como substitutos, poderá o director nomear para os exames os professores particulares que forem necesarios.

Art. 311. O secretario organizará uma lista das pessoas que se houverem inscripto de conformidade com as disposições deste regulamento e mandará affixal-a em logar conveniente.

Diariamente remetterá á mesa examinadora a relação dos que devam ser chamados a exame e de mais alguns nomes que se lhes seguirem, em igual numero, afim de preencherem as faltas dos que não comparecerem.

Art. 312. São prohibidas as trocas de logares para exames entre os estudantes.

Art. 313. O exame constará de tres provas—escripta, oral e pratica (esta unicamente sobre as materias das cadeiras de pratica forense, medicina legal e hygiene publica): a oral versará sobre as materias de cada cadeira; a escripta sobre as materias da cadeira que a sorte designar, quando tenha o candidato de prestar exame das materias de mais de uma das cadeiras da serie; si o exame versar sobre as materias de uma só cadeira, haverá para o candidato uma prova escripta e duas oraes.

A prova oral será publica e a escripta feita a portas fechadas.

Art. 314. O exame começará pela prova escripta, á qual serão admittidos os examinandos por turnas cujo numero será regulado

tendo-se em attenção não só a capacidade das salas e exigencias de severa fiscalização, mas também o tempo necessario para o julgamento.

Art. 315. Cada turma, porém, não poderá ter mais de 30 estudantes nem menos de 10, salvo si for menor o numero dos habilitados para o exame.

Art. 316. No dia designado para a prova escripta collocar-se-hão em uma urna, em tiras de papel convenientemente dobradas, tantos numeros quantos forem os artigos do programma da cadeira sobre que versar o exame.

Art. 317. O primeiro alumno de cada turma tirará da urna uma tira de papel, que entregará ao presidente da mesa e este em voz alta lerá o numero e verificará o artigo correspondente do programma, que fará objecto de exame de toda a turma.

Art. 318. Quando o exame comprehender as materias de mais de uma cadeira, far-se-ha primeiramente o sorteio da cadeira sobre que deva versar a prova escripta.

Art. 319. Feito o sorteio, e chamado cada examinando pelo presidente da mesa, este lhe entregará uma folha de papel rubricada pelo director da Faculdade, afim de nella escrever o ponto sobre que tenha de dissertar.

Art. 320. É vedado aos examinandos levar consigo cadernos, escriptos ou livros (salvo os volumes da legislação) e communicar-se entre si durante o trabalho das provas. Si precisarem sahir da sala do exame antes de concluí-lo o mesmo trabalho, só poderão fazel-o com licença do presidente da mesa, o qual os mandará acompanhar por pessoa de sua confiança.

Art. 321. O trabalho das provas escriptas será feito sob a vigilância da mesa, incumbindo ao director fiscalizar todas as provas, para o que passará de umas a outras salas, como julgar conveniente, si no mesmo dia forem sujeitos a taes provas estudantes de series diversas do exame.

Art. 322. Será de duas horas o tempo para a prova escripta, e, concluida esta, ou no estado em que se achar no fim desse prazo, o examinando a entregará á commissão examinadora.

Art. 323. Em acto successivo passarão os membros das mesas a examinal-as. Cada um dará por escripto o seu parecer e o assignará.

Art. 324. Serão considerados inhabilitados os que foremprehendidos a copiar a prova de qualquer papel, livro, caderno ou objecto que levem ou recebam de outrem.

Art. 325. Dos que forem habilitados para a prova oral organizar-se-ha uma lista, que será affixada em logar conveniente.

Art. 326. Terminada a prova escripta de todos os examinandos passar-se-ha no dia seguinte á exhibição da prova oral.

Art. 327. Na prova oral, como na pratica, cada um dos examinadores arguirá o examinando, durante 20 minutos no maximo, sobre o artigo do programma, tirado á sorte.

Art. 328. Os examinandos serão arguidos segundo a ordem da inscripção, tendo direito de precedencia os que forem alumnos da Faculdade.

Art. 329. Arguirá em primeiro logar o lento substituto ou quem suas vozes fizer.

Art. 330. O estudante que não comparecer a qualquer das provas do exame ficará para depois de todos os inscriptos da serie, e será admittido para completar a turma o que na lista supplementar se seguir.

Art. 331. Si o alumno retirar-se do exame antes de terminal-o, será considerado inhabilitado, excepto si justificar perante a congregação superveniencia de molestia e for por ella attendido, sendo, neste caso, admittido na epoca marcada pela commissão examinadora.

Art. 332. A justificação a que se refere o artigo antecedente deverá ser apresentada até ao seguinte dia util ao director, que a transmittirá á congregação.

Art. 333. Cada turma de examinandos não poderá ser constituida por mais de oito alumnos.

Art. 334. Terminadas as provas oral e pratica de todos os estudantes da turma, a commissão julgadora, tendo presente as provas escriptas dos mesmos estudantes, procederá em seguida ao julgamento, que se fará por votação nominal e separadamente sobre cada cadeira.

Art. 335. A qualificação do julgamento se fará do seguinte modo: 1º, será considerado reprovado o que não tiver a maioria ou totalidade dos votos favoraveis; 2º, será approvado plenamente aquelle que, tendo obtido unanimidade de votos favoraveis, merecer igual resultado em segunda votação, a que immediatamente se procederá; 3º, approvado com distincção, o que for proposto por alguns dos membros da commissão julgadora e em nova votação alcançar todos os votos favoraveis. Nos demais casos de julgamento, a nota será — approvado simplesmente.

Art. 336. Será permittido ao estudante approvado simplesmente inscrever-se de novo para o mesmo exame na epoca marcada pela commissão julgadora, mas neste caso prevalecerá a nota do segundo exame, quer seja de approvação, quer de reprovação.

Art. 337. A reprovação em uma ou algumas cadeiras não importa a perda do exame nas outras cadeiras da mesma serie; o reprovado poderá requerer exames sobre as materias da cadeira ou das cadeiras em que tiver sido inhabilitado; e só nesta hypothese deixará o exame de ser prestado por series.

Art. 338. O resultado do julgamento será escripto e assignado pelos membros da commissão julgadora, e tudo será reduzido a termo no livro competente.

## CAPITULO XIX

### DA DEFESA DE THESE PARA O GRÃO DE DOUTOR

Art. 339. O bacharel em sciencias sociaes e juridicas por alguma das Faculdades federaes ou a estas equiparadas que

quizer obter o grão de doutor, requererá ao director que o mande inscrever para defender theses.

Para este fim instruirá o seu requerimento :

1º, com a carta de bacharel, ou com a publica-fôrma desta, justificando a impossibilidade da apresentação do original ;

2º, com folha corrida no logar do seu domicilio.

Art. 340. As defesas de theses far-se-hão dentro dos primeiros quinze dias posteriores á abertura dos trabalhos.

A respeito dos doutorandos que queiram prestar a defesa de theses fóra da epocha marcada na primeira parte deste artigo, serão observadas as disposições dos arts. 286 e 287. Nesta hypothese, cada membro da commissão examinadora receberá do Thezouro, de cada defesa de these, a gratificação de 15\$, e o secretario a de 10\$. O doutorando pagará a taxa de 150\$000.

Art. 341. No principio do anno lectivo os lentes em exercicio enviarão ao director 10 questões sobre as materias de suas cadeiras.

Estas questões, depois de approvadas pela congregação e lançadas na acta da sessão em que forem adoptadas, serão pelo secretario numeradas e escriptas em livro especial, que será em qualquer tempo franqueado aos candidatos ao doutoramento.

Dentre as ditas questões escolherá o doutorando aquellas sobre que pretenda escrever as proposições e a dissertação.

Art. 342. O requerimento para a inscripção será entregue ao secretario, e este passará recibo delle ao portador, declarando o nome do pretendente, os documentos apresentados e o dia em que forem entregues.

Art. 343. Para a inscripção de que se trata, e para a escripturação de tudo que diz respeito a doutoramentos, haverá um livro especial rubricado pelo director.

Art. 344. Feita a inscripção o director marcará o dia e a hora em que se ha de reunir a congregação, afim de designar quando deva ter logar a apresentação das theses e nomear a commissão que as tem de examinar e approvar, a qual será composta de tres lentes.

Art. 345. As theses consistirão em proposições sobre todas as materias dos dous cursos, tocando, pelo menos, tres a cada uma dellas, e numa dissertação.

Art. 346. A commissão a que se refere o art. 344 deverá, no prazo de tres dias, contados do recobimento das theses, interpor e remetter o seu parecer por escripto ao director, afim de que este o faça constar ao doutorando.

Art. 347. Si o doutorando não se conformar com o parecer da commissão, poderá recorrer por meio de requerimento ao director. Este immediatamente convidará os dous lentes mais antigos entre os que não tiverem feito parte da primeira commissão, e com elles tomará conhecimento do recurso, resolvendo a questão definitivamente, para ser observada sem mais recurso.

Art. 348. Approvadas as theses, serão estas impresas a expensas do doutorando, o qual entregará ao secretario 50 exemplares, no prazo de 20 dias.

O frontespício deve conter simplesmente o seu objecto, fim e o nome do autor.

Art. 349. Recebidas as theses pelo secretario, e communicado por elle immediatamente o seu recebimento ao director, será convocada a congregação para se proceder em sessão publica ao sorteio dos lentes que devem compôr a commissão examinadora.

Esta commissão constará do director e de seis lentes, um de cada secção.

Art. 350. O presidente do acto será o director da Faculdade.

Art. 351. Cada examinador arguirá por meia hora, começando pelo mais moderno.

Art. 352. Si as theses, depois de impressas, não combinarem em doutrina com o original approvado, o director não consentirá que sejam defendidas e mandará intimar o seu autor para reformal-as, reimprimindo-as á sua custa.

Art. 353. Si as alterações indicarem má fé, o director levará o facto ao conhecimento da congregação, a qual, além do que fica disposto, poderá resolver que o doutorando seja reprehendido pelo mesmo director perante ella, ou adiar a defesa das theses pelo prazo de tres mezes a um anno, conforme a natureza e gravidade das alterações.

Art. 354. Si forem dous ou mais doutorandos, logo que se concluir o sorteio dos lentes para arguirem o primeiro, proceder-se-ha ao sorteio para a commissão examinadora do segundo, pelo modo determinado nos artigos antecedentes, e assim por deante.

Art. 355. Concluidos os trabalhos determinados nos artigos anteriores, o director mandará logo affixar no lugar do costume e publicar pela imprensa, edital em que se declare o dia da defesa das theses de cada um dos candidatos e distribuil-as por todos os lentes sorteados.

A defesa das theses se fará no oitavo dia depois do sorteio dos examinadores, ou no immediato, si aquelle for feriado.

Art. 356. No dia e hora determinados para a defesa das theses os lentes que estiverem em effectivo exercicio, precedidos do director, se dirigirão á sala dos actos sollemnes, com as insignias do seu grão, e subindo ao doutoral o director tomará o primeiro assento, seguindo-se os lentes cathedrauticos e substitutos, na ordem da antiguidade.

Art. 357. Logo que os lentes tiverem tomado assento no doutoral, o candidato será introduzido na sala pelo porteiro; e recebido á porta pelo secretario, este o acompanhará ao lugar que lhe é reservado, ao lado direito da mesma sala, e perto do doutoral, onde estará uma mesa convenientemente ornada; irá depois sentar-se no lado opposto, junto de outra mesa, sobre a qual haverá uma ampulheta de meia hora para regular o tempo da argumentação de cada examinador.

Art. 358. Acabadas as defesas das theses, sahirão da sala os doutorandos e os assistentes, e, fechadas as portas, os examinadores e o presidente do acto procederão ao julgamento, por votação nominal, cujo resultado o secretario lançará no respectivo livro, por termo, que será assignado pelos examinadores e pelo presidente.

Na declaração do resultado final, o secretario usará sempre de uma destas formulas: — *Approvado com distincção* — *Approvado plenamente* — *Approvado simplesmente* — *Reprovalo* — conforme o numero e a qualidade dos votos.

Art. 359. No dia seguinte ao da defesa das theses do primeiro doutorando, ou no immediato, si aquelle for feriado, será arguido e julgado o segundo, si o houver, e assim por deante, até ao ultimo, observando-se a respeito de cada um as formalidades acima declaradas.

Art. 360. No caso de não serem as theses approvadas pela commissão, não será o doutorando admittido a acto, sinão depois de um prazo de seis mezes a um anno, marcado pela congregação e sem que apresente novas theses que mereçam approvação.

Art. 361. O doutorando que for approvado deverá, antes de receber o grão, entregar na Secretaria da Faculdade 80 exemplares impressos das suas theses.

Art. 362. O director remetterá ao Governo, pelo menos, quatro exemplares das ditas theses, e á outra Faculdade de Direito um numero sufficiente para que possam ser distribuidas por todos os lentes, e fiquem alguns exemplares archivados na respectiva bibliotheca.

Art. 363. A approvação simples não impedirá a collação do grão.

Fica, todavia, salvo ao doutorando a faculdade de apresentar novas theses, e nesse caso prevalecerá a nota do segundo julgamento.

Art. 364. O que for reprovalo, sómente poderá ser admittido a novo acto um anno depois.

## CAPITULO XX

### DOS GRÃOS CONFERIDOS PELAS FACULDADES

Art. 365. Aos que tiverem sido approvados em todas as materias do curso juridico será conferido o grão de bacharel em sciencias juridicas; os que tiverem terminado o curso de sciencias sociaes receberão o grão de bacharel em sciencias sociaes.

O grão de doutor em sciencias juridicas e sociaes será conferido aos que, tendo o de bacharel em ambos os cursos, defenderem theses pela forma estabelecida neste regulamento.

Art. 366. O grão de bacharel em sciencias juridicas habilita para advocacia, magistratura e officios de justiça; o de ba-

charel em sciencias sociaes, para os logares do corpo diplomatico e consular e para os cargos de director, sub-director e official das secretarias do Governo e administração.

Art. 367. O estudante que tiver concluido um dos cursos e pretender habilitar-se no outro, poderá aguardar a terminação de seus estudos para tirar a carta de bacharel, na qual se mencionará a sua graduação em ambos os cursos.

Art. 368. Aos que tiverem sido approvados em todas as materias do curso de notariado será conferido o titulo de notario, que habilita para os officios de justiça.

Art. 369. O distinctivo do grão de bacharel em sciencias sociaes ou juridicas é um anel de ouro e rubi: os bachareis podem usar de uma beca, cujo figurino será dado por aviso do Ministerio da Instrução Publica.

Art. 370. Os distinctivos do grão de doutor em sciencias sociaes e juridicas são, além do anel de ouro e rubi, a borla e o capello. Podem tambem usar de beca, igual á dos bachareis.

## CAPITULO XXI

### DA COLLAÇÃO DO GRÃO DE BACHAREL

Art. 371. Publicada na Secretaria da Faculdade e pela imprensa a relação das pessoas que tiverem de tomar o grão de bacharel, comparecerão ellas no dia immediato, ás 10 horas da manhã, na sala destinada para a collação do grão, na qual serão admittidos pelo secretario, que fará chamada de todos, declarando os nomes dos que se acharem presentes.

Art. 372. Este acto será presidido pelo director, a quem compete conferir o grão na presença de todos os lentes, revestidos das insignias doutorais, e na do secretario, que lavrará o competente termo, o qual será assignado pelos ditos lentes.

Art. 373. Feita a chamada, o graduando mais antigo, acompanhado do secretario, pedirá ao director, em seu nome e no dos outros graduandos, o grão de bacharel, promettendo cumprir os deveres inherentes ao mesmo grão.

Cada um dos outros, pela ordem dos actos da ultima serie, se approximará da mesa em que estiver o referido livro, e repetirá a seguinte formula — Assim prometto.

Art. 374. Em seguida, o director chamará os graduandos e lhes conferirá o grão, pondo sobre a cabeça do primeiro a borla da Faculdade e usando da seguinte formula:—Em virtude da autoridade que me concedem os Estatutos desta Faculdade, confiro ao Sr. F. o grão de bacharel ..... Chamará depois o segundo e os que se lhe seguirem, até ao ultimo, e collocando a borla sobre a cabeça de cada um delles, dirá — e ao Sr. F.

Art. 375. Feita a collação do grão, um dos graduandos, que houver sido escolhido por seus companheiros, recitará um discurso analogo á solemnidade, o qual deverá ser previamente



apresentado ao director, que só consentirá na sua leitura, si nada tiver de inconveniente.

A este discurso responderá o director, em uma breve allocução, e dará por terminada a cerimonia.

Art. 376. Será permittido aos graduandos, mandarem, a expensas suas, ornar a sala do grão e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immedições.

Art. 377. Durante a collação do grão os lentes e os espectadores conservar-se-hão de pé e guardarão o maior silencio.

Art. 378. Ao bacharelando, que o requerer, allegando motivo attendivel, será conferido o grão immediatamente depois da approvação. Nesta hypothese a collação de grão far-se-hia, sem solemnidade nem discursos, na presença do director e secretario.

Art. 379. A collação do grão poderá tambem realizar-se sem a presença da congregação, ou qualquer outra solemnidade, quando o director assim o julgar conveniente.

## CAPITULO XXII

### DA COLLAÇÃO DO GRÃO DE DOUTOR

Art. 380. Na collação do grão de doutor observar-se-hão as seguintes formalidades:

Art. 381. Designado o dia pelo director, se dará aviso á congregação e aos doutorandos, e se expedirão cartas de convite aos doutores que constar existirem na cidade, aos chefes de repartições e pessoas gradas, para que compareçam a esta solemnidade.

Art. 382. O doutorando escolherá um lente para lhe servir de padrinho, o qual o acompanhará em todos os actos desde a sua chegada.

Art. 383. Ao chegar á porta principal será o doutorando recebido pelo porteiro e guardas que o acompanharão até uma sala, onde esperará pela hora marcada para a collação do grão.

Art. 384. A' hora designada dirigir-se-hão para esta sala o director e todos os lentes, precedidos do secretario, porteiro e guardas da Faculdade. O doutorando os virá encontrar á porta e ali reunidos seguirão para a sala dos grãos.

Nesta sala haverá, no lugar que for mais conveniente, uma mesa e cadeira de espaldar para o director; ao lado esquerdo serão collocadas duas cadeiras, sendo uma para o doutorando e outra para o padrinho, que lhe dará sempre a direita.

Os doutores das Faculdades federaes ou a estas equiparadas, das academias e universidades estrangeiras, que comparecerem com as respectivas insignias, tomarão assento promiscuamente logo abaixo do lente substituto mais moderno; si entre elles não houver algum ou alguns que sejam lentes de qualquer das Faculdades, estes os precederão sempre, guardando entre si a ordem da respectiva antiguidade.

Na mesma sala, além dos bancos ou cadeiras para os estudantes e espectadores, haverá assentos especiaes para os convidados.

Art. 385. Tendo todos tomado assento, fará o secretario a leitura do termo de approvação: em seguida o doutorando recitará um discurso analogo á solemnidade e o terminará pelo lido o grão que lhe deve ser conferido.

Este discurso será previamente apresentado ao director e a sua leitura só poderá realizar-se depois de julgado conveniente.

Art. 386. Findo o discurso, o padrinho do doutorando o apresentará ao director.

Este, depois de ouvir a promessa constante da formula annexa a este regulamento, lhe ornará o dolo com o anel competente e lhe conferirá o grão, pondo-lhe a borla sobre a cabeça e revestindo-o do capello. A formula da collação do grão de doutor será a mesma que a do grão de bacharel, com differença do nome do grão.

Art. 387. Em seguida o doutorando cumprimentará o director e todos os lentes, e irá sentar-se logo abaixo do lente mais moderno. O padrinho dirigir-lhe-ha um discurso congratulando-se com elle pelo resultado feliz de seus esforços, e mostrando-lhe a importancia do grão que acaba de receber e o uso que na sociedade deve fazer de suas lettras.

Art. 388. Concluido este discurso, o director declarará finda a cerimonia, e o novo doutor será acompanhado até á porta do edificio da Faculdade pelo mesmo prestito com que tiver ido da sala de espera para a dos grãos.

Art. 389. De todo este acto se lavrará um termo, que será assignado pelo director, pelo padrinho do doutor e pelo secretario.

Art. 390. Será permittido aos doutorandos mandarem, a expensas suas, ornar a sala do grão e collocar bandas de musica na mesma sala e em suas immedições.

Art. 391. Si concorrer mais de um doutorando no mesmo dia, serão todos recibos pela mesma maneira que o primeiro, na sala de espera, á proporção que forem chegando, e dahi irão juntamente para a sala dos grãos.

Art. 392. Neste caso o discurso de que trata o art. 385 será recitado pelo doutorando, que para este fim for escolhido pelos outros, o qual pedirá o grão para todos os graduandos.

O mais antigo fará a promessa por extenso, dizendo os outros simplesmente — Assim o prometto — como se manda praticar na collação do grão de bacharel, e o grão de doutor será conferido successivamente a cada um delles pela ordem da antiguidade da defesa das theses.

Art. 393. Dada a hypothese dos artigos antecedentes, proferirá o discurso de que trata o art. 387 o padrinho que for escolhido pelos doutorandos.

Art. 394. A solemnidade da collação do grão de doutor são applicaveis as disposições dos arts. 378 e 379.

## CAPITULO XXIII

## PATRIMONIO

Art. 395. As Faculdades federaes ou a ellas equiparadas é permittido constituirem patrimonios com o que lhes provier de doações, legados e subscrições.

Este patrimonio será administrado pelo director, na fôrma do regulamento proposto pela congregação e approved pelo Conselho de Instrução Superior.

O patrimonio será convertido em apolices da divida publica e os seus rendimentos serão applicados ás Faculdades e melhoramentos do ensino e edificio.

Art. 396. As doações e legados com applicação especial serão, porém, empregados na fôrma determinada nas respectivas doações e legados.

## CAPITULO XXIV

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 397. O logar de lente é incompativel com qualquer outro logar da Faculdade, excepto o de director. Podem, porém, os lentes cathedrauticos e substitutos e preparadores, exercer commissões do Governo, relativas ao ensino.

Art. 398. Os directores, os lentes cathedrauticos e substitutos, os preparadores e mais empregados mencionados neste regulamento, perceberão vencimentos e gratificações, marcados na tabella annexa sob n. 1. As taxas de matriculas e de exames bem como os emolumentos dos diplomas, constam da tabella annexa sob n. 2. As formulas das promessas para posse dos funcionarios e collação de grãos e os modelos dos diplomas e titulos, constam da tabella annexa sob n. 3.

Art. 399. Os lentes cathedrauticos e substitutos, os secretarios e bibliothecarios, os sub-secretarios e sub-bibliothecarios, que tiverem bem cumprido suas funcções, terão direito a um acrescimo de 20 % dos vencimentos no fim de 10 annos de exercicio, mediante requerimento ao Governo e informação do Conselho de Instrução Superior; os que tiverem concluido 20 annos de exercicio ou 30 annos de serviços geraes terão direito a mais 1/3 do vencimento inicial; cabendo aos que tiverem mais de 30 annos de exercicio ou mais de 40 de serviços ao paiz o acrescimo de 50 % do vencimento primitivo.

Art. 400. Os diplomas serão passados segundo os modelos juntos a este regulamento e impressos em pergaminho a expensas daquelles a quem pertencerem.

Art. 401. Os diplomas de pessoas que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario, serão enviados pelo director á autoridade do logar em que estiverem residindo

os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

Si porém o diplomado não se achar no Estado em que tem sua séde a Faculdade, o director enviará a carta ao delegado do Governo Federal no Estado em que elle residir, afim de ter aquelle destino.

Art. 402. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada perda do primeiro e com a competente ressalva lançada pelo secretario e assignada pelo director.

Art. 403. Haverá em cada Faculdade um sello grande que servirá para os diplomas academicos, e sómente poderá ser empregado pelo director, e outro pequeno para os papeis que forem expedidos pela secretaria.

A fôrma dos sellos continúa a ser a mesma.

Art. 404. A borla e fitas das cartas para o sello pendente terão a mesma fôrma e côr até agora seguidas.

O capello será da côr adoptada nas Faculdades e do feitio usado actualmente.

Art. 405. Na sessão de encerramento das aulas a congregação designará por votação nominal um dos seus membros para apresentar na 1.<sup>a</sup> sessão do anno seguinte uma *Memoria historica* em que se relatem os acontecimentos notaveis do anno findo.

Nesta *Memoria* será especificado o grão de desenvolvimento a que for levada nesse mesmo periodo a exposição das doutrinas, tanto nos cursos publicos como nos particulares, e para isso cada lente e cada professor particular darão ao relator da *Memoria historica* as informações precisas ácerca da materia que tiverem ensinado, afim de serem appensas á mesma *Memoria*.

Todos estes trabalhos serão impressos e publicados depois de approvados pela congregação, recolhendo-se alguns exemplares a bibliotheca para servirem de chronica da Faculdade.

Art. 406. As licenças ao director, lentes e empregados dos Estabelecimentos federaes se regularão pelo decreto n. 8488 do 22 de abril de 1882.

Art. 407. Estará em poder do secretario, para a verificação das faltas dos empregados, um livro, no qual serão notados os que não comparecerem á hora, ou se retirarem sem licença antes de findarem os trabalhos.

As faltas do secretario e do bibliothecario serão fiscalizadas immediatamente pelo director.

Reptar-se-ha falta a entrada depois da hora competente ou a saída antes della.

Art. 408. Haverá na Faculdade um relógio de parede para regular as horas das aulas e outros serviços.

Art. 409. Haverá também uma sineta para os signaes do começo e o fim das aulas.

Art. 410. No edificio da Faculdade, além das salas para as aulas, para as sessões de congregação, para a Secretaria, para a bibliotheca, para o director e para os lentes, haverá um salão especial para a collação dos grãos e mais actos solemnes.

Art. 411. Cada alumno terá direito nas aulas a um lugar numerado correspondente ao numero de sua matricula.

Art. 412. O director, lentes, secretario e bibliothecario usarão nos actos sollemnes da Faculdade do vestuario actualmente adoptado.

Art. 413. O porteiro e guardas usarão diariamente, no recinto do Estabelecimento e no exercicio de suas funcções, de um distinctivo, que consistirá em uma chapa de metal collocada ao lado esquerdo da gola, com a designação de seus empregos.

Art. 414. Não poderão servir de examinadores os lentes que tiverem com os examinandos parentesco até 2º grão, contado de conformidade com o direito canonico, nas linhas ascendentes e descendentes ou na linha transversal.

Nas questões de interesse particular não podem votar conjuntamente lentes que tenham entre si o referido parentesco.

Art. 415. Quando entre dous ou mais lentes se verificar o impedimento de que trata o artigo antecedente, só será admittido a votar o lente, mais antigo.

Quando o mesmo impedimento se verificar entre o director e algum ou alguns lentes, votará apenas o director.

Art. 416. *Pantheon*. Sob esta denominação haverá nas Faculdades uma sala destinada aos retratos ou photographias dos alumnos que terminarem os seus cursos e mais se houverem distinguido por seu talento, applicação e procedimento.

Paragrapho unico. Os alumnos a que se refere este artigo, e que terão o titulo de — Laureados — devem contar pelo menos 2/3 de approvações distinctas.

Art. 417. Durante o tempo feriado, o pessoal do corpo docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem no gozo de licença, perceberão integralmente seus vencimentos, sem embargo de quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem no anno lectivo.

## TITULO II

### Instituições de ensino juridico fundadas pelos Estados ou por particulares

#### CAPITULO I

#### DAS FACULDADES FUNDADAS PELOS PODERES DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 418. E' licito aos poderes dos Estados federados fundarem Faculdades de Direito; mas para que os grãos por ellas conferidos tenham os mesmos effeitos legais que os das Faculdades federaes, é de mister:

1º, que as habilitações para matriculas e exames e os cursos sejam identicos aos das Faculdades federaes;

2º, que se sujeitem à inspecção do Conselho de Instrucção Superior.

## CAPITULO II

## DOS CURSOS E ESTABELECIMENTOS PARTICULARES

Art. 419. E' permittido a qualquer individuo ou associação de particulares a fundação de cursos ou estabelecimentos, onde se ensinem as materias que constituem o programma de qualquer curso ou Faculdade federal, salva a inspecção necessaria para garantir as condições de moralidade e hygiene.

§ 1.º Para que essa inspecção possa ser exercida são obrigados, sob pena de multa imposta pelo Conselho de Instrução Superior, os professores que mantiverem aulas ou cursos e os directores de quaesquer estabelecimentos :

1º, a communicar, dentro de um mez da abertura dos mesmos, o local em que elles funcionam, si recebem alumnos internos, semi-internos ou sómente externos, as condições da admissão ou matricula, o programma do ensino e os professores encarregados deste. Esta communicação poderá ser feita ao delegado do Conselho de Instrução Superior.

2º, a prestar todas as informações que pelas autoridades competentes lhes forem requisitadas ;

3º, a franquear os estabelecimentos á visita das mesmas autoridades, sempre que se apresentarem para examinal-os ou assistir ás lições e exercicios.

§ 2.º Os professores e directores, a quem faltar a condição de moralidade, ficarão privados de ensinar ou de continuar com os estabelecimentos.

Faltando nos estabelecimentos de ensino a condição de hygiene, será marcado um prazo aos respectivos directores para que a preencham, sob pena de serem obrigados a fechal-os.

§ 3.º Os professores e directores, que por duas vezes consecutivas houverem sido multados pela mesma falta, ficam sujeitos a lhes ser prohibida a continuação do ensino ou dos estabelecimentos.

## CAPITULO III

## FACULDADES LIVRES

Art. 420. Aos estabelecimentos particulares que funcionarem regularmente poderá o Governo, com audiencia do Conselho de Instrução Superior, conceder o titulo de Faculdade livre, com todos os privilegios e garantias de que gozarem as Faculdades federaes.

As Faculdades livres terão o direito de conferir aos seus alumnos os grãos academicos que concedem as Faculdades federaes, uma vez que elles tenham obtido as approvações exigidas pelos estatutos destas para a collação dos mesmos grãos.

Art. 421. Os exames das Faculdades livres serão feitos de conformidade com as leis, decretos e instrucções que regulararem os das Faculdades federaes e valerão para a matricula nos cursos destes.

O Conselho de Instrução Superior nomeará annualmente commissarios que assistam a esses exames e informem sobre a sua regularidade.

Art. 422. Em cada Faculdade livre ensinar-se-hão pelo menos todas as materias que constituirem o programma da Faculdade federal.

Art. 423. Cada Faculdade livre terá a sua congregação de lentes com as attribuições que lhe forem dadas pelo respectivo regimento.

Art. 424. A infracção das disposições contidas neste titulo sujeita a congregação a uma censura particular ou publica do Governo, o qual, em caso de reincidencia, multará a associação em 500\$ a 1:000\$ e por ultimo poderá suspender a Faculdade por tempo não excedente de dous annos, devendo sempre ouvir o Conselho de Instrução Superior.

Enquanto durar a suspensão, não poderá a Faculdade conferir grãos academicos, sob pena de nullidade dos mesmos.

Art. 425. Constando a pratica de abusos nas Faculdades livres quanto a identidade dos individuos nos exames e na collação dos grãos, cabe ao Governo, ouvindo o Conselho de Instrução Superior, o direito de mandar proceder a rigoroso inquerito para averiguação da verdade, e, si d'elle resultar a prova dos abusos arguidos, deverá immediatamente cassar a instituição o titulo Faculdade livre, com todas as prerogativas ao mesmo inherentes.

Art. 426. A Faculdade livre que houver sido privada deste titulo não poderá recuperal-o sem provar que reconstituiu-se de maneira a offerecer inteira garantia de que os abusos commettidos não se reproduzirão.

### TITULO III

#### Disposições transitorias

Art. 427. Para as cadeiras novas, que não forem providas com os actuaes substitutos ou independente de concurso nos casos anteriormente declarados, poderá o Governo nomear lentes interinos, que não terão por isso direito de preferencia para as nomeações definitivas nos concursos, a que sem demora se deverá proceder. Os lentes interinos não tomarão parte nas provas e no julgamento dos concursos, devendo, porém, assistil-os.

Art. 428. Os lentes cathedraicos e substitutos que ficarem avulsos por força de eliminação de cursos ou do respectivo cargo terão direito a perceber todas as vantagens pecuniarias que lhes cabiam até a data da promulgação deste decreto, mas não terão direito ao exercicio de nenhum dos actos academicos; podendo,

entretanto, no acto da promulgação desta reforma ser collocados em outras cadeiras da Faculdade.

Art. 429. Os lentes cathedrauticos, e substitutos avulsos que não forem designados para outros cargos, deverão ser jubilados com todos os vencimentos.

Art. 430. O certificado de estudos secundarios ou o titulo de bacharel, a que se refere o art. 265 deste regulamento, só será exigido para a matricula nos cursos de sciencias sociaes e juridicas no anno de 1896. Até então os preparatorios indispensaveis serão:

Portuguez ;  
Francez ;  
Inglez ou allemão (à vontade do candidato) ;  
Latim ;  
Mathematica elementar ;  
Geographia, especialmente do Brazil ;  
Historia universal, especialmente do Brazil ;  
Physica e chimica geral, estudo concreto ;  
Historia natural, estudo concreto.

Só serão exigidos os exames de physica e chimica geral e de historia natural, dous annos depois da data da execução deste regulamento ; e os de algebra e trigonometria, um anno depois da mesma data.

Art. 431. A datar de 1891 os exames dos referidos preparatorios serão feitos no Gymnasio Nacional ou nos gymnasios particulares a este equiparados por decreto do Governo ou nos cursos annexos ás Faculdades de Direito que para esse fim serão reorganizados segundo as disposições adiante mencionadas.

Art. 432. O processo e julgamento desses exames e a organização das commissões julgadoras serão regulados pelas disposições daquelles estabelecimentos.

Art. 433. A exigencia do grão de doutor ou bacharel, ou outras condições para o exercicio dos cargos ou empregos que, por este regulamento, dependem daquellas condições, será dispensada aos actuaes serventuarios dos mencionados cargos ou empregos a quem faltarem as referidas condições e não possam ser transferidos para outros de vencimentos pelo menos iguaes aos que presentemente percebem.

Art. 434. Logo que for publicado este regulamento as congregações tratarão de organizar todos os programmas e instrucções especiaes nelles claramente definidos, e os que forem necessarios para a melhor execução de todas as disposições do mesmo regulamento.

Art. 435. Cada um dos actuaes substitutos será designado pelo Ministro da Instrução Publica, ouvido o director da Faculdade, para servir em uma das secções de que trata o art. 9º, ficando, porém, garantido a todos o direito de accesso, por antiguidade, ás cadeiras que vaguem ou sejam creadas em qualquer das secções.

Art. 436. Durante os cinco primeiros annos posteriores à data deste regulamento, poderá o Governo nomear ou contractar



sem concurso os lentes de medicina legal e hygiene publica, dentre os doutores ou bachareis em sciencias sociaes ou juridicas ou doutores em medicina, notoriamente habilitados sobre aquella materia. Os nomeados ou contractados que não forem doutores ou bachareis em sciencias sociaes e juridicas, terão assento na congregação, mas só discutirão e votarão sobre os assumptos relativos à sua cadeira. Poderá tambem o Governo nomear livremente os preparadores para aquellas cadeiras.

Art. 437. A respeito dos alumnos que, ao começar-se a execução deste regulamento, já tenham sido approvados nas materias do 1º anno e queiram concluir os seus estudos segundo o programma de ensino que vigorava na occasião das respectivas matriculas, observar-se-hão as seguintes disposições:

1º, serão dispensados de exame sobre as materias das cadeiras em que já tiverem sido approvados e das seguintes: 1ª da 2ª serie, 1ª da 3ª serie, 1ª e 3ª da 4ª serie do curso de sciencias juridicas, 3ª da 2ª serie, 2ª e 3ª da 3ª serie do curso de sciencias sociaes;

2º, durante os primeiros quatro annos depois da execução deste regulamento, a congregação organizará o horario das aulas, de modo que possam os referidos alumnos frequentar as cadeiras não exceptuadas pela disposição anterior e prestar os respectivos exames dentro do dito periodo; para esses exames se formarão bancas especiaes.

Os referidos alumnos que, por qualquer motivo, não terminarem seu curso dentro do mencionado quadriennio, ficarão sujeitos ao programma de ensino organizado por este regulamento.

Art. 438. Aos que, depois da data da execução deste regulamento, se bacharelarem em sciencias sociaes e juridicas segundo o programma anterior, não se conferirá o direito de inscrever-se para defesa de theses e nos concursos ao magisterio das Faculdades, sem que tenham sido approvados nas novas materias augmentadas por este regulamento.

Art. 439. Para os referidos alumnos que desejem continuar os seus estudos segundo o plano deste regulamento, determinará a congregação o meio mais commodo e pratico de transição para os novos cursos, dispensando-os dos exames das novas cadeiras creadas por desmembramento das antigas, em que já tenham sido approvados.

Art. 440. Quando, em virtude das disposições dos artigos anteriores, alumnos de um anno frequentarem aulas de outro, fal-o-hão, independentemente de matricula especial em taes aulas, que considerar-se-hão como do anno em que se acharem matriculados, sentando-se pela ordem da sua matricula a um lado da sala, ficando do outro lado os alumnos do anno a que pertence a cadeira.

Art. 441. As mesas examinadoras serão organizadas com os lentes que leccionaram as materias em que os alumnos tiverem de ser examinados, embora devam examinar mais de um anno.

Art. 442. A respeito dos lentes das antigas cadeiras observar-se-ha o seguinte :

O lente da 1ª cadeira do 1º anno regerá a 1ª da 1ª serie common aos cursos de sciencias sociaes e juridicas ; o da 2ª do 1º anno, a 2ª da 1ª serie do curso de sciencias juridicas ; o da 1ª do 2º anno, a 1ª da 2ª serie do curso de sciencias juridicas ; o da 1ª do 3º anno, a 2ª da 2ª serie do curso de sciencias juridicas ; o da 2ª do 3º anno, a 4ª da 2ª serie do curso de sciencias juridicas ; o da 1ª do 4º anno, a 2ª da 3ª serie do curso de sciencias juridicas ; o da 2ª do 4º anno, a 3ª da 3ª serie do mesmo curso ; o da 1ª do 5º anno, a 2ª da 4ª serie do mesmo curso ; o da 2ª do 5º anno, a 2ª da 2ª serie do curso de sciencias sociaes ; o da 3ª do 5º anno, a 1ª da 3ª serie do mesmo curso.

Art. 443. O Governo promoverá a substituição dos cursos annexos ás Faculdades por estabelecimentos de ensino secundario integral, segundo o plano do Gymnasio Nacional, aos quaes concederá, mediante condições, subvenção pecuniaria e prerogativas iguaes ás daquelle Gymnasio.

Art. 444. Enquanto não se crearem os estabelecimentos a que se refere o artigo antecedente, serão mantidos os cursos annexos, mas reorganizados sob as seguintes bases:

Art. 445. O curso de estudos será de cinco series, constando das seguintes disciplinas:

Portuguez ;  
 Latin ;  
 Francez ;  
 Inglez ;  
 Mathematica elemental ;  
 Physica e chimica geral ;  
 Historia natural, estudo concreto ;  
 Geographia ;  
 Historia universal, estudo concreto ;  
 Historia do Brazil.

Art. 446. Cada um dos estabelecimentos terá os seguintes lentes :

1 de lingua portugueza ;  
 1 de lingua latina ;  
 1 de lingua franceza ;  
 1 de lingua ingleza ;  
 2 de mathematica elemental ;  
 1 de physica e chimica geral ;  
 1 de geographia ;  
 1 de historia natural ;  
 1 de historia universal ;  
 1 de historia do Brazil.

Art. 447. As disciplinas a que se refere o artigo antecedente são todas obrigatorias.

Art. 448. As materias do curso serão distribuidas pelas cinco series pela fôrma seguinte:

1ª serie

1ª cadeira — Arithmetica ( estudo completo ). Algebra elementar ( estudo completo ). 6 horas por semana.

2ª cadeira — Portuguez. Estudos completos da grammatica expositiva. Exercicios de redacção ( com auxilio ministrado pelo lente ). 3 horas.

3ª cadeira — Francez. Grammatica elementar ; leitura e traducção de autores faceis. Versão de trechos simples de prosa. Exercicios de conversação. 3 horas.

4ª cadeira — Latin. Grammatica elementar ; leitura e traducção de trechos faceis. 3 horas.

5ª cadeira — Geographia physica, especialmente do Brazil ; exercicios chartographicos. Noções concretas de astronomia. 3 horas.

2ª serie

1ª cadeira — Geometria preliminar. Trigonometria rectilinea. Geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, da cissoide, da limaçon de Pascal e da espiral de Archimedes). 6 horas.

2ª cadeira — Portuguez. Grammatica historica. Exercicios de composição. 3 horas.

3ª cadeira — Francez. Revisão da grammatica elementar: leitura e traducção de autores gradualmente mais difficeis. Exercicios de versão e conversação. 3 horas.

4ª cadeira — Latin. Revisão da grammatica, traducção de prosadores gradualmente mais difficeis. 3 horas.

5ª cadeira — Geographia politica e economica, especialmente do Brazil. Exercicios chartographicos (estudo complementar da astronomia concreta). 3 horas.

3ª serie

1ª cadeira — Physica e chimica geral (estudo concreto). 6 horas.

2ª cadeira — Francez. Grammatica complementar. Traducção de autores mais difficeis. Exercicios de versão e conversação (estudo completo). 2 horas.

3ª cadeira — Latin. Traducção de autores gradualmente mais difficeis (estudo completo). 2 horas.

4ª cadeira — Inglez. Grammatica elementar ; leitura, traducção e versão faceis. Exercicios de conversação. 3 horas.

*Revisão* : Portuguez, geographia e mathematica elementar (uma hora por semana para cada materia).

## 4ª serie

1ª cadeira — Historia Universal (estudo concreto). 5 horas.

2ª cadeira — Inglez. Revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores facéis; exercicios graduados de versão e conversação. 3 horas.

3ª cadeira — Historia natural (estudo concreto). 6 horas.

*Revisão* : Portuguez, francez, latim, geographia, mathematica elementar, physica e chimica geral (uma hora por semana para cada materia).

## 5ª serie

1ª cadeira — Historia do Brazil. 5 horas.

2ª cadeira — Inglez. Leitura e traducção de autores mais difficeis. Exercicios de versão e conversação (estudo completo). 3 horas.

3ª cadeira — Historia natural, continuação do estudo da 3ª cadeira da 4ª serie. 3 horas.

*Revisão* : Portuguez, francez, latim, geographia, mathematica elementar, historia universal, physica e chimica geral (uma hora por semana para cada materia).

Art. 449. Serão exames finaes os seguintes:

de mathematica elementar, de lingua portugueza e de geographia, no fim da 2ª serie;

de lingua franceza, de lingua latina e de physica e chimica geral, no fim da 3ª serie;

de historia universal, no fim da 4ª serie;

de historia do Brazil, de lingua ingleza e de historia natural, no fim da 5ª serie.

Art. 450. Para admissão à matricula da 1ª serie é indispensavel:

1º, que o candidato tenha, pelo menos, 12 annos de idade;

2º, que exhiba certificado de estudos primarios do 1º grão, de accordo com o art. 6º do decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, ou obtenha no proprio curso approvação em todas as materias daquelles estudos;

3º, que prove ter sido vaccinado.

Art. 451. As aulas dos cursos annexos abrir-se-hão a 1 de março e encerrar-se-hão no dia 30 de novembro de cada anno; logo em seguida se procederá aos exames.

Paragrapho unico. Na segunda quinzena de fevereiro haverá outra epoca de exames de sufficiencia e finaes para os que, por motivo de molestia provada, não tiverem podido comparecer às provas do fim do anno precedente.

Art. 452. Os exames serão :

a) *de sufficiencia*, para as materias, que teem de ser continuadas na serie seguinte ; estes exames constarão simplesmente de provas oraes ;

b) *finaes*, para as materias que houverem sido concluidas ; estes constarão de provas escriptas e oraes, havendo tambem prova pratica para as cadeiras seguintes : physica e chimica, historia natural e geographia.

Art. 453. O exame de sufficiencia será prestado ante uma commissão composta pelos lentes da serie e presidida pelo lente para isso designado pelo director.

Art. 454. O exame final de cada materia será prestado ante uma commissão composta pelo lente da respectiva cadeira e mais dous membros, que o director nomeará de preferencia dentre os lentes das Faculdades, os quaes não serão obrigados a esse serviço, mas, quando queiram prestal-o, deverão fazel-o em hora que não complice com o serviço das Faculdades. Dos dous membros nomeados pelo director, um será o presidente da commissão e o outro examinará juntamente com o lente da cadeira ; cada um delles perceberá a gratificação diaria de 10\$000.

Art. 455. Os directores e secretarios dos cursos annexos serão os directores e sub-secretarios das Faculdades, os quaes por esse serviço perceberão a gratificação mensal de 100\$000.

Art. 456. Os vencimentos, direitos e obrigações dos lentes serão identicos aos dos lentes do Gymnasio Nacional.

Art. 457. Aos exames finaes poderão apresentar-se alumnos estranhos ao estabelecimento, caso o requirem, respeitada a ordem logica das disciplinas.

Art. 458. Os pontos para os exames de sufficiencia versarão sobre as materias leccionadas nas cadeiras da respectiva serie ; para os exames finaes versarão sobre diferentes partes de toda a disciplina comprehendida no programma de estudo.

Art. 459. Os pontos para os exames de sufficiencia e para os exames finaes serão os artigos dos programmas apresentados pelos lentes.

Art. 460. O examinando estranho ao curso annexo apresentará à mesa julgadora um *curriculum vite* assignado pelo director do estabelecimento particular em que estudou, ou pelos professores que o doutrinaram no seio da familia, donde se possam colher informações sobre seus precedentes collegiaes, seu procedimento moral e o aproveitamento que teve no curso de estudos.

Art. 461. Os examinandos estranhos ao curso a que se refere este artigo pagarão no acto da inscripção uma taxa de 5\$ por secção a cujo exame desejem submeter-se.

No regulamento dos cursos annexos se especificarão os pormenores deste processo de exames.

Art. 462. Fica revogado o art. 52 do regulamento annexo ao decreto n. 2006 de 25 de outubro de 1857, excepto na parte que diz respeito á direcção de collegios.

Art. 463. As vagas de lentes serão providas por decreto do Governo, mediante concurso, cujo processo será dado em regulamento.

Art. 464. Os directores e lentes constituirão uma congregação, que se reunirá regularmente para discutir questões de ensino e disciplina escolar, para eleger os membros das comissões julgadoras de concursos, prestar as informações que lhe forem exigidas pelos directores ou pelo conselho director da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal e propôr ao mesmo conselho as medidas que julgar convenientes ao melhoramento do ensino secundario.

Art. 465. Nos actos do concurso terá o director a presidencia.

Art. 466. Os programmas de ensino e os compendios e livros adoptados para as aulas serão propostos pelos lentes, estudados cuidadosamente por uma comissão eleita pela congregação e submettidos com os pareceres da mesma congregação e do director á decisão do conselho director da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal, o qual resolverá definitivamente, mandando executar o que mais convier.

Art. 467. Será permittida a frequencia de aulas avulsas, respeitada a ordem logica das materias.

Art. 468. Os lentes e empregados dos cursos annexos serão transferidos com os respectivos vencimentos para iguaes cargos dos Gymnasios que se organizarem de conformidade com o art. 443.

Art. 469. Aos lentes cathedrauticos e substitutos dos cursos annexos, que ficarem avulsos por eliminação das respectivas cadeiras, applicar-se-ha o art. 428.

Art. 470. Combinadamente com o que se achá determinado por este regulamento, serão applicadas aos cursos annexos, *mutatis mutandis*, as disposições que regem o Gymnasio Nacional.

Art. 471. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de janeiro de 1891.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*

Tabella n. 1 — Vencimentos

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Director.....	5:200\$000	2:000\$000	7:200\$000
Lente cathedratico.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Lente substituto.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Preparador.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Secretario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Sub-secretario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Bibliothecario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Sub-bibliothecario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Amanuense.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Porteiro.....	1.800\$000	900\$000	2:700\$000
Guarda.....	980\$000	420\$000	1:400\$000
Gratificação annual ao guarda que servir na bibliotheca.....	.....	400\$000	400\$000

Tabella n. 2 — Taxas e emolumentos

Diploma de doutor ou bacharel.....	20\$000
Título de notario.....	100\$000
Taxa de matricula.....	40\$000
Taxa de exame para quem tiver pago matricula.....	40\$000
E para quem não tiver pago matricula.....	80\$000
Inscrição para defesa de these fóra da epoca marcada pelo regulamento.....	150\$000
Certidão de approvação em uma ou todas as cadeiras de cada serie.....	5\$000

## Tabella n. 3

## PROMESSAS

*Do director e do vice-director*

Prometto respeitar as leis da Republica, observar e fazer observar os Estatutos desta Faculdade, cumprindo, quanto em mim couber, os deveres do cargo de director (ou vice-director).

*Dos lentes*

Prometto respeitar as leis da Republica, observar os Estatutos desta Faculdade e cumprir os deveres de lente, com zelo e dedicação, promovendo o adiantamento dos alumnos que forem confiados aos meus cuidados.

*Do secretario, do bibliothecario e dos mais empregados*

Prometto cumprir fielmente os deveres do cargo de... desta Faculdade.

*Para a collação dos grãos de bacharel ou doutor*

Prometto cumprir fielmente os deveres inherentes ao grão de bacharel ou doutor em...

*Para recebimento dos titulos de notario*

Prometto cumprir fielmente os deveres inherentes á profissão de...

## MODELO DOS DIPLOMAS

*De doutor*

*No alto.* — Em nome do Governo dos Estados Unidos do Brazil.

*Mais abaixo.* — Faculdade de..... da cidade de.....

*No corpo da carta.* — Eu F.... (o nome do director e seus titulos), director da Faculdade.

Tendo presente o termo de aptidão ao grão de doutor em sciencias sociaes e juridicas, que obteve o Sr. F..., natural de



..., filho de..., nascido a..., e o de collação do grão que recebeu no dia...de...de..., depois de ter sido approved (declarando-se a nota da approvação) em defesa de theses; e usando da autoridade que me conferem os Estatutos desta Faculdade, mandei passar ao dito Sr. F... a presente carta de Doutor em..., para que possa gozar de todos os direitos e prerogativas concedidas pelas leis da Republica.

ASSIGNATURA DO DOUTOR

(Sello.)

O PRESIDENTE DO ACTO, O DIRECTOR DA FACULDADE,

(Assignatura)

(Assignatura)

O SECRETARIO DA FACULDADE,

(Assignatura)

(O diploma terá pendente o grande sello da Faculdade.)

*De bacharel*

Os diplomas de bacharel serão passados nos mesmos termos dos de doutor, *mutatis mutandis*, e supprimidas as palavras: — depois de ter sido approved em defesa de theses.

*Dos titulos de notario*

A Faculdade de.... cidade de..., considerando que o Sr... natural de.... filho de....., nascido a....., foi examinado e approved (declarando-se a nota de approvação) em todas as materias do curso de....., lhe conferiu o titulo de notario, em virtude do que lhe foi passavlo o presente titulo, com o qual gozará de todas as prerogativas que as leis da Republica outorgam aos de sua profissão. E eu... secretario da mesma Faculdade o subscrevi.

(Assignatura do presidente do ultimo exame).

(Assignatura do director).

(Assignatura do secretario).



## DECRETO N. 1233 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Concede a Frederico Merei e Augusto Candido Harache autorização para construir obras de melhoramento do porto de S. Salvador, Estado da Bahia.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Frederico Merei e Augusto Candido Harache, concede-lhes autorização para, por si ou companhia que organizarem, construir obras de melhoramento do porto de S. Salvador, no Estado da Bahia, observadas, em relação á presente concessão, as clausulas que com este baixam assignadas pelo cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891,  
3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1233 desta data**

**I**

As obras de melhoramento do porto da bahia de S. Salvador, que constituem o objecto da concessão feita pelo presente decreto, são as seguintes:

Dous grandes molhes, formando uma bacia maritima abrigada ;

Caes em todo o perimetro interior da referida bacia, permitindo a atracação dos maiores paquetes transoceanicos ;

Docas secas para a vistoria, limpeza e reparação de navios ;

Armazens e alpendres para mercadorias ;

Installação dosapparelhos hydraulicos os mais aperfeiçoados para a guindagem das cargas ;

Formação de terraplenos ;

Collocação de pharões e boias ;

Assentamento de linhas ferreas para es vagões e para os guindastes hydraulicos rolantes ;

Abertura de novas ruas e praças.

## II

As referidas obras serão especificadas, em todos os seus detalhes, nos estudos definitivos, que os concessionários obrigam-se a apresentar dezoito mezes depois de assignado o contracto, e attenderão, desde logo, nesses estudos á alteração que lhes for indicada pela respectiva inspectoría dos portos, no intuito de orientar melhor a entrada da doca e do que se acha projectado no plano geral, que acompanhou a proposta dos concessionários.

## III

Approvados os referidos estudos, as obras serão encetadas dentro do prazo de dezoito mezes, a contar da data da approvação.

Não sendo approvados estes estudos são os concessionários obrigados a apresentar outros, de accordo com as modificações que lhes forem indicadas, o que farão dentro do prazo de seis mezes.

O Governo terá o prazo de tres mezes para dar ou negar a sua approvação a esses estudos, e si exceder desse prazo entender-se-ha que houve approvação tacita.

Quaesquer modificações ulteriores á approvação dos estudos definitivos só poderão ser feitas de accordo com os concessionários.

## IV

Suscitando-se desaccordo a respeito dos preços por unidade de cada especie de trabalhos, prevalecerão os preços que teem sido estabelecidos em outras obras de igual natureza, attendidas as diferenças de circumstancias locais.

## V

Todas as obras ficarão concluidas dentro de oito annos depois de começadas.

## VI

E' fixado em vinte e tres mil contos o capital maximo a empregar nas obras, podendo ser augmentado de accordo com os concessionários.

## VII

Os concessionários terão o uzo e gozo das obras pelo espaço de 60 annos, contados da data da conclusão das obras.

Findo esse prazo, reverterão para o Estado sem indemnização alguma as obras, terrenos e bemfeitorias, assim como todo o material fixo, rodante e fluctuante.

### VIII

Durante o prazo da concessão os concessionarios serão obrigados a proceder ás reparações que forem necessarias, a manter as obras em perfeito estado de conservação, e a restabelecer pela dragagem as profundidades de agua que forem fixadas para a bacia abrigada e seu canal de accesso.

O Governo terá o direito de, na falta de cumprimento desta clausula, fazer executar por conta dos concessionarios os trabalhos indispensaveis.

### IX

As repartições das obras serão feitas á custa dos concessionarios, quando seja provada a sua culpabilidade nos damnos sobrevindos.

Recusando-se os concessionarios ao cumprimento desta clausula, fará o Governo proceder, por sua conta, ás reparações necessarias, e a despesa feita será deduzida do capital effectivamente empregado nas obras pelos concessionarios.

### X

Para pagamento das despesas com a fiscalização por parte do Governo, dos juros do capital empregado nas obras, á razão de 6 % ao anno, da quota necessaria para amortização do mesmo capital no prazo da concessão, e, finalmente, das despesas de conservação e dos demais serviços a cargo dos concessionarios, o Governo arrecadará por conta destes o producto das taxas autorizadas pelo paragrapho unico do art. 7º da lei n. 3314 de 16 de outubro de 1886 e § 5º do art. 1º da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869, das quaes as primeiras não poderão exceder de 2 % sobre o valor da importação e 1 % sobre o da exportação, e as ultimas não poderão exceder dos preços que vigoram nas Alfandegas.

### XI

De accordo com o Governo os concessionarios poderão arrendar os terrenos accrescidos, que não forem necessarios aos fins desta concessão, nem á abertura de ruas, praças ou outros logradouros ou edificios publicos, sendo o producto do arrendamento reunido ao das taxas de que trata a clausula 10ª, afim de ter o mesmo destino.

## XII

Os juros de 6 % ao anno, a que se refere a clausula 10<sup>a</sup>, serão calculados semestralmente sobre o capital que se verificar ter sido empregado nas obras.

## XIII

As taxas mencionadas na clausula 10 serão cobradas proporcionalmente à importancia das obras realizadas e execução dos serviços correspondentes a cargo dos concessionarios.

Fica, porém, entendido que a responsabilidade do Governo pelos pagamentos devidos aos concessionarios, na forma estabelecida pelas clausulas da presente concessão, depende do producto das taxas indicadas, não podendo, em caso de *deficit*, ser reclamado do Governo mais do que a entrega de tal producto, depois de deduzidas as despezas de fiscalização ou de arrecadação das taxas, e as que resultarem de obras executadas em virtude da ultima parte da clausula 8.<sup>a</sup>

As tarifas approvadas serão revistas de cinco em cinco annos, mas a redução geral só poderá ser feita quando o producto arrecadado exceder ao indispensavel para a satisfação dos compromissos especificados na clausula 10.<sup>a</sup>

## XIV

Os armazens construidos pelos concessionarios gozarão de todas as vantagens e favores concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos, e poderão os concessionarios emittir titulos de garantia (*warrants*) das mercadorias depositadas nos mesmos, sujeitando-se ao regulamento que for expedido para tal fim.

## XV

O Governo poderá incumbir aos concessionarios o serviço da capatazias e armazenagem da Alfandega, formulando os regulamentos e instrucções necessarias.

## XVI

O Governo poderá resgatar as obras, dependencias e materiaes pertencentes aos concessionarios, em qualquer tempo, decorridos os dez primeiros annos depois da conclusão das obras.

O preço do resgate será fixado de modo que, reduzido a apolices da divida publica, produza uma renda equivalente a 6 % de todo o capital effectivamente empregado, deduzindo-se, porém, a importancia que já houver sido amortizada.

## XVII

Os concessionarios terão o direito de expropriar, na fôrma do decreto n. 1664 de 27 de outubro de 1855, as propriedades e bemfeitorias pertencentes a particulares, que se acharem em terrenos necessarios á construcção das obras.

## XVIII

Serão gratuitos os serviços com as malas do Correio, e os prestados á tropa e aos immigrants e suas bagagens.

Serão isentos de pagamento de taxas os botes, escaleres e outras pequenas embarcações empregadas no transporte dos viajantes e suas bagagens.

## XIX

As questões que se suscitarem entre o Governo e os concessionarios serão resolvidas por arbitramento, na fôrma do § 13 do art. 1º da lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869.

Si as obras forem executadas por empreza estrangeira, deverá ella ter representante legal no Brazil, para tratar directamente, quer com o Governo, quer com os particulares.

## XX

Os concessionarios ficam sujeitos, em tudo que lhes for applicavel, aos regulamentos approvados pelos decretos n. 1930 de 26 de abril de 1857 e n. 5837 de 26 de dezembro de 1874.

## XXI

Pela inobservancia das clausulas da presente concessão poderão ser impostas aos concessionarios multas, desde 200\$ até 5:000\$, e o dobro na reincidencia, sendo essas multas deduzidas das importancias dos pagamentos devidos aos concessionarios.

Incorrerá em caducidade a presente concessão, si forem excedidos os prazos para o começo e a conclusão das obras, e o Governo não quizer prorogal-os.

## XXII

Para garantia da fiel execução do contracto, os concessionarios farão no Thesouro Nacional uma caução de 40:000\$, que deverá ser feita antes da assignatura do mesmo contracto.

## XXIII

Ficará sem effeito a presente concessão, si os concessionarios deixarem de assignar o contracto, no prazo de 90 dias, contados da data da publicação no *Diario Official*. — *Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1234 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Approva os estudos das variantes do traçado da Estrada de Ferro do Natal ao valle do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

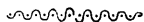
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe requereu a Companhia de Estradas de Ferro e Navegação, cessionaria da estrada de ferro entre a cidade do Natal e o valle do Ceará-mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, a que se referem os decretos ns. 10.370, 356 e 573, de 28 de setembro de 1889, 26 de abril e 12 de julho ultimos, resolve approvar os estudos das variantes do traçado da referida estrada, sendo uma entre os kilometros 12 e 17, passando pelo aterro já em parte existente na lagôa do Extremoz, e outra entre os kilometros 25 e 33, da Rapoza em diante, nos termos da clausula 2<sup>a</sup> do supramencionado decreto n. 573 de 12 de julho ultimo.

O cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1235 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Autoriza Augusto Alves Portella Filho a transferir á Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil a concessão de uma estrada de ferro entre Caruarú, no Estado de Pernambuco, e Crato, no do Ceará, feita por decreto n. 1030 de 22 de novembro ultimo.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu Augusto Alves Portella Filho, concessionario

de uma estrada de ferro entre Caruarú, no Estado de Pernambuco, e Crato, no do Ceará, a que se refere o decreto n. 1069 de 22 de novembro ultimo, resolve autorizar-o a transferir a mesma concessão á *Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil*, ficando esta subrogada nos direitos e obrigações constantes das clausulas que baixaram com o citado decreto.

O cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



DECRETO N. 1236 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção do batalhão de infantaria da Guarda Nacional das comarcas de Maroim, Japarutuba e Capella, no Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão de infantaria do serviço activo, com seis companhias e a designação de 25º, a 5ª secção de batalhão do mesmo serviço, já organizado na freguezia de Santo Amaro das Grotas e pertencente ao commando superior da Guarda Nacional das comarcas de Maroim, Japarutuba e Capella, no Estado de Sergipe; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*





## DECRETO N. 1237 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Cria um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de S. José d'Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes, a Guarda Nacional da comarca de S. José d'Além Parahyba, e organizado nesta um commando superior que se comporá de um batalhão de infantaria com a designação de 20º, um corpo de cavallaria com a designação de 6º e um batalhão de reserva com a designação de 61º, com se's companhias cada um.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1238 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Honorio Lima para explorar kaolim e marmore no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Honorio Lima, resolve conceder-lhe permissão para explorar kaolim e marmore em terrenos devolutos no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1238 desta data**

I

Fica concedido a Honório Lima, reservados os direitos de terceiro, o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de kaolin e marmore no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, em terrenos devolutos.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza das minas, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e aos meios de comunicação existentes.

III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações, a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros; e a deseccar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da vizinhança.

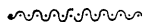
IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1239 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Concele permissão a Honório Lima para explorar kaolin e marmore no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação,

Attendendo ao que requereu Honório Lima, resolve conceder-lhe permissão para explorar kaolin e marmore em terrenos devolutos no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio 3 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1239 desta data**

I

Fica concedido a Honório Lima, resalvados os direitos de terceiro, o prazo de dous annos, contados desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de kaolin e marmore em terrenos devolutos no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communição existentes.

III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso

natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da vizinhança.

## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio.*



### DECRETO N. 1240 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Concede autorização a Antonio Francisco Bandeira Junior para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Suburbana.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Antonio Francisco Bandeira Junior, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Suburbana e com os estatutos que apresentou; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio 3 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

## Estatutos da Cooperativa Suburbana, a que se refere o decreto n. 1240 de 3 de janeiro de 1891.

### CAPITULO I

#### DENOMINAÇÃO, OBJECTO, SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica constituída uma companhia sob a denominação de Cooperativa Suburbana, tendo por objecto : desenvolver o commercio de generos alimenticios, adquirindo por conta propria os estabelecimentos que julgar necessarios.

Art. 2.º A companhia terá séde, administração e fóro juridico nesta Capital Federal e reger-se-ha pelos presentes estatutos e legislação geral em vigor, e durará pelo prazo de 50 annos, não podendo antes ser dissolvida sinão nos casos previstos na lei.

Art. 3.º A companhia será administrada, gerida, dirigida e representada por sua directoria, á qual, pelos presentes estatutos, são conferidos, por aquelle juizo, plenos, geraes e especiaes poderes, inclusive os em causa propria.

Art. 4.º O anno social correrá de 1 de janeiro a 31 de dezembro, devendo os negocios da companhia ser balanceados no fim de cada semestre.

### CAPITULO II

#### CAPITAL E FUNDO DE RESERVA

Art. 5.º O capital social será de 250:000\$, podendo ser elevado até 500:000\$, em acções de 200\$ cada uma.

Art. 6.º A companhia poderá emittir *debentures* até á importancia do seu capital ; para isso fica a directoria desde já autorizada. Neste caso, as acções ficam integralizadas, devendo, porém, a importancia do sorteiro ser escripturada como entrada do capital.

Art. 7.º Em cada semestre retirar-se-ha dos lucros uma quota, á deliberação da directoria, para formar o fundo de reserva até metade do capital.

Art. 8.º As acções serão nominativas e transferiveis por termo assignado pelo cedente e cessionario ou seus representantes legais, em livro especial de transferencias.

Art. 9.º Depois da 1ª entrada de 30 % no acto da subscrição, serão as demais de 10 %, á vontade da directoria, com intervallos nunca menores de 30 dias entre uma e outra chamada, precedidas de annuncios com antecedencia de 15 dias.

Art. 10. O accionista que no prazo estipulado não realizar o pagamento pagará a móra de 1 % ao mez até tres mezes, per-

dendo dahi em deante as entradas que houver effectuado, em beneficio do fundo de reserva, sendo a acção reemittida.

Art. 11. Fica ao arbitrio da directoria a cobrança judicial, na fórma da lei, das entradas devidas pelo accionista.

### CAPITULO III

#### DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 12. A companhia será administrada por uma directoria composta de presidente, director-secretario e director-gerente eleitos pela assembléa geral, por tres annos, excepto a primeira, que funcionará por seis annos, sendo reelegivel.

§ 1.º Os honorarios dos directores serão de 4:800\$ annualmente.

Art. 13. Só poderá ser director o accionista possuidor de 25 acções pelo menos, as quaes serão caucionadas á companhia como garantia de sua gestão durante o prazo do mandato e até que sejam approvadas as respectivas contas.

Art. 14. Os directores escolherão entre si o presidente, o secretario, o thesoureiro e o gerente.

Art. 15. Não podem servir conjunctamente na directoria pae e filho, sogro e genro, cunhados e parentes em 2º grão e socio, de firmas commerciaes, nem os credores pignoratícios e os impedidos de negociar, sendo nulos os votos dados nessas condições.

Art. 16. A directoria reunir-se-ha ordinariamente duas vezes por mez e extraordinariamente sempre que for necessario, lavrando actas que serão assignadas pelos directores presentes.

Art. 17. Ao presidente em caso de empate compete decidir com o voto de qualidade.

Art. 18. O presidente será substituido pelo secretario, este pelo thesoureiro, e assim por deante.

Art. 19. Quando algum dos directores estiver impedido por mais de tres mezes, será chamado para substituil-o um membro do conselho fiscal e para o conselho fiscal será chamado um supplente.

Art. 20. Compete á directoria :

§ 1.º Nomear, suspender e demittir empregados, marcar-lhes vencimentos, fianças e attribuições.

§ 2.º Representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, podendo para esse fim constituir mandatarios.

§ 3.º Contractar o pessoal necessario para o serviço da companhia.

§ 4.º Fazer acquisição de bens moveis ou immoveis necesarios á installação de armazens, depositos e dependencias da casa matriz.

§ 5.º Organizar o relatorio, contas e balanço, que annualmente devem ser apresentados á assembléa geral.

§ 6.º Fazer chamadas de capitaes.

§ 7.º Fazer dividendos semestraes.

§ 8.º Deliberar sobre a convocação de assembléa geral ordinaria ou extraordinaria.

§ 9.º Deliberar, resolver sobre todos os assumptos da companhia, que não exijam autorização da assembléa geral.

§ 10. Contrahir emprestimo por debentures, na fórma estabelecida.

§ 11. Superintender e dirigir os negocios que forem objecto da companhia e praticar, em geral, todos os actos para a sua boa gestão.

Art. 21. O presidente é o órgão da directoria, competindo ser executor e fazer executar as autorizações desta e da assembléa geral; representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, constituindo mandatarios revogaveis, assignar documentos que importem responsabilidade, contractos, escripturas, etc.

Paragrapho unico. Os directores não contraem obrigação solidaria pessoal pelos actos praticados no exercicio do mandato, mas respondem pelos prejuizos causados á companhia, por fraude, dolo, culpa, negligencia ou omissão no desempenho das funcções de que tratam estes estatutos ou a lei.

Art. 22. O conselho fiscal, composto de tres accionistas, será eleito annualmente em assembléa geral ordinaria, vencendo a gratificação annual de 1:200\$000.

Art. 23. Haverá tres supplentes do conselho fiscal, igualmente eleitos por um anno e sem vencimentos.

Art. 24. Compete ao conselho fiscal:

§ 1.º Examinar os livros da companhia, verificar o estado da caixa e exigir quaesquer informações dos directores.

§ 2.º Dar parecer sobre as contas e balanços.

§ 3.º Exercer todos os actos de fiscalização, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 25. Os fiscaes podem assistir ás sessões da directoria, nas quaes teem voto consultivo e assignação, quando o emitirem, a respectiva acta com a directoria.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 26. A assembléa geral ordinaria terá lugar todos os annos, no correr dos mezes de abril ou maio, e as extraordinarias quando convocadas.

Art. 27. Os accionistas poderão ser representados por procuradores e representantes legais e naturaes.

Não podem ser procuradores: os directores da companhia; os membros do conselho fiscal e seus supplentes; os individuos não accionistas.

As procurações e documentos que dão direito á representação serão entregues á directoria tres dias antes de cada assembléa.

Art. 28. Cada grupo de dez acções dá direito a um voto. Só podem votar os accionistas que tiverem as acções registradas com 30 dias de antecedencia ainda mesmo caucionadas.

Art. 29. As convocações para reuniões das assembleas geraes serão annunciadas pelo menos com 15 dias de antecedencia, com declaração de motivo.

Art. 30. O accionista que não tiver direito de voto pôde comparecer às reuniões e tomar parte nas discussões.

Art. 31. O presidente da assemblea será o da directoria, servindo de secretarios dois accionistas para isso convidados.

Art. 32. As deliberações da assemblea serão tomadas *per capita*, salvo quando algum accionista reclamar escrutinio secreto.

Art. 33. Para que a assemblea geral se possa considerar constituida em primeira convocação é necessario que os accionistas presentes representem pelo menos a quarta parte do capital.

Art. 34. Não se reunindo o numero a que se refere o artigo anterior será feita nova convocação com intervallos de oito dias, podendo então deliberar com qualquer numero de accionistas.

Art. 35. A assemblea geral reunir-se-ha extraordinariamente quando convocada pela directoria, conselho fiscal ou a requerimento de setenta accionistas, que representem pelo menos o quinto do capital social.

## CAPITULO V

### DIVISÃO DOS LUCROS

Art. 36. Só poderão fazer parte de dividendos os lucros liquidos provenientes das transacções effectivamente concluidas nos semestres de janeiro a junho e julho a dezembro, distribuidos pelo seguinte modo :

12 % para dividendo do capital realizado ;

5 % para fundo de reserva.

O que exceder será dividido em duas partes : uma para dividendo adicional e outra para distribuir-se em partes iguaes pelos quatro directores.

O fundo de reserva pôde ser constituido em titulos da escolha da directoria.

Os debentures emitidos, uma vez sorteados, cessam de vencer juros.

Art. 37. Logo que o fundo de reserva attingir a metade do capital, cessará a sua accumulção enquanto não for desfalcado.

Art. 38. Reverterão para o fundo de reserva os dividendos não reclamados no prazo de tres annos.



## CAPITULO VI

Art. 39. Nos casos de liquidação, expiração de prazo da companhia ou outro qualquer motivo, a assembléa geral resolverá acerca do modo de liquidação. Ainda depois de dissolvida, a companhia reputar-se-ha existente para todas as operações e actos de liquidação.

Art. 40. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis em vigor.

Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, 10 de dezembro de 1890.



## DECRETO N. 1241 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Altera o art. 49 do regulamento que baixou com o decreto n. 720 de 5 de setembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro dos Negocios da Justiça sobre a conveniencia de ser alterado o art. 49 do regulamento que baixou com o decreto n. 720 de 5 de setembro do anno findo, afim de permittir-se que a divisão e demarcação das terras do dominio privado, nos logares onde não houver profissionaes com algum dos titulos designados no decreto n. 3198 de 16 de dezembro de 1863, sejam feitas por pessoas nomeadas pelos interessados ;

Decreta :

Artigo unico. Nos logares onde não houver profissionaes com algum dos titulos de habilitação designados no decreto n. 3198 de 16 de dezembro de 1863, podem os interessados, nas divisões e demarcações das terras do dominio privado, feitas judicialmente, propôr como agrimensores quaesquer pessoas de sua escolha, ficando nesta parte alterado o art. 49 do regulamento que baixou com o decreto n. 720 de 5 de setembro de 1890.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1242 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Declara a entrada da comarca de Serra Negra, marca o vencimento do respectivo promotor publico e cria o logar de juiz municipal e de orphãos no termo do mesmo nome, no Estado de S. Paulo.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' declarada de primeira entrada a comarca de Serra Negra, no Estado de S. Paulo, creada por acto de 30 de dezembro ultimo.

Art. 2.º O promotor publico da referida comarca terá o vencimento annual de um conto e quatrocentos mil réis, sendo oitocentos mil réis de ordenado e seiscentos mil réis de gratificação.

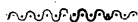
Art. 3.º Fica creado o logar de juiz municipal e de orphãos no termo de Serra Negra, de que se compoe a comarca do mesmo nome.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Pêraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1243 — DE 3 DE JANEIRO DE 1891

Restabelece nos corpos de cavallaria e de artilharia de campanha de guarnição na Capital Federal o logar de picador.

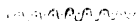
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á representação dirigida pelo commandante do 1.º regimento de cavallaria, resolve mandar restabelecer nos corpos dessa arma e nos de artilharia de campanha de guarnição na Capital Federal o logar de picador, com a graduação de alferes e respectivos vencimentos.

O Marechal Floriano Peixoto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Governo Provisorio, 3 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Floriano Peixoto.*



## DECRETO N. 1244 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Considera de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados, os predios ns. 59, 61 e 63 da rua dos Invalidos.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de urgencia a construcção de edificios proprios para o Pedagogium, Escola Modelo e Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria da Capital Federal, resolve, na forma do decreto n. 809 de 4 de outubro ultimo, decretar como de utilidade publica, para o fim de serem desapropriados os predios de propriedade particular ns. 59, 61 e 63 da rua dos Invalidos. Na desapropriação destes predios serão observadas as disposições do decreto n. 1664 de 27 de outubro de 1855, correndo o respectivo processo perante o juiz dos Feitos da Fazenda Nacional e sendo os arbitros nomeados a saber : dous pelo proprietario, dous pelo procurador da Fazenda Nacional e o quinto pelo juiz.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1245 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão ao Dr. Antonio Felicio dos Santos e outro para explorarem minerios de cobre, no Estado de Minas Geraes.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram o Dr. Antonio Felicio dos Santos e José Pedro Lessa, resolve conceder-lhes permissão para explorarem minerios de cobre no municipio da Conceição do Serro e nos limitrophes, situados na bacia do rio das Velhas, Estado de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1243  
desta data****I**

Fica concedido ao Dr. Antonio Felicio dos Santos e José Pedro Lessa o prazo de dous annos, contado desta data, afim de procederem a pesquisas e explorações para o descobrimento de minerios de cobre, no municipio da Conceição do Serro e nos limitrophes, situados na bacia do rio das Velhas, Estado de Minas Geraes.

**II**

Dentro do referido prazo os concessionarios deverão apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perlis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declararão em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communicação existentes.

**III**

Os concessionarios serão obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção às aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

**IV**

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

**V**

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1246 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Torna extensiva a outros mineraes a concessão feita ao Visconde de S. Luiz do Maranhão e outro para a exploração de minas de cobre no municipio da Chapada, Estado do Maranhão.

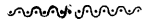
O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram o Visconde de S. Luiz do Maranhão e Florencio José Freitas dos Reys, resolve tornar extensiva a outros mineraes a concessão constante do decreto n. 1146 de 6 de dezebrio ultimo, pelo qual lhes foi concedida permissão para explorarem minas de cobre no municipio da Chapada, Estado do Maranhão.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1247 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Pierre Labourdenne Saint Juliaa para estabelecer uma rede telephonica entre a capital do Estado de S. Paulo e as cidades de S. Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Tatuhy, Tietê, Itapetininga, Faxina e Botucatu.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de utilidade publica a rede de communicacão telephonica que se propõe estabelecer o cidadão Pierre Labourdenne Saint Juliaa entre a capital do Estado de S. Paulo e as cidades de S. Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Tatuhy, Itapetininga, Faxina e Botucatu, resolve conceder ao alludido proponente autorização para, por si ou companhia que organizar, levar a effeito a citada rede telephonica, mediante as seguintes clausulas :

## I

O prazo da concessão é de 15 annos.

## II

O concessionario, ou companhia que organizar, pagará ao Estado Federal 10 % da renda bruta da companhia ou empresa.

## III

No caso de querer o Governo Federal proceder ao resgate da mesma, o pagamento será effectuado em apolices da dívida publica que produzam juros equivalentes à renda liquida média annual da companhia ou empresa nos cinco annos anteriores à data do resgate, ou somente dos annos anteriores, si o resgate tiver lugar antes do primeiro quinquennio.

## IV

O concessionario sujeitar-se-ha ás prescripções do regulamento approvedo pelo decreto n. 8935 de 21 de abril de 1883.

## V

A presente concessão caducará si no prazo de seis mezes não forem começados os trabalhos.

## VI

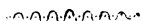
O Governo reserva-se o direito de fiscalizar a empresa ou companhia do modo que entender conveniente.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1248 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Concede autorização a Francisco Secco, Candido Mathens da Silva Pardal e Lourenço da Cruz Cardoso para introduzirem e explorarem um aparelho electrico destinado a transmittir noticias do movimento da Praça do Commercio.

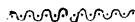
O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que é destinado a contribuir para facilitar as relações commerciaes o aparelho electrico, cujo uso se propoem introduzir nesta capital os cidadãos Francisco Secco, Candido Matheus da Silva Pardal e Lourenço da Cruz Cardoso, e que collocado na Praça do Commercio tem por fim transmittir aos que delle se servirem noticias das transacções alli effectuadas, resolve conceder autorização aos referidos cidadãos para, por si ou companhia que organisarem, introduzirem e explorarem o dito aparelho nesta cidade, sem onus ou privilegio algum.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1249 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade da Limeira a Antonio Maria da Silva Gordinho para estabelecer um centro telephonico na mesma cidade e concede-lhe autorização para construir linhas telephonicas para quaesquer pontos daquelle municipio.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que o centro telephonico estabelecido na cidade da Limeira por Antonio Mariano da Silva Gordinho attende a interesses daquelle localidade, resolve confirmar a concessão que lhe foi feita pela respectiva Intendencia Municipal e bem assim conceder-lhe autorização para estabelecer linhas para quaesquer pontos comprehendidos os limites do municipio da referida cidade.

O concessionário sujeitar-se-ha ás seguintes clausulas:

I

O prazo da concessão é de 15 annos.

II

O concessionario pagará ao Estado Federal 10 % da renda bruta da empresa.

III

No caso de querer o Governo proceder a resgate, o pagamento será feito em apolices da divida publica que produzam juros equivalentes á receita liquida média annual da empresa nos cinco annos anteriores á data do resgate, ou somente nos annos anteriores, si o resgate tiver logar antes do primeiro quinquennio.

IV

Fica ao Governo o direito de fiscalizar a empresa do modo que entender conveniente.

V

A concessão caducará si não forem começadas as obras antes de seis mezes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*





## DECRETO N. 1250 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Concede ao Banco Emissor do Norte autorização para construir e explorar linhas telephonicas em Manáos.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de manifesta utilidade publica as linhas telephonicas que o Banco Emissor do Norte se propõe construir, por si ou por empresa que organizar, e explorar na cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, resolve conceder ao mesmo banco autorização para levar a effeito a construção das citadas linhas telephonicas, mediante as seguintes clausulas:

## I

O prazo da concessão é de 15 annos.

## II

O concessionario pagará ao Estado Federal 10 % da renda bruta da empresa.

## III

No caso de querer o Governo Federal proceder a resgate da mesma, o pagamento será feito em apolices da divida publica, que produzam juros equivalentes à receita liquida média annual da empresa nos cinco annos anteriores à data do resgate, ou somente dos annos anteriores, si o resgate tiver logar antes do primeiro quinquennio.

## IV

Fica ao Governo Federal o direito de fiscalizar a empresa do modo que entender conveniente.

## V

A concessão caducará si não forem começadas as obras antes de seis mezes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 8 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1251 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Cria mais um lugar de amanuense na Secretaria da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o Ministro dos Negocios da Justiça, acerca da necessidade de mais um amanuense na Secretaria da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, especialmente encarregado do serviço do archivo, decreta:

Art. 1.º F' creado na Secretaria da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul mais um lugar de amanuense, com vencimentos iguaes aos dos outros amanuenses e especialmente encarregado do serviço do archivo da mesma Secretaria.

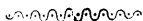
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisório, no Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1891. 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1252 — DE 8 DE JANEIRO DE 1891

Concede á Baroneza de Villa Maria prorrogação por mais dous annos do prazo marcado no decreto n. 8780 de 25 de novembro de 1882.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requerem a Baroneza de Villa Maria, que obteve permissão para lavrar mineraes no municipio de Corumbá, Estado de Matto Grosso, resolve prorogar por mais dous annos, contados desta data, o prazo marcado e referido nos decretos ns. 8780 de 25 de novembro de 1882 e 10.104 de 1 de dezembro de 1888, afim de concluir os trabalhos de medição e demarcação do terreno mineral, a que se refere a clausula 3.ª das que baixaram com o primeiro daquelles decretos.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisório, 8 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1253 — DE 9 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão ao bacharel José Cesário de Faria Alvim para explorar minas de ferro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o bacharel José Cesário de Faria Alvim, resolve conceder-lhe permissão para explorar minas de ferro e outros mineraes, em terras de sua propriedade, no municipio da Viçosa, Estado de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 9 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto n.1253  
desta data**

I

Fica concedido ao bacharel José Cesário de Faria Alvim, reservados os direitos de terceiro, o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ferro e outros mineraes em terras de sua propriedade, sitas na freguezia de S. Sebastião do Coimbra, municipio da Viçosa, Estado de Minas Geraes.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com peritis que demonstrem, quanto possível, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communicação existentes.

III

O concessionario sera obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às pro-

priedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos ; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações ; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros, e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da vizinhança.

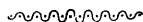
## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1891.— *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1254 — DE 9 DE JANEIRO DE 1891

Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na capital do Estado do Ceará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca da capital do Estado do Ceará mais um batalhão de infantaria de seis companhias e a designação de 76º, que será organizado com os guardas nacionaes do serviço activo alistados no municipio de Mecejana ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1256 (\*) — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Altera o regulamento da Escola Naval, mandado executar por decreto n. 10.201 de 9 de março de 1889.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e considerando:

Que convem dar ao curso da Escola Naval melhor orientação afim de que os alumnos possam colher mais proficuos resultados no estudo das materias ;

Que a maior idade mais facilmente presta-se ao desenvolvimento intellectual do alumno para o estudo das diversas disciplinas lidas na Escola ;

Que urge providenciar no sentido de evitar a promiscuidade entre adultos e menores a bem da disciplina, boa ordem e moralidade que devem ser mantidas com rigor no estabelecimento ;

Que importa em algarismo elevado a formação de um guarda-marinha durante os seis annos do curso escolar ;

Que o acrescimo da despeza com o augmento dos vencimentos do pessoal docente e administrativo com a reorganização não excede de 4:085\$755 pela suppressão do primeiro anno, e que esse mesmo acrescimo desaparecerá com a do segundo anno, em 1892, resultando então não pequena economia :

Resolve approvar o regulamento que a este acompanha, assignado pelo mesmo Ministro e Secretario de Estado, que o fará executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891,  
3.<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Eduardo Wandenkolk.*

**Regulamento da Escola Naval a que se  
refere o decreto n. 1256 desta data**

**TITULO I**

**Da Escola**

**CAPITULO I**

**DO ENSINO**

Art. 1.<sup>o</sup> A Escola Naval tem por fim a instrucção e a educação militar maritima, theorica e pratica, dos jovens que se destinarem ao serviço da Armada.

---

(\*) O decreto n. 1255 não foi publicado no *Diario Official*.

Art. 2.º O ensino geral na Escola Naval comprehende :

Os cursos	{	prévio e superior	{	para aspirantes e guardas-marinha- alumnos
As viagens de instrução	{	para aspirantes, guardas-marinha- alumnos e guardas-marinha con- firmados.		

Art. 3.º O curso prévio constará das materias seguintes:

1ª classe—Algebra, de equações do 2º grão em deante, trigonometria rectilinea e espherica.

1ª classe—Repetição e applicações praticas.

2ª classe—Apparelho dos navios, corte de velas, exercicios de escaleres á vela e a remos.

Ensino graphico—Desenho figurado, de paisagem de marinha e linear.

Ensino technico—Resolução dos problemas de navegação estimada.

Ensino accessorio—Gymnastica e natção.

*Pessoal para o ensino no curso prévio*

Art. 4.º :

1ª classe—Um professor e um adjunto.

2ª classe—Um professor, que será o mesmo de manobra do curso superior.

Ensino graphico—Um auxiliar.

Ensino technico—Um instructor.

Ensino accessorio—Um mestre.

Art. 5.º O curso superior, que será de tres annos para os aspirantes e de um anno para guardas-marinha-alumnos, começando annualmente a 15 de março e terminando a 31 de outubro, constará das materias seguintes:

*Para aspirantes*

1º anno

Art. 6.º:

1ª cadeira—Geometria analytica, calculo integral e differencial.

1ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

2ª cadeira—Physica: propriedade dos corpos, gravidade, gazes, acustica, optica e calor.

2ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

3ª cadeira—Geometria descriptiva, topographia.

Ensino auxiliar—Francez (falar e escrever).

Ensino technico { Levantamento de plantas topographicas.  
Desenho topographico.  
Bordejoes no navio-escola.  
Ensino accessorio—Infantaria e esgrima de florete.

*Pessoal para o ensino no 1º anno do curso superior*

Art. 7º:

1ª cadeira—Um lente e um substituto.

2ª cadeira—Um lente e um substituto.

3ª cadeira—Um lente.

Ensino auxiliar—Um professor de francez.

Ensino technico { Um instructor para levantamento de plantas  
e desenho topographico.  
Um instructor para bordejoes no navio-escola.

Ensino accessorio—Um mestre.

Um preparador para o gabinete de physica.

2º anno

Art. 8º:

1ª cadeira—Mecanica racional e mecanica applicada às machinas e manobras.

1ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

2ª cadeira—Physica: magnetismo, electricidade, meteorologia, physica do globo.

2ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

Ensino auxiliar—Inglez (fallar e escrever).

Ensino auxiliar { Pratica de machinas, comprehendendo de-  
da 1ª cadeira..... { scripção e manejo de machinas, nomencla-  
tura de construcção naval.

Observações e calculos meteorologicos.

Bordejoes no navio-escola.

Ensino technico { Soccorros aos naufragados, exercicios com  
embarcações a vapor.

Codigo de signaes, uso dos lochometros, das sondas e dos instrumentos de medir e marcar correntes.

Ensino graphico—Desenho de machinas e de construcção naval.

Ensino auxiliar—Inglez (fallar e escrever).

Ensino accessorio—Infantaria e esgrima de espada.

*Pessoal para o ensino no 2º anno do curso superior*

Art. 9º:

1ª cadeira—Um lente e um substituto.

2ª cadeira—Um lente e um substituto (o substituto será o mesmo da 2ª cadeira do 1º anno).

Ensino auxiliar—Um professor de inglez.

Ensino auxiliar—Um professor.

Ensino technico	{	Um instructor para observações e calculos meteorologicos, que será o que servir de preparador no gabinete de physica do 1º anno.
		Um instructor para bordejos no navio-escola e para o ensino de soccorros aos naufragados, exercicios com embarcações a vapor, codigo de signaes, uso dos lochometros, das sondas e dos instrumentos de medir e marcar correntes, que será o mesmo instructor do ensino technico de bordejos no 1º anno.

Ensino graphico—Um auxiliar.

Ensino accessorio	{	Um mestre, que será o mesmo do ensino accessorio do 1º anno.
		Um preparador para o gabinete de physica, que será o mesmo preparador do gabinete de physica do ensino do 1º anno.

### 3º anno

#### Art. 10:

1ª cadeira—Astronomia e navegação.

1ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

2ª cadeira—Balística e artilharia naval.

2ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

3ª cadeira—Chimica e pyrotechnia.

3ª cadeira—Repetição e applicações praticas.

Aula—Manobras e evoluções navaes.

Ensino auxiliar	{	Francez (fallar e escrever).
		Inglez (fallar e escrever).

Ensino technico	{	Observações astronomicas e nauticas. Pre-
		paro e emprego da clepsydra electrica Le
		Boulangé, exercicio de artilharia e de ar-
		mas de fogo portateis com projectil ao alvo.
		Bordejos no navio-escola.

Ensino accessorio—Infantaria e esgrima de bayoneta.

#### *Pessoal para o ensino no 3º anno do curso superior*

#### Art. 11:

1ª cadeira—Um lente e um substituto.

2ª cadeira—Um lente e um substituto.

3ª cadeira—Um lente e um substituto.



Aula—Um professor, que é o mesmo do curso prévio.

Ensino auxiliar { Um professor de francez, que será o mesmo de igual ensino no 1º anno.  
Um professor de inglez, que será o mesmo de igual ensino no 2º anno.

Ensino technico { Um instructor para observações astronómicas e nauticas, que será o mesmo encarregado do ensino technico no curso prévio.  
Um instructor para o ensino, preparo e emprego da elepsydra electrica de Le Boulangé, exercicio de artilharia e de armas de fogo portateis com projectil ao alvo.  
Um instructor para os bordejos no navio-escola, que será o mesmo encarregado de igual ensino no 1º e 2º annos.

Ensino accessorio { Um mestre, que será o mesmo de igual ensino no 1º e 2º annos.  
O substituto da cadeira de chimica se encarregará das manipulações chemicas, conservação do gabinete e pratica de torpedos.

4º anno—Para guardas-marinha-alumnos

Art. 12:

1ª cadeira—Geodesia e hydrographia.

2ª cadeira—Historia e tactica naval, ataque e defesa de costas e operações combinadas de terra e mar.

3ª cadeira—Noções de direito publico, direito internacional maritimo e diplomacia do mar.

Ensino technico { Plantas hydrographicas.  
Bordejos no navio-escola.

Ensino graphico—Desenho hydrographico e geographico.

Ensino accessorio—Infantaria e esgrima de bayoneta.

*Pessoal para o ensino no 4º anno*

Art. 13:

1ª cadeira—Um lente.

2ª cadeira—Um lente.

3ª cadeira—Um lente e um substituto.

Ensino technico { Um instructor para o levantamento de plantas hydrographicas, que será o mesmo de plantas topographicas do 1º anno.  
O substituto da 3ª cadeira do 3º anno, que ensinará a pratica de torpedos.  
Um instructor para bordejos no navio-escola, que será o mesmo encarregado de igual ensino nos tres annos anteriores.

Ensino graphico—Um instructor para o ensino do desenho hydrographico e geographico, que será o mesmo do desenho topographico do 1.º anno.

Ensino accessorio—Um mestre, que será o mesmo de igual ensino nos tres annos anteriores.

### *Viagens de instrucção*

Art. 14. As viagens de instrucção serão:

§ 1.º De tres mezes sempre que for possível, ou nunca menos de 60 dias para os aspirantes.

§ 2.º De onze mezes para os guardas-marinha confirmados, ou nunca menos de oito mezes.

Art. 15. Nas viagens de instrucção para os aspirantes e guardas-marinha-alumnos haverá o pessoal de ensino seguinte:

§ 1.º Para os aspirantes do curso prévio: um instructor, que será o instructor do ensino technico desse curso.

§ 2.º Para os aspirantes do curso superior e para os guardas-marinha-alumnos: um instructor de navegação, manobra e pratica de machinas, que será o mesmo que na Escola Naval se acha encarregado dos bordejos no navio escola; um instructor de artilharia, que será o mesmo que na Escola Naval exercita os alumnos em artilharia e armas de fogo portateis.

Estes instructores não pertencem á lotação dos navios auxiliares, mas durante as viagens de instrucção embarcam nelles acompanhando os aspirantes e os guardas-marinha-alumnos, desempenhando as funcções que lhes forem determinadas em instrucções organizadas pelo conselho de instrucção, previamente approvadas pelo Ministro da Marinha.

Art. 16. A viagem de instrucção é obrigatoria para todos os aspirantes e guardas-marinha, salvo o caso de enfermidade provada em inspecção de saude.

Art. 17. Nas viagens de guardas-marinha confirmados haverá o pessoal de ensino seguinte:

Um instructor de navegação,

Um instructor de artilharia,

Um instructor de machinas.

Estes instructores serão nomeados pelo Ministro da Marinha sobre proposta do director da Escola, devendo as nomeações recahir em officiaes da Armada dos mais aptos para o ensino; e perceberão, além dos vencimentos de officiaes embarcados em navio de guerra armado, uma gratificação adicional arbitrada pelo Governo. Si em viagem, por motivo de molestia, de detenção ou morte houver falta, impedimento ou vaga de qualquer delles, o commandante do navio auxiliar, em que estiverem embarcados os referidos guardas-marinha, fará substituir o que faltar ou que estiver impedido, e preencherá o lugar do que fallecer por um official dos mais aptos da lotação do navio.

Os trabalhos dos guardas-marinha, não só os escriptos e graphados de derrotas, relatorios, mappas de observações meteorol-

logicas e plantas, como os de descripção do systema, estado e função das machinas de bordo accompanhados de informações dos commandantes e dos tres instructores, serão remettidos à escola, por intermedio do chefe do estado-maior general da Armada.

Nestas viagens, quanto à parte relativa ao ensino, serão observadas as instrucções organizadas pelo conselho de instrucção, previamente approvadas pelo Ministro da Marinha.

## CAPITULO II

### DAS MATRICULAS

Art. 18. Ninguem será admittido à matricula no curso prévio sem provar:

- 1.º Que é cidadão brasileiro ;
- 2.º Que foi vaccinado ;
- 3.º Que não tem defeitos physicos que o inhabilitem para a vida do mar ;
- 4.º Que tem idade entre os limites 14 e 17 annos ;
- 5.º Que está approvedo nas materias seguintes:

Portuguez, francez, inglez, arithmetica completa, algebra até equações do 1º grão inclusive, geometria elementar, geographia physica, politica e cosmographia, historia antiga, média e moderna, principalmente a do Brazil, chorographia do Brazil.

Art. 19. Serão válidos para a matricula no curso prévio os exames de que trata o n. 5 do artigo anterior, obtidos:

- 1.º Na instrucção publica da Capital Federal ;
- 2.º Na instrucção publica dos Estados ;
- 3.º Nos estabelecimentos de instrucção superior da Republica ;
- 4.º Nas delegacias da instrucção publica dos Estados ;
- 5.º Perante comissão de tres examinadores, nomeados pelos Governadores dos Estados em que não houver directoria de instrucção publica, nem delegacias.

Art. 20. O exame de sanidade, a que se refere o n. 3 do art. 18, pôde ser feito nos Estados perante juntas militares de tres medicos da Armada ou do Exercito, e, na falta destes, perante uma comissão de tres medicos nomeados pelo Governador do Estado ; esta inspecção, porém, não dispensa nova inspecção na Capital Federal.

Art. 21. Na Capital Federal o exame de sanidade será feito por uma comissão composta do medico da Escola e de mais dous requisitados pelo director ao chefe do estado-maior general da Armada.

Art. 22. A inscripção dos candidatos à matricula no curso prévio será feita mediante requerimento assignado pelo pae,

tutor ou correspondente do candidato, instruído com as certidões :

1.º, de idade, ou documento equivalente ;  
2.º, de aprovação nas matérias de que trata o n. 5 do art. 18, e de outras que por ventura o candidato haja obtido.

Nos requerimentos, os paes, tutores ou correspondentes devem declarar aceitar a responsabilidade de que tratam os arts. 189 e 190 deste regulamento.

Art. 23. Na Capital Federal, o requerimento será feito ao director da Escola, e a elle entregue, desde o dia 1 de dezembro até 20 de janeiro ; nos Estados o requerimento será feito ao respectivo Governador, instruído com as certidões de que trata o artigo anterior, e entregue ao mesmo Governador, que o remetterá ao Ministro da Marinha em tempo de chegar a directoria da Escola até á citada data de 20 de janeiro.

Art. 24. Para a matricula no curso prévio, attendidos proporcionalmente todos os Estados da Republica, serão, dentre os candidatos, tanto quanto possível, preferidos :

1.º Os que apresentarem melhores titulos de aprovação, ou em maior numero de matérias ;

2.º Os filhos de officiaes da Armada ou do Exercito ;

3.º Os filhos de funcionarios publicos.

Art. 25. Até ao dia ultimo de janeiro, o director da Escola enviará ao Ministro da Marinha a relação dos candidatos á matricula no curso prévio, classificados em ordem de merecimento, segundo as preferencias estabelecidas no artigo anterior.

Art. 26. O Ministro da Marinha, á vista dos dados que lhe forem apresentados e do que dispõe o art. 24, designará os candidatos que devem ser admittidos no curso prévio ; esta designação será remettida ao director da Escola, nos primeiros dias de março, ficando encerrada a matricula e ninguem mais sendo a ella admittido.

Art. 27. A matricula nos annos successivos do curso superior será feita pelo secretario da Escola, independente de petição ao director, bastando apenas aprovação em todas as matérias do anno anterior.

### CAPITULO III

#### REGIMEN DOS CURSOS

#### SECÇÃO I

#### DO TEMPO DOS TRABALHOS

Art. 28. O anno lectivo começa no primeiro dia util depois do dia 14 de março e termina a 31 de outubro.

Art. 29. O Governo poderá adiar a abertura das aulas e prorrogar o encerramento dellas, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 30. Sómente serão feriados na Escola Naval, além dos domingos, os dias de gala ou luto nacional, ou outros decretados pelo Governo da Republica.

Art. 31. As ferias do corpo docente começam no dia em que terminam todos os trabalhos do anno lectivo e acabam a 14 de março, sendo interrompidas pelos trabalhos dos exames da 2ª epoca e pelos do conselho de instrucção, não só relativos aos exames como ás occorrencias de serviço urgente.

Art. 32. O conselho de instrucção, convocado pelo director nos primeiros dias uteis do mez de março, apresentará os programmas da distribuição do tempo lectivo em cada curso, de modo que haja trabalho de manhã e de tarde, e que a pratica acompanhe a theoria quanto possivel.

Nestes programmas serão observadas as seguintes disposições :

1.<sup>a</sup> O ensino diario será dividido em duas partes: a primeira, antes do jantar, começará ás 9 horas e 30 minutos da manhã e terminará ás 2 horas e 15 minutos da tarde ; a segunda, depois do jantar, das 3¼ ás 5 horas, ou até ao pôr do sol, si for necessario ;

2.<sup>a</sup> A primeira parte será dividida em quatro tempos, havendo entre elles um intervallo de 15 minutos para descanso ; a segunda parte constará de um só tempo ;

3.<sup>a</sup> O levantamento de plantas, observações astronomicas, exercicios de lanchas a vapor e de escaleres, e o ensino commum, poderão ser feitos á tarde ; todos os demais ensinos terão logar nos quatro tempos da manhã.

4.<sup>a</sup> Os ensinos de natção e gymnastica serão feitos antes do almoço.

Art. 33. Em cada aula da manhã, a lição durará uma hora e será de igual duração o tempo de trabalho nos gabinetes de estudo e nas aulas de desenho.

Art. 34. Os aspirantes e os guardas-marinha-alumnos visitarão, sempre que for possivel, acompanhados dos respectivos docentes, as officinas de machinas, de construcção naval e de torpedos, os laboratorios pyrotechnicos, os navios da Armada e as fortalezas, devendo os respectivos directores e commandantes concorrer com suas explicações para que taes visitas sejam de utilidade.

## SECÇÃO II

### DAS FALTAS DE FREQUENCIA DOS ALUMNOS

Art. 35. O porteiro, coadjuvado pelos continuos, notará diariamente as faltas dos alumnos em uma caderneta que no fim de cada lição será examinada, corrigida e rubricada pelo respectivo docente na pagina do dia.

Art. 36. Incorre em falta não justificada:

1.º O alumno que não comparecer à aula à hora marcada no horario;

2.º O que sahir da aula sem licença do docente;

3.º O que por má conducta for mandado retirar da aula.

Art. 37. Em caso algum serão somnadas as faltas dadas em uma com as faltas dadas em outra aula.

Art. 38. As faltas dadas em qualquer aula ou exercicio serão computadas por inteiro.

Art. 39. São faltas justificadas para os alumnos, as commetidas por motivo de molestia, de morte de parente proximo, de nojo, ou de impossibilidade de fazer a travessia por mar à Escola, na occasião em que nella se deve apresentar.

Art. 40. A justificação das faltas deverá ter logar perante o director da Escola, no primeiro dia em que o alumno se apresentar depois de commetel-as.

Art. 41. Perde o anno :

1.º O alumno que houver commettido 20 faltas sem justificação; neste caso, si for aspirante, terá baixa de praça, que será ordenada pelo director; si for paisano, será eliminado da matricula;

2.º O alumno que houver commettido 40 faltas justificadas; neste caso, si for aspirante, terá baixa de praça, que será ordenada pelo director, podendo, entretanto, continuar a frequentar o anno de sua matricula, como alumno paisano, e prestar, no fim do anno, os competentes exames que serão feitos, tanto na prova escripta como na oral, sobre ponto tirado à sorte no momento de começarem as referidas provas, e si for approvado em todas as materias será reintegrado na praça.

Este artigo é extensivo aos alumnos paisanos.

Art. 42. Os guardas-marinha-alumnos que incorrerem em qualquer dos casos do artigo anterior, continuarão a frequentar as aulas, prestando no fim do anno exames pelo modo estabelecido no n. 2º do citado artigo anterior.

## SECÇÃO III

### DOS EXAMES

Art. 43. Encerradas as aulas, em cada curso, o secretario da Escola publicará no estabelecimento um mappa, authenticado com a sua assignatura e contendo os nomes dos alumnos inhabilitados para os exames.

Art. 44. No dia do encerramento das aulas, em cada curso, os membros do corpo docente enviarão ao director da Escola o programma dos pontos para os exames das materias que leccionaram, si não forem as comprehendidas na disposição 1ª do art. 47 deste regulamento.

Art. 45. Reunido o conselho de instrucção no dia designado pelo director, que não excederá de 5 de novembro, e apresentados os programmas parciaes de que trata o artigo anterior,

o conselho nomeará as comissões examinadoras, marcará as turmas de examinandos para cada dia e a ordem que se deverá seguir nos exames, assim como deliberará sobre quaesquer outras medidas indispensaveis á marcha regular dos exames.

Art. 46. Dous dias depois do da sessão de que se trata, será apresentado em detalhe o programma definitivo dos exames que começarão no primeiro dia útil depois do dia 6 de novembro; taes programmas deverão ser publicados no estabelecimento, para conhecimento dos alumnos.

Art. 47. As deliberações do conselho, relativas á materia dos dous artigos anteriores, deverão ser tomadas de harmonia com as seguintes disposições:

1.<sup>a</sup> Em todos os ensinos: graphico, technico, accessorio e auxiliar as approvações serão conferidas, sem dependencia de exames, pela média das notas numericas mensaes de aproveitamento durante o anno; si a média for zero ou fraccionaria considerar-se-ha o alumno reprovado, em cujo caso ser-lhe-ha permitido prestar exame na segunda epoca, estabelecida no art. 31, perante uma comissão nomeada pelo conselho de instrucção.

2.<sup>a</sup> As notas numericas mensaes de aproveitamento, assim como os grãos correspondentes ás approvações em todos os cursos, serão representadas por um dos seguintes algarismos:

De 0 a 10 para as notas numericas mensaes;

De 1 a 10 para os grãos das approvações, correspondendo estes grãos:

De 1 a 5, á approvação simples;

De 6 a 9, á approvação plena;

E 10, a distincção.

3.<sup>a</sup> Nas materias para matricula no curso prévio, exames que não se prestam na Escola, dar-se-ha a média do grão correspondente á approvação, conforme o que fica estabelecido.

4.<sup>a</sup> As viagens de instrucção serão computadas em 10 grãos para cada viagem;

5.<sup>a</sup> No ensino de bordejos no navio-escola, e no de infantaria, as approvações serão conferidas pelos grãos de aproveitamento obtidos no 3º anno superior.

6.<sup>a</sup> Os exames de apparelho e manobra serão sómente oraes: todos os mais exames exigem prova, escripta e oral.

7.<sup>a</sup> Cada comissão examinadora se comporá de tres membros, sendo um delles presidente, e entrando em sua composição, sempre que for possivel, o docente que reger a materia e o substituto, adjunto, auxiliar ou instructor que o substituiu ou substitue em suas faltas.

8.<sup>a</sup> No curso prévio os exames serão sempre presididos por lente ou substituto do curso superior.

9.<sup>a</sup> Os pontos conterão uma serie de questões, ou a indicação das doutrinas que devem ser desenvolvidas pelos examinandos e tenham sido ensinadas durante o anno; para a prova escripta o ponto tirado á sorte, com antecedencia de uma hora, será comum a todos os alumnos da turma diaria, e para a prova oral o ponto será singular para cada alumno da turma, tirado igual-

mente à sorte com a antecedencia de duas horas ; o tempo concedido para resolução das questões referentes à prova escripta não excederá de duas horas.

Os pontos serão dados pelo secretario, presente um lente, que será designado pelo conselho de instrução, conforme a lista que se organizar.

10.<sup>a</sup> O exame oral durará no maximo 30 minutos com cada um dos arguentes.

11.<sup>a</sup> Na prova oral o presidente da commissão arguirá ou não, conforme entender.

12.<sup>a</sup> O numero de examinandos de cada turma será determinado pelo conselho de instrução.

13.<sup>a</sup> O alumno que, sob qualquer pretexto, deixar de responder ao examinador será considerado reprovado, lavrando-se o competente termo que assignarão os examinadores.

14.<sup>a</sup> Será igualmente considerado reprovado, lavrando-se o competente termo, como estabelece o artigo anterior, o alumno que depois de haver sido designado para entrar em uma turma de examinandos não comparecer a tirar o ponto, ou tirando não se apresentar para o exame, salvo impedimento justificado perante o director, o qual poderá permittir-lhe fazer parte de outra turma.

15.<sup>a</sup> Findos os exames, proceder-se-ha ao julgamento de cada examinando, sobre o que votarão os tres examinadores por escrutinio secreto e a portas fechadas, presente o secretario.

A totalidade ou maior numero de espheras brancas approva: a totalidade ou maior numero de espheras pretas reprova.

Quando o examinando for approvado por unanimidade no primeiro escrutinio, será este repetido, e conferir-se-ha a nota de *approvado plenamente*, si obtiver a totalidade de espheras brancas, e a de *approvado simplesmente*, si tiver uma ou mais espheras pretas.

No caso de approvação plena, si houver proposta de qualquer dos examinadores, repetir-se-ha o escrutinio para o fim de conferir-se ao alumno a nota de *approvado com distincção*, a qual se verificará pela totalidade das espheras brancas.

16.<sup>a</sup> Ao alumno approvado conferir-se-ha, em seguida ao escrutinio, por indicação do regente do ensino, um dos grãos correspondentes à approvação obtida.

17.<sup>a</sup> Os resultados do escrutinio e os grãos correspondentes às approvações serão, acto continuo, lavrados em livro proprio por termo especial, assignado pelo secretario e pela commissão examinadora, que não poderá adiar a assignatura do termo para outro dia, nem nenhum de seus membros assignar-se vencido, fundamentar voto em separado, ou redigir protesto no referido termo.

18.<sup>a</sup> As habilitações ou inhabilitações, conferidas pela média das notas de aproveitamento durante o anno, serão também exaradas no mesmo livro, por termo especial assignado pelo secretario e pelo docente que conferiu as referidas notas ;



Art. 48. Si nas deliberações tomadas pelo conselho de instrução para os exames, occorrer a adopção de uma ou mais medidas contrarias ás expressas nas disposições do artigo anterior, o director as levará ao conhecimento do Governo antes de pô-las em execução.

Art. 49. O alumno do curso prévio, reprovado na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe ou em qualquer dellas, terá baixa da praça e eliminação da matricula; si reprovado em qualquer outro ensino, prestará exame em 2.<sup>a</sup> epocha, depois da viagem de instrução a que será obrigado; si for reprovado pela 2.<sup>a</sup> vez, terá baixa da praça e eliminação da matricula, dada pelo director.

Art. 50. O alumno do curso superior reprovado em uma ou mais cadeiras terá baixa da praça, podendo, entretanto, repetir o anno como alumno paisano; si na repetição for approvado em todas as materias, e tiver exhibido boa conducta, attestada pelo director, será reintegrado na praça; si, porém, for reprovado segunda vez em uma ou mais cadeiras será eliminado da matricula; si a reprovação se der em uma ou mais aulas será permitido novo exame, e, si de novo reprovado, terá baixa.

Paragrapho unico. A repetição de anno, como alumno paisano, será permitida uma só vez nos tres annos do curso superior.

Art. 51. Os alumnos dos dous cursos, prévio e superior, que por doentes não prestarem exame na 1.<sup>a</sup> epocha, serão examinados na 2.<sup>a</sup>; si forem reprovados em uma ou mais das materias dos annos de suas matriculas, ou não se apresentarem a exame, terão baixa da praça, dada pelo director, podendo, entretanto, repetir o anno como alumnos paisanos, nos termos do artigo anterior.

Art. 52. O guarda-marinha-alumno só incorrerá na pena de trancamento de matricula e baixa depois de reprovado tres vezes na mesma materia; a baixa porém só lhe será dada pelo Ministro da Marinha.

Art. 53. Os alumnos da Escola, assim como os guardas-marinha, não poderão obter licença para estudar materia alguma que seja estranha ás que se ensinam na Escola Naval e embarce o seu embarque no navio auxiliar.

Art. 54. Terão carta de piloto de navios do commercio os individuos que, por exames prestados na Escola Naval, se mostrarem habilitados com os conhecimentos abaixo especificados, a saber:

1.<sup>o</sup> Calculo numerico por logarithmos, geometria elementar, trigonometria rectilinea e espherica, noções fundamentaes de astronomia physica.

2.<sup>o</sup> Pratica do uso da bussola, do chronometro e do sextante, e perfeito conhecimento dos processos empregados na determinação da latitude e longitude no mar, sendo as longitudes deduzidas tanto das indicações do tempo dado pelo chronometro, como das distancias lunares.

3.<sup>o</sup> Apparelho, manobras e derrota do navio.

Neste exame os candidatos serão sujeitos ás provas escripta e oral, independente de ponto; no caso de reprovação, o candidato só poderá ser admittido a novo exame depois de decorrido o prazo de seis mezes.

## SECÇÃO IV

## DAS CLASSIFICAÇÕES

Art. 55. Nas classificações dos aspirantes, guardas-marinha-alunos e guardas-marinha confirmados, serão observadas as disposições seguintes:

1.<sup>a</sup> Os grãos de approvação de cada exame sommados ás médias dos grãos de aproveitamento em cada aula, onde o ensino das materias não é sujeito a exame, será o coefficiente parcial de instrucção em uma aula.

2.<sup>a</sup> A somma de todos os coefficientes parciaes, mais os grãos de aproveitamento no ensino sujeito a exame e os grãos de viagem de instrucção, produzirá o coefficiente total de instrucção em um anno lectivo.

3.<sup>a</sup> A somma de todos os coefficientes totaes, mais a somma dos grãos conferidos ás approvações nas materias exigidas para a matricula no curso prévio, produzirá o coefficiente geral de instrucção no curso.

Art. 56. Fica igualmente estabelecida a importancia relativa da conducta habitual dos alumnos pelos numeros que seguem:

Conducta exemplar.....	+ 10
Conducta boa.....	+ 8
Conducta regular.....	+ 6
Conducta alternada.....	0
Conducta reprehensivel.....	— 10
Conducta má.....	— 20

§ 1.<sup>o</sup> Cada um destes numeros constituirá a terceira e ultima parcella, que, addicionada, e num caso, ao coefficiente total e em outro, ao coefficiente geral, produzirá o coefficiente de merito — que classifica e marca o logar do alumno: no primeiro caso, na relação de matricula no anno lectivo; no segundo caso, no fim do curso, e portanto na proposta ao Governo para promoção a guarda-marinha-alumno ou guarda-marinha.

§ 2.<sup>o</sup> Em caso de igualdade de coefficientes de merito prevalecerá a antiguidade.

§ 3.<sup>o</sup> O coefficiente de conducta será dado pelo director da Escola.

Art. 57. Até ao quinto dia util depois de terminados todos os exames do 3.<sup>o</sup> e do 4.<sup>o</sup> annos do curso superior, o conselho de instrucção, convocado pelo director, procederá á classificação respectiva dos alumnos inscrevendo-os por ordem de merecimento na proposta ao Ministro da Marinha, para a promoção a guardas-marinha-alunos ou para confirmação dos mesmos guardas-marinha, proposta que será enviada ao mesmo Ministro da Marinha.

Art. 58. A classificação dos outros alumnos será feita logo depois da viagem annual de instrucção.

Art. 59. Concluídos todos os demais exames do fim do anno, o director da Escola enviará ao Governo um mappa contendo o resultado final dos exames dos alumnos, fazendo-o acompanhar de informações e quaesquer dados que possam habilitar o mesmo Governo a apreciar a maneira pela qual os examinadores desempenharam os seus deveres, emitindo juizo sobre o aproveitamento e procedimento dos alumnos, especialmente daquelles que pareçam mais dignos de consideração, por notavel talento ou vocação para certos e determinados estudos.

#### CAPITULO IV

##### DO CORPO DE ASPIRANTES E GUARDAS-MARINHA-ALUMNOS

Art. 60. Compõem o corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos, todos internos, sob o commando do vice-director da Escola, os aspirantes e guardas-marinha-alumnos.

Art. 61. Todos os alumnos matriculados ficam sujeitos à disciplina militar; os admittidos no internato terão igual ração e vencerão soldo.

Art. 62. A divisão do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos será feita conforme o estabelecido no regimento interno.

Art. 63. Os aspirantes approvados em todas as materias do 3º anno do curso superior, si tiverem pelo menos duas viagens de instrucção, passarão a guardas-marinha-alumnos e embarcarão com os aspirantes para a viagem de instrucção prescripta nos arts. 14, 15 e 16 do presente regulamento, e durante a viagem terão direito à gratificação de embarque.

Art. 64. Os guardas-marinha-alumnos, approvados no 4º anno do curso superior, si tiverem pelo menos tres viagens de instrucção, serão confirmados guardas-marinha e como taes ficarão sujeitos à autoridade do chefe de estado-maior general da Armada para fazerem a viagem de instrucção prescripta nos arts. 14 e 17 do presente regulamento, que os habilite no ensino a que se refere o art. 17.

Paragrapho unico. Logo que completarem um anno de effectivo serviço, excluido tão somente o tempo de molestia não justificada, ou de licença como guardas-marinha, e tiverem recebido o ensino de que trata o artigo anterior, serão promovidos a segundos tenentes.

Art. 65. Os aspirantes, bem como os guardas-marinha-alumnos, serão sujeitos a bordo do navio auxiliar às mesmas regras disciplinares que o regulamento organico e o regimento interno da Escola estabelecem para uns e outros.

Art. 66. O plano dos uniformes e dos distinctivos dos aspirantes, dos guardas-marinha-alumnos e guardas-marinha, será marcado pelo Governo.

Art. 67. O corpo de aspirantes e guardas-marinha terá bandeira.

Art. 68. O enxoval dos aspirantes será marcado em lista impressa, organizada pelo commandante da companhia e approvada pelo director.

Art. 69. O numero de aspirantes será annualmente marcado pelo Ministro da Marinha, não podendo exceder de cento e cincoenta.

Art. 70. Não será contado como tempo de serviço militar para reforma e concessão do habito de Aviz, o decorrido sem aproveitamento dos aspirantes e dos guardas-marinha-alunos, e o tempo do curso prévio.

## CAPITULO V

### DA NOMEAÇÃO E DEMISSÃO DO PESSOAL DOCENTE

Art. 71. As nomeações para os logares de lente, substituto, professor e adjunto serão feitas por decreto, precedendo concurso.

Para as cadeiras e aulas technicas só poderão concorrer os officiaes da Armada, ou quem tenha o curso da Escola.

Art. 72. As nomeações para os logares de auxiliares serão feitas por decreto, mediante concurso, que consistirá em uma prova pratica.

Art. 73. As nomeações para os logares de instructores e de mestres serão feitas por portaria do Ministro da Marinha, precedendo proposta do director, independente de concurso.

Art. 74. Os instructores, officiaes da Armada, que tenham concluido o tempo de embarque prescripto na lei de promoções, exercem logares de comissão, accumulando o serviço de officiaes da Escola, sempre que a accumulção for possivel.

Art. 75. Os lentes, substitutos, professores, adjuntos, auxiliares e mestres são vitalicios; o Governo, porém, poderá demittir-os, por faltas graves provadas em conselho e ouvido o accusado, que commettam no decurso dos cinco primeiros annos, findos os quaes só poderão ser exonerados a pedido seu, ou pelos motivos expressos nos paragraphos seguintes:

§ 1.º Si, pelo espaço de seis mezes seguidamente, deixarem de comparecer à Escola, sem causa justificada.

§ 2.º Si forem condemnados por crime inafiançavel.

Art. 76. Os instructores poderão ser demittidos por proposta do director, quando não cumprirem com os seus deveres, ou se mostrarem inhabeis nas doutrinas que leccionarem.

Art. 77. Os membros do magisterio que deixarem de exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes, sem justificação, incorrerão nas penas do art. 157 doCodigo Criminal.

Art. 78. O membro do corpo docente que, dentro de seis mezes contados da data da nomeação, não tomar posse e assumir o exercicio, perderá direito ao logar.

Art. 79. Os lentes, substitutos, professores e mais membros do corpo docente, excepto os mestres, não poderão dirigir, por

sua propria conta, estabelecimentos de instrucção primaria ou secundaria, nem leccionar particularmente materias que constituam o curso da Escola Naval.

## CAPITULO VI

### DAS JUBILAÇÕES

Art. 80. Os lentes, substitutos, professores, adjuntos, auxiliares e mestres que tiverem 30 annos de serviço, e bem assim os que tiverem 25 annos, poderão ser jubilados, estes com ordenado e aquelles com ordenado e gratificação da tabella.

Art. 81. Os lentes, substitutos, adjuntos, auxiliares e mestres que antes dos 25 annos ficarem physicamente impossibilitados de continuar no magisterio, serão jubilados com ordenado proporcional ao tempo de serviço, uma vez que tenham de effectivo exercicio do magisterio mais de 10 annos.

Art. 82. O tempo de serviço prestado interinamente no magisterio, em estabelecimentos de instrucção superior, será contado para a jubilação, assim como o tempo de serviço militar.

Art. 83. Conta-se para a jubilação, e pelo dobro, todo o tempo que qualquer lente, substituto, professor, adjunto, auxiliar ou mestre, for empregado pelo Ministerio da Marinha em operações activas de guerra.

Art. 84. Quando os lentes, substitutos, professores, adjuntos, auxiliares e mestres forem empregados, com autorização do Ministro da Marinha, em commissões diversas daquellas de que trata o artigo anterior, servirem o cargo de Ministro, de Governador de Estado ou forem membros dos corpos legislativos, se contará para a jubilação sómente dous annos dentre os 25 ou tres annos dentre os 30.

Art. 85. Nos casos de falta justificada por molestia, sómente se levará em conta, para a jubilação dos membros do magisterio, até 20 faltas dentro de cada anno lectivo, ou 60 dentro de tres annos.

## CAPITULO VII

### DOS VENCIMENTOS, FALTAS E LICENÇAS

Art. 86. Os vencimentos do pessoal docente, e mais funcionarios da Escola, são regulados pela tabella annexa a este regulamento.

Art. 87. Nenhum vencimento será pago pela verba — Escola Naval — a qualquer membro do magisterio, quando empregado em commissões estranhas ao mesmo magisterio, que o afastem do ensino escolar.

Art. 88. Os vencimentos são independentes do soldo da patente que tiverem os membros do magisterio.

Art. 89. Os membros do magisterio que tiverem 25 annos de effectivo serviço e continuarem no exercicio de suas funcções, a aprazimento do Governo, terão, além dos vencimentos da tabella, uma gratificação adicional equivalente ao terço dos referidos vencimentos.

Art. 90. A percepção das gratificações marcadas na tabella só terá logar pelo serviço effectivo do magisterio e durante as ferias.

Paragrapho unico. Fora do exercicio os membros do magisterio só perceberão os seus vencimentos integralmente nos seguintes casos :

- 1º, de impedimento por serviço publico e obrigatorio por lei ;
- 2º, de desempenho de commissões scientificas ;
- 3º, de duas faltas por mez, a juizo do director.

Art. 91. As licenças com ordenado por inteiro, fora do tempo das ferias, só serão concedidas por motivo de molestia, não excedendo de seis mezes ; por outro qualquer motivo, as licenças poderão ser concedidas tambem por seis mezes dentro de um anno, mas com metade do ordenado e si o motivo for justificavel.

§ 1.º Quando a licença concedida, com prazo de seis mezes e ordenado por inteiro, não bastar, por prolongar-se a molestia, o Governo poderá amplial-a, por igual tempo, com metade do ordenado, e depois de um anno sem ordenado, não excedendo, porém, de dous annos, somma do tempo da primitiva licença com o das prorogações.

§ 2.º Si a molestia ainda prolongar-se além de dous annos, o licenciado será jubilado com ordenado proporcional ao tempo de serviço de magisterio, si tiver mais de 10 annos de serviço effectivo no magisterio, e no caso contrario perderá o logar.

Art. 92. O substituto que reger cadeira e o adjunto que reger classe terão direito aos vencimentos, o primeiro de lente, o segundo de professor.

Art. 93. O lente, substituto, professor ou adjunto que reger duas cadeiras ou classes simultaneamente, perceberá, com os vencimentos do exercicio effectivo, a gratificação do substituido.

Art. 94. O lente que reger cadeira, e simultaneamente repetir as materias por elle mesmo explicadas, achando-se impossibilitado o substituto, perceberá, além dos vencimentos do primeiro emprego, a gratificação do segundo.

Art. 95. O substituto ou adjunto que reger cadeira ou classe, e ao mesmo tempo desempenhar os deveres de seu privativo exercicio, terá direito à gratificação deste exercicio accumulada aos vencimentos da cadeira ou classe.

Do mesmo modo, os auxiliares e bem assim os instructores que substituirem outros membros do magisterio, conforme o prescripto nos §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 111 e ao mesmo tempo desempenharem os deveres de seu privativo exercicio, terão direito aos vencimentos desse exercicio accumulados à gratificação do substituido.

Art. 96. Os lentes, substitutos, professores, auxiliares e mestres serão incluídos no quadro extraordinario, sendo officiaes da Armada.

Art. 97. Haverá um livro de ponto em que se lançarão as faltas de comparecimento dos membros do magisterio ás aulas, ou a qualquer outro acto do serviço da Escola.

Incorre em falta, como si não tivesse vindo á aula, o membro do magisterio que comparecer 15 minutos depois da hora marcada.

Art. 98. As faltas commettidas em um mez só poderão ser justificadas perante o director até ao dia 5 do mez seguinte.

Art. 99. A folha de pagamento do corpo docente, que se remetter para a competente repartição fiscal, mencionará as faltas para, á vista dellas, se fazerem os devidos descontos; si estas forem justificadas, o desconto será feito nas gratificações; si não forem justificadas, serão descontados todos os vencimentos.

Art. 100. Os membros do magisterio terão ou gozarão das vantagens que gozam ou vierem a gozar os membros do magisterio das outras escolas superiores civis ou militares, salvo no que se referir a qualquer percentagem sobre os vencimentos, por isso que excluiram na lei direitos á jubilação. Ficam exceptuados os casos expressos no presente regulamento.

## CAPITULO VIII

### DAS HONRAS E PRECEDENCIAS

Art. 101. Os paisanos, que forem lentes, terão a graduação de capitão de fragata; os substitutos e os professores a de capitão-tenente; o adjunto e os auxiliares a de 1.<sup>o</sup> tenentes, e os mestres a de 2.<sup>o</sup> tenentes.

Art. 102. Os que forem militares, e tiverem graduação inferior ás do artigo anterior, também usarão dos mesmos distintivos concedidos aos paisanos e uns e outros terão, em seus uniformes, os característicos que forem marcados no plano dos uniformes do Corpo da Armada.

Art. 103. Em todos os actos escolares, os lentes teem precedencia aos substitutos e estes aos professores, adjunto e mais membros do magisterio.

Art. 104. A precedencia no magisterio deve regular-se pela categoria das classes, na ordem de antiguidade, a qual será contada desde a data em que cada membro tomar posse. Sendo esta do mesmo dia, da data da nomeação e, na igualdade da posse e da nomeação, observar-se-ha:

1.<sup>o</sup> Entre dous militares precede a maior graduação, e na igualdade desta, a antiguidade da patente ou de praça, si as patentes forem da mesma data.

2.<sup>o</sup> Sendo entre um militar e um paisano, precede o primeiro.

3.<sup>o</sup> Quando forem iguaes todas as circumstancias mencionadas, precederá o que tiver idade maior, e, sendo ainda iguaes as idades, decidirá a sorte.

## CAPITULO IX

## DOS DEVERES DO CORPO DOCENTE

Art. 105. Os lentes e professores sómente serão obrigados á regencia de suas cadeiras e aulas e lhes cumpre:

1.º Comparecer ás aulas e dar lições nos dias e horas marcadas no horario ;

2.º Exercer a fiscalização immediata das aulas e do procedimento que dentro dellas tiverem os alumnos, impondo a estes as penas marcadas no art. 169, nos casos previstos no art. 168 ;

3.º Interrogar ou chamar á lição os alumnos quando julgarem conveniente, afim de ajuizarem do seu aproveitamento ;

4.º Marcar, com 24 horas de antecedencia, a materia das sabbatinas escriptas, habilitando os alumnos a este genero de prova para os exames ;

5.º Dar ao director, em informação escripta e mensal, as notas do aproveitamento dos alumnos nas aulas, gabinetes, logares de trabalhos e exercicios, e bem assim depois dos exames e em acto continuo, as obtidas pelos mesmos alumnos nos referidos exames ;

6.º Dar ao director, para ser presente ao conselho de instrução, na epoca competente, o programma do ensino concernente á sua cadeira ;

7.º Dar aos substitutos, preparadores, adjuntos e instructores technicos as instruções que elles devem observar nas repartições, gabinetes e exercicios praticos ;

8.º Requisitar do director, por intermedio do vice-director, todos os objectos necessarios ao ensino de sua cadeira ;

9.º Satisfazer a todas as exigencias do director, a bem do serviço do ensino e dos exames dos alumnos e dos pilotos, nas epocas ordinarias e extraordinarias, afim de que não soffra o mesmo serviço nos casos não previstos pelo conselho de instrução ;

10. Comparecer ao conselho de instrução, quando lhes são ordenado pelo director, e satisfizer as incumbencias que lhes são proprias, como membros do mesmo conselho ;

11. Comparecer aos exames nos dias e horas marcadas pelo horario, ou pelo director, nos casos extraordinarios, funcionando nos mesmos exames como presidentes, ou como arguentes, conforme lhes competir ;

12. Comparecer aos actos para provimento dos logares de concurso, ou para a exhibição das provas de sufficiencia dos officiaes que se propuzerem a estudar na Europa, os que formam o conselho de concurso, ou a commissão julgadora dos officiaes ;

13. Conferir as approvações ou reprovações que merecerem os alumnos e pilotos examinados, e tambem os que formam o conselho de concurso e a commissão julgadora dos officiaes, as notas que merecerem os concurrentes, classificando, por ordem de merecimento relativo, os que devem ser incluidos na proposta ao Governo.



Art. 106. Aos instructores-preparadores cabe a responsabilidade de todos os instrumentos eapparelhos dos gabinetes de physica e chimica.

Art. 107. É dever dos substitutos :

1.º Repetir as lições dadas pelos lentes, por meio de applicações praticas ;

2.º Substituir os lentes no exercicio das respectivas funcções, em suas faltas ou impedimentos, e mutuamente se substituirem continuando a exercer as proprias funcções ;

3.º Observar restrictamente as instrucções dadas pelos lentes aos quaes coadjuvarem ;

4.º Satisfazer as obrigações prescriptas para os lentes, nos ns. 1, 2, 3, 4, 9, 10 e 11 do art. 105.

Art. 108. Os auxiliares dirigem o ensino de desenho e das doutrinas connexas segundo os programmas approvados, preenchendo nas respectivas aulas funcções analogas ás dos lentes e informando mensalmente por escripto sobre o aproveitamento dos alumnos.

Art. 109. Os instructores, no desempenho de suas obrigações, observarão os programmas approvados, as instrucções dos respectivos lentes e as ordens do director durante os trabalhos com os alumnos, fiscalizando o procedimento dos mesmos, impondo as penas prescriptas no art. 168 nos casos previstos no art. 36 e informando mensalmente sobre o aproveitamento dos alumnos, da mesma fôrma que os lentes.

Art. 110. Aos mestres incumbe obrigações analogas ás dos instructores, cabendo-lhes tambem impôr aos alumnos as penas marcadas no art. 168, nos casos previstos no art. 36 e informar mensalmente por escripto ao director sobre o aproveitamento de seus discipulos.

Art. 111. Nos casos de falta de comparecimento dos membros do corpo docente aos respectivos ensinos será observado o disposto nos paragraphos seguintes :

§ 1.º No curso prévio o professor da 1ª classe e seu adjunto se substituirão mutuamente em suas faltas ou impedimentos.

§ 2.º O professor de apparelho e manobra será substituido por um dos instructores.

§ 3.º Os professores de linguas no curso superior mutuamente se substituirão.

§ 4.º No curso superior os lentes e seus substitutos reciprocamente se substituirão.

§ 5.º O lente de descriptiva, o de geodesia e o professor do ensino auxiliar de machinas serão substituidos: este pelo instructor do ensino com embarcações a vapor e aquelles pelo instructor a cujo cargo estiver o ensino de levantamento de plantas topographicas e hydrographicas; o lente de historia e tactica naval será substituido por um dos instructores designado pelo director.

§ 6.º Os instructores preparadores de physica e chimica substituir-se-hão reciprocamente, em caso de falta ou impedimento de qualquer delles, e os instructores de pratica technica com

excepção do incumbido dos bordejos, entre si se substituem por falta ou impedimento de um delles, competindo a estes mesmos instructores substituir os mestres na falta ou impedimento de qualquer delles, cabendo aos auxiliares entre si reciproca substituição nos referidos casos de falta ou impedimento.

Os preparadores de physica e chimica não poderão ser officiaes de serviço da Escola.

Art. 112. O uniforme militar é obrigatorio em todos os actos escolares.

## CAPITULO X

### DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 113. Haverá na Escola Naval um conselho de instrução que se comporá :

- 1.º Do director da Escola, como presidente ;
- 2.º Do vice-director, como vice-presidente ;
- 3.º Do secretario, que será o da Escola ;
- 4.º Dos lentes ;
- 5.º Dos substitutos.

Art. 114. Sempre que o director da Escola julgar conveniente, farão parte do conselho de instrução adventiciamente os professores.

Art. 115. Quando se tratar do provimento dos logares do magisterio, o conselho de instrução será constituído de accordo com o disposto no art. 126 deste regulamento, e neste caso se denominará— conselho de concurso.

Art. 116. São attribuições privativas do conselho de instrução :

1.º Organizar programmas circumstanciados para os concursos e bem assim a distribuição das materias, os programmas e os horarios para os exames e para o ensino theorico e pratico dos alumnos e dos guardas-marinha ; extremado as materias relativas a cada uma das aulas, de modo que a pratica acompanhe a theoria, sendo que a distribuição das materias dos diversos cursos, bem como o programma dos estudos e o horario dependem de approvação do Ministro da Marinha ;

2.º Organizar os pontos para o concurso e prova de sufficiencia a que tiverem de sujeitar-se os officiaes de marinha e engenheiros navaos, que se propuzerem a estudar na Europa ;

3.º Determinar, depois dos exames, e a vista de todos os dados que lhe possam ser presentes, o grão de merecimento de cada alumno, por ordem numerica.

Esta ordem de inscripção dos alumnos servirá para regular a antiguidade no respectivo corpo e de base aos grãos militares que nelle lhes devam ser conferidos, em virtude do que a respeito dispuzer o regimento interno da Escola.

Si os alumnos tiverem concluido os exames do 3º ou 4º anno do curso superior, o grão de merecimento, por ordem numerica,

servirá para regular a sua antiguidade na praça de guarda-marinha-alumno ou de guarda-marinha;

4.º A' vista dos trabalhos apresentados pelos aspirantes, guardas-marinha-alumnos e guardas-marinha, na volta das viagens de instrucção, e das informações dos commandantes e instructores dos navios empregados nestas viagens, que annualmente serão presentes ao conselho, propôr ao Ministro da Marinha, por intermedio do director, a conservação ou as alterações que devam soffrer os respectivos programmas;

5.º Nomear commissões examinadoras, quer para os concursos, quer annualmente para os actos dos alumnos e para os exames dos pilotos;

6.º Consultar sobre tudo que seja relativo á instrucção e ao ensino theorico e pratico dos alumnos, e propôr ao Governo o que julgar conveniente a bem do ensino;

7.º Designar os compendios provisionarios que devam ser adoptados nos diversos cursos; indicar os meios de se organizarem definitivos; propôr ao Governo a impressão destes e as alterações que porventura se devam fazer nos programmas a bem do ensino, e que deverão ser publicadas, precedendo approvação do Governo;

8.º Propôr ao Governo a demissão dos membros do corpo docente que não cumprirem os seus deveres, no decurso dos cinco primeiros annos, depois da nomeação;

9.º Designar todos os annos, na secção de mathematicas, os substitutos para as diversas cadeiras desta secção, de modo que cada substituto alterne annualmente no exercicio dessas cadeiras;

10. Propôr ao Governo quaesquer medidas que convenha adoptar, não só para tornar mais completa e vantajosa a execução deste regulamento, como para supprir quaesquer omissões que nelle haja e forem concernentes ao ensino.

Art. 117. São attribuições consultivas do conselho de instrucção:

Emitir parecer, por determinação do Governo, sobre o aproveitamento dos officiaes que estudarem na Europa e bem assim sobre o merito dos compendios que o Governo tiver de premiar, organizados de conformidade com o disposto no n. 7 do artigo anterior.

Art. 118. Além das sessões do conselho para os fins aqui especificados, o director da Escola poderá convocar o mesmo conselho sempre que entender conveniente ouvir-o sobre qualquer assumpto, ou quando lhe for requerido por dous ou mais de seus membros e julgar de proveito a convocação requerida.

Art. 119. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes e, em votação nominal, salvo quando se tratar de questões de interesse pessoal, caso em que se votará por escrutinio secreto.

Art. 120. As deliberações do conselho, quando contrarias á opinião do director, não obrigam a execução dellas, sinão por decisão do Ministro da Marinha, para quem o director em taes casos recorrerá.

Art. 121. O conselho não poderá funcçãoar sem que se reuna

mais de metade do numero total de seus membros e será regulado pelo regimento interno do mesmo conselho, annexo n. 1 ao presente regulamento.

Art. 122. O vice-director, como vice-presidente do conselho, tem voto nas deliberações do mesmo.

Art. 123. O director, como presidente do conselho, além do voto singular, terá o de qualidade nos casos de empate, excepto nas votações sobre questões de interesse pessoal, caso em que prevalecerá a opinião mais favoravel.

## CAPITULO XI

### DOS CONCURSOS

Art. 124. Na Escola Naval são logares de concurso os de lente, substituto, professor, adjunto e auxiliares.

Art. 125. Os concursos se effectuarão perante o conselho de concurso e o secretario desse conselho será o da Escola.

Art. 126. O conselho de concurso se comporá:

1.º Dos lentes sómente para provimento de cadeiras e dos logares de substitutos ;

2.º Dos lentes, substitutos e professores, quando o logar em concurso for o de professor ou adjunto.

Art. 127. No impedimento de um ou mais lentes da Escola Naval, serão convidados pelo director da mesma escola os lentes jubilados della ; na falta destes, os lentes jubilados da extincta Escola de Marinha ; e só na falta ou impedimento dos citados lentes jubilados, o Ministro da Marinha requisitará a nomeação de lentes de outras escolas, que os substituam, completando assim o numero de cathedraticos da Escola Naval.

Art. 128. O concurso para preenchimento das vagas do magisterio, á excepção do de auxiliar, que consistirá em uma prova pratica, se verificará mediante as provas seguintes:

Defesa de these ;

Prova oral ;

Prova escripta ;

Prova pratica, nas materias que a admittirem.

Art. 129. Em todos os actos do concurso, o conselho de concurso será presidido pelo director da Escola.

Art. 130. Para as cadeiras e aulas de ensino technico só poderão concorrer individuos que tenham o curso da Escola. São technicas as cadeiras de mecanica racional e applicada, navegação e hydrographia, balistica e artilharia naval, chimica e pyrotechnia, historia e tactica naval, e as aulas de machinas e nomenclatura de construcção naval, apparelho, manobra e evoluções navaes, desenho topographico, hydrographico e geographico. Serão sempre preferidos os officiaes da Armada para o preenchimento das vagas do magisterio.

Art. 131. Todas as disposições relativas ao modo pratico da inscripção dos concurrentes, á organização dos pontos, ao processo das provas e dos julgamentos, serão reguladas conforme o que fica estabelecido no programma para os concursos, annexo n. 2.

## TÍTULO II

## DA ADMINISTRAÇÃO

## CAPÍTULO XII

## DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E ECONÓMICO

Art. 132. O pessoal administrativo e económico da Escola Naval se comporá de :

- Um director, official general da Armada ;
- Um vice-director, capitão de mar e guerra ou capitão de fragata, que será o commandante do corpo de aspirantes e guardas-marinha-alumnos ;
- Um ajudante de ordens do director, 1º tenente ;
- Um secretario, que deve ter o curso escolar, official da Armada reformado ;
- Um official da secretaria, que servirá de bibliothecario ;
- Dous amanuenses, servindo um de archivista ;
- Um medico ;
- Um commissario ;
- Um fiel ;
- Um porteiro ;
- Quatro continuos ;
- Um enfermeiro ;
- Dous serventes, para os gabinetes de physica e de chimica ;
- Um roupeiro ;
- Um despenseiro ;
- Criados na proporção de um para 12 aspirantes ;
- Dous artilheiros-torpedistas ;
- Um cozinheiro ;
- Dous ajudantes de cozinheiro ;
- Um carpinteiro.

*Estado-maior do corpo de aspirantes*

- Um commandante, capitão de mar e guerra ou capitão de fragata, vice-director da Escola ;
- Um official superior, com attribuições de immediato de navio ;
- Um ajudante, official subalterno ;
- Quatro officiaes subalternos, que alternarão no serviço diario com os officiaes instructores ;
- Um mestre ;
- Um guardião ;
- Dous cabos ;

Um inferior, dous cornetas, dous tambores, quarenta praças do corpo de marinheiros nacionaes ;

Uma guarda do batalhão naval, quando for possível ;

Dous machinistas ;

Dous foguistas.

## CAPITULO XIII

### DO DIRECTOR

Art. 133. O director da Escola é a primeira autoridade do estabelecimento, suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados civis e militares, inclusive os do magisterio. Exerce superior inspecção sobre a execução dos programas, dos concursos, dos exames e do ensino; regula e determina, de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo, tudo que pertencer à mesma Escola e não for especialmente encarregado aos conselhos de instrucção, de disciplina e economico.

Art. 134. Nos seus impedimentos o director será substituido pelo vice-director.

Art. 135. O director, como chefe do estabelecimento, é tambem chefe do corpo de aspirantes e guardas-marinha e o unico responsavel pelas medidas que mandar executar. O accordo com o voto do conselho de instrucção, que lhe é licito adoptar ou não, de nenhuma sorte isenta-o de responsabilidade.

Art. 136. O director é o unico órgão official e legal que põe o estabelecimento em relação immediata com o Ministro da Marinha, e sempre que fizer subir à presença do Governo as propostas do conselho de instrucção, dará sua opinião sobre ellas.

Art. 137. O director da Escola só recebe ordens do Ministro da marinha, nenhuma outra autoridade tem ingerencia no regimen do estabelecimento e no exercicio de suas attribuições só se comunica directa e verbalmente com o vice-director em tudo quanto for concernente ao serviço militar do estabelecimento.

Art. 138. Além das attribuições que lhe são conferidas pelo presente regulamento, ao director incumbe:

1.º Corresponder-se directamente em objecto de serviço do estabelecimento com qualquer autoridade civil ou militar, exceptuando os Ministros e os Governadores dos Estados ;

2.º Informar ao Governo sobre os individuos que julgar idoneos para os empregos relativos à administração do estabelecimento, quando não lhe competir a nomeação ;

3.º Nomear dentre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem os substitua interinamente, dando logo parte desse acto ao Governo, si o provimento do emprego não for de sua competencia ;

4.º Com excepção do pessoal docente, dar licença aos empregados da Escola, sem perda de vencimento, não excedendo de tres dias de uma vez, nem de quinze em um anno ;

5.º Designar os substitutos, adjuntos, auxiliares e instructores para a regencia das cadeiras, classes, ensino auxiliar e ensino pratico technico na falta ou impedimento dos proprietarios, de conformidade com as disposições do presente regulamento ;

6.º Informar annualmente ao Governo sobre o comportamento, e modo por que desempenham seus deveres os empregados da Escola, inclusive os do magisterio ;

7.º Manter no estabelecimento a maior ordem e regularidade, procurando inspirar a todos os alumnos principios de rigorosa disciplina, pundonor militar e boa educação ;

8.º Iniciar o detalhe do serviço militar geral, ordinario e extraordinario, dos officiaes e praças da Armada e dos demais empregados sob suas ordens ;

9.º Fiscalizar o dispendio de todas as quantias recebidas para as despesas do estabelecimento ;

10. Determinar e regularisar o serviço da secretaria e da bibliotheca ;

11. Requisitar para o ensino a compra de instrumentos,apparelhos, armas e quaesquer artefactos aperfeiçoavlos pelo progresso da sciencia e necessarios ao mesmo ensino, e bem assim a compra de livros instructivos para a bibliotheca e de livros especiaes de assentamentos e registros para o pessoal docente, para os demais empregos e para os alumnos, onde se possam lançar pontual e regularmente todas as occurrencias e notas relativas a cada um ;

12. Impôr correccional e administrativamente as seguintes penas:

Reprehensão simples e suspensão até 15 dias, por negligencia ou falta de cumprimento de deveres, aos empregados sob suas ordens, podendo estes recorrer para o Ministro da Marinha ;

Suspender por oito a 30 dias os empregados sob suas ordens por desobediencia e insubordinação, ou por falta contra a moralidade e disciplina, podendo estes recorrer para o Ministro da Marinha ;

Advertir particularmente qualquer membro do corpo docente que se descurar do cumprimento de seus deveres. Si houver reincidencia será a falta levada ao conhecimento do Ministro da Marinha, que poderá impôr ao delinquente a pena de suspensão de um a tres mezes ;

13. Apresentar annualmente ao Governo, até ao dia 31 de março, um relatório do estado do estabelecimento sob os pontos de vista do ensino, da administração e da disciplina, comprehendendo a conta dos trabalhos do anno findo, o orçamento das despesas para o anno futuro e a proposta dos melhoramentos, modificações ou reformas que, de combinação com o conselho de instrução, julgar convenientes á boa marcha dos trabalhos da Escola ;

14. Convocar, presidir, adiar, prorogar e suspender as sessões

dos conselhos de instrução, de disciplina e economico, quando julgar conveniente; no caso de suspensão deverá immediatamente comunicar ao Governo;

15. Marcar as horas das sessões do conselho de instrução, de modo que não seja prejudicado o serviço lectivo;

16. Assignar, com os membros presentes do referido conselho, as actas das sessões, fazendo tomar o ponto dos membros ausentes, ainda que tenham dado aula no mesmo dia;

17. Fazer tomar o ponto do corpo docente e dos outros empregados pelo porteiro da Escola;

18. Presidir a todas as commissões julgadoras dos concursos que tiverem logar na Escola, e dar sobre cada uma dellas e dos respectivos concurrentes, as informações que possam interessar ao Governo;

19. Assistir, sempre que julgar conveniente, ao serviço lectivo;

20. Rubricar os pedidos mensaes para as despesas da Escola; ordenar a execução das autorizadas e assignar as folhas dos respectivos empregados, que mensalmente são enviadas à repartição fiscal.

Art. 139. O director residirá no estabelecimento, onde se lhe proporcionará casa e mobília decentes, trem de cozinha e de mesa e bem assim o pessoal preciso para os serviços interno e de pessoa, de conformidade com o estabelecido nos regulamentos navaes para os officiaes-generaes, commandando divisão ou esquadra.

## CAPITULO XIV

### DO VICE-DIRECTOR E COMMANDANTE DO CORPO DE ASPIRANTES E GUARDAS-MARINHA ALUMNOS

Art. 140. O commandante do corpo de aspirantes é o responsável pela educação militar do referido corpo.

Art. 141. Ao vice-director commandante do corpo de aspirantes compete:

1.º Substituir o director;

2.º Auxiliar o director sempre que elle o exigir, ainda estando este presente;

3.º Comparecer às sessões do conselho de instrução, sempre que elle se reunir;

4.º Receber e transmittir as ordens do director, informal-o de todas as occorrencias que tiverem logar no estabelecimento, e cujo conhecimento possa interessar ao mesmo director; detalhar o serviço militar geral ordinario e extraordinario da Escola, conforme for indicado pelo director, e assignar as ordens do dia, que serão previamente submittidas à approvação do mesmo director;



5.º Applicar todo o seu zelo e esforço para que os empregados que lhe são subordinados e os alumnos, se conduzam com toda a decencia e honestidade ;

6.º Resolver sob sua responsabilidade toda e qualquer questão, si for tão urgente a sua decisão que não possa esperar pelo director, devendo immediatamente dar parte a este do occorrido e da deliberação tomada ;

7.º Informar opportunamente ao director de tudo quanto occorrer na Escola, que mereça fixar regras para casos identicos ;

8.º Propôr ao director as providencias que julgar necessarias para melhorar o systema de administração, a disciplina, o fornecimento e a escripturação do estabelecimento ;

9.º Apresentar semestralmente ao director uma exposição resumida dos serviços a seu cargo ;

10. Verificar todos os documentos de receita e despesa relativos à Escola, assignal-os e fazel-os chegar às mãos do director ;

11. Policiar o estabelecimento e fiscalizar todo o serviço para que este se faça de conformidade com o que se acha prescripto nas ordens do dia, regulamentos e instrucções dadas pelo director e pelo Governo ;

12. Prescrever, depois de approvado pelo director, o serviço dos officiaes da Armada que o tem de auxiliar no desempenho das funções de commandante do corpo.

Art. 142. O vice-director é a unica autoridade do estabelecimento que se communica verbal e directamente com o director em objecto de serviço militar.

Art. 143. O vice-director residirá na Escola, tendo alojamento decentemente mobiliado, fornecendo o Estado trem de mesa e de cozinha, cozinheiro e criados que de direito competem aos officiaes de sua patente commandando navio solto.

Art. 144. O vice-director estará no estabelecimento durante o dia o maior tempo que for possivel e nelle pernoitará alternadamente com o official superior seu immediato.

## CAPITULO XV

### DO OFFICIAL SUPERIOR

Art. 145. Ao official superior, immediato ao vice-director commandante do corpo de aspirantes, cumpre :

1.º Substituir o vice-director ;

2.º Auxiliar o vice-director em todas as attribuições que lhe são prescriptas neste regulamento.

Art. 146. O official superior residirá na Escola, tendo alojamento decentemente mobiliado, fornecendo o Estado trem de mesa e de cozinha, e criado que de direito compete aos officiaes de sua patente como immediato do navio solto.

Art. 147. O official superior estará no estabelecimento durante o dia o maior tempo que for possivel, e nelle pernoitará alternadamente com o vice-director.

## CAPITULO XVI

## DOS OFFICIAES DA ARMADA AO SERVIÇO DA ESCOLA

Art. 148. Incumbe aos officiaes ao serviço da Escola :

1.º Auxiliar o director e vice-director na manutenção da disciplina militar e inspecção do comportamento dos alumnos no recreio, nos aposentos, nas salas de estudo e em todo e qualquer logar a que os mesmos alumnos devam comparecer reunidos ;

2.º Desempenhar todas as obrigações que lhes forem marcadas no detalhe de serviço, organizado pelo vice-director e aprovado pelo director ;

3.º Servir de ajudantes do corpo de aspirantes e guardas-marinha, aquelles que para esse serviço forem nomeados, cumpriundo nesse serviço vigiar que os aspirantes e guardas-marinha-alumnos tenham em boa ordem e conservação os seus livros, roupas e especialmente as peças de uniforme ; representar a respeito das faltas que encontrarem na alimentação dos mesmos aspirantes e guardas-marinha-alumnos e no serviço do internato, e detalhar o serviço policial do corpo.

## CAPITULO XVII

## DO MEDICO

Art. 149. Compete ao medico :

1.º Prestar os soccorros de sua profissão que se tornem precisos por occasião de qualquer accidente, bem como tratar em suas enfermidades os individuos pertencentes á Escola e nella residentes ;

2.º Proceder á inspecção de saude nos individuos que o director designar ;

3.º Examinar a qualidade das drogas e remedios que receitar, antes de applicados aos enfermos, dando parte ao vice-director de qualquer abuso que encontrar, não só a esse respeito como em relação ás dietas e mais serviços da enfermaria ;

4.º Apresentar ao director, por intermedio do vice-director, no principio de cada mez, um mappa contendo os nomes dos individuos tratados na enfermaria da Escola durante o mez antecedente, com as respectivas observações ;

5.º Examinar diariamente os aspirantes e os guardas-marinha-alumnos que derem parte de doente, communicando, sem demora, o resultado desse exame ao vice-director ;

6.º Examinar mensalmente o estado sanitario dos aspirantes e guardas-marinha-alumnos, e declarar por escripto o nome daquelles que, por enfermidades, se acharem impossibilitados para o serviço da marinha de guerra ;

7.º Visitar e inspecionar os aspirantes e guardas-marinha-alunos em suas residencias ou no hospital, sempre que lhe for determinado pelo director, a quem communicará o resultado de taes inspecções, por intermedio do vice-director ;

8.º Dar instrucções e pedir as providencias precisas para que o serviço da enfermaria se faça do melhor modo possivel ;

9.º Participar ao vice-director qualquer indicio de molestia contagiosa ou epidemica, que se manifestar no estabelecimento, indicando os meios para atalhar o mal ;

10. Dar instrucções por escripto ao enfermeiro sobre a applicação dos remedios, dietas e o mais que convier ao tratamento dos doentes ;

11. Examinar todos os viveres fornecidos á Escola, os quaes só poderão ser aceitos com a sua approvação ;

12. Inspecionar os candidatos á praça de aspirantes ;

13. Fazer parte do conselho economico.

## CAPITULO XVIII

### DO COMMISSARIO

Art. 150. Incumbe ao commissario :

1.º Fazer a escripturação da receita e despesa e mais serviço que lhe compete, na conformidade das instrucções e ordens em vigor ;

2.º Inspecionar diariamente o estado dos paioes e o serviço das cozinhas, pelos quaes é o principal responsavel ;

3.º Ter a seu cargo todo o armamento e demais artefactos para o ensino dos alumnos nos exercicios de artilharia, infantaria, gymnastica, esgrima e natação, e bem assim a mobilia que não estiver sob a responsabilidade do porteiro, todo o trem de mesa e das cozinhas do estabelecimento, e o serviço concernente á mesa dos alumnos ;

4.º Fazer parte do conselho economico.

## CAPITULO XIX

### DO SECRETARIO

Art. 151. Ao secretario incumbe :

1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official, sob as ordens do director e segundo as suas instrucções ;

2.º Receber, dar as necessarias informações e encaminhar todos os requerimentos feitos á directoria ;

3.º Assistir ás sessões do conselho de instrucção, de disciplina e economico ;

4.º Lavrar o subscrever, com os examinadores e com o conselho de concurso, os termos das actas dos exames e dos concursos, podendo ser auxiliado nesse serviço pelos outros empregados da secretaria, com licença do director;

5.º Escripturar os livros especiaes de assentamentos e registros e livro-mestre do corpo;

6.º Fazer mensalmente o pret dos aspirantes e a folha do pagamento dos guardas-marinha-alumnos, do corpo docente e mais empregados da Escola, que tem de ser remettidos para as repartições fiscaes;

7.º Cumprir e fazer cumprir pelos seus subalternos as ordens do director, distribuir o serviço que deve ser desempenhado pelos referidos seus subalternos, podendo, com licença do director, prorrogar a hora do expediente, sempre que for preciso para trazê-lo em dia;

8.º Propôr ao director tudo que for a bem do serviço da secretaria e da celeridade do expediente;

9.º Instruir com os necessarios documentos todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, fazendo succinta e clara exposição delles, com declaração do que a respeito houver occorrido e interpondo o seu parecer nos que versarem sobre interesses de partes, quando lhe for ordenado pelo director;

10. Preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatorios do director.

## CAPITULO XX

### DO OFFICIAL DA SECRETARIA BIBLIOTHECARIO

Art. 152. Ao official da secretaria bibliothecario cumpre :

1.º Auxiliar o secretario em todos os seus trabalhos e substituí-lo em suas faltas ou impedimentos;

2.º Guardar e conservar a bibliotheca da Escola, assim como todos os instrumentos e modelos a ella pertencentes, excepto os que fizerem parte dos gabinetes de physica e chimica e dos observatorios astronomico e meteorologico.

## CAPITULO XXI

### DOS AMANUEENSES

Art. 153. Compete aos amanuenses :

1.º Cumprir as ordens do secretario;

2.º Registrar a correspondencia escolar;

3.º Coadjuvar o bibliothecario e substituí-lo por designação do director;

4.º Um delles, por designação do director, servirá de archivista, cumprindo-lhe manter em boa ordem e bem conservados os livros, a correspondencia e mais papeis do archivo escolar.

## CAPITULO XXII

## DO PORTEIRO

Art. 154. É obrigação do porteiro :

- 1.º Tomar o ponto dos alumnos, em livro ou caderno para este fim destinado, e todos os dias apresental-o ao respectivo docente que o authenticará ;
- 2.º Declarar diariamente ao vice-director quaes as aulas que não funcionaram ;
- 3.º Conservar em estado de asseio as aulas, bem como a respectiva mobilia e mais material de ensino da Escola ;
- 4.º Detalhar o serviço dos continuos, de conformidade com as ordens do director ou vice-director ;
- 5.º Receber os requerimentos e papeis das partes para lhes dar a conveniente direcção ;
- 6.º Ter a seu cargo toda a mobilia que pertencer ao serviço do ensino.

## CAPITULO XXIII

## DOS CONTINUOS

Art. 155. Compete aos continuos :

- 1.º Substituir o porteiro, mediante ordem do director ;
- 2.º Coadjuvar o porteiro na tomada do ponto dos alumnos ;
- 3.º Reparar as salas das aulas para as lições ;
- 4.º Entregar a correspondencia da Escola ;
- 5.º Ir diariamente, e por escala, receber na Secretaria de Estado a correspondencia para a Escola.

## CAPITULO XXIV

## DOS SERVENTES, ROUPEIRO E DESPENSEIRO

Art. 156. Aos serventes, roupeiro e despenseiro cumpre especialmente a cada um a limpeza dos gabinetes de physica e chimica e limpeza e boa ordem dos alojamentos, boa ordem da roupa e do serviço na despesa do rancho escolar.

## CAPITULO XXV

## DA NOMEAÇÃO, VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 157. Serão nomeados por decreto o director, o vice-director, o secretario e o official da secretaria, e por portaria do Ministro da Marinha os amanuenses, o porteiro e os continuos. Os demais empregados serão nomeados pelo director, excepto os officiaes ao serviço da Escola, os medicos e o commissario, cujas nomeações pertencem ao Ministro da Marinha, por solici-

tação do director, ouvido o chefe de estado-maior general da Armada.

Art. 158. Os vencimentos dos empregados de que trata o artigo anterior são os fixados na tabella que acompanha o presente regulamento.

Art. 159. Os empregados na administração e economia da Escola, que vencem ordenado e gratificação, poderão ser aposentados com todo o ordenado, logo que completarem 30 annos de serviço effectivo.

Art. 160. Também poderão ser aposentados, com tantas trigésimas partes do ordenado, quantos forem os annos de serviço, os empregados de que trata o artigo antecedente, quando forem inutilizados depois de 10 annos de exercicio, a titulo effectivo.

Art. 161. Aos empregados da administração são extensivas as disposições relativas aos membros do magisterio, nos casos de faltas e licenças, e ficam sujeitos ao regimen militar.

### **Título III**

#### **DOS CONSELHOS DE DISCIPLINA E ECONOMICO**

#### **CAPITULO XXVI**

##### **DO CONSELHO DE DISCIPLINA**

Art. 162. Haverá na Escola um conselho de disciplina, que se comporá :

- Do director da Escola ;
- Do vice-director, commandante do corpo de aspirantes ;
- De dous lentes, sendo um da secção de sciencias juridicas, ou seu substituto, no caso de impedimento do cathedratico ;
- Do official superior ao serviço da Escola ;
- Do secretario.

Art. 163. Compete ao conselho de disciplina :

- 1.º Consultar sobre os meios apropriados para manter a policia geral, a ordem interna e a moralidade do estabelecimento ;
- 2.º Tomar conhecimento das faltas graves que os alumnos nesta qualidade commetterem, e pronunciar a pena que cabe aos delictos sujeitos a julgamento pelo mesmo conselho.

Art. 164. Quando o conselho de disciplina entender que o delicto é da competencia dos conselhos de guerra, ou dos tribunaes civis, o director communicará ao Governo a opinião do conselho e remetterá ao mesmo Governo as peças da accusação e o processo do que tiver occorrido perante o referido conselho.

Art. 165. A reunião do conselho se realizará sempre que o director o ordenar, devendo ser todos os membros avisados, com a necessaria antecedencia, e informados por escripto ou verbalmente do objecto da reunião.

Art. 166. Não poderá tomar assento no conselho de disciplina:

- 1.º O signatario da parte accusatoria ;
- 2.º O secretario da Escola, quando se tratar de objecto que lhe diga respeito.

Paragrapho unico. Nos casos de que tratam os dous numeros do presente artigo, as substituições serão feitas do modo seguinte: o signatario da parte accusatoria por um outro lente, e o secretario por um dos membros do conselho, escolhido pelo mesmo conselho.

Art. 167. Servirá de regimento interno para as sessões do conselho de disciplina o regimento interno do conselho de instrução, na parte que lhe for applicavel.

## CAPITULO XXVII

### DAS PENAS DOS ASPIRANTES E DOS GUARDAS-MARINHA-ALUMNOS

Art. 168. As penas a que estão sujeitos os aspirantes e guardas-marinha-alumnos são as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> Notas :—Zero:—Inhabilitação ;
- 2.<sup>a</sup> Reprehensão particular ;
- 3.<sup>a</sup> Reprehensão em presença dos alumnos na aula ;
- 4.<sup>a</sup> Retirada da aula com ponto marcado ;
- 5.<sup>a</sup> Reprehensão motivada em ordem do dia ;
- 6.<sup>a</sup> Impedimento na Escola ;
- 7.<sup>a</sup> Prisão simples por um a oito dias em reclusão apropriada ;
- 8.<sup>a</sup> Prisão rigorosa de 10 dias em reclusão apropriada ;
- 9.<sup>a</sup> Perda do anno ;
- 10.<sup>a</sup> Exclusão perpetua.

Art. 169. O corpo docente pôde impôr aos alumnos, por faltas commettidas durante a lição ou exercicios, as quatro primeiras penas.

Paragrapho unico. A primeira pena chegará ao conhecimento do director na informação escripta do aproveitamento dos alumnos, dada mensalmente pelos membros do corpo docente para advertencia do interessado. Da segunda, terceira e quarta penas o membro do corpo docente que as impuzer, finda a aula, trabalho ou exercicio escolar, fará immediata communicação por escripto ao vice-director e, na ausencia, ao official de serviço, não só da pena imposta, como do motivo della, afim de que, em qualquer dos dous casos, seiente o vice-director, por elle chegue ao conhecimento do director.

Art. 170. O aspirante ou guarda-marinha-alumno que, escrevendo sabbatina, thema, ou qualquer outro exercicio, recorrer a apontamentos seus ou alheios, ou acceitar auxilio estranho, verbal ou escripto, relativamente ao ponto arguido, será punido com a nota—zero—no trabalho plagiado e ainda com a pena que lhe for imposta pelo director, conforme as circumstancias de tão irregular procedimento.

Si o caso exposto verificar-se por ocasião de prova escripta em exame, terá o delinquente a nota de — inhabilitado.

Art. 171. O vice-director poderá reprehender os aspirantes e guardas-marinha-alumnos e ordenar a prisão no caso de faltas contra a disciplina, dando opportunamente parte ao director, para que este determine o tempo da prisão.

Art. 172. Si os aspirantes e guardas-marinha-alunos estiverem em viagem de instrução, além do disposto no art. 65, serão punidos com impedimento de baixar à terra, prisão no alojamento e nos cestos de gavia, só podendo esta ser imposta em casos excepcionaes.

Art. 173. Em acto flagrante de falta commettida pelos alumnos contra a ordem, a disciplina ou a moralidade, os officiaes em serviço na Escola poderão advertir os delinquentes ou prendel-os à ordem do director, si a falta for grave, dando opportunamente por escripto parte ao vice-director do motivo da prisão, sendo dispensada esta formalidade si o correctivo empregado for de simples admoestação e neste caso bastará comunicação verbal para ulterior deliberação do referido vice-director.

Art. 174. As penas de reprehensão motivadas em ordem do dia, impedimento no estabelecimento e prisão simples até oito dias, são de competencia do director. As de prisão rigorosa, perda de anno e exclusão perpetua só poderão ser impostas pelo conselho de disciplina.

Art. 175. Nos delictos que podem motivar as penas de que trata a ultima parte do artigo anterior, os alumnos delinquentes serão ouvidos à defesa, que será por elles escripta e assignada sem intervenção de defensor, e, si do julgamento resultar a applicação de qualquer das citadas penas, o director da Escola remetterá ao Ministro da Marinha, com a sentença do conselho de disciplina, a exposição dos motivos da pena pelo mesmo conselho comminada, para a confirmação ou não da referida pena.

Paragrapho unico. Tres prisões rigorosas dentro de um anno importam em exclusão perpetua.

Art. 176. A prisão rigorosa só não dispensa o alumno de comparecer às aulas.

Art. 177. Todas as penas soffridas pelos alumnos serão registradas em livros proprios, a cargo do ajudante ou ajudantes da companhia; as soffridas durante o curso superior, serão por cópia remettidas pelo director, conjunctamente com as notas de approvação e reprovação, ao Quartel General de Marinha, quando os alumnos terminarem o curso da mesma Escola.

Art. 178. Todos os domingos, em acto de formatura geral, serão lidos pelo ajudante do corpo de aspirantes todos os artigos constantes deste capitulo.

## CAPITULO XXVIII

### DO CONSELHO ECONOMICO

Art. 179. O conselho economico se comporá:

- 1.º Do director, presidente;
- 2.º Do vice-director, vice-presidente;
- 3.º Do official superior;
- 4.º Do commissario;



5.º Do medico ;

6.º Do secretario, que será o da Escola.

Art. 180. Compete ao conselho economico :

1.º Administrar os dinheiros destinados á compra de objectos cujo fornecimento não pertence ás repartições da marinha ;

2.º Conhecer do estado do cofre no fim de cada mez, fazer os orçamentos, verificar os documentos de despeza e estabelecer os processos para se julgar de sua moralidade e legalidade ;

3.º Consultar sobre todos os objectos concernentes ao material do estabelecimento ;

4.º Organizar as instrucções que devem constituir o regimen interno da Escola na parte economica.

Art. 181. Depois de ouvir o conselho economico, o director da Escola solicitará do Ministro da Marinha autorização necessaria para o recebimento na Pagadoria da Marinha pelo commissario da Escola das quantias precisas, com antecipação de dous mezes. O dinheiro recebido será guardado em cofre de que serão clavi-culários o vice-director e o commissario.

Art. 182. De todas as compras realizadas pelo commissario servirá de documento de despeza uma relação authenticada com a rubrica do director, quando não for possível justificar-as por meio de facturas ou contas de venda, e o commissario prestará conta dessas despezas mensalmente na Contadoria da Marinha.

Art. 183. Os saldos annuaes do cofre da Escola poderão ser empregados em objectos e instrumentos para o ensino, bem como no asseio e melhoramentos do estabelecimento e no mais que o director julgar conveniente, ouvido o conselho economico.

As funções commettidas ao commandante, immediato e official de quarto, pelo art. 2º do decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, serão desempenhadas na Escola Naval pelo commandante da companhia, pelo official superior como seu immediato, e pelo official de serviço.

Art. 184. Para o serviço de rancho dos alumnos e dos officiaes, assim como para o de cópa e cozinha do pessoal da Escola, haverá o pessoal marcado no presente regulamento.

Paragrapho unico. Para regular as sessões neste conselho servirá o regimento interno do conselho de instrucção, na parte que lhe for applicavel.

## CAPITULO XXIX

### DAS DEPENDENCIAS E DO MATERIAL DA ESCOLA

Art. 185. Para instrucção theorica e pratica dos alumnos da Escola Naval, além das aulas e das salas para estudo, para recepção do director e dos officiaes e para secretaria e archivo, haverá:

Uma bibliotheca e uma sala para leitura, annexa á mesma bibliotheca ;

Um gabinete de physica ;

Um laboratorio com os necessarios appparelhos e reactivos para as manipulações chimicas ;

Um pequeno observatorio astronomico e meteorologico ;

Um terreno apropriado onde se possam fazer estudos praticos com chronographos e exercicios de artilharia com projectis ao alvo ;

Uma sala de modelos de navios e de machinas ;

Appparelhos para o ensino de gymnastica ;

Uma sala de modelos e respectivos accessorios para o ensino de appparelho ;

Um tanque murado, com capacidade para o ensino de natação a todos os alumnos ;

Um pequeno navio, de systema mixto, para as evoluções à vela e a vapor dentro da bahia ;

O numero sufficiente de escaieres para as evoluções à vela e a remos ;

Dous escaieres para o serviço do director e do vice-director ;

Duas lanchas a vapor para o serviço da condução diaria do pessoal docente e demais empregados da Escola, servindo uma das lanchas tambem para os exercicios dos alumnos ;

Armas de fogo portateis para os exercicios de infantaria e de tiro ao alvo, e canhões de campanha para a pratica do tiro de artilharia, com os respectivos petrechos, reparos, palamenta e munições e, bem assim, instrumentos topographicos, geodesicos, astronomicos, meteorologicos, de sonda e fluctuantes para salvação de naufragos ;

Uma enfermaria, com accomodações para os aspirantes, separada da dos marinheiros nacionaes ; uma pequena botica e uma arrecadação, alojamentos para todos os alumnos, commodos para os officiaes ao serviço da Escola, quartel para as praças de pret, alojamentos decentemente mobiliados para o vice-director e official superior, rouparia, refeitório e salas de lavatorio para os alumnos ;

Um navio de vela para as viagens de instrucção dos aspirantes ;

Uma sala de armas para o armamento portatil, objectos para o ensino de esgrima, natação e gymnastica, e modelos de todo o armamento de mão conhecido.

## CAPITULO XXX

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 186. Os membros do magisterio e os officiaes da Armada que organizarem compendios ou escreverem memorias apropriadas para o ensino das doutrinas que constituem o curso da Escola Naval, e de conformidade com o que for regulado pelos programas do ensino, terão direito a um premio pecuniario, que não excederá de 2:000\$, e a primeira edição do compendio ou memoria será publicada á custa do Estado.

Não se conferirá, porém, o referido premio nem se mandará

imprimir a primeira edição, sem se ouvir o conselho de instrução sobre o mérito dos compendios ou memorias.

Si o autor pertencer à Escola, como membro do magisterio, o Governo incumbirá o exame dos compendios ou memorias ao conselho de instrução, ou a pessoas estranhas a ella e para este fim habilitadas.

Art. 187. O Governo providenciará sobre os casos omissos neste regulamento, depois de ouvir o conselho de instrução, podendo, no prazo de um anno, fazer as alterações indicadas pela experiencia e que serão apresentadas pelo director, ouvido o mesmo conselho.

Art. 188. Na Escola Naval haverá, além de um livro-mestre e outro de exames para os aspirantes e para os guardas-marinha-alunos, livros para os assentamentos do pessoal do magisterio, da administração e empregados, e para as actas dos conselhos de instrução, de concurso, de disciplina e economico.

O livro-mestre de termos de exames e de actas dos conselhos serão escripturados pelo secretario da Escola.

Art. 189. Nenhum aspirante ou guarda-marinha poderá ter baixa a pedido, sem indemnizar as despesas feitas pelo Estado, servindo de base para o calculo dessas despesas o quociente da divisão da quantia que o Estado houver despendido durante cada anno que o alumno tiver cursado, pelo numero de alumnos matriculados nesses annos.

Art. 190. Os paes, tutores ou correspondentes dos alumnos são obrigados a indemnizar o Estado dos prejuizos e danos causados à Fazenda Nacional pelos mesmos alumnos, assim como a completar trimestralmente as peças de fardamento e demais objectos marcados no enxoval, que se estragarem ou extra-viarem.

## CAPITULO XXXI

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 191. Os alumnos ficam sujeitos ás disposições do presente regulamento para os casos de baixa de praça, não só por motivo de reprovação como por perdimento do anno por faltas.

Art. 192. Os alumnos que vão cursar, em 1891, o 1º anno do curso superior, estudarão algebra superior, leccionada pelo docente da 1ª cadeira, além das materias que constituem o referido anno, em virtude do presente regulamento.

Art. 193. Os alumnos que tiverem sido approvados no 2º anno do antigo curso preparatorio cursarão o 3º anno do referido curso e estudarão, mais, algebra superior.

Art. 194. Os alumnos que tiverem sido approvados no 1º anno do antigo curso preparatorio estudarão o 2º anno, do referido curso, pelo regulamento de 9 de março de 1889, e si forem approvados nesse anno estudarão o 3º anno, de accordo com o artigo anterior.

Art. 195. Os alumnos do 1º anno do extincto curso prepara-

torio, que ainda não tenham sido approvados nas respectivas materias, serão eliminados si forem reprovados ou deixarem de comparecer aos exames da segunda epoca, e aquelles que forem approvados passarão para o 2º anno do referido curso.

Art. 196. Os professores de linguas do curso preparatorio continuarão a leccionar as mesmas materias durante os annos de 1891 e 1892, devendo tambem os de francez e inglez leccionar no curso superior.

Quanto ao de portuguez, findo o anno de 1892, será jubilado, com o ordenado por inteiro, si não puder ser aproveitado em outro estabelecimento de ensino superior.

Art. 197. Os actuaes professores da secção de mathematicas do curso preparatorio continuarão a leccionar no referido curso, até sua completa extincção.

Art. 198. O professor de historia e geographia do curso preparatorio passará para o curso superior como substituto da secção de sciencias physicas.

Art. 199. O adjunto de historia e geographia do curso preparatorio continuará a leccionar as mesmas materias aos alumnos do 2º e 3º annos do referido curso, pelo regulamento de 9 de março de 1889, accumulando as funcções de adjunto ás de professor.

Art. 200. Findo o anno lectivo de 1892 o adjunto de historia e geographia do extincto curso preparatorio, si não puder ser empregado em outro estabelecimento de ensino, será jubilado com o ordenado por inteiro.

Art. 201. O professor da secção graphica do curso preparatorio continuará a leccionar no referido curso, até sua completa extincção.

Art. 202. O actual lente da 2ª cadeira do 4º anno será jubilado com o ordenado por inteiro, si não puder ser empregado em outro estabelecimento de ensino superior.

Art. 203. O actual substituto da secção de sciencias physicas será nomeado lente cathedratico da 2ª cadeira do 1º anno do curso superior.

Art. 204. O actual lente cathedratico da cadeira de physica passará a reger a 2ª cadeira do 2º anno do referido curso.

Art. 205. O presente regulamento será posto em vigor até 10 de janeiro de 1891, excepto quanto à tabella de vencimentos, que terá vigor de 1 de março do referido anno em diante.

Art. 206. Os membros do corpo docente, que forem jubilados em virtude das disposições transitorias do actual regulamento, o serão pela tabella de vencimentos do regulamento de 9 de março de 1889.

Art. 207. Os vencimentos de que trata o artigo anterior cessarão quando os membros do corpo docente forem aproveitados em outro estabelecimento de ensino superior.

Art. 208. Trinta dias depois de promulgado o presente regulamento, o director da Escola sujeitará ao Governo um projecto de regimento interno para a mesma Escola.

Art. 209. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1891.—*Eduardo Wandenholk.*

## Tabella dos vencimentos do pessoal da Escola Naval

EMPREGOS		VENCIMENTOS		TOTAL
		ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	
1	Director.....	7:200\$000		7:200\$000
11	Lentes cathedrauticos.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
10	Substitutos e professores.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
	Adjuntos.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
	Auxiliares.....	1:800\$000	600\$000	2:400\$000
1	Mestre de esgrima.....	1:066\$000	534\$000	1:600\$000
1	Mestre de gymnastica e natação.....	1:066\$000	534\$000	1:600\$000
1	Secretario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1	Official.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
2	Amanuenses.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1	Porteiro.....	1:080\$000	540\$000	1:620\$000
4	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
1	Roupeiro.....		720\$000	720\$000
1	Dispenseiro.....		720\$000	720\$000
12	Criados.....		480\$000	480\$000
1	Cozinheiro.....		1:200\$000	1:200\$000
2	Ajudantes.....		600\$000	1:200\$000
2	Serventes.....		600\$000	600\$000
1	Ajudante de ordens.....			
1	Commandante do corpo de aspirantes.....			
1	Official superior.....			
1	Cirurgião.....			
1	Ajudante do corpo de aspirantes.....			
4	Officiaes subalternos.....			
1	Commissario.....			
1	Enfermeiro.....			
1	Fiel.....			
1	Carpinteiro.....			
1	Mestre.....			
1	Guardião.....			
47	Inferiores e praças.....			

## Observações

O ajudante de ordens terá os vencimentos que lhe competirem pelas tabellas em vigor.

O commandante do corpo de aspirantes, o commissario e o official superior (immediato) terão os vencimentos de embarcados em navio de guerra armado, de 1ª classe.

Os ajudantes, officiaes subalternos, medico, enfermeiro, fiel, officiaes-marinheiros, artifice militar e demais officiaes inferiores e praças, vencerão como embarcados em navio de guerra armado.

Os vencimentos — ordenado e gratificação — são abonados independentemente dos soldos das patentes.

Todo o pessoal que vence como embarcado tem direito a ração e será pago pela rubrica do § 14 — Força Naval.

O preparador do curso de physica terá sómente os vencimentos correspondentes ao que percebe o 1º tenente embarcado.

Os serventes do gabinete de physica e chimica terão direito á ração.

Os instructores perceberão, além dos vencimentos de embarque, a gratificação annual de 1:200\$, quando accumularem o serviço de official da Escola.

O cozinheiro, ajudantes deste, roupeiro, despenseiro e criados teem direito a ração.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891. — *Eduardo Wandenkolk.*



#### DECRETO N. 1257 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Manda executar o regulamento para evitar abalroamentos no mar, conforme as deliberações da Conferencia Maritima Internacional de Washington.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que foi deliberado na Conferencia Maritima Internacional, realizada em Washington a 16 de dezembro de 1889, ácerca das medidas a adoptar quanto á segurança dos navios no mar e da navegação em geral, resolve mandar executar o regulamento para evitar abalroamentos, que a este acompanha, assignado pelo Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha; ficando revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Eduardo Wandenkolk.*

#### Regulamento para evitar abalroamentos no mar a que se refere o decreto n. 1257 desta data

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As disposições constantes deste regulamento serão observadas por todos os navios, tanto no alto mar, como em aguas com o

mar ligadas e que sejam accessíveis aos navios de mar, ou que naveguem no mar.

Para os effeitos deste regulamento todo navio de vapor, que navegar exclusivamente à vela, e não a vapor, será reputado navio de vela, e todo navio que navegar a vapor, quer faça ou não uso do seu panno, será reputado navio de vapor.

Sob a denominação de navio de vapor estará comprehendido todo navio movido por machina.

Todo o navio está em movimento, no sentido deste regulamento, desde que não se acha fundeado, amarrado à terra ou encalhado.

#### DISPOSIÇÕES CONCERNENTES ÀS LUZES, ETC.

O termo visível, quando empregado neste regulamento com referencia a qualquer luz, quer dizer — visível em noite escura e com atmosphera clara.

Art. 1.º As disposições concernentes às luzes serão observadas com todo tempo, desde o occaso até ao nascer do sol, e nesse intervallo nenhuma outra luz se empregará, que possa confundir-se com as luzes, que estão prescriptas.

Art. 2.º Todo navio de vapor em movimento deverá trazer:

a) No mastro do traquete ou em frente a elle e na falta deste mastro, à prôa, em altura não inferior a 20 pés acima da borda ou quando a bocca do navio for maior de 20 pés, em altura igual à mesma bocca, contanto que nunca exceda de 40 pés — *uma luz branca e brilhante* — construida por fôrma que illumine sem interrupção um arco do horizonte de vinte quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projecte sobre dez quartas para cada lado do navio, isto é, desde a linha da prôa até duas quartas para ré da linha do través de um e outro bordo, e de tal natureza que seja visível à distancia de 5 milhas, pelo menos.

b) Do lado do boreste — *uma luz verde*, — construida de fôrma que illumine, sem interrupção, um arco do horizonte de dez quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projecte desde a linha da prôa até duas quartas para ré da linha do través desse mesmo bordo, e de tal natureza que seja visível à distancia de 2 milhas, pelo menos.

c) Do lado de bombordo — *uma luz encarnada*, — construida por fôrma que illumine, sem interrupção, um arco do horizonte de dez quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projecte desde a linha da prôa até duas quartas para ré da linha do través desse mesmo bordo, e de tal natureza que seja visível à distancia de 2 milhas, pelo menos.

d) As luzes — *verde e encarnada* — dos lados serão providas pela parte interna do navio com anteparos dispostos em sentido paralelo à quilha e que avancem pelo menos de 3 pés para vante do foco luminoso, afim de impedir que qualquer dellas seja vista do lado da prôa opposto àquelle em que se acha collocada.

e) Os navios de vapor em movimento poderão trazer addicionalmente — *uma segunda luz branca brilhante* — de construcção igual à da luz mencionada na secção a).

Em tal caso, essas duas luzes serão collocadas no mesmo plano da quilha, e de maneira que fique mais baixa uma do que outra 15 pés pelo menos, e a mais baixa sempre por ante-avante da mais alta, a distancia vertical entre ellas devendo ser menor do que a distancia horizontal.

Art. 3.º Todo navio de vapor que rebocar outro navio, deverá, além das luzes dos lados, trazer — *duas luzes brancas brilhantes* — dispostas em linha vertical e separadas por intervallo não menor de 6 pés; si, porém, rebocar mais de um navio ao mesmo tempo, e o comprimento do reboque (medido da popa do rebocador à popa do ultimo navio rebocado) exceder de 600 pés, deverá então trazer addicionalmente — *uma terceira luz branca brilhante*, — 6 pés acima ou abaixo das outras duas luzes já referidas.

Essas luzes serão de identica construcção e natureza, e estarão collocadas na mesma posição da — *luz branca* — mencionada no art. 2º, secção a), exceptuando-se a — *luz addicional* — que poderá ficar mais baixa, contanto que a nunca menos de 14 pés acima da borda.

Para facilitar o governo do navio rebocado poderá o navio de vapor, que reboca, ter — *uma pequena luz branca* — por ante-a-ré da chaminé ou do mastro da popa, com a condição, porém, de que não seja visivel da parte d'avante da linha do través.

Art. 4.º a) Todo navio que, em consequencia de algum accidente, estiver sem liberdade de acção, deverá trazer à mesma altura da — *luz branca* — mencionada no art. 2º a), e si for navio de vapor, em substituição dessa luz mas onde possam ser vistas melhor — *duas luzes encarnadas* — dispostas em linha vertical, com intervallo não menor de 6 pés, e de tal natureza que sejam visiveis em toda a volta do horizonte à distancia de 2 milhas, pelo menos.

De dia, deverá esse navio trazer em linha vertical, separadas por intervallo não menor de 6 pés, e onde possam ser vistas melhor — *duas espheras pretas* — ou duas figuras da mesma fôrma e côr, tendo cada uma dous pés de diametro.

b) Todo navio, que estiver occupado em lançar, rocegar ou suspender algum cabo telegraphico, deverá trazer na mesma posição da luz branca mencionada no art. 2º a), e si for navio de vapor, em lugar dessa luz — *tres luzes* — dispostas em linha vertical e separadas por intervallos não menores de 6 pés. Destas luzes, a de cima e a de baixo serão — *encarnadas* — e a do meio — *branca*, — porém todas de tal natureza, que se tornem visiveis em toda a volta do horizonte à distancia de 2 milhas, pelo menos.

De dia, deverá esse navio trazer em linha vertical, separadas por intervallos não menores de 6 pés, e onde possam ser vistas melhor — *tres figuras* — de 2 pés de diametro pelo menos cada uma, e das quaes, a de cima e a de baixo terão — a



*fôrma esphérica* — e a — *côr encarnada*, — a do meio a — *fôrma cubica* — e a — *côr branca*.

c) Os navios a que se refere este artigo, quando estejam estacionarios, não farão uso das luzes dos lados; porém, desde que tenham algum seguimento, deverão trazel-as.

d) As luzes e figuras prescriptas por este artigo devem ser tomadas pelos outros navios como indicação de que, aquelle que as mostra, está sem liberdade de acção, e, portanto, não pôde afastar-se do seu caminho.

Estes signaes não são os de navio em perigo e que pede soccorro. Taes signaes são os que prescreve o art. 31.

Art. 5.º Os navios de vela em movimento, e bem assim os navios rebocados, deverão trazer as luzes que o art. 2.º prescreve para o navio de vapor em movimento, com excepção das luzes brancas alli mencionadas, das quaes nunca farão uso.

Art. 6.º Quando não seja possível conservar nos seus competentes logares as luzes — *verde* — e — *encarnada* — dos lados, como pôde, por exemplo, acontecer nos navios de pequeno porte em movimento, por occasião de mão tempo, essas luzes estarão em todo caso a mão, accesas e promptas; e quando taes navios se achem proximos de outros, deverão ser mostradas dos seus respectivos lados, a tempo de evitar o abalroamento, e de maneira que, não só se tornem bem visiveis, mas tambem que a luz verde não seja vista de bombordo, nem a luz encarnada de boreste, e nem, tanto quanto praticavel, mais de duas quartas para ré da linha do través do bordo respectivo.

Afim de tornar o emprego dessas — *luzes portateis* — mais exacto e facil, serão as lanternas pintadas exteriormente da mesma côr da luz que contiverem, e providas de apropriados anteparos.

Art. 7.º Os navios de vapor de menos de 40 toneladas (tonelagem bruta) e bem assim os barcos de remos ou de vela de menos de 20 toneladas (tonelagem bruta), quando em movimento, não serão obrigados a trazer as luzes mencionadas no art. 2.º a), b) e c) e que respectivamente lhes correspondem, porém, uma vez que não façam uso dellas, deverão estar providos das luzes seguintes:

1. Os navios de vapor de menos de 40 toneladas deverão trazer:

a) A' vante, na chaminé ou em frente desta, onde possa melhor ser vista, e em altura nunca inferior a 9 pés acima da borda, — *uma luz branca e brilhante* — construida e collocada segundo se preceitua no art. 2.º a), e de tal natureza, que seja visivel á distancia de 2 milhas, pelo menos.

b) As luzes — *verde e encarnada* — dos lados, construidas e collocadas conforme se preceitua no art. 2.º b) e c), e de tal natureza, que sejam visiveis á distancia de uma milha, pelo menos; ou, então — *uma lanterna bicolor* — que mostre uma luz verde e outra encarnada, desde a linha da proa até duas quartas para ré da linha do través do bordo respectivo. Essa

lanterna ficará collocada a nunca menos de tres pés abaixo da luz branca.

2. As pequenas lanchas de vapor, da classe dessas que muitos navios costumam trazer a bordo, poderão ter a — *luz branca* — a menos de 9 pés de altura acima da borda, comtanto que ella fique collocada por cima da lanterna bicolor mencionada na secção 1 b) deste artigo.

3. Os barcos de remos e de vela, de menos de 20 toneladas, terão prompta à mão — *uma lanterna com um vidro verde numa das faces e na outra um vidro encarnado* — a qual, sempre que taes barcos se achem proximos de outros navios ou embarcações, deverá ser mostrada a tempo de evitar o abalroamento, e de maneira que a luz verde não seja vista de bombordo, nem a luz encarnada de boreste.

Os navios, a que este artigo se refere, não serão obrigados a fazer uso das luzes prescriptas no art. 4º a) e art. 11, § ultimo.

Art. 8.º As embarcações dos praticos, quando empregadas no serviço da praticagem, nas respectivas estações, não deverão fazer uso das luzes prescriptas para os demais navios, porém, sim, trazer no tope do mastro uma — *luz branca* —, visível em toda a volta do horizonte e, além disso, mostrar um ou mais fachos com pequenos intervallos, que não excedam nunca de 15 minutos.

Quando se achem proximas de outros navios, deverão também taes embarcações ter accesas e promptas à mão as suas luzes de côr dos lados e fazel-as lampear, ou mostrar-as firmes com pequenos intervallos, para indicar a direcção da sua proa, de modo porém que a luz verde não seja vista de bombordo, nem a luz encarnada de boreste.

As pequenas embarcações dos praticos, da classe dessas que teem de atracar aos navios para dar ou receber o pratico, poderão limitar-se a mostrar a luz branca, em vez de a trazerem no tope do mastro, e, em logar das luzes de côr acima mencionadas, também poderão reduzir-se a ter prompta à mão uma lanterna com um vidro verde numa das faces e na outra um vidro encarnado, para ser usada segundo acima se preceitua.

As embarcações dos praticos, quando não estiverem empregadas no serviço da praticagem, nas respectivas estações, deverão trazer ou mostrar as mesmas luzes que os navios ou embarcações da sua tonelagem.

Art. 9.º Os navios e barcos de pesca, quando em movimento e não sejam obrigados por este artigo a trazer ou mostrar as luzes nelle mencionadas, deverão mostrar ou trazer as luzes prescriptas para os demais navios e barcos da sua tonelagem em movimento.

a) Os navios e barcos occupados em pescar com réde deverão mostrar de qualquer parte da embarcação, onde possam melhor ser vistas, — *duas luzes brancas*.

Essas luzes estarão collocadas de maneira que a distancia vertical entre ellas não seja menor de 6 nem maior de 10 pés e a distancia horizontal, medida no sentido da quilha, nunca

menor de 5 nem maior de 10 pés, a mais baixa ficando sempre por ante-avante da mais alta. Outrosim, deverão ambas ser de tal natureza, que illuminem toda a volta do horizonte e se tornem visiveis á distancia de 3 milhas, pelo menos.

b) Os navios que estiverem occupados no arrastar, isto é, em puxar ou colherapparelhos que arrastem pelo fundo do mar:

1. Si forem navios de vapor, deverão trazer na mesma posição da luz branca mencionada no art. 2º a) uma — *lanterna tricolor* —, construida e collocada de modo que mostre uma — *luz branca* — desde a linha da proa até duas quartas para cada bordo, e bem assim uma — *luz verde* — e — *outra encarnada* — a partir de duas quartas da proa, respectivamente para boreste e para bombordo, até duas quartas para ré da linha do través; e, a nuaca menos de 6, nem a mais de 12 pés abaixo dessa lanterna tricolor, uma — *luz branca* — em lanterna construida por forma que a sua claridade se projecte uniformemente e sem interrupção sobre toda a volta do horizonte.

2. Si forem navios de vela de 7 toneladas (tonelagem bruta) e dahi para cima, deverão trazer — *uma luz branca* — em lanterna construida por forma que a sua claridade se projecte uniformemente e sem interrupção sobre toda a volta do horizonte; e, outrosim, deverão ter sufficiente provisão de — *tigelinhas* — encarnadas e de 30 segundos pelo menos de duração cada uma, para serem queimadas, quando outros navios se achem proximos, a tempo de evitar o abalroamento.

No Mediterraneo, os navios a que se refere a secção 2 deste § b) poderão empregar fachos em vez de tigelinhas.

Todas as luzes mencionadas neste § b) secções 1 e 2 deverão ser visiveis á distancia de 2 milhas, pelo menos.

3. Si forem barcos de vela de menos de 7 toneladas (tonelagem bruta), não serão obrigados a trazer a luz branca mencionada na secção 2 deste artigo; porém, desde que não façam uso dessa luz, terão prompta á mão — *uma lanterna contendo uma luz branca brilhante* — que deverão mostrar quando se achem proximos de outros navios ou barcos, donde possa melhor ser vista e a tempo de evitar o abalroamento; e, outrosim, deverão no mesmo caso queimar uma tigelinha encarnada, conforme prescreve a secção 2 ou, em vez disso, mostrar um facho.

c) Os navios e barcos empregados em pescar com linha, que tenham as suas linhas fóra e a ellas estejam presos, porém não fundeados ou estacionarios, deverão trazer ou mostrar as mesmas luzes que os navios e barcos pescando com rêde.

d) Os navios e barcos de pesca podem em qualquer occasião fazer uso de fachos, além das luzes que por este artigo são obrigados a trazer e mostrar. Nos navios e barcos occupados no — arrastar — ou em pescar com qualquer genero de arrastão, esses fachos deverão por via de regra ser mostrados da popa, salvo si for pela popa que estejam passados os apparelhos, caso em que serão mostrados da proa.

e) Os navios de pesca e todos os barcos, quando fundeados, deverão mostrar permanentemente — *uma luz branca* — visível em toda a volta do horizonte, à distancia de uma milha, pelo menos.

f) Os navios ou barcos que, occupados em pescar, ficarem acidentalmente estacionarios por se terem os seusapparelhos agarrado em algum rochedo ou obstaculo, deverão mostrar a luz e fazer o signal de cerração prescripto para os navios ou barcos da sua classe e porte, quando ancorados. (Vide art. 15, §§ d), e) e i).

g) Em tempo de cerração, nevoeiro, quéda de neve ou fortes tormentas de chuva, os navios pescando com réde e que estejam presos às suas rédes, os que se achem occupados no — arrastar — ou em pescar com qualquer genero de arrastão, e os que, pescando com linha, tenham as suas linhas fóra, si de 20 toneladas (tonelagem bruta) e dahi para cima, farão ouvir, pelo menos de minuto em minuto, — *um som de aviso* —, os de vapor por meio do apito ou sereia, e os de vela com a buzina de cerração, cada som devendo ser seguido de rapido toque de sino.

h) Os navios de vela ou barcos empregados em pescar com linhas, rédes, ou arrastões, quando em movimento, deverão, de dia, indicar a sua occupação aos navios e barcos, que delles se approximem, mostrando, donde possa melhor ser visto, — *um cesto* — ou — *balaio* — ou qualquer outro signal do mesmo genero e bastante distincto.

Os navios a que se refere este artigo não serão obrigados a trazer as luzes prescriptas no art. 4º a) e art. 11 § ultimo.

Art. 10. Todo navio, que estiver proximo a ser alcançado por outro, deverá mostrar da popa a este ultimo — *uma luz branca* — ou um — *facho*.

A luz prescripta por este artigo poderá mesmo estar fixa, mas neste caso a lanterna, que a contiver, deverá ser por tal fôrma construida, disposta e provida de anteparos, que a sua claridade se projecte uniformemente e sem interrupção sobre um arco de horizonte de doze quartas da agulha, isto é, sobre seis quartas a contar da linha da popa para um e outro bordo; e, outrosim, que seja visível à distancia de uma milha, pelo menos. Essa luz deverá tambem ficar collocada, tanto quanto for possivel, no mesmo nivel das luzes dos lados.

Art. 11. Os navios de menos de 150 pés de comprimento, quando ancorados, deverão ter a vante, onde possa melhor ser vista, mas em altura nunca excedente de 20 pés acima da borda, — *uma luz branca* — em lanterna construida por fôrma que a claridade da mesma luz se projecte uniformemente e sem interrupção sobre toda a volta do horizonte, e seja visível à distancia de 1 milha, pelo menos.

Os navios de 150 pés de comprimento, e dahi para cima, deverão ter a vante, em altura não menor de 20, nem maior de 40 pés acima da borda — *uma luz branca* —, como a que ficou já mencionada, e à popa, ou perto da popa, outra luz igual, porém collocada em tal altura, que fique pelo menos 15 pés mais baixa

do que a primeira. Aceitar-se-ha pelo exacto comprimento de qualquer navio o que constar do seu certificado de registro.

O navio, que estiver encalhado proximo ou em meio de alguma passagem frequentada, deverá ficar — a luz ou luzes brancas — acima mencionadas e mais as — duas luzes encarnadas — prescriptas no art. 4º.

Art. 12. Todo navio, sempre que for necessario para despertar a attenção de outro, além das luzes que por este regulamento lhe cumpre trazer, poderá mostrar — um facho — ou empregar qualquer signal detonante, contanto que este não seja susceptivel de confundir-se com algum signal de soccorro.

Art. 13. Nenhuma disposição deste regulamento poderá ter interferencia com as regras especiaes estabelecidas pelo governo de qualquer nação a respeito de luzes additionaes de posição e de signal para dous ou mais vasos de guerra, ou para navios navegando sob comboio, nem com o emprego de signaes de reconhecimento adoptados por armadores e que tenham sido autorizados pelos respectivos governos, e devidamente registrados e publicados.

Art. 14. Todo navio de vapor, que, navegando exclusivamente à vela, tenha entretanto a sua chaminé em cima, deverá, de dia, trazer içada a vante, onde possa melhor ser vista — uma esphera preta — ou qualquer figura da mesma fôrma e côr, com 2 pés de diametro.

#### SIGNAES SONOROS PARA TEMPO DE CERRAÇÃO

Art. 15. Todos os signaes que este artigo prescreve para navios em movimento serão dados:

1. Pelos navios de vapor com o — apito ou sereia.

2. Pelos navios de vela com a — buzina de cerração.

§ 1. O — som prolongado ou longo — de que trata este artigo, deve ter de quatro a seis segundos de duração.

§ 2. Os navios de vapor deverão estar providos de um effcaz — apito ou sereia — em que o som seja produzido pela acção do vapor ou de algum agente substitutivo do vapor, e, outrossim, de tal maneira collocado que o mesmo som não venha a ser interceptado por obstaculo de especie alguma; de uma boa — buzina de cerração —, em que o som seja tirado pela acção do ar comprimido por meios mecanicos, e tambem de um adequado — sino.

Os navios de vela de 20 toneladas (tonelagem bruta), e dahi para cima, deverão estar providos de uma buzina de cerração e de um sino, como os descriptos acima.

Em tempo de cerração, nevoeiro, quèda de neve ou fortes tormentas de chuva, e tanto de dia como de noite, os signaes de que trata este artigo serão usados pela seguinte fôrma:

a) Os navios de vapor, desde que tenham seguimento, deverão

fazer ouvir pelo menos de dous em dous minutos — *um som prolongado* (—).

b) Os navios de vapor em movimento, porém que estejam com a machina parada e sem seguimento, deverão fazer ouvir pelo menos de dous em dous minutos — *dous sons prolongados* — espaçados de cerca de um minuto (— —).

c) Os navios de vela em movimento deverão fazer ouvir, pelo menos de minuto em minuto, quando amurados por boreste — *um som curto* (—), quando amurados por bombordo — *dous sons curtos successivos* (— —), e quando mareados com vento para ré do través — *tres sons curtos successivos* (— — —).

d) Os navios ancorados deverão, pelo menos, de minuto em minuto, — *tocar o sino* — vivamente, por espaço de cinco segundos, pouco mais ou menos.

e) Os navios fundeados fóra dos ancoradouros ordinarios, e que por sua posição possam estorvar o caminho a outros navios, deverão fazer ouvir : si forem de vapor, pelo menos de dous em dous minutos — *dous sons prolongados successivos* (— —) dados com o apito ou sereia e seguidos de um toque de sino ; si de vela, pelo menos de minuto em minuto — *dous sons* — dados com a busina de cerração e seguidos igualmente de um toque de sino.

f) Os navios rebocando, em vez dos signaes que lhes estão respectivamente marcados nos §§ a) e c) deste artigo, deverão fazer ouvir pelo menos de dous em dous minutos — *tres sons successivos* — sendo o primeiro longo e os outros dous curtos (— — —)

Os navios rebocados poderão tambem dar este signal, porém nenhum outro.

g) Os navios de vapor, que desejem dar a outros navios esta indicação: — *O caminho é por onde está o meu navio ; pôde passar ao meu lado*, poderão fazer ouvir — *tres sons successivos* — (curto, longo e curto) espaçados cerca de um segundo (— — —).

h) Os navios occupados em lançar, rocegar ou suspender algum cabo telegraphico, ao ouvirem o signal de cerração de outro navio que se approxima, deverão responder com — *tres sons longos successivos* (— — — —).

i) Os navios em movimento, que não possam entretanto desviar-se do caminho de qualquer outro navio, por estarem sem liberdade de acção ou impossibilitados de manobrar na conformidade deste regulamento, deverão, ao ouvir o signal de cerração de algum navio, que se approxima, responder com — *quatro sons curtos e successivos* (— — — —).

Os navios de vela e barcos de menos de 20 toneladas (tonelagem bruta) não serão obrigados a usar dos signaes acima mencionados, porém, uma vez que os não empreguem, deverão fazer ouvir, pelo menos de minuto em minuto, outro qualquer signal sonoro bastante efficaç.

## O ANDAR DOS NAVIOS DEVE SER MODERADO EM TEMPO DE CERRAÇÃO

Art. 16. Todo navio em tempo de cerração, nevoeiro, quêda de neve ou fortes tormentas de chuva, deverá seguir com andar moderado, tendo em consideração as existentes circumstancias e condições da occasião.

Todo navio de vapor, ao ouvir, apparentemente pela parte d'avante do seu través, o signal de cerração de outro navio, cuja posição não lhe seja possível verificar, deverá, tanto quanto o permittim as circumstancias do caso, parar a sua machina, e depois navegar com precaução até que haja desaparecido o perigo de abalroamento.

## REGRAS PARA GOVERNO E NAVEGAÇÃO

*Advertencia — Risco de abalroamento*

O risco de abalroamento, quando as circumstancias o permittam, pôde ser deduzido da cuidadosa observação do rumo a que demora o navio, que se approxima. Desde que esse rumo não muda por maneira sensivel, deve presumir-se que existe semelhante risco.

Art. 17. Todas as vezes que dous navios de vela se approximarem um do outro, de maneira que possa haver risco de abalroamento, um delles deixará livre o caminho ao outro na seguinte conformidade :

a) Aquelle que navegar com vento folgado ou largo deverá deixar livre o caminho ao que estiver á bolina coxada.

b) Aquelle que estiver á bolina coxada na amura de bombordo deverá deixar livre o caminho ao que estiver á bolina coxada na amura de boreste.

c) Quando ambos navegarem com vento folgado ou largo, porém mareados por bordos differentes, aquelle que receber o vento por bombordo deverá deixar livre o caminho ao que tiver o vento por boreste.

d) Quando ambos navegarem com vento folgado ou largo e mareados pelo mesmo bordo, aquelle que se achar a barlavento deverá deixar livre o caminho ao que estiver a sotavento.

e) Aquelle que navegar com vento em popa deverá deixar livre o caminho a qualquer outro.

Art. 18. Todas as vezes que dous navios de vapor se encontrarem prôa contra prôa, ou tão proximaente nessa direcção a ponto de haver risco de abalroamento, ambos deverão guinar para boreste, de maneira a poderem passar safos por bombordo um do outro.

Este artigo tão sómente se applica aos casos em que dous navios de vapor se encontrem na realidade prôa contra prôa, ou tão proximaente nessa direcção a ponto de haver risco de abalroamento, e não áquelles em que os dous navios devem passar safos um pelo outro, si conservarem os respectivos rumos.

Os casos a que o presente artigo se applica vem a ser, pois, aquelles em que cada um dos navios se apresenta ao outro de proa, ou quasi de proa, ou em outros termos, quando de dia cada um delles vê os mastros do outro, enfiando com os seus proprios mastros ou proximamente nesse alinhamento, e de noite, quando cada um avista ao mesmo tempo pela proa ambas as luzes lateraes do outro.

O artigo não tem applicação de dia, nos casos em que um dos navios vê o outro pela proa, cortando-lhe o rumo; de noite, quando a luz encarnada de um dos navios corresponde à luz encarnada do outro, ou a luz verde à luz verde, ou quando pela proa se percebe uma luz encarnada sem a luz verde ou vice-versa, uma luz verde sem a luz encarnada, ou, ainda, quando se avistam ambas as luzes, encarnada e verde, em qualquer direcção, que não seja pela proa.

Art. 19. Todas as vezes que dous navios de vapor se cruzarem de modo, que possa haver risco de abalroamento, aquelle que avistar, ou tiver o outro por boreste, deverá deixar-lhe franco o caminho.

Art. 20. Todas as vezes que dous navios, um de vapor e outro de vela, se approximarem em direcção tal, que possa haver risco de abalroamento, o navio de vapor deverá deixar livre o caminho ao navio de vela.

Art. 21. Nos casos em que, de conformidade com o disposto neste regulamento, um de dous navios tenha de deixar livre o caminho ao outro, este ultimo conservará o seu rumo e o seu andar.

Art. 22. Todo navio que, em virtude do disposto neste regulamento, houver de deixar livre o caminho a qualquer outro, deverá tambem, si as circumstancias do caso o permittirem, evitar de cortar-lhe a proa.

Art. 23. Todo navio de vapor que, em virtude do disposto neste regulamento, tiver de deixar livre o caminho a qualquer outro navio, deverá, ao approximar-se desse outro e, si tanto for preciso, moderar o seu andar, ou parar, ou mesmo tocar atrás.

Art. 24. Não obstante tudo que se acha disposto neste regulamento, o navio que alcançar outro deverá deixar livre o caminho ao navio alcançado.

Todo navio, que por outro entrar de qualquer direcção mais de duas quartas para ré da linha do través desse outro, isto é, em posição tal, relativamente ao navio que estiver sendo alcançado, que, de noite, não lhe seja possível ver qualquer das luzes lateraes deste ultimo, deverá ter-se na conta de — *navio alcançador*; — e nenhuma subsequente alteração do rumo corrente dos dous navios poderá fazer com que o alcançador seja considerado navio, que cruza com outro no sentido deste regulamento, nem dispensal-o-ha do dever de se conservar safo do — *navio alcançado* — até que o tenha passado e deixado livre.

De dia, entretanto, como nem sempre possa o navio, que por outro vae entrando, verificar com exacção si está para vante ou para ré da referida posição com relação a esse outro navio,



em caso de duvida deverá presumir-se — *navio alcançador* — e proceder nessa conformidade.

Art. 25. Em canaes estreitos deverá todo navio de vapor, quando isso for seguro e praticavel, encostar-se para aquelle lado da zona navegavel ou do eixo do canal, que lhe ficar por boreste.

Art. 26. Os navios de vela em movimento deverão deixar livre o caminho aos navios de vela e barcos, que estiverem pescando com rêdes, linhas ou arrastões.

Este preceito, porém, não dará a nenhum navio de vela ou barco occupado em pescar o direito de obstruir qualquer passagem por onde costumem transitar outros navios, que não sejam de pesca.

Art. 27. Na observancia e applicação pratica dos preceitos constantes deste regulamento, será preciso attender devidamente, não só a todos os riscos da navegação e de abalroamento, mas, ainda, a quaesquer circumstancias especiaes, que possam tornar necessaria alguma preterição dos mesmos preceitos, a fim de evitar perigo mais immediato.

#### SIGNAES SONOROS PARA NAVIOS Á VISTA UNS DOS OUTROS

Art. 28. O — *som curto* — a que se refere este artigo deve ter um segundo de duração pouco mais ou menos.

Achando-se os navios á vista uns dos outros, o navio de vapor que houver de pôr em pratica qualquer manobra autorizada ou prescripta por este regulamento, deverá indical-o, no momento de iniciar a sua execução, por meio dos seguintes signaes dados com o apito ou sereia, a saber:

Um som curto : (—) *Estou guinando para boreste.*

Dous sons curtos : (— —) *Estou guinando para bombordo.*

Tres sons curtos : (— — —) *A minha machina está andando atrás a toda força.*

#### EM CIRCUMSTANCIA ALGUMA DEVEM OS NAVIOS DESCURAR AS NECESSARIAS PRECAUÇÕES

Art. 29. Nenhuma disposição deste regulamento poderá eximir qualquer navio ou seu proprietario, capitão ou equipagem, das consequencias resultantes de algum descuido nas luzes ou signaes, na necessaria vigilancia ou naquellas precauções, que possam ser exigidas, não só pela pratica ordinaria da vida do mar, sinão tambem pelas especiaes circumstancias do caso.

#### RESERVA DAS REGRAS PARA PORTOS E NAVEGAÇÃO DE AGUAS INTERIORES

Art. 30. Nenhuma disposição deste regulamento poderá ter interferencia na applicação do qualquer regra especial, devida-

mente estabelecida pela autoridade local, com respeito á navegação de portos, rios ou aguas interiores.

#### SIGNAES DE SOCCORRO

Art. 31. Todas as vezes que algum navio se achar em perigo, e tiver de pedir auxilio de outros navios ou de terra, fará uso dos seguintes signaes, junta ou separadamente, a saber :

*De dia :*

1. Um tiro de peça, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.
2. O signal de soccorro do Código Internacional representado pelas bandeiras NC.
3. O signal de soccorro para grande distancia, formado por uma bandeira quadrada, tendo por cima ou por baixo uma esphera ou qualquer objecto apparentando a fôrma de uma esphera.
4. Foguetes ou bombas, como abaixo se prescreve para a noite.
5. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

*De noite :*

1. Um tiro de peça, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.
2. Chammas a bordo do navio, como as que, por exemplo, podem ser produzidas por um barril de azeite ou de alcatrão ardendo.
3. Foguetes ou bombas, que arrebentem no ar com forte estampido e lançando lagrimas de qualquer côr ou especie, atirados um ou uma de cada vez e com pequenos intervallos.
4. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

#### APPENDICE

##### DEVERES DOS NAVIOS EM CASO DE ABALROAMENTO

Em todos os casos de abalroamento entre dous navios, será do dever do capitão de cada um delles, ou de quem as suas vezes faça, podendo, e tanto quanto for praticavel sem risco sério para seu proprio navio, equipagem e passageiros (si os houver), permanecer junto do outro navio até assegurar-se de que elle não carece mais de soccorro, e prestar-lhe, bem como ao seu capitão, equipagem e passageiros (si os houver), todo o auxilio possível e necessario para salvá-os de qualquer perigo proveniente do mesmo abalroamento ; e, outrossim, dar ao capitão desse outro navio, ou a quem as suas vezes faça, o nome do seu navio, o do porto do registro, ou do porto ou logar a que pertencer e os dos portos ou logares da sua procedencia e destino.

Sec retaria de Estado dos Negocios da Marinha, 10 de janeiro de 1891.— *Eduardo Wandenholk.*



## DECRETO N. 1258 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Approva o regulamento da Escola de Minas.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve approvar, para a Escola de Minas, o regulamento que a esta acompanha, assignado pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretarie de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*

## Regulamento da Escola de Minas

### TITULO I

#### Da organização scientifica

### CAPITULO I

#### DOS CURSOS

Art. 1.º A Escola de Minas, cuja séde continúa a ser na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, tem por fim preparar engenheiros para a lavra das minas, para os estabelecimentos metallurgicos e para os diversos ramos da engenharia civil.

Art. 2.º Os cursos desta Escola são gratuitos.

Art. 3.º O ensino da Escola comprehende um curso fundamental unico e os seguintes cursos superiores :

- 1.º Curso de engenharia de minas ;
- 2.º Curso de engenharia civil.

Art. 4.º O curso fundamental é constituido pelas seguintes cadeiras e aulas, distribuidas em quatro annos de estudos.

*1º anno (nos dois periodos)*

1ª cadeira — Geometria geral algebrica, differencial e integral, sendo a 1ª parte seguida do seu complemento algebrico e as 2ª e 3ª precedidas das noções e theorias geraes do calculo differencial e integral.

2ª cadeira — Geometria descriptiva, perspectiva e theoria das sombras, trabalhos graphicos correspondentes.

Aula — Topographia e desenho topographico.

*2º anno**1º periodo*

1ª cadeira — Mecanica geral, limitada às theorias geraes do equilibrio e movimento dos systemas invariaveis e precedida do calculo das variações reduzido ao que é rigorosamente indispensavel às suas applicações mecanicas.

*2º periodo*

2ª cadeira — Astronomia, precedida da trigonometria espherica. Geometria celeste e noções de mecanica celeste (gravitação universal).

Aula — Estereotomia, trabalhos graphicos correspondentes.

*3º anno*

1ª cadeira (1º periodo) — Physica geral.

2ª cadeira (2º periodo) — Chimica geral.

3ª cadeira (nos dois periodos) — Mecanica geral (continuação e terminação). Mecanica applicada às machinas.

*1º anno*

1ª cadeira (1º periodo) — Biologia.

2ª » (2º periodo) — Sociologia e noções de moral theorica e pratica.

3ª cadeira — Economia politica e finanças.

## CURSO DE ENGENHARIA DE MINAS

*1º anno*

1ª cadeira — Chimica inorganica (estudo complementar).

2ª cadeira — Machinas motrizes e operatrizes, construcção e ajustagem das machinas.

3ª cadeira — Metallurgia. Metallurgia geral. Metallurgia do ferro.

4ª cadeira — Botanica e zoologia.

5ª cadeira — Mineralogia.

Aula — Desenho, projectos de machinas.

Calculos praticos sobre geradores e machinas a vapor.

Trabalhos praticos de chimica, mineralogia, botanica e zoologia.

#### EXCURSÕES MINERALÓGICAS

##### 2º anno

1ª cadeira — Geologia (1ª parte). Phenomenos actuaes, petrographia.

2ª cadeira — Lavra de minas (1ª parte).

3ª cadeira — Metallurgia (2ª parte). Metaes outros que o ferro.

4ª cadeira — Docimasia. Physica e chimica industriaes.

5ª cadeira — Materias de construcção. Estabilidade das construcções. Construcções metallicas. Tecnologia das profissões elementares.

Trabalhos praticos de geologia e docimasia.

Excursões geologicas, visitas ás usinas e estabelecimentos metallurgicos.

##### 3º anno

1ª cadeira — Geologia (2ª parte). Descripção dos terrenos e principaes fosséis que os caracterisam.

2ª cadeira — Lavra de minas (2ª parte).

3ª cadeira — Estradas de ferro e de rodagem, pontes e viaductos.

4ª cadeira — Direito constitucional e administrativo.

Estatistica. Legislação de terras e de minas.

Aula — Topographia subterranea.

Trabalhos praticos de zoologia e topographia. Redacção de projectos sobre metallurgia, exploração de minas, mecanica applicada e estrada de ferro.

Excursões geologicas, visitas aos trabalhos de construcção de estradas de ferro, ás minas e ás usinas.

#### CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

##### 1º anno

1ª cadeira — Revisão de astronomia theorica. Astronomia pratica. Geodesia e hydrographia.

2ª cadeira — Technica telegraphica e telephonica.

5ª cadeira — A 1ª cadeira do 1º anno do curso de minas.

Aula — Desenho, cartographia.

#### TRABALHOS PRATICOS DE CHIMICA

##### 2º anno

1ª cadeira — A 3ª cadeira do 1º anno do curso de minas.

2ª cadeira — A 2ª cadeira do 1º anno do curso de minas.

3ª cadeira — A 4ª cadeira do 1º anno do curso de engenharia de minas.

4ª cadeira — Meteorologia. Mineralogia e geologia geraes.

Aula — Desenho: projectos de machinas, calculos praticos sobre geradores e machinas a vapor.

#### TRABALHOS PRATICOS DE BOTANICA E ZOOLOGIA

##### 3º anno

1ª cadeira — A 5ª cadeira do 2º anno de engenharia de minas.

2ª cadeira — A 3ª cadeira do 3º anno de engenharia de minas.

3ª cadeira — Hydraulica. Abastecimento de agua. Esgotos.

##### 4º anno

Aula — Desenho : projecto de estradas, pontes e viaductos.

1ª cadeira — A 4ª cadeira do 3º anno de engenharia de minas.

2ª cadeira — Architectura. Hygiene dos edificios. Saneamento das cidades.

3ª cadeira — Navegação interior. Portos de mar. Pharões.

Aula — Desenho: projectos de architectura e de obras hydraulicas.

## CAPITULO II

#### DO DIRECTOR DA ESCOLA

Art. 5.º O director da Escola de Minas será de livre nomeação do Governo, podendo ser um dos lentes, o qual exercerá esta função sem prejuizo da regencia de sua cadeira.

Em suas faltas e impedimentos será substituido pelo lente effectivo mais antigo ; e, no impedimento ou recusa deste, cabe a jurisdicção a outro lente effectivo em exercicio, respeitada sempre a ordem da antiguidade.

Art. 6.º O director é o presidente da congregação ; incumbelhe regular e dirigir, de conformidade com o presente regulamento e as ordens do Governo, tudo quanto pertencer à Escola e não estiver especialmente encarregado à congregação.

Art. 7.º Compete ao director, além de outras prerogativas mencionadas neste regulamento, o seguinte :

1º, dirigir as sessões da congregação, e convocar-a não só nos casos expressamente determinados, como naquelles em que o julgar necessario, por deliberação propria, ou á requisição de qualquer lente, com declaração do objecto, marcando a hora da reunião, de fôrma que não se prejudique o serviço das aulas e dos exames, ou quaesquer trabalhos escolares ;

2º, levar ao conhecimento da congregação os requerimentos que lhe forem dirigidos e que contenham materia da competencia da mesma congregação, e despachar os de sua plena jurisdicção ;

3º, executar e fazer executar as deliberações da congregação, assim como suspender a sua execução, quando forem illegaes ou injustas, propondo logo ao Governo o alvitre mais util ;

4º, fazer, de conformidade com as instrucções que receber do Ministro da Instrução Publica, as despezas que tenham sido autorizadas ;

5º, organizar o orçamento annual das despezas da Escola, incluindo os gastos com os laboratorios, gabinetes, observatorios, exercicios praticos e excursões ;

6º, nomear livremente os empregados que não forem de nomeação do Governo ;

7º, mandar abrir a inscripção para os concursos dos substitutos e professores ;

8º, visitar os cursos e assistir, sempre que lhe for possivel, aos actos e exercicios escolares ;

9º, dar ao secretario, bibliothecario e demais empregados as instrucções e ordens relativas ao serviço da Escola ;

10, exercer a policia no recinto do edificio da Escola, procedendo na fôrma do regulamento contra os infractores e perturbadores da ordem e da disciplina ;

11, propôr ao Governo tudo quanto se referir ao aperfeiçoamento do ensino e regimen da Escola, não só na parte administrativa que lhe pertence, como na parte scientifica, ouvida previamente a congregação ;

12, designar, nos casos de falta ou impedimento, o lente effectivo, substituto ou professor que deve reger a cadeira ou aula, de modo que o curso das lições seja feito com a maior regularidade ;

13, enviar no fim de cada anno lectivo um relatório circumstanciado sobre os trabalhos do anno, com declaração do aproveitamento dos alumnos e regularidade do seu proceder, assim como do desempenho e pontualidade do serviço do pessoal da Escola ;

14, suspender por um a oito dias os empregados da Escola, privando-os até dos seus vencimentos, dando conhecimento ao

Governo, e bem assim conceder-lhes licença, até dez dias, com todos ou parte dos seus vencimentos.

Art. 8.º Os actos do director são da exclusiva inspecção do Ministro da Instrução Publica. O Governador do Estado de Minas Geraes poderá exigir do mesmo director informações relativas à Escola, que continúa a depender exclusivamente do Governo Federal.

### CAPITULO III

#### DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA

Art. 9.º A congregação compõe-se do director e de todos os lentes cathedráticos, substitutos e professores effectivos ou interinos, nacionaes ou estrangeiros contractados, e não pôde exercer as suas funcções sem que se reúna mais de metade de seus membros, que estiverem em effectivo exercicio.

Art. 10. As deliberações da congregação serão tomadas por maioria dos votos presentes e sempre por votação nominal, mesmo quando se trate de assumpto de interesse pessoal.

Art. 11. O director, que tem voto em todas as deliberações da congregação, tem mais o voto de qualidade, desde que haja empate na votação.

Art. 12. Sempre que as decisões da congregação versarem sobre assumpto importante, o director as fará publicar na imprensa diaria, salvo deliberação expressa da mesma congregação em sentido contrario.

Art. 13. Sempre que for convocada a congregação pelo director e que á hora marcada não estiver ella reunida, o director fará lavrar no livro das actas da mesma congregação, pelo respectivo secretario, termo contendo os nomes dos que tiverem faltado, que será assignado por elle, pelos lentes, substitutos e professores presentes, e designará logo outro dia para a reunião da congregação.

Art. 14. Sempre que algum lente, substituto ou professor, em sessão da congregação, deixar de guardar a maior conveniencia, será chamado á ordem pelo director, fazendo-se disso menção na acta, podendo o director retirar-lhe a palavra ou suspender a sessão, conforme as circumstancias; devendo dar de tudo detallhada informação ao Ministro.

Art. 15. Compete á congregação, além de outras funcções que lhe são conferidas nestes estatutos:

1.º, exercer a inspecção scientifica da Escola no tocante aos methodos de ensino, e conjunctamente com o director empregar a precisa vigilancia para que os programmas das lições, trabalhos de laboratorios e gabinetes não sejam modificados;

2.º, propôr ao Ministro da Instrução Publica todas as medidas que forem dictadas pela experiencia, quer para melhorar a organização scientifica da Escola, quer para aperfeiçoar os methodos do ensino;



3º, informar ao Governo sobre omerito dos lentes contractados, quando tiverem elles de ser submettidos aos mesmos onus e vantagens dos outros membros do corpo docente ;

4º, informar ao Governo sobre a conveniencia e vantagem na troca de cadeiras entre lentes effectivos do mesmo curso, ou entre lentes effectivos de cursos differentes, sempre que for isto reclamado pelas necessidades do ensino ; no caso de cadeiras novamente creadas, poderá o Governo transferir sem consulta prévia à congregação ;

5º, indicar ao Governo, antes do annuncio da inscripção do concurso, o nome de algum cidadão brasileiro, de alta competencia, que esteja no caso de exercer o magisterio, independente de concurso ; devendo tal indicação ser feita, pelo menos, por dous terços dos membros presentes ;

6º, propôr ao Governo, quando ninguem se inscrever para o concurso, ou não queira elle contractar o lente ou professor, quem deva preencher a vaga annunciada ;

7º, prestar todo auxilio ao director para que se mantenha na Escola um bom regimen disciplinar e para que a policia da Escola seja exercida com a maior regularidade ;

8º, organizar no principio de cada anno lectivo os programmas de lições de cada cadeira e aula. Os referidos programmas, antes de serem submettidos à deliberação da congregação, serão examinados por comissões eleitas pela mesma, as quaes darão seus pareceres por escripto ;

9º, organizar todos os regulamentos especiaes e quaesquer programmas que forem para boa intelligencia destes estatutos ;

10, regular o horario para as lições oraes das cadeiras de todos os cursos, para as aulas, trabalhos praticos de laboratorios e gabinetes, ficando à livre designação do respectivo lente o tempo para as observações e calculos astronomicos ;

11, propôr ao Governo as pessoas que possam interinamente exercer o magisterio, quando haja deficiencia do pessoal e não seja praticavel ou conveniente a accumulção entre os professores em exercicio.

Art. 16. A congregação só se corresponderá com o Governo por intermedio do director.

## CAPITULO IV

### DO PESSOAL DOCENTE

Art. 17. O pessoal docente compõe-se de :

um lente de geometria geral, algebra {differencial e integral, complemento algebrico, noções e theorias geraes de calculo differencial e integral ;

um dito de geometria descriptiva, perspectiva e theoria das sombras, estereotomia e trabalhos graphicos correspondentes ;

um dito de mecânica geral (1ª parte) e de astronomia, precedida de trigonometria esphérica, geometria celeste e noções de mecânica celeste ;

um dito de mecânica geral (2ª parte), mecânica applicada à machinas ;

um dito de physica e chimica geraes ;

um dito de biologia ;

um dito de sociologia e noções de moral theorica e pratica ;

um dito de economia politica e finanças ;

um dito de chimica inorganica. Technica telegraphica e telephonica ;

um dito de machinas motrizes e operatrizes, construcção e ajustagem de machinas ;

um dito de lavra de minas e de metallurgia ;

um dito de botanica e zoologia ;

um dito de mineralogia, geologia e paleontologia ;

um dito de materiaes de construcção. Estabilidade das construcções. Construcções metallicas. Technologia das profissões elementares ;

um dito de docimasia. Elementos de physica e chimica industriaes ;

um dito de estradas de ferro e de rodagem, pontes e viaductos ;

um dito de direito constitucional e administrativo, estatistica, legislação de terras e de minas ;

um dito de hydraulica, abastecimento de agua, esgotos, navegação interior, portos de mar, pharões ;

um dito de architectura, hygiene dos edificios e saneamento das cidades ;

um dito de meteorologia, mineralogia e geologia geraes ;

um dito de revisão de astronomia theorica, astronomia pratica, geodesia e hydrographia ;

um substituto de mathematica e astronomia ( 1ª secção do curso fundamental ) ;

um dito de physica geral, chimica geral e biologia ( 2ª secção do curso fundamental ) ;

um dito de sociologia moral, economia politica e finanças ( 3ª secção do curso fundamental ) ;

um dito de chimica inorganica, docimasia, elementos de physica e chimica industriaes, lavra de minas e metallurgia ( 1ª secção do curso de engenharia de minas ) ;

um dito de mineralogia, geologia, botanica e zoologia ( 2ª secção do curso de engenharia de minas ) ;

um dito de machinas motrizes e operatrizes, construcção e ajustagem das machinas, technologia das profissões elementares, construcções metallicas, estabilidade das construcções, materiaes de construcção, estradas de ferro e de rodagem, pontes e viaductos ( 3ª secção do curso de minas ) ;

um substituto de astronomia, geodesia, hydrographia, meteorologia, technica telegraphica e telephonica, hydraulica, abastecimento de agua e esgotos ( 1ª secção do curso de engenharia civil ) ;

um dito de architectura, hygiene das cidades, navegação interior, portos de mar, pharões, estatística, direito administrativo e constitucional, legislação de terras (2ª secção do curso de engenharia civil) ;

um professor de topographia, desenho topographico e cartographia ;

um dito de desenho de machinas e architectura.

Art. 18. Os lentes são obrigados :

1º, a reger suas cadeiras conforme o horario e programma adoptados ;

2º, a redigir no principio de cada anno lectivo, e apresentar á congregação, os programmas dos cursos que lhes incumbem ;

3º, a fiscalizar os trabalhos praticos relativos á sua cadeira e dirigir as excursões scientificas, que poderão ser feitas durante as ferias.

Art. 19. São obrigações dos substitutos:

1º, substituir os lentes das suas secções em seus impedimentos ;

2º, repetir as materias das suas secções, que forem designadas pela congregação, conforme indicação do lente respectivo ;

3º, auxiliar os lentes nas excursões scientificas dos alumnos, ou dirigir-as, si forem para isso designados ;

4º, dirigir os trabalhos praticos e desenho dos alumnos, conforme as indicações dos lentes ;

5º, executar, com o auxilio dos empregados sob suas ordens, as preparações e demonstrações que o lente julgar necessarias.

Art. 20. Os professores são obrigados á regencia das respectivas aulas.

Art. 21. Nenhum lente será obrigado a reger outra cadeira que não seja a sua. Aquelle que a regencia de sua cadeira accumular a de outra terá direito, além do respectivo vencimento, a uma gratificação correspondente á da cadeira accumulada. Identica disposição se dará com o substituto em relação á sua secção ou cadeira de secção differente da sua, recebendo, quando substituir o lente ou outro qualquer substituto, uma gratificação correspondente á do substituido.

Art. 22. A antiguidade dos lentes, substitutos e professores será contada da data da posse desses cargos effectiva ou interinamente.

Art. 23. Os lentes cathedromaticos, substitutos e os professores são vitalicios desde a data da posse e não poderão perder os seus logares sinão na forma das leis penaes.

Art. 24. O tempo de serviço effectivo na Escola será contado desde o dia da posse do cargo.

Será considerado como tempo de serviço effectivo no magistério:

1º, o tempo de serviço de guerra ou de serviço publico em commissão scientifica do Governo ou por este autorizada ;

2º, o tempo de serviço gratuito e obrigatorio por lei ;

3º, todo o tempo de suspensão juridica, quando for o lente cathedratico, substituto ou professor julgado innocente ;

4º, o de exercício de membro da representação da União ou de qualquer Estado, o de ministro de estado, missão diplomática, presidente ou vice-presidente da União ou governador de Estado;

5º, o numero de faltas por molestia que não exceder a 20 por anno ou a 60 em um triennio.

Art. 25. Os membros do corpo docente não perceberão as respectivas gratificações sem o exercício das suas cadeiras, excepto quando estiverem comprehendidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24.

Art. 26. O membro do magisterio considera-se jubilado aos 70 annos de idade.

§ 1.º Poderá sel-o a requerimento, apresentando motivos ponderosos, a juizo do Governo.

§ 2.º Sel-o-ha independentemente de seu assentimento, a juizo do Governo, por invalidez, molestia grave provaveis, que o impossibilitem para sempre de exercer o cargo, precedendo proposta do Governo, ouvida a congregação. Neste caso a jubilação será dada com todos os vencimentos.

Art. 27. Os lentes, substitutos e professores que contarem vinte e cinco annos de effectivo exercício no magisterio, ou trinta de serviços reaes, terão direito á jubilação com ordenado por inteiro; os que contarem mais de trinta annos de serviço effectivo ou mais de quarenta de serviços reaes terão direito á jubilação com todos os vencimentos, cabendo aos que contarem mais de trinta e cinco annos de exercício, ou quarenta e cinco de serviços reaes, o direito á jubilação com todos os vencimentos, e mais 50 % do ordenado.

Os lentes, substitutos e professores que se jubilarem com menos de vinte e cinco annos, salvos os casos previstos no § 2º do art. 26, terão direito ao ordenado proporcional ao tempo de serviço.

Art. 28. Aos lentes é licito trocarem entre si as cadeiras que regem, contanto que haja requerimento ao Governo e a congregação julgue vantajosa e conveniente a permuta.

## CAPITULO V

### DOS CONCURSOS E PROVIMENTOS DOS LOGARES DO MAGISTERIO

Art. 29. O logar de substituto e de professor será preenchido por concurso, podendo ser elle dispensado nos casos seguintes:

1º, quando houver no paiz pessoa de notoria competencia e reconhecido merito scientifico, comprovado no ensino das escolas superiores ou em escriptos importantes sobre as doutrinas da secção em que se der a vaga; neste caso, a nomeação será da iniciativa do Governo, que poderá ouvir a congregação;

2.<sup>o</sup>, no caso do profissional contractado para a Escola de Minas ser julgado idoneo pela congregação, pela sua competencia de mostrada no ensino da materia para que tiver sido contractado.

Art. 30. No primeiro dia util, depois da declaração escripta do profissional contractado, de preferir servir com os mesmos onus e vantagens dos demais membros do corpo docente, será convocada a congregação para decidir si se verifica a 2.<sup>a</sup> hypothese do artigo precedente e apresentar ao Governo a informação.

Art. 31. Si dentro de 30 dias, a partir da vaga, não se verificar a nomeação do profissional, de conformidade com a 1.<sup>a</sup> excepção do art. 29. mandará o director annunciar na folha official do Estado de Minas e no *Diario Official* da Republica o respectivo concurso, marcando-se um prazo para a inscripção, o qual será de tres a seis mezes.

Art. 32. Si houver mais de uma vaga, guardar-se-ha o intervallo de 30 dias, pelo menos, entre o encerramento de uma e o de outra inscripção, afim de que para cada vaga se estabeleça concurso especial.

Art. 33. Serão admittidos a concurso para o provimento dos logares do magisterio os cidadãos brasileiros que estiverem no gozo de direitos civis e politicos, bem assim os estrangeiros que fallarem correctamente o portuguez ou francez, os quizes, porém, não serão nomeados sem que tenham acceitado a nacionalidade brasileira.

Os candidatos, além disso, deverão possuir os requisitos especificados nos paragraphos seguintes:

§ 1.<sup>o</sup> Si o logar pertencer a algum dos cursos superiores, é necessario que o candidato tenha o diploma de engenheiro de minas ou de engenheiro civil, passado pela Escola de Minas ou Polytechnica, ou titulo equivalente, obtido em escola estrangeira, si mediante exame previo feito na Escola de Minas for julgado habilitado pela congregação.

§ 2.<sup>o</sup> O candidato a qualquer logar de substituto do curso fundamental deve apresentar algum dos documentos scientificos declarados no paragrapho precedente, ou diploma do respectivo curso passado pela Escola de Minas ou Polytechnica da Capital Federal.

§ 3.<sup>o</sup> O candidato ao logar de professor apresentará igualmente attestado de approvação no curso fundamental da Escola de Minas ou Polytechnica, ou habilitação equivalente, passada por escola estrangeira, sendo neste ultimo caso sujeito previamente a exame de sufficiencia.

Art. 34. Para provar as condições exigidas para o concurso os candidatos apresentarão, no prazo marcado por lei, á secretaria da Escola os titulos de habilitação ou publicas-fórmulas destes, justificada a impossibilidade da apresentação dos originaes, e mais folha corrida tirada no logar em que os candidatos tenham residido nos dois ultimos annos.

Os candidatos poderão apresentar em seu abono quaesquer outros documentos, dos quaes se lhes passará recibo.

O director, verificando que estão os documentos de accordo com a lei, escreverá no alto de cada requerimento o dia e a hora em que o receber, e o candidato assignará o nome em livro especial, no qual para cada concurso haverá um termo de abertura e outro de encerramento, assignados pelo director.

Art. 35. Si o director tiver duvida sobre a validade dos documentos apresentados, levará o facto ao conhecimento da congregação, a quem cumpre decidir, ouvido o interessado, si isto for necessario.

Art. 36. No dia fixado para o encerramento reunir-se-ha a congregação, e lidos pelo secretario os nomes e os documentos dos inscriptos, decidirá sobre a habilitação de cada um delles, por votação nominal. Finda a votação, lavrará o secretario o termo de encerramento, que será logo assignado pelo director.

Art. 37. O director fará extrahir pelo secretario duas listas dos candidatos habilitados pela congregação, uma das quaes mandará publicar e a outra remetterá ao Governo, com a exposição do que tiver occorrido durante o processo das habilitações.

Art. 38. Da decisão da congregação poderá recorrer para o Governo, no prazo de oito dias, qualquer dos candidatos que se julgar prejudicado pelo que se resolver, quer a seu respeito, quer em relação aos outros concurrentes.

Art. 39. As provas de concurso para preenchimento das vagas de substitutos consistirão no seguinte :

- 1º, defesa d' these ;
- 2º, dissertação escripta ;
- 3º, prelecção oral ;
- 4º, prova pratica ;
- 5º, arguição, pela commissão, sobre os assumptos das provas oraes e escriptas.

Art. 40. As provas para o concurso de professor versarão sobre :

- 1º, execução de epuras ;
- 2º, prelecção oral ;
- 3º, prova pratica ;
- 4º, arguição, pela commissão, sobre o assumpto da prova oral.

Art. 41. A these de concurso constará de duas partes :

1ª, dissertação sobre um ponto escolhido livremente na tabella de pontos, formulada e approvada pela congregação, sobre doutrinas importantes de duas, pelo menos, das cadeiras pertencentes à secção em que se der a vaga ;

2ª, proposição sobre as mais cadeiras dessa secção, formulada sobre ponto espontaneamente escolhido na tabella, que for também approvada pela congregação.

Art. 42. As mais provas para o concurso para o lugar de substituto e as provas de concurso para professor serão feitas sobre pontos, tirados á sorte, das tabellas que forem organisadas e approvadas pela congregação.

Art. 43. Cada uma das provas terá uma tabella especial de pontos, sendo sempre a prelecção oral feita sobre ponto de ma-

teria importante relativa à vaga em concurso, tirado à sorte com 24 horas de antecedencia.

Os pontos para as diversas provas de concurso deverão abranger, tanto quanto possível, assumptos relativos às diferentes cadeiras da secção.

Art. 44. A duração da prelecção oral será igual ao tempo das lições das cadeiras ou aulas da Escola, a da prova escripta, que versará sobre ponto tirado à sorte na occasião, nunca excederá de quatro horas, as epuras e a prova pratica, que também começarão logo depois de tirado o ponto, durarão o tempo que for necessario, a juizo das commissões que tiverem de assistir às ditas provas.

Art. 45. O maximo do tempo das provas praticas, as medidas de vigilancia, o numero de pontos de cada tabella, os dias e intervallos das provas, epochas de publicação de tabellas e as mais formalidades e solemnidades do concurso, serão fixados no regulamento especial do concurso a que se referem estes estatutos.

Art. 46. O tempo concedido para apresentação das theses será de 45 dias, a contar do dia seguinte ao da publicação dos pontos para aquella prova, e perderá o direito ao concurso o candidato que não satisfizer a tal exigencia.

Art. 47. A defesa de theses será feita por arguição reciproca entre os candidatos; e, no caso de haver um só concorrente, será elle arguido por uma commissão de tres lentes, nomeada pela congregação dentre os lentes da secção a que pertencer a vaga e dentre os lentes cujas cadeiras tenham mais relação com a vaga em concurso.

Art. 48. No caso de arguição reciproca nas theses de concurso, ou de arguição feita por uma commissão da congregação, nenhuma arguição e a respectiva defesa poderão durar mais de uma hora.

Art. 49. No acto da defesa das theses deverá prevalecer a mais completa e reciproca urbanidade; devendo logo ser chamado à ordem, pelo director, quem se afastar de semelhante preceito.

Art. 50. Cada uma das provas de concurso será julgada separadamente pela congregação, logo depois que for ella prestada, dando cada um por escripto a nota justificativa a respeito das differentes provas dos candidatos. Os professores só terão voto nos concursos para preenchimento das aulas.

Art. 51. Concluido o julgamento das provas pelo modo indicado no regulamento especial de concursos, procederá a congregação, por votação nominal, à classificação dos candidatos por ordem de merecimento, tendo o 1º lugar o candidato que mais suffragios reunir na votação.

Art. 52. Haverá também tantas votações para a classificação, por ordem de merecimento dos candidatos, quantos forem os concorrentes julgados habilitados; mas em caso algum poderá votar-se em dous candidatos para o mesmo lugar.

Art. 53. Sempre que houver empate entre dous ou mais candidatos sobre o lugar que deva occupar na lista, por ordem

de merecimento, serão elles collocados em pé de igualdade ; fazendo-se desta circumstancia menção na acta respectiva.

Art. 54. Em acto seguido á terminação da classificação dos candidatos será lavrado pelo secretario o termo de habilitação e classificação dos concorrentes, o qual deverá ser assignado pelo director e por todos os membros da congregação que assistirem á sessão.

Art. 55. No primeiro dia util, depois de assignado o termo de que trata o artigo antecedente, se reunirá a congregação para approvar a acta da sessão anterior e assignar o officio da apresentação dos candidatos habilitados.

Art. 56. O director fará acompanhar a lista dos candidatos habilitados, na ordem de merecimento, de exemplares das theses, das provas escriptas, depois de impressas, de cópias, de todos os termos do processo do concurso e de uma informação detalhada sobre todas as occurrencias do concurso, sobre o comportamento civil e moral de cada candidato, assim como sobre a reputação litteraria de cada concorrente.

Art. 57. O Governo escolherá, entre os classificados nos dous primeiros logares, no caso de uma só vaga, e entre os tres primeiros, si houver duas.

Art. 58. Sempre que em favor dos classificados em 1º lugar houver motivo de notavel preferencia, a juizo da congregação, deverão elles ser preferidos pelo Governo ; devendo a preferencia ser verificada por votação unanime dos membros do corpo docente presentes, que não estiverem impedidos de votar.

Art. 59. Sempre que tiver havido preterição nas formalidades essenciaes do concurso, poderá a questão ser levada ao conhecimento do conselho de Ministros e ser o concurso annullado por um decreto do Governo.

Art. 60. O candidato que não comparecer a qualquer das provas será considerado como tendo renunciado o direito ao concurso, salvo si o não comparecimento for com antecedencia justificado, caso em que a congregação poderá adiar o concurso, sem nunca poder conceder prazo maior de dez dias.

Art. 61. Toda vez que findar o prazo de inscripção sem que nenhum candidato se tenha apresentado, poderá o Governo contractar profissional habilitado para a secção ou aula.

## TITULO II

### Do regimen escolar

## CAPITULO VI

### DA MATRICULA

Art. 62. A inscripção de matricula começará no dia 15 de agosto e terminará no dia seguinte áquelle em que finalizarem



os exames da 2ª epoca; não se admittendo mais ninguém depois do encerramento, qualquer que seja o motivo a allegar.

Art. 63. Para ser admittido á matricula no 1º anno do curso geral é necessario requerimento ao director, em que se declare idade e naturalidade, juntando certidão de approvação em portuguez, francez, inglez ou allemão, historia, cosmographia, historia do Brazil, mathematica elemental completa, desenho geometrico e elemental, noções geraes completas de physica, chimica e historia natural.

Art. 64. A approvação nas materias de que trata o artigo antecedente deverá ser obtida em exame feito na instrucção publica da capital do Estado de Minas perante comissões especiaes nomeadas pelo Governo, ou em qualquer outro estabelecimento de instrucção superior da capital ou dos Estados Unidos do Brazil, onde taes exames sejam praticados, salvo para mathematica elemental completa, desenho geometrico e elemental, noções geraes completas de physica, chimica e historia natural, cujos exames serão feitos na Escola de Minas perante uma commissão de lentes, substitutos ou professores, designados pelo director, servindo nestes exames o processo adoptado neste estabelecimento.

Art. 65. Para qualquer outra inscripção de matricula que não seja a 1ª, será mister certidão de approvação em todas as materias do anno anterior do mesmo curso; salvo si a matricula for em materia em que já tenha sido matriculado, caso em que ficará dispensado de apresentar esta certidão.

Art. 66. Para a matricula no 1º anno de qualquer dos cursos superiores é necessario não só a approvação em todas as materias do ultimo anno do curso fundamental, mas ainda a approvação do exame de madureza.

Este exame terá um programma organizado pela congregação e constará de provas escriptas e oraes, comprehendendo o conjuncto das materias ensinadas.

Art. 67. A inscripção da matricula será feita em livro especial, com termos de abertura e encerramento lavrados pelo secretario e assignados pelo director, inscrevendo-se nelle o candidato ou o seu procurador.

Diariamente o secretario encerrará com sua assignatura as inscripções de matricula que houverem sido feitas; lavrando no ultimo dia um termo de encerramento, que será assignado pelo director.

Art. 68. E' livre a qualquer pessoa frequentar as lições oraes da Escola, mediante requerimento, que deverá ser feito dentro do prazo marcado para a inscripção de matricula.

## CAPITULO VII

### DOS EXAMES

Art. 69. Haverá na Escola de Minas duas epochas de exames para as differentes cadeiras dos diversos cursos, a 1ª a partir do

10º dia depois do encerramento dos cursos; a 2ª a começar no dia 1 de setembro, devendo finalizar, salvo caso de força maior, durante este mesmo mez.

Art. 70. A inscrição para os exames da 1ª epoca se effectuará durante os 10 primeiros dias que se seguirem ao encerramento dos cursos, e a inscrição para os da 2ª epoca terá logar durante os 10 ultimos dias do mez de agosto, não sendo absolutamente permittida inscrição de exames fóra das epocas mencionadas.

Art. 71. As inscrições para os exames das duas epocas deverão ser annunciadas com a precisa antecedencia pela imprensa e por editaes affixadas na Escola de Minas.

Art. 72. Os alumnos dos differentes annos do curso fundamental não serão admittidos a prestar exames das materias respectivas sinão quando houverem alcançado durante o anno média não inferior a 8, apresentado desenhos e exercicios de que tiverem sido incumbidos, e frequentado os laboratorios e gabinetes respectivos.

Art. 73. Igual disposição se applica aos alumnos dos differentes annos dos dous cursos superiores, que deverão além disto apresentar os projectos e relatorios de excursões scientificas de que forem encarregados.

Art. 74. Nos exames finaes do curso fundamental e no exame de madureza serão approvados os alumnos que tiverem notas superiores a 5.

Paraphrasso unico. Igual disposição se applica aos exames finaes dos differentes annos dos cursos superiores.

Art. 75. As notas dos exames finaes de que tratam os artigos antecedentes, combinadas com as obtidas pelos alumnos durante o anno, servirão para determinar a sua classificação.

Art. 76. Os exames finaes do curso fundamental e dos cursos superiores são vagos; os examinadores arguirão os alumnos sobre questões do programma da cadeira a seu cargo e escolherão o assumpto da composição escripta e do exame pratico.

Art. 77. Os exames feitos em qualquer das duas epocas consistirão ou em prova oral e escripta, ou em prova oral e pratica consoante a natureza da materia.

Consistirão em prova oral e prova escripta os exames das seguintes cadeiras:

- 1ª cadeira do 1º anno do curso fundamental;
- 1ª e 2ª cadeiras do 2º anno, idem idem;
- 3ª cadeira do 3º anno, idem idem;
- 2ª e 3ª cadeiras do 4º anno do curso fundamental;
- 2ª cadeira do 1º anno do curso de minas;
- 2ª e 5ª cadeiras do 2º anno, idem idem;
- 2ª, 3ª e 4ª cadeiras do 3º anno, idem idem;
- 3ª cadeira do 3º anno do curso de engenharia civil;
- 2ª e 3ª cadeiras do 4º anno, idem idem.

Consistirão em prova oral e pratica os exames das cadeiras e aulas seguintes:

- 2ª cadeira do 1º e 2º annos do curso fundamental;

aulas do 1º e 2º annos, idem idem ;  
1ª e 2ª cadeiras do 3º anno, idem idem ;  
1ª cadeira do 4º anno, idem idem ;  
1ª, 3ª, 4ª e 5ª cadeiras do 1º anno do curso de engenharia de minas ;  
1ª, 3ª e 4ª cadeiras do 2º anno, idem ;  
1ª cadeira do 3º anno, idem ;  
aulas do 1º e 3º annos, idem ;  
1ª e 2ª cadeiras do 1º anno do curso de engenharia civil ;  
4ª cadeira do 2º anno, idem ;  
aulas do 1º, 2º, 3º e 4º annos, idem.

Art. 78. Os exames serão feitos perante commissões de tres membros, nomeadas pelo director e presididas pelos lentes das respectivas cadeiras.

Art. 79. A prova escripta poderá ser feita no prazo de tres horas, e é vedado ao examinando consultar livros ou notas.

A prova oral será feita por arguição do lente que reger a cadeira, por tempo que não exceda a tres quartos de hora ; podendo os mais examinadores arguir tambem os examinandos.

Art. 80. As notas serão expressas relativamente a cada exame por algarismo de 0 a 20. Considerar-se-ha reprovado o alumno que em qualquer das provas obtiver nota inferior a 5.

Art. 81. Os exames das aulas serão feitos perante commissões de tres professores julgados pelo mesmo processo.

Art. 82. O alumno inhabilitado na 1ª epocha de exames poderá requerer inscripção na 2ª epocha, para exame das respectivas materias.

## CAPITULO VIII

### DOS EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 83. O anno lectivo será de nove mezes contados de 1 de setembro a 1 de junho. Os cursos da Escola deverão terminar até ao dia 24 de abril ; os exames finais começarão no dia 4 de maio e findarão no dia 31 do mesmo mez.

Art. 84. Além dos domingos considerar-se-hão feriados os dias de festa nacional e os de carnaval.

Art. 85. As lições durarão, pelo menos, uma e meia hora e os lentes destinarão parte do tempo para arguirem os alumnos sobre as materias leccionadas anteriormente e lhes darem exercicios numericos, assim como problemas concernentes ao objecto das lições. Estes trabalhos deverão ser entregues pelos alumnos na epocha que lhes for marcada.

Art. 86. Além das arguições de que trata o artigo antecedente, todas as semanas nos dias determinados no horario os substitutos examinarão os alumnos nas materias ensinadas pelos lentes.

Art. 87. Para cada cadeira e laboratorio haverá um livro especial, que antes de começar a lição ou trabalho pratico o por-

teiro ou continuo entregará ao lente ou substituto, afim de escrever o ponto sobre que versará a lição ou o mesmo trabalho, os nomes dos alumnos que faltarem, a nota conferida aos que forem arguidos, e a dos exercicios e problemas a que se refere o art. 85.

Art. 88. Os professores terão tambem obrigatoriamente trabalho nas horas estipuladas no horario, executando o programma que for approvedo pela congregação.

Art. 89. Haverá, segundo o horario e os programmas que forem approvedos, trabalhos praticos em todos os laboratorios e gabinetes da Escola, durante o anno lectivo, que poderão verificar-se tambem nos dias feriados; assim como haverá pratica de astronomia correspondente ao curso no observatorio astronomico dependente da Escola.

Art. 90. Quer no decurso do anno lectivo, quer durante as ferias, haverá para os alumnos exercicios praticos, excursões scientificas, visitas ás minas, estabelecimentos metallurgicos e usinas, que serão dirigidas pelos lentes ou substitutos.

Os lentes, substitutos e alumnos terão direito ao transporte e mais despezas que correrão por conta do Estado.

Art. 91. Os alumnos são obrigados a assistir a todos os cursos da Escola, aos trabalhos praticos e a tomar parte nos exercicios praticos e excursões scientificas. No prazo marcado pelo lente apresentarão um relatorio, com desenho, sobre as minas, vias ferreas e estabelecimentos que tiverem visitado ou sobre a constituição geologica e mineralogica da região que houverem percorrido.

Art. 92. Os alumnos deverão ter cadernos especiaes onde tomarão notas relativas ás lições de cada uma das cadeiras dos cursos da escola ou aos trabalhos praticos.

Quando forem arguidos, apresentarão os cadernos aos lentes ou substitutos para que elles corrijam os erros que tenham sido commettidos na redacção das mesmas notas.

Art. 93. Os alumnos devem munir-se dos objectos necessarios para os trabalhos graphicos.

Art. 94. O numero de faltas não justificadas igual á 5ª parte das lições, aulas e trabalhos praticos, determinará a perda do anno.

Só serão justificadas as faltas por causa de molestia provada mediante attestado medico, ou por causa de nojo.

Determinará igualmente a perda do anno o numero de faltas, embora abonadas, correspondente a duas 5ªs partes das lições, aulas e trabalhos praticos.

## CAPITULO IX

### DOS GRÃOS, TITULOS E DEFESA DE THESES

Art. 95. Todo aquelle que se mostrar habilitado em todas as materias de qualquer dos cursos especiaes terá direito ao diploma

de — engenheiro — relativo ao curso respectivo ; si todas as approvações obtidas nesse curso e nas do curso fundamental tiverem, pelo menos, grão 15, ser-lhe-ha conferido o titulo de bacharel em sciencias.

A approvação em todas as materias do curso fundamental dá direito ao titulo de — agrimensor.

O grão de doutor será conferido aos bachareis que tenham sido approvados em defesa de these e satisfeito as formalidades prescriptas nos programmas especiaes, que para esse fim serão organizados pela congregação.

Art. 96. As theses versarão sobre doutrinas importantes relativas ás materias dos diversos cursos, e escriptas sobre pontos tirados á sorte dentre os que forem approvados pela congregação ; devendo no respectivo programma marcar-se a epoca em que devem ser organizados e approvados os ditos pontos, assim como o prazo concedido para escrever-se as theses.

Art. 97. O bacharel que pretender defender these o requererá ao director, por si ou seu procurador, juntando ao requerimento a sua carta ou a respectiva publica-fôrma.

Art. 98. A defesa de these terá logar perante sessão publica da congregação da Escola, sendo o doutorando arguido por uma commissão de quatro lentes, presidida pelo director, que arguirão segundo a ordem crescente de sua antiguidade.

Art. 99. O julgamento da these será feito logo depois de terminada a arguição, em sessão ordinaria da congregação, por votação nominal dos membros presentes e que não sejam incompatíveis na fôrma da lei ; a approvação será então feita por maioria de votos.

Art. 100. O bacharel que for inhabilitado na defesa da these não poderá defender nova these sinão depois de decorrido o intervallo de dous annos.

Art. 101. A collação do grão de bacharel e doutor será feita em presença da congregação.

Art. 102. Os engenheiros de minas e civis receberão diplomas sellados com as armas da Republica e assignados pelo Ministro e pelo director da Escola, segundo o modelo indicado pelo Governo. O diploma deverá ser tambem assignado pelo engenheiro.

Art. 103. Todas as cartas de doutor e bacharel, diplomas de engenheiros e titulos de agrimensor serão registrados em livros especiaes.

## CAPITULO X

### DOS EMPREGADOS DA ESCOLA, REPARTIÇÕES DEPENDENTES, GABINETES, OBSERVATORIOS E LABORATORIOS

Art. 104. Haverá na Escola uma secretaria, que funcionará durante o anno das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, excepto aos domingos e dias feriados. Na epoca dos exames, ou quando

houver trabalho urgente, poderá o tempo de serviço ser prorogado pelo director ou pelo secretario, com permissão do primeiro.

Art. 105. O pessoal da secretaria constará de um secretario, de um amanuense e de um continuo.

O secretario será nomeado por decreto, o amanuense por portaria do Ministro da Instrução Publica, e ambos propostos pelo director.

Art. 106. A secretaria da Escola, além do mais que for necessario para o respectivo serviço, terá os seguintes livros :

1º, para os termos de posse do director, dos lentes e mais empregados ;

2º, para o registro dos titulos de nomeação do pessoal da Escola ;

3º, os livros necessarios á inscripção de matricula e para os respectivos exames ;

4º, os livros necessarios para o registro das cartas, diplomas e titulos expedidos pela Escola ;

5º, para termo de defesa das theses escolares ;

6º, para as actas dos concursos para os logares de substitutos e professores ;

7º, para apontamento das faltas dos lentes, substitutos e professores ;

8º, para apontamento das faltas dos empregados ;

9º, para termo das penas, admoestações impostas aos alumnos ;

10, para lançamento do inventario do archivo ;

11, para inventario dos moveis da escola, que deverá ser feito pelo porteiro ;

12, para registro das licenças concedidas pelo Governo e pelo director ;

13, para registro dos termos dos grãos.

Poderá além destes ter a secretaria outros livros, que, a juizo do director, forem convenientes ao serviço da Escola.

Art. 107. O secretario é o chefe da secretaria e o secretario da congregação.

Art. 108. Além da redacção das actas das sessões da congregação da Escola e da policia da secretaria e do archivo, incumbem-lhe mais, entre outros, os seguintes deveres :

1º, redigir, na fôrma das ordens do director, toda a correspondencia concernente aos diversos serviços ;

2º, organizar, no fim de cada mez, as folhas de pagamento do pessoal da Escola e das despesas realizadas ;

3º, dirigir e ordenar todo o serviço interno da secretaria ;

4º, dar direcção conveniente ao archivo e mantel-o na mais completa ordem e asseio.

Art. 109. O amanuense auxiliará o secretario, fazendo toda a escripturação que lhe for determinada.

Art. 110. Haverá mais para o serviço da administração da Escola um porteiro e o numero de continuos, guardas e serventes que forem precisos para os diversos trabalhos, todos da exclusiva nomeação do director.

Art. 111. Compete ao porteiro, além do inventário dos moveis e mais utensis da Escola, abrir e fechar diariamente o edificio nas horas que forem determinadas, cuidando do seu asseio, empregando os serventes que forem precisos, velar pela conservação do edificio e dos moveis, receber todos os papéis dirigidos à secretaria, distribuir a correspondencia que tiver de ser expedida, e ajudar a policia da Escola, conforme for ordenado.

O porteiro residirá no edificio da Escola.

Art. 112. Haverá na Escola uma bibliotheca destinada especialmente para uso dos lentes, substitutos, professores e dos alumnos, e que será franqueada a todas as pessoas decentes, que quizerem consultar obras.

Art. 113. A bibliotheca estará aberta todos os dias uteis, das 9 horas da manhã às 3 da tarde e das 6 às 9 horas da noite.

Art. 114. A bibliotheca estará a cargo de um bibliothecario nomeado por decreto, mediante proposta do director e de um guarda designado pelo director dentre os guardas da Escola; para o asseio e auxilio de outros serviços terá tambem um servente.

Art. 115. Todos os livros da bibliotheca estarão catalogados não só por materias, como pelos nomes dos autores, alphabeticamente collocados, devendo as publicações periodicas e os manuseriptos ter catalogos especiaes.

Art. 116. Ao bibliothecario compete organizar os catalogos, velar pela conservação das obras, exercer a policia em ordem que se guarde o maior silencio nas salas, propôr ao director a compra de livros, o que tambem é facultado aos membros do corpo docente, organizar o orçamento da despesa mensal e o mappa dos leitores e das obras consultadas, devendo permanecer na bibliotheca enquanto esta estiver aberta.

Art. 117. Haverá nas salas da bibliotheca mesas e o mais que for necessario à consulta e leitura das obras, assim como os catalogos das obras existentes.

Art. 118. Mediante expressa licença do director e por tempo determinado, poderão os funcionarios da Escola levar para fóra desta as obras de que tenham necessidade, exceptuados os livros e mappas raros, os manuseriptos, os dictionarios e as publicações periodicas, contanto que passem recibo, de que se fará menção no registro das salidas, e se responsabilisem pelo preço da obra completa, ainda que só levem parte della.

Art. 119. Em dezembro de cada anno o bibliothecario dará balanço na bibliotheca, sob as vistas do director, e organizará a relação dos livros que se tiverem extraviado.

A respectiva importancia será proporcionalmente descontada nos vencimentos do bibliothecario, quando não houver razões que o justifiquem.

Art. 120. Para o desenvolvimento do ensino experimental e instrucção pratica dos alumnos, e para o trabalho de pesquisas scientificas, terá a Escola de Minas os seguintes gabinetes, laboratorios e observatorios:

Gabinete e laboratorio de physica experimental;

laboratorio de chimica geral ;  
laboratorio de docimasia ;  
laboratorio e gabinete de mineralogia e geologia ;  
gabinete de botanica e zoologia ;  
laboratorio de biologia ;  
gabinete de materiaes de construcção, resistencia dos materiaes, hydraulica e machinas ;  
gabinete de architectura, technologia, estradas, pontes, navegação e portos de mar ;  
gabinete de metallurgia ;  
gabinete de descriptiva, perspectiva, sombras, estereotomia e modelos para os differentes trabalhos graphicos ;  
gabinete de topographia geodesica e hydrographia ;  
observatorio astronomico ;  
observatorio meteorologico.

Art. 121. Haverá para os trabalhos dos laboratorios e conservação dos gabinetes os conservadores, auxiliares e serventes que forem necessarios, sendo todos de nomeação exclusiva do director.

Art. 122. Os conservadores e auxiliares de gabinete terão todos os objectos a seu cargo catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio ; assim como farão o inventario geral, logo depois de tomarem posse.

Art. 123. Todos os empregados da Escola, com exclusão dos serventes e guardas, teem direito á aposentadoria, mas sómente nos tres primeiros casos de que trata o art. 26 destes estatutos para a jubilação dos membros do corpo docente.

## CAPITULO XI

### DA POLICIA ESCOLAR

Art. 124. Os alumnos deverão guardar as leis da civilidade já entre si, já para com os lentes e mais empregados da Escola.

Art. 125. O alumno que proceder mal durante a aula ou trabalho pratico será immediatamente advertido pelo lente, substituto ou professor. Si não se contiver, o fará sahir da sala e dará conhecimento do occorrido ao director, o qual, conforme a gravidade da falta imporá a pena de advertencia na aula a que o alumno pertencer, presentes o lente e os outros alumnos, ou a de reprehensão perante a congregação.

A estes actos assistirá o secretario, que lavrará o termo, o qual será transcripto nas informações dadas ao Governo sobre o procedimento dos alumnos.

Art. 126. Nas mesmas penas incorrerá o alumno que tiver máo procedimento dentro ou fóra do edificio da Escola em relação aos lentes e mais empregados, ou que se desmandar em acto de exame ou qualquer acto publico da Escola, cabendo neste caso ao presidente do acto providenciar nos termos da 1ª parte do artigo anterior.



Art. 127. Si o director entender que o alumno deve ter pena mais severa do que as declaradas, mandará lavrar termo de tudo pelo secretario, com as razões que o alumno allegar em seu favor e com os depoimentos das testemunhas, que souberem do facto, e o apresentará à congregação.

Esta, depois de empregar os meios necessarios para se conhecer a verdade, condemnará o delinquente à perda de um até dous annos, ou à pena de exclusão, conforme a gravidade do caso.

Nas mesmas penas incorrerão os alumnos que dentro ou fóra do edificio da Escola praticarem acto de injuria por palavras ou por escripto ou por outro qualquer modo contra o director ou contra os lentes substitutos ou professores, ou que dentro do edificio commetterem actos offensivos à moral publica, ou finalmente, em qualquer logar ou por qualquer modo que seja, dirigirem ameaças, tentarem aggressão ou vias de facto contra aquellas pessoas.

Art. 128. Si os alumnos se combinarem entre si para não ir às aulas, a cada um será imposta a pena de cinco faltas, e os cabeças serão punidos com a perda do anno.

Art. 129. Ao alumno que desacatar o director, os lentes substitutos ou professores, realizando aggressões ou vias de facto, será applicada a pena de exclusão dos estudos em qualquer dos estabelecimentos de ensino superior da Republica.

As penas deste artigo e dos anteriores não excluem aquellas em que incorrerem os delinquentes, segundo a legislação geral.

Art. 130. No caso de ser o delicto praticado por alumno do ultimo anno, será elle punido pelo tempo de um ou dous annos, com a suspensão do acto, ou com a retenção do diploma, si aquelle já tiver sido feito.

Art. 131. O alumno que chamado pelo director, nos actos de que tratam os artigos anteriores, não comparecer sem motivo justificado, será considerado como tendo abandonado a Escola e não poderá mais ser admittido à matricula.

Art. 132. As penas de suspensão do acto, de perda do anno e de exclusão serão impostas pela congregação, da qual haverá recurso para o Governo, sendo interposto dentro do prazo de oito dias, contados da intimação.

O recurso será suspensivo, no caso de perda do anno ou de exclusão.

O Governo Federal, a quem serão presentes todos os papeis que formarem o processo, resolverá por decreto, confirmando, revogando ou modificando a decisão da congregação.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 133. O director, os lentes substitutos, professores e mais empregados da Escola perceberão os vencimentos marcados na tabella que o Governo organizar.

Art. 134. Os membros do corpo docente e mais empregados terão direito aos ordenados, quando faltarem por motivo justificado ou molestia.

O director não lhes poderá abonar, independentemente de justificação, mais de duas faltas em cada mez.

No caso de impedimento por serviço obrigatorio gratuito, não se fará desconto.

Art. 135. O director da Escola ou qualquer membro do magisterio que escrever tratados, compendios e memorias scientificas importantes sobre as doutrinas professadas na Escola, terá direito á impressão de seu trabalho por conta do Governo Federal, si pela congregação for o trabalho julgado valioso e de utilidade ao ensino; não podendo exceder de tres mil o numero de exemplares impressos por conta do Governo.

Art. 136. Sempre que a obra apresentada for considerada pela congregação, como sendo de grande merito e incontestavel vantagem para o progresso do ensino, além da impressão e numero maximo de exemplares terá o autor direito a uma gratificação pecuniaria, arbitrada pelo Governo, mediante informação do director. Em tal caso, a recompensa nunca será inferior a 2:000\$000.

Art. 137. O Governo poderá enviar como recompensa ao merito, de dous em dous annos, um ou dous membros do corpo docente, em viagem de instrucção aos paizes mais adeantados, para estudarem os melhores methodos de ensino, as materias das respectivas cadeiras e em geral tudo que for de utilidade para o ensino da Escola.

O Governo facultará aos comissionados os meios necessarios á sua subsistencia, transporte e pesquisas.

A indicação será sempre feita pelo director, a quem incumbe dar as devidas instrucções.

Art. 138. Dentre os alumnos brasileiros, que completarem qualquer dos cursos superiores, o Governo poderá mandar os mais distinctos, até ao numero de tres, estudar á custa da Republica na America do Norte, ou Europa.

Art. 139. Os alumnos que forem assim mandados em viagem de instrucção serão obrigados a remetter semestralmente um relatorio dos estudos que tiverem feito, o qual será julgado por uma comissão nomeada pela congregação.

Nos casos de pouco aproveitamento ou de impontualidade na remessa dos relatorios, o prazo concedido poderá ser reduzido pela congregação, que tambem poderá dar por terminada a dita comissão.

Art. 140. O alumno de grande aptidão e reconhecida pobreza poderá obter do Governo um auxilio para frequentar a Escola.

Art. 141. Para auxiliar as despesas feitas pelo Governo Federal com a organização da Escola de Minas segundo este regulamento, o Governo do Estado de Minas Geraes concorrerá annualmente com a quantia necessaria para pagamento das cadeiras especiaes do curso de engenharia civil, aposentadorias futuras dos respectivos lentes, substitutos e professores, pagamento dos

demais empregados do mesmo curso e das despesas feitas com os laboratorios.

Ficará tambem a cargo do Estado de Minas Geraes a despesa destinada á creação de um pequeno observatorio astronomico e sua manutenção.

### CAPITULO XIII

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 142. O Governo manterá, emquanto julgar conveniente, a cadeira de revisão de arithmetica, algebra, geometria e trigonometria rectilinea, e a de noções de physica e chimica, que formam actualmente o 1º anno do curso geral da Escola de Minas, afim de facilitar aos alumnos a matricula do 1º anno do curso fundamental.

Art. 143. A actual reforma será posta em pratica gradualmente, de modo que os actuaes alumnos possam seguir os respectivos cursos segundo o regulamento de 27 de junho de 1885.

§ 1.º Os alumnos dos 2º e 3º annos do curso geral e dos tres annos do curso superior, que forem inhabilitados no periodo lectivo actual, poderão tambem seguir o curso segundo a lei antiga. Nos annos futuros a inhabilitação só lhes permittirá proseguir nos cursos adaptando-se ao novo regulamento.

§ 2.º Qualquer alumno do 1º anno do actual curso geral, que for inhabilitado, fica sujeito á reforma, inclusive as disciplinas exigidas para a matricula.

Art. 144. O Governo preencherá as cadeiras á medida das necessidades do serviço, sempre mediante concurso, salvo os casos previstos para os logares de substitutos e professores nos §§ 1º e 2º do art. 29 deste regulamento.

Art. 145. Os novos preparatorios de que trata o art. 36 deste regulamento só serão exigidos em 1892.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891.—*Benjamin Constant*.

**Tabella dos vencimentos dos empregados  
da Escola de Minas**

Director.....	5:200\$000	2:000\$000	7:200\$000
Lente.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Substituto.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Professor.....	2:800\$000	1:400\$000	4:20 \$000
Secretario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Bibliothecario .....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Amanuense.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Porteiro.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000
Conservador.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Continuo.....	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
Guarda.....	960\$000	420\$000	1:380\$000
Auxiliar de gabinete...	920\$000	400\$000	1:320\$000
Gratificação mensal ao director de turma de exercicios praticos... ..		200\$000	
Gratificação mensal ao director de trabalhos do laboratorio e ga- binete.....		100\$000	

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891.—*Benjamin Constant.*



**DECRETO N. 1259 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891**

Declara a entrada da comarca de Bom Sucesso, no Estado de Minas Geraes,  
e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' declarada de 1ª entrada a comarca de Bom Sucesso, no Estado de Minas Geraes, creada por acto de (data).

Art. 2.º O promotor publico da referida comarca terá o vencimento annual de 4:400\$, sendo 800\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

**MANOEL DEODORO DA FONSECA.**

*M. Ferraz de Campos Salles*



## DECRETO N. 1260 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Crêa um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Maragogy, no Estado das Alagôas.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica deslirada do commando superior da comarca de Porto Calvo a força da Guarda Nacional qualificada na comarca de Maragogy, e com ella creado um commando superior de Guardas Nacionais, que se comporá do 11º batalhão de infantaria, já organizado, e dos de ns. 39º do serviço activo e 12º do serviço da reserva, ora creados, com seis companhias cada um, e que serão formados nas freguezias da referida comarca.

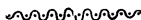
Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1261 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca de Penedo, no Estado das Alagôas.

O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 40º, a 1ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional da comarca de Penedo, no Estado das Alagôas, devendo o mesmo batalhão ser formado com os guardas nacionaes qualificados na freguezia do municipio do Porto Real do Collegio; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1262 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Crêa uma secção de batalhão do serviço da reserva da Guarda Nacional da comarca de Cururipe, no Estado das Alagoas.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

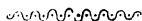
Artigo unico. Fica creada na comarca de Cururipe, no Estado das Alagoas, uma secção de batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 9ª, que será organizada na freguezia do municipio de Piassabuçu; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1263 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede á Companhia Fabricação e Commercio de Assucar autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Fabricação e Commercio de Assucar, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou; devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

## Estatutos da Companhia Fabricação e Commercio de Assucar, a que se refere o decreto n. 1263 de janeiro de 1891.

### DA SOCIEDADE, SEUS FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º Com a denominação de — Companhia Fabricação e Commercio de Assucar — fica constituída uma sociedade anonyma com sede na Capital Federal.

Art. 2.º Os fins da companhia são: explorar a fabricação, refinação e commercio de assucar, iniciando suas operações com tres engenhos centraes e uma fabrica de refinação, podendo adquirir outros estabelecimentos congêneres e mesmo explorar outros generos de industria.

Art. 3.º O prazo para a duração da companhia é de 30 annos, podendo ser prorogado.

### DO CAPITAL, ACÇÕES E ACCIONISTAS

Art. 4.º O capital da companhia é de 3.000:000\$, dividido em 15.000 acções de 200\$ cada uma.

§ 1.º As entradas serão de 10 %, com intervallos nunca menores de 30 dias, sendo chamados sómente 50 % do capital que será integralizado por meio da renda liquida excedente de 10 % do dividendo.

§ 2.º A directoria poderá emittir titulos de prelação, ouvindo o conselho fiscal.

Art. 5.º O capital poderá ser augmentado por deliberação da assembléa dos accionistas, cabendo a estes preferencia na distribuição *pro rata*.

Art. 6.º A falta de pagamento de qualquer prestação na epoca fixada onerará o accionista com uma multa de 2 % por mez de demora, sendo consideradas em commisso as acções cujas entradas forem retardadas por mais de tres mezes.

§ 1.º As acções que cahirem em commisso serão reemittidas e seu producto levado ao fundo de reserva.

§ 2.º Allegando e provando motivo ponderoso, pôde o accionista ser relevado da pena de commisso pela directoria.

Art. 7.º As acções depois de integralizadas podem ser ao portador ou nominativas, á vontade de quem as possuir.

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 8.º A assembléa geral é a reunião dos accionistas, possuidores de uma ou mais acções e como taes inscriptos com antecedencia de 30 dias pelo menos.

§ 1.º Todos os accionistas podem tomar parte nas sessões das assembléas geraes, não tendo porém voto deliberativo sinão os possuidores de cinco ou mais acções.

Art. 9.º E' numero legal o de accionistas que representem a quarta parte do capital nos casos geraes e nos especiaes as duas terças.

§ 1.º São casos especiaes: 1.º o augmento de capital, 2.º a reforma de estatutos, 3.º dissolução ou liquidação da companhia, 4.º prorrogação de prazo de existencia da companhia.

Art. 10. Haverá em cada anno no mez de outubro uma assembléa geral, annunciada com 15 dias de antecedencia.

§ 1.º Nessa reunião serão lidos, discutidos e approvados, o relatorio dos fiscaes, o balanço e contas, inventario da directoria, e eleitos o conselho fiscal e a directoria.

Art. 11. Si no dia apazado para a reunião da assembléa não comparecer numero legal, convocar-se-ha outra, declarando-se que nella se deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas presentes.

Art. 12. A assembléa dos accionistas pôde ser convocada extraordinariamente não só pela directoria e conselho fiscal, como por sete ou mais accionistas, representando pelo menos um quinto do capital.

§ 1.º Si no prazo de oito dias a directoria solicitada pelos accionistas não convocar a assembléa extraordinaria, estes podem convocar-a directamente.

Art. 13. As assembléas geraes serão presididas por um accionista aclamado, o qual convidará os secretarios.

Art. 14. Podem tomar parte e votar nas assembléas geraes.

1.º Os tutores e curadores por seus tutelados e curatellados;

2.º Os maridos por suas mulheres;

3.º O socio da firma commercial pela mesma firma;

4.º Os representantes legaes de quaesquer instituições;

5.º O pae pelos filhos menores;

6.º Os inventariantes de acervos e os representantes de massas fallidas;

7.º Os procuradores de accionistas, sendo tambem accionistas.

Art. 15. As deliberações serão tomadas por maioria de accionistas; caso, porém, sejam propostas e acceitas pela assembléa, sel-o-hão por acções, contando-se um voto por grupo de cinco, não podendo nenhum accionista ter mais de 20 votos.

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. A companhia será administrada por tres directores.

Art. 17. A directoria, cujo mandato durará por cinco annos, será eleita pela assembléa geral, em escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos, sendo permittida a reeleição.

Art. 18. Os directores não poderão entrar em exercicio sem caucionarem 50 acções da companhia, que não serão oxoneradas



emquanto não forem approvadas pela assemblea geral as contas dos referidos directores.

Art. 19. Durante o impedimento de algum dos directores por mais de um mez funcionará em sua substituição algum dos accionistas, escolhido pelos outros directores.

Art. 20. Os directores vencerão os ordenados que lhes forem estipulados pela assemblea geral e mais a percentagem do art. 28.

Art. 21. A directoria, representada por sua maioria, incumbe a resolução de todas as questões que interessem á companhia; sempre, porém, quando se tratar de adquirir ou alienar bens ou concessões, que importem grande responsabilidade, deverá ser consultado o conselho fiscal.

Art. 22. As funções que competem á directoria collectivamente serão distribuidas especificadamente pelos tres directores, por deliberação por elles tomada.

§ 1.º A assemblea geral, todavia, designará qual dos tres directores deve ser o presidente e como tal representar a companhia em suas relações commerciaes e judicias, podendo constituir mandatarios.

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O conselho fiscal se comporá de tres accionistas e tres suppletos, eleitos annualmente pela assemblea geral.

Art. 24. Ao conselho fiscal compete dar parecer sobre os negocios e operações da companhia, tendo por base o balanço, inventario e contas da directoria e mais consultas sobre os assumptos, que lhe forem submittidos pela directoria, sempre que esta julgar conveniente.

#### LUCROS LIQUIDOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 25. Só poderão fazer parte dos dividendos os lucros liquidos, resultantes das operações effectivamente concluidas no semestre.

Art. 26. Dos lucros liquidos serão deduzidos semestralmente 5 % para o fundo de reserva, até que este atinja a 25 % do capital social, sendo o excedente destinado aos dividendos, juros de *debentures* e percentagem dos directores.

Art. 27. O fundo de reserva poderá ser constituido em quaesquer titulos que offereçam sufficiente garantia.

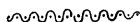
Art. 28. Do que exceder a 10 % dos lucros e mais 5 % para o fundo de reserva, deduzir-se-hão 5 % para cada um dos directores, sendo o remanescente accrescido aos dividendos.

Art. 29. Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é imposta pela lei, acceitam e approvam os pre-

sentes estatutos e constituem a primeira administração nomeando:

*Directores*

Felippe Franco de Sá, presidente.  
Luiz Felippe Alves da Nobrega.  
Oscar Varady.



DECRETO N. 1264 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Approva os novos estudos da secção Mathilde, da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, e os da variante entre as duas primeiras secções da mesma estrada.

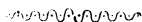
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Estradas de Ferro no Brazil, cessionaria da estrada de ferro que, partindo de Santa Luzia do Carangola, deve entroncar-se na da Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, a que se referem os decretos ns. 9362 e 9507, de 17 de janeiro e 17 de outubro de 1885, 9709 e 9768, de 29 de janeiro e 28 de julho de 1887, 10.120 de 15 de dezembro de 1888, 10.213 e 10.396 de 23 de março e 9 de outubro de 1889, 270, 378, 570 e 759. de 17 de março, 8 de maio, 12 de julho e 18 de setembro do corrente anno, resolve approvar os novos estudos da secção Mathilde, e os da variante entre as duas primeiras secções da mesma estrada, a que se procedeu em virtude do disposto no final do supracitado decreto n. 378 de 8 de maio ultimo; ficando entendido que, em caso algum, o capital a que se refere o tambem citado decreto n. 10.120 de 15 de dezembro de 1888 excederá do maximo fixado e correspondente a 30:000\$ por kilometro da linha definitiva.

O cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1265 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Antonio de Souza Ribeiro para explorar mineraes no Estado de Minas Geraes.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Antonio de Souza Ribeiro, resolve conceder-lhe permissão para explorar mineraes no municipio de Tiradentes, Estado de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1265  
desta data**

I

Fica concedido a Antonio de Souza Ribeiro o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de mineraes na fazenda Gonçalo, de sua propriedade, situada no municipio de Tiradentes, Estado de Minas Geraes.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communição existentes.

III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso

natural das aguas que desviar para realiação dos alludidos trabalhos ; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações ; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros ; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

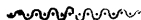
## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1.º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1266 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede autorização a Jayme Gomes de Souza Lemos e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Jayme Gomes de Souza Lemos e Antonio Baptista de Oliveira Barros Junior, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas, e com os estatutos que apresentaram ; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

## Estatutos da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas, a que se refere o decreto n. 1265 de 10 de janeiro de 1891.

### CAPITULO I

#### DA COMPANHIA, SUA SÊDE, SUAS OPERAÇÕES, CAPITAL E DURAÇÃO

Art. 1.º Fica organizada na Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil uma sociedade anonyma sob a denominação — Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas, a qual se regerá pelos decretos n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e de 13 de outubro do mesmo anno, na parte que lhe for applicavel, e bem assim pelas disposições que lhe são consignadas nos estatutos.

A sua duração será de trinta annos, antes dos quaes não poderá ser dissolvida, sinão nos casos previstos na lei. Sua sêde será na Capital Federal, com uma superintendencia na cidade de Passos, no sul do Estado de Minas Geraes.

Art. 2.º O capital da companhia será de 1.000:000\$000 (mil contos de réis) dividido em cinco mil acções de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma, podendo ser elevado a 2.000:000\$000 (dous mil contos), independente da autorização da assembléa geral.

Art. 3.º O capital será realizado em prestações, sendo a primeira de 30 % no acto da subscrição, e as seguintes de 10 % no prazo nunca menor de 30 dias, mediante annuncios nos jornaes, com antecedencia de 15 dias, sendo permittida a antecipaçaõ das entradas pelos accionistas. As acções uma vez integralizadas poderão passar ao portador.

Art. 4.º O accionista que não effectuar o pagamento das prestações referidas no prazo annunciado, incorrerá na multa de 2 % (dous por cento), sobre a importancia respectiva, caso realize o pagamento sobredito dentro de 40 dias subsequentes; no caso contrario poderá a directoria, ouvido o conselho fiscal, impôr a pena de commisso, revertendo a quota do capital já realizado em favor do fundo de reserva.

Art. 5.º As acções declaradas em commisso poderão ser reemitidas pela directoria. Não sendo applicada a pena de commisso no caso de que trata o art. 4º, permanecerá a responsabilidade do accionista nos termos da lei, augmentada com o juro de 1 % ao mez, por todo o tempo da móra, até ao maximo de tres mezes.

Art. 6.º Os fins da companhia são :

1.º Explorar no sul e oeste do Estado de Minas, especialmente no municipio de Passos, a industria de engorda de gado vaccum e suino, destinado aos mercados consumidores;

2.º Arrendar e comprar sitios e fazendas que tenham pastagens apropriadas ao engorde do gado;

3.º Promover a introdução do gado de qualidade, afim de melhorar a raça;

4.º Fazer, por meio de colonos nacionaes e estrangeiros, plantações de fumo, café, algodão, canna de assucar, mamona e cereaes, nas fazendas da companhia, em terrenos que não estejam em pastagens, e que se prestem ás culturas indicadas;

5.º Extrahir as madeiras de lei encontradas nas mattas das fazendas, e vendel-as para construcções e outros misteres, bem como fabricar e vender telhas e tijolos para construcções.

## CAPITULO II

### DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 7.º As acções ou cautelas serão nominativas, assignadas aquellas por dous directores e estas por um, e em cada uma dellas se fará expressa menção do valor nominal que representam, bem como da importancia das prestações pagas e demais exigencias da lei.

Art. 8.º A transferencia das acções só pôde ser effectuada na sêde da companhia, ou na superintendencia em Passos, por termo assignado pelo cedente e pelo cessionario ou seus legitimos procuradores, revestidos dos necessarios poderes, e por um director ou representante da companhia.

Paragrapho unico. Não são transferiveis as acções que não tiverem 40 % de seu valor nominal realizados.

Art. 9.º Os accionistas da companhia são responsaveis pelo valor das entradas de capital não realizadas das acções que subscreverem ou lhes forem transferidas.

## CAPITULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, residentes na sêde da companhia, e de dous superintendentes residentes no municipio de Passos, eleitos uns e outros pela assembléa geral dos accionistas, de seis em seis annos, á maioria relativa de votos, por scrutinio secreto, decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 11. Só podem ser eleitos directores e superintendentes os accionistas que possuirem suas acções inscriptas tres mezes antes da eleição; mas não poderão entrar em exercicio do cargo, sem depositar na companhia trinta (30) acções, pelo menos, cada um, e as quaes servirão de caução á responsabilidade emquanto durar o mandato.

A caução far-se-ha por termo no livro de transferencias, e declaração no registro de acções.

§ 1.º Os membros da directoria ou da superintendencia poderão ser eleitos no todo ou em parte; emquanto não o sejam, servirão até que os novos eleitos tomem posse.

§ 2.º Não poderão exercer conjunctamente os cargos de dire-

ctor ou superintendentes os parentes até 2º grão, e os membros da mesma firma social.

§ 3.º No impedimento ou ausencia por mais de quatro mezes, renuncia ou fallecimento de qualquer membro da directoria ou superintendencia, aquella chamará um accionista que exerça as funcções de director ou superintendente até á primeira reunião ordinaria ou extraordinaria da assembléa geral, na qual o cargo será definitivamente provido, servindo o eleito pelo tempo que faltar ao substituido, respeitado o que se acha disposto no § 1.º.

A ausencia em serviço da companhia não é applicavel o disposto neste paragrapho.

§ 4.º Para deliberar basta a presença de dous directores, si os seus pareceres forem concordes.

§ 5.º Os directores ou superintendentes vencerão annualmente 6:000\$ cada um, que serão pagos mensalmente.

§ 6.º A directoria escolherá dentre si, no acto de tomar posse, o presidente, vice-presidente e o secretario.

As funcções de thesoureiro ou caixa serão exercidas por um dos directores para isso designado pelo presidente.

§ 7.º Os directores reputam-se revestidos de amplos poderes para praticar todos os actos da gestão relativa aos fins e objecto da companhia, representando-a em juizo activa e passivamente.

Art. 12. São attribuições da directoria :

§ 1.º Administrar todos os negocios da companhia, effectuar operações de credito e bem assim os que comprehendem o art. 37.

§ 2.º Tratar com os poderes publicos.

§ 3.º Celebrar contractos para qualquer fim social.

§ 4.º Nomear na séde da companhia os empregados, fixar o numero, categoria, funcções e vencimentos, multar-os e demittir-os.

§ 5.º Autorizar os lucros liquidos, os dividendos semestraes.

§ 6.º Apresentar á assembléa geral ordinaria dos accionistas, que se verificará no mez de março, um relatorio circunstanciado das operações da companhia, o qual será acompanhado do balanço geral, da demonstração da conta de lucros e perdas, e bem assim do parecer do conselho fiscal, relatorios, contas apresentadas e a situação da companhia.

§ 7.º Organizar os regulamentos que forem precisos.

§ 8.º Escolher o estabelecimento bancario a que devem ser recolhidos os dinheiros da companhia, não podendo ser retirados sinão por cheque, assignado pelo director que exercer as funcções de thesoureiro e o presidente.

§ 9.º Chamar, nos termos do § 3º do art. 11, o accionista que tiver de substituir o director ou superintendente impedido por falta ou renuncia.

§ 10. Tomar em commum e por maioria de votos as deliberações necessarias ao bom andamento dos negocios da companhia, lavrando a acta de taes deliberações em livro especial .

§ 11. Ouvir o conselho fiscal e a superintendencia todas as

vezes que se tratar de objecto importante ou quando o mesmo conselho ou superintendencia julgar conveniente.

§ 12. Prestar ao conselho fiscal ou superintendentes todos os esclarecimentos que forem reclamados.

§ 13. Prover a bem da companhia em todos os casos urgentes e não previstos, ouvindo o conselho fiscal.

Art. 13. Compete ao presidente, além das attribuições do cargo de director:

§ 1.º Ser orgão da directoria e represental-a em juizo.

§ 2.º Presidir ás reuniões da directoria, da assembléa geral e do conselho fiscal, quando este funcionar com aquella, em sessão conjunta.

§ 3.º Assignar todos os papeis, inclusive escripturas e contractos, depois que tenham sido approvados em sessão da directoria.

§ 4.º Rubricar, abrir, encerrar livros em que forem registradas as actas das assembléas geraes dos accionistas e das reuniões da directoria e do conselho fiscal, e das transferencias das acções, e bem assim as que servirem para lançamentos importantes e não forem rubricadas pela Junta Commercial.

§ 5.º Convocar as reuniões da directoria e as de secção conjunta com o conselho fiscal, e dar cumprimento as deliberações respectivas.

§ 6.º Assignar com o director-thesoureiro os cheques ou recibos, para o movimento em conta corrente com estabelecimentos bancarios, e bem assim letras e quaesquer papeis de credito.

§ 7.º Convocar as assembléas geraes ordinarias, na forma da lei, como preceitua o art. 25, e as extraordinarias sempre que, por deliberação da directoria ou do conselho fiscal, forem julgadas necessarias ou requeridas por sete ou mais accionistas, que representem, pelo menos, um quinto do capital social, na forma do art. 26.

§ 8.º Superintender em geral todo o serviço da companhia, nomear, suspender, demittir e multar os empregados.

Art. 14. Compete ao secretario, além das attribuições inherentes ao cargo de director :

§ 1.º Redigir todas as actas das reuniões da directoria e as de sessão conjunta com o conselho fiscal, consignando em taes actas, que assignará com os demais membros presentes, as deliberações que forem tomadas.

§ 2.º Authenticar a transferencia de acções e bem assim assignar com o presidente os titulos respectivos.

§ 3.º Assignar as certidões que forem requeridas.

§ 4.º Velar mais particularmente pela boa ordem do archivo e pela regularidade da escripturação da companhia.

§ 5.º Substituir o presidente e vice-presidente em seus impedimentos momentaneos.

Art. 15. Compete ao vice-presidente, além das funções inherentes a seu cargo de director, substituir o presidente ou o secretario em seus impedimentos momentaneos ou não.

Art. 16. As funções do thesoureiro serão exercidas por empregado de confiança, com a fiança que a directoria fixar.



## CAPITULO IV

## DOS SUPERINTENDENTES E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17. Aos superintendentes compete:

§ 1.º A administração das fazendas da companhia e a gerencia de todos os negocios da companhia no sul e oeste de Minas, e muito especialmente no municipio de Passos.

§ 2.º A compra de gado magro, destinado à engorda, e sua remessa depois de gordo para os mercados consumidores.

§ 3.º Saccar contra a directoria, por meio de cheques assignados pelos superintendentes, toda e qualquer quantia que for necessaria para a compra de gado magro destinado à engorda e bem assim para pagamento de salario aos empregados, collocação de colonos e mais despesas com o custeio agricola e pastoril das fazendas da companhia.

§ 4.º Nomear, demittir e fazer despejar os empregados e colonos.

§ 5.º Fazer trimensalmente remessa collectiva de um balancete das transacções de compra e venda, relação dos empregados e colonos admittidos ou demittidos, e bem assim da mortalidade ou nascimento do gado existente.

§ 6.º Será escolhida pelos superintendentes uma das fazendas da companhia, para nella se reunirem no fim de cada mez e ahi fazerem em um livro, rubricado pelo presidente da companhia, todos os lançamentos e declarações que tenham de fazer sobre sua administração.

## CAPITULO V

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. A assembléa geral elegerá annualmente tres fiscaes e outros tantos supplentes accionistas encarregados de dar parecer sobre os negocios e operações da companhia no anno seguinte, tomando por base o balanço, inventario e contas da administração, servindo de relator aquelle que de entre si escolherem.

§ 1.º O parecer do conselho fiscal acerca das contas e balanço annuaes será entregue à directoria a tempo de poder ser publicado pela imprensa no prazo da lei.

§ 2.º O conselho fiscal pôde, em qualquer tempo, convocar extraordinariamente a assembléa geral, desde que occurram motivos graves e urgentes, e a directoria se recuse a fazer a convocação.

§ 3.º E' applicavel aos membros do conselho fiscal o disposto no art. 11, § 3º.

§ 4.º Os membros do conselho fiscal durante a effectividade vencerão 1 % de 1:000\$, cada um pago semestralmente.

Os supplentes terão o mesmo honorario quando substituirem os membros do conselho fiscal.

## CAPITULO VI

## DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 19. A assembléa geral será composta de accionistas cujas acções se acharem averbadas no registro da companhia, pelo menos, 30 dias antes da data em que se verificar a reunião.

Paragrapho unico. Nos tres dias que antecederem ao da reunião da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria ficará suspensa a transferencia das acções, salvo para constituição ou extinção de penhores.

Art. 20. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo aquelle o presidente da directoria e estes nomeados pelo presidente.

Art. 21. A assembléa geral representa a totalidade dos accionistas, e as deliberações, conforme as disposições destes estatutos, obrigam a todos, quer ausentes quer dissidentes.

Art. 22. Todos os accionistas podem fazer parte da assembléa geral, quer possuam as suas acções livres e desembaraçadas, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Paragrapho unico. Os accionistas que comparecerem às assembléas geraes inscrever-se-hão em um livro de presença, declarando o numero de acções que possuirem, ou as que representarem como procuradores.

Art. 23. A ordem de votação será de um voto por dez acções.

Os accionistas podem se fazer representar por procuradores que sejam accionistas e que se achem nas condições fixadas no art. 19.

O mandato a que se refere o presente artigo não pôde ser conferido aos membros da directoria, da superintendencia ou do conselho fiscal.

Fica limitado a 50 o numero de votos, no maximo, que poderá ter cada accionista, embora possuidor de acções em numero superior a quinhentas.

Paragrapho unico. Os accionistas que possuirem de uma até nove acções poderão assistir às assembléas geraes, propôr o que lhes parecer conveniente aos fins sociaes, tomar parte nas discussões, mas não terão voto.

Art. 24. A votação dos assumptos sujeitos à discussão será por maioria de socios presentes, e só a requerimento por escripto de tres ou mais accionistas se fará por acções.

Art. 25. Haverá uma sessão da assembléa geral ordinaria em cada anno, no mez de março, para tratar dos assumptos que lhe são commettidos pelos presentes estatutos, e bem assim dos objectos que forem propostos e apresentados para discussão.

§ 1.º Esta sessão poderá durar, em caso de necessidade, tres dias, adiando-se os trabalhos de uns para outros, com determinação de hora certa.

§ 2.º As convocações desta assembléa serão feitas com antecedencia de 15 dias, por annuncios publicados pela imprensa e com indicação de logar e hora.

§ 3.º Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral relativamente a contas e balanços, si não tiver sido apresentado o parecer dos fiscaes.

§ 4.º Os directores não podem votar nas assembléas geraes para apresentarem os seus balanços, contas e inventarios, nem os fiscaes para seus pareceres.

Art. 26. Haverá tantas reuniões da assembléa geral extraordinaria quantas forem julgadas necessarias pela directoria, pelo conselho fiscal, ou requeridas por sete ou mais accionistas, que representem, pelo menos, um quinto do capital social.

§ 1.º A convocação será sempre motivada e feita por annuncios nas folhas publicas, com uma antecipação de 15 dias, pelo menos.

§ 2.º Nestas assembléas só se poderá tratar do assumpto que tiver determinado a convocação, e os trabalhos poderão ser adiados, nos termos do § 1º do art. 28.

Art. 27. A assembléa geral só poderá constituir-se e deliberar achando-se composta de um numero de accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

§ 1.º Si o numero dos accionistas já referidos não se reunir, far-se-ha nova convocação para dahi a cinco dias, pelo menos, por meio de annuncios pelos jornaes, com a declaração de que se deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem.

§ 2.º Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, de augmento do capital e demais hypotheses consignadas na lei, a assembléa só poderá deliberar validamente achando-se presentes accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Si nem na primeira nem na segunda convocação se reunir o numero requerido de accionistas, far-se-ha para dahi a cinco dias, pelo menos, declarando-se o mesmo que preceitua o final do § 1º deste artigo.

Art. 28. São attribuições da assembléa geral:

§ 1.º Resolver todos os negocios da companhia que não estiverem expressamente commettidos à directoria.

§ 2.º Eleger a directoria, superintendencia e o conselho fiscal.

§ 3.º Reformar os presentes estatutos, achando-se constituída nos termos do § 2º do art. 27.

§ 4.º Deliberar acerca do relatorio e contas apresentadas pela directoria e do parecer do conselho fiscal.

§ 5.º Resolver acerca do augmento do capital da companhia, dissolução e prorrogação della, nos termos aqui fixados:

§ 6.º Deliberar acerca de qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria ou pelo conselho fiscal;

§ 7.º Autorizar a directoria para, de accordo com o conselho fiscal, contrahir empréstimos, garantidos com hypotheca e penhor dos valores da companhia.

§ 8.º Exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos ou imprevistos, respeitadas as prescripções legais.

## CAPITULO VII

## DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 29. O fundo de reserva será formado de 3 % tirados dos lucros líquidos de cada semestre.

Paragrapho unico. Este fundo é exclusivamente destinado a fazer face ás perdas do capital e para o substituir.

Art. 30. O fundo de reserva será empregado conforme a assembléa geral determinar.

Art. 31. A deducção a que se refere o art. 29 cessará desde que o fundo de reserva attingir a somma de 50:000\$000.

Art. 32. Não se fará distribuição de dividendos a que se refere o § 5º do art. 12, enquanto o capital social desfalcado, em virtude de perdas, não for integralmente restaurado.

Art. 33. Os dividendos que não forem reclamados no prazo de cinco annos, contados do primeiro dia fixado para seu pagamento, serão considerados renunciados a favor da companhia.

Art. 34. Quando os lucros líquidos da companhia excederem de 12 %, depois de deduzidos delles os 3 % de que trata o art. 29 e o dividendo, o restante será dividido em tres partes iguaes, sendo uma para augmento do fundo de reserva, outra para ser distribuida pelos accionistas e a outra pelos incorporadores, como bonificação pelos serviços de incorporação.

## CAPITULO VIII

## DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 35. A companhia fica sujeita ás leis em vigor na parte que lhe for applicavel em todos os casos omissos nestes estatutos.

Art. 36. O anno administrativo da companhia será o anno civil.

Art. 37. Fica a directoria autorizada para, de accordo com o conselho fiscal, fazer as transacções que facilitem e augmentem o desenvolvimento da companhia.

Art. 38. A primeira directoria e superintendencia pelo tempo de seis annos é composta dos Srs. (¹)

Capital Federal, 27 de novembro de 1890.

O conselho fiscal para o primeiro anno é composto dos Srs.: (²)

Suplentes do mesmo conselho, os Srs.: (³)

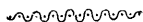
Os incorporadores :

Por procuração, Leandro Chaves M. Ratisbona, Antonio Baptista de Oliveira. — Barros Junior.

(¹) Conforme combinação ulterior.

(²) Idem os requerentes.

(³) Conforme combinação ulterior.



## DECRETO N. 1267 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Autoriza o coronel Dionysio Cerqueira e outros a transferir á Companhia Estreito e S. Francisco ao Chopim a concessão da estrada de ferro entre o Estreito, no Estado de Santa Catharina, e o valle do Rio Iguaçu, a que se refere o decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890.

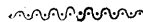
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram o coronel Dionysio Cerqueira, Carlos Napoleão Poeta e capitão João do Rego Barros, concessionarios de uma estrada de ferro, que partindo do logar denominado Estreito, no littoral do Estado de Santa Catharina, e passando pela villa de Blumenau e pela colonia militar do Chopim, termine em frente á foz do rio Chopim, nos termos do decreto n. 896 de 18 de outubro de 1890, resolve autorizal-os a transferir semelhante concessão á Companhia Estreito e S. Francisco do Chopim, ficando esta subrogada nos direitos e obrigações constantes das clausulas que baixaram com o referido decreto.

O cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1268 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Autoriza os cidadãos Dr. Carlos José da Costa Pimentel Junior e Augusto José Ferreira a transferir á Companhia da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá a concessão de uma estrada de ferro, ligando Araxá á linha de Itabira a Jatobá.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram os cidadãos Dr. Carlos José da Costa Pimentel Junior e Augusto José Ferreira, concessionarios de uma estrada de ferro que, partindo de Peçanha, se dirija a Curvello e ao Araxá, nos termos do decreto n. 1082 de 28 de novembro de 1890, resolve autorizal-os a transferir semelhante concessão á Companhia da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá, para

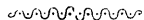
leval-a a effeito, ficando ella subrogada nos direitos e obrigações constantes das clausulas que baixaram com o citado decreto.

O General Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



#### DECRETO N. 1269 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Abre um credito especial de 179:174\$ às verbas — Escola Polytechnica — e — Secretaria e Gabinetes da Escola Polytechnica — do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação,

Considerando que a reforma da Escola Polytechnica, mandada executar pelo decreto n. 1073 de 22 de novembro de 1890, trouxe augmento justificavel de despezas, que não foram previstas no credito anteriormente distribuido à mesma Escola;

Considerando que por tal motivo não deva soffrer a regularidade dos trabalhos escolares, maxime tendo de vigorar a nova reforma.

Resolve abrir um credito especial ao Ministerio dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, da quantia de cento e setenta e nove contos cento e setenta e quatro mil réis (179:174\$), para ser applicado às diversas despezas do corrente exercicio de 1891, e assim especificado: à verba — Escola Polytechnica — a quantia de oitenta e dois contos e quinhentos mil réis (82:500\$), e à verba — Secretaria e Gabinetes da Escola Polytechnica — a de noventa e seis contos seiscentos e setenta e quatro mil réis (96:674\$000).

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1270 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Reorganiza as Faculdades de Medicina dos Estados Unidos do Brazil.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve reorganizar as Faculdades de Medicina dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com os estatutos que a este acompanham, assignados pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*

## Estatutos das Faculdades de Medicina e de Pharmacia dos Estados Unidos do Brazil

### CAPITULO I

#### CONSTITUIÇÃO DAS FACULDADES E SEUS FINS

Art. 1.º As Faculdades de Medicina e de Pharmacia são instituições publicas entretidas a expensas do Thesouro Federal e subordinadas, em tudo que lhes for concernente, ao Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos.

Art. 2.º Sobre todas as questões que entendem com o reconhecimento de habilitações, tanto para o exercicio profissional como para o magisterio respectivo, as Faculdades decidem com plena autonomia.

Art. 3.º A parte executiva e economica das Faculdades incumbe ao director, quer na qualidade de delegado do Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, quer na de órgão da congregação.

Art. 4.º As congregações comprehendem os professores cathedrauticos e substitutes.

Art. 5.º Os directores e vice-directores são pessoas da confiança do Governo Federal, nomeadas dentre os cathedrauticos das Faculdades respectivas.

Art. 6.º As Faculdades teem por fim principal ensinar a medicina em todos os seus ramos, dando-lhes o maior desenvolvimento pratico.

Art. 7.º E' de sua exclusiva competencia não só conferir diplomas de doutor em sciencias medico-cirurgicas e de pharmaceuticos, como tambem examinar os profissionaes formados no estrangeiro, afim de lhes ser permittido o exercicio no paiz. Além destes encargos, as Faculdades conferirão titulos de parteira e de cirurgião dentista.

(a) § Nesta conformidade ninguem poderá exercer nos Estados Unidos do Brazil qualquer ramo da arte de curar, não sendo graduado ou licenciado pelas Faculdades federaes.

## CAPITULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DOCENTE, PESSOAL E MATERIAL

Art. 8.º O curso profissional comprehende as seguintes materias, a cargo de vinte e nove cathedromaticos:

- 1 Botanica e zoologia medicas.
- 2 Chimica analytica e toxicologia.
- 3 Physica medica.
- 4 Histologia.
- 5 Anatomia descriptiva.
- 6 Physiologia.
- 7 Anatomia medico-cirurgica e comparada.
- 8 Pathologia geral e historia da medicina.
- 9 Anatomia e physiologia pathologicas.
- 10 Obstetricia.
- 11 Operações e appparelhos.
- 12 Medicina legal.
- 13 Hygiene e mesologia.
- 14 Therapeutica e materia medica.
- 15 Chimica inorganica medica.
- 16 Clinica propedeutica.
- 17 Clinica medica, 1ª cadeira.
- 18 » » 2ª »
- 19 » cirurgica, 1ª cadeira.
- 20 » » 2ª »
- 21 » obstetrica e gynecologica.
- 22 » psychiatrica e de molestias nervosas.
- 23 » pediatria.
- 24 » dermatologica e syphiligraphica.
- 25 » ophthalmologica.
- 26 Chimica organica e biologica.
- 27 Pharmacologia e arte de formular.
- 28 Pathologia medica.
- 29 » cirurgica.



Art. 9.º Haverá 12 professores substitutos, discriminados pelas secções, a saber :

*1ª secção*

Physica medica.  
Chimica inorganica medica.  
» organica e biologica.

*2ª secção*

Botanica e zoologia medicas.  
Pharmacologia e arte de formular.  
Chimica analytica e toxicologia.

*3ª secção*

Anatomia descriptiva.  
Histologia.  
Anatomia medico-cirurgica e comparada.

*4ª secção*

Physiologia.  
Anatomia e physiologia pathologicas.  
Materia medica e therapeutica.

*5ª secção*

Pathologia geral e historia da medicina.  
Medicina legal.  
Hygiene e mesologia.

*6ª secção*

Pathologia cirurgica.  
Operações eapparelhos.  
Clinica cirurgica.

*7ª secção*

Pathologia medica.  
Clinica propedeutica.  
» medica.

*8ª secção*

Obstetricia.  
Clinica obstetrica e gynecologica.

*9ª secção*

Clinica pediatrica.

*10ª secção*

Clinica ophthalmologica.

*11ª secção*

Clinica dermatologica e syphiligraphica.

*12ª secção*

Clinica psychiatrica e de molestias nervosas.

Art. 10. Como auxiliares do ensino pratico haverá em cada Faculdade 16 preparadores distribuidos como se segue :

a) § As cadeiras de botanica e zoologia, chimica analytica, histologia, physiologia, anatomia e physiologia pathologicas, anatomia medico-cirurgica e comparada, pharmacia, physica, chimica inorganica, chimica organica, operações eapparelhos, medicina legal, hygiene, therapeutica e materia medica, terão um preparador cada qual.

b) § A cadeira de anatomia descriptiva terá dous preparadores.

Art. 11. Para o serviço das clinicas as Faculdades admittirão 10 medicos assistentes e 20 alumnos internos, na proporção de um assistente e dous internos para cada clinica.

Art. 12. O ensino pratico se fará em hospitaes e laboratorios apropriados.

Art. 13. Segundo o artigo precedente, o Governo dotará as Faculdades com hospitaes de clinicas e Maternidades, que reünam as condições indispensaveis ao desenvolvimento do ensino.

Art. 14. Incorporadas as Faculdades, contam-se os seguintes laboratorios :

Botanica e zoologia ;  
Medicina legal ;  
Chimica analytica e toxicologia ;  
Hygiene e mesologia ;  
Histologia ;  
Anatomia pathologica ;  
Anatomia descriptiva ;  
Anatomia medico-cirurgica e comparada ;  
Operações e apparelhos ;  
Physiologia ;  
Therapeutica e materia medica ;  
Chimica inorganica ;  
Chimica organica e biologica ;  
Pharmacia ;  
Physica ;  
Odontologia.

Paragrapho unico. Cada professor de clinica terá da mesma sorte um gabinete com o material que for preciso.

Art. 15. Haverá em cada Faculdade um museu, cujas seções comprehenderão as collecções necessarias á instrucção dos alumnos e cuja direcção ficará ao chefe dos trabalhos anatomicos, profissional nomeado pelo Governo mediante concurso.

Art. 16. Possuirá também cada Faculdade um instituto odontologico, dirigido por um preparador que se incumbirá especialmente do ensino da prothese aos alumnos do curso.

### CAPITULO III

#### PLANO DE ENSINO

Art. 17. O ensino em cada Faculdade consta das seguintes disciplinas classificadas como se seguem:

- Sciencias physicas e naturaes ;
- Physica medica ;
- Chimica inorganica medica ;
- Chimica organica e biologica ;
- Chimica analytica e toxicologia ;
- Botanica e zoologia medicas ;
- Pharmacologia e arte de formular.

Sciencias que entendem com a estatica e dynamica do homem são:

- Anatomia descriptiva ;
- Anatomia medico-cirurgica e comparada ;
- Physiologia ;
- Histologia.

Sciencias que entendem com a estatica e dynamica do homem doente:

- Pathologia cirurgica ;
- Pathologia medica ;
- Pathologia geral e historia da medicina ;
- Operações eapparelhos ;
- Anatomia e physiologia pathologicas ;
- Medicina legal ;
- Clinica propedeutica ,
- Clinica cirurgica ;
- Clinica medica ;
- Clinica gynecologica ;
- Clinica pediatria ;
- Clinica dermatologica e syphiligraphica ,
- Clinica ophthalmologica ;
- Clinica psychiatrica e molestias nervosas.

Sciencias que entendem com a estatica e dynamica do homem são e doente:

- Obstetricia e clinica obstetrica ;
- Hygiene e mesologia.

Art. 18. O alumno doutorando é obrigado a exames successivos das materias constantes do artigo precedente, dispostas em series no art. 20.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as cadeiras de chimica analytica, clinica propedeutica e as de clinicas especiaes, a saber : gynecologica, pediatria, dermatologica e syphiligraphica, ophthalmologica, psychiatrica e de molestias nervosas, cujas provas de habilitação serão os attestados a que se referem os art. 21 e paragrapho unico.

Art. 19. O alumno do curso pharmaceutico é obrigado a exames successivos das materias constantes da secção de sciencias physicas e naturaes, e mais ao de materia medica, dispostas em series no art. 22.

Art. 20. As series de exames para os alumnos doutorandos, em numero de seis, são :

*1ª serie*

Physica medica.  
Chimica inorganica medica.  
Botanica e zoologia medicas.

*2ª serie*

Anatomia descriptiva.  
Histologia.  
Chimica organica e biologica.

*3ª serie*

Physiologia.  
Pharmacologia e arte de formular.  
Pathologia cirurgica.

*4ª serie*

Anatomia medico-cirurgica e comparada.  
Operações e appparelhos.  
Pathologia medica.

*5ª serie*

Anatomia e physiologia pathologica.  
Materia medica e therapeutica.  
Obstetricia.

*6ª serie*

*1ª parte :*

Medicina legal.  
Hygiene e mesologia.  
Pathologia geral e historia da medicina.

**2ª parte :**

Clinica cirurgica.

Clinica medica.

Clinica obstetrica.

**3ª parte:**

Defesa de theses.

Art. 21. Nas cadeiras a que se refere o paragrapho unico do art. 18 o alumno doutorando apresentará, no acto de requerer exame da 3ª serie, attestado de frequencia durante um anno no laboratorio de chimica analytica, além do de relatorios da analyse toxicologica a que tiver procedido por indicação do professor da cadeira; e, no acto de requerer exame da 6ª serie, attestados de igual frequencia em todas as clinicas especiaes no mesmo paragrapho classificadas.

Paragrapho unico. Todos os attestados a que se refere o artigo anterior serão passados pelo proprio cathedratco ou quem suas vezes fizer nas respectivas disciplinas.

Art. 22. As series de exames para os alumnos do curso de pharmacia em numero de tres, são :

*1ª serie*

Physica.

Chimica inorganica.

*2ª serie*

Botanica e zoologia.

Chimica organica e biologica.

*3ª serie*

Chimica analytica e toxicologia.

Pharmacologia.

Materia medica.

Art. 23. Nenhum alumno das Faculdades poderá requerer exame de uma serie sem estar habilitado em todas as cadeiras da serie anterior.

Paragrapho unico. No caso de inhabilitação em uma ou mais cadeiras da serie, a commissão examinadora marcará o prazo no qual o alumno poderá prestar novo exame dessas disciplinas.

Art. 24. As theses dos doutorandos serão escriptas sobre todas as materias do curso e constarão de uma dissertação sobre uma das cadeiras, á discrição do candidato, e de proposições sobre todas as outras.

Art. 25. Serão admittidos á primeira serie de exames de pharmacia os individuos que apresentarem certidões de approvação nos exames de portuguez, francez, arithmetica, algebra e geometria elementares e noções de trigonometria, elementos de physica, chimica e historia natural.

## CAPITULO IV

## DOS CURSOS ANNEXOS Á FACULDADE

Art. 26. Em cada Faculdade existirão annexos os cursos de parteira e de odontologia.

Art. 27. O Instituto Odontologico será dirigido pelo preparador do curso, profissional de nomeação do Governo, mediante concurso e indicação da congregação.

Art. 28. Além do preparador incumbido do ensino de prothese dentaria, haverá outro profissional contractado pelo director, com annuência da congregação, para o ensino da clinica odontologica, cuja sede será no proprio Instituto.

Art. 29. Esses funcionarios, embora auxiliares da commissão examinadora composta de tres lentes, não tomam parte no julgamento dos habilitandos nessa especialidade.

Art. 30. Os preparatorios da habilitanda á profissão de parteira são os seguintes : portuguez, francez ou inglez, arithmetica e geometria elementares.

Art. 31. Os preparatorios do habilitando ao curso de odontologia são os seguintes : portuguez, francez ou inglez, arithmetica, geometria elementar, physica e chimica.

Art. 32. Para obter o certificado de habilitação, a parteira passará pelos seguintes exames, dispostos em duas series :

*1ª serie*

Anatomia da bacia, descriptiva e topographica, e dos órgãos genito-urinarios, respeito á mulher.

Obstetricia, salvo a pathologia e a grande intervenção operatória.

*2ª serie*

Pratica do parto natural e a pequena intervenção obstetrica.

Art. 33. Para obter o titulo de cirurgião dentista, o candidato passará pelos seguintes exames, dispostos em duas series :

*1ª serie*

Anatomia, histologia, physiologia e hygiene dentarias.

*2ª serie*

Clinica e prothese dentarias.

## CAPITULO V

## DA HABILITAÇÃO DOS PROFISSIONAES ESTRANGEIROS

Art. 34. Os doutores em medicina e cirurgia, pharmaceuticos, dentistas e parteiras, formados ou diplomados no estrangeiro,

ficam obrigados a exames nas Faculdades para livre exercício no paiz.

Art. 35. No acto da primeira inscripção de exame deverão esses profissionaes apresentar á secretaria da Faculdade :

a) diplomas ou titulos originaes e, na falta por motivo plenamente justificado perante a congregação, documentos authenticos que os suppram ;

b) prova de identidade de pessoa, devidamente authenticada ;

c) prova de moralidade.

Art. 36. A habilitação para o exercício da medicina exigirá exames feitos na seguinte seriação :

1.<sup>a</sup> Sciencias physicas e naturaes ;

2.<sup>a</sup> Anatomia, physiologia e operações ;

3.<sup>a</sup> Clinicas geraes.

Art. 37. Quando esses profissionaes pretenderem obter o grão da Faculdade apresentarão ainda á defesa theses confeccionadas de accordo com o disposto no art. 24.

§ Só o poderão fazer, entretanto, tendo obtido a nota de approvados plenamente em todas as cadeiras daquellas series.

Art. 38. Os profissionaes estrangeiros que não forem doutores em medicina prestarão, para habilitarem-se ao exercício no paiz, os exames constantes das series dos respectivos cursos da Faculdade.

Art. 39. Os membros effectivos ou jubilados das instituições medicas do estrangeiro, acreditados no conceito da congregação da Faculdade, poderão ser dispensados de qualquer prova de habilitação afim de terem exercício profissional no paiz.

## CAPITULO VI

### DOS MEMBROS DO MAGISTERIO

Art. 40. Os membros do magisterio são os cathedraticos e seus substitutos, a titulo generico de professores da Faculdade.

Art. 41. O membro do magisterio é vitalicio.

§ Perderá, porém, o cargo, si for condemnado por crime infamante.

Art. 42. O membro do magisterio que, dentro de tres mezes a contar da sua nomeação, não entrar em exercício, deixando de justificar-se perante o Governo, perderá o logar, considerando-se de nenhum effeito a nomeação.

§ Incorrerá na mesma pena aquelle membro do magisterio que se ausentar da sede da Faculdade, durante o anno lectivo, sem licença do Governo, ou não motivar suas faltas por mais de tres mezes, perante a Directoria.

Art. 43. Dadas simultaneamente as vagas de cathedratico e de substituto de uma secção, a Faculdade tratará de preencher a do primeiro, si não houver na mesma secção cathedratico que peça transferencia, a juízo da congregação.

Art. 44. A permuta de logares entre os cathedraticos será permittida pelo Governo, havendo accordo entre os interessados e assentimento da congregação.

Art. 45. O membro do magisterio que não cumprir suas obrigações e não desempenhar o programma de ensino a seu cargo, salvo motivos plausiveis, a juízo da congregação, soffrerá a pena de suspensão, por espaço de tres mezes a um anno, imposta pelo Governo, precedendo proposta da Directoria.

Art. 46. Os membros do magisterio contam antiguidade para varios effeitos a datar da posse.

a) § Dada a hypothese de ser empossado mais de um funcionario no mesmo dia, se attenderá ás seguintes circumstancias: data do decreto de nomeação, data do diploma de doutor, a idade do funcionario.

Art. 47. O membro do magisterio considera-se jubilado aos 70 annos de idade.

a) § Poderá sel-o a requerimento, apresentando motivo ponderoso, a juízo do Governo.

b) § Sel-o-ha, independente do seu assentimento, por invalidez ou molestia, a juízo do Governo, precedendo proposta da Directoria, ouvida a congregação.

Art. 48. O membro do magisterio tem direito á jubilação com todos os vencimentos, depois de 30 annos de exercicio ; com o ordenado por inteiro aos 25 annos, e, si for jubilado antes deste prazo, proporcionalmente ao tempo que contar, na fôrma da lei.

Art. 49. Os lentes cathedraticos e substitutos, os secretarios e sub-secretarios, bibliothecarios e sub-bibliothecarios que tiverem bem cumprido suas funcções, terão direito a um acrescimo de 20 % dos vencimentos no fim de 10 annos de exercicio, mediante requerimento ao Governo ; os que tiverem concluido 20 annos de exercicio ou 30 annos de serviços geraes terão direito a mais 1/3 do vencimento inicial ; cabendo aos que tiverem mais de 30 annos de exercicio ou mais de 40 de serviços ao paiz o acrescimo de 50 % do vencimento primitivo.

Art. 50. Aos membros do magisterio se levará em conta como tempo de serviço effectivo para sua jubilação :

a) § O serviço de guerra ;

b) § O tempo que exigirem as sessões legislativas para os que forem eleitos senadores ou deputados ;

c) § Os cargos de presidente ou vice-presidente da Republica, de secretario de estado, de governador, de agente diplomatico extraordinario ;

d) § Comissões em proveito da sciencia e do ensino medico, autorizadas pelo Governo Federal ;



e) § O tempo de suspensão judicial por motivo crime, uma vez que o julgamento lhe for favorável ;

f) § Faltas por molestia provada, não excedendo a 60 por triennio ;

g) § Serviço publico gratuito e obrigatorio por lei.

Art. 51. O substituto é nomeado por decreto do Governo Federal, precedendo indicação nominal da congregação, depois de provadas em concurso suas habilitações, conforme as secções do art. 9º.

Art. 52. Os substitutos são promovidos a cathedraticos, por decreto do Governo Federal, à medida que se derem as vagas nas respectivas secções.

Art. 53. A carreira do magisterio é privilegio dos doutores pelas Faculdades da Republica.

a) § Nesta conformidade não ficam excluidos os medicos estrangeiros que passarem pelas seis series de exames do doutoramento e defesas de theses.

Art. 54. Os membros do magisterio são obrigados a leccionar pelos programmas adoptados annualmente pela congregação, cingindo-se rigorosamente ao regimen escolar.

Art. 55. Nenhum cathedratico é obrigado a leccionar materia estranha à sua cadeira.

Art. 56. Aos substitutos, além das funcções geraes do cargo, fica commettido o ensino especial das materias que nas respectivas secções comprehendem as series de exames dos cursos de parteiras e dentistas.

Art. 57. Ao membro do magisterio não é permittido entreter cursos particulares retribuidos, dentro ou fóra da Faculdade, sobre as disciplinas de que estiver incumbido officialmente.

Art. 58. O substituto accumula aos vencimentos do cargo a gratificação do cathedratico impedido.

§ O cathedratico terá direito a uma gratificação igual a dous terços dos vencimentos da cadeira que reger interinamente.

## CAPITULO VII

### DOS PREPARADORES, ASSISTENTES E INTERNOS DE CLINICA

Art. 59. O preparador é nomeado pelo Governo Federal, mediante concurso, a juizo da congregação.

Art. 60. Serve vitaliciamente, salvo causa especial allegada pelo lente cathedratico e julgada pela congregação, que a levará ao conhecimento do Governo.

Art. 61. Tem applicação aos preparadores o art. 42 relativo aos membros do magisterio.

Art. 62. Para o provimento dos cargos de preparador observar-se-ha o disposto nos arts. 188 a 191.

Paragrapho unico. Aos cargos de preparadores das cadeiras de sciencias physicas e naturaes poderão concorrer os individuos diplomados pelos cursos nacionaes de pharmacia.

Art. 63. O assistente de clinica é de nomeação do director, precedendo escolha do cathedratico.

Art. 64. Como pessoa da confiança do cathedratico, o assistente será conservado enquanto bem servir.

Art. 65. O internato de clinica é privilegio do alumno matriculado, da 4ª serie em diante.

Art. 66. O interno é de nomeação do director e escolha do cathedratico.

a) § Seu exercicio terminará ao prestar a defesa de theses.

b) § Sua função durará, enquanto servir a contento do cathedratico.

Art. 67. Como auxiliar do serviço da Maternidade, haverá uma parteira de provada habilitação, pessoa da confiança do cathedratico e nomeação do director.

## CAPITULO VIII

### REGIMEN ESCOLAR

Art. 68. O ingresso é livre nas aulas theoricas da Faculdade; nos laboratorios, porém, só é permitido ao alumno matriculado na serie respectiva.

§ Nas aulas de clinica, salvo aos alumnos matriculados ou livres, que houverem prestado exames da 2ª serie, o ingresso só é facultado aos doutores em medicina, com annuencia do cathedratico ou quem suas vezes fizer.

Art. 69. A inscripção de matricula abre-se a 15 de março.

§ Em caso de impedimento justificado, a inscripção poderá ser feita por procurador.

Art. 70. Os doutorandos se distinguem em alumnos matriculados e alumnos livres.

Art. 71. O alumno matriculado goza das seguintes regalias:

a) § Servir-se dosapparelhos e de tudo que for preciso nos laboratorios e clinicas para seus exercicios praticos;

b) § Preferencia na ordem dos exames;

c) § Direito aos premios da Faculdade.

Art. 72. O alumno matriculado é obrigado a frequentar os laboratorios, as clinicas medica, cirurgica, obstetrica e especiaes, em summa a assistir aos cursos praticos e tomar parte nos exercicios respectivos, respondendo ás arguições do professor ou quem suas vezes fizer.

Art. 73. Nenhum candidato, alumno livre ou matriculado e profissional estrangeiro, será admittido a exame sinão depois de paga no Thesouro Nacional a taxa respectiva ao acto.

Art. 74. Ao alumno matriculado ou livre se consente prestar tantas series de exames por anno, observando-se a ordem do art. 18, quantas requerer, contanto que seja approvado successivamente.

Art. 75. Quando soffrer alguma reprovação, poderá repetir o exame depois do prazo marcado pela commissão examinadora.

Art. 76. As pessoas que quizerem prestar exames das materias de uma ou mais series fóra da epoca a que se refere o art. 251 e se acharem nas condições legaes, farão para esse fim um requerimento ao director, juntando os necessarios documentos e certidão de haver pago a taxa de 80\$ por materia ou serie de materias.

Art. 77. Verificadas as condições legaes do peticionario, o director deverá admittil-o immediatamente á inscripção e marcar para o respectivo exame hora em que não se prejudiquem as aulas e os outros trabalhos da Faculdade.

Art. 78. Por este serviço extraordinario cada um dos examinadores receberá do Thesouro, por exame, a gratificação de 15\$000 e o secretario a de 5\$000.

Art. 79. O examinando que for reprovado na prova pratica não proseguirá o exame.

Art. 80. As provas de sufficiencia constantes da 6ª serie serão praticas; consistindo no exame dos doentes, apresentação, acto continuo, de uma observação por escripto e arguição immediata sobre os mesmos casos.

Art. 81. E' permittido, tanto ao alumno matriculado como ao livre, o requerer defesa de theses em qualquer epoca do anno, apresentando á secretaria 36 exemplares de suas theses, com antecedencia de quinze dias.

Art. 82. Não é permittida a transferencia dos alumnos matriculados de uma para outra Faculdade, sinão em casos excepcionaes, por motivo de força maior, a juizo da congregação.

Art. 83. Nos exames de profissional formado no estrangeiro se observarão as regras concernentes ao alumno livre, assim como as disposições do artigo precedente.

Art. 84. Respeito ás habilitandas ao officio de parteira, se exigirá :

a) § Frequencia nas cadeiras de obstetricia, e exercicios praticos de anatomia descriptiva e topographica, concernentes ao programma da 1ª serie de exames do curso respectivo.

b) § Um internato na Maternidade, pelo prazo de dous annos, terminando por um exame pratico.

Art. 85. E' igualmente obrigatoria aos examinandos em odontologia a frequencia no instituto odontologico, provada com attestado do profissional incumbido dos trabalhos de clinica e prothese.

## CAPITULO IX

### ADMINISTRAÇÃO

Art. 86. O director terá como auxiliares da administração os seguintes funcionarios:

O secretario.

O sub-secretario.  
O bibliothecario.  
O sub-bibliothecario.  
O chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anatomo-pathologico.

Amanuenses em numero de tres.

Bedeis em numero de cinco.

Continuos em numero de tres.

Conservadores em numero de 17.

O porteiro.

Art. 87. São funcionarios providos por decreto do Governo Federal o secretario e o bibliothecario.

Art. 88. Os funcionarios de que trata o artigo precedente serão doutores em medicina pelas Faculdades da Republica e bem assim o sub-bibliothecario, o sub-secretario e o directo do museo.

Art. 89. Na vaga dos logares de secretario e bibliothecario terão accesso o sub-secretario e o sub-bibliothecario.

Art. 90. Os demais empregados enumerados no art. 86 são nomeados por portaria do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, sob indicação do director.

Art. 91. Salvo os conservadores, que, como pessoas da confiança immediata do director, são de sua escolha e nomeação.

Art. 92. Os empregados do corpo administrativo tem direito à aposentadoria, com todos os vencimentos no fim de trinta annos de exercicio effectivo, e antes deste prazo com os vencimentos proporcionaes ao tempo de serviço, na fórma da lei.

Art. 93. Para o serviço interno da Faculdade o director admittirá, como auxiliares do porteiro, os serventes que forem precisos.

## CAPITULO X

### DA CONGREGAÇÃO

Art. 94. Os membros do magisterio se reunirão sob a presidencia do director, em sessão ordinaria, no primeiro dia de cada mez, e extraordinariamente quando for preciso.

Art. 95. O substituto não tomará parte nas discussões e votações que entenderem com o regimen das substituições.

Art. 96. A' congregação compete:

a) Designar o substituto que deve ser promovido a cathedra-tico, à medida que se derem as vagas, guardadas as fórmãs estatuidas;

b) Julgar os concursos aos logares de substituto ou de preparador e escolher o candidato mais habilitado, observando o disposto nos estatutos;

c) Regular as substituições nos impedimentos dos cathedra-ticos;

d) Processar e julgar as infracções dos estatutos, commettidas pelos membros do magisterio, seus auxiliares e os alumnos ;

e) Aconselhar a Directoria sobre materia que não esteja esta-tuida ;

f) Resolver sobre quaesquer questões de ensino ;

g) Offerecer á consideração do Governo as modificações dos estatutos, que entender necessarias ao melhoramento do ensino ;

h) Eleger todas as commissões que não forem de mera forma-lidade.

Art. 97. Compete-lhe a distribuição de premios, assim como a designação dos membros do magisterio para investigações scien-tíficas e viagens ao estrangeiro.

Art. 98. E' de sua attribuição conceder licença para cursos particulares no edificio da Faculdade, apreciando as condições de idoneidade do pretendente e seu programma de ensino.

Art. 99. Dous dias depois de findos os exames terá logar a sessão de encerramento dos trabalhos da Faculdade, afim de a con-gregação nomear uma commissão para rever o horario das aulas e uniformizar os programmas do proximo anno lectivo, eleger o redactor da memoria historica, da Faculdade e conferir os pre-mios escolares.

Art. 100. No dia 15 de março terá logar a sessão de aber-tura dos trabalhos da Faculdade, cumprindo á congregação approvar o horario das aulas, os programmas de ensino, a me-moria historica, e eleger a redacção da revista dos cursos da Faculdade.

Art. 101. Nesse mesmo acto, ou no dia immediato, a congrega-ção nomeará os substitutos que devem reger as cadeiras cujos proprietarios estiverem impedidos, assim como lhes designará as funcções complementares, observando as disposições do art. 56, de conformidade com os programmas.

Art. 102. As decisões da congregação serão publicadas sem demora com o expediente da Directoria.

Art. 103. As decisões da congregação e de suas commissões, quaesquer que sejam os actos escolares, serão votadas nominal-mente.

Art. 104. Si na sessão da congregação o professor se portar de modo irregular, o director o advertirá, e si reincidir, o con-vi-dará a retirar-se ; em ultimo caso, levantará a sessão, dando de tudo conhecimento ao Governo.

Art. 105. O professor que tomar parte nas sessões de congre-gação, ou em qualquer commissão escolar, não deixará de votar, salvo impossibilidade absoluta.

Art. 106. As faltas dos professores ás sessões de congregação serão contadas como as que derem nas cadeiras.

Art. 107. As sessões da congregação durarão o tempo neces-sario para se resolver os assumptos da ordem do dia.

Art. 108. Quando algum membro da congregação tenha de sub-metter á discussão materia estranha á ordem do dia, fal-o-ha antes de se encerrar a sessão.

## CAPITULO XI

## DO DIRECTOR

Art. 109. No impedimento do director e do vice-director, servirá o cathedratico mais antigo.

Art. 110. Ao director devem ser endereçadas a correspondencia official, petições, etc.

Art. 111. O director preside os actos da congregação, assim como os trabalhos das commissões em que figurar na qualidade de professor.

Art. 112. Ao director ou quem o substituir incumbe :

- a) § Assignar todos os termos e decisões da congregação ;
- b) § Convocar a congregação, ordinaria e extraordinariamente, sempre que julgar necessario ou lhe for requerido, com urgencia e declaração de motivo plausivel, para algum membro do magisterio ;
- c) § Dirigir os trabalhos da congregação, decidindo sobre as questões de ordem que se suscitarem ;
- d) § Nomear as commissões de mera formalidade ;
- e) § Dar cumprimento ás decisões da congregação, salvo havendo evidente infracção dos estatutos, e neste caso communicar o occorrido ao Governo.

Art. 113. Como órgão da congregação, compete ao director :

- a) § Inspeccionar os exercicios escolares, visitando as aulas, os laboratórios, as clinicas, sempre que entender ;
- b) § Submetter ao juizo da congregação toda e qualquer infracção em que incorrerem os membros do corpo docente, seus auxiliares e os alumnos da Faculdade.

Art. 114. Propór ao Governo as medidas que julgar conducentes de melhoramentos da Faculdade, na parte economica e administrativa.

Art. 115. Suspender até oito dias, com desconto ou privação dos vencimentos, os conservadores, amanuenses, porteiro, bedéis, continuos e serventes, quando commettam alguma falta, e conceder licenças até 15 dias aos mesmos empregados.

Art. 116. Representar ao Governo contra as faltas em que, no cumprimento de seus deveres, incorrerem o secretario, o sub-secretario, o bibliothecario, sub-bibliothecario e o director do museo.

Art. 117. Compete ao director organizar o orçamento annual das despesas da Faculdade, sujeitando-o á approvação do Governo.

Art. 118. A correspondencia do director com os membros do corpo docente e destes entre si será feita por escripto.

Art. 119. O director é o canal de representação ao Governo, para os funcionarios do corpo docente e do corpo administrativo, assim como para os alumnos da Faculdade.

## CAPITULO XII

## EXERCICIO DOCENTE

Art. 120. Cada lente ou quem o substituir deverá apresentar na sessão da congregação do ultimo dia de novembro uma exposição do modo segundo o qual desempenhou o seu programma e das circumstancias mais notaveis que occorreram na cadeira a seu cargo, notando a frequencia média dos alumnos e nomeando os mais applicados e distinctos.

§ Outrosim apresentará o programma de ensino para o proximo anno lectivo.

Art. 121. Os cathedraticos e seus substitutos darão tantas prelecções quantas lhes forem marcadas nos programmas, cingindo-se ao horario escolar.

Art. 122. Além das prelecções, os cathedraticos ou seus substitutos darão as lições praticas que o ensino requerer, segundo o programma de cada cadeira.

Art. 123. As prelecções e os exercicios praticos devem ser em dias alternados, particularmente nas cadeiras de clinicas.

Art. 124. Nos exercicios dos laboratorios e clinicas, o cathedratico, ou quem suas vezes fizer, dividirá os alumnos em turmas, que alternativamente se applicarão ao trabalho que lhes for especificado.

Art. 125. Nas sessões ordinarias da congregação, o professor encarregado de curso pratico apresentará, sob sua responsabilidade, o summario dos trabalhos executados nos laboratorios e clinicas, com o mappa da frequencia e aproveitamento dos alumnos.

Art. 126. No impedimento ou vaga do substituto, os cathedraticos da respectiva secção serão convidados a supprir os logares, por ordem de antiguidade.

§ No caso que os designados não acceitem a interinidade, a congregação resolverá como julgar mais acertado.

Art. 127. Além de supprirem as faltas dos cathedraticos, os professores substitutos são obrigados a fazer cursos complementares, conforme determinar a congregação, sem prejuizo daquella attribuição.

§ A congregação attenderá quanto possivel à conveniencia do substituto percorrer na roda dos annos as cadeiras da secção respectiva.

Art. 128. Quando em qualquer secção se derem impedimentos ou vagas de cathedraticos em numero superior ao dos substitutos, deve-se observar o disposto no art. 126.

Art. 129. São incumbencias do preparador :

a) § Dispor quanto for necessario para demonstrações em aula e investigações do cathedratico ou quem o substituir ;

b) § Exercitar os alumnos no manejo dos instrumentos ;

c) § Dirigir os exercícios práticos, segundo as instruções do professor da cadeira.

Art. 130. O preparador deve apresentar-se no laboratório antes de chegar o professor e só retirar-se ao findar o tempo preciso para os exercícios dos alumnos.

Art. 131. No ultimo dia de cada mez o preparador apresentará ao professor o summary dos trabalhos executados pelos alumnos sob sua direcção, descrevendo as occurrencias mais notaveis, acompanhado do mappa de frequencia e participação dos alumnos nos exercícios práticos.

Art. 132. No impedimento do preparador, o director nomeará quem o substitua interinamente, dentre os funcionarios da mesma classe, tendo as conexões das cadeiras, conforme as secções dos substitutos.

Art. 133. Ao assistente de clinica compete:

a) § Fazer todas as manhãs a visita aos doentes, antes da chegada do professor, a fim de lhes communicar as occurrencias do serviço;

b) § Inscrever no registro das observações as considerações importantes que forem suscitadas, mencionando systematicamente as particularidades de cada caso morbido;

c) § Adestrar os alumnos no exame dos doentes;

d) § Prescrever o que for conveniente ao doente, na ausencia do professor;

e) § Praticar curativos e as operações de urgencia, na ausencia do professor, ou quando este determinar;

f) § Visitar a enfermaria mais de uma vez no dia, quando o professor ordenar.

Art. 134. O assistente de clinica, á parte as attribuições consignadas no artigo precedente, não substitue o professor.

Art. 135. O interno de clinica é obrigado:

a) § A comparecer nas enfermarias antes da chegada do professor e desempenhar as incumbencias que lhe forem affectas, dia a dia, pelo assistente;

b) § A visitar as enfermarias ao anoitecer, desempenhando as ordens que lhe forem dadas, na visita da manhã, pelo assistente;

c) § A pernoitar no hospital onde tiverem exercicio;

d) § A acudir, a qualquer hora da noite, as occurrencias do serviço a seu cargo;

e) § Estar de plantão aos doentes graves, observando as instruções do assistente de clinica.

Art. 136. O professor designará o interno mais habilitado, a titulo de co-assistente, a supprir as faltas eventuaes do assistente.



## CAPITULO XIII

## DO ENSINO LIVRE

Art. 137. São permittidos nas salas da Faculdade, com audiência da congregação e inspecção da Directoria, cursos particulares, gratuitos ou remunerados.

§ São excluidos desta permissão, as clinicas, os gabinetes e laboratorios, salvo o theatro das disseccções cadavericas, concedendo a Directoria, sem prejuizo do ensino official, os cadaveres que forem precisos para o estudo da anatomia descriptiva, medico-cirurgica, pathologica e a pratica de operações.

Art. 138. Os professores livres com exercicio no edificio da Faculdade devem ser doutores em medicina, formados ou licenciados pelas Faculdades da Republica, conforme o disposto nos arts. 34 a 39.

Art. 139. O professor livre deverá apresentar, no começo do anno lectivo, à congregação o programma do seu curso, além do que se lhe designe logar e hora para executal-o.

Art. 140. O professor livre responde pelas despezas, perdas e damnos que causar à Faculdade, assim como se obriga a gratificar o porteiro e serventes que requisitar pelos serviços extraordinarios destes empregados.

Art. 141. Ao professor livre que encerrar seu curso antes de satisffeito o programma, salvo motivo plausivel, a juizo da congregação, não será permittido reabril-o no edificio da Faculdade.

Art. 142. A permissão para entreter curso no edificio da Faculdade não constitue titulo de que o particular possa usar, nem lhe confere regalia alguma official.

## CAPITULO XIV

## DOS EXAMES

Art. 143. No acto da inscripção de exame em qualquer serie estabelecida por estes estatutos o alumno apresentará attestado de frequencia nos respectivos cursos praticos, officiaes ou livres, autorizados pela congregação.

a) para o alumno do curso medico, o attestado deverá referir-se à frequencia de um anno nas seguintes cadeiras : physica medica, chimica inorganica, pharmacologia, chimica organica e biologica, chimica analytica e toxicologia, botanica e zoologia medicas, histologia, physiologia, anatomia medica-cirurgica e comparada, operações eapparelhos, anatomia e physiologia pathologicas, materia medica e therapeutica, medicina legal, hygiene e mesologia e em todas as clinicas especiaes ; e de dous annos nas de anatomia descriptiva e de clinicas geraes medica,irurgica e obstetrica.

b) para os alumnos do curso de pharmacia o attestado deverá referir-se à frequencia de um anno nos cursos praticos das cadeiras de physica, chimica inorganica, botanica, zoologia, chimica organica e biologica e materia medica; e de dous annos nos das de chimica analytica e toxicologia e de pharmacologia.

Art. 144. Na inscripção de exame para as clinicas o alumno apresentará, além dos attestados de frequencia, uma observação sobre um caso de cada clinica das Faculdades.

Art. 145. As mesas de exames serão constituidas pelos professores ou quem os substituir, conforme as cadeiras designadas na serie.

§ Só na falta do cathedratico ou quem suas vezes fizer serão chamados outros membros do magisterio, afim de completar a mesa.

Art. 146. O exame em cada serie constará de tres provas : escripta, pratica e oral.

Art. 147. O exame pratico consistirá na solução de questões technicas, sobre toda disciplina que comportar exercicios praticos.

a) § Para esse fim a mesa examinadora formulará, cada dia, listas de 10 pontos, que serão sorteados, um para cada examinando.

b) § Si os exames se realizarem em dias successivos, os pontos praticos variarão quanto possivel de dia para dia.

c) § Os assumptos, o tempo e o modo de realizar o examinando as provas praticas ficam ao arbitrio da mesa examinadora.

Art. 148. A prova escripta precederá as outras, podendo servir de motivo ás arguições.

§ 1.º Os pontos da prova escripta, em numero de 10 para cada cadeira, serão tiradas á sorte discriminadamente pelo examinando.

§ 2.º Observar-se-ha quanto possivel, em relação aos pontos desta prova, o disposto nos paragraphos *a, b e c* do artigo antecedente.

§ 3.º As provas serão no mesmo dia annotadas e subscriptas por todos os examinadores.

Art. 149. Na prova oral o candidato será arguido nunca mais de quinze minutos por cada um dos professores presentes, cada qual sobre a materia a seu cargo.

Art. 150. O julgamento, tanto das provas praticas como escriptas e oraes, será collectivo e a votação nominal, sobre cada uma das disciplinas da serie.

Art. 151. O candidato que não comparecer a algumas das provas, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado perante a Directoria, perderá a inscripção.

Art. 152. Haverá exame pratico em todas as cadeiras que tem laboratorios, excepto na de chimica analytica e toxicologia para os alumnos do curso medico.

Art. 153. Além das disciplinas mencionadas no artigo precedente, são objecto de exame essencialmente pratico as clinicas geraes.

Art. 154. Será considerado reprovado o examinando que não obtiver da mesa examinadora a maioria dos votos sobre cada disciplina de per si. Terá a nota de approvado plenamente, si obtiver o voto dos examinadores, sem discrepancia, sobre todas as disciplinas da serie ; no caso contrario, terá a nota de approvado simplesmente.

§ 1.º Ao alumno approvado plenamente será conferida a nota de distincção, por proposta de algum membro da mesa e acceitação unanime.

§ 2.º No caso de empate, prevalece a opinião mais favoravel ao examinando.

Art. 155. Nos exames de clinica, constantes da 6ª serie, responderá o examinando sobre um caso de clinica medica de adultos, outro de clinica cirurgica, um terceiro de clinica de partos.

§ Consistirá o acto na exploração dos pacientes na presença dos examinadores ; redacção em seguida de observações a proposito ; por fim arguição immediata sobre os casos.

Art. 156. As mesas examinadoras de clinica procederão de modo que os casos escolhidos para prova sejam sempre novos, á medida que se succederem as turmas de examinandos.

Art. 157. A mesa examinadora será presidida pelo cathedratico mais antigo, que decidirá sobre as questões de ordem, observando os estatutos.

§ Ao presidente cumpre levar ao conhecimento da congregação, por intermedio da Directoria, qualquer irregularidade que haja observado no acto de exame.

Art. 158. As mesas examinadoras de theses serão constituidas cada qual por cinco professores, eleitos pela congregação. Das de clinica farão parte, os professores de clinica medica, os de clinica cirurgica, o de clinica obstetrica.

Art. 159. Nos exames de theses, o julgamento versará não só sobre o merito do trabalho, como sobre os conhecimentos que o candidato revelar com o defendel-a.

§ Nesta conformidade se procederá á votação, observando-se o disposto no art. 150.

## CAPITULO XV

### DAS THESES E COLLAÇÃO DE GRÃO

Art. 160. Prestadas todas as series de exames, na ordem em que são mencionadas, o candidato é obrigado a defender theses, a fim de obter o grão de doutor em sciencias medico-cirurgicas.

Art. 161. A these não é sujeita a censura prévia.

Art. 162. A rejeição da these importa a obrigação do donto-

rando apresentar outra sobre assumpto diverso da primeira, em prazo nunca menor de tres mezes.

Art. 163. Depois de approvado na defesa de theses, o candidato receberá o grão de doutor em sciencias medico-cirurgicas, perante a congregação, em acto solemne e publico.

Art. 164. O doutorando é obrigado a apresentar 100 exemplares de suas theses afim de receber o diploma.

## CAPITULO XVI

### DOS PREMIOS E DAS PENAS ESCOLARES

Art. 165. De quatro em quatro annos a congregação tratará de conceder o premio de viagem ao alumno matriculado mais notavel entre aquelles que obtiverem a nota de — approvado com distincção nos exames de clinica e na defesa de theses durante esse tempo, levando-se em conta, em igualdade de circumstancias, todos os precedentes escolares dos premiandos.

§ A Directoria officiará ao Governo, afim de solicitar os meios pecuniarios que forem precisos.

Art. 166. De conformidade com as inclinações scientificas do premiado, a congregação lhe marcará o itinerario e o programma de seus estudos, obrigando-se elle a desempenhar do melhor modo a sua commissão, da qual dará conta em relatorio detallado.

Art. 167. Ao premiado que relatar suas excursões, mostrando por seus escriptos, a juizo da congregação, que bem mereceu o premio de viagem, será conferido ao terminal-a o titulo de laureado da Faculdade.

Art. 168. Além do premio de viagem, a congregação concederá mais as seguintes distincções :

§ Premios Gunning, Dr. Manoel Feliciano e Alvarenga, segundo as instrucções estabelecidas pelos instituidores.

§ O titulo de laureado ao interno de clinica que tiver nota de distincção na 6ª serie e houver desempenhado o internato com louvores do professor da cadeira.

§ Pantheon, ou galeria de photographias dos alumnos matriculados, distinctos pelo talento, applicação e comportamento moral, conforme o balanço de suas notas escolares.

Art. 169. O Governo concederá a impressão gratuita de theses na Imprensa Nacional, aos cinco mais distinctos doutorandos da Faculdade, por seu talento, applicação e virtudes, sob designação da congregação no fim de cada anno.

Art. 170. O alumno que proceder mal no edificio da Faculdade será passivel, conforme a gravidade do delicto, a juizo da congregação, das seguintes penas:

- a) § Perda da inscripção de matricula ;
- b) § Suspensão de exame de tres mezes a dous annos ;
- c) § Exclusão dos premios escolares ;
- d) § Expulsão da Faculdade.

## CAPITULO XVII

## DAS COMMISSÕES DE PROFESSORES, EM PROVEITO DO ENSINO

Art. 171. A Faculdade designará, quando a congregação resolver, de accordo com o Governo, um de seus membros para estudar nos paizes estrangeiros os progressos realizados na organização e systema de ensino nos institutos analogos, para o que ser-lhe-hão dadas todas as instrucções.

Art. 172. O commissario deverá apresentar ao terminar a tarefa um relatório circumstanciado do como se houve; cumprindo-lhe mais, enquanto durar a commissão, fornecer as informações que a Directoria lhe pedir, respeito a quaesquer questões que possam interessar a Faculdade, comprehendidas nas instrucções que levar.

Art. 173. O professor que, salvo motivo plausivel e devidamente comprovado, não desempenhar sua commissão a contento da congregação, será responsabilisado na fórma do art. 45.

## CAPITULO XVIII

## DOS CONCURSOS

Art. 174. O prazo da inscripção para o concurso de substituto será de quatro mezes, precedendo annuncio pelos jornaes.

Art. 175. Todo cidadão formado pelas Faculdades da Republica e no gozo de seus direitos civis e politicos, pôde se inscrever a concurso.

a) § No acto da inscripção o candidato apresentará á Directoria da Faculdade seu diploma ou publica-fórma do mesmo e quaesquer publicações ou titulos scientificos ;

b) § No impedimento do candidato, a inscripção poderá ser feita por procurador.

Art. 176. Havendo um só candidato á vaga, si, antes de começarem as provas, for elle acommettido de molestia, a congregação poderá adiar o concurso pelo tempo que julgar conveniente ; quando porém houver mais de um candidato inscripto, o adiamento não excederá de oito dias.

Art. 177. Começado o concurso, o candidato que não comparecer a qualquer prova, ou se retirar em meio della, ainda que seja por motivo de molestia, perderá todo o direito.

Art. 178. No dia seguinte ao encerramento da inscripção haverá uma prova escripta.

§ Esta prova, sobre um ponto tirado á sorte, consistirá em um trabalho escripto no espaço de tempo não excedente a seis horas, a portas fechadas, sem livro de consulta, e sob a fiscalização rigorosa de dous membros do magisterio nomeados pela congregação, os quaes, de hora em hora, alternarão com outros tantos.

§ Os pontos sobre que versarão as provas escriptas entrarão na urna em numero de dez de cada cadeira da secção respectiva ao logar vago, excepto as de clinica.

§ Os pontos serão organizados de momento pelos cathedra-ticos da secção, na presença da congregação, que os discutirá e modificará como entender.

Art. 179. Terminada a prova escripta, será rubricado cada trabalho por todos os candidatos, os dous membros do magisterio que houverem fiscalizado o acto durante a ultima hora, e o director da Faculdade; em seguida encerradas em uma urna a tres chaves, sendo clavicularios o director e os dous membros do magisterio de plantão na ultima hora.

Art. 180. Além da prova escripta, o candidato é obrigado a das outras na seguinte ordem :

a) § Prova oral sobre uma das cadeiras da secção ;

b) § Provas praticas sobre as materias affectas a todas as cadeiras da secção, inclusive as de clinica ;

c) § Defesa de theses;

d) § Arguição sobre os assumptos das provas oral e escripta, pelos lentes das cadeiras sobre as quaes versarem aquelles assumptos.

Art. 181. A prova oral, que durará uma hora, será feita sobre um ponto tirado á sorte com 24 horas de antecedencia.

§ Em primeiro logar a congregação sorteará a cadeira sobre que deverá versar esta prova ; depois os cathedra-ticos da secção respectiva organizarão uma lista de vinte pontos, dentre os quaes o primeiro candidato inscripto tirará á sorte.

Art. 182. Os pontos de prova pratica, em numero de dez para cada cadeira, consistirão em questões technicas e serão tirados á sorte. Do mesmo modo será sorteado para prova de clinica de cada cadeira um doente, dentre cinco escolhidos adrede.

Art. 183. A organização de pontos para a prova pratica, ou a escolha dos doentes para a prova de clinica, será feita por uma commissão composta dos cathedra-ticos da secção, ouvida a congregação, á qual será communicado por escripto o juizo medico formulado sobre os doentes escolhidos para assumpto do concurso.

Art. 184. As theses constarão de uma dissertação sobre qualquer cadeira da secção e proposições em numero de tres sobre cada cadeira da Faculdade.

a) § As theses serão entregues em numero de 100 á Directoria no dia do encerramento da inscripção ;

b) § O candidato que não satisfizer as condições deste artigo considera-se excluido do concurso.

Art. 185. As theses serão arguidas pelos concurrentes entre si.

a) § Havendo um só candidato á vaga, será a these arguida por uma commissão composta dos cathedra-ticos da secção ou quem os substituir ;

b) § Cada concorrente arguirá por espaço de meia hora ;

c) § Cada membro do magisterio terá o mesmo tempo para arguir o candidato, na hypothese do paragrapho a).

Art. 186. Na defesa de theses se respeitará a ordem da inscrição.

Art. 187. Os pontos para prova escripta, oral e pratica devem ser os mesmos para todos os concurrentes; do mesmo modo será sorteado um caso clinico para todos os candidatos.

Art. 188. Toda e qualquer prova de concurso se effectuará perante a maioria dos membros do magisterio em sessão publica da congregação.

§ Os membros do magisterio que não estiverem em gozo de licença ou com participação de molestia, são obrigados a acompanhar todas as phases do concurso, sob pena de responsabilidade, segundo o art. 45.

Art. 189. O julgamento do concurso se fará acto continuo á leitura da prova escripta.

Art. 190. O voto do membro do magisterio, que não houver assistido a qualquer das provas, salvo a leitura da escripta, será tomado em separado, não influindo no julgamento do concurso.

Art. 191. No dia do encerramento da inscrição ao concurso, para preenchimento do logar de preparador, a congregação nomeará uma commissão de cinco membros, para formular os pontos sobre que deverão versar as provas, a saber:

§ Prova escripta sorteada entre vinte pontos, dando-se o tempo de tres horas para esse fim.

§ Prova pratica especial ao laboratorio affecto ao cargo, marcando a congregação o tempo que for necessario para execução do trabalho.

§ Prova oral sobre um assumpto concernente ao cargo, sorteado dentre vinte pontos, com vinte e quatro horas de antecedencia.

Art. 192. Em tudo que for applicavel ao concurso de preparador, as formalidades serão as mesmas estabelecidas para o concurso de substituto, desde que não esteja explicita disposição em contrario.

Art. 193. No dia immediato á conclusão dos concursos, a Directoria levará ao conhecimento do Governo o resultado, segundo o resolvido pela congregação, cumprindo-lhe informar no tocante ao preenchimento das formalidades legais.

Art. 194. No concurso para o cargo de chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anatomo-pathologico se observarão as seguintes disposições:

a) No acto da inscrição, o candidato deverá apresentar uma peça anatomica secca, que será classificada pela commissão examinadora;

b) Exibição de seu diploma e de quaesquer titulos que comprovem sua idoneidade e moralidade.

Art. 195. O concurso para aquelle cargo será feito perante uma commissão composta dos cathedricos de anatomia descriptiva, anatomia medico-cirurgica e comparada, anatomia e physiologia pathologicas, histologia, clinicairurgica e patho-

logia cirurgica, sob a presidencia do mais velho, servindo o mais moço de secretario.

Art. 196. O concurso constará de quatro provas praticas, feitas em dias successivos e na seguinte ordem: 1º, anatomia descriptiva; 2º, anatomia medico-cirurgica e comparada; 3º, anatomia pathologica; 4º, histologia.

Art. 197. Para a execução destas provas disporá o candidato do tempo que for marcado pela commissão.

Art. 198. Após a execução de cada prova, o candidato, em breve dissertação, fará a exposição do processo seguido e a demonstração da preparação feita.

Art. 199. Terminadas as provas, completa-se o processo do concurso apresentando a commissão relatorio circumstanciado á congregação, das occorrencias havidas e do julgamento final, procedendo-se em seguida de conformidade com o art. 193.

## CAPITULO XIX

### DOS INSTITUTOS DE ENSINO PRATICO

Art. 200. Os laboratorios são exclusivamente destinados á instrucção pratica dos alumnos matriculados e aos estudos dos cathedricos ou quem os substituir, auxiliados pelos preparadores, afim de armarem demonstrações das cadeiras respectivas e adeantarem factos novos á sciencia.

§ No gabinete do cathedratico só terão ingresso os alumnos mais distinctos, sob sua permissão.

Art. 201. Nos laboratorios e clinicas o cathedratico, ou quem suas vezes fizer, considera-se um auxiliar immediato do director, no tocante ao regimen escolar e policiamento dos alumnos.

§ Ao cathedratico fica subordinado o preparador e a ambos o conservador, respeito ao exercicio de cada um.

Art. 202. Nenhum objecto poderá ser retirado do laboratorio sinão sob responsabilidade do cathedratico ou permissão expressa do director.

Art. 203. Pelas perdas e damnos occurrentes no laboratorio fica immediatamente responsavel o conservador, a juizo do director, a quem communicará incontinentemente o occorrido.

Art. 204. Num livro especial serão apontadas as faltas dos alumnos matriculados, subscriptas dia a dia pelo cathedratico ou quem o substituir, tanto nos laboratorios como nas clinicas.

Art. 205. Ao preparador incumbe fazer os pedidos em livro de talões, para occorrer ás necessidades do laboratorio e dar entrada em livro especial ao fornecimento.

§ A mesma attribuição terão os assistentes de clinica.

Art. 206. Ao conservador cumpre balancear no fim de cada mez os materiais do laboratorio e prestar informações á Directoria.

Art. 207. Ao professor e auxiliar da cadeira de chimica analytica incumbe o encargo de proceder ao exame das visceras, etc. que lhe forem enviadas pelo professor de medicina legal,



não só como elemento de ensino daquella cadeira, mas também como instrucções judiciais.

§ Nesta conformidade deverá communicar ao professor de medicina legal o resultado das suas analyses toxicologicas.

Art. 208. Ao laboratorio de anatomia pathologica, a cargo da cadeira deste nome, ficam affectas as autopsias de todos os cadaveres provenientes das cadeiras de clinica, sob a direcção do professor de anatomia pathologica ou de seus auxiliares.

§ 1.º Será facultado ao professor de medicina legal ou quem suas vezes fizer, à testa de pequenas turmas de alumnos, o proceder na chefatura de policia, ou onde lhe for designado pela autoridade policial, aos exames medico-legaes de caracter tanatologico ou biologico.

§ 2.º Ao professor da cadeira, ou quem o substituir neste mister, cumpre fornecer relatorios e todos os esclarecimentos que a autoridade policial exigir, respeito aos exames tanatologicos ou biologicos em que tomar parte.

Art. 209. O serviço externo da cadeira de medicina legal será regulamentado entre os Ministerios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos e dos Negocios da Justiça.

Art. 210. O museo destina-se ao ensino de todas as cadeiras da Faculdade, com particularidade ás de anatomia normal e pathologica e medicina legal, cujas secções devem ter o maior desenvolvimento.

Art. 211. Ao chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anatomo-pathologico cumpre organizar os catalogos e providenciar para a conservação em boa ordem de todas as peças colleccionadas.

Art. 212. Farão parte das colleções do museo, das peças preparadas pelos alumnos, aquellas que forem julgadas pela congregação dignas desse destino, e bem assim os objectos offerecidos á Faculdade.

Art. 213. Enquanto for necessario ao engrandecimento do museo, o director da Faculdade incluirá annualmente no orçamento da Faculdade os vencimentos de um modelador em cera, cujos trabalhos serão executados segundo as instrucções dos cathedromaticos.

Art. 214. O museo da Faculdade pôde ser visitado mediante licença do director.

Art. 215. Nenhum objecto poderá ser retirado do museo, sinão á requisição dos professores para demonstrações em aulas, precedendo licença do director.

## CAPITULO XX

### DA MEMORIA HISTORICA, RELATORIO DA DIRECTORIA E REVISTA DOS CURSOS DA FACULDADE

Art. 216. O professor eleito para redigir a memoria historica, salvo caso de força maior, não poderá esquivar-se ao cumprimento deste dever, sob pena de responsabilidade, segundo o art. 45.

Art. 217. Este trabalho consistirá na exposição de todas as occurrencias escolares, respeito ao corpo docente e marcha do ensino.

Art. 218. Todos os cathedraticos ou quem os substituir são obrigados a concorrer com informações parciaes para instrucção da memoria historica.

Art. 219. A medida que expuzer os factos, o redactor fará os commentarios que entender.

Art. 220. Os actos do Governo e os da Directoria, no tocante á administração e economia da Faculdade, não constituem materia da memoria historica.

Art. 221. A memoria historica, tanto na substancia como na forma, é sujeita a emendas da congregação.

Art. 222. O director apresentará annualmente um relatório circumstanciado, respeito ao movimento dos funcionarios do corpo docente e administrativo e á economia da Faculdade.

Art. 223. A revista dos cursos da Faculdade constituirá um volume por anno, sob a redacção de uma commissão de cinco membros do magisterio eleitos na primeira sessão annual da congregação.

§ Sob pena de responsabilidade, nenhum membro do magisterio poderá eximir-se deste encargo.

Art. 224. Todos os cathedraticos, ou quem os substituir, devem contribuir naquillo que for possivel para a revista annual dos cursos da Faculdade.

Art. 225. A revista dos cursos praticos será distribuida gratuitamente aos internos de clinica e vendida por metade do preço aos alumnos matriculados.

§ Ella será objecto de permuta com as revistas medicas do paiz ou do estrangeiro, á discreção do bibliothecario.

## CAPITULO XXI

### DA BIBLIOTHECA

Art. 226. Em cada Faculdade haverá uma bibliotheca, comprehendendo todas as obras, revistas, etc. que tenham relação com as materias professadas nos cursos geral, accessorio e profissional.

Art. 227. Nella serão archivadas as theses de doutoramento e de concursos, memorias historicas e relatorios das directorias das Faculdades.

Art. 228. A bibliotheca destina-se não só aos professores e a alumnos da Faculdade, como ao publico.

§ Estará aberta todos os dias uteis das 9 ás 3 horas da tarde e das 6 ás 9 da noite.

Art. 229. A bibliotheca terá os seguintes catalogos:

- a) § Systematico por materias ;
- b) § Alphabetico por autores ;

c) § Especial de theses, segundo as classificações dos §§ a) e b);

d) § Especial de revistas e gazetas por ordem alphabetica.

Art. 230. Os catalogos serão annualmente modificados de sorte a acompanhar *pari passu* o desenvolvimento da bibliotheca.

Art. 231. O pessoal da bibliotheca consta de :

Bibliothecario ;

Sub-bibliothecario ;

Um bedel, que fará o officio de guarda da bibliotheca ;

Dois serventes.

Art. 232. Ao bibliothecario incumbem a fiscalização do serviço interno da bibliotheca, a organização e modificação dos catalogos, a correspondencia com as demais bibliothecas da Republica e dos paizes estrangeiros, a escolha de livros, etc. necessarios ao ensino da Faculdade, a permuta de theses, jornaes, etc., a direcção da publicação da revista dos cursos da Faculdade.

Art. 233. Ao sub-bibliothecario cumpre auxiliar o bibliothecario em todos os seus misteres, substituindo-o nos impedimentos.

Art. 234. Ao bedel, a cuja guarda fica o edificio e tudo que contiver, compete:

a) § Attender aos leitores, inscrevendo-lhes os nomes a par dos pedidos num livro especial ;

b) § Auxiliar o sub-bibliothecario nos trabalhos do expediente ;

c) § Fiscalizar as salas de leitura auxiliado pelos serventes, de modo a impedir o extravio e estrago dos livros, etc ;

d) § Expedir por intermedio da secretaria a correspondencia da bibliotheca.

Art. 235. O livro do ponto dos empregados da bibliotheca e o mesmo dos da secretaria da Faculdade.

Art. 236. A's bibliothecas das Faculdades cabem os mesmos direitos concedidos a Bibliotheca Nacional, da Marinha e do Exercito ; cumprindo ao bibliothecario requisitar as obras á medida que forem dadas á publicidade.

## CAPITULO XXII

### DA SECRETARIA

Art. 237. A secretaria estará aberta todos os dias uteis das 10 horas da manhã ás 3 da tarde, durante o anno lectivo.

§ O director, ou o secretario, poderá prorogar as horas do serviço, sempre que for necessario.

Art. 238. Haverá na secretaria, além do indispensavel ao expediente diario, livros em que se lancem — os termos de posse dos funcionarios, o registro dos respectivos titulos, a matricula dos alumnos nas differentes series dos cursos, a inscripção de

exames, o registro dos diplomas expedidos pela Faculdade, os termos de exames e de defesa de theses escolares, os actos relativos a concursos de substitutos ou de preparadores, os termos de penas impostas aos alumnos, a frequencia do pessoal docente e administrativo, o inventario dos moveis, o registro das licenças concedidas pelo Governo, os termos de grão e registro dos diplomas ou titulos de profissionaes formados em escolas estrangeiras, que se habilitarem para o exercicio da profissão.

§ Outros livros poderá ter a secretaria, quando o director, por proposta do secretario, julgar necessario ao serviço.

Art. 239. A entrada da secretaria será facultada aos alumnos, e ás pessoas estranhas, em caso de necessidade.

Art. 240. As certidões passadas na secretaria só constarão do que tiver sido requerido. As de approvação em exames serão passadas em papel impresso e sem dependencia de despacho e as demais nos requerimentos das partes, precedendo despacho do director.

Art. 241. Os requerimentos despachados serão entregues aos interessados, salvo quando pela natureza do assumpto for necessario archival-os.

Art. 242. Querendo alguém retirar da secretaria os documentos em que houver instruido qualquer petição, ficarão as cópias no archivo, pelas quaes pagarão as partes os respectivos emolumentos.

Art. 243. Ao secretario compete:

1.º Fazer ou mandar fazer a escripturação propria da secretaria;

2.º Mandar no fim de cada anno encadernar os avisos do Governo, as minutas dos editaes, das portarias e officios expedidos pelo director, as actas das sessões da congregação;

3.º Exercer a policia dentro da secretaria, fazendo sahir os que perturbarem a regularidade dos trabalhos, e velar pela boa ordem em todo o edificio da Faculdade, afim de dar circumstanciadas informações ao director;

4.º Redigir e fazer expedir a correspondencia do director;

5.º Comparecer ás sessões da congregação, cujas actas lavrará e das quaes fará leitura nas occasiões opportunas;

6.º Abrir e encerrar, assignando-os com o director, todos os termos referentes a concursos e inscrições para matricula e exame de alumnos;

7.º Lavrar ou mandar lavrar e assignar com o director todos os termos de collação de grão e habilitação de profissionaes estrangeiros;

8.º Lavrar ou mandar lavrar os termos de posse de todos os funcionarios;

9.º Organizar a folha dos vencimentos do director, dos lentes e mais empregados, apresentando-a no primeiro do mez seguinte e affixando-a num quadro durante vinte e quatro horas, para conhecimento dos interessados;

10. Informar sobre todas as petições que tiverem de ser sub-

mettidas a despacho do director ou da congregação, quando o seu parecer lhe for pedido, verbalmente ou por escripto;

11. Prestar nas sessões da congregação os esclarecimentos que lhe forem pedidos, para o que o director lhe dará a palavra quando for necessario;

12. Avisar os lentes por ordem do director para todos os actos escolares;

13. Encerrar o ponto dos empregados, notando a hora do comparecimento e a da saída dos que se retirarem antes do tempo, podendo deste serviço encarregar o sub-secretario.

Art. 244. Os actos do secretario ficam sob a immediata inspecção do director da Faculdade, a quem dará o motivo das suas faltas.

Art. 245. Ao sub-secretario compete auxiliar o secretario no desempenho das suas attribuições, observando as instrucções que delle receber.

§ Na falta e impedimento do secretario, todas as suas funções passarão para o sub-secretario.

Art. 246. Aos amanuenses compete fazer toda a escripturação que pelo secretario ou sub-secretario lhes for determinada; cabendo ainda ao mais antigo archivar os papeis, segundo as instrucções que receber.

Art. 247. Na ausencia do director, ou de quem suas vezes fizer, nenhum empregado da Administração poderá deixar o serviço antes de terminar a hora, sem consentimento do secretario, a quem apresentará excusas.

Art. 248. Incumbe ao porteiro guardar as chaves do edificio, abrindo-o e fechando-o nas horas marcadas; cuidar do asseio de todas as suas dependencias, empregando para isso os serventes que forem necessarios; receber os requerimentos, officios e mais papeis dirigidos á secretaria e entregar-os ás partes quando assim lhe for ordenado; arrecadar todos os moveis e objectos pertencentes á Faculdade e zelar pela sua guarda e conservação, *com excepção dos da bibliotheca, enquanto esta funcionar em edificio separado do da Faculdade*; entregar ao secretario no fim de cada anno a relação dos mesmos para a transmittir ao director, e cumprir todas as ordens que deste ou do secretario receber.

Art. 249. Aos bedéis incumbe manter o silencio nas salas em que se estiver procedendo a algum acto escolar, e suas vizinhanças, e fazer em summa a policia da Faculdade.

Art. 250. Aos continuos compete fazer a entrega de officios, e mais communicações concernentes ao expediente da Faculdade.

## CAPITULO XXIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 251. Os trabalhos começam a 15 de março e terminam no dia que o director designar, depois de concluidos todos os exames do anno.

As aulas funcionam de 1 de abril a 14 de novembro; os exames começarão no primeiro dia útil depois do encerramento das aulas.

Art. 252. Consideram-se de nenhum effeito quaesquer certificados ou titulos da Faculdade, conseguidos por embuste ou documento falso.

Art. 253. As taxas de matricula e de exames, bem como os emolumentos respectivos aos diplomas, constam da tabella annexa sob n. 1.

Art. 254. Os vencimentos dos funcionarios do corpo docente e administrativo constam da tabella annexa sob n. 2.

Art. 255. As formulas dos diplomas e certificados constam do annexo.

Art. 256. Todos os actos da Faculdade são publicos, salvo as sessões da congregação que pelos estatutos não tiverem este character.

Art. 257. Durante o tempo feriado, o pessoal do corpo docente e administrativo, salvo os funcionarios que estiverem com licença, perceberão seus vencimentos integraes, a despeito do quaesquer impedimentos occasionaes que occorrerem no anno lectivo.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 258. Enquanto não estiver em execução o exame de madureza no Gymnasio Nacional, os preparatorios exigidos para a matricula do curso medico serão os seguintes :

Portuguez.

Francez.

Inglez ou allemão, á vontade do matriculando.

Latim.

Geographia, especialmente do Brazil.

Historia universal e em particular do Brazil.

Arithmetica (estudo completo).

Algebra, até equações do 2º grão.

Geometria elemental e trigonometria rectilinea.

Physica e chimica geral (estudo concreto).

Historia natural (estudo concreto dos elementos de botanica, zoologia e geologia).

Art. 259. Os actuaes adjuntos effectivos serão providos por concurso nos logares de substitutos de secção a que se refere o art. 9º, com a seguinte regalia : direito exclusivo de concorrer só ou entre si e os preparadores ao logar de substituto na primeira inscripção aberta para todas as secções da Faculdade.

Paragrapho unico. Essa inscripção durará o prazo de 60 dias, depois que for annunciada.

Art. 260. Os actuaes adjuntos, que não concorrerem para substituto, continuarão a perceber todas as vantagens pecuniarias que lhes cabiam até a data da promulgação destes estatutos.

Art. 261. Terminado o prazo da inscripção a que se refere o art. 174, não havendo se inscripto nenhum dos actuaes adjuntos, será a inscripção novamente aberta com o mesmo prazo para todos os habilitados na fórmula do art. 175.

Art. 262. No caso de não ser provido ao lugar de substituto, apesar do concurso, o adjunto não perderá as vantagens pecuniárias a que se refere o art. 260.

Art. 263. As cadeiras de pathologia geral e historia da medicina, pathologia medica e pathologia cirurgica serão supprimidas á proporção que vagarem, incorporando-se então o ensino de cada pathologia ás cadeiras de clinica medica e cirurgica e propedeutica.

Art. 264. Os candidatos ao doutoramento que contarem approvações, antes da promulgação destes estatutos, serão admittidos a completar as series do art. 20 sem tornar atrás para prestar exame de disciplina nova, constante da serie que hajam percorrido.

§ Neste numero ficam tambem comprehendidos os matriculados nos cursos de pharmacia e de odontologia, observando-se o disposto nos estatutos de 1884.

Art. 265. Emquanto a Faculdade não for dotada de hospital de clinicas, o ensino continuará a ser feito no hospital geral da Misericordia, onde cada cadeira terá serviço sedentario e ambulatorio, e os internos respectivos aposentos condignos.

a) O mesmo entender-se-ha a respeito de clinica obstetrica, até que se promptifique o edificio em construcção para a Maternidade, que ficará sob a direcção do respectivo cathedratico;

b) A clinica psychiatrica e de molestias nervosas continuará affecta ao Hospicio Nacional de Alienados.

Art. 266. Emquanto o ensino clinico estiver installado no hospital da Misericordia, os casos de morte occorridos nas enfermarias serão objecto de estudo do laboratorio anatomo-pathologico.

Art. 267. Mediante accordo com a administração da Santa Casa de Misericordia e emquanto as clinicas funcçionarem no hospital geral, o enfermeiro a serviço em cada uma perceberá a gratificação da tabella n. 2.

## Tabella n. 1

### Emolumentos

Diploma de doutor em sciencias medico-cirurgicas.....	200\$000
Apostilla de medico estrangeiro.....	200\$000
Título de pharmaceutico.....	150\$000
Título de cirurgião dentista.....	150\$000
Apostilla de pharmaceutico estrangeiro.....	150\$000
Certificado de habilitação de parteira.....	100\$000
Apostilla de parteira estrangeira.....	100\$000
Certificado dos exames de clinicas geraes para o exercicio da profissão.....	100\$000
Certidão de approvação em uma ou todas as cadeiras de cada serie	5\$000
Taxa de matricula.....	40\$000
Taxa de exame para quem tiver pago matricula.....	40\$000
E para quem não tiver pago matricula.....	80\$000
Inscrição para defesa de theses fóra da epoca marcada pelos estatutos.....	150\$000

## Tabella n. 2

	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Director.....	5:200\$000	2:000\$000
Lente cathedraticeo.....	4:000\$000	2:000\$000
Substituto.....	2:800\$000	1:400\$000
Gratificação ao lente que dirige o laboratorio Chefe dos trabalhos anatomicos e do museo anato-mo-pathologico.....	3:600\$000	1:200\$000
Preparador.....	2:40\$000	1:200\$000
Professor de clinica odontologica.....	1:600\$000	800\$000
Conservadores.....	1:600\$000	800\$000
Assistente de clinica.....	1:800\$000	600\$000
Gratificação ao lente de clinica.....	1:200\$000	600\$000
Parteira.....	1:200\$000	600\$000
Interno de clinica.....	1:200\$000	600\$000
Secretario.....	2:400\$000	1:200\$000
Sub-secretario.....	2:400\$000	1:200\$000
Bibliothecario.....	3:200\$000	1:600\$000
Sub-bibliothecario.....	2:400\$000	1:200\$000
Amanuense.....	1:600\$000	800\$000
Porteiro.....	1:800\$000	900\$000
Contínuo.....	980\$000	420\$000
Bedel.....	980\$000	420\$000
Gratificação ao enfermeiro da clinica.....	600\$000	600\$000
Gratificação ao contínuo da bibliotheca.....	600\$000	600\$000

## MODELO DO DIPLOMA DE MEDICO

## Estados Unidos do Brazil

Em nome do Governo da Republica eu F... (nome e titulos) director da Faculdade de Medicina de... usando da autoridade que me conferem os estatutos e tendo presente o termo de collação do grão de DOUTOR EM SCIENCIAS MEDICO-CIRURGICAS conferido ao cidadão F.... natural de.... filho de.... nascido a.... mandei passar este diploma que lhe dá direito de exercer qualquer ramo da arte de curar nos ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, com os privilegios constantes dos estatutos das Faculdades de Medicina da Republica.

Local e data.

Assignatura do director da Faculdade.

Assignatura do doutorado.

Assignatura do secretario da Faculdade.

Sello da Faculdade.



**DIPLOMA DE PHARMACEUTICO**

Estados Unidos do Brazil

Em nome do Governo da Republica eu F... (nome e titulos) director da Faculdade de Medicina e de Pharmacia de.... usando da autoridade que me conferem os estatutos e tendo presente os termos de exames prestados pelo cidadão F..... natural de ... filho de.... nascido a.... mandei passar este diploma de PHARMACEUTICO que lhe dá direito de exercer a pharmacia e ter commercio de drogas medicinaes, com os privilegios constantes dos estatutos das Faculdades de Medicina e de Pharmacia da Republica.

Local e data.

Assignatura do Director da Escola.

Assignatura do Pharmaceutico.

Assignatura do secretario da Escola.

**CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DE PARTEIRA**

Estados Unidos do Brazil

Em nome do Governo da Republica eu F... (nome e titulos) director da Faculdade de Medicina de... usando da autoridade que me conferem os estatutos e tendo presente os termos de exames prestados pela senhora.... natural de.... filha de.... nascida a.... mandei passar este certificado de habilitação que lhe confere o direito de exercer o officio de PARTEIRA, na fôrma dos estatutos das Faculdades de Medicina.

Local e data.

Assignatura do director da Faculdade.

Assignatura da parteira.

Assignatura do secretario da Faculdade.

**MODELO DOS TITULOS DE DENTISTA**

A Faculdade de Medicina da cidade de. . . . . considerando que o Sr. . . . . nascido a . . . . . (naturalidade e nacionalidade a que pertence) foi examinado e aprovado em todas as materias do curso de odontologia, lhe conferiu o titulo de cirurgião dentista, em virtude do que lhe foi passado o presente

diploma, com o qual gozará de todos os direitos inherentes ao referido diploma. E eu. . . . secretario da mesma Faculdade, o subscrevi.

Rio de Janeiro (ou Bahia) em. . . . de. . . . de. . . .

Assignatura do presidente do ultimo exame.

(Assignatura do director.)

(Assignatura do secretario.)

#### APOSTILLA DO DIPLOMA DE MEDICO, PHARMACEUTICO, PARTEIRA E DENTISTA ESTRANGEIROS

Considerado habilitado ao exercicio da profissão nos Estados Unidos do Brazil, na fôrma dos estatutos das Faculdades de Medicina e de Pharmacia da Republica.



#### DECRETO N. 1271 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Altera o art. 28 e seus paragraphos do decreto n. 267 A, de 15 de março de 1890,

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo à conveniencia do serviço da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, resolve alterar o art. 28 e seus paragraphos do decreto n. 267 A, de 15 de março de 1890, que deu regulamento à mesma Secretaria de Estado, pela fôrma seguinte:

Art. 28. As nomeações de directores de secção, 1.<sup>as</sup> e 2.<sup>as</sup> officiaes são sujeitas a accesso em que só prevalecerá o merecimento, quanto ao conhecimento do serviço da Secretaria, e, unicamente no caso de igualdade de merecimento, recorrer-se-lha à antiguidade.

Si, porém, por qualquer circumstancia extraordinaria, não for possível verificar-se o accesso, nem por merecimento, nem por antiguidade, taes nomeações serão feitas por livre escolha do Governo entre os empregados de igual categoria das outras repartições da Marinha.

§ 1.º Não é condição de merecimento para accesso o exercicio do logar de official de gabinete, nem de commissão alheia ao Ministerio da Marinha.

§ 2.º Nenhum amanuense poderá ser promovido a 2.<sup>o</sup> official sem que tenha pelo menos um anno de exercicio no logar, e mostre em concurso que tem a necessaria pratica do serviço da

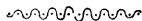
repartição, conhecimentos geraes de direito administrativo e especiaes da legislação de Marinha.

Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Eduardo Wandenkolh.*



#### DECRETO N. 1272 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede autorização a Julio Antonio Barreiros e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requererem Julio Antonio Barreiros e Luiz Adolpho de Souza Araujo, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense e com os estatutos que apresentaram ; não podendo, porém, a mesma constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

Estatutos da Companhia Cooperativa Fluminense,  
a que se refere o decreto n. 1272 de 10 de janeiro  
de 1891.

#### CAPITULO I

##### FUNDAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de — Cooperativa Fluminense — fica constituida uma sociedade anonyma que se regerá pelos presentes estatutos.

Art. 2.º Será sua sede a Capital Federal, onde também existirá o foro jurídico e a administração da companhia para todos os efeitos legais.

Art. 3.º Será a sua duração de 30 annos, a contar da data de sua instalação, podendo, porém, ser prorogado este prazo por deliberação da assembléa geral e sanção do Governo, de conformidade com as leis das sociedades anónimas.

Art. 4.º Quando a companhia tiver de entrar em liquidação, só o poderá fazer de accordo com as hypotheses previstas na legislação em vigor.

Art. 5.º No caso de prorogação do prazo, os accionistas que não annuirem serão indemnizados do capital realizado de suas acções e dos lucros que lhes couberem, verificados do balanço ultimo, inclusive o fundo de reserva.

Art. 6.º A companhia é licito effectuar a compra de um ou mais predios adequados aos seus estabelecimentos, logo que a directoria e o conselho fiscal o julgarem conveniente ou mais economico que alugal-os ou arrendal-os e bem assim tudo quanto for indispensavel á sua instalação.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

Art. 7.º O capital da Companhia Cooperativa Fluminense será de 200:000\$ representados em 4.000 acções do valor nominal de 50\$000 cada uma e será elevado a 1.000:000\$ quando a assembléa geral dos accionistas, sobre proposta da directoria, o entender necessario ao alargamento de seus interesses e gyro de suas transacções, na conformidade da lei.

Art. 8.º O capital será realizado por chamadas de 10 % ou 5\$ por acção no acto da assignatura dos estatutos e as demais a arbitrio da directoria, com intervallos nunca menores de 30 dias.

Art. 9.º As acções ou cautelas serão nominativas enquanto não forem integralizadas.

Paragrapho unico. Deverão ser assignadas pelos tres directores, fazendo-se menção do valor nominal e da importancia e numero das prestações realizadas.

## CAPITULO III

### DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 10. Esta associação, cujo fim principal é auxiliar os empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil, tem como objectivo, como se vê dos artigos subsequentes, proporcionar aos seus accionistas a dupla vantagem de pôr ao alcance de sua bolsa, por preços modicos, generos e objectos de uso immediato,

assegurando-lhes ao mesmo tempo lucros certos e remuneradores do emprego dos seus capitães.

§ 1.º A companhia se propõe :

I. Desenvolver e auxiliar o credito pessoal em suas variadas manifestações, pondo em proveito toda a actividade dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil e de seus accionistas em geral;

II. Manter e abastecer em larga escala e variadas condições um ou mais armazens de generos de primeira necessidade e de boa qualidade que venderá aos seus accionistas, cobrando a modica percentagem de 10 % e a prazos razoaveis, si assim convier;

III. Fornecer ou abonar, segundo as necessidades do accionista, calçado, roupa, fazendas em geral e objectos de uso indispensavel; obrigações estas que a companhia mais commoda e economicamente cumprirá, estabelecendo e mantendo directamente, no mais breve prazo, officinas e depositos especialmente adequados a este serviço;

IV. Abonar ou emprestar os fundos necessarios para aquisição de predios a juro modico e prazo longo, mediante ajuste prévio, bem como para satisfação das necessidades urgentes do accionista, em condições menos onerosas do que as da praça;

V. Afiançar o aluguel ou arrendamento de casas para uso ou habitação dos accionistas, mediante a contribuição de 3 % ao mez do valor das cartas;

VI. Afiançar perante a Administração da Estrada de Ferro Central do Brazil ou qualquer outra, publica ou particular, os accionistas que pretenderem empregar-se, mediante a contribuição de 1 1/2 % ao anno do valor da fiança prestada, salvo a redução ou augmento que a experiencia aconselhar.

## CAPITULO IV

### DOS ACCIONISTAS

Art. 11. A companhia não reconhece mais de um proprietario para cada acção.

Paragrapho unico. Os proprietarios das acções primitivas terão preferencia, até ao numero igual ás que houverem tomado, em qualquer subscrição de acções a que se proceda para augmento do capital social.

Art. 12. Os accionistas gozarão de todos os direitos, vantagens e interesses da companhia nas condições estipuladas nestes estatutos.

## CAPITULO V

### DAS TRANSFERENCIAS

Art. 13. As transferencias das acções só serão effectuadas na companhia, em livro especial rubricado pela administração, e

encerrar-se-hão 30 dias antes do dia marcado para a reunião das assembleas geraes ordinarias.

§ 1.º Não serão transferiveis as acções que tiverem menos de dous quintos do seu valor realizado.

§ 2.º Não é permittido ao accionista transferir suas acções enquanto estiver em debito á companhia.

Art. 14. O accionista não terá direito sobre o capital realzado, quando no prazo determinado da chamada não fizer a respectiva entrada, salvo motivos que serão julgados pela directoria.

§ 1.º Si a directoria julgar acceitaveis taes motivos, cobrará pela móra de 30 dias 2 % e pela de 60 dias, que não poderá ser excedida, 4 %.

§ 2.º As acções que assim cahirem em commisso serão reemitidas e as entradas reverterão para o fundo de reserva.

Art. 15. A directoria é autorizada a emittir novos titulos em substituição dos que forem inutilizados, conservando o mesmo numero das cahidas em commisso.

Art. 16. Os accionistas que tiverem transferido suas acções por caução poderão representar-se ou fazer-se representar nas assembleas geraes com o direito de receberem os dividendos respectivos, salvo, quanto a estes, si houverem estipulado o contrario, o que deverá ser communicado pelos interessados.

## CAPITULO VI

### FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 17. Haverá um fundo de reserva, para cuja constituição se deduzirá dos lucros liquidos a quota de 10 %.

§ 1.º Este fundo é exclusivamente destinado, pela sua instituição, a fazer face ás perdas do capital social e á sua substituição.

§ 2.º Desde que o fundo de reserva attingir á quarta parte do capital realzado, cessará a deducção da quota de 10 % sobre os lucros liquidos.

Art. 18. Os lucros liquidos que se realizarem semestralmente, deducção feita da porcentagem do fundo de reserva, serão distribuidos do seguinte modo :

Dez por cento para os incorporadores ;

Dez por cento para resgate de acções, conforme o art. 19.

Paragrapho unico. Os remanescentes serão distribuidos em dividendos entre os accionistas.

Art. 19. Em cada semestre proceder-se-ha ao sorteio das acções que teem de ser resgatadas, pagando-se 250\$ por acção, de que será deduzida uma quota de 10 % para o fundo de reserva.

Art. 20. No caso de morte ou insolvencia do accionista, antes de realizadas todas as entradas de suas acções, a directoria, de accordo com o conselho fiscal, venderá em leilão na Bolsa, por

corretor de sua confiança, as respectivas acções, devendo o producto liquido ficar em deposito no banco, sem vencer juros, á disposição de quem pertencer.

## CAPITULO VII

### DA DIRECTORIA E SUA ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. A administração da companhia ficará a cargo de uma directoria composta de tres membros, presidente, secretario e thesoureiro, á qual incumbe exercer os poderes e actos de gestão, nomear procuradores para todos os effeitos, demandar e ser demandada em nome da companhia, e praticar tudo quanto lhe é permittido pelas leis em vigor e for conveniente á prosperidade dos negocios sociaes.

Art. 22. A directoria será eleita para servir no periodo de seis annos, pela assembléa geral dos accionistas em escrutinio secreto e por maioria de votos.

§ 1.º Na falta de maioria, proceder-se-ha a novo escrutinio entre os mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos e serão directores os que obtiverem maioria relativa.

§ 2.º A sorte decidirá em caso de empate.

Art. 23. A reeleição da directoria é facultativa á assembléa geral.

Art. 24. Para ser eleito director é mister possuir, pelo menos, 25 acções, que serão caucionadas á companhia durante o tempo de exercicio de seu mandato, para garantia de sua responsabilidade, e esta caução só poderá ser levantada depois que lhe forem tomadas as contas.

Art. 25. O director que deixar de exercer o seu cargo durante seis mezes, será considerado resignatario.

Paragrapho unico. O que por força maior não puder comparecer durante 30 dias, será substituido por um membro do conselho fiscal.

Art. 26. A falta de um director em virtude de resignação, incompatibilidade ou morte, será preenchida por um accionista que reuna as condições de elegibilidade, á escolha dos demais directores, até que se verifique a primeira assembléa geral ordinaria, na qual se fará a eleição para preenchimento dessa vaga.

Paragrapho unico. O director assim nomeado terá as mesmas vantagens e responsabilidade como si fosse eleito pela assembléa geral, e o que, depois, for eleito, terminará suas funcções ao mesmo tempo que os outros.

Art. 27. São deveres da directoria, além das prerogativas que lhe cabem por lei :

I. Transgir, renunciar direitos e acções, comprar e vender ou receber á consignação, celebrar accordo e acceitar quaesquer contractos com o Governo e com os Estados federaes, Municipalidades e particulares ; arrendar, comprar ou construir os edificios necessarios ao serviço da companhia ;

II. Fazer deposito dos dinheiros da companhia em qualquer banco desta praça ou estrangeira, creando contas correntes ou o que melhor lhe aprouver;

III. Solicitar ou aceitar dos poderes publicos ou de particulares quizesquer auxilios, favores, privilegios e concessões que possam ser de utilidade para a companhia ;

IV. Nomear e demittir empregados, marcar vencimentos e fianças áquelles que, pela natureza do cargo, sejam obrigados a presta-las ;

V. Velar pela rigorosa observancia destes estatutos e bem assim cumprir o fazer cumprir as deliberações da assembléa geral ;

VI. Redigir um regulamento interno pelo qual se regularissem as attribuições e deveres de cada um e o serviço em geral ;

VII. Decretar as entradas do capital e designar a epoca do sorteio das acções ;

VIII. Resolver as questões relativas ao commisso das acções ;

IX. Convocar a assembléa geral ordinaria ou extraordinaria dos accionistas e deliberar sobre o movimento de todos os assumptos de interesse commum ;

X. Apresentar annualmente o relatorio de sua gestão á assembléa geral, com o respectivo parecer do conselho fiscal.

Art. 28. Os actos da directoria devem ser sempre assignados por dous dos seus membros, pelo menos.

Art. 29. A directoria se reunirá em sessão ordinaria uma vez por semana, lavrando-se em livro proprio uma acta das occurrencias que se derem e por sua importancia devam ser mencionadas, e em sessão extraordinaria todas as vezes que for caso de urgencia.

Art. 30. Durante o seu exercicio, o director não poderá aceitar cargo igual de estabelecimento congenere, importando a acceitação em renuncia do cargo.

Art. 31. A directoria não ficará obrigada individual ou solidariamente pelos contractos e obrigações que contrahir no exercicio de seu mandato.

Art. 32. Uma vez approvadas as contas annuaes, os administradores ou mandatarios ficarão exonerados de responsabilidade quanto ao periodo que as abranger.

Art. 33. As attribuições que especialmente incumbem ao pessoal da directoria serão determinadas no regulamento interno.

## CAPITULO VIII

### DO CONSELHO FISCAL.

Art. 34. Serão eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria tres fiscaes e tres supplentes, devendo ser estes accionistas de qualquer numero de acções.



Art. 35. As attribuições e deveres do conselho fiscal são os seguintes :

I. Examinar o balanço, escripturação e contas da companhia, interpondo por escripto seu parecer, que será reunido ao relatório annual e fiscalizar em qualquer tempo os interesses, livros, documentos e escripturação da companhia;

II. Prestar o seu concurso à directoria, todas as vezes que for solicitado;

III. Convocar a assembléa geral quando julgar conveniente aos interesses sociaes, fundamentando sua requisição;

IV. Usar dos poderes que lhes confere a lei das sociedades anonymas de 17 de janeiro de 1890, em todos os seus effectos.

Art. 36. O conselho fiscal é reelegivel:

§ 1.º Na eleição do conselho fiscal serão observadas as disposições do art. 23.

§ 2.º Os membros do conselho fiscal escolherão de entre si aquelle que lhes deva presidir quando reunidos.

§ 3.º Os membros effectivos do conselho fiscal serão, nos casos de renuncia ou vagas, substituidos pelos supplentes, na ordem da votação e, no caso de empate, pelo possuidor de maior numero de acções.

## CAPITULO IX

### DAS ASSEMBLÉAS, VOTOS E ELEIÇÕES

Art. 37. A assembléa geral é a reunião dos accionistas cujas acções tiverem sido registradas na companhia tres mezes antes de sua convocação.

§ 1.º As reuniões serão annunciadas pela imprensa quinze dias antes, com declaração dos motivos de sua convocação.

§ 2.º Trinta dias antes de se reunir a assembléa geral ordinaria e extraordinaria, será suspensa a transferencia das acções, o que tambem se annunciara.

Art. 38. Haverá, annualmente no mez de março uma assembléa geral ordinaria, convocada com antecedencia de 15 dias, na qual serão apresentados o balanço annual, relatório, contas da administração e parecer do conselho fiscal.

Paragrapho unico. Depois de approvadas as contas da administração, proceder-se-ha á eleição dos membros do conselho fiscal e, na epoca determinada por estes estatutos, á da directoria ou de algum de seus membros, no caso do art. 26.

Art. 39. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo aquelle eleito na occasião por aclamação e estes por escolha do presidente eleito.

§ 1.º Presidirá a esta eleição o director-presidente.

§ 2.º Não poderão fazer parte da mesa os membros da directoria e conselho fiscal, nem votar aquella as contas e relatório que apresentar e este o parecer que tiver emitido.

Art. 40. A assembléa geral não poderá funcionar ou deliberar validamente sem a presença de tantos accionistas quantos representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Art. 41. Si não se reunir este numero, convocar-se-ha outra reunião por meio de annuncios pela imprensa, com antecedencia de cinco a oito dias, declarando-se que a assembléa funcionará qualquer que seja o numero de accionistas que concorrerem ou a somma do capital representado.

Art. 42. Quando a reunião da assembléa geral tiver por objecto a reforma destes estatutos, augmento do capital ou liquidação da companhia, observar-se-ha o disposto no art. 15, §§ 4º e 5º, da lei das sociedades anonymas de 17 de janeiro de 1890.

Art. 43. As deliberações da assembléa geral de que tratam os arts. 40, 41 e 42, serão adoptadas por maioria de votos.

Art. 44. A' assembléa geral compete:

I. Alterar ou reformar os estatutos, quando assim convenha á prosperidade e bem da companhia, devendo ser as alterações ou modificações que fizer levadas ao conhecimento do Governo para sua approvação ;

II. Augmentar o capital social ;

III. Deliberar sobre as contas da administração ;

IV. Eleger a directoria de seis em seis annos ;

V. Eleger, annualmente, o conselho fiscal ;

VI. Alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva ;

VII. Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolver ou liquidar a companhia de accordo com a lei das sociedades anonymas ;

VIII. Finalmente, tomar conhecimento de todos os assumptos de interesse da companhia.

Art. 45. As assembléas geraes extraordinarias serão convocadas com cinco dias de antecedencia, quando a directoria ou o conselho fiscal julgar conveniente ; outrossim poderão ser convocadas a requerimento de sete accionistas que representem, pelo menos, um quinto do capital social, justificados os motivos da convocação.

Paragrapho unico. Nas assembléas geraes extraordinarias só se tratará do assumpto para que forem convocadas.

Art. 46. Os accionistas, ainda mesmo os ausentes e os dissidentes, ficam sujeitos ás deliberações da assembléa geral que não violarem as disposições dos estatutos, salvo si se tratar de sua reforma ou alteração.

Art. 47. O accionista póde fazer parte da assembléa geral, ainda mesmo que as acções que possuir caucionadas sejam em penhor mercantil.

Art. 48. Só tem voto na assembléa geral o accionista que possuir cinco ou mais acções, cabendo-lhe um voto por serie de cinco acções.

§ 1.º O accionista que possuir mais de 100 acções ou represente uma ou mais procurações, não poderá dispor de mais de 20 votos.

§ 2.º O accionista possuidor de monos de cinco acções poderá

tomar parte nas deliberações, propôr e discutir os assumptos sujeitos, mas sem direito de voto, salvo como procurador de outrem.

Art. 49. A eleição se fará sempre por escrutínio secreto e maioria de votos ; quando, porém, se tratar da reforma dos estatutos, augmento do capital, liquidação da companhia ou qualquer outro assumpto, será a votação symbolica.

Art. 50. As deliberações, no caso de votação symbolica, serão adoptadas pela maioria dos accionistas presentes individualmente contados.

Art. 51. E' vedado aos directores e membros do conselho fiscal tomar parte nas votações referentes ás contas ou actos de sua administração, assim como para qualquer effeito acceitar procuração de accionistas.

Art. 52. Para todos os effeitos é facultado aos accionistas fazer-se representar por procuração especial nas assembléas geraes, sendo esta procuração apresentada no acto ou anteriormente.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 53. A companhia só poderá ser dissolvida quando terminar o prazo de sua duração, deliberando a assembléa geral ou em qualquer das hypotheses mencionadas nos arts. 17 e 19 da lei das sociedades anonymas de 17 de janeiro de 1890.

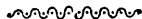
Art. 54. Qualquer que seja o tempo da incorporação da companhia, o anno social terminará a 31 de dezembro e o primeiro semestre começará por occasião da assembléa geral de constituição e terminará em junho.

Art. 55. Os accionistas approvam estes estatutos assim como se acham organizados e, usando da faculdade que lhes confere a lei, nomeiam para directores da Companhia Cooperativa Fluminense, no primeiro periodo de seis annos, os incorporadores:

Art. 56. A directoria é autorizada a acceitar toda e qualquer alteração ou modificação que o Governo entender fazer destes estatutos.

Art. 57. Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes cabe pela lei das sociedades anonymas de 17 de janeiro de 1890, bem como as estipulações destes estatutos que approvam e para os effeitos de direitos subscrevem.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1890.— *Luiz Adolpho de Souza Araujo.*—*Julio Antonio Barreiros.*



## DECRETO N. 1273 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Ernesto Canac e outros para explorarem herva matte no Estado de Santa Catharina.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Ernesto Canac, Dr. Abdon Baptista e Procopio Gomes de Oliveira, resolve conceder-lhes permissão para explorarem herva matte em terrenos devolutos no Estado de Santa Catharina, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1273 desta data**

I

E' concedida a Ernesto Canac, Dr. Abdon Baptista e Procopio Gomes de Oliveira, resalvando-se os direitos de terceiros, permissão para, por espaço de vinte annos, explorarem herva matte nos terrenos devolutos dos municipios de S. Bento, Blumenau, Curitiba, Campos Novos, Tubarão, Lages e S. Joaquim, no Estado de Santa Catharina; tendo a área da concessão por limite do norte, a linha traçada entre o referido Estado e o do Paraná para a concessão feita a Tertuliano Ramos e José de Azevedo Silva.

II

Fica entendido que em caso nenhum poderão os concessionarios, ou a companhia que organizarem, estorvar a criação de colonias ou nucleos que hajam de ser fundados pelo Governo Federal ou do Estado, no territorio a que se refere a presente concessão.

## III

Os concessionarios só poderão utilizar-se dos terrenos devolutos comprehendidos na área da clausula 1<sup>a</sup> para o fim de colher herva matte, não podendo derrubar as mattas, nem cortar madeiras, excepto as que forem necessarias para construção de casas para si e seus trabalhadores dentro da zona concedida.

Fica-lhes, outrosim, expressamente vedado o commercio das madeiras de lei.

## IV

Apresentarão annualmente ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio do Governador do Estado, um relatorio circumstanciado do desenvolvimento que tiverem dado á sua industria; da quantidade e qualidade da herva preparada e exportada; do numero de braços empregados; do processo da fabricação e dos logares em que effectuaram a colheita, não podendo ella ser repetida no mesmo herval sinão com intervallo de quatro annos, e declarando-se os logares onde no anno seguinte houver ella de ser feita.

## V

Os concessionarios serão obrigados a remetter para o Museo Nacional, convenientemente acondicionados, todos os especimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não; bem assim os artefactos indigenas antigos ou modernos, esqueletes, ossos dispersos e quaesquer outros objectos pertencentes ás raças aborigenes que encontrarem e lhes parecerem uteis á sciencia, procedendo em tudo de accordo com o director daquella repartição.

## VI

Os concessionarios não poderão, directa nem indirectamente, impedir a colheita da herva matte pelos moradores do territorio de que trata a presente concessão que, nos terrenos comprehendidos nesta, já exercerem semelhante industria e della tirarem exclusivamente os meios de subsistencia.

## VII

Os concessionarios só poderão exportar herva matte pelas estações fiscaes.

## VIII

É livre aos concessionarios representar-se por si, por firma social ou por companhia que organizarem, devendo, porém, registrar na secretaria do mesmo Estado, sem prejuizo de outras disposições legais, o teor do contracto que celebrarem com terceiro, ou os estatutos da referida companhia, e ficando esta sujeita às prescripções da legislação vigente.

## IX

Ficarão também obrigados a entrar annualmente para os cofres publicos com a quantia de um conto de réis, paga dentro dos trinta dias seguintes ao anno decorrido, remetendo certidão de semelhante pagamento à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

## X

Esta concessão é intransferivel, nos termos do decreto n. 379 de 5 de maio ultimo.

## XI

Os concessionarios, ou a empresa que organizarem, ficam sujeitos à multa de quinhentos mil réis pela infracção de qualquer das clausulas desta concessão, pagando o dobro na reincidencia e, si reincidirem pela segunda vez na mesma pena, o Governo poderá elevar ao triplo ou quadruplo o valor das multas, segundo a gravidade da infracção e o numero de vezes do reincidencias, ouvindo os concessionarios.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891. — *Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1274 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede à sociedade anonyma Padaria Luso-Brazileira autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Padaria Luso-Brazileira, devidamente representada, resolve con-

ceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que a este acompanham, devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

## Estatutos da Sociedade Anonyma Padaria Luso-Brazileira, a que se refere o decreto n. 1274 de 10 de janeiro de 1891.

### CAPITULO I

#### DA SOCIEDADE, SUA SÊDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º A Padaria Luso-Brazileira é uma sociedade anonyma que tem a sua sêde e fóro juridico na Capital Federal.

Art. 2.º Os fins da sociedade são :

Manufacturar e vender nesta Capital pão de primeira qualidade, adquirindo por compra as melhores padarias.

Art. 3.º A sociedade durará 30 annos, contados da data em que se verificar a sua assembléa constitutiva, podendo haver prorogação si a assembléa geral dos accionistas o resolver.

Paragrapho unico. Antes desse prazo, porém, poderá ser dissolvida por deliberação da assembléa geral, nos casos previstos em lei.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL SOCIAL

Art. 4.º O capital da sociedade é de 1.500:000\$ divididos em 7.500 acções do valor de 200\$ cada uma, podendo ser augmentado.

Art. 5.º O capital será realizado do seguinte modo: 10 % no acto da assignatura dos presentes estatutos e 10 %, no minimo, com intervallos de 30 dias, pelo menos, de uma a outra entrada, até à integralização.

## CAPITULO III

## DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 6.º As acções ou cautelas serão nominativas, assignadas aquellas por dous directores e estas por um, fazendo-se em cada uma dellas expressa menção do valor nominal que representar, bem como da importancia das prestações pagas.

Art. 7.º Cada acção é indivisivel em relação à sociedade, a qual não reconhece mais de um proprietario para uma acção.

Art. 8.º A transferencia das acções só pôde ser effectuada no escriptorio da séde da sociedade, por termo, assignado pelo cedente e pelo cessionario, seus legitimos representantes ou procuradores, e por um director.

§ 1.º São transferiveis as acções que tiverem 40 % do seu valor nominal realizado.

§ 2.º O accionista, que não pagar as prestações no prazo annuciado, perderá em prol do fundo de reserva a quota de capital já realizado, salvo relevação do commisso, a juizo da directoria, sob allegação de força maior.

## CAPITULO IV

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9.º A sociedade será administrada por uma directoria reelegivel, composta de tres membros eleitos pela assembléa geral dos accionistas, de seis em seis annos, á maioria relativa de votos, por scrutinio secreto, decidindo a sorte no caso de empate.

§ 1.º Só podem ser eleitos directores os accionistas que possuirem no minimo 50 acções; não podendo, porém, entrar no exercicio do cargo sem depositar na sociedade 50 acções, como caução á sua responsabilidade enquanto durar o mandato.

§ 2.º Não poderá ser director quem for empregado da sociedade, ou estiver por si ou por seu preposto ligado a ella por virtude de contractos, de que auferir vantagem, nem o que estiver impedido de negociar; bem como não poderão exercer conjunctamente o cargo de director: pae e filho, sogro e genro, irmãos ou cunhados durante o cunhadio, parentes consanguineo até segundo grão e socios da mesma firma.

§ 3.º No impedimento ou ausencia por mais de quatro mezes, renuncia ou fallecimento de qualquer membro da directoria, esta chamará um accionista, que exerça as funcções de director, até á primeira reunião ordinaria ou extraordinaria da assembléa geral, sendo então o cargo definitivamente provido, servindo o eleito pelo tempo que ainda restar ao substituido, observando-se o disposto do § 1.º.

A ausencia ou falta de exercicio em serviço da sociedade não é applicavel o disposto neste paragrapho.



§ 4.º Os directores vencerão os seguintes honorarios :

Presidente, 12:000\$ annuaes ;

Secretario, 6:000\$ idem ;

Gerente, 6:000\$ idem.

§ 5.º Para deliberar basta a presença de dous directores.

§ 6.º A directoria escolherá de entre seus membros no acto de ser empossada o presidente, o director-secretario e o director-gerente.

§ 7.º Reputam-se os directores revestidos de amplos poderes para praticar todos os actos de gestão relativa aos fins e objecto da sociedade, representando-a em juizo e fóra d'elle.

Art. 10. São attribuições da directoria :

§ 1.º Administrar todos os negocios da sociedade, effectuar operações de credito, inclusive as que se comprehendem no art. 29.

§ 2.º Celebrar contractos, ouvindo o conselho fiscal.

§ 3.º Fixar os dividendos semestraes.

§ 4.º Apresentar à assembléa geral ordinaria dos accionistas um relatorio circumstanciado das operações da sociedade, o qual será acompanhado do balanço geral, e do parecer do conselho fiscal relativo ás contas apresentadas e à situação da sociedade.

§ 5.º Organizar os regulamentos que forem precisos.

§ 6.º Chamar, nos termos do § 3º do art. 9º, o accionista que tiver de substituir o director impedido por falta ou renuncia.

§ 7.º Effectuar, quando assim o resolver a assembléa geral, a emissão de obrigações (*debentures*).

§ 8.º Tomar em commun, e por maioria de votos, as deliberações necessarias ao bom andamento dos negocios da sociedade, lavrando acta de taes deliberações.

§ 9.º Prover a bem da sociedade, em todos os casos urgentes e não previstos, ouvindo o conselho fiscal.

Art. 11. Compete ao presidente, além das attribuições inherentes ao cargo de director :

§ 1.º Ser órgão da directoria, representando-a em juizo ou fóra d'elle por si, ou por procurador.

§ 2.º Presidir as reuniões da directoria e as do conselho fiscal, quando este funcionar com aquelle em sessão conjuncta.

§ 3.º Fixar o numero, funções, categorias e vencimentos dos empregados, nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os, ouvindo a directoria.

§ 4.º Rubricar as folhas de pagamento do pessoal da sociedade, depois de conferidas pelo thesoureiro.

§ 5.º Assignar todos os papeis, sendo as escripturas e contractos assignados tambem pelos directores.

§ 6.º Rubricar, abrir e encerrar os livros, em que forem registradas as actas das assembléas geraes dos accionistas e as das reuniões da directoria e do conselho fiscal, os das transferencias e registro de obrigações (*debentures*), si estas forem nominativas, e bem assim os que servirem para lançamentos importantes e não forem rubricados na Junta Commercial.

§ 7.º Assignar com outro director as acções e obrigações (*debentures*).

§ 8.º Convocar as reuniões da directoria, e as de sessão conjuncta com o conselho fiscal, e dar cumprimento às deliberações respectivas.

§ 9.º Assignar, com outro director, os cheques ou recibos, para movimento em conta corrente com estabelecimentos bancarios, e bem assim letras ou quaesquer papeis de credito.

§ 10. Convocar as assembléas geraes ordinarias, na forma preceituada no art. 20, e as extraordinarias sempre que por deliberação da directoria, ou do conselho fiscal, for julgada necessaria a convocação ou requerida por 10 ou mais accionistas, que representem pelo menos um quinto do capital social, na forma do art. 21.

Art. 12. Compete ao secretario, além das attribuições inherentes ao cargo de director :

§ 1.º Redigir todas as actas das reuniões da directoria e as de sessão conjuncta com o conselho fiscal.

§ 2.º Authenticar a transferencia de acções e de obrigações (*debentures*), si estas forem nominativas, e bem assim assignar, com o presidente, os titulos respectivos.

§ 3.º Assignar as certidões que forem passadas.

§ 4.º Superintender a escripturação da sociedade.

§ 5.º Substituir o presidente quando impedido.

Art. 13. Compete ao gerente, além das attribuições inherentes ao cargo de director :

Parapho unico. Occupar-se da direcção e fiscalização de todo o serviço interno e externo das padarias, nomeando e demittindo todo o pessoal dellas e marcando-lhe os respectivos salarios, de accordo com os outros directores.

Nos impedimentos temporarios do director-gerente serão as respectivas funcções exercidas por outro director ou pessoa escolhida pela directoria.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 14. A assembléa geral elegerá annualmente cinco fiscaes e outros tantos supplentes, accionistas, que darão parecer sobre os negocios e operações da sociedade no anno seguinte :

§ 1.º O conselho fiscal pôde, em qualquer tempo, convocar extraordinariamente a assembléa geral.

§ 2.º E' applicavel aos membros do conselho fiscal o disposto no § 2º do art. 9º.

§ 3.º Os membros do conselho fiscal vencerão o honorario annual de 2:400\$ cada um, pago mensalmente.

§ 4.º Até completar-se a organização da sociedade, o conselho fiscal será especialmente encarregado de arbitrar o valor das padarias, que convenha à sociedade adquirir.

## CAPITULO VI

## DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 15. A assembléa geral será composta dos accionistas, cujas acções se acharem averbadas no registro da sociedade pelo menos 60 dias antes da data em que se verificar a reunião.

Paragrapho unico. Nos tres dias que antecederem o da reunião da assembléa geral ordinaria, ou extraordinaria, ficará suspensa a transferencia de acções, salvo para constituição ou extinção de penhor.

Art. 16. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo aquelle eleito por aclamação e estes nomeados pelo presidente.

Paragrapho unico. Os membros da directoria e os do conselho fiscal não poderão fazer parte da mesa da assembléa.

Art. 17. Todos os accionistas podem fazer parte da assembléa geral, quer possuam as suas acções livres e desembaraçadas, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Art. 18. A ordem da votação será de um voto por 10 acções. Os accionistas podem fazer-se representar por procurador que seja accionista e que se ache nas condições fixadas no art. 15.

O mandato, a que se refere o presente artigo, não pôde ser conferido aos membros da directoria nem aos do conselho fiscal.

Art. 19. A votação dos assumptos sujeitos á discussão será por maioria dos socios presentes, e só se fará por acções a requerimento escripto de tres ou mais accionistas.

Art. 20. Haverá uma sessão da assembléa geral ordinaria em cada anno no mez de fevereiro.

§ 1.º A convocação desta assembléa será feita 15 dias antes por annuncios publicados na imprensa e com indicação de logar e hora.

§ 2.º Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral, relativamente a contas e balanços, si antes não tiver sido apresentado o parecer dos fiscaes.

§ 3.º Os directores não podem votar nas assembléas geraes para approvarem os seus balanços, contas e inventarios, nem os fiscaes para approvação de seus pareceres.

Art. 21. Haverá tantas reuniões da assembléa geral extraordinaria quantas forem julgadas necessarias pela directoria, pelo conselho fiscal, ou requeridas por 10 ou mais accionistas, que representem, pelo menos, um quinto do capital social.

§ 1.º A convocação será sempre motivada e feita por annuncios nas folhas publicas, com uma antecipação pelo menos de oito dias.

§ 2.º. Nestas assembléas só poderá tratar-se do assumpto que tiver determinado a convocação.

Art. 22. A assembléa geral só poderá constituir-se e deliberar quando composta de um numero de accionistas, que represente pelo menos a quinta parte do capital social.

§ 1.º Si não se reunirem accionistas em numero sufficiente, far-se-ha nova convocação para dahi a tres dias, pelo menos, por meio de annuncios nos jornaes, com a declaração de que então se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem.

§ 2.º Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, de augmento de capital e demais hypotheses consignadas na lei, a assembléa só poderá deliberar achando-se presentes, pelo menos, accionistas em numero que represente dous terços do capital social.

Si á primeira convocação não comparecer numero sufficiente, far-se-ha segunda com intervallo de tres dias ; si á segunda não comparecer ainda numero sufficiente, far-se-ha terceira com oito dias de intervallo, dirigindo-se convites por meio de cartas aos accionistas, além do annuncio pela imprensa.

Art. 23. São attribuições da assembléa geral:

§ 1.º Resolver todos os negocios da sociedade, que não estiverem expressamente commettidos á directoria.

§ 2.º Eleger a directoria e o conselho fiscal.

§ 3.º Reformar os presentes estatutos quando constituida nos termos do § 2º. do art. 22.

§ 4.º Deliberar acerca do relatorio e contas apresentadas pela directoria e do parecer do conselho fiscal.

§ 5.º Resolver acerca do augmento do capital da sociedade, dissolução e prorrogação della.

§ 6.º Deliberar acerca de qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria ou pelo conselho fiscal.

§ 7.º Autorizar a directoria para, de accordo com o conselho fiscal, emittir obrigações nominativas ou ao portador (*debentures*), garantidas com hypotheca e penhor dos valores da sociedade.

§ 8.º Exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos ou imprevistos.

## CAPITULO VII

### DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 24. O fundo de reserva será formado de 10 %, tirados dos lucros liquidos de cada semestre.

Paragrapho unico. Este fundo é destinado a fazer face ás perdas do capital social e substitui-o, depois de integralizados por elle 40 % do mesmo capital.

Art. 25. A deducção a que se refere o art. 24, paragrapho unico, ultima parte, cessará desde que o fundo attingir a 40 % do capital.

Art. 26. Não se fará distribuição do dividendo, a que se refere o § 3º do art. 10, si, porventura, o capital social desfalcado em virtude de perdas não for integralmente restaurado.

Art. 27. Os dividendos que não forem reclamados no prazo de cinco annos, contados do primeiro dia fixado para o seu pagamento, considerar-se-hão renunciados a favor da sociedade.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 28. O anno administrativo da sociedade principia no dia 1 de janeiro e finda em 31 de dezembro, com excepção do primeiro, que começará quando constituida a sociedade.

Art. 29. A directoria fica autorizada a effectuar a aquisição das padarias, na forma determinada no art. 2º.

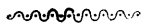
Art. 30. A primeira directoria, pelo tempo a que se refere o art. 9º, é composta dos accionistas :

Barão de Paranapiacaba, presidente.

Dr. Eduardo Ferreira França, secretario.

João Boaventura Allen, gerente.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1890.— *Barão de Paranapiacaba.*



### DECRETO N. 1275 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Edwin Gracie Wiyatt para explorar veeiros auríferos no município de S. Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Edwin Gracie Wiyatt, resolve conceder-lhe permissão para explorar veeiros auríferos no município de S. Sepé, Estado do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1275 desta data**

I

Fica concedido a Edwin Gracie Wiyatt, resalvados os direitos de terceiros, o prazo de dous annos, contados desta data, a fim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de veios auríferos no 2º districto do municipio de S. Sepé, Estado do Rio Grande do Sul.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communicação existentes.

III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros; e a deseccar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

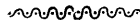
IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891.— *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1276 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Declara a caducidade da concessão feita a Boris Frères para explorarem ouro, prata, cobre e outros mineraes no Estado do Ceará.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo que Boris Frères não deram cumprimento ao que determina a clausula 2ª das que baixaram com o decreto n. 9969, de 20 de junho de 1888, pelo qual lhe foi concedida permissão para explorarem ouro, prata, cobre e outros mineraes no municipio da Viçosa, Estado do Ceará, resolve declarar a caducidade da mesma concessão.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1277 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Valentim dos Reis Carneiro para explorar ouro, prata e outros mineraes na Capital Federal.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Valentim dos Reis Carneiro, resolve conceder-lhe permissão para explorar ouro, prata e outros mineraes nos morros do Nheco, Pinto e Formiga, da Capital Federal, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1277  
desta data**

**I**

Fica concedido a Valentim dos Reis Carneiro, resalvados os direitos de terceiro, o prazo de dous annos, contados desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro, prata e outros mineraes nos morros do Nhico, Pinto e Formiga, da Capital Federal.

**II**

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes.

**III**

O concessionario será obrigado a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos ; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações ; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem danos a terceiros ; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

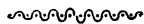
**IV**

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março do anno proximo passado.

**V**

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891. — *Francisco Glicerio.*





## DECRETO N. 1278 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Concede á Companhia Economia Publica autorização para **reduzir** o numero de suas acções e para augmentar o valor das mesmas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Economia Publica, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para reduzir o numero de suas acções de 100.000 a 20.000 e para augmentar o valor das mesmas de 20\$ a 100\$, conforme foi votado na assemblea geral dos accionistas celebrada a 20 de setembro ultimo.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891.  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1279 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Altera a classificação da comarca de Itajubá, no Estado de Minas Geraes.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada á segunda entrancia a comarca de Itajubá, no Estado de Minas Geraes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 10 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1280 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Crêa um batalhão da reserva de Guardas Nacionais na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar o seguinte:

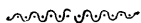
Artigo unico. Fica creado na comarca de Penedo, no Estado das Alagoas, um batalhão da reserva com seis companhias e a designação de 13º, que se formará com os guardas nacionaes desse Estado qualificados na villa do Triumpho; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1281 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Crêa um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Pinheiro, no Estado do Maranhão.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de S. Bento a força da Guarda Nacional alistada na comarca de Pinheiro e com ella creado um commando superior da mesma Guarda e que se comporá do 8º batalhão de infantaria, já organizado, do 12º batalhão da reserva e da 10ª secção de batalhão do serviço activo, ora creados, o primeiro com seis e a segunda com quatro companhias.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 12º batalhão da reserva, na freguezia de Santo Ignacio do Pinheiro ;

A 10ª secção da activa, na de Santa Helena.

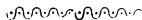
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1282 — DE 10 DE JANEIRO DE 1891

Eleva á categoria de batalhão a 5ª secção de batalhão da Guarda Nacional da comarca de Vigia, no Estado do Pará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

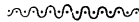
Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 43º, a 5ª secção de batalhão do serviço activo organizada na freguezia de S. Caetano de Odivelas, na comarca de Vigia, no Estado do Pará; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio. no Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1282 A — DE 13 DE JANEIRO DE 1891

Fixa as importancias das ajudas de custo de ida e volta para os officiaes do Exercito que, não sendo generaes, forem nomeados commandantes das armas ou de districto militar no Estado de Matto Grosso.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve fixar em 2:000\$ a importancia da ajuda de custo de ida e em 1:000\$ a de volta, para os officiaes do Exercito que, não sendo generaes, forem nomeados commandantes das armas ou de districto militar no Estado de Matto Grosso; ficando nesta parte alterada a tabella de que trata o art. 43 das instrucções approvadas pelo decreto n. 946 de 1 de novembro do anno proximo passado.

O Marechal Floriano Peixoto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Governo Provisorio, 13 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Floriano Peixoto.*



## DECRETO N. 1283 — DE 15 DE JANEIRO DE 1891

Concede autorização ao Dr. Henrique Sales para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Dr. Henrique Sales, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica, e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 15 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Estatutos da Companhia Industrial e Agricola de  
Villa Rica, a que se refere o decreto n. 1283  
de 15 de janeiro de 1891**

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO, SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º E' estabelecida nesta cidade de Ouro Preto uma sociedade anonyma, sob a denominação de Companhia Industrial e Agricola de Villa Rica, para os fins consignados nestes estatutos.

§ 1.º A sua duração será pelo prazo de 60 annos, salvo sua liquidação e dissolução determinadas por occorrer algum dos casos previstos na lei.

§ 2.º Findo o prazo de sua duração, si não for este prorogado por determinação dos accionistas, em assembléa geral, entrará a empresa em liquidação, dando-se partilha aos accionistas, pago o seu passivo, de todos os valores existentes em dinheiro, titulos, bens devidamente avaliados e quaesquer effeitos.

§ 3.º A empresa terá sua séde na cidade de Ouro Preto, centro de suas operações, e que será o fóro competente para o processo e julgamento de quaesquer questões judicarias em que se veja envolvida.

Art. 2.º A empresa operará de accordo e sobre o contracto de 14 de março de 1890 celebrado com o Governador deste Estado de Minas Geraes e mais actos expedidos sobre o mesmo objecto.

Art. 3.º Para todos os effeitos, o anno social decorrerá de 1 de janeiro a 31 de dezembro, sendo que o primeiro exercicio terminará a 31 de dezembro de 1891.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL DA COMPANHIA

Art. 4.º O capital é de 500:000\$, dividido em 2.500 acções do valor de 200\$ cada uma, e poderá ser elevado, nos termos e condições do contracto celebrado com o Governo, por meio de novas emissões ou empréstimos.

Art. 5.º Realizados 50 % do capital, serão dados aos accionistas os titulos definitivos de suas acções, sendo que os restantes 50 % se irão realizando com os lucros liquidos que excedam o dividendo annual de 8 %.

Paragrapho unico. Realizado todo o capital cessará a limitação do dividendo de 8 %.

Art. 6.º A primeira entrada de capital será de 10 % e as seguintes em prestações successivas de 10 a 20 %, com um intervallo nunca menor de 30 dias uma da outra, precedendo aviso prévio de 15 dias pelos jornaes.

Paragrapho unico. Ao accionista é facultado entrar de uma só vez com todo o capital de suas acções, ficando a parte do capital assim realizada equiparada à que se realizar em prestações.

Art. 7.º O accionista é legalmente responsavel pela quota do capital de suas acções, qualquer que seja o titulo por que as haja adquirido.

§ 1.º O accionista em móra pagará, além da entrada ou entradas que não houver realizado, o juro à razão de 10 % sobre o valor dellas.

§ 2.º O accionista que dentro de seis mezes, a contar do dia em que devia realizar a primeira entrada em móra, deixar de effectuar o pagamento nos termos do paragrapho anterior, será accionado pelo valor das entradas não realizadas e juros da móra até real e effectiva solução de sua responsabilidade.

Art. 8.º As acções integralizadas poderão ser substituidas por titulos ao portador, à vontade do accionista e vice-versa, mediante o pagamento de uma pequena commissão, marcada pela directoria.

Art. 9.º A companhia terá no Rio de Janeiro, a cargo de pessoa idonea ou estabelecimento de credito, um livro para o registro dos accionistas alli inscriptos e para transferencia de accções, sendo pagos na mesma praça os respectivos dividendos.

### CAPITULO III

#### DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Art. 10. A empresa estabelecerá successiva ou simultaneamente usinas para o preparo e fabrico de chá, conservas, doces, licores, vinho e outros productos da uva, lacticínios e mais generos facultados pelo contracto que tem com o Governo e autorizações subsequentes.

Art. 11. Na fundação das usinas e fabricas terão preferencia na adopção as destinadas ao preparo e manufactura de generos de resultados mais immediatos e já conhecidos como remuneradores.

Art. 12. A empresa fará aquisição das materias primas que devam ser manufacturadas em suas fabricas por compras nos seus estabelecimentos, ou por contractos com os cultivadores, e bem assim se encarregará de beneficiar os generos por conta alheia.

Art. 13. A empresa adiantará aos cultivadores, seus freguezes, as quantias necessarias a occorrer ás despesas de redução até ao maximo de cinco contos de réis a cada um e a juro de 8 %, correndo por conta da empresa as avaliações, escripturas e sellos necessarios para a realização dos emprestimos.

§ 1.º Os juros destes emprestimos serão pagos semestralmente ou accumulados na conta do mutuario.

§ 2.º Do terceiro anno em diante pagará o mutuario com o juro do emprestimo uma taxa de amortização que será fixada de modo que a divida se extinga no prazo do artigo seguinte.

Art. 14. Os emprestimos serão pelos prazos de 1 a 10 annos, conforme convencionarem mutuario e directoria da empresa.

Art. 15. A empresa emprestará sobre hypotheca de immoveis urbanos, ou ruraes que estejam sendo cultivados, penhor agricola de fructos pendentes, titulos publicos ou bancarios, lettras endossadas por pessoa idonea.

Art. 16. Reputar-se-ha vencida a divida desde logo exequiveis os respectivos titulos, si o mutuario deixar tres semestres consecutivos de pagar ou a quota de juros ou a da amortização, ou ambas, nas epochas ajustadas.

Art. 17. As avaliações dos bens dados na garantia dos emprestimos serão feitas por peritos da empresa e servirão de base ao emprestimo que nunca excederá de  $\frac{3}{5}$  do valor dado pelos avaliadores.

Art. 18. Realizada a aquisição de terras devolutas e dos proprios nacionaes e do Estado—Jardim Botânico e Asylo Agrícola—

a empresa dividirá em lotes de 5 a 20 hectares os respectivos terrenos para nelles collocar familias de colonos nacionaes ou estrangeiros que ali se queiram estabelecer.

§ 1.º Divididos os lotes, a empresa construirá casas em boas condições para a installação dos colonos.

§ 2.º A estes fornecerá a empresa instrumentos aratorios, adubos e materias fertilisantes, plantas, mudas e sementes de que carecerem elles para o cultivo e exploração das terras.

§ 3.º Durante seis mezes receberá o colono em quotas mensaes ou semanaes, á sua escolha, e a titulo de installação ou primeiro estabelecimento, a quantia necessaria á sua subsistencia e de sua familia, a qual será fixada tendo a directoria em attenção o numero de pessoas da familia do colono.

§ 4.º Ao ser installado firmará o colono um titulo de divida á empresa, do valor total das despezas de sua installação, comprehendidos os gastos da medição do lote, construcção de casa e todos os fornecimentos dos paragraphos anteriores.

§ 5.º Nestes titulos se estabelecerão o juro de 6 % a que ficará sujeito o devedor e a taxa e systema de amortização que poderá começar do 3º anno em diante; de modo, porém, que a divida se extinga no prazo maximo de 18 annos.

§ 6.º Paga ou extincta a divida, ficará o colono subrogado nos direitos da empresa sobre o lote de terras, casas e instrumentos fornecidos. Para este effeito a empresa dará ao colono um titulo de transferencia do seu dominio, nos mesmos termos e condições em que houver adquirido.

Art. 19. O colono, enquanto não se mostrar quite com a empresa, será freguez desta dos productos de sua lavoura vendendo-os á empresa, ou levando-os ás suas fabricas para alli serem beneficiados, tudo pelos preços ordinarios das fabricas; pena de se considerar devedor em móra e poder ser executado pelo total do titulo do § 4º e juros. Fica entendido que a prohibição de levar os productos a outras fabricas ou de vendel-os por conta propria só se refere aos generos que devam ser beneficiados pelas fabricas da empresa, e as materias primas de sua manufactura. Esta disposição se applicará igualmente aos cultivadores que contrahirem emprestimos nos termos do art. 13 e seus paragraphos.

Art. 20. Poderá a empresa cultivar por si as terras devolutas do art. 1º e arrendar para o mesmo fim propriedades agricolas na zona de sua concessão.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 21. A assembléa geral é a reunião dos accionistas da companhia possuidores de cinco ou mais acções, inscriptas com antecedencia de 30 dias, convocada na fôrma legal.

§ 1.º Os possuidores de acções convertidas em titulos ao portador só poderão fazer parte da assembléa geral quando tenham

depositado os seus titulos na companhia oito dias antes do das reuniões.

§ 2.º Os accionistas de menos de cinco acções não teem o direito de votar nem o de concorrer para a formação da assembléa geral, mas lhes é permittido comparecer ás reuniões, discutir o assumpto sujeito a deliberações e propôr o que entender conveniente.

§ 3.º A caução não impede o accionista de fazer parte da assembléa geral e votar.

Art. 22. A convocação da assembléa geral, seja ordinaria, seja extraordinaria, será feita por annuncios no jornal official do Estado e nos de maior circulação, com 15 dias de antecedencia, que se reduzirão a 5 si, mallograda a primeira, se houver de convocar novas reuniões.

Paragrapho unico. Nos annuncios declarar-se-ha o objecto da convocação.

Art. 23. Reunir-se-ha ordinariamente a assembléa geral todos os annos nos mezes de fevereiro ou março, e extraordinariamente sempre que a directoria entender necessario, ou o requererem sete ou mais accionistas.

Art. 24. As assembléas geraes serão presididas pelo membro da directoria na occasião investido no cargo de presidente que constituirá a mesa, convidando dous accionistas para 1º e 2º secretarios.

Art. 25. A votação na assembléa geral será assim regulada:

Cada cinco acções dá direito a um voto.

Podem votar os tutores por seus pupillos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações o os procuradores, sendo accionistas.

As procurações devem ser entregues no escriptorio da companhia oito dias antes do da reunião, sob pena de não produzirem effeito algum.

A votação para eleição será sempre por escrutinio.

## CAPITULO V

### DO FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDO

Art. 26. O fundo de reserva será constituido com dez por cento sobre os lucros liquidos de cada semestre e com os dividendos não reclamados depois de cinco annos.

Art. 27. Dos lucros liquidos resultantes das operações feitas em cada semestre se fará o dividendo, deduzida a quantia destinada ao fundo de reserva.



## CAPITULO VI

## DA DIRECTORIA

Art. 28. A administração da companhia será exercida por uma directoria composta de tres membros, eleitos de seis em seis annos, revogaveis e reelegiveis, os quaes designarão entre si o presidente.

Paragrapho unico. Os eleitos antes de entrarem em exercicio caucionarão cada um vinte e cinco acções da companhia, como responsabilidade de sua gestão.

Art. 29. Não poderão exercer conjunctamente cargos na administração, pae e filhos, sogro e genro, irmãos e cunhados durante o cunhadio, socios da mesma firma.

Art. 30. Salvo licença concedida pela assembléa geral, entendendo-se haver renunciado o cargo o director que deixar de exercer as funcções por mais de tres mezes.

Art. 31. A vaga de director será preenchida provisoriamente por um accionista, designado pela directoria até a primeira reunião da assembléa geral, que proverá sobre a nomeação definitiva.

Art. 32. Nas assembléas geraes ordinarias, a directoria apresentará o relatorio e balanço das operações da empresa, realizadas no anno anterior.

Art. 33. Além das attribuições que lhe são conferidas pela lei, a directoria compete :

§ 1.º Celebrar contractos em nome da companhia.

§ 2.º Resolver sobre quaesquer operações que interessem a empresa, sobre aquisição ou alienação de bens, e sobre quaesquer despesas necessarias á boa execução dos serviços e operações da empresa.

§ 3.º Emitir quaesquer titulos em casos de operações de credito autorizadas por estes estatutos e pela assembléa geral.

§ 4.º Fixar no fim de cada semestre o dividendo a distribuir.

§ 5.º Fazer chamadas de capital e promover nos termos do artigo as execuções contra os accionistas remissos.

§ 6.º Saccar sobre os capitaes da empresa depositados em qualquer estabelecimento bancario, devendo os cheques ser assignados por um director, com o visto de outro.

§ 7.º Cumprir e fazer cumprir estes estatutos e as resoluções da assembléa geral.

§ 8.º Solicitar dos poderes publicos quaesquer favores, privilegios e isenções.

§ 9.º Nomear um gerente, que poderá ser um de seus membros.

§ 10. Nomear e contractar todos os empregados necessarios ao bom andamento dos negocios da empresa e marcar-lhes os vencimentos e honorarios.

§ 11. Representar a empresa por seu presidente em todos os actos publicos ou particulares, para o que lhe são conferidos poderes geraes e os de procurador em causa propria.

§ 12. Prover, finalmente, em tudo que for tendente aos negocios da empresa, aqui não especificados, e que não dependam de deliberação da assembléa geral.

Art. 34. Ao gerente compete :

§ 1.º Promover os negocios da empresa, administrando e fiscalizando os serviços da fabrica por si, ou por prepostos nomeados pela directoria, á sua indicação.

§ 2.º Providenciar sobre a compra de mercadorias necessarias aos serviços das fabricas, e exportação dos productos por ellas beneficiados ou manufacturados.

Art. 35. O director-presidente é o órgão da directoria e nessa qualidade a elle compete:

§ 1.º Presidir as reuniões da directoria.

§ 2.º Assignar quaesquer procurações e actos expedidos em virtude de resolução da directoria.

§ 3.º Representar a empresa e a directoria em juizo ou fóra delle, para o que poderá constituir mandatarios.

§ 4.º Superintender todos os negocios da empresa.

§ 5.º Executar e fazer cumprir e executar todas as resoluções da directoria.

Art. 36. A directoria vencerá os honorarios e porcentagens sobre os lucros, que forem estipulados na primeira reunião de accionistas.

Art. 37. O gerente, si for um dos directores, terá mais uma gratificação *pro labore* estabelecida pelos outros dous membros da directoria. Si for, porém, pessoa estranha á directoria terá o vencimento que for por esta marcado.

## CAPITULO VII

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 38. A companhia terá um conselho fiscal composto de tres membros eleitos annualmente na sessão ordinaria da assembléa geral, sendo reelegiveis e servindo gratuitamente.

Paragrapho unico. Serão tambem eleitos na mesma occasião tres membros supplentes do conselho para substituirem os effectivos no caso de impedimento.

Art. 39. Compete aos fiscaes :

1.º Emittir parecer sobre os negocios e operações da companhia, tendo por base o balanço, inventarios e mais contas da administração, para, publicado com o relatorio, ser apresentado á assembléa geral ;

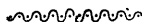
2.º Convocar a assembléa geral dos accionistas, si, tendo requisitado da directoria a sua convocação, ella o não tiver feito dentro de 30 dias.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40. A directoria é autorizada a fazer nestes estatutos as modificações que forem indicadas pelo Governo por ocasião de sua approvação nos termos do contracto.

Paragrapho unico. Estas modificações entrarão logo em execução independentemente de approvação pela assemblea geral dos accionistas.

O incorporador, *Henrique Sales*.



## DECRETO N. 1284 — DE 15 DE JANEIRO DE 1891

Eleva o numero dos continuos da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.

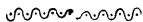
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ás exigencias do serviço publico, resolve elevar a mais um o numero dos continuos da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.

O Marechal Floriano Peixoto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Governo Provisorio, 15 de janeiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Floriano Peixoto.*



## DECRETO N. 1285 — DE 16 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita ao Visconde de Barbacena para explorar carvão de pedra no Estado de Santa Catharina.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Considerando que não foram observadas as clausulas annexas ao decreto n. 7930 de 4 de dezembro de 1880, que concedeu per-

missão ao Visconde de Barbacena para explorar carvão de pedra nas cabeceiras do rio Tubarão, do Estado de Santa Catharina, resolve declarar caduca a mesma concessão.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 16 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



DECRETO N. 1286 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Transfere á Companhia Industrial e Agricola Sul Mineira a concessão constante do decreto n. 654 de 9 de agosto de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram os cidadãos Juvenal Damasceno e Augusto Cesar, concessionarios, por decreto n. 654 de 9 de agosto de 1890, da garantia de juros para um engenho central de assucar e alcool de canna, no municipio de Lavras, Estado de Minas Geraes, resolve permittir que a referida concessão seja transferida á Companhia Industrial e Agricola Sul Mineira.

Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1287 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede a Eugenio Lopes de Souza autorização para montar uma rede telephonica na cidade da Parahyba do Norte, ligando-a ao porto e cidade de Cabedello e á cidade do Recife.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de utilidade publica a rede telephonica que o cidadão Eugenio Lopes de Souza se propõe montar na cidade da Parahyba do Norte, capital do Estado do mesmo nome, ligando-a ao porto e povoação de Cabedello e á cidade do Recife :

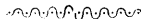
Resolve conceder autorização ao referido proponente para, por si ou companhia que organizar, levar a effeito o estabelecimento das citadas rede e ligação telephonicas, mediante as mesmas clausulas da concessão a que se refere o decreto n. 936 de 24 de outubro de 1890.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1288 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão ao engenheiro Joaquim da Costa Chaves Faria para transferir a concessão constante do decreto n. 933 de 24 de outubro de 1890 á Empresa de Obras Publicas no Brazil.

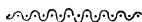
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve, attendendo ao que requereu o engenheiro Joaquim da Costa Chaves Faria, concessionario das linhas telephonicas constantes do decreto n. 936 de 24 de outubro de 1890, conceder-lhe a necessaria permissão para a transferencia daquella concessão á Empresa de Obras Publicas no Brazil.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



DECRETO N. 1289 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão ao cidadão João Bernardo da Cruz Junior para estabelecer centros telephonicos nas cidades de Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemirim e Linhares, no Estado do Espirito Santo, ligando-as entre si.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que as redes telephonicas que se propõe fundar o cidadão João Bernardo da Cruz Junior nas cidades de Victoria, S. Matheus, Benevente, Itapemirim e Linhares, no Estado do Espirito Santo, ligando-as entre si, são destinadas a prestar importantes serviços a essas localidades, resolve conceder ao referido proponente autorização para, por si ou companhia que organizar, levar a effeito a construcção das citadas redes e ligações telephonicas, mediante as seguintes clausulas:

- 1.<sup>a</sup> O prazo da concessão é de 15 annos.
- 2.<sup>a</sup> O concessionario ou companhia pagará á Federação dez por cento da renda bruta da empresa.
- 3.<sup>a</sup> No caso de querer o Governo proceder a resgate, o pagamento será feito em apolices da divida publica que produzam juro equivalente á receita liquida média annual da empresa, nos cinco annos anteriores á data do resgate, ou sómente nos annos anteriores, si o resgate tiver logar antes do primeiro quinquennio.
- 4.<sup>a</sup> Fica ao Governo o direito de fiscalizar a empresa, do modo que entender conveniente.
- 5.<sup>a</sup> A concessão caducará si não forem começadas as obras antes de seis mezes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar,

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1290 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Confirma a concessão feita pela Intendencia Municipal da cidade da Fortaleza ao cidadão Arnulpho Pamplona para o estabelecimento de linhas telephonicas no municipio daquella cidade.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de utilidade publica as linhas telephonicas que propõe estabelecer o cidadão Arnulpho Pamplona na cidade e municipio da Fortaleza, capital do Estado do Ceará, resolve confirmar a concessão feita para o alludido fim ao referido cidadão pela Intendencia Municipal da dita cidade, obrigando-se, porém, o concessionario às seguintes condições:

- 1.<sup>a</sup> O prazo desta concessão é de 15 annos.
- 2.<sup>a</sup> O concessionario pagará ao Thesouro Federal dez por cento da renda bruta da empresa.
- 3.<sup>a</sup> No caso de querer o Governo Federal proceder ao resgate da mesma, o pagamento será feito em apolices da divida publica que produzam juros equivalentes á renda liquida média annual da empresa, nos cinco annos anteriores á data do resgate, ou sómente dos annos anteriores, si o resgate tiver logar antes do primeiro quinquennio.
- 4.<sup>a</sup> Fica ao Governo Federal o direito de fiscalizar a empresa do modo que entender conveniente.
- 5.<sup>a</sup> A concessão caducará si não forem começadas as obras antes de seis mezes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1291 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Edmundo Perimon e José Ramos Pena para explorarem um systema destinado a pôr ao abrigo das intemperies quaesquer conductores electricos.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que o systema cuja descripção e planos

apresentaram Edmundo Perimon, cidadão francez, e José Ramos Pena, cidadão brasileiro, e que tem por objecto pôr ao abrigo das intemperies quaesquer conductores electricos, pôde servir aos fins a que se destina :

Resolve, attendendo ao que lhe requereram os referidos cidadãos, conceder-lhes, sem onus ou privilegio algum, permissão para explorarem no Brazil o alludido systema.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



DECRETO N. 1292 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede a Benito Nichols permissão para correr fios de arame na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de transmittir noticias commerciaes.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de utilidade publica a proposta apresentada por Benito Nichols, representante de Aloys Wirsching, pela patente concedida nos Estados Unidos da America do Norte sob n. 327.911 de 6 de outubro de 1885;

Resolve conceder permissão ao referido Benito Nichols para correr fios de arame na cidade do Rio de Janeiro, com o fim de fornecer ao commercio e a particulares informações de character commercial, como sejam: vendas, compras, cotações de titulos publicos, cambiaes, mercadorias, movimento do porto, etc., e bem assim noticias sobre o resultado das corridas de cavallos e todo o movimento sportivo, obrigando-se o concessionario ás seguintes condições :

1ª A presente concessão é feita sem onus para a Republica nem privilegio para o concessionario ;

2ª Os fios serão collocados nas casas, depois de obtido o consentimento dos proprietarios ;

3ª Os fios serão ligados a uma estação central situada na Bolsa ou proximidades ;

4ª Todos os fios serão isolados ;

5ª O numero de fios metallicos será de quinze ;

6ª Em caso nenhum serão collocados postes ou columnas nas ruas e praças da cidade ;

7ª A estação central só poderá transmittir as noticias aos assignantes e nunca receber dos mesmos, ou de quem quer que seja, recados ou noticias de qualquer ordem ;



8ª O Governo Federal fiscalizará, como e quando entender, o concessionario ou empreza.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



DECRETO N. 1293 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos  
Contra Fogo.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que com este baixam e que foram votadas em assembléa geral de accionistas effectuada no dia 12 de dezembro do anno proximo passado.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Alterações nos estatutos da Companhia Nacional de  
Seguro Mutuo Contra Fogo, a que se refere o  
decreto n. 1293 de 17 de janeiro de 1891.**

Onde diz : Imperial Companhia, diga-se: Companhia Nacional, etc.

## CAPITULO I

## DA COMPANHIA, SUA DURAÇÃO E FINS

Art. 1.º Onde diz: A Imperial Companhia, diga-se: A Companhia Nacional, etc., e onde diz: por mais 20 annos, diga-se: por mais 50, etc.

Art. 2.º Onde diz: e a de Nitheroy, diga-se: e as do Estado do Rio de Janeiro, onde convier.

## CAPITULO II

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6.º Onde diz: o governo e administração da companhia reside, diga-se: residem, etc., e onde diz: e na directoria, diga-se: e no director, etc.

Art. 7.º Onde diz: e assignados pela directoria, diga-se: pelo director, etc.; e no periodo em seguida, onde diz: uns e outros, diga-se: todos, etc.

Art. 8.º Onde diz: a directoria, diga-se: o director.

## CAPITULO III

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 10. Onde diz: nos arts. 20 e 47, diga-se: 20 e 50.

Art. 11. Onde diz: arts. 20 e 47, diga-se: 20 e 50.

Art. 13. Onde diz: sobre proposta de um dos directores, digase: director, etc.

Art. 15, § 1.º Onde diz: Governo Imperial, diga-se: Governo.

§ 6.º Onde diz: directoria, diga-se: do director, etc.

Art. 16. Onde diz: a directoria, diga-se: do director, etc.

Art. 19. Onde diz: a directoria, diga-se: o director, etc.

Art. 20. Onde diz: da directoria, diga-se: do director, etc.

## CAPITULO IV

## DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 23. Onde diz: escolhidos, diga-se: eleitos, e onde diz: logo que entrarem, diga-se: logo que entre, e onde diz: escolherá de entre si dous membros que constituirão a directoria que terá, etc., diga-se: elegerá de entre si um director que terá, etc.

Art. 25. Onde diz : pela directoria, diga-se : pelo director.

Art. 26, § 1º, substituido por : nomear um gerente, sobre proposta do director.

§ 2.º O primeiro dos estatutos.

§ 3.º O segundo dos estatutos.

§ 4.º O terceiro dos estatutos.

§ 5.º O quarto dos estatutos.

§ 6.º O quinto dos estatutos.

§ 7.º O mesmo dos estatutos.

§ 8.º O mesmo dos estatutos.

Substituindo-se nelles a palavra directoria pela — director — e supprimindo-se o § 6º dos estatutos.

Art. 29. Onde diz : pela directoria, diga-se : pelo director.

## CAPITULO V

### DO DIRECTOR

Onde diz : da directoria, diga-se : do director.

Art. 30. Substituido pelo seguinte :

O director será nomeado pelo conselho, na forma do art. 23, e as suas funções terão a duração das do conselho.

Art. 31. Onde diz : os directores achar-se-hão, diga-se : o director achar-se-ha; e onde diz : para resolverem e fiscalizarem, diga-se : para resolver e fiscalizar.

§ 5.º Acrescente-se depois das palavras—empregados da companhia: propôr ao conselho a nomeação do gerente, de entre os empregados ou os associados da companhia, quando de entre aquelles não houver idoneos.

§ 8.º Acrescente-se depois de—dinheiros da companhia: conjunctamente com o gerente.

§ 13. Onde diz: directoria, diga-se: director.

Art. 32. Onde diz: cada director vencerá o honorario de 4:800\$ annuaes e mais, igualmente repartida pelos dous, a porcentagem de 4 %, diga-se : o director vencerá o honorario de 600\$ mensaes e mais a porcentagem de 3 % dos dividendos, etc.; e onde diz : a quantia de 6:000\$, diga-se : 9:000\$000.

Art. 33. Em lugar de directores, diga-se: director.

Art. 34. Onde diz: qualquer dos directores, diga-se : quando o director deixar, etc.

Art. 35. Substituido pelo seguinte :

No impedimento do director, o conselho nomeará um dos seus membros para substitui-lo.

## CAPITULO VI

Em lugar — da commissão de exame de contas, diga-se: do gerente.

Art. 36. Substituído todo o artigo e seus parágraphos pelo seguinte :

O gerente será nomeado de conformidade com o § 1º do art. 26, e prestará, para entrar no exercício do seu cargo, a fiança de 5:000\$, cujo processo será regulado pelo conselho.

Compete-lhe :

§ 1.º A inspecção do escriptorio.

§ 2.º A guarda dos livros, a conservação dos moveis e mais objectos pertencentes á companhia.

§ 3.º Agenciar seguros e tratar de todo o serviço externo da companhia.

§ 4.º Assignar conjunctamente com o director o expediente, as apolices, os contractos e os cheques para o levantamento dos dinheiros.

Art. 37. Substitua-se por este :

O gerente vencerá 400\$ mensaes e terá como remuneração a percentagem de 2 % dos dividendos que forem distribuidos aos associados, não podendo exceder os vencimentos e percentagem da quantia de 6:000\$000.

## CAPITULO VII

Em vez de dividendos e retornos, diga-se:

### DA COMISSÃO DE EXAME DE CONTAS

Art. 38. O art. 36 dos estatutos, e onde diz, no § 1º: a directoria, diga-se: o director, etc., bem como no § 2º.

## CAPITULO VIII

Em logar de fundo de reserva, diga-se:

### DOS DIVIDENDOS E RETORNOS

Art. 39. O art. 37 dos estatutos.

Art. 40. O art. 38 dos estatutos.

Art. 41. O art. 39 dos estatutos.

Art. 42. O art. 40 dos estatutos, e onde diz : pela directoria, diga-se: pelo director, etc.

## CAPITULO IX

Em logar da dissolução e liquidação, diga-se:

### DOS FUNDOS DE RESERVA E ESPECIAL

Art. 43. O art. 41 dos estatutos. Em logar de 300:000\$, diga-se: 200:000\$000.

Art. 44. O art. 42 dos estatutos. E depois das palavras: da somma de 200:000\$, diga-se: 100:000\$, devendo elevar-se a de 200:000\$ com accumulação sómente dos juros que vencer.

Art. 45. O art. 43 dos estatutos como está, e onde diz: no § 1º, art. 37, diga-se: 39.

No § 3º, onde diz art. 40, diga-se: art. 42.

Art. 46. O art. 44 dos estatutos.

Art. 47. O art. 45 dos estatutos. E em vez das palavras: e apolices da divida publica, etc., diga-se: em titulos da divida publica ou em acções do Banco do Brazil integralizadas.

Art. 48. Quando o fundo de reserva tiver attingido a importancia de 100:000\$000, será destinada a quota do § 1º do art. 45 à constituição de um fundo especial, destinado a auxiliar a indemnização dos sinistros dos annos seguintes, limitado, porém, no maximo de 50:000\$000.

## CAPITULO X

Em lugar de disposições geraes, diga-se:

### DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 49. O art. 46 dos estatutos e seus paragraphos.

Art. 50. O art. 47 dos estatutos.

Art. 51. O art. 48 dos estatutos.

Art. 52. O art. 49 dos estatutos.

## CAPITULO XI

(E' o X dos estatutos)

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 53. O art. 50 dos estatutos, e onde diz: a directoria, diga-se: o director.

Art. 54. O art. 51 dos estatutos.

Art. 55. O art. 52 dos estatutos e accrescente-se, depois do contracto de seguro: na conformidade do art. 26 § 8º.

Art. 56. O art. 53 dos estatutos. E depois das palavras: sendo assignadas, substitua-se por: pelo director e gerente.

Art. 57. O art. 54 dos estatutos. E onde diz: 25:000\$, diga-se, 30:000\$ para cada segurado.

Art. 58. O art. 55 dos estatutos.

Art. 59. O art. 56 dos estatutos.

Art. 60. O art. 57, que fica substituído pelo seguinte :

Os impedimentos temporários dos membros do conselho, do director, dos membros da comissão de exame de contas e do gerente, serão todos preenchidos pelo conselho, o qual nomeará um associado, nas condições do art. 22, para os primeiros, um dos seus membros para o segundo, o que se seguir na ordem da votação para os terceiros, e um interino, na conformidade do art. 31 § 5º, para o ultimo.

As vagas, porém, definitivas de membros do conselho e da comissão de exame de contas serão preenchidas, na forma da parte primeira deste artigo, sómente até a primeira reunião da assembléa geral da companhia, em que se fará a respectiva eleição.

O art. 58 dos estatutos foi supprimido.

Art. 61. O art. 59 dos estatutos, substituído por :

O director fará depositar diariamente as quantias, que não forem necessarias ao expediente, em conta corrente em um banco desta praça, á escolha do conselho.

Art. 62. O art. 60 dos estatutos ; onde diz : directores, diga-se : director ; onde diz : especialmente escolhidos , diga-se : designados, etc.

Art. 63. O art. 61 dos estatutos, substituído por :

Quando o director, por ter deixado o cargo, houver prestado suas contas e estas tiverem sido approvadas pela assembléa geral, poderá com uma certidão da acta dar baixa da fiança ou hypotheca ; devendo-se no respectivo contracto declarar que o onus cessa com a approvação das contas do ultimo anno da sua administração.

Art. 64. O art. 62 dos estatutos.

Supprimidos os arts. 63 e 64 dos estatutos.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 65. Fica a actual directoria autorizada a impetrar do Governo a approvação das presentes alterações dos estatutos, a acceitar as modificações que o mesmo fizer, uma vez que não alterem substancialmente as idéas nellas contidas, adoptadas pela assembléa geral.

Art. 66. Só depois de approvadas estas alterações e regularmente incluídas nos estatutos, se reunirá a primeira assembléa geral ordinaria da companhia para a sua reorganização, de accordo com os mesmos estatutos.



## DECRETO N. 1294 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Crêa no Instituto Nacional dos Cegos a cadeira de geographia universal e especialmente do Brazil e chorographia do Brazil e a do curso primario.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve crear no Instituto Nacional dos Cegos as seguintes cadeiras :

A de geographia universal e especialmente do Brazil e chorographia do Brazil, separando-a da cadeira de historia, que passará a ser de historia universal e especialmente do Brazil ;

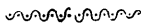
A do curso primario, abrangendo todas as materias do ensino primario, inclusive noções elementares de geographia geral.

Estas cadeiras terão seus respectivos professores com os mesmos vencimentos dos actuaes, de accordo com a tabella annexa ao regulamento que baixou com o decreto n. 403 de 17 de maio de 1890.

Palacio do Governo Provisorio 17 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



## DECRETO N. 1295 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Proroga por seis mezes o prazo marcado no art. 62 do decreto n. 612 de 31 de julho de 1890, para organização do Banco Nacional Hypothecario e apresentação dos respectivos estatutos.

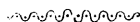
O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Dr. Antonio Felício dos Santos, por si e como cessionario dos direitos dos Drs. E. Pierantoni, Henrique Lisboa e Salvatori Nicosia e de S. Questa e D. S. de Paiva, concessionarios do Banco Nacional Hypothecario, creado pelo decreto n. 612 de 31 de julho de 1890, resolve prorogar por seis mezes igual prazo marcado no art. 62 do mesmo decreto, para organização do referido banco e apresentação dos respectivos estatutos.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Ruy Barbosa.*



DECRETO N. 1296 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Altera a classificação da comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

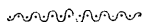
Artigo unico. Fica elevada a 3ª entrancia a comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



DECRETO N. 1297 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Altera a classificação da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica elevada a 2ª entrancia a comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*





## DECRETO N. 1298 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Cururupá, no Estado do Maranhão.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da comarca de Guimarães a força da Guarda Nacional qualificada na de Cururupá, ambas no Estado do Maranhão, e com ella creado um commando superior da mesma Guarda, que se comporá do 10º batalhão de infantaria, já organizado, e dos de ns. 44 da activa e 13 da reserva, ora creados, com seis companhias cada um, e que serão organizados nas freguezias da referida comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1299 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Crêa mais um batalhão da Guarda Nacional na comarca de Guimarães, no Estado do Maranhão, e eleva á categoria de batalhão a 3ª secção da reserva da mesma Guarda da referida comarca.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca de Guimarães mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com seis companhias e a designação de 45º, que se organizará nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Fica elevada á categoria de batalhão, com seis companhias e a designação de 14, a 3ª secção de batalhão da reserva da mesma Guarda Nacional da referida comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1300 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Cria mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Cintra, no Estado do Pará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cintra, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com seis companhias e a designação de 44º, que se formará com os guardas nacionaes alistados na freguezia de Nossa Senhora do Socorro de Salinas; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1301 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Cria mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais nas comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado nas comarcas de Santarém e Monte Alegre, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria, com seis companhias e a designação de 45º, que se comporá dos guardas alistados na freguezia de Sant'Anna de Itaituba; revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*



## DECRETO N. 1302 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Cria uma Inspectoria Geral para fiscalização das linhas ferreas e fluviaes.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando :

Que a inspecção e fiscalização das empresas de viação geral tem sido feitas até ao presente por engenheiros nomeados pelo Governo e exercendo suas funções isoladamente, segundo instrucções que recebem pela Secretaria da Agricultura, por esse mesmo canal prestando contas de seus actos ao respectivo Ministro ;

Que por esse meio tem sido impossivel dar ao serviço de fiscalização a uniformidade e energia indispensaveis para que sejam rigorosamente cumpridas as disposições dos contractos feitos com as empresas pela accumulção de trabalhos que pesam sobre a referida Secretaria ;

Que desde muito acha-se reconhecida a necessidade de dar organização propria ao dito serviço, tendo sido expedido com tal fim o regulamento que baixou com o decreto n. 8947 de 19 de maio de 1883, o qual não teve até agora execução sinão em algumas de suas disposições menos importantes ;

Que organizado o plano de viação geral da Republica, e estando já contractada a maior parte das linhas que o compoem, ainda mais se impõe a urgencia de submeter o alludido serviço a uma organização regular, uniforme e efficiente ;

Decreta :

Fica creada uma Inspectoria Geral incumbida de inspecionar as linhas de viação geral e fiscalizar a execução dos respectivos contractos, com a organização de pessoal e as attribuições a este conferidas no regulamento que com este baixa assignado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que expedirá as ordens precisas para que o mesmo regulamento tenha desde já plena execução.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Regulamento para a fiscalização do serviço das estradas de ferro e linhas de navegação fluvial contractadas com o Governo Federal, a que se refere o decreto n. 1302 desta data.**

## **TITULO I**

**Da inspecção e fiscalização da viação geral da Republica**

### **CAPITULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO**

**Art. 1.º** Fica creada uma Inspectoria Geral, destinada a inspecção e fiscalizar a construção e trafego das vias ferreas e fluvias pertencentes à rêle da viação geral da Republica a cargo do Governo Federal.

A inspecção e fiscalização comprehenderão:

§ 1.º As estradas de ferro concedidas pelo Governo Federal, com ou sem garantia de juros, fiança, subvenção e outros favores.

§ 2.º As concedidas pelos Estados, quando gozarem de garantia ou fiança de juros pelo Estado Federal.

§ 3.º As que, concedidas pelos Estados, vierem a ser incorporadas na rêde de viação, passando para a jurisdição do Governo Federal.

§ 4.º As vias de navegação fluvial, com ou sem garantia de juros ou subvenção, que fizerem parte do systema de viação geral.

**Art. 2.º** A Inspectoria Geral, que terá sua séde na Capital Federal, se comporá:

1º, de um engenheiro inspector geral ;

2º, de quatro engenheiros inspectores de districto e quatro engenheiros ajudantes de districto ;

3º, de um pessoal de escriptorio.

Paraphrasis unico. Poderá funcionar junto á Inspectoria, emquanto o Ministro da Agricultura o julgar conveniente, um official superior do corpo de engenheiros militares, no caracter de addido.

**Art. 3.º** A Inspectoria será auxiliada por um corpo de engenheiros fiscaes junto ás empresas sujeitas á sua inspecção e fiscalização.

**Art. 4.º** A Inspectoria Geral funcionará em Junta, composta pelo inspector geral, inspectores de districto e addido militar.

Art. 5.º As empresas de viação ferrea e fluvial, sujeitas á inspecção e fiscalização do Governo Federal, serão grupadas em quatro grandes districtos formados:

O 1º, pelos Estados de Mato Grosso, Goyaz, Amazonas e Pará ;

O 2º, pelos Estados do Maranhão, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Alagóas ;

O 3º, pelos Estados de Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Minas Geraes e pelo Districto Federal ;

O 4º, pelos Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Paragrapho unico. Quando a linha de viação ferrea ou fluvial, pertencente á mesma empresa, ficar comprehendida em mais de um districto, a sua fiscalização pertencerá ao districto que em maior extensão for por ella percorrida.

## CAPITULO II

### DA INSPECTORIA GERAL

Art. 6.º A Inspectoria Geral compete:

1.º Decidir todas as questões que pelo presente regulamento forem de sua competencia, e informar ao Governo sobre tudo quanto relativamente á viação geral e sua fiscalização delle depender ou por elle for consultada ;

2.º Discutir e votar todas as questões submittidas á sua deliberação, por qualquer de seus membros, que tenham character geral em relação á viação geral ;

3.º Discutir e votar todas as questões submittidas á sua deliberação pelos inspectores de districto, concernentes ao respectivo districto ;

4.º Discutir e votar as questões propostas pelo addido militar e que forem de sua competencia ;

5.º Computar o capital que em definitiva tiver de gozar da garantia, fiança ou subvenção, e propôr ao Ministro, depois de approvadas as contas, a fixação definitiva desse capital ;

6.º Informar ao Governo sobre as modificações que as empresas propuzerem, affectando o orçamento geral, e approvar as alterações por ellas suggeridas nos projectos de obras, typo, qualidade ou quantidade de materiaes, quando dahi resultarem vantagens para o Estado e para o serviço da viação, computando no capital garantido, affiançado ou subvencionado o augmento de despesa, que resultar, até ao limite do capital fixado, ou descontando as economias que resultarem, salvo disposição em contrario ou especial nos respectivos contractos ;

7.º Informar ao Ministro sobre a conveniencia de ser alterado qualquer trecho do traçado em execução ou já construido, para que, no caso de economia dos dinheiros publicos, possa solicitar do poder competente o augmento do capital garantido ou affiançado ;

8.º Habilitar o Ministro com as precisas informações para autorizar em cada semestre o pagamento dos juros garantidos ou afiançados, e das subvenções nas épocas próprias; e bem assim para ordenar o recebimento das quotas que couberem ao Estado Federal, como indemnização da garantia, fiança ou subvenção prestada às empresas;

9.º Habilitar o Ministro com as precisas informações para resolver as questões que surgirem entre duas ou mais empresas e forem da alçada do poder executivo;

10. Propôr ao Ministro a adopção de medidas suggeridas pela iniciativa da propria Inspectoria, tendentes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da rede de viação geral;

11. Propôr quanto lhe occorrer no interesse de desenvolver o trafego e reduzir as despesas de custeio nas linhas da viação geral;

12. Decidir em todos os casos de duvida ou desacordo entre o inspector e as empresas do respectivo districto;

13. Propôr ao Ministro a nomeação, promoção e demissão do pessoal do corpo de engenheiros fiscaes e do escriptorio central, e distribuir esse pessoal de accordo com as conveniencias do serviço;

14. Providenciar sobre as occurrencias que se derem no serviço da fiscalização e expedir as instrucções para o serviço fiscal;

15. Propôr ao Ministro a applicação de penas e multas em que incorrerem as empresas, e informar sobre as razões que estas allegarem em sua defesa;

16. Examinar e processar os documentos e contas de despeza por conta do capital com garantia de juros, fiança ou subvenção, e os balanços e documentos semestraes das estradas e linhas fluviaes em trafego;

17. Propôr ao Ministro, no principio de cada exercicio, a autorização para as despesas com o escriptorio central e escriptorios dos engenheiros fiscaes;

18. Apresentar ao Ministro, em epoca determinada, um relatório annual circumstanciado dos serviços a seu cargo, noticia minuciosa sobre cada uma das linhas de viação geral, acompanhada de quadros demonstrativos e estatisticos da despeza, receita e movimento;

19. Autorizar o fornecimento do material de escripta e desenho, expediente e installação dos escriptorios central e dos engenheiros fiscaes;

20. Providenciar nos casos omissos no presente regulamento, dando prompto conhecimento ao Ministro, e propôr as alterações que a pratica aconselhar.

Art. 7.º Todas as deliberações e actos da Inspectoria serão levados ao conhecimento e submettidos á approvação do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 8.º Todos os actos e resoluções da competencia da Inspectoria serão resolvidos em Junta composta dos inspectores de

districto e do addido militar, sob a presidencia do inspector geral.

§ 1.º A Junta funcionarà com o numero de seus membros que se acharem na sêde da Inspectoria.

§ 2.º A Junta farà ordinariamente duas sessões por semana, e extraordinariamente sempre que for preciso, em dias e horas previamente marcados.

§ 3.º As suas decisões serão tomadas por maioria de votos, tendo o presidente voto de qualidade no caso de empate de votação, cabendo ao Ministro, caso não se apurar maioria, decidir, para o que lhe será submittida a questão com os fundamentos de cada voto.

§ 4.º Na ausencia do inspector de districto, tomarà parte na Junta o respectivo ajudante na qualidade de informante, podendo discutir sómente os assumptos concernentes ao districto em que servir e sem direito de votar.

§ 5.º O addido militar pôde tomar parte em discussão de qualquer assumpto, mas só terá voto nas questões que interessarem sob o ponto de vista da engenharia militar.

§ 6.º A Junta só tomarà deliberações sobre materia concernente a um districto, no caso de ausencia do respectivo inspector, quando o assumpto for urgente, ouvindo-o, entretanto, sempre que for possível.

Art. 9.º A Inspectoria, em tudo quanto concerne ao serviço a seu cargo, se entenderà directamente com o Ministro e por intermedio do inspector geral, ou quem suas vezes fizer.

Art. 10. Em seus impedimentos o inspector geral será substituido na presidencia da Junta pelo mais antigo dos inspectores de districto presentes, e, em igualdade de antiguidade, pelo mais idoso dos que se acharem presentes na sêde da Inspectoria.

### CAPITULO III

#### DO INSPECTOR GERAL, INSPECTORES DE DISTRICTO E ADDIDO MILITAR

Art. 11. Ao inspector geral cumpre :

§ 1.º Presidir as sessões ordinarias e convocar as extraordinarias da Junta da Inspectoria Geral.

§ 2.º Dirigir o escriptorio central e distribuir aos inspectores de districto e ao addido militar trabalhos que por seu character geral não estiverem comprehendidos nas attribuições privativas de cada um delles pelo presente regulamento.

§ 3.º Transmittir ao Ministro as decisões, pareceres e consultas da Inspectoria e communicar a esta as ordens, instrucções e resoluções do Governo.

§ 4.º No caso de empate de votação, o voto do inspector geral decide a maioria pela qualidade.

Art. 12. Aos inspectores de districto compete :

§ 1.º Inspeccionar as linhas de viação geral, do seu districto e o respectivo serviço fiscal, sempre que for necessario, e nunca menos de uma vez por anno.

§ 2.º Examinar, afim de sujeitar á approvação da Inspectoria, a planta geral do traçado das estradas e o respectivo orçamento, aconselhando o estudo de variantes do traçado, e as alterações que devam ser feitas no orçamento.

§ 3.º Examinar os projectos detalhados do alinhamento e nivelamento, os projectos, series de preços e orçamentos de obras d'arte, leito, edificios e dependencias ; typo, qualidade e quantidade de material fixo e rodante das estradas, e fluctuante e accessorios da navegação fluvial, cabendo-lhes exigir das empresas as alterações que forem resolvidos pela Inspectoria, com o fim de garantir a segurança, regularidade, presteza e barateza dos transportes ; melhoramento das condições technicas e economicas de primeiro estabelecimento, e trafego das vias que gozarem da garantia de juros, fiança ou subvenção.

§ 4.º Examinar as modificações que as empresas propuzerem no traçado geral ou solicitarem no orçamento geral, para submettel-as á approvação da Inspectoria.

§ 5.º Examinar a planta dos terrenos a desapropriar, precisos para a estrada ou linha de navegação, suas obras, estações, armazens, dependencias e officinas, e propôr á Inspectoria a sua approvação com ou sem modificações.

§ 6.º Examinar, rubricar e submeter á Inspectoria as relações de materiaes e mais objectos, que gozando de isenção de direitos de importação, em virtude de contractos ou decisões do poder competente, tenham de ser importados em cada anno.

§ 7.º Examinar os pedidos das empresas para levantamento de fundos e a sua retirada dos bancos em que forem depositados.

§ 8.º Aceitar definitivamente, de accordo com a deliberação da Inspectoria, por trechos, secções ou em globo, as estradas, suas obras, materiaes e dependencias, e propôr á Inspectoria a sua franquia.

§ 9.º Aceitar definitivamente por trechos, secções ou em globo as vias de navegação, suas obras, material fluctuante e dependencias, propondo a Inspectoria a sua franquia.

§ 10. Examinar as propostas de tarifas, suas modificações e condições regulamentares, e propôr á Inspectoria a sua approvação.

§ 11. Approvar o estabelecimento e suppressão de estações, os horarios e velocidades dos trens e vapores, e os regulamentos para os serviços das estradas e linhas de navegação, tudo de accordo com as resoluções do Governo.

§ 12. Approvar, de accordo com as deliberações da Inspectoria, o quadro e vencimentos do pessoal das empresas com garantia, fiança e subvenção, e bem assim as modificações que de futuro forem propostas pelas empresas ou engenheiros fiscaes.



§ 13. Pronôr á Inspectoria, sempre que julgar opportuno, a revisão das tarifas de transporte, com audiência das respectivas empresas, e propôr as modificações que forem convenientes.

§ 14. Estudar, para as empresas com garantia de juros, fiança ou subvenção, os meios de diminuir as despesas de custeio e de desenvolver as fontes de receita do tráfego.

§ 15. Decidir em todos os casos de duvida ou desacordo entre as empresas e os respectivos engenheiros fiscaes.

§ 16. Resolver, quando em viagem pelo seu districto, nos casos urgentes, communicando á Inspectoria a sua decisão acompanhada dos fundamentos, tudo por escripto.

§ 17. Dirigir a secção do escriptorio central correspondente ao seu districto.

§ 18. Relatar as questões concernentes ao districto de sua inspecção.

Art. 13. A correspondencia e transmissão de ordens, emanadas da Inspectoria, as reclamações das empresas, consultas e correspondencia de qualquer natureza entre a Inspectoria Geral e as empresas e fiscaes se farão por intermedio do inspector do respectivo districto.

Art. 14. Quando em visita no seu districto, o inspector poderá assumir, si o julgar necessario, as attribuições dos engenheiros fiscaes, passando estes a funcionar como immediatos auxiliares.

Art. 15. Ao addido militar compete estudar e propôr as medidas concernentes á viagem geral que tenham connexão com o serviço de guerra.

Art. 16. Ao addido militar cumpre :

§ 1.º Fazer parte da Junta da Inspectoria, podendo discutir todos os assumptos, mas com voto sómente nas questões da sua especialidade.

§ 2.º Relatar em todas as questões que tenham connexão com o ramo da engenharia militar.

§ 3.º Auxiliar o inspector geral nos trabalhos a cargo da secção central do escriptorio da Inspectoria Geral.

## CAPITULO IV

### DO ESCRIPTORIO DA INSPECTORIA

Art. 17. O escriptorio se comporá de cinco secções, das quaes uma, a central, sob a immediata direcção do inspector geral, e quatro correspondentes aos quatro districtos sob a direcção dos respectivos inspectores de districto.

Art. 18. A' secção central incumbe :

1.º A escripturação das despesas realizadas com o primeiro estabelecimento e que tenham de constituir a conta do capital garantido, afiançado ou subvencionado pelo Governo Federal;

a escripturação da receita e despesa das estradas e linhas de navegação fluvial em tráfego, com garantia, fiança ou subvenção ; a escripturação do serviço de garantia de juros, fiança e subvenções, tudo à vista das contas e documentos approvados pela Inspectoria e das decisões do Governo ;

2.º A escripturação das quantias revertidas para o Governo Federal como indemnização da garantia, fiança ou subvenção ;

3.º O historico de cada empresa, à vista do que constar nessa secção, do que lhe for communicado pelas outras e dos actos do Governo ;

4.º O registro, por extracto, de todas as decisões do Governo e actos legislativos referentes a cada uma das empresas ;

5.º O registro, por extenso, de todas as decisões e informações da Inspectoria, e bem assim dos votos discordantes dados com a respectiva fundamentação ;

6.º A organização das estatísticas geraes, à vista das espaciaes para cada districto organizadas nas respectivas secções ;

7.º O archivo e expediente do escriptorio central.

Art. 19. Constará esta secção do seguinte pessoal :

- 1 secretario ;
- 2 amanuenses ;
- 1 archivista ;
- 1 desenhista ;
- 1 continuo.

Art. 20. Ao secretario, ou em seus impedimentos a um dos engenheiros ajudantes do districto, designado pelo inspector geral, cumpre servir de secretario da Junta da Inspectoria.

Art. 21. A's secções de districto incumbem :

1.º O estudo e preparo de todas as questões e papeis concernentes ao districto respectivo ;

2.º A contabilidade relativa a cada uma das empresas fiscalizadas ;

3.º A correspondencia relativa aos negocios do districto ;

4.º Organização dos dados relativos ao districto, para o relatório annual ;

5.º Organização das estatísticas relativas ás linhas de viação geral do districto.

Art. 22. O pessoal de cada uma das secções de districto compõe-se de :

- Um inspector de districto ;
- Um engenheiro ajudante de districto ;
- Um amanuense.

Paragrapho unico. Haverá mais um continuo para o serviço das quatro secções de districto.

Art. 23. Aos ajudantes de districto compete :

§ 1.º Desempenhar os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo respectivo inspector.

§ 2.º Substituir o respectivo inspector na direcção da secção, de accordo com as instrucções deste e resoluções da Inspectoria Geral.

§ 3.º Tomar parte na Junta da Inspectoria, na ausencia ou impedimento do inspector de districto, para esclarecer os assumptos concernentes ao districto, mas sem direito de voto.

§ 4.º Servir de secretario da Junta da Inspectoria Geral, sempre que para isso for designado.

Art. 24. O escriptorio central funcionará todos os dias uteis das 9 1/2 horas da manhã às 3 da tarde.

## CAPITULO V

### DAS NOMEAÇÕES, VENCIMENTOS, FALTAS E SUBSTITUIÇÕES DOS EMPREGADOS

Art. 25. O inspector geral e inspectores de districto serão nomeados por decreto e estes designadamente para cada districto; o addido militar, por indicação do Ministro da Guerra e portaria do da Agricultura. Todos os demais empregados serão nomeados por portaria do Ministro da Agricultura, com designação da categoria ou classe, cabendo à Inspectoria designar-lhes o districto e empresas em que devam funcionar.

Art. 26. Os logares de inspector geral, inspectores de districto, fiscaes, ajudante de districto e ajudantes de fiscaes são considerados de accesso.

§ 1.º O inspector geral será de livre escolha do Ministro, de entre os inspectores de districto; os inspectores de districto serão tirados da classe dos engenheiros fiscaes; os ajudantes de districto, da classe dos ajudantes de fiscaes; os fiscaes da classe, dos ajudantes de districto e ajudantes de fiscaes indistinctamente.

§ 2.º Para os accessos prevalece a antiguidade e, em igualdade desta, o merecimento.

Art. 27. Só podem ser nomeados para os cargos da Inspectoria Geral cidadãos brasileiros, exigindo-se para os cargos de inspectores, ajudantes, fiscaes e ajudantes de fiscaes, engenheiros legalmente habilitados.

Art. 28. O pessoal perceberá os vencimentos seguintes annuaes:

Inspector geral.....	15:000\$000
Inspector de districto.....	10:000\$000
Engenheiro fiscal.....	7:000\$000
Dito, ajudante de districto.....	4:800\$000
Dito, ajudante de fiscal.....	3:750\$000
Secretario.....	4:800\$000
Amanuense.....	2:400\$000
Archivista.....	2:400\$000
Desenhista.....	3:600\$000
Continuo.....	1:200\$000

§ 1.º Dous terços destes vencimentos serão considerados ordenado, e um terço como gratificação.

§ 2.º A título de ajuda de custo para viagens e comedorias, se abonará mais, aos inspectores de districto quando em viagens, a diaria de 10\$000; aos engenheiros fiscaes em serviço activo a diaria de 6\$000 e aos ajudantes de fiscaes a diaria de 3\$000.

§ 3.º Ao addido militar, independente dos vencimentos de sua patente pelo Ministerio da Guerra, será abonada pelo Ministerio da Agricultura a gratificação mensal de 400\$000.

§ 4.º A um dos continuos, servindo de porteiro, se abonará a gratificação de 50\$000 mensaes.

§ 5.º Ao desenhista, accumulando o cargo de archivista, se abonará a gratificação correspondente a este cargo.

Art. 29. O inspector, engenheiros fiscaes e ajudantes de engenheiros fiscaes, quando em exercicio, terão passagem livre, aquelles nas estradas e vapores sob sua inspecção, e estes nos sujeitos a sua fiscalização.

Paragrapho unico. Os inspectores, quando em viagem de inspecção, e os fiscaes e ajudantes, quando em serviço da Inspectoria Geral, terão passagem por conta do Estado para sua pessoa, tanto nos vapores em que tiverem de viajar, como nas estradas de ferro que houverem de percorrer e em que já não gozem de passagem livre, nos termos do presente artigo.

Art. 30. Os empregados da Inspectoria gozarão de todas as vantagens de que gozam os empregados da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; e ficam sujeitos ao respectivo regulamento quanto ás licenças e penalidades.

## TITULO II

**Do exame e ajuste de contas das empresas com garantia de juros. e fiança ou subvenção do Governo Federal**

## CAPITULO VI

### DOCUMENTOS E ESTATISTICAS

Art. 31. As despesas serão justificadas com os projectos approvados, autorizações recebidas, contas, facturas, certificados, folhas de pagamento e, em geral, recibos devidamente legalizados.

Art. 32. A receita será demonstrada com os bilhetes de passagem, guias e recibos de fretes e, em geral, de quaesquer rendas, ordinaria, extraordinaria ou eventual.

Fica bem entendido que, para os effeitos de ajuste de contas, considerar-se-hão arrecadadas ou recebidas as rendas, desde que houverem sido emittidos os bilhetes ou despachadas as cargas consignadas nas guias.

Art. 33. As despesas que se effectuarem nas praças estrangeiras, quer por conta do capital, com garantia de juros, fiança ou subvenção, quer por conta do custeio, serão justificadas com documentos devidamente legalizados, visados pelos agentes do Governo Federal naquellas localidades e para isso autorizados. Fica bem entendido, que o visto daquelles agentes nesses documentos não importa approvação das despesas a que elle se refere, e sim unicamente uma formalidade indispensavel para serem taes documentos tomados em consideração no ajuste de contas, juntamente com os de despesas feitas no Brazil.

Art. 34. Com os documentos de receita e despesas devem as empresas apresentar tambem os seguintes documentos demonstrativos e estatísticos, para completo conhecimento da discriminação das despesas e receita, movimento e economia dos serviços da estrada ou linha de navegação fluvial.

I. Com as contas mensaes :

1º, um balanço da receita e despesa do trafego, correspondente ao mez anterior ;

2º, uma demonstração da receita e despesa do trafego, correspondente ao mez anterior ;

3º, uma relação especificada dos documentos de despesas, com menção de cada verba, por conta do capital garantido ;

4º, uma relação especificada dos documentos de receita e despesa, com menção de cada verba, por conta do custeio.

II. Com as contas semestraes apresentará a empresa uma discriminação e classificação das despesas e receitas, mencionando as respectivas verbas por especies e mais:

III. Os documentos de que trata o art. 34, parte 1ª, depois de visados pelo engenheiro fiscal, serão remettidos á Inspectoria.

IV. Das conferencias da tomada de contas mensaes se lavrará acta, que deve ser assignada pelo engenheiro fiscal e pelo representante da empresa, e que será enviada á Inspectoria.

V. Os papeis e documentos que devem ser presentes á Inspectoria serão remettidos mensalmente por intermedio do engenheiro fiscal.

VI. A Inspectoria, á medida que for recebendo e examinando os documentos relativos ás despesas por conta do capital, irá apurando estas despesas, afim de ser feita no escriptorio central a escripturação da conta do capital com garantia de juros, fiança ou subvenção do Estado, e, sempre que não approvar qualquer desses documentos, dará disso conhecimento ao representante da empresa, afim de, com as razões desta, si com ellas não concordar a Inspectoria, ser por esta sujeita a duvida á decisão do Governo e deste ao arbitramento, si for caso disso, á vista da disposição do contracto.

VII. No fim de cada semestre o engenheiro fiscal e o representante da empresa se reunirão em conferencia, para o exame do balanço semestral da receita e despesa da estrada em tráfego ou linha fluvial; nessa occasião se fará a rectificação de quaesquer erros ou omissões havidos nas tomadas de contas mensaes e as alterações resultantes das decisões da Inspectoria e do Governo sobre as divergencias que se houverem levantado naquellas tomadas de contas, devendo tudo constar da acta da conferencia, que será assignada pelo engenheiro fiscal e pelo representante da empresa.

VIII. A acta da conferencia, de que trata o paragrapho precedente, com o balanço do semestre e os documentos exigidos pelo art. 34, parte II, depois de examinados e authenticatedos pelo engenheiro fiscal, serão remettidos à Inspectoria, a quem compete examinal-os e approvar o referido balanço, e com elle e com os documentos de despesas feitas nas praças estrangeiras, que também ficam sujeitas à sua approvação, organizar a conta semestral do que se deve pagar à empresa como garantia de juros, ou da empresa receber como indemnização da garantia.

Art. 37. A approvação das contas mensaes pelos engenheiros fiscaes não importa decisão final, pois no exame e approvação dos balanços semestraes a Inspectoria pôde glozar despesas que entenda terem sido indebitamente computadas, assim como incluir verbas que, devendo sel-o, não hajam sido.

§ 1.º A conta semestral para pagamento ou indemnização da garantia será organizada, levando-se em conta as glozas e accrescimos feitos pela Inspectoria.

§ 2.º Ao Governo compete decidir sobre essas glozas e accrescimos, si contra elles reclamar a empresa; e si forem elles desapprovados, a Inspectoria organizara, sem demora, uma conta adicional para os devidos effeitos.

§ 3.º Das glozas e accrescimos que fizer, a Inspectoria dará conhecimento à empresa, para que esta, si entender conveniente, possa recorrer para o Ministro, dentro do prazo legal.

Art. 38. Para que os pagamentos da garantia de juros possam ser feitos no prazo marcado no contracto, o balanço semestral com os documentos de que tratam os ns. 1, 2 e 3 do art. 34, parte II, e os documentos de despesas feitas nas praças estrangeiras, devem ser apresentados à Inspectoria, aquelles dentro dos primeiros vinte dias e estes dentro dos primeiros trinta dias que se seguirem a cada semestre.

Art. 39. É livre às empresas effectuar os depositos dos capitales com garantia de juros ou fiança em estabelecimentos bancarios de sua confiança, uma vez que por seus contractos não sejam obrigadas a realizal-os nas agencias financeiras do Governo, e os estabelecimentos bancarios, pelas mesmas empresas preferidos, sejam casas que se occupem exclusivamente de operações bancarias. Fica, porém, bem entendido que, no caso de não serem os depositos feitos nas agencias financeiras do Governo, este não

se responsabilisa pelos capitães depositados e seus juros, que forem consumidos por motivo de fallencia daquelles estabelecimentos.

Art. 40. Tanto os depositos como a sua retirada ficam dependentes da expressa autorização do Governo.

§ 1.º Os depositos serão autorizados de accordo com as necessidades da construcção das obras e aquisição do material em cada anno.

§ 2.º Os depositos serão previamente fixados para cada semestre, à vista da requisição das empresas e informação da inspeccoria e de modo que as empresas possam occorrer em tempo às despezas que tiverem de fazer.

§ 3.º Terminado cada semestre, as empresas apresentarão ao Governo uma conta corrente dos depositos e retiradas e dos juros vencidos, organizada pelo banco depositario e visada pelo agente financeiro do Governo na localidade.

§ 4.º A' vista das autorizações para os depositos e retiradas e das contas correntes dos bancos depositarios, de que se dará conhecimento à inspeccoria, esta organizará a escripturação correspondente ao movimento de fundos por conta do capital garantido.

§ 5.º Não obstante a fixação prévia das retiradas para cada semestre, podem ser autorizadas, em casos extraordinarios, outras para pagamento de despezas que não tenham sido previstas. Em regra geral ainda para essas autorizações é o Governo competente; em casos urgentes, porém, o delegado do Thezouro em Londres, as Legações da Republica nos outros paizes e os agentes especiaes do Governo, quando os haja e para isso estejam autorizados, podem autorizar essas retiradas extraordinarias, quando a necessidade for devidamente justificada, comunicando logo o seu acto ao Ministro, com a competente justificação.

Art. 41. As contas correntes de que trata o § 3º do artigo precedente, devidamente visadas e legalizadas, serão pelas empresas remittidas ao Governo em tempo de poderem ser por este recebidas até ao fim do primeiro mez seguinte a cada semestre, para serem tomadas em consideração pela inspeccoria na organização da conta semestral de juros garantidos.

Art. 42. Nos casos de força maior devidamente comprovados, a juizo do Governo, as contas correntes dos bancos depositarios e os documentos de despezas feitas em praças estrangeiras, recebidas pelo Governo depois do prazo acima fixado, darão logar, si forem apresentados dentro do segundo mez, depois de findo o semestre, a uma conta adicional, que será organizada pela inspeccoria, tendo em vista a conta geral do semestre já encerrado, para que o Governo possa autorizar o pagamento do que for devido à empresa ou esta repór ao Estado o que de mais houver recebido.

## TITULO III

Dos documentos e estatísticas que as empresas sem garantia de juros, subvenção ou fiança do Estado devem apresentar relativamente às vias ferreas e fluviaes, em construcção e em trafego.

## CAPITULO VIII

## DOS DOCUMENTOS E ESTATÍSTICAS

Art. 43. As empresas sem garantia de juros, subvenção ou fiança do Estado devem apresentar até ao fim do primeiro mez seguinte a cada semestre, e de accordo com os modelos fornecidos pela inspectoría :

1.º Um relatório circumstanciado do estado dos trabalhos em construcção ;

2.º Uma conta, resumo do custo do primeiro estabelecimento da parte em trafego ;

3.º Um balanço da receita e despesa da via em trafego ;

4.º Quadros demonstrativos e estatísticos.

Art. 44. Os documentos exigidos no art. 43 devem ser examinados pelos engenheiros fiscaes, que poderão exigir a sua rectificação.

Art. 45. Os documentos de que trata o art. 43 serão remettidos à inspectoría pelos engenheiros fiscaes com o relatório semestral que estes devem apresentar.

Art. 46. Os documentos da receita do trafego e mais serviços da via em trafego são sujeitos ao exame dos engenheiros fiscaes, para conhecerem do modo como são applicadas as tarifas e executadas as respectivas condições regulamentares. Esse exame será feito mensalmente, e para elle as empresas deverão fornecer os documentos acompanhados de uma relação especificando as verbas, a qual será remettida à inspectoría pelos engenheiros fiscaes, depois de a conferirem.

Art. 47. As empresas apresentarão mensalmente aos engenheiros fiscaes uma nota mencionando, em relação à estrada em trafego ou à via fluvial sem garantia ou fiança de juros, no que for applicavel a estas, no mez anterior:

1.º O total da receita ;

2.º O total da despesa ;

3.º O numero total de viajantes transportados ;

4.º O peso total das mercadorias despachadas a peso ;

5.º O volume total das mercadorias despachadas por volume ;

6.º O numero de animaes despachados ;

7.º O numero de carros despachados ;



- 8.º O numero de telegrammas particulares transmittidos ;
- 9.º O numero e percurso total dos trens ;
10. A extensão de estrada ou via fluvial em trafego.

Essa nota deverá acompanhar o relatorio mensal, que o engenheiro fiscal deve apresentar ao inspector do districto.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 48. Poderão ser admittidos no serviço da inspectoría engenheiros militares como addidos à fiscalização das estradas de ferro e linhas de navegação fluvial, cumprindo à inspectoría distribuir-lhes serviço de preferencia na fiscalização das vias ferreas situadas nas fronteiras da Republica.

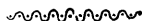
Paragrapho unico. Aos engenheiros militares admittidos no serviço de fiscalização poderá ser abonada uma gratificação pelo Ministerio da Agricultura, além dos vencimentos que lhes competirem pela sua patente, por conta do Ministerio da Guerra.

## DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 49. Na primeira organização serão contemplados de preferencia os engenheiros fiscaes actuaes, seus ajudantes e auxiliares que tiverem as habilitações exigidas por este regulamento.

Art. 50. O quadro do pessoal só será preenchido à medida que as necessidades do serviço o exigirem, a juizo do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1891.— *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1303 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Abre um credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer às despesas com o pessoal e material necessarios ao melhoramento do porto do Estado da Parahyba do Norte.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Conselho de Ministros, autoriza a abertura de um credito extraordinario de 200:000\$ para occorrer às despesas com o pessoal e material necessarios ao melhoramento do porto do Estado da Parahyba do Norte, de accordo com a demonstração inclusa.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

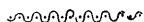
MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

*Demonstração das despesas com o pessoal e material para as obras de melhoramento do porto da Parahyba do Norte, e a que se refere o decreto n. 1303 desta data*

Pessoal.....	40:000\$000	
Material.....	145:000\$000	
Despesas diversas..	15:000\$000	200:000\$000

Sala das sessões do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 17 de janeiro de 1891.— MANOEL DEODORO DA FONSECA.— *Francisco Glicerio.*



### DECRETO N. 1304 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Altera a clausula 3.<sup>a</sup> annexa ao decreto n. 10.203 de 16 de março de 1889, que autorizou a celebração do novo contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, resolve que a clausula 3.<sup>a</sup>, annexa ao decreto n. 10.208 de 16 de março de 1889, que autorizou a celebração do novo contracto com a referida companhia, fique assim redigida :

A companhia empregará neste serviço os vapores que actualmente possui, mas os que se inutilisarem serão substituidos no mais curto prazo possivel, a juizo do Governo, por outros inteiramente novos, que satisfaçam as seguintes condições : accomodações para 40 passageiros de ré e espaço debaixo da coberta para 60 passageiros de 3.<sup>a</sup> classe ou de prôa, capacidade para receberem 200 toneladas metricas de carga e marcha nunca inferior a 10 milhas por hora, tendo o calado necessario para transpôr as barras em que devem entrar. Estes navios deverão ter todos os melhoramentos ultimamente adoptados.

Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 2.<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1305 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de Buquira, Estado de S. Paulo.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu João Vieira de Souza Neves, resolve conceder-lhe permissão para explorar minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio de Buquira, Estado de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891;  
3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1305 desta data**

I

Fica concedido a João Vieira de Souza Neves, resalvados os direitos de terceiros, o prazo de dous annos, contados desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio de Buquira, Estado de S. Paulo.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communição existentes.

## III

O concessionario será obrigado a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem danos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

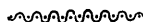
## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891. — *Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1306 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no município do Patrocínio de Santa Isabel, Estado de S. Paulo.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu João Vieira de Souza Neves, resolve conceder-lhe permissão para explorar minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio do Patrocínio de Santa Isabel, Estado de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio*.

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1306 desta data**

**I**

Fica concedida a João Vieira de Souza Neves, resalvados os direitos de terceiros, o prazo de dous annos, contados desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio do Patrocinio de Santa Isabel, Estado de S. Paulo.

**II**

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perís que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhados de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes.

**III**

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos ; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quiesquer povoações ; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das civas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros ; e a de-seccar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

**IV**

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

**V**

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891. — *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1307 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a João Vieira de Souza Neves para explorar minas de ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Campos, Estado de S. Paulo.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu João Vieira de Souza Neves, resolve conceder-lhe permissão para explorar minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio de S. José dos Campos, Estado de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1307 desta data**

I

Fica concedido a João Vieira de Souza Neves, resalvados os direitos de terceiros, o prazo de dous annos, contados desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio de S. José dos Campos, Estado de S. Paulo.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes.

## III

O concessionário será obrigado a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso natural das águas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção às águas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem danos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saúde dos moradores da vizinhança.

## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1308 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Eleva o soldo dos aspirantes alumnos da Escola Naval.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, decreta que, a contar de 1º do corrente, o soldo marcado aos aspirantes alumnos da Escola Naval seja elevado a 7\$500 por mez.

O Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Eduardo Wandenkolk.*



## DECRETO N. 1309 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Manoel Augusto Pereira de Amorim para estabelecer centros telephonicos em Porto Novo do Cunha, Cantagallo e Leopoldina e nos centros populosos que estiverem de permeio, ligando-os entre si.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que a concessão solicitada pelo cidadão Manoel Augusto Pereira de Amorim, para estabelecer linhas telephonicas em Porto Novo do Cunha, Cantagallo, Leopoldina e nos centros populosos que estiverem de permeio, seguindo o percurso da Estrada de Ferro Leopoldina, e ligando-os entre si, é de incontestavel vantagem para essas localidades :

Resolve fazer-lhe a referida concessão, mediante as seguintes clausulas:

## I

O prazo da concessão é de 15 annos.

## II

O concessionario pagará ao Estado 10 % da renda bruta.

## III

No caso de querer o Governo proceder a resgate, o pagamento será feito em apolices da divida publica que produzam juros equivalentes á receita liquida média annual da empresa nos cinco annos anteriores á data do resgate, ou sómente dos annos anteriores, si o resgate tiver logar antes do primeiro quinquennio.

## IV

Fica ao Governo o direito de fiscalizar a empresa do modo que entender conveniente.



## V

A concessão educará, si não forem começadas as obras antes de seis mezes.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Benjamin Constant Botelho de Magalhães.*



DECRETO N. 1310 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Estabelece as gratificações que devem perceber os officiaes da Armada e classes annexas.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, sobre a necessidade de equiparar as gratificações de exercicio dos officiaes da Armada e classes annexas nas differentes commissões de mar e terra ás de que gozam os officiaes do Exercito, em virtude do decreto n. 946 A de 1 de novembro de 1890, resolve que sejam postas em execução, com effeito desde 1 do corrente, as tabelllas que a este acompanham, assignadas pelo referido Ministro, que assim fará executar; ficando revogadas as tabelllas annexas ao decreto n. 4885 de 5 de fevereiro de 1872.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Eduardo Wandenkolk.*

# N. 4 — Tabellas das gratificações de embarque dos officiaes da Armada e das classes annexas

NÚMERO DA TABELLA		COMMANDANDO											
CORPORAÇÃO	POSTOS	EM CHEFE				FORÇA							
		Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro		Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro	
		Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
Corpo da Armada	Almirante.....	28:220\$	2:185\$	19:020\$	1:58\$	23:772\$	1:931\$	17:664\$	1:472\$	12:861\$	1:072\$	17:904\$	1:467\$
	Vice-Almirante.....	10:438\$	1:621\$	14:088\$	1:224\$	19:423\$	1:619\$	12:921\$	1:077\$	9:324\$	777\$	12:600\$	1:050\$
	Contra-Almirante.....	14:748\$	1:222\$	11:148\$	926\$	14:424\$	1:202\$	8:160\$	6:50\$	6:144\$	512\$	8:310\$	695\$
	Capitão de Mar e Guerra.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6:160\$	5:00\$	5:232\$	436\$	7:05\$	585\$
	Capitão de Fragata.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	6:900\$	580\$	3:972\$	331\$	4:70\$	392\$
	Capitão-Tenente.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	5:412\$	451\$	.....	.....	.....	.....

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos America dos Reis*.



NÚMERO DA TABELA	CORPORAÇÃO	POSTOS	Commandando transportes, navios desarmados ou em disponibilidade					
			EM MATTO GROSSO, AMAZONAS E PARÁ		EM OUTROS ESTADOS		EM PAIZ ESTRANGEIRO	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
3	Corpo da Armada	Capitão de Mar e Guerra.....	4:512\$000	376\$000	3:672\$000	306\$000	5:280\$000	440\$000
		Capitão de Fragata.....	3:720\$000	310\$000	3:000\$000	250\$000	3:948\$000	323\$000
		Capitão-Tenente.....	3:093\$000	258\$000	2:493\$000	208\$000	3:372\$000	281\$000
		Primeiro Tenente.....	2:220\$000	185\$000	1:866\$000	155\$000	2:418\$000	204\$000
		Segundo Tenente.....	1:956\$000	163\$000	1:653\$000	138\$000	2:172\$000	181\$000
		Guarda-Marinha.....	1:476\$000	123\$000	1:314\$000	112\$000	1:788\$000	149\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

# N. 4

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	POSTOS	Subalterno em navios de guerra					
			EM MATTO GROSSO, AMAZONAS E PARÁ		EM OUTROS ESTADOS		EM PAIZ ESTRANGEIRO	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
4	Corpo da Armada	Capitão de Fragata.....	5:280\$000	440\$000	3:552\$000	293\$000	4:572\$000	381\$000
		Capitão-Tenente.....	4:308\$000	359\$000	2:838\$000	239\$000	3:816\$000	318\$000
		Primeiro Tenente.....	2:760\$000	230\$000	1:893\$000	158\$000	2:628\$000	219\$000
		Segundo Tenente.....	2:472\$000	203\$000	1:752\$000	146\$000	2:340\$000	195\$000
		Guarda-Marinha.....	1:296\$000	108\$000	1:164\$000	97\$000	1:608\$000	134\$000
		Aspirante.....	672\$000	53\$000	672\$000	56\$000	1:116\$000	93\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha. 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

NÚMERO DA TABELLA	CORPORACÃO	POSTOS	SUBALTERNO					
			Em transportes, navios desarmados ou em disponibilidade					
			EM MATTO GROSSO, AMAZONAS E PARÁ		EM OUTROS ESTADOS		EM PAIZ ESTRANGEIRO	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
5	Corpo da Armada	Capitão de Fragata.....	3:264\$000	272\$000	2:544\$000	212\$000	3:534\$000	297\$000
		Capitão-Tenente.....	2:623\$000	219\$000	2:023\$000	169\$000	2:976\$000	248\$000
		Primeiro Tenente.....	1:752\$000	146\$000	1:392\$000	116\$000	2:124\$000	177\$000
		Segundo Tenente.....	1:632\$000	136\$000	1:332\$000	111\$000	1:920\$000	160\$000
		Guarda-Marinha.....	1:296\$000	108\$000	1:164\$000	97\$000	1:608\$000	134\$000
		Aspirante.....	672\$000	56\$000	672\$000	56\$000	1:116\$000	93\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha. 17 de janeiro de 1911.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 6 — Comissões de terra

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	CORPOS DE MARINHA	
			GRATIFICAÇÕES	
			Por anno	Por mez
6	Corpo da Armada	Commandante.....	5:010\$000	420\$000
		Segundo commandante.....	3:330\$000	280\$000
		Major.....	2:952\$000	246\$000
		Ajudante.....	2:160\$000	180\$000
		Secretario.....	1:920\$000	160\$000
		Encarregado de presidio.....	1:920\$000	160\$000
		Capitães de companhias.....	1:920\$000	160\$000
		Tenentes.....	1:716\$000	143\$000
		Guardas-Marinha.....	1:164\$000	97\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

# N. 7 — Escolas de Aprendizes Marinheiros

306

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO

NÚMERO DA TABELLA	CORPORACÃO	EMPREGOS	1ª CLASSE				2ª CLASSE		3ª CLASSE		4ª CLASSE	
			Rio de Janeiro e Ceará 300 praças		Bahia e Pernambuco 150 praças		Piauhv, Parahyba e Santa Catharina 100 praças		Pará, Maranhão e Paraná 80 praças		Matto Grosso 60 praças	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
7	Corpo da Armada	Commandante...	3:400\$000	283\$333	3:400\$000	283\$333	3:200\$000	233\$333	3:000\$000	250\$000	2:800\$000	233\$333
		Official .....	1:920\$000	159\$000	1:920\$000	159\$000	1:920\$000	160\$000	1:920\$000	160\$000	1:920\$000	160\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. — O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.



## N. 8 — Conselho Supremo Militar

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	VENCIMENTO ANNUAL		
			GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO	DIARIA EM 365 DIAS	QUANTITATIVO PARA CRIADO
8	Corpo da Armada	MEMBRO DO CONSELHO SUPREMO			
		Gratificação.....	2:400\$000		
		Etapa a 10\$000 por dia.....		3:650\$000	
		Criado.....			360\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 9 — Conselho Naval

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR ANNO	POR MEZ
9	Corpo da Armada	MEMBROS EFFECTIVOS		
		Vice-Presidente.....	6:000\$000	500\$000
		Officiaes Generaes.....	5:600\$000	466\$666
		Paisanos.....	5:600\$000	466\$666
		Capitães de Mar e Guerra.....	5:000\$000	416\$666
		Capitães de Fragata.....	5:000\$000	416\$666

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 10 — Hospital de Marinha

o

## Commissariado Geral da Armada

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR ANNO	POR MEZ
10	Corpo da Armada	DIRECTOR DO HOSPITAL		
		Official General.....	5:000\$000	416\$666
		Capitão de Mar e Guerra.....	4:000\$000	333\$333
		Chefe do Commissariado.....	5:000\$000	416\$666
		Ajudante.....	3:600\$000	300\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 11 — Quartel General

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR ANNO	POR MEZ
11	Corpo da Armada	Chefe do Estado-Maior General.....	\$	\$
		Sub-Chefe do Estado-Maior General....	\$	\$
		Chefe da 2ª Secção.....	4:800\$000	400\$000
		Ditos da 3ª e 4ª Secções.....	4:000\$000	333\$333
		Secretario e ajudante de ordens.....	3:58\$000	299\$000
		Officiaes.....	1:800\$000	150\$000
		Amanuenses.....	1:000\$000	83\$333
		Archivista.....	1:800\$000	150\$000

## Observações

O chefe do Estado-Maior General terá os vencimentos de commando em chefe na capital da Republica, correspondente á sua patente.

O sub-chefe do Estado-Maior General perceberá os vencimentos de commando de navio de 1ª classe na Capital Federal.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 12 — Arsenaes

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO			
			1ª ORDEM — Na Capital		2ª ORDEM — Nos Estados	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
12	Corpo da Armada	Inspector.....	7:200\$000	600\$000	4:000\$000	333\$333
		Vice-Inspector.....	3:600\$000	300\$000	2:000\$000	166\$666
		Ajudantes da Inspectoria....	2:500\$000	208\$333	2:100\$000	175\$000
		Ajudante de ordens.....	2:364\$000	197\$000	2:000\$000	166\$666
		Directores de officinas.....	7:000\$000	583\$333	5:500\$000	458\$333
		Ajudantes das directorias....	4:200\$000	350\$000	3:500\$000	291\$666
		Patrão-mór.....	3:000\$000	250\$000	2:000\$000	166\$666
		Ajudante do patrão-mór.....	1:500\$000	125\$000	1:000\$000	83\$333

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

# N. 13 — Capitanias de Portos

310

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO					
			1ª ORDEM		2ª ORDEM		3ª ORDEM	
			Capital Federal		Pará, Pernambuco, Bahia e Matto Grosso		Outros Estados	
			Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno
13	Corpo da armada	Official General.....	500\$000	6:000\$000	%	%	%	%
		Capitão de Mar e Guerra.....	416\$363	5:000\$000	%	%	%	%
		Capitão de Fragata.....	416\$363	5:000-000	%	%	%	%
		Inspectores de Arsenaes que servem de capitães de portos.....	\$	%	100\$000	1:200\$000	\$	%
		Officiaes superiores.....	%	%	%	%	250\$000	3:000\$000
		Commandante da Flotilha do Amazonas pelo serviço da Capitania.....	\$	%	%	%	50\$000	600\$000
		Ajudante da Capitania.....	200\$000	2:400\$000	%	%	\$	%
		Delegado da Capitania do porto.....	100-000	1:200\$000	%	%	100\$000	1:200\$000
		PRATICAGEM DE BARRAS						
		Administrador da barra do Rio Grande do Sul.	\$	\$	%	%	233\$333	2:500\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. — O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 14 — Pharoes

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO			
			NA CAPITAL		NO RIO GRANDE DO SUL	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
14	Corpo da Armada	Director geral.....	2:850\$000	237\$500		
		Ajudante do director geral.....	1:940\$000	161\$666		
		Inspector de pharoes.	\$	\$	1:200\$000	100\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 15 — Hydrographia

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			Por mez	Por anno
15	Corpo da Armada	Director geral .....	237\$500	2:850\$000
		Primeiro ajudante.....	125\$000	1:500\$000
		Segundo ajudante.....	116\$666	1:400\$000
		Terceiro ajudante.....	116\$666	1:400\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 16 — Meteorologia

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR MEZ	POR ANNO
16	Corpo da Armada	Director geral.....	237\$500	2:850\$000
		Primeiro ajudante.....	116\$866	1:400\$000
		Segundo ajudante.....	116\$663	1:400\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.  
— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 17 — Escola Naval

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR MEZ	POR ANNO
17	Corpo da Armada	Director.....	600\$000	7:200\$000
		Lentes cathedraes.....	500\$000	6:000\$000
		Substitutos e professores.....	350\$000	4:200\$000
		Adjuntos.....	250\$000	3:000\$000
		Auxiliares.....	200\$000	2:400\$000
		Secretario (ordenado e gratificação).....	400\$000	4:800\$000
		Commandante do Corpo de Aspirantes.....	Vencimentos de embarque. O commandante e immediato, como em navio de 1ª classe. O ajudante de ordens, de commandante de navio de 4ª classe.	
		Ajudante do mesmo Corpo.....		
		Ajudante de ordens.....		
		Official superior (immediato).....		
		Officiaes subalternos.....		
		Preparador do gabinete de physica.....		

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 18 — Bibliotheca e Museo de Marinha

## Observatorio Astronomico

NUMERO DA TABELLA	CORPORACÃO	EMPREGOS	GRATIFICACÃO	
			POR MEZ	POR ANNO
18	Corpo da Armada	BIBLIOTHECA		
		Director.....	216\$666	2:600\$000
		Ajudante.....	136\$366	1:640\$000
		OBSERVATORIO		
		Ajudante.....	215\$166	2:582\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 19 — Cirurgiões e pharmaceuticos

NUMERO DA TABELLA	CORPORACÃO	CLASSES E POSTOS	GRATIFICAÇÃO DE EMBARQUE					
			Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
19	Corpo de Saude	Inspector de saude naval — Capitão de Mar e Guerra.....	7:236\$000	603\$000	6:391\$000	533\$000	8:004\$000	667\$000
		Cirurgião de 1ª classe — Capitão de Fragata.....	5:328\$000	444\$000	4:608\$000	384\$000	5:628\$000	469\$000
		Cirurgião de 2ª classe. — Capitão-Tenente .....	4:632\$000	386\$000	4:032\$000	336\$000	4:980\$000	415\$000
		Cirurgião de 3ª classe. — Primeiro Tenente .....	3:492\$000	291\$ 00	3:132\$000	261\$000	3:864\$000	322\$000
		Pharmaceutico de 1ª classe. — Primeiro Tenente .....	2:892\$000	241\$000	2:592\$000	216\$000	3:180\$000	265\$000
		Pharmaceutico de 2ª classe. — Segundo Tenente .....	2:544\$000	212\$000	2:244\$000	187\$000	2:832\$000	236\$000
		Pharmaceutico de 3ª classe. — Guarda-Marinha.....	1:848\$000	154\$000	1:716\$000	143\$000	2:160\$000	180\$000
		Enfermeiro naval.....	720\$000	60\$000	720\$000	60\$000	840\$000	70\$000
		Chefes de saude						
		Cirurgião de 1ª classe.....	6:288\$000	524\$000	5:148\$000	428\$000	7:056\$000	588\$000
		Cirurgião de 2ª classe.....	5:028\$000	419\$000	4:304\$000	358\$000	5:316\$000	443\$000

### Observações

O inspector de saude naval, quando embarcar, poderá perceber mais uma gratificação arbitrada pelo Governo.  
 Quando embarcarem dous 3<sup>os</sup> cirurgiões em um navio, o mais antigo servirá de 1<sup>o</sup> e terá a respectiva gratificação.  
 Nos navios que não tiverem pharmaceuticos o cirurgião que reunir as duas funções perceberá a gratificação mensal de 12\$000 pelo acrescimo de trabalho e para as quebras dos medicamentos.  
 A navio em disponibilidade não se dará cirurgião.  
 Os cirurgiões desembarcados, por se acharem sem commissão, independentemente de sua vontade, serão addidos ao Hospital de Marinha, com os vencimentos e vantagens marcados no decreto n. 429 de 29 de maio de 1890.  
 Os pharmaceuticos privados de empregos, por motivo alheio á sua vontade, serão addidos ao Hospital de Marinha, percebendo a gratificação de 1:000\$000 annuaes.  
 Os enfermeiros desembarcados, por motivo alheio á sua vontade, teem direito á ração e a dous terços da sua gratificação.  
 Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. — O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.



## N. 20 — Cirurgiões e pharmaceuticos

## Commissões de terra

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR ANNO	POR MEZ
20	Corpo de Saude	No Batalhão Naval e Corpo de Marinheiros Nacionais.....	2:900\$000	241\$666
		Nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros	2:400\$000	200\$000
		Nos Arsenaes — 1 <sup>a</sup> ordem — Capital Federal.....	2:900\$000	241\$666
		No Hospital de Marinha — 1 <sup>o</sup> medico..	3:800\$000	316\$666
		2 <sup>o</sup> medico..	3:400\$000	283\$333
		3 <sup>o</sup> medico..	3:000\$000	250\$000
		Enfermarias — Copacabana — Director..	3:800\$000	316\$666
		Medico..	3:400\$000	283\$333
		Bahia, Pernambuco e Pará.....	2:800\$000	233\$333
		Matto Grosso.....	2:900\$000	241\$666
		Hospital — Pharmaceuticos — Chefe de pharmacia.....	3:000\$000	250\$000
		Pharmaceutico de 1 <sup>a</sup> classe.....	2:400\$000	200\$000
		Dito de 2 <sup>a</sup> classe.....	1:800\$000	150\$000
		Escola Naval — vencimentos de embarcado.....	\$	\$
		Enfermarias de Copacabana e do Lardario.....	1:800\$000	150\$000
		Enfermeiros navaes — Corpos — Escolas de aprendizizes marinheiros, arsenaes e enfermarias.....	600\$000	50\$000
		No Corpo de Marinheiros Nacionais — cirurgião de 3 <sup>a</sup> classe.....	2:400\$000	200\$000

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

folha original em branco

# N. 21 — Commissarios

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	Gratificação de embarque em navio																	
		DE 1ª CLASSE						DE 2ª CLASSE						DE 3ª CLASSE					
		Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro		Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro		Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro	
		Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
21	Corpo de Fazenda	CHIEFES DE FAZENDA																	
		Commissario de 1ª classe, Capitão-Tenente.....																	
		Commissario de 2ª classe, 1º Tenente.....																	
		SUBALTERNO																	
		Commissario de 1ª classe, Capitão-Tenente.....																	
		Commissario de 2ª classe, 1º Tenente.....																	
		Commissario de 3ª classe, 2º Tenente.....																	
		Commissario de 4ª classe, Guarda-Marinha.....																	
		Aspirante a Commissario, Piloto.....																	
		FIEIS																	
		Fiel de 1ª classe, 1º Sargento.....																	
		Fiel de 2ª classe, 2º Sargento.....																	

## Observações

- 1.º O Commissario Geral em comissão em qualquer Estado da Republica perceberá, além de seus vencimentos, a gratificação de 100\$ mensaes, e do mesmo modo, quando em paiz estrangeiro, a de 200\$ por mez.
- 2.º Os officiaes do Corpo de Fazenda da Armada, e commissões especiaes, terão os vencimentos que forem marcados na tabella que o Governo promulgar para regular a sua fixação.
- 3.º Os empregados no serviço de inventarios e os desembarcados por motivo alheio á sua vontade perceberão, além do soldo, dos terços da gratificação de embarque, pela classe correspondente á sua patente.
- 4.º O Commissario empregado na Escola Naval terá a gratificação de embarque em navio de 1ª classe, e bem assim o do Estabelecimento Naval de Itaquí.
- 5.º Os Fieis desembarcados, por causa estranha á sua vontade, perceberão, além do soldo, um terço da gratificação de embarque.

Além das gratificações constantes desta tabella, terão os officiaes do Corpo de Fazenda da Armada direito ao soldo correspondente ás suas patentes.

Os Commissarios de 3.ª e 4.ª classes só poderão servir nos navios de 1ª e 2ª classes na falta absoluta de Commissarios de 1ª e 2ª classes; do mesmo modo estes só poderão embarcar nos navios de 3ª e 4ª classes na falta daquelles.

Esta regra comprehende também os empregados destinados por disposições regulamentares ás diferentes classes de Commissarios.

Considera-se tempo de prestação de contas o decorrido entre o dia em que se receberam nas Estações fiscaes os livros e documentos das contas e o da notificação pelo alcance, o que se mencionará nas cadernetas.

Os Commissarios e Fieis embarcados e os empregados nos Corpos de Marinha e Escolas de Aprelizes Marinheiros têm direito a viagens.

Os Commissarios de navios de instrucção em viagem no estrangeiro perceberão, além de seus vencimentos, a gratificação mensal de 500\$000.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. — O director geral, Carlos Americo dos Reis.

## N. 22 — Commissarios

## Empregos de terra

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO	
			POR ANNO	POR MEZ
22	Corpo de Fazenda	No Commissariado Geral da Armada. { Secretario .....	1:800\$000	150\$000
		{ Encarregado.....	2:400\$000	200\$000
		{ Auxiliar.....	1:600\$000	133\$333
		Corpos de Marinha. { Encarregado.....	1:680\$000	140\$000
		{ Auxiliar.....	960\$000	80\$000
		Escolas de Aprendizizes Marinheiros.....	1:420\$000	118\$333
		Arsenal — Encarregado do trem bellico.....	2:400\$000	200\$000
		Hospital — Almoxarife.....	1:800\$000	150\$000
		Enfermaria da Copacabana — Vencimentos de embarque em navio correspondente á sua classe	§	§
		Estabelecimento naval de Itaquí..... { Gratificação de embarque em navio de 1ª classe....	§	§
		Escola Naval.....		
		{ Corpos e Escolas de Aprendizizes Marinheiros.....	260\$000	21\$666
		{ Escola Naval e Commissariado.....	380\$000	31\$666
		{ Hospital.....	380\$000	31\$666

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. —  
O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 23 — Machinistas navaes

318

DECRETOS DO GOVERNO PROVISÓRIO

NÚMERO DA TABELLA	CORPORACÃO	CLASSES E POSTOS	GRATIFICAÇÕES					
			DE EMBARQUE EM NAVIO ARMADO OU TRANSPORTE					
			Em Matto Grosso, Amazonas e Pará		Em outros Estados		Em paiz estrangeiro	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
23	Corpo de Machinistas	Engenheiro machinista, capitão-tenente.....	4:308\$000	359\$000	2:838\$000	239\$000	3:816\$000	318\$000
		Machinista de 1. <sup>a</sup> classe, 1. <sup>o</sup> tenente.....	3:024\$000	252\$000	2:034\$000	172\$000	2:664\$000	222\$000
		Machinista de 2. <sup>a</sup> classe, 2. <sup>o</sup> tenente.....	2:820\$000	235\$000	1:920\$000	160\$000	2:460\$000	205\$000
		Machinista de 3. <sup>a</sup> classe, piloto.....	2:610\$000	220\$000	1:800\$000	150\$000	2:280\$000	190\$000
		Machinista de 4. <sup>a</sup> classe, sargento ajudante.....	2:520\$000	210\$000	1:890\$000	150\$000	2:160\$000	180\$000
		Praticante machinista, 1. <sup>o</sup> sargento.....	2:240\$000	190\$000	1:580\$000	140\$000	1:920\$000	160\$000

### Observações

1.<sup>a</sup> Os machinistas e praticantes embarcados em navios armados, em disponibilidade, desarmados ou em transportes, tem direito á ração do porão em generos.

Todos os favores de que gozam pela tabella de 5 de fevereiro de 1872 as classes annexas e o Corpo da Armada são extensivos aos machinistas e praticantes, no que lhes for applicavel.

2.<sup>a</sup> Os machinistas desembarcados independentemente de sua vontade vencerão, além do soldo, 2/3 da gratificação de embarque, de accordo com a tabella de 5 de fevereiro de 1872 e poderão ser chamados a trabalhar nas officinas de machinas e nestas distribuidos pelo respectivo director, conforme suas aptidões.

3.<sup>a</sup> Os machinistas embarcados nos navios em disponibilidade ou desarmados soffrerão na sua gratificação um desconto de 15 %. Empregados em estabelecimentos ou corpos de marinha, terão os vencimentos segundo as respectivas tabellas e, na falta destas, os de embarcados em navios de guerra.

4.<sup>a</sup> Os machinistas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> classes, quando forem chefes ou encarregados das machinas, vencerão o soldo da sua classe e a gratificação da immediatamente superior.

5.<sup>a</sup> O machinista de 4.<sup>a</sup> classe que, accidentalmente ou por circumstancia extraordinaria, for chefe ou encarregado das machinas, perceberá a gratificação de 2.<sup>a</sup> classe, desde que tenha nomeação ou seja ella confirmada por autoridade competente.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 24 — Mestres, contramestres e guardiães

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	CLASSES	GRATIFICAÇÃO											
			EM MATTO GROSSO, AMAZONAS E PARÁ				EM OUTROS ESTADOS				EM PAIZ ESTRANGEIRO			
			Em navio de guerra		Em transporte, ou em navio desarmado ou em disponibilidade		Em navio de guerra		Em transporte, ou em navio desarmado ou em disponibilidade		Em navio de guerra		Em transporte, ou em navio desarmado ou em disponibilidade	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
21	Corpo de Offi- cães Mari- nheiros.	Mestre . . . . .	670\$000	558146	530\$000	44\$136	500\$000	41\$896	380\$000	31\$355	90\$000	81\$36	740\$000	61\$396
		Contramestre . . .	530\$000	44\$136	410\$000	34\$169	380\$000	31\$355	240\$000	21\$811	810\$000	71\$866	620\$000	51\$853
		Guardião . . . . .	400\$000	33\$333	280\$000	23\$333	250\$000	20\$833	130\$000	10\$833	730\$000	61\$33	490\$000	40\$533

**Observação** — Os officiaes marinheiros empregados no Corpo de Marinheiros Nacionais e nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros vemem como embarcados em navio de guerra.

Aos officiaes marinheiros embarcados em navios de guerra armados, desarmados e em disponibilidade, em transportes e empregados nos corpos e estabelecimentos de marinha, será abonada a razão diaria em generos.

Os officiaes marinheiros que tiverem exercicio nas classes superiores ás suas, vencerão as gratificações das classes em que tiverem o exercicio.

Aos guardiães extranumerarios, quando embarcados, se abontarão os seus vencimentos e vantagens que percebem os do corpo, e aos que tiverem exercicio de mestres e contramestres a gratificação da classe immediatamente superior.

Os officiaes marinheiros contractados perceberão os mesmos vencimentos e vantagens dos de igual classe do corpo, si nos respectivos contractos não se estabelecer o contrario; e, quando tenham exercicio em classe superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

Os officiaes marinheiros empregados em estabelecimentos navaes e capitães ou em qualquer commissão em terra, perceberão, além do soldo, a gratificação que lhes for arbitrada, não podendo esta ser superior á de embarcado em navio de guerra.

Os que forem nomeados patres-mores interinos terão, além do soldo, a gratificação marcada para tais lugares, excepto os dos arsenaes, em cujo vencimento se reputará comprehendido o soldo.

Os guardiães extranumerarios, praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, que tiverem o exame de habilitação de que trata o regulamento, terão os vencimentos de guardiães do quadro, e, no caso de servirem em classe superior á sua, perceberão a gratificação inherente á classe em que tiverem exercicio.

Os que, porém, não tiverem o exame de habilitação, e que serão considerados — os arvorados — de que trata o regulamento, não poderão ter exercicio em classe superior á de guardião e perceberão o soldo e mais vencimento, com excepção dos inherentes á especialidade que lhes competir pela classe que tiverem no Corpo de Marinheiros Nacionais e a gratificação de guardião.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891. — O Director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

## N. 25 — Escreventes

NÚMERO DA TABELLA	CORPORAÇÃO	CLASSE	GRATIFICAÇÃO			
			NA REPUBLICA		EM PAIZ ESTRANGEIRO	
			Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
25	Brigada de Escreventes.	Escreventes..	720\$000	60\$000	900\$000	75\$000

**Observação**

Os escreventes embarcados tem direito ao abono da ração.  
 Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.—  
 O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.

# N. 26 — Carpinteiros, calafates, serralheiros e caldeireiros de cobre

101 — 010451 d  
N.º 26 — 010451 d

CLASSES	GRATIFICAÇÃO											
	NA REPUBLICA						EM PAIZ ESTRANGEIRO					
	1a Classe		2a Classe		3a Classe		1a Classe		2a Classe		3a Classe	
	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez	Por anno	Por mez
Carpinteiros e calafates.....	1:400\$000	116\$566	1:200\$000	100\$000	1:000\$000	83\$333	1:800\$000	150\$000	1:550\$000	129\$166	1:300\$000	108\$333
Serralheiros....	1:700\$000	141\$666	1:500\$000	125\$000	1:300\$000	108\$333	2:200\$000	183\$333	1:950\$000	162\$500	1:700\$000	141\$666
Caldeireiros de cobre.....	1:700\$000	141\$666	1:500\$000	125\$000	1:300\$000	108\$333	2:200\$000	183\$333	1:950\$000	162\$500	1:700\$000	141\$666

## Observação

12 Além dos vencimentos designados nesta tabella, tem os artifices militares, quando embarcados, direito ao abono da ração de guerra.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1871.—O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.



## OBSERVAÇÕES GERAES

## TABELLAS NS. 1 A 7

1.<sup>a</sup> Os chefes de estado-maior das esquadras perceberão a gratificação correspondente às suas patentes commandando força.

2.<sup>a</sup> Os chefes de estado-maior das forças, secretarios e ajudantes de ordens vencerão como commandantes de navio compativel com a sua patente, de harmonia com a classificação dos commandos.

3.<sup>a</sup> Os officiaes da Armada e das classes annexas, embarcados em navios armados, em disponibilidade, desarmados ou transportes e os empregados nos corpos de marinha e escolas de aprendizes marinheiros, teem direito á ração do porão em generos e aos criados estipulados na tabella de 20 de abril de 1883, ficando entendido que taes vantagens nunca lhes poderão ser abonadas em dinheiro.

4.<sup>a</sup> Aos officiaes da Armada e das classes annexas, independentemente de fiança e aos extranumerarios e de commissões, mediante fiança, é permitido, si estiverem quites com a Fazenda Nacional:

a) Consignar á sua familia ou a seus procuradores o soldo o até metade da gratificação mensal;

b) Receber adiantado, si forem servir fóra da Capital, um mez de vencimentos, si porventura não tiverem sido designados para logar a que compita o abono de ajuda de custo, de que trata o decreto n. 890 de 8 de outubro de 1890;

c) Receber adiantado, si requererem, até tres mezes de soldo para fazerem uniformes, quando admittidos aos corpos, promovidos, ou se der o caso de mudança geral de uniformes.

Nos tres casos antecedentes (c) fur-se-ha o desconto pela quinta parte do soldo.

5.<sup>a</sup> A divida á Fazenda Nacional não implica a possibilidade de consignar vencimentos, por isso que todos os debitos, com excepção dos de adiantamentos de soldo para fardamento, serão indemnizados por meio de descontos da quinta parte dos vencimentos.

6.<sup>a</sup> O pedido de adiantamento de soldo para confecção de uniformes só poderá ter logar dentro de um anno contado da data da admissão ao corpo, promoção ou do decreto que ordenar a mudança dos mesmos uniformes.

7.<sup>a</sup> Ao contador da marinha, em vista do requerimento dos interessados, compete fazer os adiantamentos de soldos e permittir o estabelecimento de consignações, ainda mesmo as que tenham de ser feitas nos differentes Estados da Republica, sendo que para a effectividade d'averá opportunamente pedir os creditos que porventura forem precisos.

8.<sup>a</sup> Aos officiaes de ré que estiverem effectivamente embarcados em navios armados e transportes se adeantarão para a sua alimentação a terça parte da gratificação de cada mez, descontando-se a do mez anterior.

9.<sup>a</sup> Conceder-se-ha aos officiaes da Armada e das classes annexas licença com todos os vencimentos por ferimento ou contusão em combate; com soldo e metade da gratificação por molestia adquirida em serviço; com o soldo por motivo de molestia; com meio soldo ou sem vencimento algum em outro qualquer caso.

10. As ajudas de custo, passagens e gratificações de exercicio de comissões especiaes continuarão a ser abonadas nos casos previstos no decreto n. 890 de 18 de outubro de 1890.

11. Aos officiaes commandantes interinos se abonará a gratificação que lhes competir como effectivos, desde o dia em que assumirem os commandos; mas si o navio não for compativel com a sua patente, a gratificação será a que lhes competir no navio de maior categoria.

Os officiaes que, por força de necessidade do serviço, commandarem navio de classe inferior á que lhes compita, vencerão a gratificação de commando do navio da categoria que lhes couber pelas suas patentes e classificação de commandos.

12. Os officiaes de todas as classes da Armada, transportados em navios do Estado, serão considerados como pertencentes ás guarnições para o abono da ração, concorrendo para o rancho respectivo proporcionalmente aos dias de viagem.

13. Para indemnização das despesas que fizerem com o seu tratamento nos hospitais e enfermarias do Estado ou particulares, perderão os officiaes da Armada e das classes annexas metade do soldo, ou da gratificação, si o não tiverem.

Os extranumerarios de todas as classes soffrerão igual desconto, o qual será deduzido dos seus vencimentos futuros, si estiverem desembarcados.

Os feridos e contusos em combate não soffrerão desconto algum.

Os officiaes embarcados que baixarem ao hospital ou enfermarias do Estado ou particulares serão considerados desembarcados para o effeito do perdimento da gratificação de embarque, depois de 60 dias de estadia ou tratamento no hospital ou enfermaria.

Não aproveita o prazo de tempo acima mencionado aos officiaes que estiverem no hospital ou enfermaria por occasião da sahida do navio do porto em que se achar, de cuja data em deante serão, para o effeito do perdimento da gratificação de embarque, considerados desembarcados, circumstancia esta que deverá ser lançada nos assentamentos dos livros de soccorros e na caderneta subsidiaria.

14. Os officiaes da Armada e das classes annexas que receberem em boa fé vencimentos indevidos, poderão amortizar a divida pela quinta parte da gratificação de embarque ou do soldo, si estiverem desembarcados.

15. Aos officiaes da Armada e das classes annexas nomeados para serviços no mar ou em terra, se abonarão, durante a viagem de ida e volta, nos navios de guerra, transportes ou paquetes do commercio, os menores vencimentos de officiaes do corpo da Armada embarcados, correspondentes ás suas patentes ou graduações.

16. Os officiaes da Armada desembarcados que funcionarem em conselhos de guerra, vencerão, enquanto servirem, dous terços da gratificação de embarque.

17. Os officiaes da Armada quando desembarcados e sem comissão, por motivo independente de sua vontade, perceberão, além do respectivo soldo, um terço das gratificações de commando de força os generaes, e os demais dous terços das de embarque, devendo os officiaes superiores e subalternos servir como addidos ao Quartel General. Este vencimento será regulado pela tabella de 5 de fevereiro de 1872.

18. Os officiaes da Armada e classes annexas que seguirem ou regressarem de comissões que lhes tenham sido designadas, e que, por falta de conducção, tenham de ficar depositados a bordo de qualquer navio ou em estabelecimento de marinha, serão considerados como embarcados, e justificarão a demora perante o Quartel General, quando houver excesso.

A circumstancia do deposito do official será sempre mencionada na caderneta subsidiaria.

19. Além dos vencimentos aos officiaes immediatos dos navios de 1ª e 2ª classes, se abonará mensalmente a quantia de 20\$000, e aos de 3ª e 4ª classes, tambem mensalmente, a de 15\$000.

Os immediatos dos navios de 1ª e 2ª classes serão sempre officiaes superiores.

20. Os commandos de navios serão assim regulados :

Navios de 1ª classe — capitães de mar e guerra ;

Ditos de 2ª classe — capitães de fragata ;

Ditos de 3ª classe — capitães-tenentes ;

Ditos de 4ª classe — primeiros tenentes.

Os contra-almirantes não podem commandar navios.

21. Os pilotos embarcados vencerão como segundos tenentes de comissão.

22. As vantagens e concessões desta tabella abrangem todas as classes que constituem a corporação da Armada, e não prejudicam as consignadas no decreto n. 890, de 18 de outubro de 1890.

23. O calculo do soldo e outros vencimentos será feito sempre na razão de 30 dias por mez, salvo quando for vencimento diario, em cujo caso contar-se-ha os dias que tiver o mez respectivo.

24. Para obviar duvidas e resumir explicações, fica estabelecido que na technologia official a palavra — vencimentos — exprime o conjuncto das quantias que em dinheiro percebe o offi-

cial, quaesquer que sejam as denominações das verbas especiaes, que a formarem, e a palavra — vantagens — exprime tudo mais que é devido por lei, casa, criados, rações em generos e outros.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 17 de janeiro de 1891.— O director geral, *Carlos Americo dos Reis*.



DECRETO N. 1311 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede o prazo de um anno a Antonio Candido de Siqueira para encetar os trabalhos de pesca, salga e sêcca do peixe, a que se refere o decreto n. 9794 de 21 de outubro de 1887.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Antonio Candido de Siqueira, resolve conceder-lhe o prazo improrogavel de um anno, contado da presente data, para encetar os trabalhos de pesca, salga e sêcca do peixe nos mares e rios interiores da parte do terceiro districto da Republica, comprehendida desde os Alcatruzes, no Estado de S. Paulo, até ao Chuhy, no do Rio Grande do Sul, nos termos do decreto n. 9794 de 21 de outubro de 1887.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



DECRETO N. 1312 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Proroga novamente o prazo concedido para a inauguração das obras da Estrada de Ferro de Pelotas ás colonias de S. Lourenço.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *Pelotas and Colonies Railway, limited*,

devidamente representada, e a que se referem os decretos ns. 10.151, 101, 315, 448 e 863, de 5 de janeiro e 30 de dezembro de 1889, 11 de agosto, 31 de maio e 16 de outubro de 1890, resolve prorogar novamente até 11 de maio do corrente anno o prazo fixado na clausula 8ª do mencionado decreto n. 10.151 para a inauguração das obras da referida estrada.

O cidadão Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



#### DECRETO N. 1313 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Estabelece providencias para regularisar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo à conveniencia e necessidade de regularisar o trabalho e as condições dos menores empregados em avultado numero de fabricas existentes na Capital Federal, afim de impedir que, com prejuizo proprio e da prosperidade futura da patria, sejam sacrificadas milhares de crianças, decreta:

Art. 1.º E' instituida a fiscalização permanente de todos os estabelecimentos fabris em que trabalharem menores, a qual ficará a cargo de um inspector geral, immediatamente subordinado ao Ministro do Interior, e ao qual incumbe:

1.º Velar pela rigorosa observancia das disposições do presente decreto, tendo para esse fim o direito de livre entrada em todos os estabelecimentos fabris, officinas, laboratorios e depositos de manufacturas da Capital Federal;

2.º Visitar cada estabelecimento ao menos uma vez por mez; podendo, quando entender conveniente, requisitar do Ministerio do Interior a presença de um engenheiro ou de alguma autoridade sanitaria;

3.º Apresentar, no mez de janeiro, ao Ministro do Interior, o relatório das occorrencias mais notaveis do anno antecedente, relativamente às condições dos menores, indicando as medidas que julgar convenientes para a realização efficaz da Assistencia.

Acompanharão o relatório quadros estatísticos, em que se mencionem os estabelecimentos inspecionados, e, quanto aos menores, o nome, idade, nacionalidade própria e paterna, nota de analfabeto ou não, e outros quaesquer esclarecimentos.

Art. 2.º Não serão admittidas ao trabalho effectivo nas fabricas crianças de um e outro sexo menores de 12 annos, salvo, a titulo de apprendizado, nas fabricas de tecidos as que se acharem comprehendidas entre aquella idade e a de oito annos completos.

Art. 3.º Em cada estabelecimento fabril haverá um livro, aberto e rubricado pelo inspector, para a matricula dos menores, no qual se escreverão as notas e dados individuaes de cada um e a data da admissão.

Art. 4.º Os menores do sexo feminino de 12 a 15 annos e os do sexo masculino de 12 a 14 só poderão trabalhar no maximo sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda de quatro horas o trabalho continuo, e os do sexo masculino de 14 a 15 annos até nove horas, nas mesmas condições.

Dos admittidos ao apprendizado nas fabricas de tecidos só poderão occupar-se durante tres horas os de 8 a 10 annos de idade, e durante quatro horas os de 10 a 12 annos, devendo para ambas as classes ser o tempo de trabalho interrompido por meia hora no primeiro caso e por uma hora no segundo.

Art. 5.º É prohibido qualquer trabalho, comprehendido o da limpeza das officinas, aos domingos e dias de festa nacional, bem assim das 6 horas da tarde ás 6 da manhã, em qualquer dia, aos menores de ambos os sexos até 15 annos.

Art. 6.º As officinas destinadas ao trabalho serão sufficientemente espaçosas e sua cubagem tal que cada operario tenha, pelo menos, 20 metros cubicos de ar respiravel.

Art. 7.º A ventilação das officinas será franca e completa, a juizo do inspector, o qual poderá obrigar o dono da fabrica, quando for preciso, a empregar qualquer dos differentes processos de ventilação artificial, de modo que nunca haja risco de confinamento e impurificação do meio respiratorio.

Art. 8.º O solo das officinas será perfeitamente secco e impermeavel, os detritos inconvenientes promptamente removidos e as aguas servidas esgotadas.

Art. 9.º O inspector geral aconselhará, conforme a qualidade da fabrica, as demais condições que convenha observar no interesse da hygiene.

Art. 10. Aos menores não poderá ser commettida qualquer operação que, dada sua inexperiencia, os exponha a risco de vida, taes como: a limpeza e direcção de machinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em accção, em summa, qualquer trabalho que exija da parte delles esforço excessivo.

Art. 11. Não poderão os menores ser empregados em deposito de carvão vegetal ou animal, em quaesquer manipulações directas sobre fumo, petroleo, benzina, acidos corrosivos, preparados de chumbo, sulphureto de carbonio, phosphoros, nitro-glycerina,

algodão-polvora, fulminatos, polvora e outros misteres prejudiciaes, a juízo do inspector.

Art. 12. Ao infractor de qualquer disposição do presente decreto será imposta pelo inspector, com recurso para o Ministro, dentro do prazo de cinco dias, a multa de 50\$ a 100\$, conforme a gravidade do caso, sendo do dobro na reincidencia.

Na imposição e cobrança das multas se observarão as regras estabelecidas relativamente às que são impostas por infracção das disposições do regulamento do serviço sanitario.

Art. 13. Tambem haverá recurso para o Ministro do Interior das intimações do inspector relativas às medidas que importem avultada despesa por parte dos donos dos estabelecimentos ou alteração do plano do edificio, ainda que a ordem daquelle funcionario tenha precedido o parecer de profissional technico.

Art. 14. O vencimento do inspector será de 4:800\$ annuaes, sendo 3:600\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação, levada a despesa á conta do producto dos impostos creados com applicação especial aos serviços da Assistencia pelo art. 10 da lei n. 3395 de 24 de novembro de 1888.

Art. 15. Em todas as fabricas em que houver menores será affixado um impresso, contendo as disposições do presente decreto.

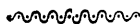
Art. 16. E' concedido o prazo de seis mezes para que os donos dos estabelecimentos fabris os adaptem ao regimen deste decreto.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891,  
3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*José Cesario de Faria Alvim.*



#### DECRETO N. 1314 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Reorganiza o serviço do Laboratorio de Physiologia experimental, dando-lhe a denominação de Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo á conveniencia de serem completos os estudos sobre a *peste de cadeiras*, devastadora zoonose que não

permite a propagação da raça equina ; estudos sobre beri-beri, que muitas analogias offerece com aquella peste, e outras doenças proprias do gado vaccum e suino, assim como das que atacam plantas uteis do nosso paiz, resolve reorganizar o serviço do Laboratorio de Physiologia experimental, creado por decreto n. 10.418 de 30 de outubro de 1889, denominando-o—Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura—, de accordo com o regulamento que com este baixa assignado por Francisco Glicerio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

### **Regulamento approved pelo decreto n. 1314 desta data**

Art. 1.º O Laboratorio de Physiologia experimental, que foi desannexado do Museo Nacional, passa a ser denominado Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura.

Art. 2.º Nesse laboratorio se procederá a estudos e pesquisas scientificas com relação ás doenças que atacam os animaes, especialmente aquelles que constituem objecto da industria pastoril, procurando conhecer a origem e causa dellas, assim como os meios de debellal-as.

Art. 3.º O estudo das doenças que acommettem as plantas uteis, cultivadas no Brazil, ficará tambem a cargo do mesmo laboratorio.

Art. 4.º Fica o mesmo laboratorio encarregado de preparar e fornecer a vaccinação anti-carbunculosa ao Governo Federal para satisfazer ás requisições dos Estados, em proveito de estabelecimentos publicos.

Art. 5.º O laboratorio preencherá as funções de instituição consultiva do Ministerio da Agricultura, em todas as questões relativas ás doenças que atacam os animaes e as plantas.

Art. 6.º Poderão ser estudadas no mesmo laboratorio as propriedades de plantas do Brazil, que tenham applicação á medicina ou á industria.

Art. 7.º Ao director do laboratorio incumbe mandar imprimir e distribuir circulares, nas quaes devem ser indicadas minuciosas informações sobre o methodo operativo da inoculação da vaccina e tudo mais que a esta for attinente.

Art. 8.º O mesmo director poderá requisitar dos Governadores dos Estados, mas por intermedio do Ministerio da Agricultura,



informações exactas sobre as epizootias alli reinantes, e a remessa de visceras extrahidas aos animaes doentes, afim de sujeital-as a estudo.

Art. 9.º O pessoal do laboratorio compor-se-ha de um director, um assistente e um servente, os quaes perceberão os vencimentos constantes da tabella junta.

Art. 10. O director e o assistente terão transito livre nas estradas de ferro do Estado, ou garantidas pelo Estado, afim de visitarem os estabelecimentos ruraes em que estiver assolando alguma epizootia.

Art. 11. O director apresentará no fim de cada anno ao Ministerio da Agricultura relatorio de todos os trabalhos realizados, propondo as medidas que julgar convenientes para melhorar as condições da industria pastoril nos Estados da Republica, no tocante ao desenvolvimento das epizootias.

Art. 12. A correspondencia do director do laboratorio com qualquer autoridade será considerada de serviço publico, e, como tal, isenta da taxa de porte.

Art. 13. O director do laboratorio será nomeado por decreto, e o assistente, por portaria do Ministerio da Agricultura.

Art. 14. O pessoal do laboratorio se regerá pelas disposições do regulamento da Secretaria de Estado do Ministerio da Agricultura, e gozará de todas as garantias que, por lei, são conferidas aos empregados do mesmo Ministerio.

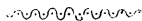
Capital Federal, 17 de janeiro de 1891.— *Francisco Glicerio.*

*Tabella dos vencimentos que competem aos empregados do Laboratorio de Biologia do Ministerio da Agricultura, a que se refere o decreto n. 1314 desta data.*

N.º	Empregados	Ordenado	Gratificação	Total
1	Director.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1	Assistente.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1	Servente.....	.....	600\$000	600\$000

Despezas com o material, reagentes, concertos deapparelhos, instrumentos, etc. 1:000\$000.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1891.— *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1315 — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Proroga por mais um anno o prazo para a organização da companhia que tem de levar a effeito a abertura de uma avenida em substituição da rua do Senhor dos Passos.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Dr. Antonio Brissay, decreta :

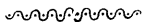
Art. 1.º E' novamente prorogado por um anno o prazo concedido pelo decreto n. 9707 de 29 de janeiro de 1887 para a organização da companhia que tiver de executar as obras de abertura de uma avenida em substituição da rua do Senhor dos Passos, ficando em pleno vigor os favores mencionados no citado decreto e nos de ns. 10.351 de 14 de setembro de 1889 e 1066 de 22 de novembro do anno passado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*José Cesario de Faria Alvim.*



## DECRETO N. 1318 (\*) — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão ao engenheiro José Alioni e outros para explorarem ouro e outros mineraes no Estado da Bahia.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram o engenheiro José Alioni, Augusto Frederico de Lacerda, Manoel Francisco de Almeida Brandão, Frederico Augusto Hasselman e Fernando Antunes da Luz, resolve conceder-lhes permissão para explorarem ouro e outros mineraes no municipio do Rio de Contas, Estado da Bahia, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da

---

(\*) Os decretos ns. 1316 e 1317 não foram publicados no *Diario Official*.

Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1318 desta data**

I

Fica concedido ao engenheiro José Alioni, Augusto Frederico de Lacerda, Manoel Francisco de Almeida Brandão, Frederico Augusto Hasselman e Fernando Antunes da Luz o prazo de dous annos, contado desta data, afim de procederem a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do valle do Rio de Contas, no municipio do mesmo nome, Estado da Bahia.

II

Dentro do referido prazo os concessionarios deverão apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declararão em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communição existentes.

III

Os concessionarios serão obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso natural das aguas que desviarem para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção às aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultarem danos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

## IV

Esta concessão é intransferível, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março do anno proximo passado.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1318 A — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Frederico Lopes Branco para explorar cobre e outros mineraes no Estado do Paraná.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Frederico Lopes Branco, resolve conceder-lhe permissão para explorar cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava, Estado do Paraná, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1318 A desta data**

## I

Fica concedido a Frederico Lopes Branco, resalvados os direitos de terceiros, o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava, Estado do Paraná.

## II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatorio a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de communicação existentes.

## III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir as propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos ; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações ; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros ; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

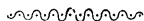
## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março do anno proximo passado.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891.—*Francisco Glicerio*.



## DECRETO N. 1318 B — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Concede permissão a Raphael Descio para explorar ouro, chumbo e outros mineraes no Estado de S. Paulo.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Raphael Descio, resolve con-

ceder-lhe permissão para explorar ouro, chumbo e outros mineraes em terrenos de sua propriedade e nos de terceiros, situados no municipio de Iporanga, Estado de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1318 B desta data**

I

Fica concedido a Raphael Descio o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro, chumbo e outros mineraes em terrenos de sua propriedade e nos de terceiros, situados no municipio de Iporanga, Estado de S. Paulo.

II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes.

III

O concessionario será obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem damnos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

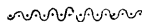
## IV

Esta concessão é intransferível, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1891. — *Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1318 C — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Renova a concessão feita ao bacharel Carlos Honório Benedicto Ottoni para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.

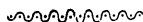
O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o bacharel Carlos Honório Benedicto Ottoni, resolve renovar a concessão que lhe foi feita por decreto n. 9729 de 26 de fevereiro de 1887 para explorar ouro e outros mineraes no municipio de Minas Novas, Estado de Minas Geraes, mediante as clausulas que baixaram com o mencionado decreto; sendo, porém, a concessão intransferível nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março ultimo.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



## DECRETO N. 1318 D — DE 17 DE JANEIRO DE 1891

Regula as obrigações e favores dependentes do Ministerio da Fazenda na concessão feita pela Intendencia Municipal ao Dr. João Luiz dos Santos Titira e outros.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo,

ao que lhe requereram o o Dr. João Luiz dos Santos Titara, Coriolano Augusto Alves de Oliveira e Christovão José Martins Penha, resolve que seja realizada, de accordo com as clausulas que com este baixam, a concessão que lhes foi feita pela Intendencia Municipal desta Capital para abrir cinco grandes avenidas, ou maior numero, conforme os estudos a que vão proceder, e no prazo de um anno apresentarão à approvação do Governo, na área limitada pela Estrada de Ferro Central do Brazil, entre as estações do Rocha e do Encantado, e por uma recta tirada desta ultima estação até à fôz do rio Irajá ; e pelo littoral, deste ultimo ponto até a ilha do Bomjardim, no porto de Inhaúma ; e dahi por outra recta até à estação do Rocha ; bem como construir um caes em toda a extensão do porto de Inhaúma.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 17 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Ruy Barbosa.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1318 D desta data**

Por si, ou pela empresa que organizarem, os concessionarios obrigar-se :

I

A construir e manter na área da concessão todos os serviços de character urbano, como sejam : canalisação e distribuição de agua potavel, ou para fins industriaes ; iluminação publica ou particular pelo systema que for adoptado ; canalisação de aguas servidas, pluviaes e de materias fecaeas, arborização das ruas e praças, macadamisando as avenidas, e podendo estabelecer linhas ferreas por tracção animal, a vapor, ou por qualquer outro systema mais adiantado ; linhas telephonicas, ou tubos pneumaticos, com prévia autorização da Intendencia Municipal.

II

A encetar os trabalhos no prazo de seis mezes, depois de approvedos os planos pela Intendencia Municipal.



## III

A deseccar os pantanos da área da concessão, conservando e promovendo o plantio de mangue em todos os pontos do littoral que se prestarem a este serviço.

## IV

A entregar ao Estado, no fim de trinta e cinco annos, as obras de utilidade publica, que houverem realizado na área da concessão.

Ficam concedidos à empresa ou aos concessionarios :

1.º Direito de desapropriação, segundo a lei n. 816, de 10 de janeiro de 1855, de toda a área dos pantanos, que tiverem de deseccar, bem como de uma facha de duzentos metros de largura para cada lado das avenidas, e de uma igual ao longo do caes ;

2.º Isenção por vinte e cinco annos de impostos prediaes e direitos de transmissão de propriedade para os edificios que construirem ;

3.º Isenção por dez annos dos direitos de importação para as machinas, utensilios e para os materiaes necessarios aos melhoramentos da área da concessão.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, 17 de janeiro de 1891.— *Ruy Barbosa.*



## DECRETO N. 1318 E'—DE 20 DE JANEIRO DE 1891

Faz extensivo aos empregados civis do Ministerio da Guerra o monte-pio obrigatorio, creado por decreto n. 942 A de 31 de outubro do anno passado.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, no intuito de tambem prover a subsistencia e amparar o futuro das familias dos empregados civis do Ministerio da Guerra, quando estes fallecerem ou ficarem inhabilitados para sustental-as decentemente,

Decreta :

Art. 1.º E' extensivo aos empregados civis do Ministerio da Guerra, activos ou aposentados, o monte-pio obrigatorio creado por decreto n. 942 A de 31 de outubro de anno passado, que será executado de accordo com o presente, na parte que diz respeito ao mesmo Ministerio.

Art. 2.º E' considerado funcionario do Ministerio da Guerra, para o effeito do art. 1º, todo o empregado civil de nomeação

effectiva do dito Ministerio, que não seja de mera commissão e perceba vencimentos fixos pelo Thesouro Nacional, Thesourarias da Fazenda e Contadoria Geral da Guerra.

Art. 3.º São considerados desde já contribuintes do monte-pio por parte do Ministerio da Guerra os empregados civis das seguintes repartições:

Secretaria de Estado.  
Repartição de Quartel-Mestre General.  
Contadoria Geral da Guerra.  
Secretaria do Conselho Supremo Militar.  
Escolas Militares e Collegio Militar.  
Intendencia da Guerra.  
Arsenaes de Guerra.  
Directoria Geral de Obras Militares.  
Observatorio do Rio de Janeiro.  
Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.  
Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.  
Repartições de Saude do Exercito.  
Bibliotheca do Exercito.  
Fabrica de Polvora da Estrella.  
Fabrica de Armas.

Art. 4.º São excluidos do monte-pio:

§ 1.º Os officiaes effectivos e reformados que exercerem empregos civis e estejam inscriptos no Monte-pio do Exercito ou da Armada.

§ 2.º Os serventes, operarios e quaesquer jornaleiros das repartições do mesmo Ministerio.

Art. 5.º Todo o processo de expediente, inscripção e pagamento dos pensionistas correrá pela Contadoria Geral da Guerra, na Capital, e pelas Thesourarias de Fazenda, nos Estados, ficando a cargo daquella toda a escripturação.

Art. 6.º A importancia das joias e mensalidades arrecadadas pela Contadoria Geral da Guerra será mensalmente recolhida ao Thesouro Nacional.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 20 de janeiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Floriano Peixoto.*



## DECRETO N. 1319 — DE 20 DE JANEIRO DE 1891

Fixa os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar quando não exerceram outro emprego.

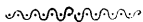
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve que os membros do Conselho Supremo Militar, officiaes effectivos ou reformados do Exercito, quando não exercem outro emprego, percebam, além do soldo e etapa, uma gratificação igual á que compete aos commandantes de divisão.

© Marechal Floriano Peixoto, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 20 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Floriano Peixoto.*



## DECRETO N. 1320 — DE 24 DE JANEIRO DE 1891

Institue honras e homenagens á memoria do eminente cidadão o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando os muitos e extraordinarios serviços que em sua vida prestou ao paiz o eminente cidadão e patriota, general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães;

Considerando que esses assignalados serviços, quer concernentes á causa da diffusão do ensino e da melhoria da educação nacional, quer referentes á propaganda da grandiosa reforma politica que trouxe a reconstituição do paiz sob a fórma republicana, quer finalmente relativos á ordem administrativa pelo reorganização patriótica e criteriosamente emprehendida das diversos ramos de serviço que sob sua illustre e solícita direcção teve aquelle grande cidadão, ao passo que d'elle são gloria e lustre, constituem preciosissimo patrimonio nacional, por elle creado;

Considerando o geral apreço e entranhada estima de que do paiz inteiro por isso se tornou credor;

Tendo em vista as manifestações que nesse sentido foram hoje feitas pelo Congresso Nacional;

Resolve, apressando-se em converter em acto os votos do mesmo Congresso e do paiz, expedir o seguinte decreto :

Art. 1.º Serà erigida na praça da Republica a estatua do cidadão Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

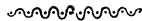
Art. 2.º Passar-se-ha a denominar Instituto Benjamin Constant o Instituto dos Meninos Cegos, desta Capital.

Art. 3.º Serà, em honra do mesmo illustre brasileiro, cunhada uma medalha commemorativa de seus ingentes serviços, a qual se distribuirá aos membros do Congresso Nacional, do Poder Executivo, da alta magistratura e a todos os estabelecimentos publicos de instrução, do Exercito e Armada, bem como aos membros destas duas grandes classes.

Art. 4.º Serà erigido, no cemiterio onde foi o eminente cidadão inhumado, um mausoléo em que se recolherão suas preciosas cinzas.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim o fará executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 24 de janeiro de 1891, 3.ª da Republica.— MANOEL DEODORO DA FONSECA.— *Barão de Lucena.*— *João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*— *Tristão de Alencar Araripe.*— *Fortunato Foster Vidal.*— *Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*



#### DECRETO N. 1321 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Manda observar o desenho do distinctivo para os uniformes dos empregados civis dos Arsenaes de Marinha da Capital Federal e dos Estados.

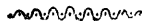
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o decreto n. 745 de 12 de setembro do anno passado conferiu aos empregados civis dos Arsenaes de Marinha honras militares, obrigando-os ao uso da farda em serviço, resolve que nos uniformes dos mesmos funcçionarios seja observado o desenho do distinctivo que a este acompanha.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3.ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1322 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Proroga por mais trinta dias o prazo para os corretores de fundos publicos da praça do Districto Federal prestarem a fiança exigida pelo decreto n. 1026 de 14 de novembro ultimo.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça sobre a representação em que diversos corretores de fundos publicos desta Capital solicitam nova prorrogação de prazo, afim de prestarem a fiança exigida pelo art. 1º, § 1º, do decreto n. 1026 de 14 de novembro do anno findo, resolve decretar :

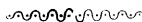
Artigo unico. E' prorogado por mais trinta dias o prazo fixado aos corretores de fundos publicos da praça do Districto Federal para prestarem a fiança exigida no art. 1º, § 1º, do decreto n. 1026 de 14 de novembro do anno passado; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1323 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão da garantia de juros ao coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para estabelecimento de dous engenhos centraes no Estado de Sergipe.

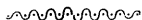
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros de 6% ao anno sobre o capital de 1.500:000\$ ao coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para o estabelecimento de dous engenhos centraes de assucar e alcool de canna, no Estado de Sergipe, visto não ter esse cidadão cumprido as condições estipuladas no respectivo decreto de concessão e regulamento approvado pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1324 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita por decreto n. 746 de 12 de setembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão feita aos cidadãos Augusto Silvestre de Faria e Fortunato Pinho, Avellar & Comp., por decreto n. 746 de 12 de setembro de 1890, para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Arathuhype, comarca de Nazareth, Estado da Bahia, por não terem cumprido o que dispõe o § 2º da clausula 3ª do mencionado decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1325 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita por decretos ns. 10.433 de 9 de novembro de 1889 e 642 de 9 de agosto de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão feita a Haupt & Comp.

para o estabelecimento de doze engenhos centraes de assucar e alcool de canna nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espirito Santo e Rio de Janeiro, por não terem cumprido as condições estipuladas no respectivo decreto de concessão e regulamento approved por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1326 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 692 de 28 de agosto de 1880.

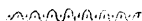
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo a que não foi cumprido o § 1º da clausula 3ª do decreto n. 692 de 28 de agosto do anno passado, que concedeu garantia de juros sobre o capital de 1.500:000\$000 aos cidadãos Antonio Guedes Valente, Dr. Bartholomeu Leopoldino Dantas e Joaquim Garcia de Castro para o estabelecimento de dous engenhos centraes de assucar e alcool de canna, no Estado da Parahyba, resolve declarar caduca a mencionada concessão.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1327 — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 215 de 22 de fevereiro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 1.200:000\$ para um engenho central de assucar e alcool de canna, em Serinhaem, Estado de Pernambuco, de que trata o decreto n. 215 de 22 de fevereiro de 1890, visto não ter a cessionaria, Companhia Assucareira de Pernambuco, cumprido as condições estabelecidas no mencionado decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1327 A — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Manda vigorar no exercicio de 1891 o orçamento municipal approved para o de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Conselho de Intendencia Municipal, resolve mandar vigorar no exercicio de 1891, até ser approvada a respectiva proposta, o orçamento municipal do exercicio de 1890, approved pelo decreto n. 517 de 23 de junho de 1890.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim o fará executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*





## DECRETO N. 1327 B — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Promulga a convenção, firmada em Bruxellas em 5 de julho de 1890 entre varios Estados, creando uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, e bem assim o respectivo regulamento de execução.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em virtude da declaração, feita por parte do Brazil, de adherir à convenção, firmada em Bruxellas em 5 de julho de 1890 entre varios Estados, creando uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, e ao respectivo regulamento de execução, resolve:

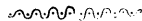
Que a dita convenção e regulamento, que serão annexados ao presente decreto, sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

O Ministro e Secretario de Estado, abaixo assignado, assim o tenha entendido e faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Tristão de Alencar Araripe.*



## DECRETO N. 1327 C — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Designa os districtos dos actuaes Consulados nos Estados Unidos da America

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores, decreta :

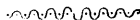
O districto do Consulado Geral do Brazil em Nova York comprehende os Estados da Nova Inglaterra, os do Pacifico e os do norte e centro até aos limites do Maryland.

O districto do Consulado em Baltimore comprehende todos os outros Estados da União, desde o Maryland até ao Texas, ao longo da costa do Atlantico e Golpho do Mexico.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Tristão de Alencar Araripe.*



## DECRETO N. 1327 D — DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Altera provisoriamente a tabella dos emolumentos consulares.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em virtude da disposição do art. 17 do decreto n. 997 B de 11 de novembro de 1890, que organizou o Corpo Consular, resolve que os emolumentos a que se refere o dito artigo sejam provisoriamente cobrados pela tabella annexa a este decreto desde o 1º de janeiro de 1892.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interino das Relações Exteriores assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Tristão de Alencar Araripe.*

**Tabella dos emolumentos que competem aos Consulados Brasileiros por legalisação de documentos ou contractos consulares.**

Legalisação do manifesto ou manifestos da carga de um navio, calculada a tonelagem segundo a legalisação dos respectivos paizes, até 500 toneladas, por tonelada.....	\$100
Pelo que exceder até 3.000.....	\$010
Certificado de vir um navio em lastro.....	12\$000
Visto de cada conhecimento de carga.....	1\$000
Legalisação de facturas consulares (quando forem adoptadas).....	5\$000
Carta de saude de cada navio nos logares onde não houver Repartição que as confira.....	10\$000
Sendo simplesmente visada.....	5\$000
Visto na matricula da equipagem.....	3\$000
Endosso no passaporte de um navio.....	3\$000
Passaporte expedido a individuo.....	6\$000
Sendo simplesmente visado.....	3\$000
Inventario de um navio.....	24\$000
Vistoria de um navio.....	24\$000
Idem de fazendas a bordo.....	24\$000
Idem em terra.....	15\$000
Testamento.....	20\$000
Approvação de dito.....	10\$000
Termo de abertura de dito.....	10\$000
Inventario de bens por fallecimento.....	30\$000

Uma procuração ou substabelecimento.....	10\$000
Escriptura de compra e venda e acto de sociedade....	10\$000
Protesto ou declaração.....	10\$000
Interrogatorio de testemunhas, cada uma.....	10\$000
Atestado do Consulado para servir em qualquer estação .....	4\$000
Registro de qualquer documento nos livros do Consu- lado, que não seja o manifesto, carta de saude, matricula da equipagem e passaportes, por pagina ou parte de pagina.....	2\$000
Reconhecimento de assignatura ou legalisação de qualquer documento não passado no Consulado.....	3\$000
Certidão, por pagina ou parte de pagina.....	2\$000
Tradução de qualquer documento, por pagina ou parte de pagina.....	5\$000
Assistencia do consul a actos que exijam a sua ausencia do Consulado, por cada dia ou cada tres milhas de distancia, além das despezas da jornada, si as houver.....	10\$000
Diuheiro recebido ou depositado por conta de parti- culares, uma commissão.....	2 ½ %
Assistencia do consul a qualquer venda, sendo reque- rida, uma commissão.....	2 %
Arrecadação de objectos pertencentes à carga e casco de um navio naufragado, sobre o valor ou somma..	2 ½ %
Nova matricula da tripolação.....	10\$000
Autorizar um novo diario de navegação e rubricar todas as suas folhas, cada uma.....	\$100
Nomeação de peritos, cada um.....	5\$000
Mudança de bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, além da siza.....	30\$000
Pela mesma operação de bandeira estrangeira a na- cional, além da siza.....	10\$000
Mudança de bandeira nacional a estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, sobre o preço do arrendamento annual....	1 %
Pela mesma operação de bandeira estrangeira a na- cional, sobre o preço do arrendamento.....	1 %
Nomeação ou approvação da nomeação de um capitão e seu registro.....	5\$000
Escripturação e registro de qualquer contracto até 5:000\$000.....	1 %
Pelo excedente.....	1/4 %
Visto na certidão de nacionalidade.....	2\$000
Certidão de vida.....	5\$000
Sentença arbitral, sendo de valor determinado:	
Até 500\$000.....	2\$000
Até 1:000\$000.....	4\$000
Até 3:000\$000.....	8\$000

Até 5:000\$000.....	12\$000
Até 10:000\$000.....	20\$000
De 10:000\$ para cima, por cada 1:000\$000.....	2\$000
Sendo de valor indeterminado ou sobre objecto que o não tenha.....	10\$000
Despacho de mercadorias por via terrestre—como opportunamente se determinará.....	\$
Visto em um diário nautico.....	2\$000
Mudança na lista da equipagem, por cada homem....	1\$000
Carta de fretamento.....	10\$000
Venda publica de mercadorias avariadas ou outras pertencentes á carga de um navio, até 1:000\$000...	1 $\frac{1}{2}$ %
Pelo que exceder.....	1 %
Qualquer documento official, ou instrumento não nomeado ou enumerado nesta tabella, que não exceda a 100 palavras.....	5\$000
Por cada 100 outras addicionaes.....	2\$000
Contracto de dissolução de sociedade.....	20\$000
Cópia de qualquer documento escripto em lingua estrangeira, pela 1ª pagina.....	2\$000
Por cada uma das seguintes.....	1\$000
Dinheiro despendido por conta de particulares.....	5 %
Legalisação de cópia ou conferencia de traducção de qualquer documento feito fóra da chancellaria, pela 1ª lauda.....	2\$000
Por cada uma das seguintes.....	1\$000

Sala das sessões do Governo Provisorio, 31 de janeiro de 1891.—*Tristão de Alencar Araripe.*

DECRETOS

DO

GOVERNO PROVISORIO

DA

REPUBLICA

DOS

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

SEGUNDO FASCICULO  
DE 1 A 23 DE FEVEREIRO DE 1891



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL

1891

# INDICE

DOS

## DECRETOS DO GOVERNO PROVISORIO

DE

### 1891

( SEGUNDO FASCICULO )

N. 1328 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Ferreira da Varzea e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios.....	351
N. 1329 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Proroga os prazos constantes do decreto n. 610 de 31 de julho de 1890.....	357
N. 1330 — GUERRA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 9 664:020\$945 para occorrer ás despesas de diversas verbas no exercicio de 1890.....	358
N. 1331 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco José Corrêa Quintella para organizar uma sociedade anonyma sob a denomi- nação de Companhia de Cerveja Brazil.....	360
N. 1332 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Extingue a Commissão Geral de Viação Ferrea e Fluvial.....	365
N. 1333 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 Revoga o decreto n. 1302 de 17 de janeiro do corrente anno que creou uma Inspectoria Geral para fiscalização das linhas ferreas e fluviales da Republica.....	366

	Pags.
N. 1334 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Altera a tabella de vencimentos e outras despesas do Jardim Botânico.....	366
N. 1335 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco de Penhor e Hypotheca para organizar uma sociedade anonyma sob a denomi- nação de Companhia Commercio e Industrial do Brazil..	368
N. 1336 — AGRICULTURA — Decreto de 2 de fevereiro de 1891 — Concede à Companhia Commercial e de Panificação Paulista autorização para funcionar.....	374
N. 1337 — AGRICULTURA — Decreto de 5 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio.....	382
N. 1338 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1891 — Isenta de direitos de importação diversos artigos proce- dentes dos Estados Unidos da America, e estabelece a redução de 25 % em identicos direitos, a que estão sujeitos outros artigos da mesma procedencia.....	382
N. 1339 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de fevereiro de 1891 — Prorroga os prazos constantes do decreto n. 704 de 30 de agosto de 1890.....	383
N. 1340 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 6 de feve- reiro de 1891 — Manda suspender provisoriamente as disposições dos actuaes regulamentos dos Institutos Officiaes de Instrução.....	384
N. 1341 — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Altera disposições do regulamento que baixou com o decreto n. 1232 E de 2 de janeiro de 1891 e as dos Cursos de instrução superior e technica e cursos ane- xos, relativas a nomeações.....	386
N. 1342 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Julio Soares da Silva e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a deno- minação de Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões.....	387
N. 1343 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco de Santos para orga- nizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Santista de Panificação.....	395
N. 1344 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Torna extensivas á Armada as disposições do art. 7º do decreto n. 1232 E de 31 de dezembro de 1890.....	404
N. 1345 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Torna extensivas á Armada as disposições do decreto n. 1319 de 20 de janeiro do corrente anno fixando os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego... ..	404
N. 1346 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Faz extensivas aos officiaes das classes annexas ao Corpo da Armada as disposições do decreto n. 644 de 15 de julho de 1852 relativas ao monte-pio da Marinha, com as	

	Pags.
condições do paragrapho unico do decreto n. 475 de 11 de junho de 1890, art. 8º.....	405
N. 1347 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Transfere a concessão feita pelo decreto n. 249 de 25 de fevereiro de 1890 à Companhia Industrial de Melhoramentos da Bahia.....	406
N. 1348 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 40.441 de 9 de fevereiro de 1889.....	406
N. 1349 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros para o engenho central de Pão d'Alho, de que trata o decreto n. 245 de 5 de março de 1890.....	407
N. 1350 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita por decreto n. 1049 de 21 de novembro de 1890.....	407
N. 1351 — GUERRA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Regula o accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do Exercito.....	408
N. 1351 A — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos da fabricação do engenho central de Muribeca, no Estado de Pernambuco.....	411
N. 1351 B — AGRICULTURA — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Concede à Companhia Central do Brazil autorização para funcionar.....	411
N. 1351 C — INTERIOR — Decreto de 7 de fevereiro de 1891 — Crêa mais um lugar de primeiro official e um de terceiro na Administração dos Correios do Estado da Bahia e dous de primeiro official na de Pernambuco.....	421
N. 1352 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Palmas, no Estado do Ceará.....	421
N. 1353 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Granji, no Estado do Ceará.....	422
N. 1354 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa um batalhão de reserva e dous esquadrões de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.....	422
N. 1355 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior de Guardas Nacionaes da comarca de Capella, no Estado de Sergipe.....	423
N. 1356 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Camamu, no Estado da Bahia.....	423
N. 1357 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Timbaúba e um batalhão de infantaria da	



	Pags.
mesma Guarda na de Itambé, ambas no Estado de Pernambuco.....	424
N. 1358 — JUSTIÇA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Crea um corpo de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.....	424
N. 1359 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Transfere do Banco Central Mineiro a concessão feita por decreto n. 927 de 24 de outubro de 1890, para um engenho central em Minas Geraes.....	425
N. 1360 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Francisco Mancel Garcia e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Omnibus.....	425
N. 1361 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de fevereiro de 1891 — Concede a Samuel A. das Neves autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Iniciadora Paulista.....	433
N. 1362 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Providencia sobre a organização das sociedades anonymas.....	441
N. 1363 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva a planta apresentada pela Companhia <i>Rio de Janeiro City Improvements</i> para a desapropriação, por utilidade publica, do terreno da rua do Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgoto do bairro do Jardim Botânico.....	443
N. 1364 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio da Marinha um credito extraordinario de cinco mil contos de réis para renovar o material fluctuante da Armada.....	443
N. 1365 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Suspende temporariamente as baixas das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.....	444
N. 1366 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Concede ao Ministerio dos Negocios da Marinha um credito de 15.000:00 \$00 para as despesas do exercicio de 1891, ficando revogado o decreto de 12 de novembro que concedeu o de 14.059:19 \$873.....	445
N. 1367 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita por decreto n. 761 de 19 de setembro de 1890.....	445
N. 1368 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o engenho central de Jacarepaguá...	446
N. 1369 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão feita por decreto n. 728 de 6 de setembro de 1890.....	446
N. 1370 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Transfere á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil a concessão constante do decreto n. 758 de 18 de	

	Pags.
setembro de 1890 e n. 705 de 27 de setembro de 1890, relativos ao arrasamento do morro do Castello.....	417
N. 1371 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Declara que o archipelago de Fernando de Noronha continúa a pertencer ao Estado de Pernambuco.....	417
N. 1372 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Crêa um commando superior de Guardas Nacionaes nas comarcas de Itabaiana e Umbuzeiro, no Estado da Parahyba.....	450
N. 1373 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Crêa uma secção de batalhão do serviço da reserva da Guarda Nacional na comarca do Pilar, no Estado da Parahyba.....	450
N. 1374 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Eleva o numero de companhias do batalhão n. 104 da Guarda Nacional da comarca de Cannaveiras, no Estado da Bahia.....	451
N. 1375 — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Crêa uma secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional na comarca de Cannaveiras, no Estado da Bahia.....	451
N. 1376 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a M. Freitas Paranhos para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff.....	452
N. 1377 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Botafogo a Angra dos Reis.....	457
N. 1378 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a modificar o regulamento do Corpo de Engenheiros Navaes, promulgado por decreto n. 327 de 12 de abril de 1890.....	458
N. 1379 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Revoga o decreto n. 1090 de 28 de novembro de 1890, que concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço, a graduação do posto immediatamente superior.....	458
N. 1380 — MARINHA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Fixa a Força Naval para 1891.....	459
N. 1381 — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Abre um credito extraordinario de 505:00 \$000 para occorrer ás despesas com o pessoal e material das Inspectorias de portos maritimos.....	459
N. 1382 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Altera clausulas do decreto n. 597 A de 19 de julho de 1890 e concede garantia de juro annual de seis por cento ao capital necessario ás obras de que trata o mesmo decreto.....	462
N. 1383 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores pertencentes a Lage Irmãos.....	470

	Pags.
N. 1381 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Autoriza a venda da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema .....	471
N. 1385 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de fevereiro de 1891 — Altera a tabella do pessoal da Inspectoria Geral da Illuminação desta Capital, annexa ao regulamento approved pelo decreto n. 967 de 8 de novembro de 1891.....	472
N. 1386 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1891 — Revoga os arts. 11 e 12 do decreto de 14 do corrente mez que providencia sobre a organização das sociedades anonyms .....	473
N. 1387 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera as clausulas 1 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 10.183 de 9 de fevereiro de 1889.....	474
N. 1388 — GUERRA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva as instruções para execução do decreto n. 1351 de 7 do corrente.....	475
N. 1389 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Applica aos Institutos de ensino secundario dos Estados o disposto no art. 430 do regulamento approved por decreto n. 1232 F de 2 de janeiro de 1891.....	477
N. 1390 — INTERIOR — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Reorganiza a Secretaria do Senado.....	478
N. 1391 — INSTRUCCÃO PUBLICA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Vicente Werneck Pereira da Silva, como procurador da Empresa de Telephones do Pará, para transferir á Empresa Industrial do Grão-Pará a concessão que lhe foi transferida por decreto n. 9958 de 30 de maio de 1888.....	479
N. 1392 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Gravatá, no Estado de Pernambuco.....	480
N. 1393 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior de Guardas Nacionais das comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Pardo e Itabapirana, no Estado do Espirito Santo.....	480
N. 1394 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca do Riachuelo, do Estado de Sergipe.....	481
N. 1395 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Villa Nova, do Estado de Sergipe.....	482
N. 1396 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de S. Christovão, do Estado de Sergipe.....	482
N. 1397 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de São João, do Estado de Sergipe.....	483
N. 1398 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Créa um esquadrão de cavallaria no commando superior da	

	Págs.
Guarda Nacional da comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy.....	483
N. 1399 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior de Guardas Nacionaes das comarcas de Conceição da Serra e de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.....	484
N. 1400 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Jardim, do Estado de Pernambuco... ..	485
N. 1401 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Gamelleira, no Estado de Pernambuco.....	485
N. 1402 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Bezelos, no Estado de Pernambuco.....	486
N. 1403 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Chique-Chique, do Estado da Bahia.....	486
N. 1404 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa uma secção de batalhão da Guarda Nacional na comarca de Grubú, do Estado da Bahia.....	487
N. 1405 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.....	487
N. 1406 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da capital, do Estado de Santa Catharina.....	488
N. 1407 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina.....	488
N. 1408 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Purús, no Estado do Amazonas.....	489
N. 1409 — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Crêa mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Crato, do Estado do Ceará.....	489
N. 1410 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Agricola do Alto Parahyba autorização para funcionar.....	490
N. 1411 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Pedro Tomás y Martin para organizar uma sociedade anonyma destinada a indemnizar as victimas de desastres ou suas familias, sob a denominação de Companhia Securitas.....	49
N. 1412 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede permissão a Ernesto Cybrão para lavrar nitreiras existentes na bacia do rio das Contas e no valle do rio Sincorá (Brejo Grande), Estado da Bahia.....	502
N. 1413 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891	

	Pags
— Concede á Companhia Confeitaria Nacional autorização para funcionar.....	505
N. 1414 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Determina que todos os cavallos introduzidos na Republica dos Estados Unidos do Brazil sejam marcados com um signal e dá outras providencias a fim de evitar que animaes importados figurem como nascidos na Republica.....	512
N. 1415 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão de favores feita ao cidadão Augusto Candido Harache para estabelecer cinco engenhos centraes no Estado da Bahia.....	515
N. 1416 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o engenho central de Maricá.....	516
N. 1417 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhose descripção dos methodos de fabricação do engenho central de Ubatuba, Estado de S. Paulo.....	516
N. 1418 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede permissão a João Francisco de Paula Castro para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.....	517
N. 1419 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Approva os estudos definitivos de mais vinte kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Minas e Rio, e os dos dez primeiros kilometros do ramal da Campanha.....	518
N. 1420 — AGRICULTURA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Antonio Baptista de Oliveira Barros Junior e outro para alterarem o art. 2º dos estatutos da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.....	519
N. 1420 A — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Amplia as attribuições dos substitutos dos juizes seccionaes e dá outras providencias.....	520
N. 1420 B — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Marca a gratificação de 1:800\$ annuaes ao procurador geral da Republica e dá outras providencias.....	520
N. 1420 C — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Faz extensivo o decreto n. 956 de 6 de novembro de 1890 aos magistrados que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados e continuarem a perceber vencimentos pelos cofres federaes.....	521
N. 1420 D — JUSTIÇA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera o decreto n. 1018 de 14 de novembro de 1890.....	522
N. 1420 E — MARINHA — Decreto de 21 de fevereiro de 1891 — Altera o quadro do pessoal do Corpo de Saude da Armada dando-lhe nova classificação.....	523
N. 1420 F — INSTRUÇÃO PUBLICA — Decreto de 22 de feve-	

	Pags.
reio de 1891 — Fixa a despesa do Ministerio dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos para o exercicio de 1891.....	523
N. 1120 G — AGRICULTURA — Decreto de 22 de fevereiro de 1891 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para liquidação do exercicio de 1890, credito supplementar de 6.205:249\$899...	525
N. 1421 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Altera o art. 28 do regulamento de 2 de maio de 1890 para o Collegio Militar.....	528
N. 1422 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização ao Banco Italia-Brasile para organizar a sociedade anonyma L'Italia.....	528
N. 1423 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Approva a planta para desapropriação, por utilidade publica, do terreno necessario á estação de bombeiros, em construção á rua Oito de Dezembro.....	533
N. 1424 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Approva provisoriamente, com modificações, os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, a que se refere o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, de Uberaba a S. Pedro de Uberabinha, e reduz o respectivo orçamento.....	534
N. 1425 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Modifica o traçado do prolongamento da Estrada de Ferro do Parana.....	534
N. 1426 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Mineira.....	535
N. 1427 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Industrial e Agricola da Bahia autorização para funcionar.....	542
N. 1428 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede á Companhia Manufactora Sul-Paulista autorização para funcionar.....	546
N. 1429 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Concede autorização a Manoel de Souza Campos Filho e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Lactaria Bahiana.....	551
N. 1430 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Eleva á categoria de Consulado o Vice-Consulado no Havre.....	556
N. 1431 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Manda adoptar as tabellas para fornecimento de fardamento aos corpos arregimentados do Exercito e aos sentenciados militares.....	556
N. 1432 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de fevereiro de 1891 — Declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores para um engenho central no Estado do Ceará.....	570

	Pags.
N. 760 (*) — AGRICULTURA — Decreto de 19 de setembro de 1890 — Concede ao Barão de Araújo Maia autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Hertha Mineira.....	570
N. 1021 (**) — JUSTIÇA — Decreto de 14 de fevereiro de 1891 — Approva o regulamento para a organização do Depósito Geral desta Capital .....	571

---

(\*) Publicado no *Diário Official* de 8 de fevereiro de 1891.

(\*\*) Publicado no *Diário Official* de 14 de junho de 1891.

---

# DECRETOS DO GOVERNO PROVISORIO

DA

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL



DECRETO N. 1328 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Francisco Ferreira da Varzea e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Francisco Ferreira da Varzea, Joaquim Xavier Coelho Bittencourt e João José Gomes, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios e com os estatutos que apresentaram; não podendo, porém, a mesma sociedade constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## Estatutos da Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios, a que se refere o decreto n. 1328 de 2 de fevereiro de 1891.

SÊDE DA COMPANHIA NA CAPITAL FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS  
DO BRAZIL

*Capital 1.000:000\$, representado em 5.000 acções do valor  
nominal de 200\$ cada uma, podendo ser elevado*

### CAPITULO I

#### DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO E FINS

Art. 1.º Com a denominação de Companhia Commercial Industrial de Generos Alimenticios, fica constituída uma sociedade anonyma, com sêde nesta Capital, que será regida pelos presentes estatutos, e, nos casos omissos, pela lei n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e de 13 de outubro do mesmo anno.

Art. 2.º A duração da companhia será de 30 annos, a contar da data em que forem, pelo Governo, approvados estes estatutos.

Art. 3.º A companhia tem por fim :

1.º O commercio de vinho nacional, carne de porco e seus preparados de qualquer especie, cebollas, alhos, louro, batatas, peixe secco e salgado, e mais outros generos, nacionaes e estrangeiros, que convier á companhia ;

2.º Estabelecer fabricas nos Estados que julgar conveniente, para preparo, conservação e fabricação, em larga escala, de diversos generos, para que possam competir com os importados do estrangeiro ;

3.º Estabelecer, tanto nesta Capital como onde convier, depósitos, para venda de seus productos ;

4.º Vender, por conta de terceiros, toda a especie de generos agricolas e industriaes, podendo adeantar dous terços do valor dos generos embarcados, á vista do conhecimento de embarque, que servirá de garantia ;

5.º Montar officinas de funilaria, carpinteria, tanoaria e outras, que forem precisas, em suas fabricas, para o acondicionamento dos diversos productos de seu commercio ;

6.º Adquirir, por compra, terras, em logares apropriados para criação de porcos, e outras onde possa cultivar vinhas, das melhores qualidades européas.

## CAPITULO II

## CAPITAES, ACÇÕES, ACCIONISTAS

Art. 4.º O capital da companhia será de mil contos de réis (1.000:000\$), representados em cinco mil acções (5.000), do valor nominal de duzentos mil réis (200\$) cada uma, podendo este capital ser elevado, e, neste caso, os accionistas então inscriptos nos registros da companhia terão preferencia à distribuição proporcional das novas acções.

Art. 5.º O capital será realizado pela fôrma seguinte : 30 %, no acto da subscrição destes estatutos ; 10 %, 30 dias depois, e as restantes, tambem de 10 %, quando a directoria julgar conveniente, com intervallos, nunca menores, de 30 dias, annunciados com antecedencia de oito dias nos jornaes de maior circulação.

Art. 6.º O accionista que deixar de fazer as entradas no prazo estipulado ficará sujeito ao que determina o art. 4.º do decreto de 13 de outubro de 1890.

Art. 7.º Inscrever-se como accionista, importa approvar estes estatutos.

Art. 8.º Podem ser accionistas quaesquer pessoas, sem distincção de sexo e nacionalidade, assim como qualquer companhia ou sociedades anonymas legalmente constituidas.

Art. 9.º Dos lucros liquidos da companhia serão semestralmente tirados 10 % para dividendo, e o excedente para integralização das acções, até preencher o capital da companhia, e, preenchido que seja este, dos lucros semestraes se retirarão 5 % para o fundo de reserva, e o excedente dos lucros ficará para distribuir 3 % para a directoria e conselho fiscal, em partes iguaes, e o excedente para dividendo dos accionistas.

## CAPITULO III

## ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de quatro membros, eleitos por maioria de votos, em escrutinio secreto, os quaes, entre si, nomearão o presidente, secretario, thesoureiro e gerente.

Art. 11. A primeira directoria funcionará por espaço de seis annos, podendo ser reeleita durante o mandato das futuras, pelo espaço de tres annos, procedendo-se então annualmente à eleição de um director para preencher o logar do que terminar o mandato.

Art. 12. O director será obrigado a garantir, no prazo de 30 dias, a responsabilidade de sua administração com 50 acções da mesma companhia, que ficarão inalienaveis enquanto exercer o cargo e serem approvadas as respectivas contas.

Art. 13. Na vaga de um director, por morte, renuncia, ausencia por mais de quatro mezes, os outros directores, de accordo com o conselho fiscal, escolherão um accionista para preencher a vaga, fazendo este a caução do artigo antecedente, e servirá até à primeira assembléa geral ordinaria, que confirmará a escolha ou elegerá outro director.

Art. 14. A directoria representa a companhia em todos os actos publicos ou particulares, para o que lhe são conferidos poderes sem reserva em direito permittidos.

Paragrapho unico. Fica desde já a directoria autorizada para, de accordo com o conselho fiscal, effectuar a compra de um ou mais estabelecimentos nesta Capital, em pontos commerciaes, afreguezados, e com os respectivos pertences, utensilios, etc., etc., para installação de depositos dos generos de seu commercio.

Art. 15. Compete à directoria :

1.º Nomear, suspender e demittir os sub-gerentes, administradores das fabricas, depositos, e mais empregados da companhia, sobre proposta do director-gerente, por ser este o que, pela qualidade do cargo que occupa, tem a razão de conhecer da necessidade ou utilidade que ha nos estabelecimentos ;

2.º Fixar, de accordo com o director-gerente, os vencimentos e fianças dos empregados acima mencionados ;

3.º Organizar os relatorios, balanços e contas da administração ;

4.º Fixar no fim de cada semestre o dividendo a distribuir ;

5.º Contrahir empréstimos por meio de emissão de obrigações de preferencia (*debentures*), seja por outro meio qualquer, com hypotheca e penhor, mediante autorização da assembléa geral ;

6.º Fiscalizar todas as transacções o escripturação, fazer a chamada de capitães, executar o art. 4º do decreto de 13 de outubro de 1890 ; convocar a assembléa geral ordinaria e extraordinariamente, deliberar sobre todos os negocios da companhia e, finalmente, executar os presentes estatutos e fazel-os executar e as resoluções da assembléa geral, disposições das leis e seus regulamentos em vigor.

Art. 16. A directoria se reunirá uma vez por semana, lavrando-se no respectivo livro as actas, que serão assignadas pelos presentes, devendo os directores presidente e secretario se reve-sar no serviço effectivo diario da companhia.

Art. 17. Ao director-gerente, além das obrigações que lhe são inherentes, compete :

1.º Superintender todos os depositos e fabricas da companhia, viajar a fazer compras de generos ainda mesmo em colheita, adiantar dinheiro por conta das mesmas, e tomar qualquer medida ou providencia que julgar conveniente aos interesses da companhia, participando à directoria ou consultando-a mesmo por telegramma, para seu governo ;

2.º Dar sua opinião em todos os negocios da companhia, sobre que for consultado, e, principalmente, nos adeantamentos que a directoria, queira fazer sobre generos, em consignações de navios, etc. ;

3.º Formular as obrigações de todos os empregados de sua competência e numero de fabricas, depositos e respectivos logares, submettendo-o à approvação da directoria.

Art. 18. Os directores presidente, secretario e thesoureiro vencerão annualmente cada um 6:000\$, e o director-gerente 9:600\$ annualmente.

Art. 19. Os membros do conselho fiscal vencerão annualmente 2:400\$ cada um.

## CAPITULO IV

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O conselho fiscal compor-se-ha de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos dentre os accionistas, annualmente, pela assembléa geral ordinaria.

Art. 21. O conselho fiscal tem por obrigação :

1.º Examinar a escripturação da companhia, de conformidade com a lei;

2.º Dar parecer escripto sobre os negocios da companhia e suas transacções, o qual parecer entregará à directoria para publicar, imprimir e ser apresentado à assembléa geral ordinaria;

3.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando seu pedido feito à directoria não for satisfeito.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 22. A assembléa geral é constituida por accionistas em numero legal, e regularmente convocados e inscriptos no registro da companhia.

Art. 23. Será installada pelo director-presidente, e em sua falta o secretario, ou outro; em seguida, será acclamado o presidente da assembléa, que nomeará os secretarios.

Art. 24. A assembléa geral ordinaria será convocada com 15 dias de antecedencia, e as extraordinarias com oito dias de antecedencia, por meio de annuncios repetidos.

Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio, contas da administração, parecer do conselho fiscal e qualquer assumpto que possa interessar à companhia.

Na reunião extraordinaria delibera-se sómente sobre o assumpto que a motivou, constante da ordem do dia declarada nos annuncios de convocação.

Art. 25. As resoluções da assembléa são tomadas por maioria de votos, sendo cinco acções para cada voto, não cabendo mais de 20 votos a nenhum accionista, seja qual for o numero de acções que possua ou represente.

Art. 26. Não podem votar os accionistas que forem directores ou fiscaes na approvaçãõ de contas e do parecer respectivo, e bem assim qualquer accionista em negocio de seu particular interesse.

Art. 27. O accionista pôde fazer-se representar nas assembléas, mas devem as procurações ser passadas a accionistas que não occupem cargo na directoria, como tambem no conselho fiscal, e devem ser apresentados no escriptorio da companhia, oito dias antes do designado para a reunião ordinaria e quatro para a extraordinaria.

Art. 28. As eleições para os cargos da directoria e conselho fiscal far-se-hão por escrutinio secreto, e não poderá votar nem ser votado o accionista que, 90 dias antes da eleição, não tenha seu nome no registro da companhia.

Art. 29. Para constituição legal da assembléa geral observar-se-ha o que determina a lei.

Art. 30. As assembléas geraes ordinarias terão logar semestralmente, até aos dias 10 de julho e 10 de janeiro de cada anno, servindo de base para a primeira reunião o dia 10 de janeiro de 1892.

Art. 31. A assembléa geral, no cumprimento de seus deveres, observará a lei e mais regulamentos em vigor e resolverá sobre tudo que respeite aos interesses e propriedade da companhia e á fiel execução destes estatutos.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 32. Em todos os casos omissos nestes estatutos observar-se-hão as disposições dos decretos ns. 164 de 17 de janeiro e de 13 de outubro de 1890, e bem assim suas modificações e regulamentos respectivos.

Art. 33. Fica a directoria autorizada a pagar todas as despesas de incorporação e installação da companhia.

Art. 34. A directoria, conselho fiscal e supplentes ficam desde já e por espaço de seis annos, e conselho fiscal por um anno, constituídos pelos seguintes Srs.:

Presidente

Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

Secretario

Major Luiz Augusto de Carvalho.

## Thesoureiro

Jeronymo Ribeiro de Freitas Guimarães.

## Gerente

Francisco Ferreira da Varzea.

## Fiscaes

Manoel Vaz Madeira.

Antonio de Aguiar Teixeira.

Tenente Joaquim Xavier Coelho Bittencourt.

## Supplentes

Dr. Francisco de Carvalho Figueira de Mello.

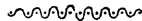
Manoel de Castro Palma.

Dr. Caetano Agripiano de Faria Castro.

Art. 35. A companhia reconhece como seus fundadores : Francisco Ferreira da Varzea, tenente Joaquim Xavier Coelho Bittencourt e João José Gomes, podendo qualquer um dos tres assignar a petição e submeter á approvação estes estatutos.

Art. 36. Os accionistas, subscriptores dos presentes estatutos, acceitam e approvam todas as suas prescripções.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1891.—*Francisco Ferreira da Varzea.*—*Joaquim Xavier Coelho Bittencourt.*—*João José Gomes.*



## DECRETO N. 1329 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Proroga os prazos constantes do decreto n. 610 de 31 de julho de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Empreza Industrial de Melhoramentos no Brazil, cessionaria da concessão de dous engenhos centraes de assucar,

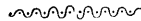
no Estado do Maranhão, feita pelo decreto n. 610 de 31 de julho de 1890, resolve prorogar por mais quatro mezes os prazos constantes do mesmo decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 4 de fevereiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1330 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 9.664:020\$945 para occorrer ás despesas de diversas verbas no exercicio de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que foi insufficiente o credito de 13.517:108\$904 mandado vigorar para as despesas do Ministerio da Guerra, no exercicio de 1890, pelo aviso de 30 de dezembro do anno anterior, por isso que em diversas verbas do orçamento houve acrescimo sensivel de despesa, pelo augmento de vencimentos do pessoal do Exercito e dos funcçionarios das repartições do mesmo Ministerio e por outros serviços de urgencia inadiavel, resolve abrir ao dito Ministerio um credito supplementar da quantia de 9.664:020\$945, distribuido pelas verbas do orçamento, mencionadas na demonstração que a este acompanha.

Palacio do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*

## 1890 — MINISTERIO DA GUERRA

Demonstração do estado do credito das rubricas que apresentam deficits e que justificam a necessidade de credito supplementar para liquidação do exercicio

RUBRICAS		Credito votado Lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888 Aviso de 30 de dezembro de 1889	DESPEZA					TOTAL	Augmento preciso	
			Distribuição de credito às Thesourarias de Fazenda	Paga pelo Thesouro Nacional até 31 de dezembro de 1890	Paga pela Contadoria Geral da Guerra e extincta Pagadoria até 31 de dezembro de 1890	Creditos abertos sob responsabilidade dos Governadores dos Estados	Provel até a liquidação do exercício			
1	Secretaria de Estado e Re- partições annexas.....	151:529\$535		88:977\$517	103:685\$066		15:700\$	211:333\$483	56:833\$883	1
1A	Contadoria Geral da Guerra	77:834\$313		2:362\$460	124:385\$832		17:500\$	144:248\$692	63:414\$379	1A
2	Conselho Supremo Militar..	45:080\$000	10:36\$355	41:435\$761	23:97\$008	11:536\$588	3:60\$8	60:093\$712	15:55\$712	2
5	Instrução militar.....	3 01669\$000	121:491\$000	6:418\$230	425:343\$554	303:595\$107	60:000\$	916:878\$891	526:209\$891	5
6	Intendencia.....	99:912\$500		35:353\$177	70:575\$426		11:000\$	122:928\$603	23:016\$103	6
7	Arsenaes.....	893:283\$580	350:845\$000	192:878\$811	469:970\$849	272:616\$262	90:000\$	1.376:310\$922	480:027\$342	7
9	Laboratorios.....	100:211\$600	14:831\$800	11:390\$300	117:238\$403	3:900\$249	15:000\$	162:331\$057	62:149\$457	9
10	Corpo de Saude.....	505:135\$000	290:000\$000	1:232\$000	275:242\$264	205:088\$784	26:000\$	788:563\$018	283:423\$048	10
11	Hospitales e enfermarias....	411:835\$460	280:131\$063	39:833\$215	215:605\$007	313:848\$428	24:000\$	873:417\$713	461:582\$253	11
12	Estado-Maior General.....	234:828\$000	90:396\$800		179:186\$183	45:160\$760	22:000\$	337:186\$746	102:358\$746	12
13	Corpos especiaes.....	855:672\$000	389:437\$719		754:322\$363	479:486\$868	70:000\$	1.693:247\$250	837:575\$250	13
14	Corpos arremimentados.....	2.205:684\$000	1.492:849\$320		1.208:280\$092	897:503\$231	120:000\$	3.718:672\$973	1.512:988\$973	14
15	Praças de pret.....	1.662:380\$830	1.026:000\$000		612:253\$762	1.536:482\$031	50:000\$	3.214:735\$843	1.552:355\$213	15
16	Etapas.....	2.598:508\$000	1.883:207\$43	12:952\$871	848:425\$388	796:261\$476	85:000\$	3.625:846\$821	1.027:338\$821	16
17	Fardamento.....	1.387:573\$703	773:959\$189	1.260:341\$779	193:368\$401	411:125\$703	150:000\$	2.788:795\$072	1.401:215\$330	17
18	Equipamento e arreios.....	112:934\$700	10:555\$755	78:079\$864	69:933\$639	2:214\$300	50:000\$	309:813\$078	193:878\$378	18
19	Armamento.....	44:546\$400	9:691\$000	1:89\$780	36:686\$523	2:221\$350	4:200\$	54:695\$653	10:149\$253	19
20	Despezas de corpos e quartéis	450:000\$000	147:172\$105	86:680\$569	445:602\$577	220:416\$550	40:000\$	939:871\$801	489:871\$801	20
21	Companhias militares.....	335:610\$490	173:066\$830	7:953\$145	165:625\$862	9:174\$016	16:000\$	377:749\$623	12:109\$133	21
22	Commissões militares.....	68:546\$000	53:100\$000		10:860\$325	19:293\$874	1:500\$	87:847\$199	19:271\$199	22
23	Classes inactivas.....	730:539\$238	453:300\$000	97:785\$505	357:415\$736	180:539\$150	50:000\$	1.139:010\$314	408:501\$073	23
24	Ajudas de custo.....	30:000\$000	12:414\$000		38:080\$719	23:63\$100	6:000\$	139:133\$819	109:133\$819	24
25	Fabricas.....	88:788\$695	12:810\$000	1:760\$239	81:945\$253		10:000\$	103:545\$839	17:756\$814	25
		13.517:108\$904	7.674:038\$159	1.937:363\$723	6.857:061\$460	5.725:103\$507	937:500\$	23.181:129\$349	9.664:020\$915	



## DECRETO N. 1331 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Francisco José Corrêa Quintella para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Cerveja Brazil.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Francisco José Corrêa Quintella, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Cerveja Brazil e com os estatutos que apresentou; não podendo, porém, a mesma sociedade constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia de Cerveja Brazil, a que se refere o decreto n. 1331 de 2 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### SÊDE, ORGANIZAÇÃO, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º Fica creada nesta Capital Federal uma sociedade anonyma com a denominação de Companhia de Cerveja Brazil, que terá sua sêde e fóro juridico nesta mesma Capital Federal.

Art. 2.º A companhia tem por fim:

§ 1.º Fundar nesta Capital Federal ou Estado do Rio de Janeiro um ou mais estabelecimentos com appparelhos aperfeçoados para o fabrico da cerveja, malt e acido carbonico fluido para ser applicado á conservação da cerveja, de fôrma a tornal-a preferivel ás mais acreditadas marcas estrangeiras.

§ 2.º Fundar no Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) um estabelecimento semelhante ao da Capital Federal, que seja a elle filial e que trate com especialidade do fabrico do malt com a direcção que lhe convier, podendo adquirir a fabrica alli estabelecida de Frederico Schmidt e terrenos adjacentes.

§ 3.º Applicar o systema Pasteur á cerveja que se fabricar.

§ 4.º Obter o privilegio concedido pelo decreto n. 778 de 18 de outubro de 1889 para o fabrico de acido carbonico fluido com applicação á cerveja e bebidas fermentadas.

§ 5.º Adquirir ou annexar qualquer fabrica de bebidas, que convenha, quer na Capital Federal, quer nos Estados.

§ 6.º Desenvolver nos Estados do sul a cultura da cevada, dando a esta o fim que julgar conveniente.

Art. 3.º A companhia durará por 30 annos contados da data de sua installação definitiva, podendo ser prorogado este prazo quando convenha aos accionistas e seja resolvido em assembléa geral.

Paragrapho unico. O anno social se contará de julho a junho e a assembléa geral terá logar em agosto de cada anno.

Art. 4.º Não sendo prorogado o prazo, entrará a companhia em liquidação na fórma da legislação em vigor e disposições dos estatutos.

## CAPITULO II

### CAPITAL, SUA REALIZAÇÃO E ACCIONISTAS

Art. 5.º O capital da companhia é de 1.000:000\$, representados, em 5.000 acções de 200\$ cada uma.

§ 1.º As entradas serão effectuadas em prestações successivas sendo de 30 % no acto da assignatura dos estatutos e 10 % 30 dias depois da sua installação e as outras quando se tornarem precisas, sendo sempre de 10 %, e com intervallo nunca menor de 30 dias, até final realização.

§ 2.º Os accionistas que não fizerem suas entradas de capital nas epocas prescriptas e annunciadas, incorrerão na multa de 2 % sobre o valor das mesmas entradas até 60 dias depois, e esgotado este prazo incorrerão na pena irrevogavel de commisso, salvo o caso de força maior, a juizo da directoria..

§ 3.º A pena de commisso não isenta o accionista da responsabilidade legal quanto á integridade do valor total das acções.

§ 4.º As acções cahidas em commisso poderão ser reemitidas, entrando o valor realizado para o fundo de reserva.

Art. 6.º O capital da companhia poderá ser augmentado a 5.000:000\$, si a administração o julgar conveniente, ficando para este fim desde já autorizada, independentemente de consulta á assembléa geral.

## CAPITULO III

### DO DIVIDENDO E FUNDO DE RESERVA

Art. 7.º O dividendo far-se-ha em janeiro e julho de cada anno, do producto liquido dos lucros da companhia, depois de deduzida a quota destinada ao pagamento de juros dos emprestimos contrahidos e fundo de reserva.

Paragrapho unico. Nenhum dividendo se fará quando houver perdas que desfalquem o capital social, até que este fique re-staurado.

Art. 8.º O fundo de reserva será constituído com 5 a 10 % tirados do producto liquido dos lucros de cada semestre até attin-gir 50 % do capital primitivo.

Art. 9.º O capital realizado vencerá o juro de 6 % ao anno até ao funcionamento das fabricas.

## CAPITULO IV

### DAS ADMINISTRAÇÕES

Art. 10. A administração da companhia se comporá de uma directoria com um conselho fiscal, nesta Capital Federal.

Art. 11. A directoria funcionará por seis annos, podendo ser reeleita; compor-se-ha de quatro membros, de entre os quaes será um o presidente, outro o secretario, o terceiro será o thesoureiro e o quarto será o director-technico. Serão eleitos em assembléa geral por escrutinio secreto.

Art. 12. A directoria compete:

§ 1.º Representar a companhia na pessoa de seu presidente, ou de quem suas vezes fizer, em todos os actos publicos e parti-culares, para o que se lhe confere por estes estatutos todos os poderes, inclusive o de procurador em causa própria.

§ 2.º Solicitar e aceitar dos poderes publicos quaesquer au-xilios, privilegios e concessões que possam ser utilizadas pela companhia.

§ 3.º Fundar em qualquer Estado, com especialidade no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, uma agencia, quando assim con-vier aos interesses da companhia.

§ 4.º Fixar os vencimentos dos empregados da companhia e suas agencias.

§ 5.º Estabelecer a forma de suas escripturações e regula-mentar o serviço interno e externo da companhia.

§ 6.º Contrahir empréstimos por meio de *debentures*, realizar contractos e os executar com companhias, bancos, associações e particulares, no sentido dos interesses da companhia.

§ 7.º Apresentar em assembléa geral o relatório sobre os ne-gocios da companhia; convocar a assembléa geral dos accionistas ordinaria e extraordinaria.

Art. 13. Ao director-technico compete:

§ 1.º A administração e montagem das fabricas.

§ 2.º Escolha das machinas mais aperfeçoadas.

§ 3.º Empreitar, de accordo e harmonia com a administração geral, as obras dos estabelecimentos e fiscalizal-as.

§ 4.º Contractar os operarios e profissionaes necessarios para a fabrica e estabelecimentos da companhia debaixo de sua re-sponsabilidade.

§ 5.º No impedimento do director-technico ou fallecimento, os outros membros da directoria o substituirão até a primeira reunião da assembléa geral ordinaria que nomeará um profissional de sua confiança.

Art. 14. Da ausencia ou impedimento dos membros da directoria será sua substituição feita pela forma seguinte: o presidente pelo secretario e este pelo thesoureiro.

Paragrapho unico. Pela affluencia de negocios, ausencia ou impedimento de algum director, os outros poderão chamar um accionista para substituir aquelle.

Art. 15. Cada um dos directores vencerá annualmente um honorario estabelecido em assembléa geral e a primeira directoria vencerá o que for estabelecido na assembléa geral de installação.

Art. 16. O conselho fiscal se comporá de quatro membros effectivos e quatro supplentes, nomeados annualmente em assembléa geral; e a elle competem os direitos e deveres exarados no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

§ 1.º O conselho fiscal se reunirá sempre que for convocado pela directoria.

§ 2.º A elle se darão os esclarecimentos que exigir, cópias e documentos sobre o que tiver de dar esclarecimentos ou parecer e que tenha de ser apresentado á assembléa geral.

Art. 17. Cada um membro do conselho fiscal vencerá um honorario fixado em assembléa geral, e os supplentes só vencerão quando em exercicio.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 18. A assembléa geral é a autoridade soberana da companhia, achando-se legalmente constituida por accionistas possuidores de uma ou mais acções e suas deliberações são obrigatorias.

Art. 19. A assembléa geral considerar-se-ha legalmente constituida, quando em virtude de sua collocação se acharem reunidos accionistas que representem pelo menos um quarto do capital realizado em acções inscriptas no registro da companhia com 30 dias de antecedencia ao da reunião.

Paragrapho unico. Assim constituida, a assembléa geral poderá resolver sobre tudo que for de sua competencia, excepto sobre reforma de estatutos, prorogação do prazo de duração da companhia, dissolução e modo de liquidação, que exigem pelo menos a representação de dous terços do capital.

Art. 20. No caso de não se reunir o numero de accionistas para constituir a assembléa geral, observar-se-ha o disposto no decreto n. 164 de 17 de dezembro de 1890.

Art. 21. A convocação das assembléas geraes ordinarias e extraordinarias se fará pela imprensa; as ordinarias com 15 dias de antecedencia e as extraordinarias com cinco a oito dias, declarando-se o motivo da convocação.

Paragrapho unico. Haverá reunião de assembléa geral extraordinaria sempre que a directoria entender necessario, ou quando requererem accionistas que representem um quarto do capital social.

Art. 22. A somma de 10 acções dá direito a um voto e nenhum accionista poderá dispôr de mais de 25 votos, seja qual for o numero de acções que possua.

§ 1.º Podem votar os tutores e curadores por seus pupillos e curatellados, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações, os representantes legaes e procuradores, sendo accionistas.

§ 2.º Não podem votar em assembléas geraes os gerentes para approvarem seus balanços, contas e inventarios, e os fiscaes, na approvação de seus pareceres.

Art. 23. As deliberações e resoluções da assembléa geral serão tomadas *per capita* e as procurações devem ser entregues ao director presidente da companhia.

Art. 24. O presidente da assembléa geral será eleito por aclamação e este chamará dous secretarios que serão dous accionistas.

Art. 25. Ao 1º secretario compete:

Paragrapho unico. Lançar em livro apropriado as resoluções da assembléa geral, em resumo.

Art. 26. Compete á assembléa geral:

§ 1.º Alterar ou reformar os estatutos.

§ 2.º Prorogar o prazo de duração da companhia, dissolver e liquidar.

§ 3.º Eleger os membros da directoria, conselho fiscal e marcar-lhes os vencimentos e porcentagens.

Art. 27. Nas reuniões ordinarias annuaes da assembléa geral será apresentado o relatorio da directoria acompanhado do balanço, conta dos lucros, despezas, perdas ou prejuizos, com o parecer da commissão fiscal, para ser tudo discutido e aprovado ou não.

Paragrapho unico. Nessa reunião permittir-se-ha tratar de todos os assumptos que possam interessar á companhia.

Art. 28. Nas reuniões extraordinarias só se tratará do assumpto para que for convocada.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 29. A primeira directoria e conselho fiscal e supplentes serão aclamados pelos accionistas em assembléa geral de installação.

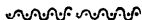
Paragrapho unico. Os directores deverão ser accionistas de 50 acções pelo menos e o conselho fiscal, de 40 pelo menos, inalienaveis durante o exercicio.

Art. 30. Os votos em sessão da directoria são deliberativos em casos de empate.

Art. 31. A directoria fica autorizada a pagar aos incorporadores todas as despesas com a incorporação da companhia.

Art. 32. Sempre que os dividendos excederem a 12 % o excesso será levado a uma conta de lucros suspensos, podendo a todo tempo ser distribuidos como *bonus* aos accionistas.

Art. 33. Nos casos omissos nestes estatutos, resolver-se-ha pelas leis vigentes que regem as sociedades anonymas.



### DECRETO N. 1332 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Extingue a Comissão Geral de Viação Ferrea e Fluvial.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Considerando que a inspecção e fiscalização das emprezas de viação geral foram sempre feitas por engenheiros nomeados pelo Governo, em virtude de preceito estabelecido na clausula 12<sup>a</sup> das que baixaram com o decreto n. 6995 de 10 de agosto de 1878;

Considerando, ainda, que, além das funcções incumbidas, em tal sentido, quer aos engenheiros fiscaes, quer à comissão de que trata a alludida clausula, existe na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas uma directoria por onde correu, desde sua organização, sem perturbação e com regularidade do serviço, o exame final dos diversos assumptos inherentes à viação geral e dependentes de resolução do Governo;

Considerando, finalmente, que as actuaes condições financeiras reclamam a mais bem entendida economia na decretação das despesas publicas, mantendo-se só aquellas que entenderem com o desenvolvimento e progresso do paiz, decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica desde já extinta a Comissão de viação geral creada pelo decreto n. 159 de 15 de janeiro de 1890.

Art. 2.<sup>o</sup> Todos os papeis, documentos, mappas, plantas, bem como o material a cargo da dita comissão, serão recolhidos à directoria competente do Ministerio da Agricultura.

Art. 3.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891,  
3<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1333 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Revoga o decreto n. 1302 de 17 de janeiro do corrente anno que creou uma Inspectoria Geral para fiscalização das linhas ferreas e fluviaes da Republica.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação :

Considerando não se tornar necessaria á marcha regular do serviço da inspecção e fiscalização das emprezas de viação geral a creação da Inspectoria Geral a que allude o decreto n. 1302 de 17 de janeiro do corrente anno, á vista das razões em que se basea o decreto n. 1332 desta mesma data, decreta :

Art. 1.º Fica de nenhum effeito e como tal revogado o decreto citado n. 1302 de 17 de janeiro do corrente anno que creou uma Inspectoria Geral para fiscalizar as linhas ferreas e fluviaes da Republica.

Art. 2.º A mesma fiscalização será feita pelo modo estabelecido na clausula 12ª das que baixaram com o decreto n. 6995 de 10 de agosto de 1878, sujeito este ramo do serviço ao estudo e exame que incumbe á directoria competente do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, nos termos do § 1º, n. 2, art. 14 do regulamento em vigor promulgado pelo decreto n. 449 de 31 de maio de 1890.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1334 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera a tabella de vencimentos e outras despezas do Jardim Botanico.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, julgando conveniente alterar a tabella de vencimentos e salarios do pessoal do Jardim Botanico, approvada por decreto n. 518 de 23 de junho de 1890, e de outras despezas, para bem da importancia daquelle estabelecimento, determina que seja ella

substituida pela que com este baixa assignada pelo Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

Tabella de vencimentos, salarios e outras despezas,  
approvada por decreto n. 1334 desta data

EMPREGADOS E CATEGORIAS	ORÇEADO	GRATIFICAÇÃO	SALARIO MENSAL	TOTAL	OBSERVAÇÕES
1 director.....	6:000\$000	3:000\$000	.....	9:000\$000	
1 ajudante-secretario...	3:200\$000	1:600\$000	.....	4:800\$000	
1 naturalista-viajante...	.....	2:400\$000	.....	2:400\$000	
1 jardineiro.....	.....	.....	166\$666	2:000\$000	Diaria
1 chefe de culturas.....	.....	.....	166\$666	2:000\$000	»
1 feitor.....	.....	.....	100\$000	1:200\$000	»
1 porteiro.....	.....	.....	60\$000	720\$000	»
1 carpinteiro.....	.....	.....	90\$000	1:080\$000	»
1 pedreiro.....	.....	.....	90\$000	1:080\$000	»
25 trabalhadores.....	.....	.....	60\$000	18:000\$000	»
				44:280\$000	

O director, logo que saia desta Capital para excursões scientificas, terá mais a diaria de 8\$ no maximo, não excedendo a 75 dias no anno, sendo os transportes pagos pelo Estado.

O naturalista-viajante em sahindo da séde de sua commissão perceberá mais a diaria de 5\$ no maximo, não excedendo a 240 dias no maximo, correndo os transportes por conta do Estado.

Expediente e despezas miudas 1:200\$000.

Sustento de animaes, madeira para encaixotamento, ferramentas, materiaes para conservação de casas, pontilhões, cascatas, livros e revistas 5:000\$000.

Capital Federal, 2 de fevereiro de 1891.—*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1335 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização ao Banco de Penhor e Hypotheca para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio e Industrial do Brazil.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requerer o Banco de Penhor e Hypotheca, devidamente representado, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio e Industrial do Brazil, e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma sociedade constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

Estatutos da Companhia Commercio e Industrial  
do Brazil, a que se refere o decreto n. 1335  
de 2 de fevereiro de 1891

## TITULO I

## DA COMPANHIA E SEUS FINS

Art. 1.º E' constituida a Companhia Commercio e Industrial do Brazil, de conformidade com as leis que regem as sociedades anonymas, tendo por fim :

- 1.º O fabrico em grande escala de chocolate e a moagem de canella, pimenta da India e outros generos ;
- 2.º Estabelecer uma grande fabrica a vapor para a manipulação de velas de cera e de composição, lamparinas diversas e artigos congeneres ;
- 3.º Importação, compra e venda de chá, sementes, vinhos, comestiveis, etc. ;
- 4.º Receber generos, à consignação, dos diversos Estados do Brazil e do estrangeiro ;

5.º Explorar, comprar e vender cacão, baunilha, cera, etc., nos logares productores, animando a agricultura desses productos nacionaes.

Art. 2.º A séde da companhia é nesta Capital Federal.

Art. 3.º Seu capital é de 1.000:000\$, dividido em 10.000 acções, do valor nominal de 100\$ cada uma; e poderá ser elevado até 2.000:000\$, por deliberação da assemblea geral, independente de reforma dos estatutos.

Art. 4.º O capital da companhia será realizado da fôrma seguinte: 30 % no acto da inscripção, e o restante quando a directoria julgar conveniente, com intervallos, nunca menores, de 30 dias.

Art. 5.º Os accionistas que dentro do prazo determinado nestes estatutos, não obstante os convites feitos pela directoria nos jornaes desta Capital Federal, com antecedencia, pelo menos de 15 dias, tornarem-se impontuaes no pagamento de suas entradas, perderão, em beneficio da companhia, as anteriormente feitas, cahindo suas acções em commisso, salvo participando causas de força maior, perante a directoria que, attendendo, cobrará, além da importancia da prestação, mais o juro da móra de 1 % ao mez; e a directoria poderá reemittir as acções que cahirem em commisso, sendo seu producto levado a fundo de reserva.

Art. 6.º O prazo de sua duração será de 30 annos, podendo ser prorogado por deliberação da assemblea geral extraordinaria, para esse fim convocada.

## TITULO II

### DOS ACCIONISTAS

Art. 7.º São accionistas todos que possuirem uma ou mais acções da companhia, devidamente registradas no livro competente.

Art. 8.º Todo o accionista terá direito de fazer qualquer proposta e discutir em assemblea geral, porém, só terão o direito de voto os accionistas que possuirem legalmente dez ou mais acções inscriptas, com dous mezes de antecedencia.

Art. 9.º O accionista que tiver 10 acções tem direito a um voto; 20 acções, a dous votos, e assim por deante, até ao numero de 20 votos no maximo.

## TITULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros: presidente, secretario e thesoureiro.

Art. 11. Esta directoria será eleita de cinco em cinco annos, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos, sendo permittida a reeleição.

Art. 12. O accionista eleito para o cargo de director, que deixar de assumir o cargo dentro do prazo de 20 dias, ou que depois de assumil-o deixar de exercer por mais de tres mezes consecutivos, subentende-se que o resignou.

Art. 13. Nas hypotheses estabelecidas no artigo antecedente, ou de fallecimento de um dos directores, os outros com o conselho fiscal escolherão de entre os accionistas um para exercer o cargo até à primeira reunião da assembléa geral.

Art. 14. O accionista eleito para o cargo de director será obrigado a depositar 50 acções nos cofres da companhia, as quaes serão inalienaveis até que a assembléa geral dê plena e geral quitação à sua gestão.

Art. 15. Compete à directoria:

a) Deliberar sobre todos os negocios e assumptos de interesse da companhia, ouvindo, quando julgar conveniente, o conselho fiscal;

b) Dirigir a escripturação e todos os negocios da companhia, estabelecer o dividendo das acções semestralmente; nomear, suspender e demittir os gerentes e empregados necessarios ao serviço dos estabelecimentos, marcar-lhes os ordenados e gratificações e tudo fazer para a boa gestão da companhia;

c) Transigir, apenhar, emitir *debentures*, contrahir empréstimos, hypothecar e alienar bens e direitos da companhia; finalmente fazer toda e qualquer transacção que convenha aos interesses da empresa.

Art. 16. As deliberações tomadas pela directoria serão mencionadas nas actas respectivas, lavradas pelo director-secretario.

Art. 17. Os directores perceberão mensalmente: o presidente e o secretario 500\$ cada um, o thesoureiro e director tecnico 833\$333, à razão de 10:000\$ annuaes.

Art. 18. Compete ao director-presidente:

1.º Representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, sendo-lhe facultado o direito especial de constituir mandatarios com todos os poderes necessarios em direito, inclusive o de transigir;

2.º Convocar extraordinariamente a directoria e conselho fiscal, e a assembléa geral sempre que julgar conveniente;

3.º Assignar os balanços e balancetes, assim como pôr o—pague-se—em todas as suas dividas passivas;

4.º Apresentar à assembléa geral, em sua reunião ordinaria, em nome da directoria, o relatorio annual do estado da companhia;

5.º Executar e fazer cumprir tielmente estes estatutos, os regulamentos internos e as decisões tomadas em sessão da directoria e da assembléa geral.

Art. 19. Compete ao director-secretario:

1.º Substituir interinamente o presidente e exercer as suas funcções, nos casos de ausencia ou impedimento temporario;

2.º Fiscalizar toda a escripturação da companhia, e assignar a correspondência;

3.º Zelar o archivo da companhia e, de accordo com a directoria, confeccionar o relatorio annual;

4.º Organizar, de accordo com a directoria e os gerentes, os regulamentos internos dos estabelecimentos da companhia.

Art. 20. Compete ao director-thesoureiro:

1.º Substituir interinamente o secretario e exercer as suas funções nos casos de ausencia ou impedimento temporario;

2.º Effectuar o pagamento de todas as contas e transacções da companhia, depois de processadas e com o—pague-se—do director-presidente, assin: como assignar os cheques;

3.º A administração geral dos estabelecimentos da companhia, e para este fim, indicará à directoria a nomeação e demissão dos empregados, bem como a designação dos respectivos vencimentos e gratificações, e, de accordo com a directoria, fará o ajuste com os trabalhadores e operarios, comprará os materiaes brutos e venderá os productos da industria da companhia, propondo finalmente todas as medidas e providencias necessarias ao bom exito da companhia.

#### TITULO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

Art. 21. Será eleito annualmente um conselho fiscal de tres membros effectivos e de tres supplentes, que substituirão os effectivos no caso de impedimento.

Paragrapho unico. Esses fiscaes poderão ser ou não accionistas.

Art. 22. Compete ao conselho fiscal:

1.º Apresentar o seu parecer sobre os negocios da companhia, entregando-o ao director presidente, para ser publicado com o respectivo relatorio;

2.º Examinar os livros e todos os documentos da companhia, verificar o estado da sua escripturação, exigir da directoria as informações que carecer, denunciar quaesquer omissões e tudo fazer que julgar conveniente, de accordo com as leis que regulam a especie, a bem dos interesses da companhia;

3.º Convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando entender que occorrem motivos urgentes e a directoria recusar-se a fazer.

Art. 23. Os membros effectivos do conselho fiscal terão a remuneração de 1:200\$ annualmente, cada um.

Art. 24. É facultada a reeleição.

#### TITULO V

##### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 25. A assembléa geral se comporá de accionistas em numero legal, regularmente convocados, cujas acções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de sessenta dias.

Art. 26. O accionista poderá fazer-se representar em assembléa geral por outro accionista com poderes especiaes ; não podendo este, como procurador, ter mais de vinte votos seja qual for o numero de acções que represente.

Art. 27. A assembléa geral será presidida pelo presidente da directoria, escolhendo a assembléa os dous secretarios.

Art. 28. A reunião ordinaria será convocada com antecedencia de quinze dias e a extraordinaria com a de oito dias.

§ 1.º Na reunião ordinaria deliberar-se-ha sobre o relatorio, contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem a companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias, só se deliberará sobre o assumpto que as motivar, constante dos annuncios da convocação.

Art. 29. As deliberações da assembléa geral serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Art. 30. A assembléa geral estará legitimamente constituida sempre que concorrerem accionistas que representem um quarto do capital social, salvo nos casos em que a lei exige a representação de maior capital social.

Paragrapho unico. As deliberações da assembléa, accordes com estes estatutos e a lei, obrigarão a todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 31. A reunião ordinaria da assembléa geral terá lugar até ao ultimo dia do mez de março de cada anno.

Art. 32. Compete á assembléa geral:

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas por lei e nestes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessarem.

§ 3.º Elegar a directoria, conselho fiscal e quaesquer commissões especiaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores.

## TITULO VI

### DOS LUCROS, DIVIDENDOS E FUNDO DE RESERVA

Art. 33. Dos lucros liquidos da companhia, depois de feitas as deducções determinadas nestes estatutos e as que para o futuro sejam deliberadas pela assembléa geral, será tirada a somma que for fixada para dividendos semestraes dos accionistas, passando a lucros suspensos o saldo que houver.

Art. 34. Crear-se-ha um fundo de reserva, a que todos os annos se levará 10 % dos lucros liquidos da companhia, destinado ás perdas do capital e a reconstitui-lo.

Art. 35. Sempre que o dividendo a distribuir pelos accionistas attinja a 15 % ao anno do capital realizado, a directoria será distribuida igual percentagem, sendo de 5 % a cada director.

## TÍTULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 36. Os casos não previstos nestes estatutos serão regulados pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

<sup>1</sup> Art. 37. Fica a directoria autorizada a adquirir quaesquer estabelecimentos, direitos e favores que á companhia convenham ; e de tudo acceitar os respectivos contractos, ouvindo o conselho fiscal, quando julgar conveniente aos interesses da companhia.

Art. 38. Quando os lucros suspensos no semestre se elevarem a 5 % do capital realizado, o excedente será levado a uma conta especial, afim de ser distribuida pelos accionistas, a titulo de *bonus*.

Art. 39. Os accionistas da companhia reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, acceitam e approvam estes estatutos, assim como nomeam para o cargo de directores da companhia, membros do conselho fiscal e supplentes, os cidadãos seguintes:

## Presidente

João Manoel Gonçalves, negociante, rua dos Andradas n. 21.

## Secretario

Francisco Gonçalves de Carvalho, industrial, rua da Misericordia n. 68.

## Thesoureiro e director technico

José Manoel Teixeira, negociante, rua do Rosario n. 127 A.

## Conselho fiscal

José Ribeiro de Farias, negociante, rua de S. Christovão n. 202.

Jardim Vianna & Comp., negociantes, rua do Ouvidor n. 151.

Diogo José da Silva, negociante, praça das Marinhas.

## Supplentes

Francisco Lopes Ferraz Sobrinho.

José Barbosa Leal.

Joaquim Francisco dos Santos.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1891.



## DECRETO N. 1336 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede á Companhia Commercial e de Panificação Paulista autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Commercial e de Panificação Paulista, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou, devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 2 de fevereiro de 1891, 3.<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Estatutos da Companhia Commercial e de Panificação Paulista, a que se refere o decreto n. 1336 de 2 de fevereiro de 1891**

**CAPITULO I**

**SÉDE, FINS E DURAÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 1.<sup>o</sup> Sob a denominação de Companhia Commercial e de Panificação Paulista, com séde e fóro juridico nesta Capital, fica organizada uma sociedade anonyma que se regerá pelos presentes estatutos e pela lei n. 164 de 17 de janeiro de 1890, tendo por fins :

a) montar armazens e estabelecimentos apropriados para explorar em grande escala e de maneira mais vantajosa o commercio de farinhas de trigo e de outros generos alimenticios nacionaes e estrangeiros ;

b) estabelecer com maximo desenvolvimento a panificação paulista, montando grande fabrica com aperfeçoadissimos machinismos movidos a vapor para o fabrico especial de todos os preparos da farinha de trigo.

Art. 2.<sup>o</sup> A duração da companhia será de 30 annos da data de sua installação, antes do qual não poderá ser dissolvida, salvo nos casos previstos pela lei, podendo ser prorogado por oliberação da assembléa geral.

Art. 3.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL, FUNDO DE RESERVA E LUCROS

Art. 4.º O capital social será de 400:000\$ divididos em 4.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado até ao dobro, independente de autorização da assembléa geral.

§ 1.º O capital será realizado em prestações, devendo ser a primeira de 30 %, no acto da subscrição e as seguintes de 10 % de conformidade com as necessidades da companhia, porém com intervallo nunca menor de 30 dias.

§ 2.º As importancias da primeira entrada serão depositadas em um banco desta Capital, ou provisoriamente em mão do gerente e incorporador, sob a responsabilidade da firma social de que o mesmo faz parte actualmente nesta Capital.

Art. 5.º Serão considerados lucros os effectivamente realizados no semestre.

§ 1.º Dos lucros liquidos serão deduzidos 10 % para o fundo de reserva, bem como os juros não reclamados em tempo, o producto das acções que cahirem em commisso, o agio que houver na occasião da reemissão das mesmas e outras rendas extraordinarias determinadas pela directoria.

§ 2.º O fundo de reserva deverá ser constituido em titulos que mereçam a directoria solida garantia.

§ 3.º Os dividendos ou juros não reclamados no prazo de tres annos reverterão em favor do fundo de reserva, bem como os juros dos titulos pertencentes a esta conta do fundo de reserva.

Art. 6.º Deduzido o fundo de reserva, o saldo até 12 % será distribuido como dividendo aos accionistas e o excedente será para integralização das acções.

§ 1.º Integralizadas as acções, a deducção para o fundo de reserva poderá ser elevada a juizo da directoria, sendo o restante dividido entre os accionistas.

Art. 7.º Em caso de desfalque do capital social por qualquer accidente não se distribuirá dividendos aos accionistas até que aquelle seja integralmente estabelecido.

## CAPITULO III

### ACÇÕES E ACCIONISTAS

Art. 8.º As acções serão nominativas e assignadas pela directoria.

Art. 9.º As transferencias de acções se operará por termo lavrado em livro especial da companhia, assignado pelo cedente, cessionario e qualquer director.



Art. 10. É accionista da companhia todo o possuidor de acção devidamente inscripta na forma do artigo antecedente.

Art. 11. A companhia não reconhece mais do que um possuidor em cada acção, e, quando uma acção pertencer a mais de uma pessoa, ficarão a respeito daquella acção suspensos todos os direitos até que uma só pessoa ou entidade juridica legalmente constituída represente todos os participantes da mesma.

Art. 12. Os accionistas que transferirem acções em caução ou penhor mercantil, conservam os direitos de representação em assembléas geraes, assim como de receberem os dividendos, salvo estipulação em contrario devidamente communicada á companhia pelos interessados.

Art. 13. O accionista é responsavel pelo capital que subscrever em acções, e o que não realizar as suas entradas nos prazos annunciados pela directoria perderá o direito ás mesmas.

§ 1.º As prestações realizadas pelos accionistas, uma vez declarado o commisso, reverterão em favor do fundo de reserva.

§ 2.º A directoria poderá relevar a penalidade do artigo antecedente, uma vez provado que a falta foi motivada por força maior, feita dentro de 60 dias da expiração do prazo marcado para a entrada, pagando o accionista, além das prestações em debito, mais o juro de 2 % ao mez pelo prazo da mora.

Art. 14. São direitos dos accionistas :

Tomar parte em todas as deliberações das assembléas geraes.  
Votar e ser votado, para qualquer cargo da directoria ou conselho fiscal, desde que possua numero legal de acções em tempo registradas ;

Entrar em todas as dependencias e finanças aos estabelecimentos da companhia, de accordo com o regimento interno ;

A' partilha dos bens sociaes na liquidação da companhia ;

Comprar com abatimento de 5 % dos preços da companhia, os generos fabricados na secção de pannificação fabricados pela companhia, quer sejam para seu consumo ou para revender.

### TITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15. A companhia será administrada por uma directoria de quatro membros, a saber: presidente, vice-presidente, gerente e secretario, eleitos nomeadamente pela assembléa geral dos accionistas de cinco em cinco annos, por maioria relativa de votos, decidindo a sorte por escrutinio secreto, si houver empate.

§ 1.º Qualquer accionista possuidor de 30 ou 20 acções poderá ser eleito director da companhia.

§ 2.º O director eleito não entrará em exercicio do cargo sem depositar na companhia 50 acções da mesma companhia, as

quaes servirão de caução à sua responsabilidade, até que as contas relativas a sua gestão sejam approvadas pela assembléa geral.

A caução se fará com registro no livro dos accionistas e declaração ou termo no livro das transferencias de acções.

§ 3.º Os membros da directoria poderão ser reeleitos e quando não o sejam servirão até que a nova directoria se apresente para tomar posse.

§ 4.º Quando um director se achar impossibilitado de exercer o cargo por mais de 60 dias, os outros em exercicio chamarão um accionista para o substituir interinamente; quando, porém, se der o caso de um segundo ficar impedido, o conselho fiscal será ouvido para a escolha do segundo substituto e assim por diante.

§ 5.º Si algum director não acceitar o cargo depois de já se haver dissolvido a assembléa geral que o houver nomeado ou eleito, resignar mais tarde ou fallecer, e, finalmente, ficar impossibilitado de o exercer, se procedera como no paragrapho antecedente, exercendo o accionista que for chamado para substitui-lo o tempo que decorrer-se até á primeira reunião da assembléa geral, na qual será definitivamente nomeado o substituto, que servirá o tempo que faltava ao substituido.

§ 6.º Os directores se reputam revestidos de amplos poderes para praticar todos os actos de gestão relativos aos fins e objectos da companhia, especificados ou não nestes estatutos, representando-a em juizo activa e passivamente.

§ 7.º Como mandatarios os directores são solidariamente responsaveis por sua gestão nos termos da legislação vigente, cessando essa responsabilidade quando forem approvadas pela assembléa geral as suas contas prestadas, salvo as especificações da lei.

Art. 16. São attribuições da directoria:

Organizar e fazer executar os regulamentos internos e instruções para boa marcha dos interesses sociaes, administrar todos os negocios da companhia; fazer operações de credito necessarias ao seu objecto e fins, podendo transigir, renunciar direitos, hypothecar os bens sociaes, contrahir obrigações ao portador e alienar bens, mesmo immoveis;

Tratar com os poderes publicos;

Fixar os dividendos a distribuir-se semestralmente;

Fixar o numero, categoria, ordenados, funções e finanças do pessoal empregado na companhia, nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os;

Apresentar na assembléa geral ordinaria, que se verificará de seis em seis mezes, o relatório das operações da companhia, o qual será acompanhado de um balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e bem assim do parecer do conselho fiscal relativo as contas apresentadas e situação da companhia;

Depositar em estabelecimento bancario os dinheiros da companhia, sendo os cheques para as retiradas de quantias necessarias assignados por um director e pelo presidente da companhia.

Art. 17. Só serão válidas as decisões da directoria tomadas por maioria de votos, inclusive o do presidente, que terá o voto de qualidade para o caso de empate, devendo todas estas decisões ser lavradas em um livro especial para esse fim, escripturadas pelo guarda-livros e assignadas por todos.

Art. 18. A directoria reunir-se-ha ao menos duas vezes em sessão ordinaria por mez e extraordinariamente todas as vezes que for necessario, lavrando-se acta que será por todos assignada.

Art. 19. Compete ao presidente, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

a) ser órgão da directoria, representando-a e a companhia em juizo e fóra delle, bem como em todas as representações officiaes ;

b) presidir as reuniões ordinarias e extraordinarias da directoria e conselho fiscal quando este funcionar em sessão conjunctamente com aquella e bem assim os trabalhos preparatorios das assembléas dos accionistas, até proceder-se á eleição do presidente respectivo ;

c) assignar com os demais directores as acções e cautelas ;

d) assignar as escripturas e contractos autorizados pela directoria, sendo que nos contractos de construcção, aquisição e venda de bens de raiz e compra de machinismos em grossa escala é sempre indispensavel a rubrica de outro qualquer director ;

e) rubricar os cheques firmados pelo director-gerente para retirada de dinheiros do banco afim de fazer pagamentos aos operarios ;

f) convocar as assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias e a directoria, bem como o conselho fiscal, sempre que julgar necessario ;

g) convidar ao vice-presidente e na falta deste ao secretario, para substitui-lo nos seus impedimentos.

Art. 20. Compete ao vice-presidente, além do cargo de director, substituir o presidente nos seus impedimentos.

Art. 21. Compete ao secretario, além do cargo de director :

a) redigir as actas das assembléas geraes e extraordinarias dos accionistas e ter sob sua guarda todos os papeis e livros da companhia ;

b) assignar e extrahir todas as certidões pedidas á companhia e autorizadas pelo presidente ou pela directoria ;

c) colligir os dados necessarios á organização do relatório semestral ;

d) assistir aos exames do conselho fiscal, auxiliando-o e fornecendo documentos e informações que forem a elle necessarios ;

e) substituir o vice-presidente nos seus impedimentos temporarios.

Art. 22. Compete ao director gerente, além das attribuições de director:

a) a administração technica da companhia e das suas fabricas ;

b) direcção e fiscalização immediata das fabricas, depositos e armazens da companhia ;

c) gestão e fiscalização da parte financeira commercial das negociações por atacado e a varejo, desenvolvendo-as em grande escala ;

d) prestar mensalmente contas á directoria da sua gerencia, demonstradas em um balancete claro que será archivado ;

e) propôr a demissão e a admissão de empregados, bem como suspendel-os quando se torne necessario para a boa marcha do serviço.

Art. 23. Os directores perceberão os ordenados seguintes:

O presidente e gerente perceberão 800\$ mensalmente ;

O secretario e vice-presidente perceberão 600\$ mensalmente.

§ 1.º Nos impedimentos temporarios do presidente ou vice-presidente nenhuma alteração se fará nos seus ordenados ; porém, quando for de mais de 15 dias, a directoria resolverá de forma a remunerar os substitutos de maneira a compensar o excesso de trabalho. O mesmo se dará quanto aos demais directores, secretario e gerente.

§ 2.º Si forem substitutos simples accionistas, a directoria resolverá si estes perceberão o ordenado por inteiro ou si parte será para o substituido.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 24. O conselho fiscal da companhia será composto de tres membros e tres supplentes eleitos todos os annos pela assembléa de accionistas, podendo ser reeleito, e será tirado de entre os accionistas que possuam 25 ou mais acções.

Art. 25. Perceberá cada membro do conselho fiscal 50\$ mensaes, passando este ordenado ao supplente que porventura venha a substituir qualquer um dos membros que deixe de comparecer por mais de um mez.

Art. 26. Qualquer membro do conselho fiscal e seus supplentes tem attribuições para em commissão ou fóra della entrar nos estabelecimentos da companhia, pedir explicações, examinar e finalmente fazer a fiscalização que julgar conveniente, tudo de accordo com o regulamento interno.

Art. 27. O conselho fiscal reunir-se-ha as vezes que a lei prescreve e mais quando for convocado pela directoria afim de dar qualquer parecer.

§ 1.º Ouvirá a directoria quando esta necessite o seu valioso apoio.

§ 2.º Examinará as contas da directoria, livros, caixa, lavrando o seu parecer e convocando a assembléa de accionistas quando achar que os interesses da companhia isso necessitam.

§ 3.º Por morte ou ausencia de qualquer membro do conselho fiscal, os restantes chamarão um supplente para substituí-lo e assim por diante pela ordem dos mais votados.

## CAPITULO VI

### DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 28. A assembléa geral será composta de todos os accionistas possuidores de 10 ou mais acções em dia com as suas entradas e que hão de estar pelo menos averbadas nos livros da companhia com trinta dias de antecedencia, sendo indifferente estarem ou não caucionadas ou em penhor.

Art. 29. A mesa da assembléa será composta de um presidente eleito ou aclamado e dous secretarios escolhidos pelo presidente que for escolhido.

Paragrapho unico. Os membros da directoria e do conselho fiscal poderão fazer parte da mesa da assembléa geral.

Art. 30. Os accionistas terão voto por cada 10 acções que possuirem até 500, ficando as excedentes prejudicadas. A votação dos assumptos sujeitos à discussão será por acção quando algum accionista reclamar, devendo nos mais casos ser pelos accionistas presentes por si ou por procuradores.

Art. 31. O accionista pôde se representar por procuração especial que não será conferida aos directores, membros do conselho fiscal e a pessoas não accionistas.

Art. 32. São legalmente representados, para todos os effeitos, as corporações pelos seus prepostos, as firmas sociaes por um socio, a mulher pelo marido, os menores pelos paes, bem como interdictos, pupillos e monte-pio pelos tutores, curadores e inventariantes.

Art. 32. A assembléa geral só pôde se constituir e deliberar achando-se presente pelo menos um terço do capital social, salvo os casos previstos na lei já citada.

Art. 33. As sessões de assembléa geral ordinaria terão lugar nos mezes de fevereiro e julho de cada anno, podendo passar para o mez seguinte quando a affluencia de serviço a isso obrigue e tratará dos assumptos referidos a ellas nestes estatutos.

Art. 34. As assembléas extraordinarias terão lugar sempre que a directoria julgar necessario ou quando pedidas pelo conselho fiscal ou pelos accionistas em numero nunca menor de sete e que representem pelo menos um quinto do capital social.

Paragrapho unico. Nestas assembléas extraordinarias só se tratará do assumpto para o qual for ella convocada.

Art. 35. A assembléa geral ordinaria serão apresentados para exame e deliberação o relatorio da directoria, balanço geral, conta de lucros e perdas, e o parecer do conselho fiscal.

Art. 36. Nas assembléas geraes de começo de anno, depois da apresentação e deliberação dos documentos constantes do

artigo antecedente, se procederá á eleição do conselho fiscal, que terá de servir durante um anno.

Art. 37. De cinco em cinco annos contados da installação da companhia em assembléa geral de começo do anno serão eleitos quatro directores que servirão cada um os seus cargos durante cinco annos.

Art. 38. São attribuições da assembléa geral :

- a) resolver todos os negocios da companhia que não estiverem bem especificados nestes estatutos e commettidos á directoria ;
- b) eleger a directoria e conselho fiscal ;
- c) reformar os presentes estatutos ;
- d) resolver e deliberar sobre o relatorio, contas prestadas pela directoria e parecer do conselho fiscal ;
- e) resolver sobre qualquer proposta ou indicação apresentada por accionista, conselho fiscal ou directoria.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 39. Os directores, como todos os empregados, são responsaveis por todos os abusos que praticarem no exercicio de suas funções.

Art. 40. A companhia, quando a directoria julgar opportuno e por unanimidade de votos dos directores, poderá adquirir predios e terrenos para seus depositos e fabricas, privilegios, desenhos, plantas, etc. etc.

Art. 41. Fica a primeira directoria autorizada a fazer acquisição de um terreno e construir ahi a sua primeira fabrica, bem como a compra de machinas, contractar operarios, construir o predio, carrocinhas e tudo mais que necessario for ao desenvolvimento de seu commercio e fins.

Art. 42. Pela derogação das disposições dos presentes estatutos, a primeira directoria desta companhia durará por cinco annos e será composta dos incorporadores abaixo nomeados:

Claudio Justiniano de Souza.  
João Nogueira de Camargo.  
Estevão Marcolino de Figueiredo.  
Alfredo de Araujo Neves.

*Alfredo de Araujo Neves*, por si e por procuração dos demais incorporadores.



## DECRETO N. 1337 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio.

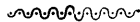
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio, a que se referem os decretos ns. 10.409, 267, 877 e 1048, de 19 de outubro de 1889, 15 de março, 18 de outubro e 21 de novembro de 1890, resolve approvar os estudos definitivos da mencionada estrada.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 5 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1338 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1891

Isenta de direitos de importação diversos artigos procedentes dos Estados Unidos da America, e estabelece a redução de 25 % em identicos direitos a que estão sujeitos outros artigos da mesma procedencia.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que o mesmo Governo e o dos Estados Unidos da America, em virtude do accordo celebrado em 31 de janeiro de 1891 por seus plenipotenciarios, Salvador de Mendonça e James G. Blaine, estipularam a concessão de favores reciprocos a alguns productos dos respectivos paizes, decreta:

Art. 1.º Do 1º de abril do corrente anno em diante, na forma do dito accordo, gozarão de isenção de direitos de importação no Brazil os seguintes artigos americanos:

- Trigo em grão;
- Farinha de trigo;
- Milho e manufacturas de milho, inclusive farinha de milho e gomma de milho (maizena);
- Centeio e farinha de centeio, trigo mourisco e farinha de trigo mourisco, cevada;

Batatas inglesas, feijão e ervilha ;  
Feno e aveia ;  
Carne de porco salgada, inclusive carne de porco em salmoura e toucinho, excepto presunto ;  
Peixe salgado, secco ou em salmoura ;  
Óleo de semente de algodão ;  
Carvão de pedra anthracite e betuminoso ;  
Breu, alcatrão, pez e terebenthina ;  
Ferramenta, instrumentos e machinas para agricultura ;  
Ferramenta, instrumentos e machinas para mineração e mecnica, inclusive machinas a vapor estacionarias e portateis, e todas as machinas para manufactura e industria, excepto machinas de costura ;  
Instrumentos e livros para artes e sciencias ;  
Material de estradas de ferro.

Art. 2.º Do 1.º de abril do corrente anno em deante, gozarao da redução de vinte e cinco por cento sobre os direitos de importação no Brazil os seguintes artigos americanos:

Banha e substitutos de banha ;  
Presuntos ;  
Manteiga e queijo ;  
Carnes, peixe, fructas e legumes, em latas e de conserva ;  
Manufacturas de algodão, inclusive roupas de algodão ;  
Manufacturas de ferro e aço, só ou mixto, não incluidas na lista antecedente de artigos isentos de direitos ;  
Couro e manufacturas de couro, excepto calçado ;  
Taboado, madeira e manufacturas de madeira, inclusive obras de tanoaria, mobilia de todas as classes, carros, carroças e carruagens ;  
Manufacturas de borracha.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 5 de fevereiro de 1891, 3.ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*T. de Alencar Araripe.*



#### DECRETO N. 1339 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1891

Prorroga os prazos constantes do decreto n. 704 de 30 de agosto de 1890

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo as razões apresentadas pelo engenheiro Antonio



Fialho, concessionario, por decreto n. 704 de 30 de agosto de 1890, de nove engenhos centraes de assucar e alcool de canna, no Estado de Pernambuco, resolve prorogar por dous mezes os prazos estipulados no mencionado decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 6 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



Generalissimo. -- Os diversos regulamentos expedidos ultimamente para o serviço e administração dos institutos de instrução publica, primaria e secundaria, technica e superior, na parte referente ás condições do pessoal docente, gratificações, premios, vantagens e jubilações, precisam de ser uniformizados.

E' obvia esta necessidade.

Dessa uniformização resulta vantagem para o processo dos negocios attinentes ao objecto de que se trata.

A expedição delles se tornará muito mais facil e simples, si forem regulados pelos mesmos principios, si regidos por disposições legaes não dissimiles.

Além disso, será uma medida de justiça, pela equiparação (tanto quanto possível se possa estabelecer) das condições de provimento, exercicio, licenças, vantagens e direitos do magisterio official, que assim não mais se comporá de corporações, sob esse ponto de vista, separadas e sujeitas á legislação desigual, mas constituirá uma só e grande classe com direitos e aspirações, quanto ser possa, igualadas e uniformes.

Nestas condições tenho a honra de propor-vos a suspensão das disposições regulamentares de que trato, permanecendo em vigor as anteriores, até que se expeçam actos, regulando a materia de conformidade com o que acabo de expôr. — *João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*

#### DECRETO N. 1340 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1891

Manda suspender provisoriamente as disposições dos actuaes regulamentos dos Institutos Officiaes de Instrução.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o que lhe expoz o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Tele-

graphos, relativamente á necessidade de se estabelecerem regras uniformes, quanto ser possam, relativamente ás condições, direitos e vantagens do magisterio official, primario, secundario, especial e superior, resolve:

Art. 1.º Ficam provisoriamente suspensas as disposições dos actuaes regulamentos dos institutos officiaes de instrução de qualquer grão ou natureza, relativas ao provimento, exercício, licenças, faltas, penas, premios e jubilações, devendo no entre tanto reger-se esta materia pelos regulamentos, que estavam em vigor por occasião de se expedirem os de que se trata.

Art. 2.º O Ministerio dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos fará consolidar as disposições dos actuaes regulamentos, relativos ao objecto a que se refere o artigo antecedente e mediante audiencia do Conselho de Instrução Superior, do Conselho Director da Instrução Primaria e Secundaria e de quaesquer autoridades e corporações que lhe pareça dever ouvir, expedirá, com as modificações e suppressões que forem necessarias, decreto regulando a materia.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 6 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



Generalissimo.— O ensino nas faculdades de direito acaba de ser reorganizado pelo regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de janeiro deste anno; e pelo desenvolvimento que se lhe deu, com a criação de novas cadeiras e pelas jubilações de alguns professores, ha necessidade de preencherem-se varios logares.

Mas si forem postas em concurso as cadeiras novas e as vagas, somente pelo meado do anno poderão ficar providas, em vista da morosidade propria daquelle meio de provimento, e assim muitas das aulas ter-se-hão de abrir e funcionar sem os seus cathedra-ticos, inaugurando-se a reforma com muitas interinidades, o que é um mal.

Por isso, em occasião de reorganizações de cursos de ensino tem prevalecido o expediente de se fazerem desde logo, sem as formalidades ordinarias, as primeiras nomeações. E isto tem applicação a todos os cursos de ensino superior e secundario.

Quanto ao pessoal administrativo, o citado regulamento consagra disposições que em certo modo tolhem a acção do Governo, reluzindo o circulo de sua escolha, o que, quanto á direcção e inspecção, é grave e inconveniente.

Nestas condições, tenho a honra de apresentar-vos o seguinte decreto:

### DECRETO N. 1341 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera disposições do regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de janeiro de 1891 e as dos Cursos de instrução superior e technica e cursos annexos, relativas a nomeações.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo em consideração o que lhe expoz o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos sobre a conveniencia de alterar-se o regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de janeiro deste anno e os dos outros cursos do ensino superior e technico ;

Resolve:

Art. 1.º As primeiras nomeações que se tiverem de fazer para preencherem-se os logares vagos ou novamente creados quer do pessoal docente, quer do administrativo das faculdades de direito e dos cursos de preparatorios annexos, bem como dos demais institutos do ensino superior e technico, poderão realizar-se independentemente das clausulas estabelecidas pelos respectivos regulamentos.

Art. 2.º É facultativa a disposição do art. 17 do regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de janeiro ultimo.

Os directores de que trata o art. 454 poderão ser nomeados de entre os funcionarios mencionados no citado art. 17.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



## DECRETO N. 1342 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Julio Soares da Silva e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Julio Soares da Silva e Arnaldo Soares da Silva, resolve conceder lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões, e com os estatutos que apresentaram; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões, a que se refere o decreto n. 1342 de 7 de fevereiro de 1891

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º A Companhia Commercio de Conta Propria e Commissões é uma sociedade anonyma fundada na cidade do Rio de Janeiro, regendo-se por estes estatutos e pela legislação em vigor.

Art. 2.º A sede é nesta mesma Capital Federal, onde tem o seu fóro juridico.

Art. 3.º A duração será de 20 annos, e antes de findo este prazo só poderá ser dissolvida a sociedade nos casos previstos em lei.

Art. 4.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

### DO OBJECTO

Art. 5.º O objecto da companhia é principalmente o negocio de conta propria e commissões em genero de commercio de

seccos e molhados, creando para isso tres secções, a de armazens, a do interior e a de norte e sul, e nesse intuito :

a) comprará e venderá, de sua ou alheia conta, assucar, café, xarque, cereaes, vinhos e mais artigos daquelle commercio ;

b) adquirirá por compra uma conceituada e bem afreguezada casa commercial, estabelecida com esse mesmo ramo de negocio nesta praça ;

c) realizará as transacções quer com a praça, quer com os Estados da Republica e com o estrangeiro.

Art. 6.º Desempenhará, outrosim, a companhia todas as incumbencias que lhe forem confiadas e praticará tudo mais que for connexo com o negocio de conta propria e commissões, inclusive operações de carteira, e quanto na mesma especie de negocio concorra para augmento dos proventos sociaes.

#### DO CAPITAL

Art. 7.º O fundo social é de 1.000:000\$, dividido em 5.000 accções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado a 5.000:000\$ por deliberação dos accionistas.

Art. 8.º As entradas serão realizadas pela fôrma seguinte : 30 % no acto da subscripção, 10 % um mez depois de constituida a companhia e os restantes 60 % a arbitrio da directoria, mas não em prestações maiores de 20 % e sempre com intervallos de 30 e aviso prévio de 10 dias no minimo.

#### DAS ACCÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 9.º O accionista é responsavel pela quota de capital das accções que subscrever ou lhe forem cedidas por qualquer titulo, e obrigado a realizar esse capital pela fôrma determinada nestes estatutos, sendo-lhe permittida a antecipação de entradas mediante premio que se convencionar.

Art. 10. Em falta de pontualidade nas entradas subsequentes á da subscripção, poderão ellas ser feitas até com a demora de dous mezes, mas com a multa de 1  $\frac{1}{2}$  % em cada mez sobre o montante das mesmas estradas.

Art. 11. Com demora de entradas além de dous mezes declarar-se-hão em commisso as respectivas accções, que se substituirão por outras de igual numeração, passando a beneficio da companhia e á conta de fundo de reserva as entradas feitas daquellas accções e qualquer premio que as reemittidas obtenham.

Art. 12. As accções serão nominativas até á integralização e transferiveis, em livro para isso destinado no escriptorio da companhia, por termo assignado pelos contractantes ou seus legitimos procuradores munidos de plenos poderes.

Art. 13. Integralizadas as accções, poderão passar ao portador e vice-versa, á requisição do possuidor.

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. A assembléa geral é a autoridade soberana da companhia, achando-se legalmente constituída por accionistas possuidores de cinco acções pelo menos, e as suas deliberações, tomando-se de conformidade com o disposto nestes estatutos, são obrigatorias.

Art. 15. Estará legalmente constituída a assembléa, quando em virtude da sua convocação se acharem reunidos accionistas que representem pelo menos a quarta parte do capital social em acções inscriptas no registro da companhia, com 30 dias de antecedencia ao da reunião.

Paragrapho unico. Assim constituída a assembléa geral poderá resolver sobre tudo que for da sua competencia, excepto sobre reforma dos estatutos, dissolução, liquidação e augmento do fundo social da companhia, para o que é necessaria a representação de dous terços pelo menos do capital.

Art. 16. No caso de não se reunir o numero de accionistas exigido para constituição da assembléa geral, observar-se-ha o disposto no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 17. A convocação das assembléas geraes será feita por annuncios nas folhas, com 15 dias de antecedencia, declarando-se nos annuncios o objecto da convocação. O prazo de 15 será reduzido a cinco dias, quando, mallograda a primeira reunião, for mister convocar segunda e terceira.

Paragrapho unico. Quando o julgue necessario, a directoria poderá reduzir a cinco dias o prazo da primeira convocação.

Art. 18. A reunião ordinaria da assembléa geral terá logar annualmente no mez de março e as extraordinarias far-se-hão em todo o tempo e todas as vezes que a directoria julgar necessario ou quando forem requisitadas pelo conselho fiscal ou por sete ou mais accionistas que representem um quinto pelo menos do capital da companhia.

Art. 19. Cada grupo de cinco acções dá direito a um voto; não podendo, porém, exceder de vinte o numero de votos de cada accionista, seja qual for a quantidade de acções que possua.

Ainda que sem direito de votar, o accionista de menos de cinco acções poderá comparecer à reunião da assembléa geral e discutir o objecto sujeito à deliberação.

Art. 20. Podem votar os tutores e os curadores pelos menores e pelos interdictos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma social e todos os mais representantes legais, contanto que sejam accionistas e os representados tenham direito a fazer parte da assembléa geral.

Art. 21. Não podem votar: os administradores na approvação dos seus balanços, contas e inventarios, os fiscaes nas dos seus pareceres, e os accionistas na de avaliação de seus quinhões ou de qualquer vantagem estipulada nos estatutos.

Art. 22. Para a eleição dos administradores e fiscaes e para as deliberações de qualquer natureza serão admittidos votos por

procuração com poderes especiaes a mandatarios accionistas, mas que não sejam administradores e fiscaes.

Art. 23. Os possuidores de acções ao portador não poderão fazer parte das assembléas, nem envolver-se nas discussões, votações e deliberações, quando não depositarem as mesmas acções na companhia até 31 de janeiro referentemente á reunião ordinaria e até tres dias antes dos fixados para as sessões extraordinarias.

As acções que estiverem caucionadas ficam dispensadas do deposito, mas é necessario aviso por escripto nos prazos especificados.

Art. 24. As procurações devem ser entregues no escriptorio da companhia tres dias antes da reunião das assembléas geraes, sob pena de não produzirem effeito algum, e a prova do deposito ou aviso das acções e da entrega das procurações effectuar-se-ha unicamente mediante recibo firmado pelo director secretario da companhia.

Art. 25. Reunidos os accionistas no dia, hora e logar annunciados, o presidente da companhia e na sua falta um dos outros directores, depois de verificar que a inscripção dos accionistas presentes constitue numero legal, convidará a assembléa a que nomeie por aclamação o accionista que deve presidir os trabalhos, e assim designado o presidente, designará este os secretarios para se constituir a mesa.

Paragrapho unico. Não comparecendo nenhum dos directores, a assembléa será installada pelo maior accionista pre-ente, e quando dous ou mais accionistas o exijam, a eleição do presidente da reunião se fará por escrutinio secreto.

Art. 26. Na reunião annual da assembléa geral apresentar-se-ha o relatorio da directoria acompanhado do balanço, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal para ser discutido e votado pela mesma assembléa.

Paragrapho unico. Nessas reuniões se poderá tratar de tudo quanto interesse á companhia, mas nas reuniões extraordinarias só se tratará de assumpto para que forem convocadas.

Art. 27. As deliberações da assembléa geral serão tomadas *per capita*, salvo quando tres ou mais accionistas, possuidores de 50 acções, pelo menos, cada um, reclamarem que o sejam pela representação de capital, em cujo caso correrá a votação por escrutinio secreto, na razão estabelecida.

Paragrapho unico. Em caso de empate na votação das decisões tem voto de qualidade o presidente da assembléa.

Art. 28. A' assembléa geral compete:

Alterar ou reformar os estatutos ;

Eleger ou destituir os membros da directoria e do conselho fiscal ;

Julgar as contas annuaes ;

Resolver, nos limites de sua competencia, todos os assumptos que lhe forem propostos.

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 29. A companhia será administrada por uma directoria de tres membros, presidente, secretario e gerente.

Art. 30. Cada membro da directoria, dentro de 30 dias da posse do logar e em garantia dos actos de gestão, caucionará 50 acções que serão inalienaveis durante o exercicio do cargo de cada um e até á approvação das contas relativas a esse periodo.

Art. 31. Os membros da directoria serão eleitos pela assembléa geral dentre os accionistas de 50 ou mais acções, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos. Não havendo esta no primeiro escrutinio, se procederá a segundo entre os nomes dos mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, prevalecendo a maioria apurada neste e decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 32. Não poderão exercer conjuntamente o cargo de directores da companhia os parentes consanguineos e affins até ao segundo grão e os socios de firmas commerciaes.

Art. 33. Vagando algum logar de director da companhia, os outros e o conselho fiscal, em reunião para esse fim, o preencherão escolhendo por maioria de votos accionista que tenha a necessaria qualificação, o qual exercerá o cargo até á primeira reunião da assembléa geral, que o proverá definitivamente. O director assim eleito exercerá o cargo por todo o tempo que exerceria aquelle a quem substitue.

Art. 34. Nenhum membro da directoria poderá deixar de exercer as funcções do seu cargo por mais de seis mezes, além dos quaes se entenderá que o tem resignado; excepto si mesmo ausente prestar serviços á companhia.

Art. 35. No impedimento temporario e justificado de qualquer dos membros da directoria por mais de dous mezes, poderá o impedido, até que compareça, ser substituido pela fórma disposta no art. 33.

Art. 36. A administração exercerá o mandato por cinco annos e poderá ser reeleita.

Durante os primeiros cinco annos serão directores:

Antonio Luiz de Souza Mello, presidente;

Dr. Lazaro Gonçalves Corrêa do Couto, secretario;

Antonio Soares da Silva, gerente.

Art. 37. As reuniões da directoria serão tantas quantas os interesses da companhia exigirem, mas nunca menos de duas por mez. De cada reunião se lavrará uma acta em que constarão as resoluções que tomarem. Essas resoluções se tomarão por maioria de votos.

Art. 38. Compete á directoria:

§ 1.º Autorizar todas as despesas de installação e expediente.

§ 2.º Regular o modo pratico da administração.

§ 3.º Nomear, suspender e demittir os empregados da companhia, fixando-lhes os ordenados e as fianças que devem prestar.



§ 4.º Aprovar regulamentos internos que se organizem sobre serviço e deveres de auxiliares e empregados.

§ 5.º Examinar os balancetes mensaes e os balanços annuaes ;

§ 6.º Determinar as porcentagens de dividendos aos accionistas.

§ 7.º Convocar a reunião da assembléa geral ordinaria e as extraordinarias que julgar necessarias ou forem requeridas.

§ 8.º Resolver propostas, questões e em geral todos os assumptos que lhe forem submittidos pelo gerente.

§ 9.º Adoptar e fazer executar todas as medidas convenientes aos interesses e à boa gestão dos negocios da companhia e velar pela observancia de todo o determinado nestes estatutos.

Art. 39. Ao presidente compete especialmente :

§ 1.º Presidir as sessões da directoria e convocar-as extraordinariamente quando assim julgue ou seja preciso.

§ 2.º Assignar com o secretario as acções e cautelas respectivas e com o gerente os balancetes e balanços que se organizarem.

§ 3.º Substituir qualquer dos outros directores no impedimento temporario menor de dous mezes e emquanto se não tenha executado o disposto no art. 33.

§ 4.º Apresentar à assembléa geral o relatorio annual das operações da companhia.

Art. 40. Cabe especialmente ao director-secretario:

§ 1.º Assignar com o presidente as acções e cautelas.

§ 2.º Lavrar as actas das sessões da directoria.

§ 3.º Assignar os recibos de que trata o art. 24.

§ 4.º Substituir os outros directores nos seus impedimentos menores de dous mezes e quando a substituição não esteja feita de accordo com o art. 33.

Art. 41. O gerente é autorizado a representar a companhia perante os poderes publicos e em juizo activa e passivamente e a praticar todos os actos de gestão, a dirigir e fiscalizar as operações, serviço, expediente e mais movimento relativos aos fins da companhia.

E compete-lhe :

§ 1.º Em sessão da directoria dar conta da marcha dos negocios, apresentar propostas, questões e em geral qualquer assumpto que não tenha querido ou podido resolver por si.

§ 2.º Exibir mensalmente nessas sessões um balancete da escripturação da companhia e fornecer annualmente todos os dados necessarios à confecção do relatorio que terá de ser apresentado à assembléa geral.

Art. 42. São arbitrados em 8:000\$ annuaes os honorarios de cada um dos directores.

#### DAS SECÇÕES

Art. 43. As tres secções da companhia serão dirigidas por auxiliares da directoria aos quaes cumpre:

§ 1.º Estabelecer de accordo com o gerente a disposição e o andamento dos trabalhos das respectivas secções.

§ 2.º Executar e fazer executar as instrucções do gerente.

§ 3.º Olhar pelo exacto cumprimento das obrigações dos empregados nas correspondentes secções.

§ 4.º Levar ao conhecimento do gerente as faltas que os mesmos empregados commettam, para serem remediadas ou punidas, bem como os bons serviços que prestem para serem aquilatados e recompensados pela directoria.

§ 5.º Manter na maxima regularidade o serviço das secções que dirigirem.

§ 6.º Ministrare ao gerente todos os esclarecimentos que por elle forem requisitados.

§ 7.º Tomar parte, sem voto, nas sessões da directoria quando para isso sejam chamados.

Art. 44. Os casos não previstos nestes estatutos com respeito aos auxiliares de que trata o artigo precedente serão resolvidos pela directoria.

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 45. Haverá na companhia um conselho fiscal de tres membros effectivos, accionistas de 50 ou mais acções e de tres supplentes, accionistas de 25 ou mais acções, todos eleitos na reunião ordinaria annual da assembléa geral, os quaes exercerão o mandato por um anno e poderão ser reeleitos.

Art. 46. O conselho fiscal do primeiro anno compor-se-ha de : José Ribeiro de Faria, José João Torres e José de Souza Castro, membros effectivos ; e de Francisco Guedes de Oliveira, Zosimo Silva Werneck e Lafayette da Silva Maia, supplentes.

Art. 47. Todos os annos até ao dia 31 de janeiro receberá o conselho fiscal cópias exactas do balanço e quaesquer contas que tenham de ser apresentadas á assembléa geral para que o mesmo conselho as examine e em seu relatorio dê parecer que conclua propondo á assembléa geral a approvação ou rejeição das contas annuaes.

O parecer do conselho fiscal será entregue ao presidente da companhia até ao dia 15 de fevereiro, afim de se imprimir e annexar ao relatorio da directoria.

Art. 48. Para os necessarios exames serão sempre franqueados ao conselho fiscal todos os livros de escripturação da companhia, dando-lhe os respectivos empregados todos os esclarecimentos que o conselho lhes exigir e delles dependerem.

Si no processo de exame o conselho julgar necessario ouvir a directoria a respeito de qualquer objecto, solicitar-lhe-ha uma conferencia em que a directoria dará todas as explicações e esclarecimentos, habilitando o conselho a redigir o seu parecer com o mais pleno conhecimento dos assumptos.

Art. 49. O conselho fiscal assistirá ás reuniões da directoria, com voto consultivo, quando para tal for convidado e nesse caso assignará tambem as respectivas actas.

Art. 50. Os membros do conselho fiscal perceberão, cada um, a gratificação de 2:400\$ annuaes quando em effectividade.

Art. 51. No primeiro anno da companhia a substituição por impellido de qualquer membro effectivo do conselho será feita por accordo dos outros fiscaes sobre os supplentes indicados e nos annos seguintes a substituição se fará pelos supplentes mais votados em assembléa geral e com numero igual de votos decidirá a sorte.

#### DOS LUCROS LIQUIDOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 52. Serão consideradas lucros sociaes as rendas auferidas das operações especificadas nos arts. 5º e 6º destes estatutos, abatidas as respectivas despesas.

Art. 53. Dos lucros liquidos se deduzirão semestralmente 5 % para fundo de reserva até á quarta parte do capital nominal, feito o que se applicará o restante a dividendo aos accionistas até 12 % annuaes do capital realizado.

Art. 54. O excedente de lucros será assim distribuido; 20 % aos accionistas freguezes da companhia, 40 % mais a todos os accionistas com *bonus* ou dividendo suplementar ou a uma conta de lucros suspensos ou a uma e outra cousa, como a directoria melhor entender e 40 % a todo o pessoal da companhia na razão dos vencimentos de cada pessoa.

Art. 55. A companhia na partilha de lucros que faz ao seu pessoal não lhe confere direitos de partes bilateraes; mas sim apenas o bonifica em recompensa dos bons serviços que preste.

Art. 56. Quanto aos empregados, só participarão dessa bonificação os que na occasião do balanço tiverem seis mezes de serviço, pelo menos, a contento da directoria.

Art. 57. Nenhuma divisão de lucros será feita quando se tenham dado perdas que desfalquem o capital social e este não tiver sido integralmente restaurado.

Art. 58. Os dividendos não reclamados no prazo de cinco annos considerar-se-hão renunciados em favor do fundo de reserva ou da conta de lucros e perdas.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 59. A companhia poderá possuir edificios proprios para seu estabelecimento.

Art. 60. Para dirigirem as tres secções da companhia, e melhor ser assim auxiliada a directoria nos trabalhos geraes, ficam nomeados durante os primeiros cinco annos, com os vencimentos annuaes de 6:000\$ cada um e mediante fiança que prestem:

Eduardo José de Azevedo, para a secção de armazens.  
Antonio Francisco Valentim, para a secção do interior.  
Arnaldo Soares da Silva, para a secção de norte e sul.

Art. 61. A fiança de que trata o precedente artigo será prestada no *quantum* que a directoria fixar até ao maximo de dez contos de réis, por cada um dos nomeados, em dinheiro ou accções da companhia.

Art. 62. Os honorarios e vencimentos estipulados nestes estatutos serão pagos mensalmente.

Art. 63. A directoria procurará sempre ultimar por meio de arbitros as questões que se suscitarem na gestão dos negocios da companhia.

Art. 64. As disposições do Codigo Commercial, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e demais leis em vigor regularão todos os casos omissos nestes estatutos.

Art. 65. A liquidação da companhia, no fim do prazo da sua duração, será feita por uma commissão eleita pela assembléa geral e de preferencia composta de accionistas.

Art. 66. A posse de uma ou mais accções importando adhesão plena a estes estatutos, as prescripções nelles contidas ficam approvadas e acceitas pelos accionistas.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1891.— Os incorporadores,  
*Julio Soares da Silva — Arnaldo Soares da Silva.*



#### DECRETO N. 1343 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização ao Banco de Santos para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Santista de Panificação.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Banco de Santos, devidamente representado, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Santista de Panificação e com os estatutos que apresentou ; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Santista de Panificação, a que se refere o decreto n. 1343 de 7 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### FUNDAÇÃO, SÉDE, DURAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 1.º Com a denominação de Companhia Santista de Panificação fica constituída uma sociedade anonyma, que se regerá pelos presentes estatutos.

Art. 2.º Sua séde e fóro juridico serão na cidade de Santos, Estado de S. Paulo.

Art. 3.º Será a sua duração de 30 annos, a contar da data de sua installação, podendo porém, este prazo ser prorogado por deliberação da assembléa geral, de conformidade com as leis das sociedades anonymas.

Art. 4.º Antes deste prazo a companhia só poderá entrar em liquidação nos casos expressamente estabelecidos pela lei.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

Art. 5.º O capital da companhia será de 1.000:000\$ divididos em 10.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado ao dobro quando a assembléa geral dos accionistas, sobre proposta de sua directoria, entender necessario ao desenvolvimento e prosperidade da mesma companhia.

Art. 6.º O capital será realizado em prestações do modo seguinte: 30 % ou 30\$ por acção no acto da subscripção, de accordo com o decreto n. 850 de 12 de outubro de 1890; as demais prestações de 10 % ou 10\$ por acção, quando a directoria o entender e sempre com intervallos nunca menores de 30 dias.

§ 1.º O accionista que não effectuar o pagamento das prestações referidas, no prazo annuciado, incorrerá na multa de 2 % sobre a importancia respectiva, caso realize o pagamento sobre-dito dentro dos 30 dias subsequentes; no caso contrario poderá a directoria impôr a pena de commissio, revertendo a quota do capital já realizado em favor do fundo de reserva.

§ 2.º As acções declaradas em commissio poderão ser reemitidas pela directoria.

Art. 7.º As acções ou cautelas serão nominativas emquanto não forem integralizadas, depois do que serão ao portador, e só poderão ser transferidas ou negociadas depois de realizados 40 % do capital subscripto.

Paragrapho unico. Deverão ser assignadas pelo director presidente e pelo gerente, fazendo-se menção do valor nominal e da importancia e numero das prestações realizadas.

### CAPITULO III

#### DOS FINS DA COMPANHIA

Art. 8.º Os fins da companhia são:

I. Manufacturar e vender todos os preparados da farinha de trigo, fazendo aquisição, por compra, das padarias existentes nesta cidade, e fundando as que forem necessarias.

II. Importar por conta propria, tanto a farinha de trigo, como os demais generos relativos ao seu commercio.

III. Explorar por conta propria a industria da extracção de lenha, comprando, arrendando ou aforando as mattas precisas além da demarcação urbana.

IV. Montar moinhos para o trigo a importar, si as conveniencias o aconselharem.

### CAPITULO IV

#### DOS ACCIONISTAS

Art. 9.º A companhia não reconhece mais de um proprietario para cada acção.

Paragrapho unico. Os proprietarios das acções primitivas terão preferencia até ao numero igual ás que houverem subscrito em qualquer subscripção de acções a que se proceda para augmento do capital social.

Art. 10. A transferencia das acções só poderá ser effectuada no escriptorio da sede da companhia, por termo assignado pelo cedente e pelo cessionario, ou procuradores legalmente constituídos.

Art. 11. Os accionistas gozarão de todos os direitos, vantagens e interesses da companhia nas condições estipuladas nestes estatutos.

### CAPITULO V

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12. A companhia será administrada por tres directores.

Art. 13. Os directores serão eleitos pela assembléa geral dos accionistas de quatro em quatro annos, por maioria de votos em escrutinio secreto, decidindo a sorte no caso de empate.

Paragrapho unico. Só podem ser eleitos directores os accionistas que possuirem pelo menos 100 acções inscriptas seis mezes antes da eleição, as quaes serão caucionadas no escriptorio da companhia, para que possam entrar em exercicio. A caução far-se-ha por termo no livro das transferencias e no registro de acções.

Art. 14. A reeleição da directoria é facultativa á assembléa geral.

Art. 15. O director que deixar de exercer o seu cargo durante dous mezes, será considerado resignatario.

Paragrapho unico. O que por força maior não puder comparecer durante 30 dias, será substituido por um membro do conselho fiscal que a sorte designar.

Art. 16. A falta de um director em virtude de resignação, incompatibilidade ou morte, será preenchida por um accionista, que reuna as condições de elegibilidade, á escolha dos demais directores, até que se verifique a primeira assembléa geral, ordinaria, na qual se fará a eleição para preenchimento dessa vaga.

Paragrapho unico. O director assim nomeado terá as mesmas vantagens e responsabilidade, como si fosse eleito pela assembléa geral, e o que depois for eleito terminará suas funções ao mesmo tempo que os outros.

Art. 17. Além dos tres directores, terá a companhia um gerente de livre nomeação da directoria.

Art. 18. É permittido a um dos directores exercer cumulativamente o logar de gerente, percebendo neste caso os vencimentos dos dous cargos.

Art. 19. Os tres directores eleitos dividirão entre si os encargos, escolhendo um presidente e um secretario.

Art. 20. A directoria se reunirá, pelo menos, uma vez por semana, e deliberará por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto deliberativo; e de todas as suas reuniões e deliberações lavrarão actas assignadas pelos membros presentes.

Art. 21. Os directores e o gerente vencerão os seguintes honorarios:

Presidente.....	6:000\$000 annuaes
Secretario.....	4:000\$000 »
Outro director.....	4:000\$000 »
Gerente.....	6:000\$000 »

Art. 22. Os directores reputam-se revestidos de amplos poderes para praticar todos os actos de gestão relativa aos fins e objectos da companhia, representando-a em juizo activa e passivamente.

Art. 23. São attribuições da directoria:

§ 1.º Administrar e decidir tollos os negocios da companhia, effectuar operações de credito, inclusive as que estão comprehendidas no art. 49, e satisfazer todas as prescripções legais a cargo das sociedades anonymas e applicaveis a esta companhia.

§ 2.º Celebrar contractos para qualquer fim social, ouvindo o conselho fiscal.

§ 3.º Velar pela fiel execução dos estatutos, promover por todos os meios a prosperidade da companhia, fiscalizar as despesas, limitando-as ao estritamente necessário, observar a exacta arrecadação da receita e autorizar tudo quanto for preciso ao desenvolvimento e interesse social.

§ 4.º Fazer a chamada dos capitaes, decretar o commisso das acções, organizar semestralmente o balanço, as contas e o relatório e apresental-os à assembléa geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal e fixar no fim de cada semestre o dividendo a distribuir.

Art. 24. Ao presidente da directoria compete, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º Ser órgão da directoria e represental-a em juízo ou fóra d'elle.

§ 2.º Presidir as reuniões da directoria e as do conselho fiscal, quando este funcionar com aquella em sessão conjuncta, e bem assim os trabalhos preparatorios da assembléa geral dos accionistas até proceder-se à eleição do respectivo presidente.

§ 3.º Fixar o numero, funções, categorias e vencimentos de todos os empregados, nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os, ouvindo a directoria.

Não se comprehende nesta disposição o gerente, quando este lugar for exercido por um dos directores.

§ 4.º Rubricar as folhas de pagamento do pessoal da companhia, depois de conferidas pelo thesoureiro.

§ 5.º Assignar todos os papeis com excepção das escripturas e contractos que serão sempre assignados por todos os directores.

§ 6.º Rubricar, abrir e encerrar todos os livros da companhia que não forem rubricados na Junta Commercial.

§ 7.º Assignar com outro director as acções e obrigações (*debentures*).

§ 8.º Convocar as reuniões da directoria e as de sessão conjuncta com o conselho fiscal e dar cumprimento às deliberações respectivas.

§ 9.º Assignar com o gerente os cheques ou recibos, para o movimento em conta corrente com estabelecimentos bancarios, e bem assim letras ou quaesquer papeis de credito.

§ 10.º Convocar as assembléas geraes ordinarias, na fôrma do art. 37, e as extraordinarias sempre que por deliberação da directoria ou do conselho fiscal for julgada necessaria a convocação, ou requerida por 10 ou mais accionistas que representem pelo menos 1/4 do capital social na fôrma do art. 40.

Art. 25. Ao director-secretario compete, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º Redigir todas as actas da reunião da directoria e as de sessão conjuncta com o conselho fiscal.

§ 2.º Autenticar as transferencias de acções e de obrigações, si estas forem nominativas, e bem assim assignar com o presidente os titulos respectivos.

§ 3.º Assignar as certidões que forem passadas.



§ 4.º Velar mais particularmente pela boa ordem no archivo e pela regularidade da escripturação da companhia.

§ 5.º Substituir o presidente em seus impedimentos momentaneos ou temporarios.

Art. 26. Ao gerente compete :

§ 1.º Dirigir os estabelecimentos e todos os serviços da companhia, subdividindo-os entre si e fiscalizando as suas operações.

§ 2.º Admittir e demittir empregados que não forem da nomeação da directoria, effectuar a compra da materia prima necessaria ao serviço da companhia e fiscalizar as despesas de custo e reparos indispensaveis. São empregados de nomeação do gerente, os caixeiros, forneiros, vendedores, carregadores e serventes dos estabelecimentos da companhia.

§ 3.º Fornecer em sessão semanal da directoria informações sobre o desenvolvimento dos estabelecimentos a seu cargo, e propor as medidas necessarias á prosperidade dos mesmos.

§ 4.º Apresentar todos os mezes um balancete da receita e despesa.

§ 5.º Estabelecer, de accordo com a directoria, a quantidade e as diversas qualidades dos preparados da companhia o mais modicamente possivel em beneficio do consumidor e da companhia.

Nos impedimentos do gerente serão as respectivas funções exercidas pelo sub-gerente e na falta deste pela pessoa escolhida pela directoria.

Art. 27. Ao sub-gerente compete :

§ 1.º Fiscalizar em todas as padurias o fabrico de seus productos para que estes sejam confeccionados de modo uniforme, communicando de prompto ao gerente todos os casos que exijam immediatas providencias.

§ 2.º Substituir o gerente em seus impedimentos, ao qual tambem auxiliara nas occasiões precisas nos trabalhos de escriptorio.

Art. 28. As attribuições que especialmente incumbem ao pessoal da administração, aqui não consignadas, serão determinadas no regulamento interno.

## CAPITULO VI

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 29. Serão eleitos annualmente pela assemblêa geral ordinaria tres fiscaes e tres supplentes, todos os quaes deverão ser accionistas de qualquer numero de acções.

Art. 30. Ao conselho fiscal compete :

§ 1.º Examinar o balanço, escripturação e contas da companhia, interpondo por escripto o seu parecer que será reunido ao relatório annual e fiscalizar em qualquer tempo os interesses, livros e documentos da companhia.

§ 2.º Prestar o seu concurso á directoria todas as vezes que for solicitado.

§ 3.º Convocar a assembléa geral quando julgar conveniente aos interesses sociaes, fundamentando sua requisição.

§ 4.º Usar dos poderes que lhe confere a lei das sociedades anonymas em todos os seus effeitos.

Art. 31. A reeleição do conselho fiscal é facultativa à assembléa geral.

§ 1.º Os membros do conselho fiscal escolherão de entre si aquelle que lhes deva presidir quando reunidos.

§ 2.º Os membros effectivos do conselho fiscal serão, nos casos de renuncia ou vagas, substituidos pelos supplentes na ordem da votação, e no caso de empate, pelo possuidor de maior numero de acções.

§ 3.º Os membros do conselho fiscal vencerão o honorario de 2:400\$ cada um, pago mensalmente.

## CAPITULO VII

### DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 31. *bis* A assembléa geral será composta dos accionistas, cujas acções se acharem averbadas no registro da companhia pelo menos 30 dias antes da data em que se verificar a reunião.

§ 1.º As reuniões serão annunciadas pela imprensa 15 dias antes, com declaração dos motivos da convocação e com indicação do lugar e hora.

§ 2.º Tres dias antes de se reunir a assembléa ordinaria será suspensa a transferencia das acções, o que tambem se anunciará.

Art. 32. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo aquelle eleito por aclamação e estes nomeados pelo presidente.

Paragrapho unico. Os membros da directoria e os do conselho fiscal não poderão fazer parte da mesa da assembléa.

Art. 33. A assembléa geral representa a totalidade dos accionistas e as suas deliberações, conforme as disposições destes estatutos, obrigam todos, quer dissidentes ou ausentes.

Art. 34. Todos os accionistas podem fazer parte da assembléa geral, quer possuam as suas acções livres, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Art. 35. A ordem da votação será de um voto por 10 acções.

Os accionistas podem se fazer representar por procurador, que seja accionista e que se ache nas condições fixadas no art. 31, impedidos para esse mandato os membros da directoria e do conselho fiscal.

Art. 36. Os possuidores até nove acções poderão assistir às assembléas geraes, propôr o que lhes parecer conveniente aos fins sociaes e tomar parte nas discussões, mas não terão voto.

Art. 37. Haverá uma sessão da assembléa geral ordinaria em cada anno no mez de fevereiro para tratar dos assumptos que lhe são commettidos pelos presentes estatutos, e bem assim de outros que forem propostos e apresentados à discussão.

Art. 38. A votação dos assumptos sujeitos á discussão será por maioria dos accionistas presentes e só a requerimento por escripto de dous ou mais accionistas se fará por acções.

Art. 39. Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral, relativamente ás contas e balanço, si antes não tiver sido apresentado o parecer do conselho fiscal.

Paragrapho unico. Os directores não podem votar nas assembléas geraes para approvarem os seus balanços, contas e inventarios, nem o conselho fiscal pelos seus pareceres.

Art. 40. Haverá tantas reuniões de assembléa geral extraordinaria, quantas forem julgadas necessarias pela directoria, pelo conselho fiscal, ou requeridas por dez ou mais accionistas, que representem pelo menos um quarto do capital social.

§ 1.º Nestas assembléas só poderá tratar-se de assumpto que tiver determinado a convocação.

§ 2.º Si não se reunirem accionistas em numero sufficiente far-se-ha nova convocação para dahi a tres dias, pelo menos, por meio de annuncios nos jornaes, com a declaração de que então se deliberará qualquer que seja a somma do capital representada pelos accionistas que comparecerem.

§ 3.º Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, de augmento do capital e de mais hypotheses consignadas na lei, a assembléa só poderá deliberar validamente achando-se presentes, pelo menos, accionistas que representem dous terços do capital social.

Si, á primeira convocação, não comparecer numero sufficiente, far-se-ha segunda, com intervallo de tres dias; si á segunda não comparecer ainda numero sufficiente, far-se-ha terceira com oito dias de intervallo, dirigindo-se convites por meio de cartas circulares aos accionistas, além do annuncio pela imprensa, declarando-se o mesmo que preceitua o § 2º.

Art. 41. São attribuições da assembléa geral :

§ 1.º Resolver todos os negocios da companhia, que não estiverem expressamente commettidos á directoria.

§ 2.º Elegar a directoria e o conselho fiscal.

§ 3.º Reformar os presentes estatutos, quando constituida nos termos do § 3º do artigo antecedente.

§ 4.º Deliberar acerca do relatorio e contas apresentadas pela directoria e acompanhadas do parecer fiscal.

§ 5.º Resolver acerca do augmento do capital da companhia, dissolução e prorrogação della.

§ 6.º Deliberar acerca de qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria ou pelo conselho fiscal.

§ 7.º Autorizar a directoria, para, de accordo com o conselho fiscal, emittir obrigações nominativas ou ao portador, garantidas com hypothecca e penhor, dos valores da companhia.

§ 8.º Exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos ou imprevistos.

## CAPITULO VIII

## DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 42. Dos lucros líquidos verificados semestralmente se deduzirão: 10 % para constituição do fundo de reserva e 5 % para o fundo de deterioramento.

Do excedente se deduzirá o dividendo, salvo o caso de estar desfalcado o capital, não podendo então haver dividendo.

Art. 43. Cessará a accumulação do fundo de reserva quando elle attingir à 4ª parte do capital.

O fundo de reserva é destinado exclusivamente a fazer face às perdas do capital social ou para substituí-lo.

Art. 44. O fundo de deterioramento é expressamente creado para delle serem retiradas as quantias necessarias para concertos e reparos e substituição do material da companhia.

Art. 45. Quando os dividendos excederem a 20 % annuaes, sobre o capital realizado, é facultado à directoria levar parte ou todo o excesso a uma conta de fundo especial, destinada a amparar a regularidade dos dividendos, podendo em qualquer occasião distribuí-lo aos accionistas, no todo ou em parte.

Art. 46. Os dividendos que não forem reclamados no prazo de cinco annos, contados do primeiro dia fixado para o seu pagamento, serão considerados renunciados a favor da companhia.

## CAPITULO IX

## DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 47. A companhia fica sujeita às leis em vigor, na parte que lhe for applicavel, em todos os casos omissos nestes estatutos.

Art. 48. O anno administrativo da companhia principia no dia 1 de janeiro e finda no dia 31 de dezembro.

Art. 49. A directoria fica autorizada para, de accordo com o conselho fiscal, effectuar a aquisição das padarias desta cidade, na forma determinada no art. 8º.

Art. 50. A primeira directoria fica autorizada a fazer todas as despezas necessarias com a incorporação da companhia.

Art. 51. A primeira directoria e bem assim o conselho fiscal pelo tempo a que se refere o art. 13 compor-se-ha dos accionistas nomeados pelos incorporadores.

Santos, 23 de janeiro de 1891.— Pelo Banco de Santos, *Ernesto F. Gomes*, presidente.



## DECRETO N. 1344 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Torna extensivas à Armada as disposições do art. 7º do decreto n. 1232 E de 31 de dezembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que os officiaes do Exercito, reformados de accordo com o art. 7º do decreto n. 1232 E de 31 de dezembro de 1890, gozam de tantas quotas quantos forem os annos de serviço que excederem de trinta, si for general, e de 25, si for official superior ou subalterno, e que deve haver completa harmonia entre os proventos dos officiaes do Exercito e os da Armada; resolve tornar extensivas aos officiaes do corpo da Armada e das classes annexas aquellas disposições, afim de que, os que contarem os annos de serviço indicados no art. 7º do decreto n. 1232 E de 31 de dezembro ultimo, tenham as vantagens consignadas no art. 5º do decreto n. 108 A de 30 de dezembro de 1889, independentemente da idade para a reforma voluntaria.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1345 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Torna extensivas à Armada as disposições do decreto n. 1319 de 20 de janeiro do corrente anno fixando os vencimentos dos membros do Conselho Supremo Militar, quando não exercerem outro emprego.

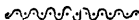
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve tornar extensivas à Armada as disposições do decreto n. 1319 de 20 de janeiro ultimo, para que os officiaes effectivos ou reformados, membros do Conselho Supremo Militar, sem outro emprego, percebam, além do soldo e etapa, as gratificações abonadas aos officiaes do Exercito em identicas condições.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio 7 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



DECRETO N. 1346 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Faz extensivas aos officiaes das classes annexas ao Corpo da Armada as disposições do decreto n. 641 de 15 de julho de 1852 relativas ao monte-pio da Marinha, com as condições do paragrapho unico do decreto n. 475 de 11 de junho de 1890, art. 8º.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que pelos decretos n. 866 de 13 de agosto de 1856 e n. 1940 de 30 de junho de 1857 fez-se extensiva aos officiaes do Corpo de Saude e Fazenda a percepção do monte-pio da Marinha, e que, tendo essas classes todas as garantias e privilegios estabelecidos para o Corpo da Armada, torna-se antagonica com os principios de igualdade a resolução de 10 de junho de 1861, que lhes nega o direito de continuarem a contribuir para o mesmo monte-pio, depois de demittidos a seu pedido; resolve que sejam applicadas aos officiaes das differentes classes annexas ao Corpo da Armada as disposições do citado decreto n. 644 de 15 de julho de 1852.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1347 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Transfere a concessão feita pelo decreto n. 219 de 25 de fevereiro de 1890 à  
Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia.

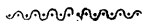
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Barão Muniz de Aragão, concessionario, por decreto n. 219 de 25 de fevereiro do anno passado, da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$ para um engenho central de assucar e alcool de canna, em sua propriedade denominada — Maracangalha — situada na comarca da Barra de Sergipe do Conde, Estado da Bahia, resolve permittir que o dito engenho seja estabelecido na fazenda — Mutupiranga — no termo da villa da Nova Boipeba, comarca de Taperoá, naquelle Estado, e que seja transferida a mesma concessão com todos os favores e obrigações à Companhia Industrial e de Melhoramentos da Bahia, de accordo com as clausulas que acompanharam o mencionado decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1348 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão constante do decreto n. 10.441 de 9 de novembro de 1889.

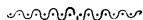
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros à companhia que o bacharel Heraclio Vespasiano Fiock Romano organizasse para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna, no municipio de Iguarapé-miry, Estado do Pará, e de que trata o decreto n. 10.441 de 9 de novembro de 1889, visto não terem sido cumpridas as condições do regulamento approved, pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1349 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão da garantia de juros para o engenho central de Pão d'Alho, de que trata o decreto n. 245 de 5 de março de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$ para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, de que trata o decreto n. 245 de 5 de março de 1890, por falta de cumprimento das condições do regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1350 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita por decreto n. 1049 de 21 de novembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo que os



cidadãos Visconde de S. Laurindo e Dr. Rodrigo Pereira Leite, concessionários, por decreto n. 1049 de 21 de novembro de 1890, de dous engenhos centraes de assucar e alcool de canna no municipio do Bananal Estado, de S. Paulo, não cumpriram o § 1º da clausula 3ª do mencionado decreto, resolve declarar caduca a mesma concessão.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



#### DECRETO N. 1351 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Regula o accesso aos postos de officiaes das diferentes armas e corpos do Exercito.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação.

Considerando que a fixação e composição do quadro permanente do Exercito corresponde á satisfação de indeclinaveis exigencias do servico militar, quer profissionaes, quer technicas, pelo que cumpre mantel-o sempre em estado completo;

Considerando que a lei da reforma compulsoria, promulgada pelo decreto n. 193 A de 30 de janeiro de 1890, lei que teve em vista o rejuvenescimento do Exercito, torna impraticavel, em consequencia do numero consideravel de vagas que abre no referido quadro permanente, a observação dos intersticios exigidos para o accesso e fixado no art. 4º da lei n. 585 de 6 de setembro de 1850 e regulamento approvado por decreto n. 772 de 31 de março de 1851, salvo interinidades nos exercicios, interinidades sempre prejudiciaes á boa marcha do servico;

Considerando que, em virtude do preceituado no art. 13 da citada lei n. 585, o preenchimento das vagas que occorrerem no quadro permanente do Exercito não deve ser demorado por mais de um anno;

Considerando que, em virtude do determinado pelo decreto n. 3168 de 29 de outubro de 1863, as promoções devem ter logar á proporção que se verificarem as vagas nos corpos e armas do Exercito; preceito de lei que não poderá ser observado emquanto subsistirem os intersticios ainda exigidos pela referida lei n. 585;

Considerando, finalmente, que convem reunir em uma só lei

as diversas que regulam materia tão importante, como a promoção militar, e em que venham consignadas as modificações reconhecidamente necessarias ;

Decreta:

Art. 1.º O accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do Exército será gradual e successivo, desde alferes ou 2º tenente até marechal.

Art. 2.º Os postos da hierarchia militar são:

Alferes ou 2º tenente ;  
Tenente ou 1º tenente ;  
Capitão ;  
Major ;  
Tenente-coronel ;  
Coronel ;  
General de brigada ;  
General de divisão ;  
Marechal.

Art. 3.º Nenhuma praça de pret, seis annos depois da publicação do presente decreto, poderá ser promovida ao posto de alferes ou 2º tenente sem que ao curso da arma de infantaria reuna bom comportamento civil e militar.

Art. 4.º Metade das vagas, que se derem nesses postos, será preenchida por ordem de antiguidade, por alferes-alumnos, si os houver em numero sufficiente, e a outra metade, ou a restante, tambem por ordem de antiguidade, por praças de pret habilitadas na fórma do artigo anterior.

Art. 5.º O preenchimento das vagas de tenente ou 1º tenente, e o do posto de capitão, nas armas combatentes, será feito por ordem de antiguidade, sendo condição imprescindivel para o accesso o curso da arma.

Paragrapho unico. Enquanto existirem nas armas de infantaria e cavallaria alferes e tenentes sem o respectivo curso, o preenchimento de dous terços das vagas, que se derem, daquelles postos, continuará a ser feito por antiguidade, e o outro terço, pelos subalternos que tiverem o competente curso da arma.

Art. 6.º As vagas de tenente do estado-maior de 1ª classe serão preenchidas, por promoção e por ordem de antiguidade, pelos 2ºs tenentes de artilharia e alferes de infantaria e cavallaria, legalmente habilitados.

Art. 7.º O preenchimento das vagas de capitão do corpo de engenheiros será feito por transferencia, e por ordem de antiguidade, pelos capitães do estado-maior de 1ª classe, de artilharia, cavallaria e infantaria, legalmente habilitados, não sendo permitida a renuncia á referida transferencia. Na deficiencia de capitães, as vagas serão preenchidas, por promoção, e por ordem de antiguidade, pelos tenentes ou 1ºs tenentes do Exército, que estiverem legalmente habilitados.

Art. 8.º As vagas que se derem de capitão no estado-maior de 1ª classe serão preenchidas, na razão de dous terços, por promoção, pelos tenentes do corpo, e o terço restante, por transfe-

rencia dos capitães das armas combatentes, que estiverem legalmente habilitados; tanto em um como em outro caso, por ordem de antiguidade, não sendo permittida a renuncia à transferencia.

Paragrapho unico. Os officiaes transferidos, obrigatoriamente, em virtude do presente decreto para os corpos de engenheiros e estado-maior de 1ª classe, nenhum prejuizo soffrerão em suas antiguidades.

Art. 9.º A promoção aos postos de major a coronel inclusive, será feita em todos os corpos e armas, metade das vagas por antiguidade e a outra metade por merecimento; e a dos officiaes generaes, sempre por escolha do Governo e independentemente de intersticio.

Art. 10. Constitue merecimento militar:

Subordinação;

Valor;

Intelligencia e illustração comprovada;

Zelo e disciplina;

Bons serviços prestados na paz e na guerra.

Art. 11. O intersticio para o accesso em todos os corpos e armas do Exercito, de um para outro posto, desde alferes ou 2º tenente até coronel inclusive, será de dous annos. Não havendo, porém, nos mesmos corpo e armas officiaes com o intersticio completo, o Governo poderá promover aquelles que contarem pelo menos o de um anno.

Art. 12. A antiguidade para a promoção dos officiaes arregimentados será contada sómente pelo tempo de serviço effectivo da fileira, e a dos officiaes de corpos especiaes pelo exercicio, effectivo de qualquer commissão ou cargo no Ministerio da Guerra, com excepção unica de licença para tratamento ou restabelecimento de ferimentos recebidos em combate ou de desastre occorrido em acto de serviço.

Art. 13. Actos de bravura, assim considerados pelo commando em chefe do Exercito, em operações activas, dão direito à promoção, que será feita pelo mesmo commando em chefe, independentemente dos principios acima estabelecidos.

Art. 14. As vagas que se derem nos corpos em campanha serão preenchidas pelos officiaes que nella se acharem, segundo os principios estabelecidos no presente decreto.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*



## DECRETO N. 1351 A — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos da fabricaçã do engenho central de Muribeca, no Estado de Pernambuco.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requerem a Companhia Assucareira de Pernambuco, cessionaria, por decreto n. 10.436 de 9 de novembro de 1889, resolve approvar o plano e orçamento de todas as obras projectadas, desenho dos apparelhos, descripção dos methodos da fabricaçã do engenho central de Muribeca, no municipio do mesmo nome, Estado de Pernambuco, de accordo com o art. 20, § 1º, do regulamento approvado por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889 e a clausula unica, que com este baixa, assignada pelo Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, da 3ª Republica.

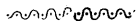
MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Clausula a que se refere o decreto  
n. 1351 A desta data**

Unica. A Companhia Assucareira de Pernambuco fica responsavel perante o Governo pela effectividade do fornecimento da materia prima contractada, sendo suspensa a garantia de juros si o dito fornecimento não se elevar à metade de sua importancia, isto é, a quinze mil toneladas por safra, salvo caso de força maior, a juizo do Governo.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1891.— *B. de Lucena.*



## DECRETO N. 1351 B — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede à Companhia Central do Brazil autorização para funcionar

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo

ao que requereu a Companhia Central do Brazil, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou; devendo previamente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

“ Sala das sessões do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Central do Brazil

### CAPITULO I

#### DA COMPANHIA, SÉDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º A Companhia Central do Brazil, sociedade anonyma ora constituida de conformidade com as leis vigentes, rege-se pelos presentes estatutos e tem a sua séde e fóro juridico na Capital Federal.

Paragrapho unico. A directoria, de accordo com o conselho fiscal, poderá crear agencias onde julgar conveniente.

Art. 2.º Os fins da companhia são :

1.º O commercio de commissões de café e de assucar, ou de outros quaesquer productos nacionaes ou estrangeiros ;

2.º A aquisição ou fundação, no municipio de Campos, de 10 ou mais engenhos centraes de assucar, de conformidade com a concessão feita pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro ao engenheiro J. S. Castro Barbosa, conforme o decreto n. 81 B de 13 de maio de 1890 e contracto de 18 de agosto do mesmo anno, em virtude da qual é garantido o juro de 6 % ao anno, por espaço de 25 annos, sobre o capital de 3.000:000\$000 ;

3.º Adquirir, por compra ou outro modo legal, estabelecimentos do commercio e industria que se propõe explorar, e quaesquer bens e direitos necessarios aos fins aqui autorizados ;

4.º Abrir relações directas com os mercados estrangeiros ;

5.º Encarregar-se de quaesquer obras ou construcções ;

6.º Estabelecer colonos e immigrants nas terras que adquirir ;

7.º Adquirir ou fundar engenhos centraes para café ;

8.º Effectuar, com as precisas garantias e cautelas, operações bancarias.

Art. 3.º O prazo da duração da companhia é de 30 annos, contados da data em que se verificar a assembléa constitutiva, podendo ser prorogado si a assembléa geral assim o resolver.

§ 1.º Antes, porém, da epocha referida, poderá a companhia ser dissolvida por deliberação da assembléa geral, nos casos e termos que a lei preceitua.

§ 2.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL

Art. 4.º O capital da companhia é de 6.000.000\$ dividido em 30.000 acções do valor de 200\$ cada uma.

Paragrapho unico. O capital poderá ser augmentado nos casos e termos em que a lei o permite, por deliberação da assembléa geral, sendo preferidos, na distribuição das novas acções, os accionistas então inscriptos.

Art. 5.º O capital será realizado, até 50 %, em prestações do seguinte modo: 30 % no acto da assignatura dos presentes estatutos, 10 % depois de constituida a companhia, 10 % quando a directoria entender conveniente.

Os restantes 50 % do valor nominal das acções serão inteirados pela companhia, conforme é estabelecido nos presentes estatutos. (Art. 38.)

§ 1.º O accionista que não effectuar o pagamento das prestações referidas no prazo annuciado, incorrerá na multa de 2 % sobre a importancia respectiva, caso realize o pagamento sobre-dito dentro dos 30 dias subseqüentes, no caso contrario poderá a directoria impôr a pena de commisso, guardado o disposto no art. 4.º do decreto n. 850 de 13 de outubro de 1890, revertendo a quota do capital já realizado em favor do fundo de reserva.

§ 2.º As acções declaradas em commisso poderão ser reemitidas pela directoria.

§ 3.º Não sendo applicada a pena de commisso, no caso de que trata o § 1º, permanecerá a effectiva responsabilidade do accionista, nos termos da lei, augmentada com o juro de 1 % ao mez por todo o tempo da mora.

Art. 6.º A companhia poderá, com o fim de alargar as operações a que se refere o art. 2º, emittir obrigações (*debentures*) nominativas ou ao portador, até á importancia do capital nominal, ficando a directoria investida de todos os poderes necessarios para effectuar a emissão e regular-lhe os effeitos.

Paragrapho unico. As obrigações a que se refere este artigo serão garantidas com hypotheca e penhor de todos ou parte dos haveres sociaes.

## CAPITULO III

### DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 7.º As acções, antes do integradas são representadas por cautelas assignadas por dous directores; em cada uma dellas

se fará expressa menção do valor nominal que representar, bem como da importancia das prestações pagas e demais exigencias da lei.

Art. 8.º Cada acção é indivisivel com relação à companhia, a qual não reconhece mais de um proprietario para uma acção.

Art. 9.º A transferencia das acções só pôde ser effectuada no escriptorio da sêde da companhia, por termo assignado pelo cedente e pelo cessionario, seus legitimos representantes ou procuradores revestidos dos poderes necessarios, e por um director.

Paragrapho unico. Não são transferiveis as acções que não tiverem 40 % do seu valor nominal realizado.

Art. 10. Os accionistas da companhia são responsaveis, de conformidade com a lei, pelo valor das entradas de capital não realizadas das acções que subscreverem ou lhes forem transferidas.

Art. 11. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, associação ou sociedade, pôde ser accionista da companhia.

## CAPITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, eleitos pela assembléa geral dos accionistas, de cinco em cinco annos, a maioria relativa de votos, por escrutinio secreto, e decidindo a sorte no caso de empate.

§ 1.º Os directores eleitos não poderão entrar no exercicio do cargo sem depositar na companhia 100 acções, pelo menos, cada um, as quaes servirão de caução à sua responsabilidade enquanto durar o mandato.

A caução será feita por termo, no livro de transferencias, e declaração no registro de acções.

§ 2.º Os membros da directoria poderão ser reeleitos, e, quando não o sejam, servirão até que a nova directoria se apresente para tomar posse.

§ 3.º Não poderá ser director individuo que estiver impedido de negociar segundo as disposições do Código Commercial; bem como não poderão exercer conjunctamente o cargo de director: pae e filho, sogro e genro, irmãos ou cunhados durante o cunhadio, parentes por consanguinidade até ao segundo grão e socios da mesma firma.

§ 4.º O director que tiver interesse opposto ao da companhia, em qualquer operação, não poderá deliberar a respeito, sendo obrigado a fazer o necessario aviso aos outros directores, que disso farão menção na acta respectiva.

§ 5.º No impedimento ou ausencia de um membro da directoria, por mais de 60 dias, os que estiverem em exercicio chamarão um accionista que exerça as respectivas funcções até que o director effectivo compareça; no caso, porém, do impedimento ou ausencia exceder de quatro mezes, renuncia ou fallecimento, a

vaga será preenchida conforme se estabelece neste paragrapho até à primeira reunião, ordinaria ou extraordinaria, da assembléa geral, na qual o cargo será definitivamente provido, servindo o eleito pelo tempo que faltar ao substituido, respeitado o que se acha disposto no § 1.º.

A' ausencia em serviço da companhia não é applicavel o disposto no final deste paragrapho.

§ 6.º Os directores vencerão o honorario mensal de um conto de réis cada um, e mais 2 %, repartidamente, sobre os lucros divisiveis em cada semestre.

§ 7.º A directoria terá, pelo menos, uma reunião ordinaria cada mez; bem como reunir-se-ha extraordinariamente tantas vezes quantas for necessario.

§ 8.º A directoria escolherá dentre si, no acto de ser empossada, o presidente e director da secção commercial, o director da secção agricola e o director da secção technica.

§ 9.º As deliberações da directoria serão tomadas, em geral, por maioria de votos. Nos casos, porém, de aquisição de immoveis e de machinismos, ou levantamento de empréstimos com garantia de bens, é imprescindivel a unanimidade; e não a havendo, será chamado o conselho fiscal, decidindo então a maioria.

Art. 13. São attribuições da directoria:

§ 1.º Administrar todos os negocios da companhia; adquirir quanto for necessario aos fins constantes do art. 2.º e alienar tudo que for dispensavel; effectuar operações de credito e bem assim as que se comprehendem no disposto no art. 6.º; exercer o mandato, que é pleno, dentro dos limites dos estatutos e da lei, e nelle se inclue o direito de transigir, ou de resolver amigavelmente as questões com terceiros, demandar e ser demandada.

§ 2.º Tratar com os poderes publicos.

§ 3.º Celebrar contractos para qualquer fim social.

§ 4.º Fixar o numero, categoria, funcções e vencimentos dos empregados; nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os.

§ 5.º Autorizar, dos lucros liquidos, os dividendos semestres.

§ 6.º Apresentar à assembléa geral ordinaria o relatorio circumstanciado das operações da companhia, o qual será acompanhado do balanço geral, da demonstração da conta de lucros e perdas e bem assim do parecer do conselho fiscal relativo às contas apresentadas e à situação da companhia.

§ 7.º Organizar os regulamentos que forem precisos.

§ 8.º Escolher o estabelecimento bancario a que devam ser recolhidos os dinheiros da companhia, que serão retirados por cheques ou recibos assignados pelo director da secção commercial ou pelo que o substituir.

§ 9.º Chamar, nos termos do § 5º do art. 12, o accionista que tiver de substituir o director impedido por falta ou renuncia.

§ 10. Nomear, na qualidade de seus delegados, os gerentes, sub-gerentes e superintendentes que julgar convenientes, demittil-os e marcar-lhes os respectivos vencimentos.



§ 11. Tomar em commum as deliberações necessarias ao bom andamento dos negocios da companhia, lavrando actas de taes deliberações em livro especial.

§ 12. Ouvir o conselho fiscal nos casos em que julgar necessario o concurso d'elle.

§ 13. Prestar ao conselho fiscal todos os esclarecimentos que elle reclamar para o desempenho do encargo que lhe é commettido pelo art. 17.

§ 14. Prover a bem da companhia em todos os casos urgentes e não previstos.

Art. 14. Compete ao presidente e director da secção commercial, além das attribuições inherentes ao cargo de administrador :

§ 1.º Ser orgão da directoria e represental-a em juizo ou fóra d'elle, podendo, para este effeito, constituir mandatarios.

§ 2.º Presidir as reuniões da directoria e as do conselho fiscal, quando este funcionar com aquella em secção conjuncta, e bem assim os trabalhos preparatorios da assembléa geral até proceder-se á eleição do presidente respectivo.

§ 3.º Assignar todos os papeis de responsabilidade, comprehendidos escripturas e contractos.

§ 4.º Ter sob sua immediata administração e fiscalização o escriptorio central e tudo quanto for attinente á secção commercial.

§ 5.º Rubricar, abrir e encerrar os livros em que forem registradas as actas das assembléas geraes e as das reuniões da directoria e do conselho fiscal, os das transferencias e registro de obrigações (*debentures*), si estas forem nominativas, e bem assim os que servirem para lançamentos importantes e não forem rubricados na Junta Commercial.

§ 6.º Assignar, com outro director, as acções ou cautelas e as obrigações (*debentures*).

§ 7.º Convocar as reuniões da directoria e as de sessão conjuncta com o conselho fiscal, e dar cumprimento ás deliberações respectivas.

§ 8.º Assignar letras ou quaesquer papeis de credito.

§ 9.º Convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias na fórma dos arts. 24 e 25.

Art. 15. Compete ao director da secção agricola, além das attribuições inherentes ao cargo de administrador :

§ 1.º Administrar e fiscalizar mais directamente tudo quanto disser respeito á secção agricola no municipio de Campos ou em outro.

§ 2.º Substituir o presidente nos seus impedimentos temporarios.

Art. 16. Compete ao director da secção technica, além das attribuições inherentes ao cargo de administrador :

§ 1.º Occupar-se mais especialmente da acquisição de machinismos eapparelhos e da montagem destes, e bem assim de tudo quanto for relativo á parte technica dos engenhos centraes.

§ 2.º Redigir todas as actas das reuniões da directoria e as de

sessão conjuncta com o conselho fiscal, consignando em taes actas, que assignará com os demais membros presentes, as deliberações que forem tomadas.

§ 3.º Substituir o director da secção agricola nos seus impedimentos momentaneos.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. A assembléa geral elegerá annualmente cinco fiscaes accionistas, aos quaes, além dos encargos que lhes são commettidos nos presentes estatutos, incumbe especialmente dar parecer sobre os negocios e operações da companhia no anno seguinte, tomando por base o balanço, inventario e contas da administração, servindo de relator aquelle que dentre si designarem.

§ 1.º O conselho poderá funcionar validamente com tres membros.

§ 2.º O parecer do conselho fiscal ácerca das contas e balanço annuaes será entregue á directoria a tempo de poder ser publicado, com o relatorio, no prazo da lei.

§ 3.º O conselho fiscal póde, em qualquer tempo, convocar extraordinariamente a assembléa geral, desde que occurram motivos graves e urgentes e a directoria se recuse a fazer a convocação.

## CAPITULO VI

### DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 18. A assembléa geral será composta dos possuidores de acções que se acharem averbadas no registro da companhia, pelo menos, 30 dias antes da data em que se verificar a reunião.

Paragrapho unico. Nos cinco dias que antecederem ao da reunião da assembléa geral, ordinaria ou extraordinaria, ficará suspensa a transferencia de acções, salvo para a constituição ou extinção de penhor.

Art. 19. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo aquelle eleito por aclamação e estes nomeados pelo presidente.

Art. 20. A assembléa geral representa a totalidade dos accionistas: as suas deliberações, conforme as disposições destes estatutos, obrigam a todos, quer ausentes ou dissidentes.

Art. 21. Todos os accionistas podem fazer parte da assembléa geral, quer possuam as suas acções livres e desembaraçadas, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Paragrapho unico. Os accionistas que comparecerem ás assembléas geraes inscrever-se-hão em um livro de presença, declarando o numero de acções que possuirem ou as que representarem como procuradores.

Art. 22. A ordem da votação será de um voto por 10 acções até 500, que terão 50 votos.

Além deste numero de votos nenhum mais se contará, seja qual for o numero de acções que o accionista possua ou represente por procuração, mandato este que aliás só pôde ser committido a accionista que se ache nas condições fixadas no art. 18.

O mandato a que se refere o presente artigo não pôde ser conferido aos membros da directoria, nem aos do conselho fiscal.

Paragrapho unico. Os accionistas que possuirem de uma até nove acções poderão assistir ás assembléas geraes, propôr o que lhes parecer conveniente aos fins sociaes, e tomar parte nas discussões, mas não terão voto.

Art. 23. A votação dos assumptos sujeitos á discussão será por maioria dos socios presentes e só a requerimento, por escrito, de tres ou mais accionistas, se fará por acções.

Art. 24. Haverá uma sessão da assembléa geral ordinaria em cada anno, no mez de abril, para tratar dos assumptos que lhe são commettidos pelos presentes estatutos, e bem assim mais dos objectos que forem propostos e apresentados para discussão.

§ 1.º Esta sessão poderá, em caso de necessidade, ser prorogada para o dia que o presidente da assembléa annunciar, dentro do prazo de oito dias.

§ 2.º A convocação será feita com antecedencia de 15 dias, por annuncios publicados pela imprensa, com indicação do lugar e hora, não podendo esta assembléa funcionar com menos de tres accionistas capazes de constituir-a, alóra os directores e os fiscaes.

§ 3.º Nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral, relativamente a contas e balanço, si antes não tiver sido apresentado o parecer dos fiscaes.

§ 4.º Os directores não podem votar nas assembléas geraes para approvar os seus balanços, contas e inventarios, nem os fiscaes pelos seus pareceres.

Art. 25. Haverá tantas reuniões da assembléa geral extraordinaria quantas forem julgadas necessarias pela directoria, pelo conselho fiscal, ou requeridas por sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, um quinto do capital social.

§ 1.º A convocação será sempre motivada e feita por annuncios, nas folhas publicas, com uma antecipação, pelo menos, de oito dias.

§ 2.º Nestas assembléas só poderá tratar-se do assumpto que tiver determinado a convocação e os trabalhos poderão ser prorogados nos termos do § 1º do art. 24.

Art. 26. A assembléa geral só poderá constituir-se e deliberar achando-se composta de um numero de accionistas que represente, pelo menos, a quarta parte do capital social.

§ 1.º Si o numero de accionistas já referido não se reunir, far-se-ha nova convocação para dali a tres dias, pelo menos, por meio de annuncios nos jornaes, com a declaração de que se

deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem.

§ 2.º Tratando-se, porém, de reforma dos estatutos, de augmento do capital e demais hypotheses consignadas na lei, a assembléa só poderá deliberar validamente achando-se presentes, pelo menos, accionistas que representem dous terços do capital social.

Sinem na primeira, nem na segunda convocação se reunir o numero requerido de accionistas, far-se-ha terceira convocação por annuncios e por cartas-circulares, para dali a tres dias, pelo menos, declarando-se o mesmo que preceitua o final do § 1.º deste artigo.

Art. 27. São attribuições da assembléa geral :

§ 1.º Resolver todos os negocios da companhia que não estiverem expressamente commettidos á directoria.

§ 2.º Eleger a directoria e o conselho fiscal.

§ 3.º Reformar os presentes estatutos, achando-se constituida nos termos do § 2º do art. 26.

§ 4.º Deliberar ácerca do relatorio e contas apresentados pela directoria e do parecer do conselho fiscal, importando a approvação serem os mandatarios exonerados de toda e qualquer responsabilidade, nos termos da lei vigente.

§ 5.º Resolver ácerca do augmento do capital da companhia e dissolução della, nos termos aqui fixados.

§ 6.º Deliberar ácerca de qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria ou pelo conselho fiscal.

§ 7.º Exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos ou imprevistos, respeitadas as prescrições legais.

## CAPITULO VII

### DOS FUNDOS DE RESERVA E DE DETERIORAMENTO E DOS DIVIDENDOS

Art. 28. O fundo de reserva será formado de 3 % tirados dos lucros liquidos de cada semestre.

Paragrapho unico. Este fundo é exclusivamente destinado a fazer face ás perdas do capital social e para o substituir.

Art. 29. O fundo de deterioramento será constituido com 5 % tirados dos lucros liquidos de cada semestre, podendo ser augmentado, por deliberação da assembléa geral.

Paragrapho unico. Este fundo é expressamente creado para delle serem retiradas as sommas necessarias aos concertos e reparos importantes ou para reconstrução do material da companhia.

Art. 30. O fundo de reserva será empregado conforme a assembléa geral determinar.

Art. 31. A deducção a que se referem os arts. 28 e 29 cessará desde que os dous fundos attingirem a somma de 200:000\$000 cada um ; continuando, porém, a effectuar-se na

proporção estabelecida, desde que houver redução na somma referida.

Paragrapho único. No primeiro anno de exploração dos engenhos poderão ser divididos todos os lucros verificados, deixando de effectuar-se as deducções de que trata este capitulo.

Art. 32. Não se fará distribuição do dividendo a que se referem o § 5º do art. 13 e o art. 33, enquanto o capital social, desfalcao em virtude de perdas, não for integralmente restaurado.

Art. 33. Os lucros liquidos, verificados em cada semestre, deduzidas as quotas dos fundos de reserva e deterioramento, serão distribuidos aos accionistas em dividendos até ao maximo de 10 % ao anno do capital realizado.

O excedente será applicado á integração do capital. (Art. 5.º)

Art. 34. Os dividendos não pagos não vencem juros, e os que não forem reclamados no prazo de cinco annos, contado do primeiro dia fixado para o seu pagamento, serão considerados renunciados a favor da companhia.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 35. A primeira directoria, pelo tempo a que se refere o art. 12, é composta dos accionistas :

Commendador Antonio Ferreira da Silva, presidente e director da secção commercial.

João José Nunes de Carvalho, director da secção agricola.

Dr. Luiz de Castilho, director da secção technica.

O conselho fiscal para o primeiro anno é composto dos accionistas :

Commendador Pedro Gracie.

Conde de Figueiredo.

Birão de Salgado Zenha.

Commendador Manoel José de Faria.

Dr. Joaquim Silverio de Castro Barbosa.

Os accionistas em seguida assignados reconhecem e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei ; approvam estes estatutos, bem como todos os actos praticados pelos incorporadores ; e concedem á directoria os precisos poderes para o caso de ser necessario requerer a approvação dos mesmos estatutos e para aceitar quaesquer alterações que possam ser determinadas pelo Governo.



## DECRETO N. 1351 C — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa mais um logar de primeiro official e um de terceiro na Administração dos Correios do Estado da Bahia e dous de primeiro official na de Pernambuco.

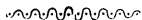
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ás necessidades do serviço, resolve crear mais um logar de primeiro official e um de terceiro na Administração dos Correios do Estado da Bahia e dous de primeiro official na de Pernambuco.

O Doutor João Barbalho Uchôa Cavalcante, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Interior e interino da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, assim o faz executar.

Palacio do Governo Provisorio, 7 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



## DECRETO N. 1352 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Palma, no Estado do Ceará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica desligada da comarca de Granja, no Estado do Ceará, a força da Guarda Nacional qualificada na de Palma e com ella creado um commando superior da mesma Guarda e que se comporá dos batalhões ns. 7 do serviço activo e 4 da reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1353 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Granja um batalhão de infantaria da mesma Guarda, com seis companhias e a designação de 77º e que se formará com os guardas nacionaes qualificados no termo de Camocim; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1354 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um batalhão de reserva e dous esquadrões de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficam creados na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, um batalhão de reserva e dous esquadrões de cavallaria de Guardas Nacionais e que serão organizados:

§ 1.º O batalhão da reserva, que terá seis companhias e a designação de 1º, nas freguezias da comarca.

§ 2.º O esquadrão no municipio de Riachuelo.

§ 3.º O esquadrão nos termos de Divina Pastora e Siriry.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1355 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guardas Nacionais da comarca de Capella, no Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da Guarda Nacional das comarcas de Maroim e Japarutuba a força da mesma Guarda qualificada na de Capella e com ella creado um commando superior, que se comporá do 15º batalhão de infantaria, do 25º batalhão, já organizados e do 26º batalhão, ora creado, com seis companhias, que se formarão com os guardas nacionaes do serviço activo qualificados nas freguezias da comarca.

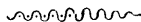
Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1356 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Camamú, no Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Camamú mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com seis companhias e a designação de 111º, que se comporá com os guardas nacionaes qualificados nas freguezias da comarca da Barra do Rio de Contas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro. 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*





## DECRETO N. 1357 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Timbaúba e um batalhão de infantaria da mesma Guarda na de Itambé, ambas no Estado de Pernambuco.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Fica desligada da comarca de Itambé a força da Guarda Nacional da de Timbaúba, ambas no Estado de Pernambuco, e com ella creado um commando superior da mesma Guarda, que se comporá do 48º batalhão de infantaria e do de n. 76, ora creado com seis companhias, que se formarão nas freguezias da referida comarca.

Art. 2.º O commando superior da comarca de Itambé se comporá do 47º batalhão de infantaria, da 12ª secção da reserva e do batalhão n. 77, ora creado com seis companhias, que se organizarão nas freguezias da comarca.

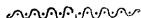
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1358 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar o seguinte :

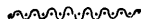
Artigo unico. Fica creado na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará, um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes com dous esquadrões e a designação de 9º, o qual se comporá de guardas qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1359 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Transfere do Banco Central Mineiro a concessão feita por decreto n. 927 de 21 de outubro de 1890, para um engenho central em Minas Geraes.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram os cidadãos João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa, concessionarios de um engenho central de as-sucar e alcool de canna no municipio de Itajubá, Estado de Minas Geraes, com garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$000, resolve conceder-lhes autorização para transferirem aquella concessão, com as respectivas clausulas, ao Banco Central Mineiro

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Nego-cios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1360 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Francisco Manoel Garcia e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Omnibus.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Francisco Manoel Garcia, José Paulo Nabuco Cirne, Francisco Baptista Diniz e Silva, Antonio Joaquim de Rezende, Felisbino Alfredo Guimarães, Seraphim Luiz Duarte e Antonio Mendes de Almeida, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Omnibus e com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Anonyma Omnibus, a que se refere o decreto n. 1360 de 12 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### DA COMPANHIA, SÉDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º A Companhia Anonyma Omnibus é constituída de accordo com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e demais disposições relativas a sociedades idénticas.

Art. 2.º A séde da companhia é na Capital Federal, com filiaes em todos os pontos dos Estados Unidos do Brazil.

Art. 3.º A companhia tem por fim :

§ 1.º Estabelecer armazens ou bazares na Capital Federal e nos pontos do Brazil, onde a companhia julgar conveniente, para vender, a preços resumidos, generos nacionaes e estrangeiros; podendo importar e exportar taes generos para supprimento dos mesmos armazens.

§ 2.º Montar ou comprar officinas para o fabrico de materiaes de construcção e louça de barro; bem como, construir carros especiaes para transporte de materiaes ou outro qualquer genero, caso ao seu inventor convenha ceder á companhia, em igualdade de vantagens, o privilegio que obtiver do Governo da Republica para os carros de sua invenção.

§ 3.º Esta companhia terá uma secção bancaria, para realizar empréstimos a juro de 10 % annuaes, sob caução de titulos de cotação na praça e fructos remettidos á mesma companhia; e bem assim, empréstimos sob objectos de ouro, prata e pedras preciosas. Aos accionistas fará, quando precisem, empréstimos a juro de 7 % (sete por cento) annuaes, devendo elles caucionar, para garantia da companhia, acções da mesma ou outros quaesquer titulos de cotação na praça.

§ 4.º Receberá generos nacionaes e estrangeiros, á consignação, mediante a commissão de tres por cento; e dinheiro, a prazos fixos e em conta corrente a juros convençionados.

§ 5.º Mediante valor recebido, saccará ao cambio do dia contra as praças da Europa e America, bem como fornecerá cartas de credito, a juizo da directoria.

§ 6.º O prazo da duração da companhia seráde 30 annos, a contar da data em que tiver logar a assembléa constitutiva, podendo ser prorogado si assim convier aos interesses da companhia e for resolvido pelos accionistas em assembléa geral.

## CAPITULO II

## DO CAPITAL SOCIAL

Art. 4.º O capital da companhia é de 500:000\$ dividido em 5.000 acções do valor de 100\$ cada uma. Este capital poderá ser elevado a 5.000, por deliberação da assembléa geral dos accionistas e de accordo com a lei.

Art. 5.º As entradas para a realização do capital serão do seguinte modo :

15 % no acto da subscrição ;

15 % por occasião da installação da companhia, e as outras de 10 % com intervallo, nunca menos de 30 dias; sendo as chamadas feitas por annuncios pela imprensa com 15 dias de antecedencia.

Paragrapho unico. Ao accionista que deixar de effectuar a entrada correspondente a suas acções no prazo annuciado, se lhe concederão mais 30 dias de espera, cobrando-se por isso mais um por cento da importancia da entrada.

## CAPITULO III

## DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 6.º As acções ou cautelas serão nominativas e assignadas pelos directores.

Art. 7.º Os quatro membros da directoria assumirão a responsabilidade de 626 acções da companhia; e os tres do conselho fiscal e seus supplentes, 416 cada um; considerando-se todas estas acções subscriptas e os mesmos obrigados a fazer as respectivas entradas quando for annuciado; ficando-lhes o direito livre de poderem transferil-as, caso assim lhes convenha.

Art. 8.º A transferencia das acções será feita no escriptorio da séde da companhia, por termo assignado no respectivo livro pelos cessionarios, seus legitimos representantes, ou procuradores revestidos dos necessarios poderes, e por um dos directores.

Art. 9.º Serão consideradas em commissio e reemittidas as acções cujas entradas forem demoradas, além dos 30 dias após a chamada.

Art. 10. O capital realizado das acções em commissio reverterá em favor do fundo de reserva.

## CAPITULO IV

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. A directoria será composta de quatro membros (presidente, secretario, thesoureiro e gerente), eleitos pelos accionistas em assembléa geral de cinco em cinco annos.

Art. 12. Poderá ser eleito director da companhia qualquer accionista ; por em só entrará em exercicio depois de depositar na companhia 100 acções, que servirão de caução á sua responsabilidade até que sejam approvadas as contas relativas á respectiva gestão. Esta caução será feita por termo no livro de transferencias, declarando-se tambem no registro dos accionistas.

Art. 13. A directoria chamará um accionista para exercer as funcções de director, no impedimento ou ausencia não justificada, renuncia ou fallecimento de qualquer membro da mesma, servindo este substituto até que seja definitivamente provido o cargo pela assembléa geral. Tambem não poderá entrar em exercicio este novo director sem que se faça o deposito exigido pelo art. 12.

Art. 14. Os directores reputam-se revestidos de amplos poderes para todos os actos relativos aos fins da companhia, representando-a quer em juizo, quer fora d'elle.

Art. 15. Aos directores se dará, como honorarios, a quantia de quatrocentos mil réis (400\$) mensaes, podendo ser estes augmentados quando for elevado o capital da companhia a quantia superior a dous mil contos de réis.

Art. 16. São deveres da directoria:

§ 1.º Administrar todos os interesses da companhia, contrahir obrigações, effectuar operações de credito necessarias aos fins da companhia.

§ 2.º Tratar com os poderes publicos.

§ 3.º Fixar o numero, categoria, funcções e vencimentos dos empregados ; nomeal-os, suspendel-os, multal-os e demittil-os.

§ 4.º Autorizar todos os pagamentos e bem assim os dividendos, ouvido nesta parte o conselho fiscal;

§ 5.º Apresentar á assembléa geral ordinaria de accionistas, no mez de fevereiro de cada anno, um relatorio de todas as operações da companhia, o qual será acompanhado de um balanço geral e uma minuciosa demonstração do estado da mesma e do parecer do conselho fiscal.

§ 6.º Indicar, de accordo com o conselho fiscal, qual o estabelecimento bancario onde devem ser depositados os dinheiros da companhia ; sendo dalli retirados por cheques, assignados pelo thesoureiro e rubricados pelo presidente ou quem suas vezes fizer.

§ 7.º Chamar o accionista que tiver de substituir o director impedido pelos motivos mencionados no art. 13, dando preferencia a um dos membros do conselho fiscal ou dos supplentes que julgar apto para exercer as funcções de director.

§ 8.º Lavrar e assignar em livro especial as actas das deliberações em beneficio dos interesses da companhia, tomadas em commum e por maioria de votos.

§ 9.º Prover o bem da companhia em todos os actos ingentes e não previstos nos presentes estatutos.

§ 10. A directoria reunir-se-ha ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que o presidente ou o conselho fiscal entender convocar-a.

Art. 17. Compete ao presidente, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º Convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias e presidir as reuniões da directoria e as do conselho fiscal, quando este funcionar com aquella, em sessão conjuncta; e bem assim, os trabalhos preparatorios das assembléas geraes dos accionistas até eleger-se o respectivo presidente.

§ 2.º Rubricar os cheques e mais documentos firmados pelo director-thesoureiro; e bem assim, os termos de abertura e encerramento de todos os livros da escripturação geral da companhia, excepto aquelles que deverem ser rubricados pela Junta Commercial,

§ 3.º Assignar todos os papeis da administração geral da companhia, com excepção das escripturas e contractos, que serão tambem assignados por mais de um director.

§ 4.º Velar pela fiel execução destes estatutos a bem dos interesses geraes da companhia.

Art. 18. Compete ao secretario, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º Redigir as actas das reuniões da directoria e das sessões conjunctas com o conselho fiscal, consignando as deliberações tomadas.

§ 2.º Authenticar as transferencias das acções no respectivo livro.

§ 3.º Assignar todas as certidões mandadas passar pela directoria ou seu presidente.

§ 4.º Coordenar os dados necessarios à organização do relatório annual.

§ 5.º Fornecer os documentos e informações de que o conselho fiscal carecer, auxiliando-o nas suas averiguações e assistindo aos exames do mesmo.

§ 6.º Substituir o presidente nos seus temporarios impedimentos.

Art. 19. Compete ao thesoureiro, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º A guarda dos valores e titulos da companhia.

§ 2.º Receber e pagar qualquer quantia devida.

§ 3.º Depositar nos estabelecimentos bancarios, designados pela companhia, os saldos que existirem em caixa.

§ 4.º Assignar os cheques para os pagamentos autorizados pela directoria.

§ 5.º Rubricar mensalmente o balancete da receita e despesa, depois de examinar as respectivas contas.

§ 6.º Assignar com o presidente os titulos de acções.

§ 7.º Promover a venda, compra e as transacções commerciaes dos productos das explorações da companhia.

§ 8.º O thesoureiro será substituido, em seus impedimentos momentaneos, por qualquer dos outros directores.

Art. 20. Compete ao gerente, além das attribuições inherentes ao cargo de director:

§ 1.º Dirigir e fiscalizar o serviço geral das officinas, constru-

ções e fabricas de materiaes, para que sejam executados todos os trabalhos com a maxima regularidade, e bem assim os estabelecimentos e interesses de que trata o art. 3.º e seus paragraphos.

§ 2.º Propôr á directoria a nomeação do pessoal necessario ao serviço das officinas, fabricas e construcções.

§ 3.º Dar inteiro e fiel cumprimento ás deliberações da directoria, á qual prestará as informações referentes a todos os trabalhos sob sua direcção.

§ 4.º Apresentar mensalmente as ferias e as contas das despesas, afim de ser autorizado o devido pagamento.

§ 5.º Propôr á directoria todas as medidas que julgar convenientes aos interesses da companhia.

## CAPITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 21. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos pela assembléa geral, e servirão por um anno, excepto os primeiros membros do conselho fiscal e seus supplentes, eleitos pelos accionistas incorporadores, que servirão durante cinco annos com a directoria incorporadora.

Art. 22. Aos membros effectivos do conselho fiscal se darão duzentos mil réis (200\$) de ordenado mensalmente. Nos seus impedimentos serão substituidos pelos seus supplentes, que perceberão o ordenado que competia ao substituido.

Art. 23. Além das attribuições que a lei confere ao conselho fiscal, tem elle o direito da fiscalização sobre todos os negocios da companhia; podendo, quando julgar preciso, solicitar da directoria a convocação da assembléa geral dos accionistas.

## CAPITULO VI

### DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 24. A assembléa geral será composta dos accionistas, cujas acções se acharem averbadas no registro da companhia.

Paragrapho unico. Ficará suspensa a transferencia de acções durante os trinta dias que antecederem ao da reunião da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria.

Art. 25. A mesa da assembléa geral será composta de um presidente e dous secretarios, sendo estes nomeados pelo presidente e aquelle por aclamação.

Art. 26. Os membros da directoria e os do conselho fiscal não poderão fazer parte da mesa.

Art. 27. A totalidade dos accionistas é representada pela assembléa geral e as deliberações desta, conforme as disposições

destes estatutos, obrigam a todos, embora ausentes ou dissidentes.

Art. 28. Podem fazer parte da assembléa geral todos os accionistas, quer possuam suas acções livres e desembaraçadas, quer as tenham dado em penhor mercantil.

Paragrapho unico. Em livro de presença inscrever-se-hão os accionistas que comparecem ás assembléas geraes, declarando o numero de acções que possuirem ou as que representarem como procuradores.

Art. 29. Os accionistas terão um voto por dez acções que possuirem. Os possuidores de menos de dez acções poderão assistir ás assembléas geraes, discutir e apresentar propostas; não poderão, porém, votar.

Art. 30. Nenhum accionista poderá ter mais de trinta votos, seja qual for o numero de suas acções.

Art. 31. No mez de abril de cada anno haverá uma assembléa geral ordinaria para tratar de assumptos referentes a estes estatutos e dos que forem propostos para discussão.

§ 1.º O accionista pôde representar-se por procurador, contando que este seja accionista, mas não faça parte da directoria, nem do conselho fiscal.

§ 2.º Suppor-se-hão legalmente representados para todos os effeitos:

As mulheres por seus maridos;

Os menores e interdictos por seus paes, tutores ou curadores.

§ 3.º O procurador poderá representar mais de um accionista e terá tantos votos quantos pertencerem aos seus constituintes.

§ 4.º Com antecedencia de quinze dias, por annuncios publicados pela imprensa e com indicação de logar e hora, será feita a convocação desta assembléa.

Art. 32. Relativamente á conta e balanços, nenhuma deliberação poderá ser tomada pela assembléa geral, caso não tiver sido antes apresentado o parecer do conselho fiscal.

Art. 33. Os directores não podem votar nas assembléas geraes, para approvar os seus balanços, contas ou inventarios, nem os fiscaes pelos seus pareceres.

Art. 34. A assembléa geral só poderá constituir-se e deliberar, achando-se composta de um numero de accionistas que represente, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Art. 35. Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, do augmento do capital e demais hypotheses consignadas na legislação em vigor, a assembléa poderá só deliberar validamente, si os accionistas presentes representarem, pelo menos, dous terços do capital social.

Art. 36. Si na primeira e segunda reuniões não comparecer o numero de accionistas exigido pelos arts. 34 e 35, se convocará terceira, com declaração de que a assembléa poderá deliberar, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas. Além dos annuncios, esta convocação pode ser feita tambem por carta.



Art. 37. As attribuições da assembleia geral são as seguintes :

§ 1.º Resolver todos os negocios da companhia que não estiverem expressamente commettidos á directoria.

§ 2.º Eleger a directoria e o conselho fiscal.

§ 3.º Reformar os presentes estatutos, achando-se legalmente constituida, conforme exige o art. 35.

§ 4.º Deliberar ácerca do relatorio e contas apresentados pela directoria e do parecer do conselho fiscal; e bem assim, de qualquer proposta que for apresentada.

§ 5.º Resolver sobre o capital da companhia quando tiver de ser augmentado, dissolução ou prorrogação della, nos termos fixados nestes estatutos.

§ 6.º Exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos e imprevistos, respeitadas as prescripções legaes.

## CAPITULO VII

### DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 38. Serão considerados lucros sociaes os que annualmente se liquidarem da exploração dos objectos declarados no art. 3º e seus paragraphos.

Art. 39. Os quatro membros da directoria, os tres do conselho fiscal e os supplentes deste, que assignam estes estatutos como incorporadores, terão o direito a 5 % sobre a importancia das accções, cuja responsabilidade assumem, de accordo com o determinado no art. 7º.

Art. 40. Dos lucros liquidos serão deduzidos annualmente:

§ 1.º Dez por cento (10 %) para dividendo aos accionistas;

Cinco por cento (5 %) para fundo de reserva.

O restante será dividido em quatro partes iguaes, sendo: duas partes addicionadas ao dividendo dos accionistas, uma repartida pelos quatro membros da directoria e a ultima para augmento do fundo de reserva.

§ 2.º Attingindo o fundo de reserva a cincoenta por cento (50 %) do capital realizado, esta ultima quota será repartida em duas partes iguaes, sendo uma para os accionistas e a outra para a directoria e o conselho fiscal.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 41. De accordo com as disposições destes estatutos, será a primeira directoria da companhia composta dos cidadãos:

Francisco Manoel Garcia, presidente.

José Paulo Nabuco Cirne, secretario.

Francisco Baptista Diniz e Silva, thesoureiro.

Antonio Joaquim de Rezende, gerente.

## Conselho fiscal

Felisbino Alfredo Guimarães.  
Serafim Luiz Duarte.  
Antonio Mendes de Almeida.

## Suplentes

Guilherme Antunes Baptista.  
Caetano Gonzaga de Souza Amorim.

Art. 42. A' companhia pertencerão todos os direitos e vantagens dos privilegios e concessões que adquirir.

Art. 43. Fica desde já a directoria autorizada a satisfazer as despesas convenientes, bem como as da incorporação da companhia.

Art. 44 e ultimo. Os accionistas, em seguida assignados, incorporadores desta companhia, reconhecendo e accetando a responsabilidade que lhes é attribuida por lei, approvam estes estatutos.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1890.— *Francisco Manoel Garcia.*—*José Paulo Nabuco Cirne.*—*Francisco Baptista Diniz e Silva.*—*Antonio Joaquim de Rezende.*—*Felisbino Alfredo Guimarães.*—*Serafim Luiz Duarte.*—*Antonio Mendes de Almeida.* (Seguem as assignaturas dos accionistas.)



## DECRETO N. 1361 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede a Samuel A. das Neves autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Iniciadora Paulista.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Samuel A. das Neves, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Iniciadora Paulista e com os estatutos que apresentou; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 12 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da sociedade anonyma — Companhia Iniciadora Paulista — a que se refere o decreto n. 1361 de 12 de fevereiro de 1891

CONSTITUIÇÃO, FINS, SÉDE, CAPITAL DA COMPANHIA E SUA DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de — Companhia Iniciadora Paulista — fica constituida uma sociedade anonyma industrial e agricola, tendo por fim :

1) Iniciar e explorar, em grande escala, a industria da extracção de feculas, de oleos vegetaes e mineraes, de fibras textis e de materiaes de construcção ;

2) Explorar e melhorar as industrias que teem por base a canna de assucar, mórmente quanto à producção do alcool.

Art. 2.º A séde da companhia é a cidade de S. Paulo, podendo ter agencias, succursaes e escriptorios filiaes em diversos pontos deste Estado e nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes.

Art. 3.º O capital é de duzentos contos de réis, dividido em mil acções do valor de duzentos mil réis cada uma, podendo ser elevado a mil contos de reis, por série; de duzentos contos cada uma, a juizo da directoria, à proporção que o desenvolvimento da companhia ou a exploração de novo ramo de industria a torne necessaria.

Art. 4.º No caso de elevação do capital, os accionistas terão preferencia na distribuição das novas acções, na proporção do numero das que possuirem ao tempo da emissão.

Art. 5.º As entradas do capital serão feitas, a primeira na razão de trinta por cento, dentro do prazo de quinze dias, depois da chamada; as demais entradas serão feitas na razão de dez por cento cada uma, com intervallo nunca menor de trinta dias.

Art. 6.º É facultada a integralização anticipada das acções, pagando os accionistas, no acto, o juro de nove por cento ao anno pelo tempo que houver decorrido do semestre em que se realizar a integralização.

Art. 7.º Os accionistas impontuaes ficam sujeitos à multa de dous por cento por mez de demora.

A administração poderá declarar em commisso as acções cujas entradas forem demoradas por mais de sessenta dias, contados da data da chamada. As acções assim declaradas serão reemittidas e o producto dellas será levado ao fundo de reserva.

Art. 8.º As acções serão inscriptas em um livro de registros e assignadas pelos directores presidente, thesoureiro e secretario, e em cada uma será mencionado o valor nominal que representarem e a importancia das prestações realizadas.

Art. 9.º As acções serão nominativas até à sua integralização, podendo ser depois convertidas em titulos ao portador; essas

acções ao portador, por sua vez, poderão ser convertidas em nominativas. Em ambos os casos será paga pelo accionista, por este serviço, uma taxa razoavel, estabelecida pela administração e cuja importancia será levada á conta de lucros sociaes.

Art. 10. A transferencia das acções só poderá ser effectuada por termo no competente livro da companhia, assignada pelo cedente e cessionario ou por procuradores com poderes especiaes para o acto.

Art. 11. A duração será de 30 annos, salvo prorogação, de accordo com deliberação da assembléa geral.

#### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 12. A assembléa geral será constituida por accionistas, que representem um quarto do capital social, no minimo. Si, no dia designado, não se reunir numero legal de accionistas, haverá nova convocação, com declaração expressa de que se deliberará com qualquer numero, seja qual for a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem.

Art. 13. A sessão, porém, da assembléa geral, que tiver de deliberar sobre alteração dos estatutos, prorogação do prazo da duração da companhia ou dissolução anticipada della e sua liquidação, deve ser constituida por numero de accionistas que represente dous terços do capital social.

Art. 14. Si, porém, na primeira reunião não comparecer numero de accionistas que represente aquella somma de capital, será convocada segunda, e si nesta segunda ainda não comparecer o numero necessario, será convocada terceira, por meio de annuncios e cartas a cada um dos accionistas, com a declaração expressa de que a assembléa deliberará com qualquer numero de accionistas, seja qual for a somma do capital representado.

Art. 15. Cada accionista terá tantos votos quantos forem o numero de cinco acções que possuir. Os possuidores de menor numero de acções ou portadores de obrigações da companhia (*debentures*) poderão assistir á reunião, fazer propostas e discutir, mas não terão voto.

§ 1.º Os possuidores de acções ao portador, para poderem fazer parte da assembléa geral, discutir, deliberar e votar, depositarão suas acções no escriptorio da companhia, com dez dias de antecedencia ao dia marcado para a reunião.

§ 2.º Os possuidores de acções, quer ao portador, quer nominativas, que as tiverem caucionadas, e por esse motivo não possam deposital-as, farão por escripto aviso dessa circumstancia dentro daquelle prazo.

§ 3.º Servirá de prova do deposito ou do aviso o recibo ou declaração do directôr-secretario ou de quem suas vezes fizer.

Art. 16. As deliberações da assembléa geral serão tomadas por maioria de votos presentes.

Art. 17. Podem deliberar a votar:

- 1) As sociedades anonymas, por um dos seus mandatarios;
- 2) As firmas sociaes, por um de seus membros;
- 3) As corporações, por um de seus prepostos;
- 4) As heranças *pro indiviso* pelo inventariante;
- 5) As mulheres casadas, por seus maridos;
- 6) Os menores ou interdictos, por seus tutores ou curadores;
- 7) Os fallidos, pelo curador fiscal ou administrador;
- 8) E os procuradores, sendo accionistas, e uma vez que o mandato confira poderes especiaes e os representados possam tomar parte na assembléa geral.

Todos os documentos comprobativos destas representações deverão ser exhibidos em assembléa geral no acto de subscrever o livro de presença.

Os administradores e fiscaes não podem ser mandatarios.

Art. 18. Não podem votar:

- 1) Os administradores para approvarem balanços, contas e inventarios;
- 2) Os fiscaes os seus pareceres;
- 3) O accionista a avaliação, ou quaesquer vantagens, que privada e exclusivamente lhe interessem.

Art. 19. Compete á assembléa geral:

- 1) Discutir e deliberar sobre as contas e relatorios da directoria e sobre os pareceres do conselho fiscal;
- 2) Eleger a directoria e o conselho fiscal;
- 3) Resolver sobre todos os assumptos de interesse social, que não estiverem expressamente commettidos á directoria ou ao conselho fiscal;
- 4) Deliberar a respeito do maior augmento do capital da companhia, dissolução ou prorrogação do prazo della e reforma de estatutos;
- 5) Deliberar a respeito de qualquer proposta offerecida por algum accionista, pela directoria ou conselho fiscal.

Art. 20. Haverá uma sessão ordinaria annual da assembléa geral no mez de agosto para tomar conhecimento das materias, que lhe são affectas pelos presentes estatutos, e das propostas, indicações e assumptos, que forem submettidos ao seu conhecimento e que não forem da competencia exclusiva da directoria ou do conselho fiscal.

Art. 21. No caso de não ter sido convocada a assembléa geral ordinaria até tres mezes depois do prazo marcado no artigo anterior, qualquer accionista poderá exigil-a da administração; e, no caso de não ser attendido, poderá fazer a convocação, declarando isso mesmo nos annuncios respectivos.

Art. 22. A administração apresentará á assembléa geral ordinaria o relatorio, contas da administração e parecer da commissão fiscal, para serem discutidos e approvados.

A approvação das contas importa plena e geral quitação para a administração da companhia.

Art. 23. Haverá tantas reuniões da assembléa geral extraordinária quantas forem julgadas necessárias pela directoria, conselho fiscal, ou requeridas por um numero de accionistas, que represente um quinto, pelo menos, das acções emitidas.

Paragrapho unico. Nestas reuniões só se poderá tratar do assumpto para que tiver sido convocada a assembléa geral.

Art. 24. A convocação da assembléa geral será sempre fundamentada e annunciada pela imprensa, por mais de uma vez, sendo a primeira vez com antecedencia nunca menor de 15 dias. Este prazo será reduzido a cinco dias, quando se tratar da segunda ou terceira convocação.

Art. 25. As assembléas geraes serão presididas pelo director-presidente da companhia, ou seu substituto, o qual chamará para secretarios dous accionistas presentes e constituirão a mesa directora dos trabalhos.

#### ADMINISTRAÇÃO

Art. 26. A companhia será administrada e dirigida por uma directoria composta de quatro membros, que se denominarão directores, sendo um presidente, outro director technico, outro thesoureiro e outro secretario, eleitos em assembléa geral de entre os accionistas que possuirem 50 acções pelo menos.

Art. 27. O director-presidente será substituido em seus impedimentos pelo director-secretario, thesoureiro e technico, segundo a ordem em que estão mencionados.

Art. 28. O mandato da directoria durará por quatro annos, podendo ser reeleita em todo ou parte.

Art. 29. Antes de entrar em exercicio, cada director é obrigado a garantir a sua gestão mediante a caução de 50 acções da companhia, que ficarão inalienaveis enquanto exercer o cargo e não forem approvadas as respectivas contas.

Art. 30. A directoria não poderá funcionar sem a presença de tres de seus membros. As suas decisões serão tomadas por maioria de votos. No caso de empate o director-presidente terá, além do seu voto, voto de qualidade.

Art. 31. No caso de vaga ou impedimento justo, por mais de dous mezes, de algum dos membros da directoria, os demais directores em exercicio designarão, de entre os accionistas que possam ser directores, um substituto para exercer o cargo.

No caso, porém, de vaga compete à assembléa geral em sua primeira reunião fazer a eleição definitiva.

Art. 32. Presume-se ter renunciado o cargo o director que, sem motivo justo e por mais de tres mezes consecutivos, deixar de exercel-o.

Art. 33. Tambem se dá renuncia do cargo no caso do director eleito ou designado dentro do prazo de 30 dias, depois da eleição ou designação, não prestar a devida caução.

Art. 34. Não podem servir conjunctamente na administração pae e filho, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes até ao 2º grão e os membros da mesma firma social.

Art. 35. A administração ficam conferidos os poderes necessários para praticar todos os actos de livre gestão, relativos aos fins e objectos da companhia — para representá-la em juízo e fóra d'elle, em todas as questões em que ella for interessada, podendo transigir, celebrar contractos, hypothecar ou empenhar bens sociaes, contrahir empréstimos por meio de obrigações ao portador (*debentures*), realizar quaesquer operações de credito e todas as mais que julgar de vantagem e interesse para a companhia, adquirir e alienar bens, transferir direitos e privilegios da companhia, dispôr e ordenar todos os serviços e operações com plenos, geraes e especiaes poderes.

Art. 36. A companhia terá um conselho fiscal, composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente na primeira reunião da assemblea geral ordinaria, dentre os accionistas que possuirem, pelo menos, 20 acções.

Art. 37. A administração poderá ouvir o parecer do conselho fiscal e pedir-lhe o mesmo por escripto em todas as questões, que lhe são affectas e que lhe incumbe resolver.

Art. 38. Os honorarios annuaes da administração ficam arbitrados em 6:000\$ ao director tecnico, 4:000\$ ao director presidente e em 3:000\$000 aos demais. Estes honorarios serão pagos mensalmente, a começar da installação da companhia.

#### LUCROS E DISTRIBUIÇÃO

Art. 39. Serão considerados lucros sociaes: os productos liquidos das operações mencionadas no art. 1º e os das operações que forem realizadas pela directoria, em virtude das disposições do art. 35.

Art. 40. Estes lucros, effectivamente verificados em cada semestre, serão distribuidos do seguinte modo: dez por cento serão levados a fundo de reserva até completar vinte e cinco por cento do capital social, computando-se nesta quota o producto das acções cahidas em commisso, segundo o art. 7º.

O excedente dos dez por cento será destinado aos dividendos, salva a disposição do art. 38.

Art. 41. Os dez por cento destinados ao fundo de reserva serão divididos em duas partes iguaes: a 1ª será sempre destinada ao fundo de reserva; a 2ª poderá ser applicada à regularização dos dividendos, quando estes não attingirem a seis por cento.

Nestes casos o fundo de reserva será reconstituído nos semestres immediatos com o excesso de renda, ou como for determinado pela assemblea geral ordinaria em sua primeira reunião.

Art. 42. Os dividendos não reclamados não vencem juros e no fim de cinco annos reverterão em beneficio do fundo de reserva.

Art. 43. O fundo de reserva poderá ser constituido, a juizo da directoria, em titulos que offereçam garantia real e é

destinado a fazer face ás perdas que venha a soffrer o capital e a quaesquer outros prejuizos supervenientes, devendo sempre ser reconstituído, quando desfalcado.

## DISPOSIÇÕES PERMANENTES

Art. 44. A administração fica constituida com poderes amplos e especiaes para requerer aos poderes publicos quaesquer medidas que considere convenientes aos interesses da companhia.

Art. 45. A companhia, além dos estabelecimentos agricolas e industriaes, necessarios para a realização de seus fins, poderá possuir edificios proprios para estabelecimento de sua administração e de suas agencias, succursaes e escriptorios filiaes.

Art. 46. Os casos não previstos nestes estatutos serão regidos pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e mais disposições em vigor, que regulam as sociedades anonymas.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 47. Os accionistas acceitam e reconhecem a responsabilidade legal que lhes advem pela fundação da sociedade anonyma, denominada Companhia Iniciadora Paulista, approvam estes estatutos, e nomeam para o primeiro quadriennio os accionistas :

Dr. Samuel das Neves, engenheiro, director-presidente.

Dr. Guilherme Candido Xavier de Brito, engenheiro, director-technico.

Dr. Delphim Carlos Bernardino Silva, advogado, director-secretario.

Dr. João Ribeiro Marcondes Machado, advogado, director-thesoureiro.

## Conselho fiscal

Cicero Bastos, capitalista.

Manfredo Meyer, capitalista.

Dr. Bento Ribeiro dos Santos Camargo, advogado.

## Supplentes

Dr. Paulo Ferreira Alves, capitalista.

Dr. Joaquim Prado de Azambuja, capitalista.

Camillo José de Sampaio, capitalista.





Generalissimo — Si os meios disponíveis d'entre as attribuições do Governo para acudir aos males provenientes da agiotagem são limitados e indirectos, não lhe sendo licito attentar contra os principios de liberdade em que se molda o regimen das sociedades anonymas, como em outra occasião já foi ponderado em vossa presença, não é menos exacto que deve o Governo reprimir, quanto possivel, os abusos que podem advir e que de facto ha em muitas destas transacções, com manifesto prejuizo da riqueza publica e particular.

Entre estes abusos, o mais reprehensivel é o que communmente se verifica no modo por que se incorporam a maior parte das companhias.

Publica-se um prospecto attrahente, mas conciso, omitindo-se cautelosamente a importancia da commissão e outras despesas em vantagem dos fundadores ou incorporadores, ordinariamente tirados sobre a totalidade do capital subscripto, importando ás vezes em centenas ou milhares de contos de réis, conforme o valor nominal das subscripções.

Omitte-se o preço ou o custo dos contractos, concessões e favores adquiridos para base das operações das companhias.

Os incorporadores adquirem dos concessionarios de qualquer contracto ou serviço, por um determinado preço, a transferencia para a companhia, mas pelo decuplo ou mais do preço que realmente pagam.

Assim, lucram não só a pingue porcentagem da incorporação, como tambem a differença do preço da cessão de taes contractos, propriedade, fazendas, fabricas, casas commerciaes, etc.

Raramente o incorporador assume a responsabilidade da companhia por elle incorporada, porque sabe que, onerada ella com o excessivo preço das acquisições, não póde dar grande vantagem aos accionistas.

Estes, porém, que subscrevem as acções com o proposito de vendel-as, antes mesmo de realizar a primeira entrada, não indagam das condições onerosas das companhias incorporadas, nem teem meios de fazel-o, porque nem mesmo o projecto de estatutos é submettido ao seu exame, sinão mediante rapida leitura feita pelo secretario da assembléa de installação.

Assignam previamente listas avulsas approvando estatutos que não conhecem nem lhes são apresentados no acto em que subscrevem as acções. E até muitas vezes taes estatutos se organizam depois de encerrada a subscripção das acções e approvados previamente os projectos de estatutos que devam ser organizados.

Os dividendos de 20 e 30 % annunciados por algumas companhias no fim do semestre, sem que nada assentassem, é facto que demonstra provirem elles do jogo e não do legitimo proveito de operações, a que essas companhias se destinavam.

O incentivo de taes dividendos procedentes de semelhante origem constitue perigo publico, acarretando desastrosas liquidações, sem proveito efficaz para o progresso real do paiz.

A febre da agiotagem proporciona, é verdade, rapida fortuna para alguns individuos; mas desvia do verdadeiro emprego

capitais enormes, e produz crises que, de envolta com gravísimos prejuízos particulares, abalam o crédito publico.

A riqueza publica e o progresso, que esse movimento parece indicar, são fictícios, ephemeros e ruinosos.

As vendas a prazo exigem providencias para reprimir abusos, que se praticam no aventureiro systema de agiotagem presentemente inaugurado.

A differença nas cotações entre a venda a prazo e a venda a dinheiro apresenta excesso condemnavel; e taes são as desproporções no preço, que não guardam relação entre o juro razoavel do desconto e o lucro das operações effectuadas a prazo. Não deve continuar tal estado de cousas sem que o poder publico procure melhorar as condições do negocio, para que a inexperiencia e a ambição de rapida fortuna não produzam victimas.

Estas ligeiras considerações bastam para demonstrar a necessidade de acautelar a desidia de incautos e temerarios subscriptores de acções e reprimir um dos maiores abusos praticados na organização das companhias.

Tenho, pois, a subida honra de apresentar á vossa consideração o decreto junto.

Capital Federal, 14 de fevereiro de 1891. — *T. de Alencar Araripe.*

DECRETO N. 1362 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Providencia sobre a organização das sociedades anonymas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, decreta:

Art. 1.º As sociedades anonymas, para abrirem subscrição publica, formarão os seus prospectos, nos quaes se deverão declarar os nomes das pessoas que preliminarmente se associarem para constituil-a.

Art. 2.º Nos mesmos prospectos se mencionarão por suas datas:

1.º Os contractos em que se basearem, si os houver, e os que tiverem sido feitos com incorporadores, syndicatos ou outras quaesquer entidades civis;

2.º As sommas que se devem desembolsar por compras, commissões, porcentagens ou quaesquer outros encargos.

Art. 3.º Os prospectos serão acompanhados do projecto de estatutos.

§ 1.º Todos os documentos a que se referirem os ditos prospectos ficarão depositados no escriptorio do incorporador, para serem examinados por quem deseje subscriver.

§ 2.º A subscrição só poderá effectuar-se oito dias depois de feito esse deposito.

Art. 4.º Os documentos serão assignados pelo incorporador e interessados, e servirão para instrucção do registro na Junta Commercial.

Art. 5.º Os documentos de que tratam os artigos antecedentes serão exhibidos na assemblea constituinte da sociedade; e com a acta da sua constituição, e certidão do deposito de que trata o art. 10, servirão para o registro, que se fará na Junta Commercial dentro de um mez.

Art. 6.º Si dentro de seis mezes da constituição da sociedade anonyma esta não começar as suas operações, considerar-se-ha *ipso facto* dissolvida.

Art. 7.º Os fundadores ou incorporadores de sociedades anonymas, os cedentes de contractos, feitos com o poder publico, que auferirem vantagens, sob a forma de venda, commissão ou porcentagem a deduzir do capital, pagarão 5% do valor da venda, commissão ou porcentagem.

Art. 8.º Este pagamento se fará no Thesouro Nacional, com guia dos incorporadores; e o registro na Junta Commercial só se fará depois de realizado tal pagamento, que se effectuará dentro de 30 dias, depois de constituida a sociedade.

Art. 9.º Os fundadores ou incorporadores respondem *bona fide* collectivamente pelas declarações dos prospectos, fazendo-se efectiva a responsabilidade civil ou criminal, como no caso caiba.

Art. 10. E' permittida a definitiva constituição das sociedades anonymas, quando estiver subscripto todo o capital e realizada a sua decima parte em dinheiro, sendo permittida a negociação de suas acções tão somente quando estejam realizados 40 % do capital.

Art. 11. As vendas de acções ou cessões de direito a acções a prazo pagarão 3 % do valor nominal de cada acção que fizer objecto da transacção ou transferencia de contracto.

§ 1.º Este imposto será satisfeito por estampilhas inutilizadas pelo corretor nos respectivos contractos que derem aos mutuarios ou pelo vendedor, quando o contracto for directamente por este celebrado.

§ 2.º A falta de pagamento deste imposto importa a nullidade da transacção.

Art. 12. Os dividendos superiores a 12 %, com esta ou outra qualquer denominação, como — *bonus* —, integralização —, etc., pagarão 2 % do excesso, deduzidos no acto do pagamento ou distribuição pelos accionistas.

Art. 13. Em tudo quanto não esteja alterado por este decreto, subsiste a lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, o decreto n. 8821 de 30 do mesmo mez e anno, e o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

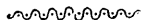
Art. 14. Este decreto terá execução desde a sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3.ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

T. de Alencar Araripe.



## DECRETO N. 1363 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva a planta apresentada pela Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* para a desapropriação por utilidade publica do terreno da rua do Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço de esgotos do bairro do Jardim Botânico.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve approvar a planta apresentada pela Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* para a desapropriação por utilidade publica do terreno da rua do Dr. Dias Ferreira, necessario ao estabelecimento da casa de machinas para o serviço dos esgotos do bairro do Jardim Botânico.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1364 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Abre ao Ministerio da Marinha um credito extraordinario de cinco mil contos de réis para renovar o material fluctuante da Armada.

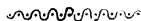
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro da Marinha sobre a necessidade que, de longa data, se tem reconhecido, de reconstruir o material fluctuante da Armada, o que hoje se torna mais urgente em vista do estado em que se acham os navios de guerra; e attendendo a que não é possivel desde já conceder-se a somma de quinze mil contos de réis (15.000:000\$), em que importarão as despesas para semelhante *desideratum*, mas que se chegará a esse resultado, dotando-se em tres exercicios consecutivos o mesmo Ministerio com a somma de cinco mil contos de réis (5.000:000\$), resolve abrir um credito de cinco mil contos de réis (5.000:000\$) com a supramencionada applicação no exercicio em vigor.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



DECRETO N. 1365 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Suspende temporariamente as baixas das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

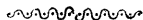
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, resolve suspender temporariamente, enquanto não ficar completo o Corpo de Marinheiros Nacionais, as baixas a que tiverem direito as praças que concluirem o tempo de serviço, marcado no regulamento annexo ao decreto n. 673 de 21 de agosto de 1890, devendo, porém, o novo tempo ser contado como de reengajadas, com as vantagens estabelecidas no mesmo decreto e deduzido daquelle a que são obrigadas a servir na reserva.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1366 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito de 15.000:000\$000 para as despesas do exercicio de 1891, ficando revogado o decreto de 12 de novembro que concedeu, o de 14.059:190\$873.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro da Marinha e reconhecendo a insufficiencia dos creditos concedidos por decreto n. 998 A, de 12 de novembro de 1890, para acudir ás despesas do mesmo Ministerio durante o exercicio de 1891, conforme se vê da inclusa demonstração organizada pela Contadoria da Marinha, resolve conceder o credito de quinze mil contos de réis (15.000:000\$000) para taes despesas, ficando revogado o citado decreto, que concede o de 14.059:190\$873.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1367 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita por decreto n. 761 de 19 de setembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo a que os cidadãos Candido da Fonseca Vianna, Caetano Mascarenhas e Francisco Domingues Gontijo, concessionarios, por decreto n. 761 de 19 de setembro de 1890, de um engenho central de assucar e alcool de canna na freguezia de Jequitibá municipio de Sete Lagoas, estado de Minas Geraes, não cumpriram as condições estipuladas nas clausulas daquelle decreto, resolve declarar caduca a mesma concessão.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1368 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o engenho central de Jacarépaguá.

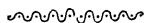
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o engenho central de assucar e alcool de canna em Jacarepaguá, constante do decreto n. 618 de 2 de agosto de 1890, por falta de cumprimento das condições estabelecidas com o mencionado decreto e do regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1369 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão feita por decreto n. 728 de 6 de setembro de 1890.

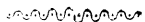
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo a que o cidadão João Manoel de Almeida Barbosa, concessionario, por decreto n. 728 de 6 de setembro de 1890, de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Campinas, Estado de S. Paulo, deixou de cumprir as condições estipuladas nas clausulas que baixaram com o mencionado decreto, resolve declarar caduca a mesma concessão.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3<sup>o</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1370 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Transfere à Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil a concessão constante do decreto n. 758 de 18 de setembro de 1890 e n. 795 de 27 de setembro de 1890, relativos ao arrazamento do morro do Castello.

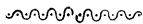
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram os concessionarios das obras do arrazamento do morro do Castello, Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio e Manoel Mato, transfere à Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, com todos os onus e vantagens, a concessão constante do decreto n. 758 de 18 de setembro de 1890, com a alteração feita pelo decreto n. 795 de 27 de setembro de 1890 e relativa às mencionadas obras.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1371 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara que o archipelago de Fernando de Noronha continúa a pertencer ao Estado de Pernambuco.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro da Justiça, e considerando:

Que o archipelago de Fernando de Noronha recebeu de Pernambuco os seus primeiros povoadores nos primeiros annos do seculo XVII;

Que o governo da capitania de Pernambuco por duas vezes, em 1630 e 1654, expulsou os holandezes que se haviam apossado da



principal das mesmas ilhas, primitivamente denominada S. João por seu descobridor Fernão de Noronha ;

Que foi por iniciativa do governador e capitão general de Pernambuco Caetano de Mello e Castro e com auxilio da Camara Municipal do Recife, que a carta régia de 7 de setembro de 1696 tomou as primeiras providencias para o povoamento e fortificação da ilha principal ;

Que a carta régia de 24 de setembro de 1700 determinou que a ilha de Fernando de Noronha ficaria pertencendo à capitania de Pernambuco ;

Que foi o governador dessa capitania Henrique Luiz Pereira Freire quem defendeu o mesmo archipelago contra a invasão da companhia oriental franceza, que se havia apoderado em 1736 da ilha de Fernando de Noronha, à qual dera o nome de—Isle Delphine—, sendo de alojados os francezes e construidos os fortes dos Remedios, Santo Antonio e Conceição, além de iniciados os trabalhos agricolas pela expedição que o dito governador mandou em 1737 sob o commando do tenente-coronel João Lobo de Lacerda ;

Que pelo mesmo governador foi organizado em 1739 o governo militar e economico da ilha, desde então designada—Presidio de Fernando de Noronha ;

Que durante todo o regimen colonial o archipelago de Fernando de Noronha continuou sujeito ao governo de Pernambuco ;

Que, proclamada a independencia do Brazil, foi o presidente de Pernambuco quem nomeou o commandante do presidio, e expediu as instrucções de 5 de fevereiro de 1824 para a administração local ;

Que a unica lei patria que autorizou cumprimento de pena na ilha de Fernando de Noronha, a de 3 de outubro de 1833, arts. 8º e 9º, designando-a para degredo dos fabricadores e introductores de moeda falsa e falsificadores de notas, cautelas, cedulas, e mais papeis fiduciarios da nação ou de banco, assim como os decretos n. 196 de 1 de fevereiro e n. 802 A de 4 de outubro de 1890, na parte em que mandam alli recolher, além dos moedeiros falsos, os contrabandistas, já estão implicitamente revogados pelo art. 43 do novo Código Penal que não admittiu a pena de degredo, e pelas disposições do Título VI, capitulos 1º e 2º, e Título VII, do livro 2º do mesmo Código que punem taes criminosos com a prisão cellular ;

Que, em virtude do art. 3º, paragrapho unico, n. 2 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, deixou de ser a ilha de Fernando de Noronha um presidio militar, reconhecendo o legislador a desnecessidade de continuar a pratica, aliás não autorizada por lei, de mandar para alli réos de crimes militares, condemnados a galés ou trabalhos forçados, visto não proseguirem as obras de fortificação em que dantes eram empregados, e já está revogado o decreto n. 3413 de 11 de fevereiro de 1865 ;

Que, abolidas as penas de galés e degredo, e não havendo lei alguma vigente que designe Fernando de Noronha para cumpri-

mento de penas, cessaram os motivos pelos quaes em 1877 foi posto esse estabelecimento sob a administração do Ministerio da Justica, não podendo prevalecer os decretos do poder executivo, que, por conveniências transitorias, autorizaram a transferencia para aquelle presídio de outras classes de criminosos, mencionados nos decretos n. 2375 de 5 de março de 1859 e n. 9356 de 10 de janeiro de 1885 em varios avisos e ordens provisórias;

Que com o systema federativo e posto em execução o Código Penal, nenhum Estado ou o Districto Federal pôde ter o direito ou a obrigação de condemnar os criminosos a degredo em territorio de outro Estado, só ao Congresso competindo designar uma certa parte do territorio para estabelecimentos da União;

Que o archipelago de Fernando de Noronha pertence a Pernambuco desde 1700, e sempre esteve sob a jurisdição das autoridades do Recife;

Que o decreto n. 854 de 13 de outubro de 1890, cuja exposição de motivos, na parte em que affirma ser o archipelago pertencente à União Brasileira, só significa que elle constitue territorio do Brazil, como o de todos os Estados, não estando discriminada por lei qualquer fracção territorial que deva pertencer à União, e na parte que suggeria a conveniencia de ficar o archipelago sujeito à autoridade e justiça federal, se fundava na legislação, actualmente revogada, que impunha pena de degredo para a ilha de Fernando de Noronha, deve ser entendido e executado, de accordo com o disposto no art. 224 do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890, que declarou pertencer a justiça alli constituida ao Estado de Pernambuco, reconhecendo assim o seu direito e jurisdição no territorio do archipelago;

Decreta:

Art. 1.º O territorio do archipelago de Fernando de Noronha continua a pertencer ao Estado de Pernambuco.

Art. 2.º As attribuições conferidas ao Ministerio da Justiça, em relação ao mesmo archipelago, passarão a ser exercidas pelo Governador do Estado de Pernambuco, desde que este se organizar, e emquanto de outra fôrma não determinar o seu poder legislativo, guardadas as disposições da Constituição Federal e leis do Congresso Nacional.

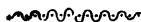
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o façam executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1372 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um commando superior de Guardas Nacionais nas comarcas de Itabaiana e Umbuzeiro, no Estado da Parahyba.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. E' creado nas comarcas de Itabaiana e Umbuzeiro, no Estado da Parahyba, um commando superior de Guardas Nacionais, que se comporá de dous batalhões de infantaria, de seis companhias cada um e com as designações de 32º e 33º, formados com os guardas nacionais do serviço activo qualificados nas referidas comarcas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1373 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa uma secção de batalhão do serviço da reserva da Guarda Nacional na comarca do Pilar, no Estado da Parahyba.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

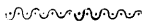
Artigo unico. Fica creada na comarca do Pilar, do Estado da Parahyba, uma secção de batalhão do serviço da reserva da Guarda Nacional, a qual se comporá de quatro companhias, com a designação de 8ª, e será organizada nas freguezias da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1374 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Eleva o numero de companhias do batalhão n. 104 da Guarda Nacional da comarca de Cannavieiras no Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

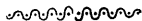
Artigo unico. Fica elevado a oito, nos termos do art. 4º do decreto n. 5573 de 21 de março de 1874, o numero das seis companhias com que foi creado o batalhão de infantaria n. 104 do commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1375 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa uma secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional na comarca de Cannavieiras, do Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Cannavieiras, do Estado da Bahia, uma secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional, a qual se comporá de quatro companhias, com a designação de 12ª, e será organizada na freguezia de Nossa Senhora do Carmo de Belmonte; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1376 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a M. Freitas Paranhos para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu M. Freitas Paranhos, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff, e com os estatutos que apresentou; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Estatutos da Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff, a que se refere o decreto n. 1376 de 14 de fevereiro de 1891.**

CAPITULO I

DA COMPANHIA, SEUS FINS, SÊDE, DURAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia de Distillação e Aguas Mineraes Christoffel & Stupakoff fica creada uma sociedade anonyma, que se regerá pela legislação em vigor, cuja sêde será na capital do Estado de S. Paulo, pelo prazo de trinta annos, sendo o seu capital de dous mil cento e cincoenta contos de réis, dividido em dez mil setecentas e cincoenta acções, de duzentos mil réis cada uma, podendo ser elevado independente de autorização da assembléa geral até tres mil contos, e podendo ser integralizadas com 50 %.

Art. 2.º São fins da companhia:

1.º A fabricação e importação de bebidas alcoolicas e bem assim de aguas mineraes;

2.º A montagem de alambiques para fabricação de aguardente, quando julgar conveniente a directoria ;

3.º Operar em qualquer industria congenere com os fins da companhia e que for de interesse para a mesma.

## CAPITULO II

### DOS ACCIONISTAS

Art. 3.º O accionista da companhia todo o possuidor de acção, devidamente inscripta no respectivo registro da companhia.

Art. 4.º A companhia não reconhece mais do que um proprietario em cada acção e, quando, por qualquer motivo ou titulo, uma acção pertencer a mais de uma pessoa, ficarão, a respeito daquella acção, suspensos todos os direitos, até que uma pessoa ou entidade legalmente represente todos os co-participantes na mesma acção.

Art. 5.º As acções integralizadas poderão passar ao portador e vice-versa.

Art. 6.º Os accionistas que transferirem acções em caução ou penhor mercantil conservam o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os respectivos dividendos, salvo estipulação em contrario devidamente communicada á companhia pelos interessados.

Art. 7.º O accionista é responsavel pelo capital que subscrever em acções e o que não realizar as suas entradas nos prazos annunciaes, ou dentro dos 30 dias subsequentes, incorrerá na multa de 10 1/2 %, á deliberação da directoria, na pena de commisso.

§ 1.º Enquanto, porém, não for declarado o commisso, terá o accionista o direito de fazer as suas entradas em atrazo e mais 1 1/2 % de multa por mez de demora.

§ 2.º Declarado o commisso, perde o accionista, em favor da companhia, as entradas já feitas por conta das respectivas acções.

§ 3.º As acções calhidas em commisso ficarão para o fundo de reserva ou serão vendidas por deliberação da directoria e o producto liquido levado á conta de fundo de reserva.

§ 4.º A pena de commisso é acto reservado da directoria, que a imporá ou não livremente. Na negativa proceder-se-ha contra o accionista judicialmente para haver o capital das acções em atrazo e mais as multas nos termos deste artigo e seus paragraphos.

Art. 8.º Logo depois de determinado o primeiro semestre do anno, a directoria, em vista da renda conhecida da companhia, fará distribuir um dividendo provisorio, o qual será fixado de accordo com o conselho fiscal, e se considerará definitivo e completo com o dividendo autorizado pela assembléa geral.

## CAPITULO III

## DA ASSEMBLÉA GERAL.

Art. 9.º A assembléa geral é a reunião dos accionistas, inscriptos no registro da companhia, com antecedencia minima de 30 dias, regularmente convocados e em numero que represente, pelo menos, um quarto do capital social, nos casos ordinarios e dous terços nos extraordinarios.

A assembléa geral reunir-se-ha uma vez por anno no mez de março e extraordinariamente sempre que for convocada.

§ 1.º A reunião ordinaria terá por fim a discussão e deliberação sobre as contas da administração e parecer do conselho fiscal, a eleição da directoria e dos fiscaes, conhecimento e decisão de qualquer negocio de interesse para a companhia.

§ 2.º Nas reuniões extraordinarias não se poderá deliberar sobre assumpto alheio ao da convocação.

§ 3.º As convocações serão sempre motivadas, indicando-se nos annuncios a ordem do dia e o objecto da reunião.

Art. 10. A assembléa geral será installada e presidida pelo presidente da companhia, que chamará dous accionistas para vogaes, os quaes serão incumbidos de verificar o numero de accionistas presentes, contar os votos, fazer a apuração dos mesmos, ler o expediente e redigir as actas, lavrando-as no livro competente.

Art. 11. O presidente e os dous vogaes constituem a mesa, competindo a esta designar a ordem do dia e manter a devida regularidade nos trabalhos.

Art. 12. As votações serão feitas em geral *per capita*, e sempre por maioria relativa.

§ 1.º O presidente da assembléa geral, além do seu voto ordinario, terá o de qualidade.

§ 2.º Nenhum dos membros da directoria poderá votar em materia que tenha relação com os actos da administração.

§ 3.º Basta o requerimento de um accionista para que a votação tenha logar por acções, sendo este requerimento independente de approvação da assembléa.

§ 4.º As eleições serão feitas por acções e por escrutinio secreto.

§ 5.º Cada accionista terá direito a um voto por 10 acções até 50 votos, qualquer que seja o numero de acções que possuir.

§ 6.º O accionista que tiver menos de 10 acções poderá comparecer à assembléa e discutir, mas não terá voto deliberativo.

Art. 13. Compete à assembléa geral :

Exercer as attribuições definidas nestes estatutos; deliberar sobre a reforma dos mesmos, prorrogação do prazo, dissolução, liquidação, e em geral sobre todos os negocios da companhia.

## CAPITULO IV

## DA DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 14. A directoria será composta de tres directores, eleitos pela assembléa geral.

Entre si elles escolherão o presidente, o thesoureiro e o secretario.

Art. 15. O mandato da directoria é de cinco annos, podendo ser prorogado.

§ 1.º Quando algum director se achar impedido por mais de 60 dias, os outros, em exercicio, chamarão um accionista para exercer o cargo interinamente durante aquelle impedimento; si, porém, se der o facto quando já houver em exercicio dous directores interinos, a commissão de contas será ouvida na escolha do terceiro.

§ 2.º Si algum director eleito não aceitar o cargo depois de dissolvida a assembléa geral que houver eleito, ou si elle vier a resignar o cargo ou a fallecer, se procederá como no caso do paragrapho precedente, exercendo o accionista chamado para preencher a vaga as funcções de director até à primeira reunião da assembléa geral, á qual cabe prover definitivamente o cargo pelo resto do tempo do mandato da directoria.

Art. 16. Como mandatarios, os directores são solidariamente responsaveis por sua gestão, nos termos da legislação em vigor, cessando essa responsabilidade quanto ao periodo de que prestarem contas, desde que estas forem approvadas pela assembléa geral, salvas excepções da lei.

Art. 17. Cada director, antes de entrar em exercicio, como titular ou interino, deverá depositar no cofre da companhia 50 acções em caução de sua gestão.

Art. 18. São attribuições e deveres da directoria :

Administrar, superintender e fiscalizar, collectiva e individualmente, os interesses da companhia e exercer todas as attribuições inherentes ao mandato, especificadas ou não nestes estatutos.

Art. 19. O presidente será, em seus impedimentos, substituido pelo vice-presidente, e na falta deste pelo thesoureiro.

Art. 20. Os directores perceberão os vencimentos annuaes de . . . . contos de réis cada um, que serão escripturados em despesas geraes da companhia.

Art. 21. Ao conselho fiscal compete :

1.º Zelar pela restricta execução dos estatutos e resoluções da assembléa geral ;

2.º Examinar os balanços e contas, contractos, inventarios e apresentar á assembléa geral, juntamente com o relatorio da directoria, o seu parecer, com as observações que julgar convenientes, denunciando os erros, fraudes ou faltas que possam haver.



Art. 22. A comissão fiscal será composta de tres membros eleitos annualmente pela assembléa geral.

Na mesma occasião elegerá a assembléa tres supplentes que substituirão os titulares, em sua falta ou impedimento, na ordem da votação ou na ordem do numero de acções que lhes pertencerem no caso de igualdade de votos.

Art. 23. Para exercer o cargo de membro da comissão fiscal, o accionista eleito deverá possuir 25 acções. Cada membro em exercicio perceberá o vencimento annual de 1:200\$, que será lançado á conta de despesas geraes.

Art. 24. Os deveres e attribuições da comissão fiscal são, além do que fica estabelecido nestes estatutos, os que determina a lei de sociedades anonymas, competindo-lhe mais, quando julgar conveniente, reclamar da directoria circumstanciadas informações sobre o estado dos negocios sociais.

## CAPITULO V

### DOS LUCROS DA COMPANHIA, DIVIDENDOS, FUNDO DE RESERVA

Art. 25. Só se fará dividendo aos accionistas dos lucros liquidados das operações da companhia, effectivamente concluidos no semestre.

Art. 26. Do prolecto liquido semestral deduzir-se-hão 10 % para o fundo de reserva, 2 % para lucros suspensos, 5 % para fundo de integralização, e do restante far-se-ha o dividendo.

§ 1.º Quando os dividendos forem superiores a 10 %, será dividida entre os incorporadores, como gratificação, metade do excesso.

§ 2.º Desde que as importancias do fundo de reserva e de lucros suspensos forem equivalentes a 50 % do capital realizado, serão divididas entre os accionistas as porcentagens que teriam de juntar-se a estas verbas, na conformidade das disposições do presente artigo.

Art. 27. Não serão distribuidos dividendos enquanto o capital desfalcar, em razão de prejuizos, não for de todo restabelecido, si para tanto não bastarem os fundos de reserva.

Art. 28. O anno financeiro para a companhia será contado pelo anno civil.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 29. Em derogação ao artigo dos estatutos, a primeira directoria será composta dos cidadãos Dr. Ignacio Wallace da

Gama Cochrane, presidente; Dr. Francisco Xavier Paes de Barros, thesoureiro; Dr. Antonio Pereira de Queiroz, secretario.

Art. 30. A directoria organizará um regimento interno, que entrará provisoriamente em execução, até a primeira reunião da assembléa geral, no qual determinar-se-hão os deveres do presidente, thesoureiro e secretario.

Art. 31. Fica a directoria autorizada a fazer aquisição das fabricas de H. Stupakoff & Comp., Guilherme Christoffel & Comp. e Villela & Comp., nas condições que julgar mais vantajosas para a companhia, podendo fazer parte dos pagamentos, em acções integralizadas.

Os incorporadores *M. Freitas Paranhos.* — *H. Bastos.*



#### DECRETO N. 1377 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva os Estudos definitivos do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Botafogo a Angra dos Reis.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro do Sapucahy cessionaria do privilegio para a construcção da Estrada de Ferro de Botafogo a Angra dos Reis, a que se refere o decreto n. 10.415 de 26 de outubro de 1889, resolve approvar os estudos definitivos do primeiro trecho da mesma estrada, com exclusão da parte que comprehende as praias de Botafogo e da Saudade, e sob a clausula de que a supramencionada companhia submeterá á approvação do Governo a escolha de outra localidade para a estação que pretendia construir naquelle littoral.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1378 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Autoriza o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a modificar o regulamento do Corpo de Engenheiros Navaes, promulgado por decreto n. 327 de 12 de abril de 1890.

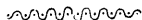
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás conveniencias do serviço, resolve autorizar o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a modificar, da forma necessaria, o regulamento promulgado por decreto n. 327 de 12 de abril de 1890, para o Corpo de Engenheiros Navaes.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1379 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Revoga o decreto n. 1090 de 23 de novembro de 1890, que concede ao engenheiro naval mais antigo, que contar 20 annos de serviço, a graduação do posto immediatamente superior.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve revogar as disposições do decreto n. 1090 de 23 de novembro de 1890, que permite que o engenheiro naval de 1ª classe mais antigo, contando 20 annos de serviço effectivo, goze do mesmo favor da graduação do posto immediatamente superior, concedido ás classes annexas do Corpo da Armada pela ultima reforma.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1380 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Fixa a Força Naval para 1891.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, decreta:

Art. 1.º A Força Naval activa para 1891 constará:

§ 1.º Dos officiaes da Armada e classes annexas que for preciso embarcar nos navios de guerra e nos transportes, conforme suas lotações, e dos estados-maiores das esquadras e divisões navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias, de quatro mil praças de pret do Corpo de Marinheiros Nacionaes, excluidas as praças das companhias de foguistas e comprehendidas as da companhia de marinheiros de Matto Grosso e de mil praças do Batalhão Naval, das quaes poderão ser embarcadas duas mil e setecentas; e em circumstancias extraordinarias, de seis mil praças destes corpos e de marinhagem. As escolas de aprendizes marinheiros terão tres mil praças.

Art. 2.º Para preencher a força decretada, proceder-se-ha na forma da lei n. 2556 de 26 de setembro de 1874, ficando o Ministro da Marinha autorizado a conceder o premio de quatrocentos mil réis aos engajados e de seiscentos mil réis aos reengajados, e, em circumstancias extraordinarias, a contractar nacionaes e estrangeiros.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891, 3.ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1381 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1891

Abre um credito extraordinario de 505:000\$, para occorrer ás despesas com o pessoal e material das Inspectorias de portos maritimos.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação,

tendo ouvido o Conselho de Ministros, autoriza a abertura de um credito extraordinario de 505:000\$, afim de occorrer ás despesas com o pessoal e material das Inspectorias de portos maritimos, creadas por decreto n. 1109 de 29 de novembro de 1890 e nos termos da demonstração junta.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

*Demonstração das despesas com o pessoal e material das Inspectorias de portos maritimos, durante o exercicio de 1891, e a que se refere o decreto n. 1381 desta data.*

Importancia do 2º districto

Porto do Rio Grande do Norte		
Pessoal.....	100:000\$000	
Material.....	300:000\$000	400:000\$000
	<hr/>	

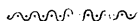
Importancia do 3º districto

Pessoal.....	30:000\$000	
Material.....	15:000\$000	45:000\$000
	<hr/>	

Importancia do 4º districto

Pessoal.....	45:000\$000	
Material.....	15:000\$000	60:000\$000
	<hr/>	
Total.....		505:000\$000
		<hr/>

Palacio do Governo Provisorio, 14 de fevereiro de 1891.—  
*Barão de Lucena.*



Generalissimo. — Pelo triplice aspecto dos interesses politico-estrategicos, maritimos e commerciaes, são de todo ponto evidentes a importancia e a urgencia da construcção de um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres, Estado do Rio Grande do Sul, bem como de uma estrada de ferro que, com o desenvolvimento maximo de 240 kilometros, haja de ligar a mesma enseada à cidade de Porto Alegre.

Trata-se de objecto de longa data estudado por engenheiros eminentes, quaes J. Hawkshaw e H. Law, e de conveniencia e de utilidade reconhecidas por marinheiros provecos, quaes Tamandaré e Inhaúma, constituindo o referido melhoramento, desde 1875, preocupação imposta ao vosso elevado espirito pelo profundo conhecimento da falta de defesa da nossa fronteira do sul.

O Brazil preza-se de cultivar com todos os seus vizinhos relações esmeradamente amigaveis, nem de nenhum ponto do horizonte internacional podemos receiar surjam difficuldades capazes de arrastar-nos a contingencia sempre dolorosa do emprego das armas.

Previsão e prudencia, porém, jámais serão em demasia para acautelar interesses supremos da defesa nacional e, para só considerar a questão por este lado, é incontestavel a necessidade da construcção de que se trata, para que da Capital Federal possam de prompto e com segurança ser encaminhadas forças e munições aos pontos ligados pela bacia do Jacuhy, Lagôa dos Patos, e Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

A isto não pôde acudir o projectado melhoramento da barra do Rio Grande do Sul, porque, para obstar-lhe a entrada, bastaria ao inimigo fazer encalhar um navio no canal.

Outro tanto não occorre ao porto das Torres, graças à sua vastidão e profundidade, condições naturaes de defesa e exequibilidade de fortificações artificiaes, tanto mais efficazes quanto a enseada demora a distancia não pequena dos mais proximos paizes estrangeiros.

Pelo que toca à navegação, constituirá o porto das Torres o unico abrigo maritimo na perigosa costa de Santa Catharina a Montevideo, devendo, pela sua posição geographica, profundidade, larguez e segurança, tornar-se escala obrigada de todos os navios que cortarem os mares sul-americanos, e offerecer refugio tranquillo contra as tempestades que açoitarem a barra, segundo a competentissima opinião dos profissionaes acima nomeados, a do mallogrado e distincto engenheiro brasileiro Honorio Bicalho, e a do finado e illustre capitão de fragata Vital de Oliveira, que tão honrosamente deixou associado o seu nome a estudos hydrographicos da costa do Brazil.

Nem são estas as unicas vantagens para esperar do grande melhoramento a que tamanho interesse tendes, providentemente, dedicado. O povoamento e a consequente utilização agricola do nordeste do Rio Grande do Sul, e sueste de Santa Catharina, regiões feracissimas, cujo desenvolvimento só à falta

de viação tem sido entorpecido, serão resultados que o mesmo melhoramento mui energicamente fomentará.

A enseada das Torres, posta em comunicação facil com a capital do Estado, será natural caminho para a immigração, que procura as colonias do norte, e que só no ultimo anno se elevou a 22.000 individuos.

A estatistica comparada do commercio do sul mostra como o movimento concentrado em Porto Alegre orça em mais de 50 % do total movimento commercial do Estado.

Dos 43.000:000\$ que attingiu o total movimento de 1885-1886, mais de 22.000:000\$ encaminham-se para Porto Alegre.

Todo este commercio procuraria, de certo, o porto das Torres, e é intuitivo como muito mais activo será no fim do prazo fixado para conclusão das obras.

Estes dados e factos economicos, que não é preciso encarecer, patenteam toda a alta importancia do porto e da estrada, cuja construção vos dignastes de autorizar pelo decreto n. 597 A de 19 de julho do anno proximo passado, e é para tornar exequivel semelhante construção que tenho a honra de propor-vos o seguinte decreto, certo, como estou, de que a garantia do capital necessario ao duplo commettimento só passageiramente acarretará para o Thesouro Nacional sacrificios, que não tardarão a ser compensados pela expansão de copiosas fontes de riqueza.

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1891. — *Barão de Lucena.*

#### DECRETO N. 1382 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera clausulas do decreto n. 597 A de 19 de julho de 1890 e concede garantia de juro annual de seis por cento ao capital necessario ás obras de que trata o mesmo decreto.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Trajano Viriato de Medeiros e Alfredo Dillon, e considerando a alta conveniencia de tornar exequivel o levantamento dos capitães necessarios á construção de um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, com estrada de ferro que ligue a mesma enseada á cidade de Porto Alegre, decreta :

Art. 1.º São modificadas as clausulas do decreto n. 597A de 19 de julho de 1890, de accordo com as que com este baixam.

Art. 2.º Aos referidos concessionarios, ou á empresa que organizarem, é concedida a garantia do juro annual de 6 %,

durante vinte annos, sobre capital que até ao maximo de 10.000:000\$ for effectivamente empregado na construcção do mencionado porto, bem como, por igual prazo, sobre o que tambem effectivamente for applicado até ao maximo de 30:000\$ por kilometro à construcção da estrada de ferro, a que se refere o alludido decreto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Palácio do Governo Provisorio, 19 de fevereiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1382 desta data**

Dentro dos limites e durante o prazo marcado pelo decreto n. 1382 desta data, faz-se-ha applicavel a garantia do juro annua] de 6 % ao capital que for fixado pelo Governo como necessario à construcção de todas as obras, quer do porto com seus accessorios, quer da estrada de ferro; à acquisição do material fixo, fluctuante e rodante; à linha telegraphica, compra de terrenos, indemnizações de bemfeitorias e outras despesas pelo Governo reconhecidas por indispensaveis ao estudo e execução das obras.

§ 1.º O capital a que se refere a presente disposição será fixado à vista do orçamento fundado nos planos e mais desenhos de caracter geral, documentos e requisitos necessarios à execução de todos os trabalhos, quer digam respeito à construcção do porto, comprehendendo os seus accessorios, taes como armazens, alpendres, pontes e guindastes; elevadores, pharões e outras obras e serviços especiaes, quer se refiram ao leito da estrada, as suas obras de arte e edificios, material fixo e rodante, linha telegraphica e officinas; o que tudo será sujeito à approvação do Governo, não devendo o capital para a estrada exceder do maximo correspondente a 30:000\$000 por kilometro. Além destes planos e mais desenhos de caracter geral exigidos; os concessionarios ou a companhia que organizarem sujeitarão à approvação do fiscal, por parte do Governo, os detalhes necessarios à construcção das obras d'arte, um mez antes de dar-se começo à obra, e si, findo esse prazo, os concessionarios ou a companhia não tive-



rem solução do fiscal, quer approvando-os, quer exigindo modificações, serão elles considerados approvados. No caso de serem exigidas modificações pelo fiscal do Governo, os concessionarios ou a companhia que organizarem serão obrigados a fazel-as ; si as não fizerem será deduzida do capital garantido a somma gasta na obra executada sem a modificação exigida.

§ 2.º Si alguma alteração for feita em um ou maior numero dos ditos planos, desenhos, documentos e requisitos já approvados pelo Governo, sem consentimento deste, os concessionarios ou a companhia que organizarem perderão o direito à garantia de juros sobre o capital que se tiver despendido na obra executada, segundo os planos, desenhos, documentos e mais requisitos assim alterados.

Si, porém, a alteração for feita com approvação do Governo e della resultar economia na execução da obra, construida segundo a dita alteração, a metade da somma resultante desta economia será deduzida do capital garantido.

Por estudos e planos, quanto ao porto, comprehende-se a planta, projecto e orçamento com detalhes e especificações, que deem perfeita idéa do projecto e completa justificação do orçamento, com sondagens, não só determinando a profundidade da agua na planta, como a natureza do terreno subjacente em que houver de estabelecerem-se os fundamentos das obras ; as observações de marés, correntes, ventos e regimen de areias e outros indispensaveis ao perfeito conhecimento das condições do local para os fins desta concessão, typos e systemas deapparelhos, guindastes, etc., tudo acompanhado de memoria expositiva e justificativa.

## II

A garantia de juros far-se-ha effectiva, em moeda nacional, livre de qualquer imposto, em semestres vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno, e pagos dentro do terceiro mez depois de findo o semestre, durante o prazo de 20 annos. pela seguinte fórmula :

§ 1.º Enquanto durar a construcção das obras os juros de 6 % serão pagos sobre as quantias que tiverem sido autorizadas pelo Governo e recolhidas a um estabelecimento bancario, para serem empregadas à medida que forem necessarias.

As chamadas limitar-se-hão às quantias exigidas pela construcção das obras em cada anno. Para esse fim os concessionarios ou a companhia que organizarem apresentarão ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, dous mezes antes do começo das obras, o seu respectivo orçamento, quer para as obras do porto, quer para as da estrada, o qual será fundado sobre as mesmas bases em que se fundou o orçamento geral, que serviu de base para fixação do capital garantido.

Decorrido o primeiro anno da entrada das chamadas, cessarão os juros até à conclusão das obras que deviam ser executadas nesse anno; construidas ellas, continuará o pagamento dos juros.

§ 2.º Os juros pagos pelo estabelecimento bancario sobre as quantias depositadas serão creditados á garantia do Governo, e bem assim quaesquer rendas eventuaes cobradas pelos concessionarios ou pela companhia que organizarem, como sejam as de transferencias de acções, etc.

§ 3.º Nos capitães levantados durante a construcção não será incluído o custo de material rodante da estrada de ferro, nem o de machinas eapparelhos de qualquer natureza, necessarios ao seu reparo e conservação, o qual só será lançado em conta para garantia de juros seis mezes antes de serem o dito material, machinas e apparelhos, acima referidos, empregados no trafego da estrada.

§ 4.º Além da quantia necessaria á construcção das obras em cada anno, a que se refere o § 1º desta clausula, os concessionarios ou a companhia poderão fazer uma chamada de capitães no principio do primeiro anno, no valor de 10 % do capital garantido, para attender ás despezas preliminares que tiverem feito antes de encetarem-se os trabalhos da construcção.

Neste caso, os juros garantidos de 6 % ao anno serão pagos sobre as quantias que forem depositadas, a contar das datas dos depositos.

§ 5.º Entregues ao serviço publico na totalidade ou em parte a estrada de ferro ou o porto com as suas obras accessorias, os juros correspondentes ao respectivo capital serão pagos de accordo com os balanços de liquidação da receita e despeza de custeio, exhibidos pelos concessionarios ou pela companhia que organizarem, e devidamente examinados pelos agentes do Governo.

### III

A construcção das obras não será interrompida, e si o for por mais de tres mezes caducará o privilegio, a garantia e mais favores, salvo caso de força maior, julgado tal pelo Governo e somente por elle.

Si no prazo fixado não estiverem concluidos todos os trabalhos de construcção e entregues tanto o porto como a estrada de ferro ao serviço publico, os concessionarios ou a companhia que organizarem pagarão uma multa de 1 % por mez, até seis mezes, e 2 % por mez até aos seis mezes subsequentes de demora sobre as quantias despendidas pelo Governo com a garantia do juro até essa data.

E si, passados doze mezes, além do prazo acima fixado, não ficarem concluidos todos os trabalhos acima referidos e entregues ao serviço publico, ficarão tambem caducos o privilegio, a garantia e mais favores já mencionados, salvo o caso de força maior só pelo Governo como tal reconhecido.

Nenhuma prorrogação de prazo será concedida, sem que por cada mez de prorrogação paguem os concessionarios ou a companhia um conto de réis (1:000\$000).

#### IV

As despesas do custeio da estrada comprehendem as que se fizerem com o trafego de passageiros e mercadorias, com reparos e conservação do material rodante, officinas, estações e todas as dependencias da via-ferrea, taes como armazens, officinas, depósitos de qualquer natureza, e do leito da estrada e todas as obras de arte a elle pertencentes.

As despesas do custeio do porto comprehendem as que se fizerem com a carga e descarga, guarda e vigilancia das mercadorias, com reparos e conservação de todas as obras do porto e suas dependencias, taes como armazens, alpendres, depósitos, edificios e bem assim com os guindastes, elevadores e mais machinismos, material fluctuante e pharóes.

#### V

Os concessionarios ou a companhia que organizarem obrigam-se ainda:

1.º A exhibir, sempre que lhe for exigido, os livros de receita e despesa do custeio e do movimento, quer da estrada, quer do porto, e prestar todos os esclarecimentos e informações relativos ao serviço do porto e da estrada, que lhes forem reclamados pelo Governo, pelos fiscaes por parte do mesmo Governo; ou quaesquer agentes deste, competentemente autorizados: e bem assim a entregar semestralmente aos supraditos fiscaes um relatório circumstanciado do estado dos trabalhos em construcção e das estatísticas do serviço, abrangendo as despesas do custeio, convenientemente especificadas, não só adoptando-se os modelos e regras já existentes, como podendo o Governo indicar outros para as informações que os concessionarios ou a companhia que organizarem tem de prestar-lhe regularmente;

2.º A aceitar, como definitiva e sem recurso, a decisão do Governo sobre as questões que se suscitarem relativamente ao uso reciproco das estradas de ferro que lhe pertencerem ou a outra empresa, ficando entendido que qualquer accordo que celebrar não prejudicará o direito do Governo, ao exame das estipulações que effectuar e a modificação destas si entender que são offensivas ao interesse do Estado;

3.º A submeter á approvação do Governo, antes do começo do trafego da estrada e serviço do porto, o quadro de seus empregados e a tabella dos respectivos vencimentos, dependendo qualquer alteração posterior nesses quadro e tabella, de appro-

vação do Governo, o qual poderá também reduzi-los durante o tempo da garantia de juros, opvídios os concessionarios ou a companhia.

## VI

A CLÁUSULA XII DO DECRETO N. 597, A, de 19 de julho de 1890, fica substituída pela seguinte:

Os concessionarios ou a companhia que organizarem pereço-hão pelos serviços do porto e nos seus estabelecimentos as seguintes taxas :

1.<sup>a</sup> Pela carga e descarga de mercadorias e quaesquer generos nos caes que possuirem, em virtude desta concessão, 1 real por kilogramma, exceptuados apenas os objectos de grande volume e pouco peso.

2.<sup>a</sup> Pela carga e descarga, nas mesmas condições, de objectos de grande volume e pouco peso, até 3 réis por kilogramma.

3.<sup>a</sup> Por dia e metro linear de caes occupado por navios a vapor 700, réis para os dous primeiros dias e 900 réis em seguida.

4.<sup>a</sup> Por dia e por metro linear de caes occupado por navios que não sejam movidos a vapor, 500 réis.

5.<sup>a</sup> Por mez e fracção de mez e por kilogramma de mercaderia ou qualquer genero que houver sido effectivamente recolhido aos armazens dos concessionarios ou da companhia, 2 réis.

Serão sujeitos a esta taxa e recolhidos aos armazens dos concessionarios ou da companhia os generos e volumes que não sejam retirados dos caes pelos interessados nas 48 horas que se seguirem a conclusão do seu despacho pela Alfandega.

6.<sup>a</sup> Uma taxa suplementar será cobrada pelos concessionarios ou pela companhia, de accordo com as partes, quando entré si convierem prolongar o serviço de carga e descarga, além das horas regulamentares, fixadas pela administração da Alfandega.

7.<sup>a</sup> Poderão os concessionarios ou a companhia cobrar uma taxa para o serviço de reboque, segundo tabella estabelecida de accordo com o Governo e revista annualmente.

8.<sup>a</sup> Perceberão mais os concessionarios ou a companhia uma taxa de 200 réis por tonelada metrica de arqueação dos navios que entrarem no porto, na razão da carga e descarga que fizerem, independente das outras taxas.

9.<sup>a</sup> Os navios que entrarem no porto para receber ordens, fazer aguada ou outro qualquer fim, e não descarregarem, pagarão a taxa de 100\$000, sendo de vela ; 150\$000, sendo vapores costeiros, e 200\$000, sendo transatlanticos.

10.<sup>a</sup> Os concessionarios poderão cobrar de 1 a 10 réis por kilogramma de mercaderia que embarcar ou desembarcar no porto.

11.<sup>a</sup> Terão igualmente direito a cobrar taxas pelo serviço de pharóes ; submettendo a approvação do Governo a respectiva tabella de preços.

12.ª A taxa de armazenagem, actualmente cobrada pelas repartições fiscaes, e bem assim a das capatazias da Alfândega, cujo serviço ficará a cargo dos mesmos concessionarios ou da companhia que organizarem.

13.ª São isentos de qualquer taxa os navios que conduzirem tropas, mantimentos ou petrechos bellicos do Governo Federal, assim como as embarcações de guerra, e tambem os navios que transportarem somente imigrantes para o territorio nacional; e bem assim da taxa n. 9 desta clausula os navios entradós em arribada, desde que a sua demora no porto não exceda de 30 dias.

#### VII

O pagamento de juro como garantia, pelo Governo, só se tornará effectivo si o producto das taxas, cuja cobrança é autorizada pelo presente decreto, e o rendimento bruto da estrada, não perfizerem a somma necessaria para o juro do capital empregado nas obras á razão de 6 % ao anno.

Ficando entendido que o Governo não se compromette a pagar como juro garantido sinão o que a esses productos e rendimento faltar, para perfazer, puramente o juro do capital empregado, de accordo com as presentes clausulas á razão de 6 % ao anno.

#### VIII

Logo que os dividendos excederem a 8 %, o excedente será repartido entre o Governo e os concessionarios ou a companhia que organizarem, cessando essa divisão logo que forem embolsados ao Estado os juros por este pagos.

#### IX

No que não for alterado pelas clausulas da presente concessão, vigorará o disposto no decreto n. 6995, de 19 de agosto de 1878, quanto ao tráfego, trem rodante, tarifas, passagens de Estado, telegrapho, fiscalização, resgate, arbitramento, alienação e multas da estrada de ferro.

#### X

As disposições das clausulas XLIV, XLIX e LI do decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1890, entender-se-ão igualmente com o porto naquillo que lhe for applicavel.

## XI

Si dentro do prazo de doze mezes, a contar da data da assignatura do contracto, não estiver organizada a companhia, si por companhia houver de executarem-se as obras de que trata a presente concessão, caducará esta.

Caducará igualmente, si no prazo de dous annos, a contar da assignatura do contracto, não forem apresentados os estudos, ou si no prazo de um anno, a contar da data da approvação dos ditos estudos, não for enetada a execução das obras.

## XII

A caducidade por qualquer dos motivos previstos na presente concessão affectará a concessão em globo ; entendendo-se que a falta de cumprimento das obrigações estipuladas para o porto, que importará aquella pena, affectará por igual a estrada de ferro e vice-versa.

## XIII

Os concessionarios ou a companhia que organizarem gozarão dos favores concedidos no decreto n. 528 de 28 de julho de 1890, e posteriores, sobre o mesmo objecto — em terras que atravessar a estrada de ferro.

## XIV

Si as obras, a que se refere a presente concessão, houverem de ser executadas por companhia, poderão as da estrada ser executadas por uma, e as do porto por outra e distincta companhia.

## XV

As despesas do porto, como a respectiva renda, serão discriminadas das despesas e renda da estrada de ferro, tendo aquelle e esta escripturação distincta, e nesta conformidade far-se-ha a divisão dos lucros no fim de cada semestre, procedendo-se do mesmo modo com relação ao pagamento dos juros.

## XVI

Findo o prazo do privilegio de que trata a condição 1.<sup>a</sup> do decreto n. 557 A, de 19 de julho de 1890, todas as obras do

porto, seus accessorios e material, e bem assim as da estrada de ferro, reverterão ao dominio do Governo da União, independentemente de qualquer indemnização.

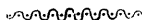
## XVII

Ficam em vigor todas as condições do decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1890, que não forem expressamente modificadas, alteradas ou revogadas pelo presente decreto.

## XVIII

Os prazos marcados pelo presente decreto, bem como pelo de n. 597 A, de 19 de julho de 1890, serão contados da data em que esta resolução for publicada.

Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 19 de fevereiro de 1891.—*B. de Lucena.*



## DECRETO N. 1383 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede as vantagens e regalias de paquetes aos vapores pertencentes a Lage Irmãos.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que solicitaram Lage Irmãos, resolve que os vapores que compraram a Norton Megaw & Comp., destinados ao serviço de cabotagem entre os portos da Republica, continuem a gozar das vantagens e regalias de paquetes e bem assim os demais vapores que venham a adquirir, obrigando-se a mesma firma :

1.º A transportar gratuitamente as malas do Correio, fazendo-as conduzir de terra para bordo e vice-versa ou entregal-as aos agentes do Correio, devidamente autorizados para as receber.

Os commandantes ou seus prepostos e immediatos passarão recibos das malas que lhes forem entregues e o exigirão das que entregarem.

2.º A transportar gratuitamente quaesquer sommas em dinheiro do Estado :

Os commandantes dos vapores receberão os volumes das remessas de dinheiro encaixotados, na fôrma das instruções do Thesouro Nacional de 4 de setembro de 1865, sem obrigação de procederem à contagem e conferência das sommas, assignados

previamente os conhecimentos de embarques, segundo os estylos commerciaes.

Fica entendido que a restituição dos volumes intactos, isto é, sem signal exterior de violação, isenta os commandantes de toda e qualquer responsabilidade.

3.º A transportar gratuitamente sementes, mudas de plantas, objectos de historia natural, destinados aos jardins publicos e museos do Estado.

4.º A conceder, gratuitamente, em cada viagem, uma passagem a ré e outra à proa.

5.º A fazer o abatimento de 25 % na importancia dos fretes das cargas que transportarem por conta do Governo Federal ou dos Governos dos Estados, e assim tambem nos preços das passagens.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 19 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1384 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1891

Autoriza a venda da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Conselho de Ministros e considerando :

Que de longa data tem a experiencia cabalmente demonstrado a improficuidade da utilisção industrial da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema, por administração do Estado, sendo que nenhum vantajoso resultado economico tem sido collido das diversas reformas por que tem passado o estabelecimento, nem das importantes e dispendiosas obras que no mesmo estabelecimento tem sido levadas a effeito ;

Que nenhuma compensação tem provindo das consideraveis despesas realizadas, já com os melhoramentos introduzidos na fabrica, já com o seu oneroso custeio, tendo-se ella constituido permanente encargo dos orçamentos que, anno por anno, augmentam o capital alli consumido esterilmente ;

Que actualmente se acha a fabrica no estado de quasi abandonado, por se haver retirado da direcção o profissional que, por mais de 30 annos, a administrou com zelo ;



Que, a juízo muitas vezes manifestado pelo mesmo profissional, a continuação do regimen official do referido proprio nacional impuzera sempre ao Estado sacrificios não compensados ;

Que convem fazer cessar, quanto antes, semelhante onus do Estado, desaggravando por este lado a despesa publica, e utilizar pelo modo mais conveniente o valor representado pelo estabelecimento ;

Decreta

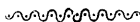
Artigo unico. Fica autorizado o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para transferir por venda, mediante condições que devidamente acautelem os interesses do Estado, a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema, situada no Estado de S. Paulo.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 19 de fevereiro de 1891, 1.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



#### DECRETO N. 1385 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera a tabella do pessoal da Inspectoria Geral da Illuminação desta Capital, annexa ao regulamento approvado pelo Decreto n. 947 de 8 de novembro de 1890.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve alterar o quadro do pessoal a que se refere o art. 4.<sup>o</sup> do regulamento approvado pelo decreto n. 967 de 8 de novembro de 1890 e a tabella de vencimentos que competem aos empregados da Inspectoria Geral da Illuminação desta Capital, annexa ao mesmo regulamento, sendo substituida pela que com este baixa assignada pelo Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 19 de fevereiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

*Tabella dos vencimentos que competem aos empregados da Inspectoria Geral da Illuminação, a que se refere o decreto desta data n. 1385*

Pessoal	Vencimentos		Total
	Ordenado	Gratific.	
1 inspector geral.....	5:400\$000	2:600\$000	8:000\$000
1 ajudante.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
7 fiscaes a.. {ord. 1:600\$. {gratific. 800\$.}	11:200\$000	5:600\$000	16:800\$000
1 secretario.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 amanuense.....	1:400\$000	600\$000	2:000\$000
1 continuo.....	670\$000	330\$000	1:000\$000
1 sorvente.....	540\$000	260\$000	800\$000
	24:410\$000	11:990\$000	36:400\$000

Capital Federal, 19 de fevereiro de 1891. — *B. de Lucena*

### DECRETO N. 1386 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1891

Revoga os arts. 11 e 12 do decreto de 14 do corrente mez que providencia sobre a organização das sociedades anonymas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Tendo presentes os motivos expostos nas representações da Associação Commercial, das directorias de diversos Bancos e da Junta dos Corretores desta praça, acerca da actual crise da Bolsa desta mesma praça, nas quaes ponderam os representantes a urgente necessidade de fazer cessar essa crise levantada pela anormalidade das transacções de venda a prazo das acções das sociedades anonymas;

Considerando que essa anormalidade, bem revelada pela applicação das disposições contidas nos arts. 11 e 12 do decreto de 14 de fevereiro do corrente anno, exige providencias mais completas

e efficazes para restituir taes transacções a condições regulares, reduzindo-as ao uso licito do direito de propriedade;

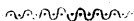
Considerando que semelhantes providencias, que devem concorrer com as disposições contidas nos primeiros artigos do referido decreto, exigem detido exame, que se instituirá para exacto conhecimento do mal e dos meios de o remediar sem que, aliás, se offendam os principios da liberdade do commercio:

Resolve revogar os sobreditos arts. 11 e 12 do decreto de 14 do corrente mez.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 20 de fevereiro de 1891.  
3ª da Republica

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*T. de Alencar Araripe.*



#### DECRETO N. 1387 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera as clausulas 1ª e 4ª das que baixaram com o decreto n. 10.183 de 9 de fevereiro de 1889.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial de Seda e Ramie, cessionaria da concessão feita a Luiz Ribeiro de Souza Rezende e outros pelo decreto n. 10.183 de 9 de fevereiro de 1889 para a exploração da produção e manufactura da seda no Brazil, resolve alterar as clausulas 1ª e 4ª das que baixaram com o mencionado decreto, accrescentando ao final do § 2º daquelle clausula as palavras « ou no Estado do Rio de Janeiro », e dando a esta mais o § 4º, que marca o prazo de 10 annos para gozados favores, tornando-os extensivos as fabricas que tem de empregar fios de linho, canhamo e lã, as quaes e as demais só poderão ser construidas na Capital Federal, ou no Estado do Rio de Janeiro.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1388 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva as instruções para execução do decreto n. 1351 de 7 do corrente.

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, considerando que convem regulamentar as disposições do decreto n. 1351 de 7 do corrente, resolve approvar as instruções que a este acompanham, assignadas pelo General de divisão Antonio Nicolão Falcão da Frota, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisório, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Antonio Nicolão Falcão da Frota.*

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DO DECRETO N. 1351 DE 7 DO CORRENTE, APPROVADO PELO DECRETO N. 1388 DESTA DATA

Art. 1.º Os officiaes arregimentados e os dos corpos especiaes contarão, para todos os effeitos, o tempo decorrido no desempenho de mandato legislativo no Congresso Federal, de missão diplomatica ou reservada no exterior, e de cargos nos corpos militares de policia ou de bombeiros, que, pelos respectivos regulamentos, devam ser occupados por officiaes do Exército.

Art. 2.º Os officiaes arregimentados e os dos corpos especiaes contarão, para todos os effeitos, menos para a demissão do serviço, o tempo de frequencia nos estabelecimentos militares de ensino, com o preciso aproveitamento.

Art. 3.º Será contado para todos os effeitos o tempo passado pelos officiaes no quadro extraordinario do Exército e pelos extra-numerarios em effectivo exercicio de lente, professor, substituto, adjunto ou instructor nos estabelecimentos militares de ensino e de empregados nas repartições do Ministerio da Guerra.

Art. 4.º O tempo de effectivo exercicio dos cargos de ajudante de ordens, de pessoa ou de campo, e o de secretario do Presidente da Republica, do Generalíssimo, do Ministro da Guerra, dos comandantes em chefe do Exército ou corpos do Exército, suas divisões e brigadas, ajudante e quartel-mestre general, commando geral de artilharia, de armas, districtos e guarnições, e dos inspectores militares, segundo as disposições do respectivo regulamento, cargos estes que competem aos officiaes dos corpos especiaes, será tambem contado para todos os effeitos, quando exercidos por officiaes subalternos de corpos arregimentados, na

falta daquelles; cabendo ao Presidente da Republica, ao Generalissimo, ao Ministro da Guerra e ao ajudante general a escolha dos subalternos arregimentados em todo o Exercito e as demais autoridades nos corpos sob sua jurisdicção.

Art. 5.º O official de corpo especial contará, para todos os effeitos, o tempo que passar à disposição do Ministerio da Guerra, e o decorrido entre a terminação ou dispensa de qualquer commissão e a apresentação para o desempenho de outra para que tenha sido nomeado.

Art. 6.º O official de fileira, transferido ou promovido para outro corpo, assim como o de corpo especial nomeado para qualquer commissão, salvo ordem de urgencia, em que a partida deve ser immediata à transferencia, promoção ou nomeação, tem 30 dias, contados da data em que recebeu a notificação official do acto, para seguir o destino. Esse prazo será contado para todos os effeitos.

Art. 7.º Será contado, para todos os effeitos, o tempo empregado no transporte, desde o ponto em que se achar o official até aquelle a que se dirigir.

Art. 8.º Será contada, para todos os effeitos, ao official arregimentada a interrupção justificada do serviço effectivo de fileira, e ao de corpo especial a do exercicio de qualquer commissão, sómente quando ordenada pelo Ministerio da Guerra; não podendo nenhuma outra autoridade determiná-la, ainda mesmo por conveniencia disciplinar ou exigencia do serviço, sem prévia permissão do mesmo Ministerio.

Art. 9.º O official submettido a conselho de guerra conta, no caso de ser absolvido, todo o tempo de prisão, e bem assim aquelle que, respondendo no fóro civil, for igualmente absolvido.

Art. 10. O tempo que o official estiver com parte de doente, o obtido por inspecção de saude e que for gozado, o passado em tratamento nos hospitaes ou na propria residencia e o decorrido no desempenho de commissões estranhas ao Ministerio da Guerra, não exceptuadas no presente regulamento, será computado unicamente para a reforma.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891.—  
*Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*



Generalissimo.— O art. 430 do regulamento que baixou com o decreto n. 1232 F de 2 de janeiro confere aos gymnasios particulares, que pelo Governo forem equiparados ao Gymnasio Nacional, a validade dos exames preparatorios realizados naquelles institutos, para effeito de habilitarem á matricula nos cursos do ensino superior da União.

Estabelecimentos da mesma natureza existem em diversos Estados, havendo sido creados e mantidos desde muito tempo, pelas antigas provincias, e tendo alcançado bons credits.

E uma vez que a simples institutos particulares, que se moldarem à organização do Gymnasio Nacional, nos termos do citado regulamento, se concede aquella prerogativa, não é de razão privar della estabelecimentos officiaes de ensino, taes como, os gymnasios e lyceos dos Estados, uma vez que tambem adoptem o programma de exames do Gymnasio Nacional.

A concessão dessa vantagem aos institutos de ensino secundario dos Estados, além de ser de justiça, virá dar-lhes mais incremento e fazel-os melhor florescer, resultando dahi grande proveito para a instrucção nacional.

Afim de cohibir possiveis abusos e manter quanto possivel a exactidão e sinceridade do julgamento das provas nos exames, o Governo deverá ter nelles intervenção, por um delegado seu, com voto contra as approvações indevidas, e ficando reservada a faculdade de cassar ao estabelecimento, que não a souber zelar, a prerogativa de que se trata.

Eis o que se determina no seguinte decreto que tenho a honra de vos apresentar.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891. — *João Barbalho Uchôa Cavalcanti*.

#### DECRETO N. 1389 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Aplica aos institutos de ensino secundario dos Estados o disposto no art. 430 do regulamento approved por decreto n. 1232 F de 2 de janeiro de 1891.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo em consideração o que lhe expoz o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, sobre a vantagem de tornar-se extensivo aos institutos de ensino secundario dos Estados o disposto no art. 450 do decreto n. 1232 F de 2 de janeiro do corrente anno, decreta :

Art. 1.º São válidos para a matricula nos cursos do ensino superior os exames preparatorios feitos nos cursos officiaes de ensino secundario dos Estados.

Art. 2.º Para esse effeito taes exames se deverão regular pelo programma em vigor no Gymnasio Nacional.

Art. 3.º Fará parte da commissão examinadora um professor nomeado pelo director do estabelecimento de instrucção superior, que existir no Estado e, não havendo, pelo professor para isso commissionado pelo Governo Federal.

Art. 4.º O professor de que trata o artigo antecedente, além de tomar parte na arguição e no julgamento, terá competencia, no caso de approvação indevida, para declarar sem effeito o julgamento das provas, e, findos os trabalhos, os exporá ao Governo Federal, em relatório circunstanciado.

Art. 5.º O Governo se reserva a faculdade de retirar ao estabelecimento, que tornar-se não merecedor della, a prerrogativa de que se trata.

O Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3.ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

#### DECRETO N. 1390 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Reorganiza a Secretaria do Senado.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que resolveu a Mesa do Senado e consta do parecer transmittido ao Ministerio dos Negocios do Interior com officio do 1.º secretario daquella Camara, relativamente à necessidade de reorganizar a respectiva secretaria, decreta:

Art. 1.º Ficam extinctas as classes de 1.ª e 2.ª officiaes e a de ajudante do archivista da Secretaria do Senado, passando os empregados que actualmente exercem estas funcções a ter a denominação de officiaes.

Art. 2.º Fica igualmente extincta a classe de guardas, continuando os actuaes empregados assim designados a exercer as funcções de continuos.

Art. 3.º É creado o logar de ajudante do porteiro e elevado a dez o numero de continuos.

Art. 4.º Os vencimentos dos antigos empregos e dos novamente creados serão regulados de conformidade com a tabella annexa.

Art. 5.º Quanto aos empregados das referidas Camara e Secretaria, serão guardadas as deliberações do antigo Senado, que não forem contrarias ao presente decreto e leis em vigor.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3.ª da Republica.

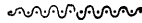
MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*

Tabella de vencimentos que competem aos empregados da Secretaria do Senado, á qual se refere o decreto n. 1390 desta data

NUMERO	PESSOAL	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1	Director.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Official redactor das actas.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1	Official encarregado do archivo, bibliotheca e contabilidade.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
5	Officiaes.....	3:800\$000	1:200\$000	25:000\$000
1	Porteiro da secretaria.....	2:200\$000	800\$000	3:000\$000
1	Ajudante.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1	Porteiro do salão.....	2:000\$000	800\$000	2:800\$000
1	Ajudante.....	1:500\$000	500\$000	2:000\$000
10	Continuos.....	1:200\$000	400\$000	16:000\$000
1	Correio.....	1:200\$000	400\$000	1:600\$000

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891.— *João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



### DECRETO N. 1391 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Vicente Werneck Pereira da Silva, como procurador da Empresa de Telephones do Pará, para transferir á Empresa Industrial do Gran-Pará a concessão que lhe foi transferida por decreto n. 9958 de 30 de maio de 1888.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando de justiça a permissão que lhe requereu Vicente Werneck Pereira da Silva, como procurador da Empresa de Telephones do Pará, para transferir á Empresa Industrial do Gran-Pará a concessão feita a Carlos Monteiro de Souza para exploração do serviço telephonico na capital e povoações daquelle Estado, por decreto n. 8344 de 17 de dezembro de 1881, e por este cidadão transferida á mesma Empresa de Telephones, por decreto n. 9958 de 30 de maio de 1888:

Resolve permittir que a Empresa de Telephones do Pará transfira a referida concessão á Empresa Industrial do Gran-Pará, em via de organização nesta Capital Federal.

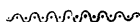


O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



DECRETO N. 1392 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Gravatá, no Estado de Pernambuco.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

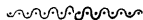
Artigo unico. Fica desligada do districto do commando superior do Bonito e Bezerros, no Estado de Pernambuco, a comarca de Gravatá, na qual é creado um commando superior de Guarda Nacional, formado de dous batalhões de infantaria, de seis companhias cada um, com as designações de 78º e 79º, compostos de guardas alistados nas freguezias da comarca, ficando addida aos ditos batalhões a força da reserva que for qualificada; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1393 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais das comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Pardo e Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º Ficam desligadas do districto do commando superior da Guarda Nacional de Itapemirim e Iritituba, no Estado do Espirito

Santo, as comarcas de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Pardo e Itabapoana, nas quaes é creado um commando superior de Guardas Nacionais, formado pelos batalhões de infantaria ns. 6 e 7, pelo batalhão da reserva n. 3, já organizados, e por mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, com seis companhias cada um e as designações de 10º, 11º e 12º.

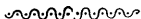
Art. 2.º O batalhão de infantaria n. 10 será organizado nas parochias de S. Miguel do Veado e Nossa Senhora da Penha do Alegre; o batalhão n. 11 se comprehenderá nos municipios de S. Pedro de Alcantara do Rio Pardo e Espirito Santo do Rio Pardo, e o batalhão com a designação de 12º será formado de guardas qualificados nas freguezias de S. Pedro de Alcantara, de Itabapoana e Conceição do Muqui; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1394 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca do Riachuelo, do Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Laranjeiras a força da Guarda Nacional da comarca do Riachuelo, no Estado de Sergipe, e com ella creado um commando superior de Guardas Nacionais, o qual se comporá do batalhão de infantaria n. 22, já organizado na freguezia do Riachuelo, e de outro batalhão da mesma arma, ora creado com a designação de 27º e que será formado de seis companhias de guardas qualificados para o serviço activo na segunda das comarcas acima referidas; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1395 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Villa Nova, do Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Propriá a força da Guarda Nacional alistada na de Villa Nova, no Estado de Sergipe, e com ella creado o commando superior de Guardas Nacionais da comarca de Villa Nova, o qual se comporá do batalhão de infantaria n. 18, já organizado com oito companhias, e de outro batalhão da mesma arma, ora creado com a designação de 28º e que será formado de guardas qualificados na respectiva comarca, divididos em seis companhias ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA,

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1396 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de S. Christovão, do Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada da comarca de Aracaju a força da Guarda Nacional da de S. Christovão, no Estado de Sergipe, e com ella creado um commando superior de Guardas Nacionais, o qual se comporá do batalhão de infantaria n. 1, já organizado nas freguezias de Nossa Senhora da Victoria e de S. Christovão, e de outro batalhão de infantaria, ora creado com a designação de 29º, que se comporá de seis companhias e será formado com as praças qualificadas para o serviço activo na

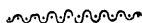
segunda das referidas comarcas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1397 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Simão Dias, do Estado de Sergipe.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

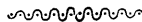
Artigo unico. Fica desligada da comarca de Itabaiana a força da Guarda Nacional da de Simão Dias, no Estado de Sergipe, e com ella creado um commando superior de Guardas Nacionais, o qual se comporá do batalhão de infantaria n. 12, já organizado na freguezia de Simão Dias, e de outro batalhão da mesma arma, ora creado com a designação de 30º e que será formado de seis companhias de guardas do serviço activo qualificados na segunda das referidas comarcas ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1398 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um esquadrão de cavallaria no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy, um esquadrão de cavallaria de Guardas Na-

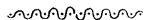
cionaes, com duas companhias, com a designação de 6º, o qual será organizado na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1399 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior de Guardas Nacionais das comarcas de Conceição da Serra e de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica desligado dos districtos dos actuaes commandos superiores das comarcas da Capital e Conceição da Serra e de S. Matheus e Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo, o territorio das comarcas de Conceição da Serra e de Santa Cruz, para nelle ser constituido um commando superior de Guarda Nacional, o qual se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com seis companhias cada um e com as designações de 13º e 14º, devendo ser organizado o primeiro destes batalhões em Conceição da Serra e o segundo na outra comarca do commando superior, ora creado; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1400 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Jardim, do Estado de Pernambuco.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bom Jardim, do commando superior da Guarda Nacional de Taquaretinga e Bom Jardim, no Estado de Pernambuco, um corpo de cavallaria de Guardas Nacionaes com a designação de 12º e com dous esquadões organizados nas parochias da respectiva comarca ; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1401 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Gamelleira, no Estado de Pernambuco.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

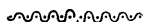
Artigo unico. Fica desligada do districto do commando superior da Guarda Nacional da comarca da Escada, no Estado de Pernambuco, a comarca da Gamelleira, na qual é creado um commando superior de Guardas Nacionaes, formado pelo 15º batalhão de infantaria, já organizado, e pela 14ª secção de batalhão do serviço da reserva, que tambem já se acha organizada no municipio da Gamelleira, e por mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com seis companhias e a designação de 80º, o qual se comporá de guardas qualificados nas freguezias da comarca.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1402 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda } Nacional da comarca de Bezorros, no  
Estado de Pernambuco.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica desligada do districto do commando superior da Guarda Nacional do Bonito e Bezorros, no Estado de Pernambuco, a comarca de Bezorros, na qual é creado um commando superior de Guardas Nacionaes, formado pelo esquadrão de cavallaria n. 1 e pelo batalhão de infantaria n. 32, já organizados, e por outro batalhão de infantaria, com seis companhias e a designação de 81º, composto de guardas qualificados nas freguezias da respectiva comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, no Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1403 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Chique-Chique, do Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

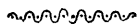
Artigo unico. Fica creado na comarca de Chique-Chique, do Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, com sete companhias, de Guardas Nacionaes e a designação de 112º, o qual será organizado na freguezia de Santo Antonio do Pilão Arcado; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1404 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa uma secção de batalhão da Guarda Nacional na comarca de Urubú, do Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Urubú, do Estado da Bahia, uma secção de batalhão de Guarda Nacional do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 13ª, a qual será organizada de guardas qualificados na villa do Bom Jesus da Lapa; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1405 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Barra de Sergipe do Conde, no Estado da Bahia, um commando superior de Guarda Nacional, o qual será formado de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com seis companhias cada um e as designações de 113º e 114º, organizados de guardas qualificados nas freguezias da respectiva comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*





## DECRETO N. 1406 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da capital, do Estado de Santa Catharina.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca da capital, do Estado de Santa Catharina, um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo, o qual terá seis companhias, com a designação de 9ª, e será organizado nas freguezias do districto do respectivo commando superior; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1407 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica desligada do districto do commando superior da Guarda Nacional de Itajahy e Nossa Senhora da Graça, no Estado de Santa Catharina, a comarca de Itajahy, na qual é creado um commando superior de Guardas Nacionaes, que se comporá do batalhão de infantaria do serviço activo, que, com seis companhias e a designação de 10ª, deverá ser formado de praças qualificadas na respectiva comarca; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1408 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891,

Crêa o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Purús, no Estado do Amazonas.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

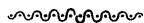
Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Purús, no Estado do Amazonas, um commando superior de Guardas Nacionaes, o qual se comporá da 1ª secção de batalhão de infantaria, ora desligado do commando superior da capital e Rio Negro, e de dous batalhões de infantaria, com seis companhias cada um e as designações de 11º e 12º, os quaes serão organizados de guardas qualificadas na referida comarca do Rio Purús; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1409 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Crêa mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca do Crato do Estado do Ceará.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com oito companhias, e a designação de 78º, o qual será organizado na villa de S. Pedro; revogadas as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, na cidade do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1410 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede á Companhia Agricola do Alto Parahyba autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Barzil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Agricola do Alto Parahyba, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou, devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Estatutos da Companhia Agricola do Alto Parahyba,  
a que se refere o decreto n. 1410 de 21 de feve-  
reiro de 1891**

CAPITULO I

DOS FINS, SÉDE, PRAZO DE DURAÇÃO E CAPITAL

Art. 1.<sup>o</sup> Sob a denominação de Companhia Agricola do Alto Parahyba fica constituída uma sociedade anonyma que tem por fim:

1.<sup>o</sup> Explorar propriedades agricolas e nellas estabelecer colonos, de accordo com a concessão feita pelo Estado do Rio de Janeiro aos engenheiros civis Pedro Dias Gordilho Paes Leme e Carlos Maria da Motta Ribeiro de Rezende.

2.<sup>o</sup> Adquirir e fundar por conta da mesma companhia grandes propriedades agricolas, iniciando esta operação com as fazendas denominadas Santa Genoveva, Barra das Flores, Santa Luiza e Santa Rosa, situadas no municipio de Santa Thereza; Cressiuma, Amparo da Barra Mansa da Lagoa, em Vassouras; propriedades estas com que entra a Empreza de Obras Publicas no Brazil para a organização da companhia.

3.<sup>o</sup> Explorar a compra e venda de terras agricolas nos diversos Estados da Republica e a introdução e localização de imigrantes.

4.º Estabelecer engenhos centraes de beneficiar café, cereaes e de fabricar assucar e alcool nas colonias e propriedades da companhia ou em outros pontos que julgar conveniente.

5.º Fazer toda a sorte de operação de credito real no intento de desenvolver os fins sociaes e facilitar o desenvolvimento das colonias agricolas que forem mantidas pela companhia.

6.º Criar uma secção commercial para facilitar as transacções de compra e venda dos productos da lavoura e outros.

Art. 2.º A sede da sociedade será na cidade de Nitheroy.

Art. 3.º O prazo para a duração da sociedade será de 40 annos, podendo ser prorogado.

Art. 4.º O capital social será de 3.000.000\$, divididos em 15.000 acções de 200\$ cada uma.

Art. 5.º As acções depois de integralizadas poderão ser ao portador ou nominalmente, á vontade do possuidor.

Paragrapho unico. As acções ao portador poderão tornar-se nominativas ou vice-versa, pagando o seu possuidor a taxa de 200 réis por acção, taxa esta que será levada á conta de lucros sociaes.

Art. 6.º As entradas do capital serão realizadas em prestações de 10 %, excepto a primeira que é de 20 %, no acto da assignatura dos presentes estatutos ; a segunda 30 dias depois de installada a companhia, as demais espaçadas no minimo de 30 dias. E' permittido a qualquer accionista, dentro do prazo de 30 dias contados da installação da companhia, realizar 50 % do capital de suas acções.

Paragrapho unico. Só se farão chamadas de capital até 50 % do mesmo.

Art. 7.º Os accionistas impontuaes ficarão sujeitos ao pagamento da multa de 2 % por mez de demora, sendo consideradas em commisso as acções cujas entradas forem demoradas por mais de tres mezes.

As acções que cahirem em commisso serão reemitidas e seu producto levado ao fundo de reserva.

Art. 8.º Poderá a sociedade ter agencias filiaes nos diversos Estados da Republica ou no estrangeiro, si assim convier.

## CAPITULO II

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 9.º As assembléas serão formadas pelos accionistas que possuirem, pelo menos, cinco acções, inscriptas 30 dias, pelo menos, antes da reunião, e dos que, possuindo acções ao portador, as depositarem no escriptorio da companhia, cinco dias, pelo menos, antes da reunião.

Paragrapho unico. E' pessoa legitima para fazer parte das assembléas geraes :

1.º O marido por sua mulher ;

2.º O tutor e curader pelo menor e interdicto ;

3.º O inventariante pelo espólio, enquanto *pro indiviso*; devidamente autorizados os contemplados pelos ns. 2.º e 3.º.

Art. 10. Os accionistas que possuírem menos de cinco acções poderão assistir às assembléas geraes, sem ter, porém, o direito do voto.

Art. 11. Haverá annualmente uma assembléa geral no mez de abril.

Art. 12. As assembléas geraes só poderão validamente deliberar quando representarem, no minimo, um quarto do capital social.

§ 1.º Si no dia designado para qualquer assembléa geral não se reunir numero legal, se convocará outra, que poderá deliberar com qualquer numero, contanto que exceda de tres, não sendo incluído neste numero nem os directores, nem os membros do conselho fiscal.

§ 2.º Si se tratar de reforma dos estatutos, de dissolução da sociedade ou augmento de capital, para que as assembléas possam funcionar é necessario que estejam representados dous terços do capital social e neste caso, serão feitas segunda e terceira convocações; só na ultima podendo validamente funcionar com qualquer numero excedente de tres, na fórma do paragrapho precedente.

§ 3.º As deliberações das assembléas geraes serão tomadas por maioria de accionistas; caso, porém, seja exigido por qualquer accionista, o serão por acções, contando-se um voto por grupo completo de cinco acções.

§ 4.º As convocações serão motivadas e annunciadas pela imprensa diaria; as assembléas ordinarias o serão com antecedencia nunca menor de 15 dias.

§ 5.º As assembléas extraordinarias terão logar quando a directoria, o conselho fiscal ou numero legal de accionistas as convocarem, tudo nos termos da legislação vigente.

§ 6.º As assembléas geraes serão presididas por um accionista aclamado na occasião, o qual convidará dous outros para secretarios; occorrendo duvida ou reclamação, proceder-se-ha á eleição do presidente da assembléa.

Art. 13. A's assembléas geraes compete :

1.º Discutir e deliberar sobre as contas e relatorios da directoria e sobre os pareceres do conselho fiscal;

2.º Eleger o conselho fiscal;

3.º Resolver sobre todos os assumptos de interesse social;

4.º Eleger a directoria.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. Os directores serão eleitos pela assembléa geral, por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos.

Paragrapho unico. Cabe á assembléa geral a designação do presidente da companhia, que a representará em juizo ou fóra delle, podendo demandar e ser demandado, por mandatarios especiaes, devidamente constituídos.

Art. 15. Para exercer o logar de director é preciso caucionar 100 acções da companhia, as quaes não poderão ser alienadas enquanto não o forem approvadas pela assembléa geral as contas dos que tiverem exercido o mandato.

Art. 16. Cabe ao director-presidente a representação e direcção geral dos negocios da companhia e a organização da administração, de fôrma que cada um dos demais directores tenha attribuições determinadas, cabendo-lhes respectivamente a direcção immediata dos diversos serviços da companhia que a cada um forem confiados.

Art. 17. O mandato da directoria será de cinco annos, podendo os seus membros ser reeleitos.

Art. 18. Durante o impedimento prolongado de qualquer director, será substituído por um accionista, a juizo dos demais directores.

Art. 19. Si qualquer director deixar de exercer o cargo por mais de tres mezes, sem licença da assembléa geral, entende-se tel-o resignado, devendo proceder-se de accordo com o que dispõe o artigo precedente, até á reunião da primeira assembléa geral, na qual deverá ser eleito o substituto.

Art. 20. Cabem á directoria todos os actos de livre administração, compra e venda de bens moveis, immoveis ou semoventes, pertencentes ao acervo social.

Art. 21. A directoria funcionará com dous ou mais directores, reunindo-se sempre que for necessario.

Art. 22. Os directores serão remunerados com um honorario fixo, annual, e mais uma porcentagem dos lucros liquidos, ambos fixados na assembléa geral de installação.

#### CAPITULO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria.

Nos seus impedimentos, os membros do conselho fiscal serão substituídos pelos supplentes, na ordem da votação.

#### CAPITULO V

##### DOS LUCROS LIQUIDOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 24. Será considerado lucros sociaes o producto liquido da exploração dos objectos declarados no art. 1º destes estatutos.

Art. 25. Dos lucros líquidos serão deduzidos semestralmente 10 % para o fundo de reserva, e o excedente será destinado aos dividendos e à percentagem de que trata o art. 22.

Art. 26. Antes de integralizado o capital, os dividendos não podem exceder a 10 %, devendo o excesso dos lucros líquidos ser destinado à integralização do capital. Depois de integralizado o capital cessará a limitação dos dividendos, podendo, no entanto, a directoria reter uma parte dos lucros líquidos excedentes a 10 %, com destino à regularização dos dividendos.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Fica a primeira directoria autorizada :

1.º A contrahir empréstimos, dentro ou fóra do paiz, sob a responsabilidade da companhia, por *debentures* ou por qualquer outro meio, dando em garantia hypothecaria os bens sociaes, bem como outras quaesquer seguranças reaes ou pessoais, para o que poderá dar procuração a terceiros, podendo ainda subrogar estes poderes e revogar as subrogações ;

2.º A adquirir as propriedades agricolas de que trata o art. 1º e a pagar as despesas feitas para a incorporação da companhia ;

3.º A acceitar a transferencia da concessão de que trata o n. 1 do art. 1º.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1890.

(Seguem-se as assignaturas dos Srs. subscriptores.)

São directores da Companhia Agricola do Alto Parahyba :

Dr. Pedro Dias Gordilho Paes Leme, residente à rua do Senado n. 61.

Dr. Carlos Maria da Motta Ribeiro Rezende, residente à rua do Senado n. 69.

Irineo Wagner, residente à rua General Camara n. 64.



## DECRETO N. 1411 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Pedro Tomás y Martín para organizar uma sociedade anonyma destinada a indemnizar as victimas de desastres ou suas familias, sob a denominação de Companhia Securitas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que

requereu Pedro Thomás y Martin, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma destinada a indemnizar as victimas de desastres ou as suas familias, sob a denominação de Companhia Securitas e com os estatutos que apresentou ; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3.<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Securitas, a que se refere o decreto n. 1411 de 21 de fevereiro de 1891

### TITULO I

#### DA COMPANHIA, SUA SÊDE, PRAZO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL

Art. 1.º A Companhia Securitas, fundada nesta praça, é uma sociedade de seguros individuaes contra accidentes de viagens, que se regerá por estes estatutos e pela legislação especial de sociedades anonymas, na parte que lhe for applicavel.

Art. 2.º A sêde, fóro juridico e administração geral da companhia serão, para todos os effeitos legais, nesta cidade.

Art. 3.º O prazo estipulado para a duração da companhia é de vinte (20) annos, contados da data de sua installação, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral de seus accionistas.

Parapho unico. A companhia não poderá entrar em liquidação ou ser dissolvida antes de expirar o prazo estipulado, sem que se verifique alguma das hypotheses previstas na legislação em vigor.

Art. 4.º O capital da companhia é de mil contos de réis (1.000:000\$) dividido em dez mil (10.000) acções de cem mil réis (100\$) cada uma.

§ 1.º A transferencia das acções será feita nos registros da sociedade.

§ 2.º A directoria poderá, quando o entender, facultar aos accionistas a conversão das acções que possuirem, no todo ou em parte, em titulos de acções ao portador, de conformidade com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 7.º, § 1.º.



§ 3.º Os possuidores destas acções, para poderem fazer parte das assembléas geraes, depositarão na companhia os respectivos títulos, tres dias, pelo menos, antes da reunião.

Art. 5.º O capital será realizado em prestações, sendo a primeira de trinta (30) por cento no acto da assignatura dos estatutos e as restantes de dez (10) por cento, com intervallo nunca menor de trinta dias, sendo annunciadas as chamadas com antecedencia de dez dias.

Art. 6.º As acções serão nominativas enquanto não forem integralizadas e serão assignadas pelo director presidente e pelo director secretario.

Art. 7.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento nos prazos fixados pela directoria na Capital Federal e nas agencias, onde houver, e o realizarem dentro de trinta (30) dias subsequentes incorrerão na multa de 8 % sobre a prestação retardada. Os que excederem este prazo perderão em beneficio da companhia o capital que tiverem pago, e as suas acções serão declaradas em commissio, salvo caso de força maior, devidamente justificado perante a directoria.

A companhia poderá reemittir as acções que cahirem em commissio, e o seu producto será levado ao fundo de reserva.

## TITULO II

### FINS DA COMPANHIA

Art. 8.º A companhia se dedicará exclusivamente ao seguro individual contra accidentes de viagem, mediante o pagamento das quotas que se estabelecerem nas respectivas tabellas, para cujo fim serão expedidos bilhetes nas estações das estradas de ferro e nas agencias de navegação.

## TITULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 9.º A administração geral da companhia será composta de tres directores, os quaes nomearão de entre si o respectivo director-presidente, director-gerente e director-secretario.

Art. 10. A eleição da directoria proceder-se-ha por escrutinio secreto.

§ 1.º Será considerado eleito o accionista que reunir maioria absoluta de votos.

§ 2.º No caso de não se verificar a hypothese do § 1º, correrá novo escrutinio entre os mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, bastando então a maioria relativa de votos.

§ 3.º No caso de empate, a sorte decidirá.

Art. 11. O mandato da directoria durará seis annos.

Art. 12. A reeleição da directoria é facultativa á assembléa geral.

Art. 13. Para exercer o cargo de director é necessario ser accionista e possuidor de duzentas acções. Estas acções serão escripturadas como caução e garantia dos actos administrativos, não podendo ser alienadas enquanto não forem approvadas pela assembléa geral as contas dos que tiverem exercido o mandato.

Art. 14. Não poderão exercer conjunctamente o cargo de director, accionistas que forem sogro e genro, os cunhados durante o cunhadio, os parentes por consanguinidade até ao 2º grão e os socios de firmas sociaes, assim como não poderão ser eleitos os impedidos de negociar, de accordo com as disposições do Codigo Commercial.

Art. 15. Quando a escolha da assembléa geral tiver recahido em pessoas que estejam impedidas pelas disposições da primeira parte do artigo precedente, serão declarados nulos os votos que tiverem obtido e proceder-se-ha em acto successivo a nova eleição tão sómente na parte relativa á nullidade.

Art. 16. Além dos mandatarios directos da assembléa geral, a companhia poderá ter nesta Capital, não só um ou mais sub-gerentes, como outros quaesquer auxiliares.

Art. 17. Quando, por motivos de fallecimento, impedimento legal ou resignação do cargo, se verificar alguma vaga de director, a directoria, juntamente com o conselho fiscal, poderá preencher-a, nomeando um accionista que reuna as condições de elegibilidade.

O mandato do nomeado durará unicamente até á primeira reunião da assembléa geral ordinaria.

Não podendo comparecer qualquer director por motivo justificado, ou por ausencia em serviço da companhia, a directoria nomeará da mesma forma um accionista nas condições mencionadas, cessando o mandato deste, quando o impedido ou ausente se apresentar.

Esta nomeação, porém, só terá logar não havendo numero sufficiente de directores para poder deliberar.

Art. 18. Si algum director, sem causa justificada, deixar de exercer as funções do seu cargo por tempo excedente a tres mezes, entende-se que resignou o logar ; podendo este ser preenchido conforme o disposto no artigo precedente, primeira parte.

Art. 19. Os directores são responsaveis pelos seus actos de mandatarios, nos termos do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 20. São attribuições e deveres da directoria :

§ 1.º Resolver todos os negocios inherentes á companhia.

§ 2.º Nomear e demittir os empregados, marcando-lhes os vencimentos e fazendo com elles os contractos que forem necessarios.

§ 3.º Apresentar um balanço semestral demonstrativo das operações effectuadas.

§ 4.º Convocar a assembléa geral de accionistas uma vez ao anno, e extraordinariamente quando julgar necessario e sob consulta do conselho fiscal.

§ 5.º Fixar o dividendo que deve ser distribuido semestralmente.

§ 6.º Representar a companhia em todos os seus actos, tanto em juizo como fóra d'elle.

Art. 21. O presidente em seus impedimentos temporarios será substituido pelo director-gerente. O secretario terá a seu cargo o livro das actas da directoria, assim como assignará com o presidente os titulos representativos das acções.

Art. 22. A directoria funciona e resolve validamente quando estiverem presentes dous directores e estando de accordo em suas deliberações.

Em caso de divergencia entre dous directores, a resolução dependerá de consulta do terceiro director.

Art. 23. O mandato da directoria é pleno dentro dos limites dos estatutos e da lei, e nelle se inclue o direito de transigir e o de resolver judicial e extrajudicialmente as questões entre a companhia e terceiros, para o que lhe ficam concedidos poderes de livre e geral administração.

Art. 24. Os directores serão remunerados com vencimentos fixos de 6:000\$000 annuaes cada um e com uma porcentagem, segundo o art. 42.

Art. 25. Quando seja conveniente e para o prompto expediente do serviço da sociedade, a assignatura do presidente poderá ser supprida pela do gerente ou secretarios.

## TITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 26. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas possuidores de 10 ou mais acções inscriptas no registro da companhia, com antecedencia de 10 dias.

Para todos os effeitos podem ser accionistas e fazer-se representar nas assembléas geraes por procuração a accionistas:

As sociedades anonymas ou corporações serão representadas por um de seus mandatarios; as firmas sociaes, por um dos seus socios; as mulheres casadas, por seus maridos; os menores, os fallidos e os interdictos por qualquer motivo, por seus tutores ou representantes legais, devendo os documentos comprobatorios do mandato ou representação ser apresentados na sociedade com tres dias de antecedencia ao da reunião.

Paragrapho unico. Os accionistas que tiverem transferido suas acções em caução, conservarão o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os dividendos, salvo, quanto a estes, estipulação em contrario, que deverá ser communicada á companhia pelos interessados.

Art. 27. Para se constituir a assembléa geral é necessario que esteja representada, no minimo, a quarta parte do capital social.

Si no dia e hora aprazados não comparecerem, por si ou por procuradores, accionistas em numero sufficiente para se constituir a assembléa geral, será, por annuncios nos jornaes, convocada nova reunião, e esta deliberará validamente, qualquer que seja a somma do capital representado. Tratando-se, porém, da reforma de estatutos, augmento de capital ou liquidação da companhia, observar-se-ha o que dispõe o art. 15, § 4º, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 28. Haverá annualmente uma assembléa geral ordinaria, que deverá effectuar-se dous mezes depois de terminado o anno social e extraordinariamente tantas quantas a directoria e conselho fiscal julguem necessarias ou forem requisitadas por sete ou mais accionistas que representem no minimo uma quinta parte do capital da companhia e motivem a requisição.

Art. 29. A assembléa geral será presidida por um accionista nomeado por aclamação, e este nomeará dous secretarios para a direcção dos trabalhos.

Art. 30. Nas reuniões ordinarias serão apresentados ao exame e deliberação da assembléa o relatorio e contas da directoria e parecer do conselho fiscal.

Depois de julgadas as contas, se procederá á eleição.

Nas assembléas extraordinarias sómente se tratará do assumpto especial que tiver occasionado a convocação.

Art. 31. As votações nas assembléas geraes serão contadas para todos os effeitos na razão de um voto por dez acções.

Art. 32. A directoria e os fiscaes não podem tomar parte nas votações referentes ás contas ou actos administrativos, nem podem, na qualidade de mandatarios, representar outros accionistas.

Art. 33. Quando se proceder ás eleições, a votação será sempre por escrutinio secreto, e quando se tratar de reforma de estatutos, augmento de capital ou liquidação da companhia, será por acções, salvo voto unanime da assembléa.

Art. 34. Os accionistas que possuirem menos de 10 acções não teem direito de votar, mas podem discutir e propôr o que entenderem conveniente.

Art. 35. O accionista que possua mais de 200 acções ou represente uma ou mais procurações, não poderá dispôr de mais de 20 votos.

Art. 36. A convocação da assembléa geral ordinaria se fará por annuncios nos jornaes com antecedencia de 10 dias ao que for marcado para a reunião, e das extraordinarias com antecedencia não inferior a cinco dias.

A transferencia das acções será suspensa alguns dias antes daquelle que for fixado para a reunião da assembléa geral, dando-se disso noticia por annuncios nos jornaes.

Art. 37. Nas attribuições da assembléa geral se comprehende o direito de:

a) reformar os estatutos ;

- b) augmentar o capital social ;
- c) julgar as contas annuaes e dar ou negar quitação aos mandatarios ;
- d) eleger o conselho fiscal e a directoria nas occasiões determinadas nestes estatutos ;
- e) alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva ;
- f) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolução e liquidação da companhia, de accordo com a legislação vigente ;
- g) finalmente, tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia.

Art. 38. A approvação pela assembléa geral das contas annuaes e actos administrativos extingue completamente a responsabilidade dos mandatarios, com relação ao periodo das mesmas contas, salvo as hypothèses previstas na legislação vigente.

## TITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 39. O conselho fiscal será composto de accionistas possuidores de cinquenta ou mais acções cada um e constara de cinco membros effectivos e de cinco supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria e por escrutinio secreto, observadas as disposições dos arts. 29, 33 a 36.

O mandato dos fiscaes poderá ser renovado por eleição.

Art. 40. Os membros effectivos do conselho fiscal serão, nos casos de renuncia ou vaga por qualquer motivo, substituidos pelos supplentes.

A ordem de substituição será regulada pela votação, preferindo os que tiverem sido eleitos por maioria de votos, e no caso de igualdade na votação preferirão os que possuirem maior numero de acções.

Art. 41. Compete ao conselho fiscal:

- 1.º Dar sobre os negocios da companhia parecer que será entregue a directoria a tempo de ser incluido no relatorio annual ;
- 2.º Requerer reunião da assembléa geral extraordinaria, logo que occurram motivos graves e urgentes ;
- 3.º Dar conselho, sempre que para isso for solicitado pela directoria ;
- 4.º Examinar, dous mezes antes de dar o seu parecer, a caixa, carteira, a escripturação e todos os documentos que necessite consultar.

O conselho fiscal poderá funcionar com tres membros.

## TITULO VI

## DOS LUCROS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 42. Verificados os lucros liquidos da companhia, se destinarão :

10 % para o fundo de reserva, que se destinam a reparar as perdas que possam verificar-se no capital da companhia ;

5 % divididos, 2  $\frac{1}{4}$  para a directoria e 2  $\frac{1}{4}$  para o conselho fiscal ;

5 % para os incorporadores.

O restante, seja elle qual for, será repartido como dividendo entre os accionistas.

Art. 43. Nenhum dividendo será distribuido, quando por ventura se tenham verificado perdas que desfalquem o capital social e este não tiver sido integralmente restaurado.

Art. 44. O accionista que desejar integralizar suas acções terá um abatimento de 5 % sobre as entradas que lhe faltarem realizar.

## TITULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 45. A dissolução e liquidação da companhia verificar-se-ha pela terminação do prazo por deliberação da assembléa geral dos accionistas, de accordo com as leis em vigor.

Art. 46. A companhia fica sujeita ás leis vigentes e especialmente ao decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e ao de 13 de outubro do mesmo anno.

Art. 47. O anno social começa em 1 de janeiro e acaba em 31 de dezembro.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 48. Os accionistas reconhecem e aceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, approvam estes estatutos e nomeiam para a primeira directoria os Srs. :

.....  
Art. 49. A directoria fica autorizada a aceitar qualquer alteração ou modificação que o Governo faça a estes estatutos.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1890.—*Pedro Tomás y Martin.*

*Tabella das indemnizações concedidas pela Companhia Securitas, contra os accidentes ou sinistros occorridos nas estradas de ferro e nos transportes marítimos dentro da bahia do Rio de Janeiro.*

Especificação dos accidentes ou sinistros

	Indemnizações
Por uma ferida leve.....	100\$000
Por fractura de um braço ou uma perna.....	300\$000
Por fractura de ambos ou braços ou ambas as pernas.....	500\$000
Por ficar inutilizado para o trabalho.....	1:000\$000
Por fallecimento, sendo a victima solteira, revertendo para seus progenitores, si os tiver.....	2:000\$000
Por fallecimento, sendo a victima casada, revertendo para o conjuge sobrevivente.....	2:000\$000
Por fallecimento, sendo a victima casada e deixando um filho ou filha.....	2:500\$000
Por fallecimento, sendo a victima casada e deixando dous ou mais filhos.....	3:000\$000
Por fallecimento, sendo a victima viuva e deixando um orphão de menor idade.....	3:500\$000
Por fallecimento, sendo a victima viuva e deixando dous ou mais orphãos.....	4:000\$000
Por fallecimento, quando a victima deixar filho ou filhos de maior idade.....	2:000\$000

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1890.— *Pedro Tomás y Martín.*



DECRETO N. 1412 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede permissão a Ernesto Cybrão para lavrar nitreiras existentes na bacia do rio das Contas e no valle do rio Sincorá (Brejo Grande), Estado da Bahia.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu Ernesto Cybrão, resolve conceder-lhe permissão para lavrar as nitreiras existentes na bacia do rio das Contas e no valle do rio Sincorá (Brejo Grande), Estado da Bahia, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1412 desta data**

I

Fica concedida a Ernesto Cybrão, resalvados os direitos de terceiro, e pelo prazo de cincoenta annos, permissão para lavrar as nitreiras existentes na bacia do rio das Contas e no valle do rio Sincorá (Brejo Grande,) Estado da Bahia.

II

O concessionario poderá proceder aos trabalhos da lavra da mina por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fóra do paiz.

III

O terreno mineral, de que trata a clausula I, será medido e demarcado dentro do prazo de dous annos, contado desta data, devendo o concessionario apresentar ao Governador do Estado as respectivas plantas, dentro do mesmo prazo, e obrigando-se a pagar as despesas da verificação feita por engenheiro nomeado pelo mesmo Governador.

IV

O concessionario fica obrigado:

1.º A submeter à approvação do Governo a planta dos trabalhos da mina que adoptar. Esta planta deverá ser levantada por engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente habilitada nesses trabalhos, e, uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissão do mesmo Governo.

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios, e a 15 metros de circumferencia delles, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos e na distancia de 10 metros das suas margens.

2.º A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra engenheiro de minas ou profissional de reconhecida aptidão, cuja nomeação será submettida ao Governo para ser confirmada.

3.º A sujeitar-se e a cumprir as instrucções e regulamentos para policia das minas, existentes ou que forem expedidos.

4.º A indemnizar os damnos e prejuizos causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia do plano approvedo pelo Governo.

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessarios para remover ou remediar o mal causado, e na obrigação de prover à subsis-



tencia dos individuos que se inutilisarem para o trabalho e das familias dos que fallecerem em quaesquer das hypotheses acima mencionadas.

5.º A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração, ás que brotarem dos poços, galerias ou córtes, de modo que não fiquem estagnadas nem prejudiquem a terceiro, bem como a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações.

Si, para execução desta clausula, for indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario.

Si lhe for negado este consentimento, o concessionario reque-rerá ao Governador do Estado o necessario suppimento, obrigando-se a prestar fiança idonea pelos prejuizos, perdas e damnos que puderem ser causados á propriedade.

Ouvindo o interessado, que apresentará os motivos de sua opposição, o Governador do Estado concederá ou negará o suppimento requerido.

Concedido o suppimento de licença, o concessionario prestará fiança ou depositará em alguma das estações fiscaes do Estado a somma que for arbitrada por arbitros nomeados pelos interessados, cada um pelo concessionario e outro pelo proprietario, os quaes, antes de começarem os trabalhos, accordarão em um terceiro para desempatar definitivamente entre elles.

## V

Caduca esta concessão:

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos mineraes concedidos;

Por abandono da mina.

Considerar-se-ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 90 dias, sem causa de força maior.

Para que o concessionario seja admittido a provar força maior é indispensavel que communique immediatamente ao Governador do Estado ou ao engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

Reconhecida oficialmente a força maior, será marcado prazo razoavel para recommear os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracções desta clausula, será imposta pena pecuniaria.

## VI

O concessionario obriga-se a fornecer o salitre necessario ás fabricas de polvora do Estado e á agricultura nacional, com um abatimento de 20 % em relação ao preço do salitre importado, afora os onus legais a que estão sujeitos os industriaes do paiz.

## VII

Igualmente fica o concessionario obrigado a estabelecer fabricas de refinação e industrias em que o azotato de potassio entre como materia prima.

## VIII

Fica reservado ao Estado o direito de adquirir da empreza, depois de passados 20 annos de seu trabalho, as nitreiras, instrumentos,apparelhos, viação, predios, etc., utilizados na laboração, indemnizando-a do valor do material fixo e rodante e dos predios, mediante avaliação de tres peritos nomeados, um por cada parte e o outro como se estipular; e pagando-lhe, como indemnização das terras adquiridas e dos lucros constantes, uma quantia igual á média de sua renda liquida nos ultimos cinco annos, tantas vezes quantas sejam a terça parte dos annos que faltarem para terminar o prazo da concessão.

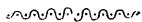
## IX

A transferencia desta concessão só poderá ser feita mediante prévia licença do Governo, observando-se o disposto no decreto n. 288 de 29 de março do anno passado.

## X

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não tenha sido comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891.— *B. de Lucena.*



## DECRETO N. 1413 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede á Companhia Confeiteira Nacional autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Confeiteira Nacional, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que a este acompanham; devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA

*Barão de Lucena*

## Estatutos da Companhia Confeiteira Nacional, a que se refere o decreto n. 1413 de 21 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SÉDE, OBJECTO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia Confeiteira Nacional fica constituida, com séde e fóro juridico nesta Capital Federal, a companhia que tem por fim :

a) explorar o negocio e industria de confeitarias, cafés ou botequins, como grandes centros de luxo de uma grande capital, com salões apropriados para banquetes e grandes reuniões ;

b) adquirir os estabelecimentos denominados Paschoal, Cailltau e Café do Rio, na rua do Ouvidor ns. 124 B a 130 ou outros quaesquer que convenham, para o que fica desde já a directoria com plenos poderes para comprar, vender, arrendar e assignar quaesquer contractos e escripturas ;

c) Importar por conta propria ou de terceiros os generos de seu commercio.

Art. 2.º A companhia reger-se-ha pelos presentes estatutos e legislação em vigor, e durará pelo prazo de 30 annos, não podendo ser antes dissolvida, salvo os casos previstos em lei.

Art. 3.º A companhia será administrada, gerida, dirigida e representada por sua directoria, a qual tem, pelos presentes estatutos, plenos, geraes, especiaes e irrevogaveis poderes, inclusive os em causa propria.

Art. 4.º O anno social decorrerá de 1 de janeiro a 31 de dezembro, sendo balanceados os negocios da companhia em cada semestre.

### CAPITULO II

#### DO CAPITAL E FUNDO DE RESERVA

Art. 5.º O capital social é de 3.000:000\$ dividido em 15.000 accções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado ao dobro, para o

que fica a directoria, desde já, investida dos competentes poderes.

Art. 6.º A companhia poderá emittir *debentures* até à importância do seu capital, para o que fica a directoria também autorizada. Neste caso ficarão as acções integralizadas, devendo, porém, a importância do sorteio ser escripturada como entradas de capital.

Art. 7.º Em cada semestre retirar-se-ha dos lucros liquidos uma quota de 5 % para um fundo de reserva, e sobre esse fundo será feita, pela conta de juros, a accumulção de 6 % ao anno.

Art. 8.º As acções serão nominativas e transferíveis por termos assignados pelo cedente e cessionario ou por seus representantes legais, em livro proprio, até sua integralização, feita a qual serão transformadas em titulos ao portador ou vice-versa, á vontade do accionista, precedendo proposta escripta.

Art. 9.º Depois da primeira entrada de 30 % no acto da subscrição, as outras, salvo o que determina o art. 6.º, parte 2ª, serão feitas conforme entender a directoria, devendo, porém, haver um intervallo pelo menos de 30 dias, entre uma e outra chamada de capital.

Art. 10. O accionista é responsavel pelo capital que subscrever em acções, e o que não realizar as suas entradas nos prazos annunciados, ou dentro dos 30 dias subseqüentes com multa de 10 %, incorrerá, á deliberação da directoria, na pena de commisso.

Art. 11. A directoria promoverá judicialmente a cobrança das entradas devidas pelos accionistas retardatarios, podendo, para esse fim, accionar os cedentes enquanto não cessar a respectiva responsabilidade.

### CAPITULO III

#### DOS ACCIONISTAS

Art. 12. E' accionista da companhia todo o possuidor de acção devidamente inscripta no respectivo registro da companhia.

Art. 13. A companhia não reconhece mais do que um proprietario em cada acção, e quando, por qualquer motivo ou titulo, uma acção pertencer a mais de uma pessoa, ficarão, a respeito daquella acção, suspensos todos os direitos, até que uma só pessoa ou entidade legalmente represente todos os co-participantes na mesma acção.

Art. 14. Os accionistas que transferirem acções em caução ou penhor mercantil, conservam o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os respectivos dividendos, salvo estipulação em contrario devidamente communicada á companhia pelos interessados.

## CAPITULO IV

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 15. A assembléa geral ordinaria terá logar todos os annos no correr dos mezes de abril ou maio e as extraordinarias quando convocadas.

Art. 16. Os accionistas poderão ser representados por procuradores e representantes legais e naturaes.

Não podem ser procuradores:

Os directores da companhia ;

Os individuos não accionistas ;

Os membros do conselho fiscal.

As procurações e documentos que teem direito de representação serão entregues á directoria tres dias antes de cada assembléa.

Art. 17. Cada grupo de cinco acções dá direito a um voto.

Só podem votar os accionistas que tiverem as acções registradas com trinta dias de antecedencia, ainda mesmo caucionadas.

Art. 18. As acções ao portador serão depositadas até 31 de dezembro do anno anterior, para que os portadores possam votar nas assembléas ordinarias, e de dez dias para as extraordinarias.

Art. 19. As convocações das assembléas geraes serão motivadas e annunciadas em folhas diarias, com antecedencia e nunca menor de quinze dias.

Art. 20. O accionista, ainda que não tenha o direito de votar, póde comparecer á assembléa geral e tomar parte nas discussões.

Art. 21. O presidente da assembléa geral será o da directoria.

Art. 22. O presidente designará dous accionistas presentes para servirem de secretarios, incumbindo ao primeiro lançar em livro proprio a acta da sessão.

Art. 23. Haverá um livro para presença dos accionistas nas assembléas geraes.

As deliberações das assembléas serão tomadas *per capita*, salvo quando reclamar um ou mais accionistas, que o seja por votação em escrutinio secreto, em cujo caso se procederá na razão de um voto por grupo de cinco acções.

Art. 24. Para que a assembléa geral possa funcionar validamente em primeira convocação, é indispensavel que esteja presente numero de accionistas que represente o quarto do capital social.

Art. 25. Não se reunindo o numero a que se refere o artigo anterior, será feita nova convocação com intervallo nunca inferior a oito dias, podendo então deliberar com qualquer numero de accionistas e de capital representado.

Art. 26. A assembléa geral que tiver de deliberar sobre reforma de estatutos, augmento de capital, prorrogação de prazo ou dissolução da companhia, só pôde funcionar com accionistas que representem dous terços do capital.

Art. 27. Só depois de terceira convocação, com intervallos nunca inferiores a oito dias, poderá a assembléa deliberar sobre os casos previstos no art. 27, qualquer que seja o numero de accionistas presentes.

Havendo terceira convocação, além dos avisos publicados na imprensa, haverá convites por cartas aos accionistas possuidores de acções nominativas.

Art. 28. A assembléa geral reunir-se-ha extraordinariamente quando convocada pela directoria, conselho fiscal, ou a requerimento de sete accionistas que representem, pelo menos, o quinto do capital social.

Art. 29. As actas das assembléas geraes ordinarias serão publicadas na imprensa até 30 dias depois da reunião.

## CAPITULO V

### DA DIVISÃO DE LUCROS

Art. 30. Só poderão fazer parte dos dividendos os lucros liquidos provenientes das operações effectivamente concluidas nos semestres de janeiro a junho e de julho a 31 de dezembro.

Art. 31. Os lucros liquidos terão a seguinte distribuição:

Até 5 % annuaes para fundo de reserva;

Até 15 % annuaes para dividendos sobre o capital realizado.

Do excedente retirar-se-ha uma quota á deliberação da directoria, para prefazer, com os juros de 6 % accumulados semestralmente, um fundo de integralização e o saldo será dividido em duas partes iguaes, para o incorporador e para os accionistas.

Art. 32. É permittido ao accionista antecipar as entradas de suas acções, vencendo o dividendo equivalente ao capital realizado.

Paragrapho unico. Considera-se a acção integralizada desde que o accionista tenha entrado com 75 % do capital de suas acções.

Art. 33. O fundo para reconstituição do capital poderá ser empregado em titulos de primeira ordem que produzam renda superior a 4 %.

Art. 34. Os *debentures* que forem sorteados serão carimbados e cessarão de vencer juros para os possuidores, desde que forem annunciados os respectivos numeros.

Art. 35. Logo que o fundo de reserva attingir á metade do capital realizado, cessará a accumulção, passando esta percentagem para avolumar o fundo especial ou de integralização.

Art. 36. Reverterão para o fundo especial os dividendos não reclamados durante o prazo de cinco annos.

## CAPITULO VI

## DA DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 37. A companhia será administrada por uma directoria de tres membros, sendo : um presidente, um thesoureiro-gerente e um secretario, eleitos pela assembléa geral por tres annos e reelegiveis.

§ 1.º Os honorarios dos directores serão: do presidente 12:000\$ annuaes, do thesoureiro 7:200\$000 e 4:200\$000 *pro labore* e do secretario 7:000\$000 tambem annuaes.

§ 2.º Quando algum director se achar impedido por mais de 60 dias, os outros em exercicio chamarão um accionista para exercer o cargo interinamente, durante aquelle impedimento ; si, porém, se der o facto quando já houver em exercicio dous directores interinos, a commissão de contas será ouvida na escolha do terceiro.

§ 3.º Si algum director eleito não acceitar o cargo depois de dissolvida a assembléa geral que o houver eleito, ou si elle vier a resignar o cargo ou a fallecer, se procederá como no caso do paragrapho precedente, exercendo o accionista chamado para preencher a vaga as funcções de director até á primeira reunião da assembléa geral, á qual cabe prover definitivamente o cargo pelo resto do tempo do mandato da directoria.

Art. 38. Cada director, antes de entrar em exercicio como effectivo ou interino, deverá depositar no cofre da companhia 50 acções em caução de sua gestão.

Art. 39. A directoria reunir-se-ha ordinariamente duas vezes por mez e extraordinariamente todas as vezes que a maioria quizer. De suas reuniões ordinarias ou extraordinarias lavrar-se-ha acta, que será assignada pelos directores presentes.

Art. 40. O presidente é substituido pelo secretario.

Art. 41. Compete á directoria:

§ 1.º Nomear, suspender e demittir os empregados, marcar-lhes vencimentos, fianças e attribuições.

§ 2.º Representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, podendo, para esse fim, constituir mandatarios.

§ 3.º Contractar o pessoal necessario para todos os serviços da companhia.

§ 4.º Fazer acquisição de bens moveis ou immoveis que entenda necessarios a novas installações referentes ao objecto da companhia.

§ 5.º Organizar o relatorio, contas e balanço que annualmente devem ser apresentados á assembléa geral.

§ 6.º Fazer chamadas de capital.

§ 7.º Fixar os dividendos semestraes.

§ 8.º Deliberar sobre a convocação da assembléa geral ordinaria ou extraordinaria.

§ 9.º Deliberar e resolver sobre todos os assumptos e negocios da companhia que não exijam autorização especial da assembléa geral.

§ 10. Contrahir empréstimo por *debentures* pela forma estabelecida.

§ 11. Requerer a nomeação de quem substitua os membros do conselho fiscal.

§ 12. Superintender e dirigir os negócios que forem do objecto da companhia e praticar em geral todos os actos para sua boa gestão.

Art. 42. O presidente é o órgão da directoria, competindo-lhe executar e fazer executar as deliberações desta e da assembleia geral; representar a companhia no fóro e fóra d'elle, constituindo ou não mandatarios revogaveis, assignar documentos que importem responsabilidade, contractos, escripturas, etc. etc.

Paragrapho unico. Os directores não contraem obrigações solidaria e pessoal pelos actos praticados no exercicio do mandato, mas respondem pelos prejuizos causados à companhia por fraude, dolo, culpa, negligencia ou omissão no desempenho das funções de que tratam estes estatutos ou a lei.

Art. 43. O conselho fiscal, composto de tres accionistas, será eleito annualmente em assembleia geral ordinaria, vencendo cada membro a gratificação de 2:400\$000 annuaes.

Art. 44. Haverá tres supplentes do conselho fiscal eleitos na forma do art.

Art. 45. Compete ao conselho fiscal :

§ 1.º Examinar os livros da companhia, verificar o estado da taxa e exigir quaesquer informações da directoria.

§ 2.º Dar parecer sobre as contas e balanços.

§ 3.º Suggestir quaesquer medidas e alvitres que entenda necessarios ao bem da companhia.

§ 4.º Em geral exercer todos os actos de fiscalização, de conformidade com as leis em vigor.

Art. 46. Os fiscaes podem assistir às sessões da directoria, nas quaes terão voto consultivo, e assignarão, quando o emittirem, a respectiva acta com a directoria.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 47. Nos casos de liquidação, expiração de prazo da companhia ou por qualquer outro motivo, a assembleia geral proverá acerca do modo de liquidação. Ainda depois de dissolvida, a companhia reputa-se existente para todas as operações e actos de liquidação.

Art. 48. O saldo a que se refere o art.      como bonificação ao incorporador, durará pelo prazo da companhia para si ou seus legitimos herdeiros.

Art. 49. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis em vigor.



Art. 50. Os accionistas concordam e approvam estes estatutos tal qual nelles se conteem.

Art. 51. A primeira directoria e o primeiro conselho fiscal, aquella por seis annos e este por um anno, serão compostos dos accionistas seguintes:

#### Directoria

Presidente—Commendor José Pereira da Rocha Paranhos.  
Thesoureiro-gerente—Severino Ferreira da Motta Machado.  
Secretario—A. M. Guimarães Graça.

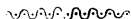
#### Conselho fiscal

Visconde de Assis Martins.  
Domingos Silverio Bittencourt.  
Commendador Antonio Pereira Cardoso.

#### Supplentes

- 1.º José Manoel Navarro.
- 2.º Antonio Augusto dos Santos.
- 3.º Henrique Guimarães.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1891.—O *incorporador*.



#### DECRETO N. 1414 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Determina que todos os cavallos introduzidos na Republica dos Estados Unidos do Brazil sejam marcados com um signal e dá outras providencias afim de evitar que animaes importados figurem como nascidos na Republica.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando a necessidade de fomentar o aperfeiçoamento da raça cavallar na Republica dos Estados Unidos do Brazil e garantir contra a fraude as exposições regionaes, de que trata o decreto n. 837 de 11 de outubro de 1890, e attendendo ao que representou a sociedade anonyma «Turf-Club», decreta:

1. Todos os animaes de raça cavallar procedentes de paiz estrangeiro, que entrarem no territorio da Republica, a contar

de 1 de julho do anno corrente, serão marcados nas alfândegas a ferro em braza, com um I romano, de seis centímetros de comprimento, apposto em posição vertical no pescoço e debaixo da crina.

II. Os introductores, no acto do despacho, exhibirão nas alfândegas duas cópias authenticas de fô-publica do documento de propriedade, origem e filiação do animal, das quaes uma ficará archivada na respectiva alfândega e a outra será officialmente transmittida ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para ser inscripta no registro geral (*Stud-Book*).

III. Os criadores nacionaes, a contar de 1 de julho deste anno em deante, serão obrigados a declarar perante as intendencias municipaes, durante o prazo de 30 dias, a data do nascimento do animal de raça, com declaração da filiação, cor natural, e quaesquer outros signaes, comprovados pelos respectivos documentos, de accordo com o modelo que a este acompanha; devendo as intendencias transmittir mensalmente à Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas cópia authenticas das declarações feitas sobre cada producto, para serem inscriptas no *Stud-Book*, cobrando as mesmas intendencias pelo registro e demais documentos moderada remuneração.

IV. Só poderão concorrer às exposições agricolas regionaes, de que trata o decreto n. 837 de 11 de outubro de 1890, os animais registrados no *Stud-Book*.

V. Fica creado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas o registro geral (*Stud-Book*) para os fins indicados nos artigos precedentes; devendo semestralmente a mesma Secretaria de Estado fazer publicar no *Diario Official* um extracto do alludido registro.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

MODELO A QUE SE REFERE O ART. III DO DECRETO N. 1414 DE 21  
DE FEVEREIRO DE 1891

N.....

*Certificado de fecundação*

Fecundação de (sujeito ao imposto de sello)  
189.. feita pelo  
garanhão, de ..... nomeado, .....

Signaes da egua	A egua nomeada.....
Paiz do nascimento.....	cujos signaes se acham juntos,
Especie.....	de propriedade do cidadão....
Seu pae.....	..... morador
Sua mãe.....	.....no municipio....
Tamanho.....	estado.....
Pello.....	tem sido coberta hoje pelo ga-
Cabeça.....	ranhão.....
Pernas.....	Recebi pela fecundação desta
Cauda.....	egua a somma de.....
	..... em..... 189..
	.....
A egua será apresentada ao	Visto e certificado pelo pro-
garanhão:	prietario do garanhão supra
Para 2ª coberta.....	indicado.
Para 3ª coberta.....	.....
Para 4ª coberta.....	

*Declaração do nascimento*

(Sujeita ao imposto do sello)

Eu abaixo assignado, proprietario da egua supra indicada, declaro que nasceu em..... de ..... de 189.. do garanhão e da egua supra indicados um...poldr... de pello..... cabeça..... pernas.....de nome..... em ..... de ..... de 189..

.....

O intendente do municipio, cidadão .....  
 ..... certifica que a declaração supra feita pelo  
 cidadão..... é verdadeira  
 ..... em .... de ..... de 189.

.....



## DECRETO N. 1415 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão de favores feita ao cidadão Augusto Candido Harache para estabelecer cinco engenhos centraes no Estado da Bahia.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros e mais favores feita ao cidadão Augusto Candido Harache, por decretos ns. 664 de 16 de agosto e 844 de 13 de outubro de 1890, para o estabelecimento de cinco engenhos de assucar e alcool de canna no Estado da Bahia, visto não terem sido cumpridas as condições que baixaram com os alludidos decretos.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1416 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão da garantia de juros e mais favores para o engenho central de Maricá.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$ ao cidadão Joaquim Mariano Alvares de Castro Junior para o estabelecimento de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, de que trata o decreto n. 647 de 9 de agosto de 1890, visto não ter esse cidadão cumprido as condições estipuladas no alludido decreto de concessão e regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1417 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva o plano e orçamento das obras projectadas, desenho dosapparelhos e descripção dos methodos de fabricação do engenho, central de Ubatuba, Estado de S. Paulo.

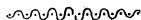
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o cidadão Firmino Joaquim Ferreira da Veiga, concessionario, por decreto n. 617 de 2 de agosto de 1890, de um engenho central de assucar e alcool de canna no municipio de Ubatuba, Estado de S. Paulo, resolve approvar o plano e orçamento de todas as obras projectadas, desenho dos apparelhos, descripção dos methodos de fabricação do dito engenho, de accordo com o art. 20, § 1º, do regulamento approved por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1418 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede permissão a João Francisco de Paula Castro para explorar ouro e outros mineraes no Estado de Minas Geraes.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu João Francisco de Paula Castro, resolve conceder-lhe permissão para explorar ouro e outros mineraes no municipio de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio , 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1418 desta data**

I

Fica concedido a João Francisco de Paula Castro o prazo de dous annos, contado desta data, afim de proceder a pesquisas e explorações para o descobrimento de minas de ouro e outros mineraes, em terras de sua propriedade, na freguezia de Antonio Pereira, municipio de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes.

## II

Dentro do referido prazo o concessionario deverá apresentar á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologicas e topographicas dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, quanto possivel, a superposição das camadas mineraes, acompanhadas de amostras dos mineraes encontrados, bem como declarará em minucioso relatório a possança e riqueza da mina, sua extensão e direcção, a distancia dos povoados mais proximos e os meios de comunicação existentes.

## III

O concessionario será obrigado a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar para realização dos alludidos trabalhos; a não perturbar os mananciaes indispensaveis ao abastecimento de quaesquer povoações; a dar conveniente direcção ás aguas que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultarem danos a terceiros; e a dessecar os terrenos que ficarem alagados, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo a não prejudicar a saude dos moradores da vizinhança.

## IV

Esta concessão é intransferivel, nos termos do art. 1º do decreto n. 288 de 29 de março do anno proximo passado.

## V

Satisfeitas as clausulas supramencionadas, será concedida autorização para a lavra da mina ou minas descobertas e exploradas, procedendo-se em tudo nos termos de direito.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1891.—*B. de Lucena.*



## DECRETO N. 1419 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva os estudos definitivos de mais vinte kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Minas e Rio, e os dos dez primeiros kilometros do ramal da Campaúba.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil,

attendendo ao que requereu a Companhia da Estrada de Ferro de Muzambinho, de conformidade com os decretos ns. 846, 1009 e 1186, de 11 de outubro, 14 de novembro e 19 de dezembro de 1890, resolve approvar os estudos definitivos de mais vinte kilometros de prolongamento da Estrada de Ferro Minas e Rio, de Tres Corações até Salto Grande da Mutuca, e bem assim os dos dez primeiros kilometros do ramal da Campanha.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1420 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

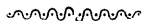
Concede autorização a Antonio Baptista de Oliveira Barros Junior e outro para alterarem o art. 2º dos estatutos da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Antonio Baptista de Oliveira Barros Junior e Jayme Gomes de Souza Lemos, incorporadores da Companhia Agricola e Pastoril Sul e Oeste de Minas, resolve conceder-lhes autorização para alterarem o art. 2º dos estatutos da mesma companhia, o qual ficará redigido do seguinte modo: — O capital da companhia será de 500:000\$, dividido em duas mil e quinhentas acções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado a 2.000:000\$, mediante autorização da assemblea geral. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*





## DECRETO N.º 1420 A — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Amplia as attribuições dos substitutos dos juizes seccionaes e dá outras providencias.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que os juizes seccionaes, para bem desempenharem as suas funcções, precisam de ser efficazmente auxiliados pelos seus substitutos e pelas justicas locaes, mórmente nos Estados de mais vasto territorio ou de mais difficéis communicações,

Decreta:

Art. 1.º Compete aos substitutos dos juizes seccionaes, além das attribuições expressas no decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, auxiliá-los nos actos preparatorios dos processos crimes e civeis de sua jurisdicção, não podendo, porém, proferir sentença definitiva, ou interlocutoria com força de definitiva, nem o despacho de pronuncia, salvo no caso de substituição plena em um ou mais feitos.

Parapho unico. Do aggravado de despacho interlocutorio proferido pelo substituto conhece o juiz seccional.

Art. 2.º Em casos de urgente diligencia ou de providencias que não admittam demora, podem as autoridades locaes, independentemente de requisição da federal, estando esta ausente, tomar e autorizar as medidas assecutorias de direitos ou preventivas de damno ou perigo imminente, participando-o logo ao juiz competente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1420 B — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Marca a gratificação de 1:800\$ annuaes ao procurador geral da Republica e dá outras providencias.

O Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em consideração as importantes attribuições

conferidas ao procurador geral da Republica, e que é de justiça e conveniencia dar uma gratificação especial ao ministro do Supremo Tribunal Federal que houver de exercel-as, assim como habilital-o com os meios indispensaveis para a correspondencia e serviço de escripta que tem a seu cargo.

Decreta:

Art. 1.º O procurador geral da Republica, no exercicio deste cargo, terá, além dos vencimentos de membro do Supremo Tribunal Federal, fixados pelo art. 33 do decreto n. 848 de 14 de outubro de 1890, a gratificação annual de 1:800\$000.

Art. 2.º Um dos amanuenses da secretaria será designado pelo presidente do tribunal para o expediente a cargo do procurador geral da Republica, a quem ficará immediatamente subordinado o mesmo empregado.

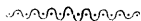
Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3.º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1420 C — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Faz extensivo o decreto n. 956 de 6 de novembro de 1890 aos magistrados que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados e continuarem a perceber vencimentos pelos cofres federaes.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em consideração que o pensamento do decreto n. 956 de 6 de novembro de 1890 foi tornar o monte-pio obrigatorio para todos os magistrados que perceberem vencimentos pelos cofres geraes da Nação, e que nestas condições se acham os juizes de direito e desembargadores que não forem aproveitados na organização da justiça dos Estados e ficarem em disponibilidade ou forem aposentados pelo Governo Federal,

Decreta :

Art. 1.º Ficam comprehendidos na disposição do art. 3.º do decreto n. 956 de 6 de novembro de 1890, para todos os effeitos legais, os magistrados que não forem aproveitados na organiza-

ção da justiça dos Estados e continuarem a perceber vencimentos de actividade ou inactividade pelos cofres federaes.

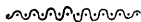
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



DECRETO N. 1420 D — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera o decreto n. 1018 de 11 de novembro de 1890.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando a necessidade de resolver os direitos adquiridos, assim dos membros do Supremo Tribunal de Justiça que não foram aproveitados, na organização federal, como dos juizes seccionaes e membros do Supremo Tribunal Federal, que houverem antes da nomeação prestado outros serviços publicos,

Decreta :

Art. 1.º O decreto n. 1018 de 14 de novembro de 1890 será observado com as seguintes modificações:

§ 1.º Os membros do Supremo Tribunal de Justiça, não aproveitados na organização federal, serão aposentados com todos os seus vencimentos.

§ 2.º Os membros do Supremo Tribunal Federal e os juizes seccionaes, que se invalidarem antes ou depois de haverem completado no exercicio da justiça federal dez annos de serviços, serão aposentados em conformidade dos arts. 33 e 39 do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, computando-se por metade o tempo de serviço prestado em outros cargos publicos.

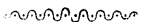
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1420 E — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera o quadro do pessoal do Corpo de Saude da Armada, dando-lhe nova classificação.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha sobre a conveniencia de alterar o quadro do Corpo de Saude da Armada, dando-lhe nova classificação, compativel com as necessidades do serviço;

Resolve:

Art. 1.º O quadro do pessoal do Corpo de Saude da Armada se comporá de:

- 1 Inspector de saude naval, contra-almirante ;
- 2 Cirurgiões de 1ª classe, capitães de mar e guerra ;
- 3 Cirurgiões de 2ª classe, capitães de fragata ;
- 6 Cirurgiões de 3ª classe, capitães-tenentes ;
- 54 Cirurgiões de 4ª classe, primeiros tenentes ;
- 1 Pharmaceutico, chefe de pharmacia, capitão de fragata ;
- 2 Pharmaceuticos de 1ª classe, capitães-tenentes ;
- 3 Pharmaceuticos de 2ª classe, primeiros tenentes ;
- 6 Pharmaceuticos de 3ª classe, segundos tenentes ;
- 60 Enfermeiros navaes, primeiros sargentos.

Art. 2.º As attribuições conferidas pelo regulamento annexo ao decreto n. 683 de 23 de agosto ultimo aos Cirurgiões de 3ª classe serão applicaveis aos da 4ª classe, as dos de 2ª aos da 3ª, e assim por deante.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 21 de fevereiro de 1891,  
3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Fortunato Foster Vidal.*



## DECRETO N. 1420 F — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1891

Fixa a despesa do Ministerio dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos para o exercicio de 1891.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, considerando que em consequencia das diversas reformas realizadas nos estabelecimentos a cargo do Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos

não pôde vigorar no exercício de 1891 o orçamento de 1890, tornando-se indispensável fixar a despesa do mesmo Ministerio no referido exercício de 1891, resolve decretar :

Art. 1.º A despesa do Ministerio dos Negocios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos é fixada no exercício de 1891 na importancia de quatorze mil novecentos e trinta e seis contos oitocentos e sessenta e dous mil réis (14.936:862\$000), distribuida pelas seguintes rubricas :

	Total
1 Secretaria de Estado.....	198:000\$000
2 Conselho de Instrução Superior.....	45:900\$000
3 Faculdade de Direito de S. Paulo.....	246:700\$000
4 Secretaria e bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo.....	113:500\$000
5 Faculdade de Direito do Recife.....	246:700\$000
6 Secretaria e bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife.....	113:500\$000
7 Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	314:800\$000
8 Secretaria, bibliotheca e laboratorios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro...	310:880\$000
9 Faculdade de Medicina da Bahia.....	314:800\$000
10 Secretaria, bibliotheca e laboratorios da Faculdade de Medicina da Bahia .....	310:880\$000
11 Escola Polytechnica.....	283:000\$000
12 Secretaria e bibliotheca da Escola Polytechnica .....	216:074\$000
13 Escola de Astronomia e Engenharia Geographica.....	24:080\$000
14 Escola de Minas de Ouro Preto.....	221:980\$000
15 Inspectoria Geral de Instrução Primaria, Secundaria e Normal.....	135:920\$000
16 Instrução primaria de 1º e 2º grãos.....	1.273:640\$000
17 Pedagogium .....	50:200\$000
18 Internato do Gymnasio Nacional.....	215:805\$000
19 Externato do Gymnasio Nacional .....	188:995\$000
20 Escola Normal.....	130:360\$000
21 Escola Nacional de Bellas Artes.....	150:520\$000
22 Instituto Nacional de Musica.....	110:320\$000
23 Instituto Benjamin Constant.....	186:030\$000
24 Instituto dos Surdos-Mudos.....	65:565\$000
25 Bibliotheca Nacional.....	146:680\$000
26 Museo Nacional.....	104:760\$000
27 Correio Geral.....	4.565:689\$500
28 Telegraphos .....	3.869:183\$000
29 Estabelecimentos subsidiados pelo Estado..	123:400\$000
30 Pensões e commissões.....	59:000\$000
31 Obras .....	400:000\$000
32 Eventuaes .....	200:000\$000
<b>Total.....</b>	<b>14.936:862\$000</b>

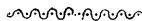
Art. 2.º As quantias correspondentes ás mencionadas rubricas serão despendidas de accordo com a tabella explicativa que acompanha o presente decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 22 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*João Barbalho Uchôa Cavalcanti.*



DECRETO N. 1420 G — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1891

Abre ao Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para liquidação do exercicio de 1890, credito supplementar de 6.205:249\$399.

O Chefe do Governo Provisorio, da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação:

Tendo ouvido o Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; e

Considerando que, si diversos creditos consignados pela lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888 para despezas do referido Ministerio no exercicio de 1890 deixaram sobras, na total importancia de 5.666:223\$399, conforme demonstra a tabella n. 2 que acompanha o presente decreto; varios outros não foram suficientes para occorrer no mesmo exercicio ás necessidades creadas pela reorganização e desenvolvimento dos serviços:

Resolve abrir ao sobredito Ministerio, para liquidação do exercicio de 1890, o credito supplementar de seis mil duzentos e cinco contos duzentos quarenta e nove mil oitocentos noventa e nove réis (6.205:249\$399), que será distribuido na forma indicada pela tabella n. 1 que com este baixa.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario, de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim fará executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 22 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Exercício de 1890

## Demonstração do estado de varias rubricas e creditos do exercicio de 1890

RUBRICAS E CREDITOS	VOTADO	DESPEZA AUTORIZADA	AUGMENTO NECESSARIO
<i>Rubricas</i>			
1.º Secretaria de Estado .....	219:948\$000	290:015\$450	70:067\$450
4.º Instituto Fluminense de Agricultura .....	24:000\$000	29:410\$440	2:410\$440
6.º Aquisição de sementes e plantas .....	6:000\$000	8:325\$000	2:325\$000
8.º Eventuaes .....	10:000\$000	41:220\$005	31:220\$005
9.º Passeio Publico .....	8:400\$000	9:176\$110	776\$110
11.º Corpo de Bombeiros .....	397:799\$800	412:768\$432	14:968\$632
12.º Illuminação publica .....	839:802\$174	894:936\$427	25:134\$253
14.º Estrada de Ferro Central do Brazil .....	8,841:181\$948	10,209:762\$000	1,398:577\$052
15.º Estrada de Ferro de Baturité .....	299:275\$000	415:908\$494	116:683\$494
17.º Estrada de Ferro de Paulo Afonso .....	156:369\$500	185:813\$933	29:444\$433
18.º Estrada de Ferro do Recife a S. Francisco .....	684:213\$800	1,036:836\$526	352:622\$726
20.º Estrada de Ferro de Porto Alegre á Uruguayana .....	817:993\$409	1,183:286\$884	388:293\$425
21.º Obras Publicas .....	2,761:081\$500	3,772:824\$681	11:743\$181
<i>Creditos</i>			
(Leis ns. 1953 de 17 de julho de 1871 art. 2º § 2º e 3351 de 20 de outubro de 1887) Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.	1,750:000\$000	1,774:334\$890	24:334\$890
(Leis ns. 1953 de 17 de julho de 1871 art. 2º § 2º e 3349 de 20 de outubro de 1887 art. 7º § 1º n. 5) Estrada de Ferro do Recife a Caruarú .....	3,000:000\$000	4,397:030\$857	1,397:030\$857
(Lei n. 2910 de 31 de outubro de 1871) art. 23) Prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité .....	1,000:000\$000	1,214:172\$388	214:172\$388
(Lei n. 2339 de 22 de setembro de 1875) Obras para abastecimento de agua á Capital e custeio do tramway do Rio do Ouro .....	979:734\$000	3,125:199\$533	2,145:465\$533
	22,735:802\$131	23,001:052\$030	6,205:249\$899

Sala das sessões do Governo Provisorio. 22 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.— B. de Lucena.

## N. 2

## Exercício de 1890

## Demonstração do estado de varias rubricas e credits

SS	RUBRICAS E CREDITOS	VOTADO	DESPESA AUTORIZADA	SALDO
	<i>Rubricas</i>			
5	Auxilio para escolas praticas de agricultura, estações agronomicas, escolas industriaes e profissionais em diferentes Estados da Republica, etc...	408:000\$000	273:447\$907	134:552\$093
13	Garantia de juros a estradas de ferro, etc.....	8.221:254\$815	7.623:347\$142	597:907\$703
19	Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco (prolongamento).	602:358\$000	439:975\$890	102:382\$110
22	Esgoto da cidade.....	2.164:780\$000	2.070:207\$063	94:572\$931
24	Terras publicas e colonização, etc.....	40.000:000\$000	9.128:202\$159	871:797\$841
25	Catechese.....	220:000\$000	160:298\$736	59:701\$204
26	Subvenção a companhias de navegação a vapor.....	2.736:800\$000	2.555:033\$308	181:766\$692
30	Garantia de juros a empresas de engenhos centrais.....	500:000\$000	345:580\$435	154:419\$565
	<i>Credits especiais</i>			
	(Lei n. 2670 de 20 de outubro de 1875, art. 18). Prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, incluídos os trabalhos além da cidade de Sabará.	3.000:000\$000	1.412:033\$161	1.587:966\$831
	(Lei n. 3139 de 21 de outubro de 1882) Prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana....	354:730\$000	195:246\$000	159:484\$000
	(Lei n. 2397 de 10 de setembro de 1873). Construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Cacequy.....	600:000\$000	558:252\$500	11:747\$500
	(Lei n. 3141 de 30 de outubro de 1882, art. 7º, § 1º, n. IV) Garantia de juros para o melhoramento do porto da Fortaleza e construção da respectiva alfandega.....	175:227\$014	168:747\$014	6:480\$000
	(Lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888) Para o prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral.....	800:000\$000	707:631\$909	92:368\$091
	(Lei n. 3387 de 24 de novembro de 1888) Para pagamento da garantia de juros por concessões autorizadas na sobredita lei..	2.000:000\$000	1.709:802\$322	290:197\$678
	(Leis ns. 2397 de 10 de setembro de 1873 e 3351 de 20 de outubro de 1887) Estrada de Ferro de Bagé á Urugayana.....	6.000:000\$000	4.703:121\$140	1.290:878\$860
		37.783:149\$821	32.116:926\$430	5.666:223\$399

Sala das sessões do Governo Provisorio, 22 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.— B. de Lucena.



## DECRETO N. 1421—DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Altera o art. 28 do regulamento de 2 de maio de 1890 para o Collegio Militar.

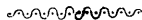
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo em consideração a proposta apresentada pelo conselho de instrucção do Collegio Militar, resolve alterando o art. 28 do regulamento que baixou com o decreto n. 371 de 2 de maio do anno passado, decretar que os aluinnos do mesmo collegio, que tiverem sido reprovados em uma unica materia, possam fazer novo exame por occasião das matriculas do anno seguinte.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerre assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*



## DECRETO N. 1422 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização ao Banco Italia Brazile para organizar a sociedade anonyma L' Italia.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação attendendo ao que requereu o Banco Italia Brazile devidamente representado, resolve conceder-lhe autorização para organizar a sociedade anonyma L'Italia, com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, a mesma sociedade constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da sociedade anonyma de importação e exportação L'Italia, a que se refere o decreto n. 1422 de 23 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### DENOMINAÇÃO, FINS E SÉDE DA SOCIEDADE

Art. 1.º Fica constituida uma sociedade anonyma na cidade do Rio de Janeiro, sob a denominação—L'Italia—sociedade anonyma de importação e exportação, cuja duração será de 30 annos.

Art. 2.º Tem ella por fim o commercio de importação de quaesquer artigos de varias procedencias, especialmente da Italia, a saber: vegetaes, drogas, comestiveis, vinhos, cordagens, marmores, artefactos industriaes e todos os mais productos que pela excellencia de suas qualidades e modicidade de seu preço tornem-se de prompta acceitação no mercado brasileiro; destina-se igualmente ao commercio de exportação de generos deste paiz para os mercados estrangeiros.

Art. 3.º No intuito de facilitar o começo de operações commerciaes, a sociedade poderá desde logo adquirir para si um ou mais estabelecimentos de igual natureza que já se achem fundados nesta Capital e offereçam solida garantia de clientella.

Art. 4.º A sociedade poderá ter nas diversas localidades da Republica e no estrangeiro casas filiaes, ficando desde já a directoria autorizada a estabelecer-as á medida que lhe parecer conveniente para o desenvolvimento das transacções de seu commercio.

Art. 5.º Como meio de propagal-o, a sociedade terá junto á sua séde e tambem nas casas filiaes, si conhecer vantagem nisso, uma exposição permanente de amostras dos generos expostos á venda, escrupulosamente escolhida e classificada, de modo a attrahir a concorrência publica para os productos que ellas representem.

Art. 6.º Findo o prazo de duração da sociedade, poderá ser elle renovado em assembléa geral dos accionistas.

### CAPITULO II

#### CAPITAL SOCIAL

Art. 7.º O capital social é fixado em 1.000:000\$, dividido em 5.000 accções de 200\$ cada uma, e poderá ser elevado a 2.000:000\$000.

Art. 8.º As entradas realizar-se-hão: 30 % no acto da subscripção dos presentes estatutos e o restante por chamadas, nunca de mais de 10 % e nem com intervallos entre duas de prazo menor de 60 dias.

Art. 9.º O accionista impontual na entrada das quotas de sua acção, si a chamada for annunciada pela imprensa diaria com antecedencia de 15 dias, será admittido a prorogar a móra, pagando 1 % ao mez até ao prazo de tres mezes; findo este prazo, a directoria declarará em commisso a acção ou pelos meios judiciaes obrigará o accionista a realizar a entrada retardada, com o mencionado premio da móra.

Art. 10. O anno social coincidindo com o civil, os balanços da sociedade comprehenderão os semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno.

Art. 11. Dos lucros liquidos no fim de cada semestre será tirada uma quota, determinada pela directoria, para formar o fundo de reserva até que este atinja a 50 % do capital social.

Art. 12. Deduzida a referida quota, o restante formará o dividendo para ser repartido entre os accionistas.

Art. 13. Quando o dividendo representar 8 % do capital realiado, do excedente deduzir-se-hão 15 % sobre os lucros liquidos para serem divididos igualmente entre os membros da directoria, como remuneração do seu trabalho, e o mais que sobrar augmentará a verba do dividendo aos accionistas.

Art. 14. Somente farão parte do dividendo os lucros resultantes de operações commerciaes effectivamente liquidadas em cada semestre.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIA

Art. 15. A directoria da sociedade compor-se-ha por emquanto de dous membros, accionistas, dos quaes um será o presidente e ao mesmo tempo gerente dos estabelecimentos commerciaes, e o outro thesoureiro-secretario.

§ 1.º Si a directoria reconhecer a necessidade pelo augmento de trabalho de mais um membro, escolherá um terceiro accionista para fazer parte della, até á primeira reunião da assembléa geral, em que então terá logar a eleição definitiva do novo director. Este accumulará as funções de sub-gerente.

Art. 16. O mandato da directoria durará cinco annos e poderá ser renovado em parte ou na totalidade de seus membros.

Art. 17. A directoria compete :

1.º Todos os contractos e acquisições necessarias para a realização dos fins da sociedade, inclusive a de adquirir um predio em condições de servir para a séde dos estabelecimentos commerciaes ;

2.º Deliberar sobre todos os assumptos concernentes á marcha da sociedade, que não estiverem por estes estatutos a cargo exclusivo do presidente.

Art. 18. A directoria reunir-se-ha em sessão ordinaria, pelo menos, uma vez semanalmente, e em sessões extraordinarias

sempre que for convocada pelo presidente ou deliberada pelos outros dous directores.

Art. 19. São attribuições do presidente :

- 1.º Dirigir todo o movimento commercial da sociedade ;
- 2.º Propôr à directoria a criação de empregos, fixação dos respectivos vencimentos e provimento delles ;
- 3.º Propor igualmente a epoca das chamadas de entradas das acções, organizar os balanços, o relatorio dos negocios occorridos no semestre findo e apresentar uns e outros à assembléa geral dos accionistas, depois de approvados pela directoria ;
- 4.º Representar a sociedade em todas as suas transacções e negocios forenses, escolhendo pessoa de sua immediata confiança para defender os direitos della em juizo ;
- 5.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas, nos termos destes estatutos ;
- 6.º Assignar com o thesoureiro os documentos de divida, e só o expediente dos negocios da sociedade.

Art. 20. O secretario e sub-gerente coadjuva o presidente e o substitue em seus impedimentos, cabendo-lhe especialmente :

- 1.º Apresentar semestralmente à directoria o balancete demonstrativo das operações effectuadas, entrada, sahida e existencia de generos ;
- 2.º Organizar a exposição permanente, de que trata o art. 5º ;
- 3.º Redigir as actas das reuniões da directoria e da assembléa geral dos accionistas ;
- 4.º De accordo com o presidente, redigir e fiscalizar a correspondencia commercial ;
- 5.º Fiscalizar a escripturação e o trabalho dos empregados, bem como o archivo, além de que todo o expediente esteja em devida ordem e feito com pontualidade.

Art. 21. São attribuições do thesoureiro :

- 1.º Coadjuvar e substituir o secretario em seus impedimentos ;
- 2.º Guardar em seu poder os valores e titulos da sociedade ;
- 3.º Depositar em banco designado pela directoria os capitães excedentes às transacções diarias ;
- 4.º Effectuar os pagamentos autorizados pela directoria ;
- 5.º Assignar com o presidente as lettras e outros titulos de divida activa ou passiva ;
- 6.º Saccar da mesma forma sobre o banco depositario.

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 22. O conselho fiscal será formado de tres membros, accionistas, eleitos annualmente, e de outros tantos supplentes nas mesmas condições, para substituição dos impedidos durante o anno.

Art. 23. Cabe ao conselho fiscal :

- 1.º Examinar semestralmente os relatorios e balanços da directoria antes de serem apresentados à assembléa geral dos accionistas, e sobre uns e outros emittir seu parecer ;

2.º Suggestir quaesquer alvitres e medidas concernentes ao progresso da sociedade ;

3.º Examinar os livros da sociedade e o estado de sua caixa;

4.º Exercer todos os mais actos de fiscalização, de accordo com as leis da Republica.

Art. 24. Os membros do conselho fiscal poderão assistir ás reuniões da directoria, e terão nellas sómente voto consultivo.

Art. 25. Os membros da directoria e os do conselho fiscal vencerão os honorarios que forem determinados pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 26. A ausencia ou impedimento de qualquer membro da directoria ou do conselho fiscal, quando não for em serviço da sociedade ou por motivo justificado, importará a resignação do cargo.

Art. 27. Neste caso a directoria providenciará sobre a substituição provisoria até a primeira reunião da assembléa geral dos accionistas.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 28. A assembléa geral dos accionistas será composta de todos os accionistas, mas sómente terão voto os que possuirem o numero minimo de cinco acções registradas em seu nome no livro de transferencias com a antecedencia de 30 dias.

Art. 29. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente uma vez por anno, no fim de cada anno social, para exame e approvação de contas e relatorios da directoria, e para eleições a que tenha de proceder.

Art. 30. Reunir-se-ha extraordinariamente quando para fim especial e annuciado for convocada pela directoria ou por um numero de accionistas, que representem metade do capital social; nestas reuniões não se poderá tratar de assumpto alheio ao da convocação.

Art. 31. As sessões da assembléa geral serão presididas pelo presidente da directoria, ou quem o substituir no cargo, e para funcionar legalmente em primeira reunião precisará de um numero de accionistas que represente metade do capital social.

Parapho unico. Não comparecendo accionistas em numero sufficiente, será convocada nova reunião com a declaração de que a assembléa deliberará, qualquer que seja o capital representado, preceito de oito dias o annuncio da convocação.

Art. 32. A assembléa que tiver de deliberar sobre alteração de estatutos, ou capital, renovação de prazo ou liquidação da sociedade, só funcionará em primeira reunião com accionistas, representando dous terços do capital social.

Art. 33. Salvo resolução especial, as votações serão tomadas por maioria de votos dos accionistas presentes; quando a assem-

bléa deliberar que sejam por acções, cada grupo de cinco acções dará direito a um voto, não podendo nenhum accionista dispôr de mais de 20 votos.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

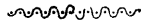
Art. 34. Os accionistas eleitos para o cargo de director, antes de tomarem posse do dito cargo, caucionarão no cofre da sociedade 50 acções, que só poderão retirar d'elle depois de approvadas as ultimas contas de sua gestão.

Art. 35. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pela legislação vigente sobre sociedades anonymas.

Art. 36. A primeira directoria, bem como o primeiro conselho fiscal, serão eleitos na assemblea geral de installação da sociedade.

Capital Federal, de janeiro de 1891.— O incorporador, Banco Italia-Brasile.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1891.—Pelo Banco Italia-Brasile, *Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo*, presidente do banco.



### DECRETO N. 1423 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva a planta para desapropriação, por utilidade publica, do terreno necessario á estação de bombeiros, em construcção á rua Oito de Dezembro.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, approva a planta para desapropriação, por utilidade publica, do terreno necessario á estação de bombeiros, em construcção á rua Oito de Dezembro, a qual com este baixa rubricada pelo chefe interino da primeira Directoria das Obras Publicas.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3<sup>a</sup> da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1424 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Approva provisoriamente, com modificações, os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, a que se refere o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, de Uberaba a S. Pedro de Uberabinha, e reduz o respectivo orçamento.

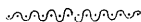
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, resolve approvar provisoriamente, e com modificações, os estudos do prolongamento da mesma estrada, a que se refere o decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, desde Uberaba até S. Pedro de Uberabinha, na extensão de 137 kilometros, sendo reduzido o respectivo orçamento de 3.786:273\$535 a 3.337:892\$910, ou a razão de 24:364\$181 por kilometro.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1425 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Modifica o tracado do prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, resolve que o prolongamento da Estrada de Ferro do Paraná, a que se refere o decreto n. 907 de 18 de outubro de 1890, tenha por ponto de partida Restinga-Secca, em vez do porto do Amazonas, ficando assim modificado, nesta parte, não só o citado decreto, como o respectivo contracto.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 1426 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a José Thomaz Pimentel Barbosa e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Mineira.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram José Thomaz Pimentel Barbosa e Francisco Carlos Bricio, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Cooperativa Mineira, e com os estatutos que apresentaram; não podendo, porém, a mesma sociedade constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Cooperativa Mineira, a que se refere o decreto n. 1426 de 23 de fevereiro de 1891

### CAPITULO I

#### FINS DA COMPANHIA, SUA SÉDE, DURAÇÃO

Art. 1.º Fica estabelecida nesta cidade de S. José de Além-Parahyba, comarca do Parahyba, Estado de Minas Geraes, uma sociedade anonyma sob a denominação — Companhia Cooperativa Mineira, que reger-se-ha pelos presentes estatutos e pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Tem sua séde, administração, fóro civil e commercial nesta mesma cidade de S. José de Além-Parahyba.

Art. 2.º Seu principal objecto é o estabelecimento de armazens de secos e molhados, fazendas, armarinho, ferragens, louça, calçado, chapéos, etc. etc., não só nesta cidade como em qualquer ou quaesquer outros pontos do municipio para a venda em grosso a commerciantes e a particulares.

Para esse fim a companhia importará directamente, não só do estrangeiro como de outros Estados do Brazil, os generos de seu commercio.



Art. 3.º Além dos casos mencionados no artigo antecedente, a companhia propõe-se a receber e vender o café que lhe for remetido, mediante modica percentagem.

Art. 4.º A companhia durará 30 annos da data da approvação destes estatutos, prazo este que poderá ser prorogado, segundo as disposições da lei.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL, SEU MOVIMENTO E APPLICAÇÃO

Art. 5.º A companhia é constituída com o capital de 1.000:000\$, dividido em 5.000 acções, do valor nominal de 200\$ cada uma, realizada a primeira entrada de 30 % do capital, conforme a lei.

Noventa dias depois da installação legal da companhia se fará a segunda entrada de 20 % do capital.

Os outros 50 % do capital serão realizados de accordo com o disposto no art. 9º § 2º, destes estatutos.

Art. 6.º Por deliberação da assembléa geral dos accionistas poderá ser elevado o capital da companhia, e resolvido o augmento terão os accionistas primitivos o direito de preferencia para aquisição das novas acções, na proporção das que já possuirem e ao preço por que foram emittidas.

Paragrapho unico. A emissão nunca será abaixo do par e si as acções obtiverem premio será este destinado ao fundo de reserva.

Art. 7.º A segunda e ultima entrada do capital subscripto será realizada conforme o disposto no art. 5º, precedendo avisos publicados pela directoria, nunca menos de tres vezes nos jornaes de maior circulação da Capital Federal e na folha da localidade.

Paragrapho unico. O accionista que deixar de fazer esta segunda entrada no prazo determinado, perderá, em beneficio da companhia, a primeira, salvo força maior, justificada perante a directoria.

Art. 8.º A companhia constituirá um fundo de reserva que será formado de 10 % dos lucros liquidos.

§ 1.º Este fundo se destina a fazer face á perda de capital.

§ 2.º O maximo do fundo de reserva será igual a 50 % do capital social, cessando a deducção desde que o fundo de reserva ficar assim completado.

§ 3.º O fundo de reserva será convertido em apolices geraes ou do Estado de Minas, bilhetes do Thesouro ou quaesquer outros titulos que offereçam inteira confiança, a juízo da directoria, consultado o conselho fiscal.

§ 4.º Os juros desses titulos terão a mesma applicação.

Art. 9.º Os lucros liquidos semestraes, depois de deduzidos os 10 % para o respectivo fundo de reserva, serão levados á conta de—lucros e perdas.

§ 1.º Dos lucros liquidos, depois de deduzidos os 10 %, se fará um dividendo até 12 % sobre o capital social realizado.

§ 2.º Havendo excesso de lucro acima do dividendo determinado de 12 %, esse excesso será repartido, a metade para integralização do capital social e a outra metade pelos incorporadores desta companhia, José Thomaz Pimentel Barbosa e Francisco Carlos Bricio, por si e seus herdeiros.

§ 3.º Havendo desfalque de capital, em virtude de perdas, não se fará dividendos enquanto não for integralmente recomposto.

§ 4.º Os dividendos que não forem reclamados cinco annos depois da data do annuncio para seu pagamento, prescreverão em favor da companhia.

### CAPITULO III

#### DOS ACCIONISTAS

Art. 10. Qualquer pessoa ou associação, nacional ou estrangeira, poderá ser accionista e com direito a representar-se pela forma seguinte:

- 1.º As firmas sociaes por um dos socios ;
- 2.º As mulheres por seus maridos ;
- 3.º Os interdictos por seus curadores ;
- 4.º Os ausentes ou impedidos por procuradores, sejam estes ou não accionistas ;
- 5.º As sociedades ou corporações por seus directores ;
- 6.º Os acervos *pro indiviso* pelos inventariantes ;
- 7.º Os menores por seus paes, tutores ou curadores.

Art. 11. A acção é indivisivel com relação á companhia e, si o respectivo titulo ou titulos pertencerem a mais de uma pessoa, ficará suspenso o exercicio do direito que d'elle se derivar, até que sejam representados por um só proprietario.

Art. 12. Os accionistas que derem as suas acções em caução ou penhor mercantil conservam o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os dividendos, salvo estipulação expressa em contrario, que deverá ser communicada á companhia pelos interessados.

### CAPITULO IV

#### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 13. A assembléa geral dos accionistas deverá reunir-se ordinariamente uma vez por anno, no mez de janeiro, e extraordinariamente quando a directoria ou o conselho fiscal julgarem necessario ou quando a reunião for requerida á directoria por accionistas que sejam possuidores de acções, representando uma quinta parte do capital social.

Art. 14. Para constituir-se a assembléa geral ordinaria é necessario que se reunam accionistas que representem pelo menos uma quarta parte das acções emitidas.

Exceptuam-se os casos em que por estes estatutos e pela legislação em vigor é necessario que se reunam accionistas que representem dous terços das acções.

Art. 15. Si no dia e hora aprazados não comparecerem accionistas em numero sufficiente para constituir a assembléa geral, será convocada por annuncios nova reunião, a qual deliberará validamente, qualquer que seja a somma do capital representado. Tratando-se porém da reforma de estatutos, observar-se-ha o que está disposto em lei.

Art. 16. A assembléa geral é constituida com todos os accionistas que a ella comparecerem pessoalmente ou se fizerem representar e possuirem acções inscriptas com antecedencia de 30 dias no registro da companhia.

§ 1.º A votação será contada para todos os effeitos na razão de um voto por cinco acções.

§ 2.º O accionista que possuir menos de cinco acções poderá tomar parte nas discussões, mas não terá direito a votar.

Art. 17. A assembléa geral será presidida por um accionista aclamado na occasião. O presidente aclamado nomeará dous accionistas para servir de secretarios.

Art. 18. Nas reuniões ordinarias serão apresentados a exame e deliberação da assembléa o relatorio da directoria, balanços e demonstrações das contas e o parecer do conselho fiscal.

§ 1.º Depois de discutidos o relatorio e o parecer e julgadas as contas, seguir-se-ha a eleição do conselho fiscal futuro, que será sempre annual, e a eleição dos directores quando tenha terminado o prazo do mandato.

§ 2.º Nas sessões extraordinarias sómente se tratará do assumpto especial que tiver occasionado a convocação.

Art. 19. Além das attribuições especificadas nestes estatutos para julgamento das contas, eleição da directoria e dos membros do conselho fiscal, alteração dos estatutos e dissolução da companhia, compete mais à assembléa geral dos accionistas tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia.

## CAPITULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 20. A administração da companhia será exercida por uma directoria composta de tres membros, sendo um o presidente e dous directores, eleitos pela assembléa geral dos accionistas, e um gerente nomeado pela directoria.

Art. 21. Cada um dos directores antes de entrar em exercicio é obrigado a garantir a responsabilidade de sua gestão com a

caução, por termo no livro de registro, de 50 acções da companhia, as quaes ficarão depositadas em caixa.

Paragrapho unico. A caução subsistirá emquanto não forem approvadas as respectivas contas pela assemblêa geral.

Art. 22. O mandato da directoria durará por quatro annos contados da data da eleição, podendo qualquer dos directores ou todos ser reeleitos.

Art. 23. Extincto o mandato no fim desse prazo ou antes, por qualquer eventualidade, a nova directoria será eleita em assemblêa geral por maioria absoluta dos votos que concorrerem à urna.

Si, porém, não se verificar esta maioria no primeiro escrutinio, se procederá a segundo, no qual se considerarão eleitos os que reunirem maioria relativa. Havendo empate, será chamado o mais velho.

Art. 24. Os directores serão responsaveis pelos seus actos, como mandatarios da companhia, tanto quanto for applicavel nesta parte o citado decreto n. 164 e respectivo regulamento.

Esta responsabilidade termina, em relação ao periodo em que prestarem contas, desde que sejam estas approvadas pela assemblêa geral dos accionistas, salvas as hypotheses em que for applicavel o art. 129, § 1.º, doCodigo Commercial e os artigos do citado decreto.

Art. 25. No caso de impedimento de algum dos directores por mais de 60 dias, os que estiverem em exercicio poderão chamar um accionista para substituí-lo durante o impedimento.

Quando, porém, a vaga for definitiva, observar-se-ha o disposto no art. 23 e seu paragrapho.

Art. 26. Os directores terão honorarios fixos, sendo de 5:000\$ ao presidente, e o de 4:800\$ a cada um dos outros dous.

Art. 27. Compete à directoria :

§ 1.º Representar a companhia perante os poderes publicos, demandar e ser demandada, e, em geral, representá-la em todos os actos em que seus direitos e interesses estejam envolvidos.

§ 2.º Nomear os empregados e agentes auxiliares que forem necessarios, dispensal-os e substituí-los quando julgar conveniente e fixar-lhes os vencimentos.

§ 3.º Regular todos os serviços, celebrar todos os contractos, resolver a acquisição ou arrendamento de armazens e depositos que necessitar a companhia.

§ 4.º Organizar relatorios, balanços e contas da administração.

§ 5.º Resolver todos os negocios da companhia, nas forças o mandato que estes estatutos lhe conferem, de harmonia com a lei das sociedades anonymas, passando as procurações que entender necessarias para celebrar accordos em juizo ou fóra delle, inclusive os de fazer abatimentos e dar quitação.

Art. 28. A directoria reunir-se-ha, ao menos, uma vez por mez, para conhecer das transacções realizadas e em projecto, ajuzar do seu resultado, tomar qualquer deliberação, fazendo

menção de tudo nas actas, que deverão ser escriptas incontinentemente e firmadas pelos membros presentes.

Art. 29. Pelos presentes estatutos a directoria da companhia tem livre e plena administração nas forças do mandato de que fica investida, conforme o direito.

Art. 30. Ao director-presidente, além das attribuições e deveres conferidos aos directores em commum, compete :

§ 1.º Presidir as sessões da directoria e regular os seus trabalhos.

§ 2.º Fiscalizar assiduamente todos os serviços e interesses da companhia.

§ 3.º Executar e fazer executar fielmente estes estatutos, as deliberações da assembléa geral e da directoria.

§ 4.º Assignar com o director-secretario os titulos das acções.

§ 5.º Convocar extraordinariamente a directoria, sempre que julgar conveniente ou quando for reclamada a convocação por qualquer dos directores.

§ 6.º Apresentar à assembléa geral dos accionistas e em nome da directoria o relatório annual das operações e do estabelecimento da companhia.

§ 7.º Convocar em nome da directoria as assembléas geraes ordinarias nas epochas proprias e as extraordinarias quando as julgar precisas ou lhe sejam requeridas, nos termos destes estatutos.

Art. 31. Ao gerente compete :

§ 1.º Gerir todos os negocios e transacções da companhia, de conformidade com as deliberações da directoria, executando-as nas forças da outorga que receber.

§ 2.º Fazer todas as compras de mercadorias que necessitar a companhia para seu commercio, tanto no Brazil como na Europa, correndo as despesas de viagem por conta da companhia.

§ 3.º Regular o serviço dos armazens e depositos da companhia.

## CAPITULO VI

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 32. O conselho fiscal será composto do tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria dos accionistas, por escrutinio secreto, observadas as regras estabelecidas nestes estatutos.

§ 1.º Para ser eleito membro do conselho fiscal é necessario que o accionista possua dez ou mais acções.

§ 2.º Nos casos de recusa, renuncia ou vaga por qualquer motivo, os membros effectivos do conselho fiscal serão substituidos pelos supplentes. A ordem da substituição será regulada pela ordem dos votos.

Art. 33. Os deveres e attribuições do conselho fiscal são, além do que especialmente está determinado nestes estatutos, os que incumbem-lhe o art. 14 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 34. O anno social da companhia conta-se, para todos os effeitos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 35. A juizo da directoria a companhia poderá vender a prazo nunca maior de 90 dias, mediante titulos assignados no acto da compra e isto sómente a commerciantes.

Art. 36. Um mez antes da reunião da assembléa geral ordinaria serão depositados no cartorio do Juizo Commercial:

1.º Cópia do inventario, contendo a indicação dos valores sociaes, moveis e immoveis, e uma synopse das dividas activas e passivas, por classes, segundo a natureza dos titulos;

2.º Cópia da relação nominal dos accionistas, com o numero de suas accções e o estado do pagamento dellas ;

3.º No mesmo prazo serão publicados pela imprensa: as transferencias de accções realisadas no anno, o balanço em resumo e o parecer dos fiscaes.

Art. 37. A assembléa geral não pôde tomar conhecimento do balanço e contas sem ter sido apresentado o parecer dos fiscaes, pena de nullidade.

Art. 38. A approvação do balanço e contas sem reserva importa ratificação dos actos e operações relativas, mas pôde ser annullada nos casos de erro, dolo ou fraude ou simulação, e havendo violação da lei ou estatutos, não perime a acção dos accionistas ausentes ou dissidentes.

Art. 39. São inelegiveis para os cargos da directoria os empregados da companhia e os que tiverem contractos com ella, empreitada de obras ou quaesquer outros contractos que confiram lucros e os prohibidos de negociar.

Art. 40. Não podem conjunctamente exercer cargo de director os parentes por consanguinidade, até ao segundo grão, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio e os socios da mesma firma.

Art. 41. A directoria indemnizará as despesas feitas com a incorporação da companhia.

Art. 42. Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei; acceitam e approvam estes estatutos.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1891.— *José Thomaz Pimentel Barbosa.*— *Francisco Carlos Brício.*



## DECRETO N. 1427 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede à Companhia Industrial e Agrícola da Bahia autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial e Agrícola da Bahia, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que apresentou, devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação vigente.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Industrial e Agrícola da Bahia, a que se refere o decreto n. 1427 de 23 de fevereiro de 1891.

### CAPITULO I

#### DOS FINS, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E CAPITAL

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia Industrial e Agrícola da Bahia fica constituida uma sociedade anonyma, que tem por fim :

1.º Explorar e fundar por conta da mesma companhia grandes propriedades agricolas e industriaes, iniciando esta operação com a propriedade denominada Boa-Vista, sita no municipio de Amargosa, neste Estado, com um engenho central de beneficiar café, serraria e grande plantação de café, etc.;

2.º Explorar a compra e venda de terras agricolas neste Estado, e introdução e localisação de immigrants;

3.º Estabelecer engenhos centraes de beneficiar café e cereaes, e de fabricar alcool e oleos nas propriedades da companhia ou em outros pontos que julgar conveniente;

4.º Fazer toda a sorte de operação de credito, no intuito de crear ou estabelecer um ou mais depositos para a venda de seus productos, e ao mesmo tempoapparelhos para moagem de café puro;

5.º Desenvolver os fins sociaes, e facilitar o desenvolvimento das propriedades agricolas e industriaes que forem mantidas pela companhia.

Art. 2.º A sede da sociedade será nesta cidade da Bahia.

Art. 3.º O prazo para a duração da sociedade será de 30 annos, podendo ser prorogado.

Art. 4.º O capital social será de 300:000\$, divididos em 3.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado.

Art. 5.º As acções depois de integralizadas poderão ser ao portador ou nominativas, á vontade do possuidor.

Paragrapho unico. As acções ao portador poderão tornar-se nominativas ou vice-versa, pagando o seu possuidor a taxa de 200 réis por acção, taxa esta que será levada á conta dos lucros sociaes.

Art. 6.º As entradas de capital serão realizadas em prestações de 30 % a primeira, a segunda de 10 % 30 dias depois de installada a companhia e a terceira de 10 % ao mesmo prazo de mais 30 dias.

Paragrapho unico. Só se farão chamadas de capital até 50 % do mesmo, devendo dahi em diante as entradas ser resolvidas pela assembléa geral.

Art. 7.º Os accionistas impontuaes ficam sujeitos ao pagamento da multa de 2 % por mez de demora, sendo consideradas em commisso as acções cujas entradas forem demoradas por mais de tres mezes.

As acções que cahirem em commisso serão remittidas e seu producto levado ao fundo de reserva.

Art. 8.º Poderá a sociedade ter agencias filiaes nos diversos Estados da Republica, ou no estrangeiro, si assim lhe convier, para a venda de seus productos.

## CAPITULO II

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 9.º As assembléas geraes serão formadas pelos accionistas que possuirem, pelo menos, cinco acções inscriptas 30 dias, pelo menos, antes da reunião, e dos que, possuindo acções ao portador, as depositarem no escriptorio da companhia cinco dias, pelo menos, antes da reunião.

Paragrapho unico. É pessoa legitima para fazer parte das assembléas geraes :

1.º O marido por sua mulher ;

2.º O tutor e o curador pelo menor interdito ;

3.º O inventariante pelo espolio, em quanto *pro indiviso*, devidamente autorizados os contemplados pelos ns. 2 e 3.

Art. 10. Os accionistas que possuirem menos de cinco acções poderão assistir ás assembléas geraes, sem terem, porém, o direito de voto.



Art. 11. Haverá annualmente uma assembleáa geral no mez de fevereiro.

Art. 12. As assembleás só poderão validamente deliberar quando representarem no minimo um quarto do capital social.

§ 1.º Si no dia designado para qualquer assembleáa geral não se reunir numero legal, se convocará outra, que poderá deliberar com qualquer numero, contanto que exceda de tres, não sendo incluídos neste numero nem os directores, nem os membros do conselho fiscal.

§ 2.º Si se tratar de reforma de estatutos, de dissolução da sociedade ou augmento de capital, para que as assembleás possam funcionar é necessario que estejam representados dous terços do capital social, e neste caso serão feitas segunda e terceira convocações, só na ultima podendo validamente funcionar com qualquer numero excedente de tres, na fôrma do paragrapho precedente.

§ 3.º As deliberações das assembleás geraes serão tomadas por maioria de accionistas; caso, porém, seja exigido por qualquer accionista, o serão por acções, contando-se um voto por grupo completo de cinco acções.

§ 4.º As convocações serão motivadas e annunciadas pela imprensa diaria; as das assembleás ordinarias o serão com antecedencia nunca menor de 15 dias.

§ 5.º As assembleás extraordinarias terão lugar quando a directoria, o conselho fiscal ou numero legal de accionistas as convocarem, tudo nos termos da legislação vigente.

§ 6.º As assembleás geraes serão presididas por um accionista aclamado na occasião, o qual convidará dous outros para secretarios; occorrendo duvida ou reclamação, proceder-se-ha á eleição do presidente da assembleáa.

Art. 13. A's assembleás geraes compete;

1.º Disentir e deliberar sobre as contas e relatorios da directoria e sobre os pareceres do conselho fiscal;

2.º Eleger o director-gerente e conselho fiscal;

3.º Resolver sobre todos os assumptos de interesses sociaes;

4.º Os votos serão contados da seguinte maneira: um para 10 acções, e mais outro para cada grupo de 20 acções que o accionista possuir.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. O director-gerente será eleito pela assembleáa geral por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos.

Paragrapho unico. Cabe ao director-gerente representar a companhia em juizo ou fóra d'elle, podendo demandar e ser demandado por mandatarios especiaes, devidamente constituídos.

Art. 15. Para exercer o logar de director-gerente é preciso caucionar 100 acções da companhia, as quaes não poderão ser alienadas enquanto não forem approvadas pela assembleáa geral

as contas dos que tiverem exercido o mandato, e residir na fazenda, logar da fabrica.

Art. 16. Cabe ao director-gerente a representação e direcção geral dos negocios da companhia e a organização da administração, cabendo-lhe respectivamente a direcção immediata dos diversos serviços da companhia.

Art. 17. O mandato da gerencia será de tres annos, podendo ser reeleita.

Art. 18. Durante o impedimento prolongado do director-gerente, será este substituido por accionista que designar o conselho fiscal.

Art. 19. Cabem ao director-gerente todos os actos de livre administração, compra e venda de bens moveis, immoveis ou semoventes, pertencentes ao acervo social, sempre com approvação do conselho fiscal.

Art. 20. O director-gerente e conselho fiscal serão remunerados com um honorario fixo annual e mais uma percentagem dos lucros liquidos, ambos fixados na assembléa geral de instalação.

#### CAPITULO IV

##### DO CONSELHO FISCAL

Art. 21. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria.

Nos seus impedimentos os membros do conselho fiscal serão substituidos pelos supplentes na ordem da votação. A este cabe a intervenção em todos os negocios da companhia, além das attribuições mencionadas na lei.

#### CAPITULO V

##### DOS LUCROS LIQUIDOS, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 22. Será considerado lucros sociaes o producto liquido da exploração dos objectos declarados no art. 1º destes estatutos.

Art. 23. Dos lucros liquidos serão deduzidos annualmente 5% para um fundo de reserva, e o excedente será destinado aos dividendos e á percentagem de que trata o art. 20.

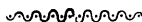
#### CAPITULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAES

Ficam desde já o director-gerente e o conselho fiscal autorizados a contrahir emprestimo dentro ou fóra do paiz, sob a responsabilidade da companhia, por *debentures* ou por qualquer

outro meio, dando em garantia os bens sociaes, bem como outras quaesquer seguranças reaes e pessoas, para o que poderá dar procurações a terceiros, podendo ainda subrogar estes poderes e revogar as subrogações.

Bahia, 5 de janeiro de 1891.—*João Cancio Pereira Soares.* — *Barão de Muniz de Aragão.*



#### DECRETO N. 1428 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede à Companhia Manufactora Sul-Paulista autorização para funcionar.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu a Companhia Manufactora Sul-Paulista, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar com os estatutos que a este acompanham, devendo primeiramente preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

### Estatutos da Companhia Manufactora Sul-Paulista, a que se refere o decreto n. 1428 de 23 de feve- reiro de 1891

#### TITULO I

##### DA ORGANIZAÇÃO E FINS DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica constituida, com sede na capital do Estado de S. Paulo, a sociedade anonyma Companhia Manufactora Sul-Paulista.

Art. 2.º O seu capital é de 2.500:000\$ dividido em 12.500 acções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado ao dobro, mediante aprovação da assembléa geral.

Paragrapho unico. No caso de augmento de capital, será este rateado de preferencia entre os accionistas, na proporção das respectivas acções.

Art. 3.º O prazo de sua duração será de 30 annos, prorogavel a juizo da assembléa geral.

Art. 4.º As entradas do capital serão feitas á medida que o exigirem as necessidades da companhia, mas sempre na razão de 10 a 20 % e com intervallos nunca menores de 30 dias.

Art. 5.º O accionista impontual será esperado pelo prazo maximo de 30 dias, com o juro de 2 % ao mez ; si, terminado este prazo, não tornar effectivo o pagamento das chamadas, sujeitar-se-ha á multa de 10 % sobre o valor das acções e, si não for isto bastante, á pena de commisso, a arbitrio da directoria.

Paragrapho unico. As acções que cahirem em commisso serão reemitidas e o producto das entradas, já realizadas, será levado ao fundo de reserva.

Art. 6.º A companhia será administrada por uma directoria eleita de seis em seis annos e composta de um presidente e tres directores.

Art. 7.º A companhia tem por fins:

- a) a montagem de um engenho central no municipio de Iguape, para o fabrico de assucar, alcools, etc. ;
- b) a acquisição ou montagem de um engenho central para o beneficio do arroz, nos municipios de Iguape ou Xiririca ;
- c) grandes serrarias e exportação de madeira ;
- d) grandes olarias para o fabrico de telhas, tijolos e canos ;
- e) fabricas de cal, empregando-se para tal fim meios aperfeiçoados ;
- f) acquisição de terrenos e edificios na cidade de Iguape e immedições da Estrada de Ferro Sul-Paulista ;
- g) collocação de colonos e installação de burgos coloniaes nos municipios de Iguape, Cananéa, Xiririca, Jacupiranga e Juquiá ;
- i) criação e exportação de gado bovino e suino ;
- j) navegação entre os portos de Iguape, Paranaguá, Cananéa, Santos e Rio de Janeiro ;
- k) commerciar em grosso, em sal e outros generos do paiz, si convier.

Art. 8.º O accionista só realizará 50 % do valor nominal da acção, sendo os restantes 50 % integralizados pela companhia com 10 % retirados semestralmente dos lucros liquidos, o que será feito desde que os dividendos attinjam a 10 %.

Art. 9.º Desde que estiverem realizados 50 % do capital social, os accionistas receberão em permuta titulos integralizados do valor nominal das acções.

Art. 10. Dos lucros liquidos serão deduzidos 10 %, nos termos do art. 8º, e bem assim 10 % para fundo de reserva até ao ma-

ximo 300:000\$, fazendo-se do restante dividendo aos accionistas.

Paragrapho unico. Desde que os dividendos excederem de 15 %, o excesso será dividido em duas partes iguaes, sendo uma para o fundo de reserva e outra para divisão proporcional entre os membros da directoria e o superintendente da companhia.

## TITULO II

### DA DIRECTORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11. A directoria, antes de entrar em exercicio do cargo, fará caução de 50 acções, caução esta que será feita em nome de cada director e cujas acções ficam inalienaveis enquanto durar o exercicio do cargo e não forem approvadas as respectivas contas pela assembléa geral.

Art. 12. A caução deve ser prestada dentro de 30 dias a partir da eleição, e no caso de não ser prestada, considerado fica o director como tendo renunciado o cargo.

Art. 13. A ausencia ou impedimento de qualquer membro da directoria por mais de seis mezes, salvo o caso de licença concedida pela directoria, importa em renuncia do cargo.

Art. 14. A directoria deve reunir-se pelo menos uma vez por mez, e de suas deliberações lavrará o secretario a competente acta.

Art. 15. Além das attribuições geraes e proprias a cada um dos cargos, incumbe especialmente:

§ 1.º Ao presidente—assignar toda a correspondencia da companhia e ter a seu cargo o movimento de fundos e bem assim a nomeação e demissão de empregados.

§ 2.º Ao secretario—assignar a correspondencia, quando a urgencia do caso o exigir.

§ 3.º Ao superintendente — dar expediente ao serviço diario dos negocios e operações da companhia, prestar contas mensaes por meio de balancetes e effectiva entrega do saldo que estiver em seu poder ao presidente; ter em dia a escripturação da companhia, ficando a seu cargo a proposta da demissão dos empregados sob sua administração.

Art. 16. Os honorarios annuaes da administração serão de 6:000\$ pagos mensalmente a cada director, a contar da data da installação.

§ 1.º Ao superintendente será feito o mesmo ordenado de 6:000\$ annuaes e exercerá o cargo pelo prazo de seis annos, prazo este durante o qual a directoria exercerá suas funcções.

§ 2.º Ao presidente da companhia compete, além do ordenado, a gratificação annual de 2:400\$ pagos por prestações mensaes, e bem assim nas mesmas condições 1:200\$ ao superintendente, gratificações concedidas *pro labore*.

## TITULO IV

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. O conselho fiscal será composto de tres accionistas eleitos annualmente pela assembléa geral, que possuam pelo menos 50 acções.

Paragrapho unico. Serão na mesma sessão eleitos tres suplentes, os quaes, pelo numero de acções ou ordem de votação, caso haja igualdade em numero, substituirão os effectivos em todos os direitos e funcões.

Art. 18. Qualquer membro do conselho fiscal, ou o proprio conselho fiscal, sempre que julgar conveniente, pôde reclamar da directoria informação motivada sobre o estado da companhia.

Art. 19. Cada membro do conselho fiscal perceberá mensalmente o honorario de 100\$, que será levado à conta de despesas geraes.

## TITULO V

## DOS ACCIONISTAS

Art. 20. A companhia não reconhece mais do que um proprietario em cada acção, e quando, por qualquer motivo ou titulo, uma acção pertencer a mais de uma pessoa, ficarão a respeito da referida acção suspensos todos os direitos, até que uma só pessoa, ou entidade, represente legalmente todos os co-participantes.

Art. 21. Os accionistas que transferirem acções em caução ou penhor mercantil conservam o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receber os respectivos dividendos, salvo estipulação em contrario communicada à companhia pelos interessados.

## TITULO VI

## DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 22. Uma vez por anno reunir-se-ha ordinariamente a assembléa geral, dentro do 1º trimestre subsequente ao balanço de 31 de dezembro, e extraordinariamente sempre que o entender a directoria, o conselho fiscal, em sua maioria, ou um numero de

accionistas que representem, pelo menos, um quarto do capital.

Art. 23. Só poderão votar nas assembleas geraes os accionistas que tiverem seus nomes inscriptos no livro de registros, pelo menos, 30 dias antes da convocação.

Art. 24. Cada grupo de 10 accções representa um voto, até ao maximo de 50, e salvo os casos em que a lei exige numero determinado de votos, as deliberações da assemblea geral serão tomadas por maioria.

Paragrapho unico. No caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade, quer em directoria, quer em assembleas geraes.

## TITULO VII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 25. Em derogação das disposições dos presentes estatutos, a primeira directoria compor-se-ha dos cidadãos Dr. José G. Benevides de Queiroz Carreira, presidente ; Dr. Arthur Prado de Queiroz Telles, vice-presidente, e Drs. Pedro Arbues da Silva e Eugenio P. de Carvalho.

§ 1.º O conselho fiscal effectivo será constituído com os cidadãos Joaquim Barbosa Guimarães, Adolpho Sydow e commendador Bento José Alves Pereira ; sendo supplentes os Srs. Camillo José de Sampaio, Bernardino Monteiro de Abreu e Justo Nogueira Azambuja.

§ 2.º Investido das funcções de superintendente será o cidadão Antonio Ferreira da Silva Carneiro.

Art. 26. Fica a directoria autorizada a fazer aquisição da concessão feita a Ferreira Carneiro para a montagem de um engenho central para assucar, com a garantia de juros de 6 % sobre o capital de 750:000\$, e bem assim a adquirir tudo quanto for necessario á realização dos fins a que se destina a companhia.

Art. 27. No caso de ser elevado o capital da companhia, fica desde já autorizada a elevação dos honorarios da directoria ao dobro, ficando em tal caso elevado a 1:000\$ mensal o honorario do superintendente.

Os incorporadores : *José G. Benevides de Queiroz Carreira.*—  
*Antonio Ferreira da Silva Carneiro.*



## DECRETO N. 1429 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Concede autorização a Manoel de Souza Campos Filho e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Leitaria Bahiana.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereram Manoel de Souza Campos Filho, Manoel Antonio de Andrade e Eduardo de Lacerda, resolve conceder-lhes autorização para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Leitaria Bahiana e com os estatutos que a este acompanham ; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*

## Estatutos da Companhia Leitaria Bahiana, a que se refere o decreto n. 1429 de 23 de fevereiro de 1891.

### TITULO I

#### DA SOCIEDADE, SEUS FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º A Companhia Leitaria Bahiana é uma sociedade anonyma com sede nesta Capital, que se regerá por estes estatutos e pela legislação que lhe for applicavel.

Art. 2.º A companhia tem os seguintes fins:

- 1.º Explorar em alta escala a industria do leite, fabricar manteiga, queijos e os demais preparos a que o leite se presta ;
- 2.º Introduzir por conta propria ou de terceiros, neste Estado, exemplares das melhores raças vaccum, ovelhum e outras ;
- 3.º Explorar a criação do gado das especies mencionadas, adquirindo para isso os terrenos e estabulos necessarios e fundando uma ou mais fazendas-modelos ;
- 4.º Fundar, mediante auxilio do Governo, uma escola industrial de leite com secção de veterinaria e instituto de vaccina animal.



Art. 3.º A sociedade durará 20 annos e antes deste prazo só poderá ser dissolvida verificando-se alguma das hypotheses na legislação vigente.

## TITULO II

### DO CAPITAL E DOS DIVIDENDOS

Art. 4.º O capital é de 100:000\$, dividido em 1.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado, si a assembléa geral dos accionistas assim o julgar necessario ao maior desenvolvimento da industria que a companhia se propõe explorar.

Augmentado o capital terão os accionistas preferencia ás novas acções, na proporção das que possuirem.

Art. 5.º O capital será realizado pela fôrma seguinte: 30 % no acto de serem assignados estes estatutos e o restante em prestações nunca excedentes de 10 % e com intervallos nunca menores de 30 dias.

Si, porém, o accionista o preferir, poderá realizar todas as prestações de uma só vez.

Art. 6.º O accionista que deixar de fazer qualquer das prestações no prazo estabelecido será multado em beneficio da companhia em 10 % da importancia retardada, caso effectue o pagamento dentro dos 60 dias subsequentes.

Si, neste prazo, não for realizado o pagamento, será imposta aos accionistas retardatarios a pena de commisso, revertendo o capital que tiverem realizado em favor do fundo de reserva, e as respectivas acções serão reemittidas pela companhia.

Art. 7.º Em 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno proceder-se-ha a um balanço geral, afim de se verificar os lucros obtidos.

§ 1.º Dos lucros liquidos deduzir-se-hão pelo menos 8 % para o fundo de reserva e 10 % annualmente, para serem distribuidos pela directoria.

§ 2.º O que restar de lucros liquidos, feitas as deducções acima estabelecidas, será dividido pelos accionistas.

## TITULO III

### DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 8.º A administração da companhia será exercida por uma directoria composta de tres membros eleitos pela assembléa geral dos accionistas, por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos.

Si, porém, no primeiro escrutinio não se verificar maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo, bastando neste caso a maioria relativa. Havendo empate, a sorte decidirá.

Paragrapho unico. Haverá um gerente nomeado pela directoria e ao qual compete dirigir o expediente ordinario da companhia, competindo-lhe igualmente admoestar e até suspender correccionalmente os empregados desta, sempre que faltarem ao cumprimento de seus deveres.

O gerente poderá ser um dos directores.

Art. 9.º Para exercer o logar de director ou de gerente é necessario depositar previamente na companhia 20 acções, proprias ou de outrem, as quaes serão escripturadas como caução e garantia dos actos de administração.

Art. 10. O mandato dos directores durará seis annos, findos os quaes poderão ser reeleitos.

Paragrapho unico. Quando por qualquer motivo ficar temporariamente impedido algum director, e o impedimento exceder a 90 dias, os directores em exercicio poderão chamar um accionista para exercer o cargo durante o impedimento.

No caso de resignação ou vaga de um dos logares de director, o accionista que for chamado exercerá o cargo até á primeira reunião da assembléa geral ordinaria, na qual se procederá á eleição, durando o mandato o tempo que faltar para a epoca da eleição da directoria.

Art. 11. São attribuições e deveres da directoria :

1.º Administrar collectiva e individualmente os interesses da companhia e exercer todas as attribuições inherentes ao mandato, especializadas ou não nestes estatutos ;

2.º Adquirir terrenos, edificios urbanos ou ruraes, gados, e o mais que necessario for para a exploração e desenvolvimento da industria a que a companhia se propoe, podendo com este fim celebrar escripturas e contractos ;

3.º Nomear e demittir livremente quaesquer empregados da companhia, inclusive o gerente ;

4.º Contrahir empréstimos em nome da companhia, podendo garantil-os com quaesquer valores pertencentes a esta e mesmo emittir *debentures*.

Art. 12. Haverá um presidente, um vice-presidente e um secretario da direcção.

§ 1.º Ao presidente compete :

1.º Velar pela fiel execução destes estatutos ;

2.º Presidir as sessões da directoria que deverão realizar-se ao menos uma vez mensalmente, e convocar as sessões extraordinarias que julgar necessarias ;

3.º Convocar as assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias e representar a companhia em juizo ou fóra delle ;

4.º Assignar os titulos das acções conjunctamente com o secretario, e quaesquer outros que representem divida da companhia.

§ 2.º Ao vice-presidente compete substituir o presidente em seus impedimentos.

§ 3.º Compete ao secretario :

1.º Redigir as actas das sessões da directoria, e superintender o serviço da escripturação em geral ;

2.º Assistir aos exames que tiverem de ser feitos pelo conselho fiscal, e fornecer-lho todos os documentos e informações que elle exigir.

Art. 13. A directoria será remunerada pelo seu trabalho e responsabilidade com a commissão de 10 % deduzida annualmente dos lucros liquidos da companhia.

O director-gerente vencerá, além disto, a gratificação de 2:400\$ annuaes, que poderá ser augmentada pela assembléa geral dos accionistas.

#### TITULO IV

##### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. Todos os annos no mez de fevereiro haverá uma reunião da assembléa geral dos accionistas da companhia, a qual será convocada por meio de annuncios com antecedencia de quinze dias e com designação de logar e hora.

Esta reunião será especialmente destinada ao exame do relatório da directoria, dos balanços e contas da administração, precedidos da leitura do parecer do conselho fiscal.

Depois tratar-se-ha da eleição de um ou mais directores, conforme for necessario, e, em seguida, da dos membros daquelle conselho.

Todavia, nesta reunião poderão ser tratados outros assumptos e tomadas quaesquer deliberações no interesse da companhia.

Paragrapho unico. Será convocada extraordinariamente a assembléa geral, quando a directoria ou o conselho fiscal o julgar necessario, ou quando a reunião for requerida á directoria por sete ou mais accionistas que representem pelo menos uma quinta parte do capital social.

Art. 15. Para constituir-se a assembléa geral é necessario que se reunam tres ou mais accionistas, além dos administradores e fiscaes que representem pelo menos uma quarta parte do capital social.

Tratando-se, porém, da reforma dos estatutos, liquidação da companhia, sua dissolução antes do prazo marcado ou continuação depois d'elle, bem como de augmento de capital, é necessario que os accionistas presentes representem, pelo menos, dous terços do capital social.

Art. 16. Si no dia e hora designados não comparecerem accionistas em numero sufficiente para constituir a assembléa geral, será convocada por annuncios nova reunião, a qual deliberará validamente, qualquer que seja a somma de capital representado.

Na hypothese prevista no paragrapho unico do artigo antecedente serão os accionistas convocados tres vezes, com a declaração, nesta ultima, de que a assembléa deliberará qualquer que seja o capital representado.

Art. 17. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas que a ella comparecerem pessoalmente ou por procuradores tambem accionistas, possuindo aquelles dez ou mais acções inscritas com antecedencia de 90 dias no registro da companhia, salvo o caso de as haver obtido o accionista por titulo de dote ou successão, porque então nada influirá a data da acquisição.

A votação será contada para todos os effeitos na razão de um voto por grupo de 10 acções.

Os accionistas de menos de 10 acções terão direito de assistir ás reuniões e de tomar parte nas discussões, mas não gozarão da faculdade de votar.

Art. 18. A assembléa geral será presidida por um accionista, que será nomeado por aclamação e que exercerá o cargo durante o tempo da sessão.

O presidente nomeará dous accionistas para servirem de secretarios, um dos quaes lavrará a acta que será assignada por todos tres.

Art. 19. Além das attribuições especificadas nestes estatutos, compete mais á assembléa geral o direito de destituir qualquer dos membros da directoria, hem como o de tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses da companhia.

## TITULO V

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. O conselho fiscal será composto de tres membros effectivos e tres supplentes, accionistas ou não, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria, por escrutinio secreto e observadas as regras estatuidas no art. 8º.

Os membros effectivos serão substituidos pelos supplentes e estes por quem for para isso chamado pelo presidente da Junta Commercial.

Art. 21. Compete ao conselho fiscal :

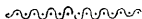
1.º No trimestre que preceder á reunião ordinaria da assembléa geral, examinar os livros e documentos, verificar o estado da caixa a fim de formular e apresentar á mesma assembléa o seu parecer ácerca do balanço e contas da administração ;

2.º Compete-lhe mais, sempre que julgar conveniente, reclamar da directoria circumstanciada informação do estado dos negocios sociaes.

## TITULO VI

## DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Os accionistas acceitam todas as responsabilidades que por elles competem, acceitam e approvam estes estatutos e, usando da faculdade que lhes é conferida pelo art. 10 do decreto de 7 de janeiro de 1890, nomeiam para o cargo de directores da companhia durante os seis primeiros annos os Srs. commendador Manoel Antonio de Andrada, Eduardo de Lacerda, Manoel de Souza Campos Filho.



## DECRETO N. 1430 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Eleva á categoria de Consulado o Vice-Consulado no Havre.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás conveniencias do serviço publico, resolve elevar á categoria de Consulado o Vice-Consulado no Havre.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e interino das Relações Exteriores assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3ª da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*T. de Alencar Araripe.*



## DECRETO N. 1431 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Manda adoptar as tabellas para fornecimento de fardamentos aos corpos arregimentados do Exercito e aos sentenciados militares.

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve

mandar adoptar, para distribuição de fardamento aos corpos arregimentados do Exercito e aos sentenciados militares, as quatro tabellas que a este acompanham, assignadas pelo General de divisão Antonio Nicoláo Falcão da Frota, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar, devendo as referidas tabellas vigorar desde 1 de janeiro do presente anno.

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*

**Tabel****Especificando o fardamento que deve ser distribuido**

ESTADOS	CONDIÇÕES	ARMAS										
			Blusas de brim escuro	Blusas de panno azul	Bonnets redondos de panno	Calças de brim branco	Calças de brim escuro	Calças de panno azul com listra	Calças de algodão mescla azul	Camisas de algodão	Camisolas de algodão mescla azul	Camisolas de baeta azul
Do Sul	No ensino	Engenharia.....	1	1	...	..	2	1	..	2	..	1
		Artilharia de campanha, cavallaria e corpo de transporte.....	1	1	1	..	1	1	..	2	..	1
		Artilharia de posição e infantaria.....	1	1	...	..	1	1	..	2	..	..
	Prompto	Engenharia .....	1	...	...	1	..	..	..	..	..	..
		Artilharia de campanha, cavallaria e corpo de transporte.....	1	...	...	1	..	..	..	..	..	..
		Artilharia de posição e infantaria.....	1	...	...	1	..	..	..	..	..	..
Do Norte	No ensino	Engenharia.....	2	...	...	1	2	..	..	2	1	..
		Artilharia de campanha, cavallaria e corpo de transporte.....	2	...	1	1	1	..	..	2	..	..
		Artilharia de posição e infantaria.....	2	...	...	1	1	..	..	2	..	..
	Prompto	Engenharia.....	...	1	...	..	1	..	..	..	..	..
		Artilharia de campanha, cavallaria e corpo de transporte.....	...	1	...	..	1	..	..	..	..	..
		Artilharia de posição e infantaria.....	...	1	...	..	1	..	..	..	..	..

**Obser**

1.<sup>a</sup> São considerados Estados do Norte os maritimos situados ao norte da todos os mais da Republica. A Capital Federal é incluida entre os primeiros

2.<sup>a</sup> O fardamento de recruta no ensino lhe será abonado na data de seu quando for incluido no corpo em que houver de servir, contando-se, porém, o 3.<sup>a</sup> No Estado do Rio Grande do Sul o recruta do corpo de cavallaria ou o gratuitamente um par de botas de montar de couro de bezerro, ao passar a

4.<sup>a</sup> Além do par de sapatos consignado nesta tabella, o recruta, no ensino, desta regra as botas que são mandadas distribuir no Estado do Rio Grande

5.<sup>a</sup> O recruta que estiver fóra do corpo por tempo mais ou menos longo e recruta, no ensino, ou as peças desse fardamento que lhe forem necessarias riormente recebido idêntica, se lhe fará carga para descontar na fórmula da lei.

6.<sup>a</sup> O fardamento de recruta prompto será abonado aquelle que, como tal, em deante começará a vencer pela tabella n. 2.

7.<sup>a</sup> O cobertor, capote, poncho, sobrecasaca, platinas e perneiras são distri

8.<sup>a</sup> Nenhum direito assiste a reclamación da peça de fardamento desta tabella tal não poderá ser objecto de carga, nem será indemnizada pela praça no

9.<sup>a</sup> Quando por qualquer motivo a peça de fardamento gratuita não tiver idêntica pela respectiva tabella, não o será mais, e della não se passará título

10.<sup>a</sup> Toda a peça de fardamento abonada ao recruta, além das consignadas Palacio do Governo Provisorio 23 de fevereiro de 1911. — Antonio Nicoláo

**la n. 1****aos recrutas dos corpos arregimentados do Exército**

Camisolas de brim escuro	Capas de brim branco para kepi	Capotes de panno alvadio	Ceroulas de algodão	Cobertores de lã encarnada	Cothurnos (pares)	Gorros de panno	Gravatas de couro	Kepis	Luvras de algodão (pares)	Meias (pares)	Perneiras (pares)	Platinas de corrente (pares)	Ponchos de panno azul	Sapatos (pares)	Sobrecasacas de panno azul
...	...	1	2	1	...	1	1	...	...	2	...	...	...	1	
...	...	...	2	1	1	...	1	...	...	2	...	...	1		
...	...	1	2	1	...	1	1	...	...	2	...	...	1	1	
...	1	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	1
...	1	...	...	...	...	...	...	1	1	...	1	1	...	...	1
...	1	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	1
...	...	1	2	1	...	1	1	...	...	2	...	...	...	1	
1	...	...	2	1	1	...	1	...	...	2	...	...	1		
...	...	1	2	1	...	1	1	...	...	2	...	...	...	1	
...	1	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	1
...	1	...	...	...	...	...	...	1	1	...	1	1	...	...	1
...	1	...	...	...	...	...	...	1	...	...	...	...	...	...	1

**vações**

Capital Federal, os do Amazonas, Goyaz e Matto Grosso, e Estados do Sul para os effeitos desta tabella.

alistamento nas fileiras, á excepção do capote ou poncho, que só receberá tempo de duração de tal peça a começar daquelle data.

que houver de ser considerado praça montada no de artilharia, receberá prompto.

vencerá calçado pela tabella n. 2, desde a data de seu alistamento, excluindo-se do Sul.

por qualquer motivo, receberá, quando a elle regressar, todo o fardamento de para o serviço. Da peça que por essa occasião lhe for abonada, tendo ante-

for considerado em detalhe do corpo, no dia em que isso tiver logar, e dahi

buidos a vencer.

não enumerada na precedente observação, por ser considerada gratuita, e como

caso de sua exclusão, quer como recruta, quer como praça prompta.

sido distribuida antes do recruta haver já, como praça prompta, vencido peça

de divida.

nesta tabella, constituirá objecto de carga, para ser indemnizada na fórma da lei.

*Falção da Frota.*



**Tabel****Regulando a distribuição do fardamento ás**

ESTADOS	TEMPO DE DURAÇÃO	3 MEZES		4 MEZES				
	EPOCAS DE VENCIMENTOS	Em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro		Em 30 de abril, 31 de agosto e 31 de dezembro				
	PEÇAS DE FARDAMENTO	Botinas (pares)	Cothurnos (pares)	Camisas de algodão	Calças de brim branco	Calças de brim escuro	Ceroulas de algodão	Luvas de algodão (pares)
Do Sul....	Engenharia.....	.....	1	1	..	1	1	..
	Artilharia de campanha, cavalaria e corpo de transporte....	.....	1	1	..	..	1	1
	Artilharia de posição e infantaria.	1 .....	1	1	..	..	1	..
Do Norte..	Engenharia.....	.....	1	1	..	1	1	..
	Artilharia de campanha, cavalaria e corpo de transporte....	.....	1	1	..	..	1	1
	Artilharia de posição e infantaria.	1 .....	1	1	..	1	1	..

**Obser**

1.<sup>a</sup> São considerados Estados do Norte os marítimos situados ao norte da todos os mais da Republica. A Capital Federal é incluída entre os primeiros

2.<sup>a</sup> O aluno das escolas de tiro vencerá fardamento por esta tabella.

3.<sup>a</sup> Os sargentos ajudante e quartel-mestre e a praça sentenciada a mais de

4.<sup>a</sup> No Estado do Rio Grande do Sul, a praça de cavallaria e a praça perneiras, botas de montar de couro de bezerro, tendo para tempo de duração

5.<sup>a</sup> O clarim, corneta ou tambor receberá todo o fardamento do soldado,

**pragas de pret dos corpos arregimentados**

	6 MEZES	1 ANNO	2 ANNOS	3 ANNOS
Em 30 de junho e 31 de dezembro	Blusas de brim escuro Blusas de panno azul Calças de brim branco Calças de brim escuro Calças de panno azul com listra Camisolas de algodão mescla azul Capas de brim branco para kepi Cothurnos (pares) Lenços de chita Meias de algodão (pares)	Blusas de brim escuro Blusas de panno azul Bonnets redondos de panno Calças de brim branco Calças de panno azul com listra Camisolas de algodão mescla azul Camisolas de baeta azul Camisolas de brim escuro Cobertores de lã Gravatas de couro Gorros de panno Kepis	Bandas de lã Capotes de panno alvadio Cobertores de lã Perneiras de sola (pares) Ponchos de panno azul Sobreacasacas de panno azul Capotes de panno alvadio Ponchos de panno azul Platinas de correntes (pares)	Quando completar pre- cisamente o tempo de duração a peça ante- riormente recebida.

Capital Federal, os do Amazonas, Goyaz e Matto Grosso, e Estados do Sul para o efeito desta tabella.

sendo a sobreposição com as modificações indicadas no plano dos uniformes.

6.<sup>a</sup> Não se abonará sobrecasaca ao músico : nos Estados do sul vencerá elle uma só calça de panno azul com listra, em 31 de dezembro, e nos do norte a calça de brim branco semestralmente.

7.<sup>a</sup> Em cada corpo existirá, como carga, um fardamento de panno fino para a musica, de seu uniforme, composto de sobrecasaca, calça com listra, kepi e charlateiras, o qual terá dous annos para o tempo da duração.

8.<sup>a</sup> A praça addida a um corpo receberá nelle, da respectiva epoca de vencimento, a peça de fardamento a que tiver direito e de que puder fazer uso, conforme a arma a que pertencer.

9.<sup>a</sup> Nenhuma peça de fardamento, de duração igual ou inferior a um anno, será considerada como vencida pela praça sinão quando, pertencendo esta ás fileiras na epoca de vencimento, tiver, durante o tempo de duração daquella, pelo menos, mais de metade desse tempo. Quanto ao vencimento das demais peças, acha-se elle regulado na tabella.

10.<sup>a</sup> O cobertor, capote, poncho, sobrecasaca, banda, platinas e perneiras são sempre distribuidos a vencer.

11.<sup>a</sup> A banda é abonada ao segundo sargento na data de sua promoção e ao mestre da musica, clarim-mór, corneta-mór ou armeiro, na de sua nomeação.

12.<sup>a</sup> No corpo de artilharia de campanha sómente a praça montada vencerá perneiras ou botas.

13.<sup>a</sup> A divisa é considerada como parte integrante da sobrecasaca ou blusa de panno azul, vencida pela praça graduada ; porém, quando a praça simples for promovida ou obtiver alguma das nomeações de que trata a 11.<sup>a</sup> observação, ou a já graduada tiver accesso, receberá gratuitamente duas divisas de seu posto.

14.<sup>a</sup> A praça graduada que tiver baixa definitiva do posto, por castigo, restituirá suas divisas, quer as recebidas gratuitamente, quer as vencidas e mais sua banda, si for sargento, qualquer que seja o tempo que taes peças hajam servido. Si a baixa não for dada por esse motivo, só o sargento entregará sua banda para ser recolhida á arrecadação geral, si ella não tiver, pelo menos, metade do tempo de sua duração.

15.<sup>a</sup> A praça que for excluida do corpo para matricular-se em qualquer das escolas militares, com excepção das de tiro, deverá ser justa de contas de fardamento, pagando-se-lhe o que lhe for devido em dinheiro, quando não o possa ser em especie.

16.<sup>a</sup> A peça de fardamento distribuida a vencer, que se achar em poder da praça de que trata a precedente observação, da que for condemnada a mais de seis mezes de prisão por crime militar, da que houver de ser escusa do serviço do Exército ou da que fallecer de molestia não contagiosa, será recolhida á arrecadação geral quando ella não tiver mais de metade de seu tempo de duração. Exceptua-se desta disposição o cobertor da praça condemnada.

17.<sup>a</sup> A praça condemnada pelo civil não tem direito a fardamento algum. Por occasião de sua condemnação, á excepção do cobertor, todas as demais peças de fardamento de duração superior ou igual a dous annos, serão, nos termos da observação anterior, recolhidas á arrecadação da bat-ria, esquadra ou companhia para lhe serem restituídas, si tiver de voltar ao corpo, e entregues á arrecadação geral, si isso não houver de verificar-se.

18.<sup>a</sup> O fardamento que for devido a qualquer praça, por occasião de sua exclusão do serviço, lhe será pago em dinheiro, deduzido de seu valor o que dever ella á Fazenda Nacional.

19.<sup>a</sup> O aprendiz artefice ou militar que assentar praça ou o operario militar que for transferido para qualquer corpo, receberá fardamento como recruta prompto e as peças do de recruta no ensino, que lhe forem necessarias para a uniformidade das fôrmaturas.

20.<sup>a</sup> A praça incluíta no corpo, vinda de qualquer das escolas militares, com excepção das de tiro, receberá fardamento como recruta prompto, si, porventura, como tal não tiver anteriormente recebido. A quella, porém, que não se achar nessas condições, serão abonadas as peças de fardamento que precisar para o serviço.

21.<sup>a</sup> A praça transferida de um corpo para outro, com divida do fardamento, o receberá no seu novo corpo, mas sómente o que for relativo ao anno da transferência ou ao immediatamente anterior, si ella se realizar no primeiro semestre, com excepção das peças de que não puder fazer uso. Estas e qualquer outro fardamento que tiver vencido e não recebido, lhes serão pagos em dinheiro.

22.<sup>a</sup> Quando a transferencia for de um corpo a p. para um montado, ou vice-versa, o seu capote, kepi e gorro, no primeiro caso, poncho, platinas,

parneiras, kepi e bonnet redondo, no segundo, recebidos ou vencidos na ultima epocha anterior á da transferencia, serão recolhidos á arrecadação geral, nos termos da observação 15<sup>a</sup>. De tudo se fará menção na respectiva guia de soccorrimento.

23.<sup>a</sup> A praça transferida receberá no seu novo corpo, gratuitamente, kepi ou bonnet redondo, quando esse corpo for montado, e kepi ou gorro, si elle for a pé, no caso de haver ella recolhido no corpo, donde veio, peça analogá, ou de se lhe ter feito carga do respectivo valor. No primeiro caso se lhe abonará também, gratuitamente, um par de luvas.

24.<sup>a</sup> A praça transferida de outra arma para a de engenho receberá, gratuitamente, uma camisola de algodão mescla azul.

25.<sup>a</sup> Toda a peça de fardamento que, devendo ser recolhida á arrecadação geral, em virtude do que fica anteriormente disposto, não for apresentada ou estiver em máo estado, será indemnizada, para o que se fará a competente carga, cujo pagamento deve ser effectuado de accordo com as disposições em vigor.

26.<sup>a</sup> A peça de fardamento recolhida á arrecadação geral constituirá objecto de nova distribuição, porém com tempo de duração igual á metade do que lhe é arbitrado nesta tabella. Não se acha comprehendida nesta disposição a divisa ou a banda de que trata a primeira parte da observação 14<sup>a</sup>, restituída depois de ter mais de metade de seu tempo de duração; tal peça poderá o commandante da bateria, esquadra ou companhia distribuir gratuitamente á praça que desse favor julgar digna.

27.<sup>a</sup> O substituto receberá todo o fardamento vencido e ainda não pago á praça que substituiu, e, si for incluído como praça prompta, conta, para ter direito á peça de fardamento consignada nesta tabella, o tempo que o substituto serviu depois da ultima epocha de vencimento correspondente a essa peça.

28.<sup>a</sup> Toda a peça de fardamento abonada a vencer á praça substituída passará para o substituto nas mesmas condições e em que se achava em poder daquella.

29.<sup>a</sup> Ao substituto que precisar se abonarão as peças de fardamento que lhe forem necessarias para o serviço.

30.<sup>a</sup> A praça voluntaria que já tiver servido no Exército como substituto, a que se engajar ou se reengajar, ou aquella cuja baixa for mandada ficar sem effeito, receberá na data de sua nova praça ou reinclusão os fardamentos que são abonados aos recrutas promptos e no ensino, evitadas as duplicatas, si houver se conservado fóra das fileiras por mais de seis mezes. No caso contrario lhe serão abonadas as peças de fardamento que precisar para o serviço.

31.<sup>a</sup> A praça que desertar perde o direito a todo o fardamento que houver vencido anteriormente á data de sua deserção, e não tenha recebido por qualquer motivo, quer esse fardamento lhe seja devido em dinheiro, quer em especie.

32.<sup>a</sup> A praça desertada que for capturada ou apresentar-se voluntariamente, estando indultada ou perdoadá, a condemnada a menos de seis annos de prisão por crime militar, que for reincluída no Exército, em virtude de conclusão de sentença, indulto ou perdão, ou a que, condemnada pelo civil, se achar nas mesmas condições, na data em que se apresentar ao corpo receberá, si já era praça prompta na epocha de sua deserção ou condemnação, as peças de fardamento de que necessitar para o serviço e entrará nessa data no regimen desta tabella. Si, porém, não era ainda praça prompta receberá sómente o fardamento de recruta no ensino, indemnizando a Fazenda Nacional, na fórma da lei, das peças desse fardamento que são distribuídas a vencer.

33.<sup>a</sup> Toda a peça de fardamento, cuja distribuição for feita em virtude do disposto na observação 29<sup>a</sup> e nas segundas partes das 20<sup>a</sup>, 30<sup>a</sup> e na primeira parte da 32<sup>a</sup>, será indemnizada pela praça de accordo com as disposições em vigor.

34.<sup>a</sup> O desertor que for capturado ou apresentar-se voluntariamente e ficar preso para sentenciar, começará a vencer, por esta tabella, da data de sua captura ou apresentação.

35.<sup>a</sup> A praça presa para sentenciar não conta para vencimento da peça de fardamento distribuída a vencer, com excepção do cobertor, o tempo que como tal for considerado, devendo durante esse tempo ser guardada pela sua bateria, esquadra ou companhia a referida peça.

36.<sup>a</sup> O doente no hospital ou na enfermaria, que tendo baixa do serviço não se verificar esta por continuar em tratamento, só tem direito ao fardamento vencido até á data da portaria que lh'a concedeu ou em que completou o tempo de serviço.

37.<sup>a</sup> A praça licenciada tem direito ao fardamento que vencer, salvo si a licença for superior a tres mezes e para tratar de negocios de seu interesse.

38.<sup>a</sup> Pagar-se-ha em dinheiro o fardamento vencido e não recebido pela praça em annos anteriores ao ultimamente decorrido, logo que for verificada a divida.

39.<sup>a</sup> Para ser effectuado o pagamento em dinheiro de que trata a observação precedente e as de ns. 15 e 18, será tirada em prete especial a devida importancia. O corpo remetterá em duplicata e annualmente á repartição de quartel-mestre general, acompanhando o ajustamento de contas de fardamento, uma relação nominal das praças que por esse modo houverem sido pagas, com declaração das peças cujo valor tiverem recebido.

40.<sup>a</sup> A peça de fardamento mandada abonar gratuitamente, que não for distribuida antes da praça haver vencido identica, não o será mais e della não se passará titulo de divida, não podendo constituir nunca objecto de reclamação.

41.<sup>a</sup> Constitue propriedade da praça, não podendo como tal ser recolhida, a peça de fardamento por ella indemnizada, salvo si essa peça foi distribuida em substituição a outra identica, em cujo caso ficará sujeita a servir sómente pelo tempo que ainda faltava a esta para completar sua duração.

42.<sup>a</sup> O corpo, quando aquartelado, terá e distribuirá pelas baterias, esquadões ou companhias, a cuja carga ficará pertencendo a parte que cada uma receber, colchas de chita, ironhas e lenções de algodão para camas das respectivas praças, devendo cada uma dessas peças durar pelo menos um anno.

43.<sup>a</sup> Para uso das praças empregadas no serviço do rancho, o corpo terá em carga doze camisolas e doze calças de brim escuro, devendo ter cada peça um anno de duração, pelo menos.

44.<sup>a</sup> A praça do corpo de engenheiros e do corpo montado poderá usar em serviço de campo chapéo de palha de carnaubeira, o qual será distribuido gratuitamente.

45.<sup>a</sup> Sómente ao corpo de guarnição na Capital Federal se distribuirá primeiro uniforme, o qual será carga do corpo e durará quatro annos pelo menos.

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891.— *Antonio Nicoláo Falcão da Frota.*

página original em branco

**Tabel**

Regulando a distribuição de fardamento aos sargentos

ESTADOS	TEMPO DE DURAÇÃO	3 MEZES	4 MEZES		
	EPOCA DE VENCIMENTOS	Em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro	Em 30 de abril, 31 de agosto e 31 de dezembro		
	PEÇAS DE FARDAMENTO	Botinas (pares)	Calças de brim branco	Camisas de algodão	Ceroulas de algodão
Do Sul....	Corpos montados.....	1	1	1	1
	Corpos a pé.....	1	1	1	1
Do Norte..	Corpos montados.....	1	1	1	1
	Corpos a pé.....	1	1	1	1

**Obser**1.<sup>a</sup> Todo o fardamento azul será de panno fino e distribuido a vencer, na2.<sup>a</sup> A calça branca será de brim trançado.3.<sup>a</sup> O official inferior que for promovido, matricular-se em alguma das escolas Fazenda Nacional, na forma das disposições em vigor do valor, correspondente para completar o seu tempo de duração.4.<sup>a</sup> As disposições que acompanham a tabella n. 2 teem, em casos analogos

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891.— Antonio Nicoláo

## la n. 3

ajudante e quartel-mestre dos corpos do Exercito

6 MEZES					1 ANNO					2 ANNOS		3 ANNOS	
Em 30 de junho o 31 de dezembro					Em 31 de dezembro					Quando completar precisa- mente o tempo de duração a contar da data do ultimo recebimento			
Blusas de brim escuro					Calças de panno azul com listra					Botas de couro da Russia (pares)			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
Capas de brim branco para kepi					Cobertores de lã					Capas de oleado para kepi			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
Luvras de camurça (pares)					Dolmans de panno azul					Cobertores de lã			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
Luvras de fio de Escossia (pares)					Gravatas de couro envernizado					Capotes de panno azul			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
Meias (pares)					Kepi de panno					Meias botas de couro da Russia			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
										Poncho de panno azul			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
										Bandas de lã			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
										Capotes de panno azul			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1
										Poncho de panno azul			
1	1	...	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1	1	1	...	2	1	1	1	1	1	...	1	1	1

## vações

data da promoção.

militares, que obtiver baixa do posto ou do serviço do Exercito, indemnizará a  
ao tempo que faltar ao fardamento que lhe houver sido abonado a vencer,  
e não previstos aqui, inteira applicação aos officiaes inferiores do estado-menor.

*Falcão da Frota.*



**Tabel**

Regulando a distribuição de fardamento ás praças senten

ESTADOS	CLASSE DOS SENTENCIADOS	4 MEZES		6 MEZES					
		Camisas de algodão	Tamancos (pares)	Calças de zuarte	Camisolas de baeta encarnada	Camisolas de baeta azul com vivo encarnado	Camisolas de zuarte com peito encarnado	Camisolas de zuarte	Esteira de tabua
Do Sul	Sentenciados a prisão simples.....	1	1	1	....	1	....	....	1
	Sentenciados a prisão com trabalho.....	1	1	1	1	.....	....	....	1
Do Norte	Sentenciados a prisão simples.....	1	1	1	....	.....	....	1	1
	Sentenciados a prisão com trabalho.....	1	1	1	....	.....	1	....	1

**Obser**

1.<sup>a</sup> São considerados Estados do Norte os maritimos situados ao norte da todos os mais da Republica. A Capital Federal é incluída entre os primeiros

2.<sup>a</sup> A camisola de baeta, o bonnet redondo e o chapéo de Braga serão abo vencer.

3.<sup>a</sup> O cobertor será distribuido, tambem a vencer, no dia em que completar houver anteriormente recebido, procedendo-se de modo analogo com essa

4.<sup>a</sup> Nenhum direito assiste á reclamação da peça de fardamento mandada

5.<sup>a</sup> O ajustamento de contas do fardamento consignado nesta tabella será

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891.— Antonio Nicoláo

## la n. 4

ciadas por tempo maior de seis mezes e menor de seis annos

1 ANNO										2 ANNOS
Chapéu de Braga com fita e legenda	Bonnet redondo sem pala e sem listra com S	Calça de panno grosso ordinario	Camisolas de baeta encarnada	Camisolas de baeta azul com vivo encarnado	Camisolas de zuarte com peito encarnado	Camisola de zuarte	Cobertor de lã	Gravata	Sapatos (pares)	Cobertor de lã Japona de baetão
.....	1	1	.....	.....	.....	1	1	1	1	..... 1
1	.....	1	.....	.....	1	.....	1	1	1	..... 1
.....	1	1	.....	1	.....	.....	.....	1	1	1
1	.....	1	1	.....	.....	.....	.....	1	1	1

## vações

Capital Federal, os do Amazonas, Goyaz e Matto Grosso, e Estados do Sul para os effeitos desta tabella.

nados na data em que a praça começar o cumprimento de sua sentença e a

o tempo de sua duração, o que a praça houver trazido do corpo ou o que peça, quando a praça regressar ao corpo.

abonar por esta tabella, quando não haja sido distribuida por qualquer motivo. feito separadamente do do fardamento do corpo.

Faleão da Fresta.

## DECRETO N. 1432 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1891

Declara caduca a concessão de garantia de juros e mais favores para um engenho central no Estado do Ceará.

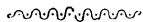
O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, resolve declarar caduca a concessão de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 750:000\$ para um engenho central de assucar e alcool de canna, no Estado do Ceará, feita ao cidadão José Ignacio de Souza Albernaz, por não ter elle cumprido as condições estabelecidas no regulamento approved pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889 e clausulas que baixaram com o respectivo decreto de concessão.

O Barão de Lucena, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 23 de fevereiro de 1891, 3º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Barão de Lucena.*



## DECRETO N. 760 (\*) — DE 19 DE SETEMBRO DE 1890

Concede ao Barão de Araujo Maia autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Hertha Mineira.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituido pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, attendendo ao que requereu o Barão de Araujo Maia, resolve conceder-lhe autorização para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Hertha Mineira, com os estatutos que apresentou ; não podendo, porém, constituir-se definitivamente, sem preencher as formalidades exigidas pelo art. 3º do decreto n. 164, de 17 de janeiro do corrente anno.

---

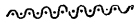
(\*) Publicado no *Diario Official* de 8 de fevereiro de 1891.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 19 de setembro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*Francisco Glicerio.*



DECRETO N. 1024 (\*) — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1890

Approva o regulamento para a organização do Depósito Geral desta Capital

O Generalissimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de dar conveniente organização ao Depósito Geral desta Capital, resolve approvar o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro e Secretario dos Negocios da Justiça, que assim o faça executar.

Palacio do Governo Provisorio, 14 de novembro de 1890, 2º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

*M. Ferraz de Campos Salles.*

Regulamento do Depósito Geral ao qual se refere o decreto n. 1024 desta data

Art. 1.º E' confirmada a instituição do Depósito Geral, já existente na Capital Federal, e destinado a receber, guardar, conservar e entregar todos os bens, de qualquer especie, susceptiveis de apprehensão e posse, que, por ordem das autoridades judicias ou administrativas, tenham de ser consignados em depósito, na forma da lei, não determinando esta expressamente que sejam recolhidos ao Depósito Publico ou confiados a depositario especial.

---

(\*) Publicado no *Diario Official* de 14 de junho de 1891.

Art. 2.º A repartição do Depósito Geral terá o seguinte pessoal:

1 Depositario geral, chefe do serviço.

1 Escrivão, encarregado da escripta e da correspondencia official da repartição.

2 Auxiliares empregados nos mais serviços que não forem a direcção e a escripturação do Depósito Geral.

§ 1.º Esses empregados serão de livre nomeação do Governo, servirão enquanto bem se desempenharem das suas funções, salvos os direitos adquiridos pelo actual depositario, sem vencimentos fixos, e com direito á aposentadoria nos casos legais.

§ 2.º Para aposentadoria considerar-se-ha como vencimentos a média das percentagens que houverem percebido no ultimo triennio, segundo as regras e a tabella que adiante vão discriminadas.

§ 3.º O escrivão e os auxiliares são sujeitos ao depositario geral, que fiscalizará e detalhará os serviços da repartição.

§ 4.º O depositario geral é o unico responsavel pelo recebimento, guarda, conservação e entrega dos bens depositados.

Art. 3.º Ao Depósito Geral serão conduzidos e recolhidos os bens moveis e semoventes, não expressamente exceptuados por lei.

§ 1.º Dos bens moveis e dos que lhes são equiparaveis responderá o depositario geral pela simples guarda e conservação.

§ 2.º Dos demais bens responderá também pela administração.

§ 3.º De todos elles dará contas ás autoridades ou ás partes interessadas, sempre que lhe forem ordenadas ou pedidas pelos meios legais.

Art. 4.º Não serão admittidos no Depósito Geral:

a) polvora e outros generos inflammaveis que, pelas posturas municipaes, não devam ser guardados dentro da cidade ;

b) generos deteriorados ou em começo de deterioração, a juizo da Inspectoria de Hygiene Publica ;

c) roupas e mais objectos de uso pessoal, já inutilizados ;

d) animaes ferozes, salvo si forem entregues em jaula de reconhecida solidez, a juizo do depositario geral ;

e) animaes doentes que possam contaminar os existentes no Depósito Geral.

Art. 5.º Os moveis de facil deterioração, como sejam mercadorias ou generos de commercio consistentes em comestiveis, liquidos alimentares, fazendas sujeitas a estrago pela acção da humidade, da luz ou da poeira, não serão guardados no Depósito Geral por mais de 15 dias, contados do do recolhimento, si antes não manifestarem vestigios do estrago.

§ 1.º Incumbe ao depositario geral requerer á autoridade, por cuja ordem se houver feito o deposito, a venda em leilão, por agente que o juiz ou a autoridade administrativa nomear.

§ 2.º Feita a venda e deduzidas as despesas, será o restante recolhido ao cofre do Depósito Geral, por conta de quem pertencer.

§ 3.º O alvará para o leilão não póde ser denegado.

Art. 6.º Os moveis de facil conservação serão guardados no Deposito Geral sómente até tres mezes, contados da data do recolhimento. Findo esse prazo proceder-se-ha como está disposto nos §§ 1º e 2º do artigo antecedente.

Art. 7.º Si for denegado alvará para a venda em leilão, nos termos do artigo antecedente, quer *ex-officio*, quer a requerimento de parte, ficarão os moveis em deposito, onde, a titulo de armazenagem, pagarão, além do premio do deposito, estatuido no artigo seguinte, mais estas porcentagens:

de 3 a 6 mezes, 1 % do seu valor afinal apurado ;

de 6 a 9 mezes, 2 % ;

de 9 a 12 mezes, 3 % ;

de 12 mezes em deante, 5 %, contando-se sempre por inteiro qualquer fracção de mez.

Art. 8.º Os moveis propriamente ditos pagarão, a titulo de deposito, 5 % do seu valor afinal apurado por arrematação ou adjudicação.

Art. 9.º Os objectos de metal precioso pagarão 2 % do seu valor.

Art. 10. As chaves de cada predio entregues ao Deposito Geral pagarão por termo de entrada e de sahida a quantia de mil réis (1\$000).

Art. 11. Os semoventes recolhidos ao Deposito Geral não poderão permanecer nelle por mais de oito dias, contados do do recolhimento. Findo esse prazo, proceder-se-ha a leilão, como está disposto no art. 5º, e ser-lhes-hão applicadas as taxas do art. 7º.

Art. 12. Os semoventes pagarão:

a) de forragem diaria, conforme a tabella annualmente approvada pelo Ministerio da Justiça ;

b) de deposito, 5 % do seu valor afinal apurado por arrematação ou adjudicação ;

c) as despesas de curativo feitas por veterinario e de enterramento, caso morram no Deposito Geral.

Art. 13. Os immoveis consignados ao Deposito Geral pagarão 1 % do seu valor quando não derem rendimento, e 5 % do rendimento que derem, si forem administrados pelo depositario geral.

Art. 14. As embarcações consignadas ao Deposito Geral serão conservadas no mar em logar determinado pela Capitania do Porto, a requerimento do depositario geral, e guardadas por pessoal idoneo, até um anno contado do dia da entrega, findo o qual proceder-se-ha a leilão ( art. 5º ).

Art. 15. As embarcações pagarão, a titulo de deposito, 10 % do seu valor afinal apurado, além das despesas necessarias para a sua conservação.

Art. 16. Bens nenhuns serão recebidos no Deposito Geral sem guia da autoridade judicial ou administrativa, que os remetta ou consigne.

Art. 17. Bens nenhuns serão levantados do Deposito Geral sem ordem da autoridade que os houver remettido ou consignado,

e sem que estejam pagas as despesas e porcentagens determinadas neste regulamento.

Paragrapho unico. Si a parte, em favor de quem for ordenado o levantamento, não quizer pagar as despesas e porcentagens, requererá ao depositario geral o leilão dos bens respectivos; e si não obtiver o alvará de venda em leilão, recorrerá para o Ministro da Justiça.

Art. 18. Os rendimentos do Deposito Geral serão divididos em 10 partes, a saber: metade para o Thesouro Nacional, como renda do Districto Federal; tres partes para o depositario geral; uma para o escrivão, e uma repartidamente para os auxiliares.

Paragrapho unico. Do recebimento dará o depositario geral recibo a quem pertencer, extrahido de um livro de talões.

Art. 19. O depositario geral terá os seguintes livros, abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo pretor em cuja circumscripção for situado o Deposito, e sellados, tudo à custa do depositario geral:

- a) 1 livro de talões de recebimento dos bens entregues ao Deposito Geral;
- b) 1 livro de talões de recibos de depositos e armazenagens pagas pelas partes;
- c) 1 livro de entradas e salidas dos bens entregues ao Deposito Geral;
- d) 1 livro de receita e despesa.

§ 1.º As certidões extrahidas dos livros, devidamente sellados, passadas pelo escrivão e rubricadas pelo depositario geral, teem fé publica.

§ 2.º Os livros pertencerão ao archivo do Deposito Geral; e das buscas para certidões pagarão as partes 1\$ por anno, depois de passados tres da data do deposito, e mais 1\$ por cada certidão.

Art. 20. O depositario geral prestará contas trimensalmente à Recebedoria do Districto Federal, sem prejuizo das que deva prestar às autoridades de quem receber depositos.

Art. 21. O Ministro da Justiça dará os regimentos necessarios para a boa e detalhada execução deste decreto.

#### Tabella da porcentagem e emolumentos devidos ao Deposito Publico

Moveis.....	5 %
Immoveis :	
Quando não derem rendimento ( do seu valor ).....	1 %
No caso contrario ( do seu rendimento ).....	5 %
As embarcações ( além das despesas que fizerem ).....	10 %
Os objectos de metal e os titulos de divida publicos ou particulares.....	2 %

Semoventes :

De deposito ( além das despesas ).....	5 %
De forragem diaria ( cada um ).....	\$
As chaves de cada predio entregues no Deposito Publico pagarão por termo de entrada e de sahida.....	1\$000
De cada certidão passada pelo escrivão e rubricada pelo depositario.....	1\$000
Das buscas para certidões, depois de passados tres annos, por cada anno.....	1\$000
De cada termo de entrada, ou de sahida dos depositos..	1\$000

Estes emolumentos pertencerão ao depositario publico como compensação da despesa com a aquisição dos livros da escripturação.

Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, 14 de novembro de 1890, 2º da Republica.—*M. Ferraz de Campos Salles*.